

Fundação Oswaldo Cruz  
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 01/2024  
01 de janeiro a 06 de fevereiro de 2024



Publicação Digital

Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ  
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2024



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência  
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



FIOCRUZ  
120 ANOS  
PATRIMÔNIO  
DA SOCIEDADE  
BRASILEIRA

## SUMÁRIO

---

04 Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

### **Sistema Nações Unidas**

14 Em homenagem às vítimas - *Santiago Alcázar*

18 O que se esperar de 2024? - *Paula Reges, Luana Bermudez, Guto Galvão e Paulo Buss*

31 Informe sobre o início do 18º ciclo do Conselho de Direitos Humanos da ONU e informações gerais sobre a 55ª Sessão do CDH que iniciará em 26 de fevereiro de 2024 - *Armando de Negri Filho*

54 2023-2024: A COP-28 e Propostas Integradas Para Responder À Tripla Crise Planetária - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

63 “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos”: enunciado do ODS 8 sintetiza tamanho dos desafios a enfrentar e OIT faz prognóstico sombrio para 2024 - *René Mendes*

74 Migrações, refúgio e saúde global

79 Mulheres e crianças brasileiras na Agenda 2030: ainda um longo caminho - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*

90 Segurança alimentar e nutricional global: perspectivas para 2024 - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*

97 Informe UNESCO: balanço de 2023 - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues*

99 Instituições Financeiras Multilaterais: ações e perspectivas - *Isis Pillar Cazumbá*

105 Conferência Ministerial da OMC e visão da UNCTAD sobre Propriedade Intelectual - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

### **Movimentos sociais globais e saúde**

111 Organizações da sociedade civil: nada de novo no front - *Diana Reyna Zeballos Rivas, Elwira Gliwska, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza*

### **Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países**

140 O Sul Global se levanta em uníssono neste início de 2024: Não-Alinhados e G-77+China sob a mesma presidência Sul - *Regina Ungerer, Erica Kastrup, Tiago Nery e Paulo Buss*

156 Third South Summit Outcome Document

174 Kampala Declaration of the 19<sup>th</sup> Summit of Heads of State and Government of the Non-Aligned Movement (NAM)

182 Discurso do Ministro Mauro Vieira na III Cúpula do Sul do G-77 + China

- 185 Primeiros passos do Brasil na presidência do G20. A agenda de prioridades da Itália para a nova presidência do G7. O interesse da OCDE na economia brasileiras e em temas de saúde - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephano, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*
- 208 Rússia assume a presidência do BRICS plus e anuncia as prioridades para 2024. Sherpas e vice-sherpas do BRICS+ reúnem-se sob o novo formato para trocar pontos de vista nas principais áreas internacionais - *Claudia Hoirisch*
- 218 2024: Enfrentando velhos desafios e mirando novas possibilidades na Saúde e Política Latino-Americana - *Sebastian Tobar, Samia de Brito e Miryam Minayo*
- 230 Próxima Cúpula da União Africana com o Presidente Lula - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 242 Perspectivas para o 2024 europeu - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 245 The EU Global health strategy. Potential synergies with Brazil-led G20 health strategy – *Juan Garay*
- 256 Caso encerrado - *Santiago Alcázar*
- 259 Sai 2023, entra 2024 e avança o choque de civilizações. A profecia *Huntingtoniana* se concretizando - *Lúcia Marques*
- 270 O imbróglio do Oriente Médio - *Cesário Melantonio*
- 272 A polêmica sobre a guerra em Gaza no Lancet - War was never necessary: Gaza is the best example - *Luis Eugenio Souza, Paulo Buss, Santiago Alcázar*
- 274 PAC Chinês II em ano de festa - *André Costa Lobato*
- 278 Atualização EUA - *Guto Galvão*
- 283 Garibaldi ou balde de gari? - *Adhemar Bahadrian*

**Créditos dos Autores deste Fascículo - 285**

**\*\*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 288**

**\*\*\*Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 289**

## CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

### Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 01/2024 – 01 de janeiro a 06 de fevereiro de 2024

#### **Apresentação**

Os **Cadernos Cris de Saúde Global e Diplomacia da Saúde** entram no seu quinto ano ininterrupto de publicação, com fascículos quinzenais que começaram a ser publicados em março de 2020, resultado das sessões também quinzenais do **Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS/Fiocruz** e do **Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul**, iniciativa conjunta da Fiocruz e da *Organização Mundial da Saúde / Organização Pan-americana da Saúde*, que a instituição sedia desde 2014.

Em 2024, o CRIS comemora seus 15 anos de criação (2009) e o Centro Colaborador OMS/OPAS para Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul, seus 10 anos de existência (2014).

Em 2023, o mundo mudou e continuará a mudar, com implicações profundas para a saúde humana e o bem-estar em todos os países e territórios locais. Identificamos a permanência da profunda crise multidimensional global: política, social, econômica, ambiental e sanitária, que só tem se acelerado e ameaça com gravidade a saúde humana e planetária em todas as partes.

*A desigualdade entre nações e entre classes sociais dentro de cada país é o maior desafio socioeconômico e sanitário a ser enfrentado globalmente. As crescentes desigualdades dentro e entre os países é uma marca deste século XXI, com severos prejuízos para os países mais pobres e para os mais pobres em todos os países.*

O ritmo das *alterações climáticas e da degradação ambiental* acelerou, emergindo como a maior ameaça à saúde humana no século XXI, ao lado de condições econômicas, políticas e sociais críticas. As temperaturas globais continuam a subir e, lamentavelmente, tudo indica que excedam 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais até 2030. Condições meteorológicas que produzem eventos graves, extremos de temperatura, poluição atmosférica e química, transposição das barreiras naturais entre espécies animais e humanos por microrganismos patogênicos, doenças epidêmicas sensíveis ao clima - todos estes processos com efeitos deletérios sobre a saúde - estão aumentando em frequência em todo o mundo.

*A migração e os deslocamentos humanos forçados* atingiram níveis sem precedentes, com cerca de 1 bilhão de pessoas que migraram ou foram deslocadas à força devido a condições econômicas, sociais, ambientais, políticas, de conflito e outras. As *mudanças demográficas* são dinâmicas, dominadas pelo envelhecimento da população em muitos países, juntamente com o aumento da urbanização em todo o mundo. A falta de perspectivas de *trabalho decente* para os jovens é uma marca dos tempos atuais. O trabalho escravo permanece em todos os quadrantes do planeta.

Os *serviços públicos básicos* têm dificuldade em acompanhar o ritmo de tais mudanças, com quase 30% da população mundial sem acesso a um abastecimento de água potável, com deploráveis condições de saneamento, serviços de educação e saúde extremamente precários, particularmente entre os mais pobres, fome – disfarçada no conceito mais brande de

insegurança alimentar – habitações inadequadas, insalubres e vulneráveis a desastres muitas vezes letais.

A *geopolítica* vem mudando drasticamente, com as relações internacionais em franca deterioração, crescentes desequilíbrios de poder entre países e blocos ricos e pobres, instabilidades políticas preocupantes, crescente polarização, conflitos armados bárbaros – mais de 100 em plena vigência hoje, com alta visibilidade para a Ucrânia e Gaza – e crescente ênfase em auto-suficiências nacionais e regionais, em detrimento do multilateralismo que regeu os últimos 75 anos de convivência entre os países.

Paralelamente, os avanços científicos e tecnológicos trouxeram o mundo para uma *nova era científica e digital*, com enorme potencial para promover o desenvolvimento humano, melhorar a tomada de decisões e aumentar a produtividade, o acesso à informação e a prestação de serviços. No entanto, estes avanços acarretam o risco de graves consequências sociais devido a lacunas no acesso e na regulação, levando a desigualdades exacerbadas, desinformação, *fake news*, exclusão digital. As redes sociais contribuíram para a polarização e uma nociva politização, enquanto a aplicação em rápida expansão da inteligência artificial (IA) já destacou a necessidade de uma governança coordenada para aproveitar o seu potencial, garantindo ao mesmo tempo as proteções necessárias.

O número constante e crescente de *crises e emergências sanitárias* têm sido a regra. A pandemia de Covid-19 teve um impacto terrível na vida humana, com enormes consequências para a saúde e o bem-estar a nível mundial, especialmente para as pessoas em situações vulneráveis, bem como perturbações econômicas e sociais devastadoras. A recuperação continua lenta, tanto para os sistemas de saúde, como para os sistemas económicos.

A combinação de tendências de longo prazo e de emergências e crises agudas e prolongadas, bem como as interações entre elas, criaram um ambiente particularmente difícil para os países protegerem e promoverem a saúde e o bem-estar das suas populações, como evidenciado pelos diminutos progressos alcançados na consecução da maioria dos ODS, segundo as Nações Unidas<sup>1</sup> e, conforme a OMS<sup>2</sup>, pela taxa decrescente de melhoria da Expectativa de Vida Saudável (HALE), um indicador abrangente de mortalidade e morbidade.

A incerteza econômica continua comprometendo o crescimento que, quando ocorre, acaba por ampliar as desigualdades pré-existentes, dado o modelo concentrador de renda e poder dentro qual se desenvolve. O aumento dos encargos da dívida, a inflação persistente e a redução do espaço fiscal impactam negativamente os investimentos públicos no desenvolvimento social (saúde, educação, habitação, infraestrutura, proteção social e ambiental, por exemplo), particularmente nos países em desenvolvimento do Sul Global.

Deflagraram-se inúmeros conflitos de grande escala em todas as latitudes – cujos exemplos recentes mais marcantes são a guerra na Ucrânia e a guerra em Gaza – com consequências profundas e imediatas para grandes contingentes de populações civis e com

---

<sup>1</sup> UN. *The Sustainable Development Goals report: special edition*. New York: United Nations; 2023. Ver: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2023.pdf> Acesso: 28/01/2024

<sup>2</sup> Baseado em: Global Health Estimates website (<https://www.who.int/data/global-health-estimates>) e World Population Prospects website (<https://population.un.org/wpp/>), apud WHO. *Draft Fourteenth General Programme of Work*. Acesso: 28/01/2024.

implicações sociais, econômicas e políticas a longo prazo. Um número recorde de 340 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária em todo o mundo.

Os gastos militares alcançaram estratosféricos e obscenos USD 2,4 trilhões em 2022, enquanto assistimos desolados a ausência de recursos para deter a pobreza e a fome, as condições ambientais deletérias, entre as quais as mudanças climáticas e perda da biodiversidade, ou a implementação de políticas sociais de bem-estar e, claro, de saúde.

A Agenda 2030 e seus ODS, pela sua amplitude em todas as áreas do desenvolvimento, é um bom termômetro para visualizar a situação social, econômica, ambiental e sanitária global, regional e nacional. Nos balanços realizados pelas Nações Unidas e por outros atores políticos e técnicos relevantes, o desempenho a meio-caminho de 2030 é muito ruim. Os sinais para 2024 tampouco são estimulantes, pois tudo indica que os poderosos do mundo continuarão aplicando somas imensas em guerras e armamentos, para desfrute da indústria armamentista, ao invés de aplicar tais recursos no desenvolvimento, o que potencialmente contribuiria até para a redução de conflitos.

No campo específico da **saúde na Agenda 2030**, oferecemos aos leitores uma tradução ao português da secção sobre a situação da mesma, contida no corpo de documento sobre o próximo XIV plano quadrienal de trabalho da OMS 2025-2028.

Diante deste quadro desolador, resta-nos a denúncia, a resistência e a construção de propostas de intervenção erigidas sobre evidências e boas práticas políticas e técnicas que, sem dúvida, também existem e que iremos compartilhar com nossos leitores.

### ***Eleições pelo mundo***

Cerca de 2 bilhões, quase metade da população adulta do planeta, tomarão parte em votações em mais de 80 países de todos os continentes em 2024. Provavelmente só em 2048 o mundo voltará a ter tantas disputas eleitorais. Até dezembro, haverá eleição no país mais poderoso (Estados Unidos) e no mais populoso (Índia). Na Indonésia, estão em jogo Presidência e Congresso. Na União Europeia, vagas no Parlamento. Haverá eleições em países com maioria muçulmana (Paquistão), católica (México) e anglicana (Reino Unido). Realizam-se pleitos também na Rússia, na Venezuela e no Irã. Mesmo disputas em países pequenos podem ter importância global, como a ocorrida em Taiwan, um desafio à influência da China: por lá, venceu William Lai, candidato hostil à China, o que aprofundará divisões com Pequim. Biden, surpreendentemente, adiantou-se em declarar ser contrário à independência da ilha em relação à China.

Na América Latina, realizam-se em 2024 seis das mais de 80 eleições que acontecerão no mundo inteiro, sem contar as municipais no Brasil e no Chile. Por aqui, a direita recebeu em 2023 um sopro de vida com a eleição de Milei (Argentina) e de Noboa (Equador), interrompendo a sequência de eleições de governos de esquerda, no Chile, Colômbia e Honduras, que vinham apontando um retorno da 'onda rosa'. Em 2024, ocorrerão eleições presidenciais decisivas em relação ao perfil ideológico que vigorará na região: em El Salvador (fevereiro), no Panamá (maio), na República Dominicana (maio), no México (junho), no Uruguai (outubro) e na Venezuela (possivelmente em dezembro).

A direita continua seu avanço na Europa, com o resultado das eleições na Holanda, por exemplo, e as posições cada vez mais conservadoras no âmbito da União Europeia, de saudosa

memória dos tempos da social-democracia do pós-guerra que inspirou tantos povos ao redor do mundo.

Os Cadernos vão acompanhar, na medida do possível, os impactos dos resultados eleitorais e das políticas sociais e de saúde dos vencedores, defendendo sempre os processos democráticos formais, que são o pouco que nos resta ainda a defender enfaticamente.

**Alcázar** faz um recordatório da criação e desenvolvimento das **Nações Unidas** desde sua criação e comenta a agudização da crise do multilateralismo, que se expressa com o estado de guerra instalado no mundo, que atenta contra os objetivos centrais da ONU, centrada nos direitos humanos, incluindo o desenvolvimento sustentável com equidade.

Nas **Nações Unidas**, o Brasil acaba de ser eleito por aclamação, em 2 de fevereiro, mais precisamente, a presidência da **Comissão para Consolidação para Paz (PCB)** para o ano de 2024. A PCB tem o objetivo de avançar a agenda de consolidação da paz na ONU, auxiliando países em transição pós-conflito. A Comissão preenche lacuna institucional entre o Conselho de Segurança (CSNU), em seu papel de garantidor da paz e segurança internacionais, e o Conselho Econômico e Social que se dedica ao progresso econômico e desenvolvimento social dos Estados Membros.

O Brasil defende abordagem integrada da prevenção e resolução de conflitos e da manutenção e consolidação da paz. É necessário dar atenção à relação de interdependência entre segurança e desenvolvimento, bem como à busca por soluções políticas inclusivas e sustentáveis. O Brasil já havia ocupado tal posição em 2014, além de ter sido ator importante nas negociações que resultaram, em 2005, na criação da Comissão de Consolidação da Paz e, desde 2010, está presente ininterruptamente entre os 31 membros do órgão.

No âmbito da **Organização Mundial da Saúde (OMS)** o ano de 2024 inicia com diversos desafios, segundo nossos analistas **Reges, Bermudez e Galvão**. É esperado que na **77ª Assembleia Mundial da Saúde**, em maio deste ano, sejam apresentadas as conclusões da revisão do *Regulamento Sanitário Internacional* e o documento final do *tratado pandêmico*. Entretanto, a robustez, clareza e compromisso com a equidade estão sendo perdidos no caminho. Estamos vendo um tratado que não tem se delineado como uma fortaleza para todo o mundo, e sim mais uma arena de disputas entre Sul e Norte global, com temas de acesso e equidade fragilizados. A busca por um mundo que não só fale de solidariedade, mas que a exerça em plenitude tem sido difícil. Em janeiro aconteceu a sessão do *Conselho Executivo da OMS*, no qual se discutiu o Plano de Trabalho da OMS de 2025-28, financiamento sustentável da Organização e diversos outros itens da agenda; e nas próximas semanas teremos novas reuniões do RSI e do INB. Ano agitado, prazos curtos e expectativas mantidas.

O período compreendido entre o final de 2023 e o início de 2024 esteve marcado pela eleição da Presidência e vice-presidências do **Conselho de Direitos Humanos**. Um perfil bastante conservador em termos políticos especialmente no ambiente de tensão geopolítica existente, segundo nosso analista **De Negri Filho**. Indonésia pode ser considerada a posição mais avançada nesta composição. Em dezembro 2023 o Mecanismo Internacional de Especialistas Independentes da ONU para Promover a Justiça Racial no Contexto da Aplicação da Lei, fez uma visita de 12 dias ao Brasil. No dia 5 de fevereiro de 2024 ocorreu o Painel intersessional de discussão sobre os desafios dos direitos humanos na abordagem e combate a todos os aspectos do problema mundial das drogas. Tema complexo e inserido no marco da geopolítica global com forte impacto na saúde pública internacional. Finalmente, o autor destaca a agenda tentativa da 55ª Sessão do CDH, de 26 de fevereiro a 05 de abril de 2024, que permite localizar e entender a amplitude de temas gerais e de interesse para a saúde global.

A **COP28**, realizada em Dubai em 2023, foi marcada pelo estabelecimento de um *Fundo de Perdas e Danos*, maior financiamento climático e ênfase em uma transição energética. A COP28 trouxe a saúde para o centro das discussões, com um *Dia da Saúde* dedicado e a assinatura da *Declaração de Dubai sobre Saúde e Mudança Climática*. No entanto, para nossos analistas **Magalhães e Galvão** a conferência destacou uma ambição global climática insuficiente, representando uma preocupação significativa.

Já durante a 154.<sup>a</sup> *Sessão do Conselho Executivo da OMS*, foi proposta uma resolução em debate sobre *mudanças climáticas e saúde*, destacando riscos à saúde e urgência de ação global. A proposta aborda a falta de resposta adequada, incluindo financiamento insuficiente, e propõe ações específicas, como conscientização e neutralidade de carbono até 2030. Uma contraproposta de países em desenvolvimento amplia a abordagem, incluindo questões como poluição, perda de biodiversidade e segurança alimentar e gênero, com foco em mobilização de recursos para países em desenvolvimento. Na agenda, também foi apresentado um *relatório sobre impactos ambientais*, citando 24% das mortes globais em 2016 foram relacionadas a fatores ambientais, enfatizando a necessidade de medidas eficazes.

A diretora do **PNUMA**, Inger Anderson, destacou desafios e prioridades do Programa como a exploração sustentável de metais, combate à poluição plástica e desertificação, mudanças climáticas e perda da biodiversidade, e enfatizou a necessidade de financiamento. O *relatório Esverdeando o Azul 2023*, avaliou a pegada ambiental do sistema da ONU. A principal fonte de poluição são as viagens aéreas. A OMS foi classificada como não atendendo plenamente às expectativas.

A OMS lançou um *Guia de Implementação de Saúde Única pela Quadripartite* que descreve seis linhas de ação para abordar desafios na interface homem-animal-planta-ambiente, promovendo uma saúde abrangente e de longo prazo até 2030.

**Mendes** apresenta uma breve reflexão crítica sobre a complexidade do mundo do trabalho, e sobre o papel da **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** no contexto global, na sua missão de tentar promover a justiça social por meio do emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. São analisados no texto: (i) a aprovação pelo Conselho de Administração da OIT da *“Estratégia Global de Saúde e Segurança no Trabalho (2024-2030)”*, ocorrida no final de outubro de 2023; (ii) o lançamento do documento *“Perspectivas Sociais e do Emprego no Mundo: Tendências 2024”*, ocorrido em 10 de janeiro de 2024, do qual se transcreve o *Resumo Executivo*; (iii) apresentação de um quadro com os principais eventos que serão promovidos pela OIT em 2024, os quais serão monitorados por este “observador” e oportunamente analisados nesta seção dos Cadernos CRIS.

**Massari e Gomes** trazem um conjunto de informações que lhes permite refletir sobre o contexto da agenda global da **saúde da mulher criança e adolescente** e pontos que, no seu entendimento, o Brasil ainda precisa avançar.

**Nilsson, Oliveira-e-Silva, Ell e Ubarana** relatam a agenda global de **segurança alimentar e nutricional global** no início de 2024 e as perspectivas para o ano. Entre 2023 e 2024, continuou a repercussão das discussões sobre a transformação dos sistemas alimentares e foram lançadas novas ferramentas para informações pela **FAO**. As perspectivas para 2024 estão focadas no papel da transformação dos sistemas agroalimentares globais no alcance dos ODS, eliminando a fome, reduzindo as desigualdades e garantindo a saúde das populações no mundo, não deixando ninguém para trás.



Ao longo de 2023, **Sanglard, Gaspar e Rodrigues** dedicaram-se a acompanhar as diversas ações da **UNESCO**, debruçando-se sobre temas como ensino superior e formas de valorização da docência; patrimônio e guerra; mudanças climáticas e água; construção de parcerias; e equidade de gênero. Também divulgaram ações de valorização do patrimônio nacional, próximos projetos e a conferência da UNESCO em fins de novembro último. O painel apresentado mostra a diversidade das ações do organismo internacional e um balanço do alcance de sua agenda 2030 com seus objetivos estratégicos.

O artigo de **Cazumbá** mostra algumas das ações e perspectivas das **instituições financeiras multilaterais BID, Banco Mundial e FMI** durante os meses de dezembro de 2023 a janeiro de 2024.

Com vista à próxima Conferência Ministerial, a reforma da **Organização Mundial do Comércio (OMC)** foi tema do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimento do G20, no âmbito da presidência rotativa do Brasil do G20, e da reunião virtual do Grupo de Ottawa da OMC. **Commonwealth e UNCTAD** lançam relatório intitulado *“Aproveitando os direitos de propriedade intelectual para a inovação, o desenvolvimento e a transformação econômica nos países menos desenvolvidos”*. **Chamas e Cesário** reportam.

Entre 10 de dezembro de 2023 a 05 de fevereiro de 2024, foram monitoradas 55 **Organizações da Sociedade Civil (OSC)**, 46 *de interesse público* e 9 *de interesse privado*, sendo que 10 não tiveram manifestações a serem registradas. Entre os temas mencionados pelas **OSC de Interesse Público**, a guerra em Gaza e Cisjordânia foi o mais frequente. Também tiveram destaque as críticas à decisão de alguns países de suspenderem o financiamento à UNRWA, considerada como indispensável para minimizar o sofrimento de civis e refugiados. As mudanças climáticas foram motivos de muitas manifestações, principalmente quanto aos riscos à saúde e ao impacto desigual nas comunidades carentes e em países menos desenvolvidos. Por sua vez, as **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado** concentraram-se em divulgar o financiamento a projetos de redução das desigualdades em saúde e o fomento à pesquisa e inovação tecnológica. Além destes temas, teve relevância a questão das doenças transmissíveis, incluindo as ações de eliminação de doenças negligenciadas (filariose, oncocercose, malária e leishmaniose) e a erradicação da poliomielite. As manifestações colhidas nos últimos dois meses indicam que, salvo algum acontecimento extraordinário, o ano que se inicia assistirá as organizações da sociedade civil atuando em torno dos mesmos desafios em que atuaram em 2023. Em 2024, até o momento, nada de novo *no front*, segundo o **grupo de pesquisadores e analistas** liderados por **Luiz Eugênio Souza**.

A partir de 1º de janeiro deste ano, a Rússia assumiu a presidência dos **BRICS** e planeja realizar 200 eventos no contexto de sua presidência, incluindo cerca de dez reuniões em nível ministerial. No primeiro dia do ano, o grupo passou a ser denominado BRICS+, com o ingresso de cinco países-membros, Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã, conforme aprovado na 15ª Cúpula do BRICS em 22/08/2023, em Joanesburgo. Em dezembro de 2023, o novo presidente argentino Javier Milei já havia informado a cada um dos líderes do BRICS que o país não ingressaria no bloco, uma vez que é um crítico ferrenho do socialismo/comunismo representados pela China e Rússia.

Putin delineou três áreas principais onde a Rússia continuará a promover a parceria BRICS: política e segurança, economia e finanças, e contatos culturais e humanitários. As prioridades abrangem diversos setores, como os cuidados de saúde, a ciência e a tecnologia e a proteção ambiental. Os sherpas e vice-sherpas reuniram-se pela primeira vez nesse ano entre

os dias 30/1 e 1/2 já sob o formato alargado. O sherpa russo do BRICS e vice-MRE Sergey Ryabkov falou sobre as prioridades da presidência russa do BRICS para este ano. Segundo ele, o foco estará no maior uso de moedas e instrumentos de pagamento nacionais e locais nas transações transfronteiriças do grupo, a fim de reduzir os efeitos secundários negativos do atual sistema econômico global. O sherpa chinês do BRICS Ma Zhaoxu disse que seu país acredita que é necessário usar moedas nacionais em acordos entre países e promover o desenvolvimento do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS. Mehdi Safari, sherpa do BRICS do Irã, observou que Teerã também espera intensificar a transição para liquidações em moedas nacionais durante a presidência da Rússia na aliança. Abhishek Singh, representante do MRE da Índia e sherpa do país na aliança, fez uma proposta para criar um depósito único de medicamentos do BRICS. Durante a reunião, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros egípcio, Ragui El-Etreby, expressou que o Egito aguarda com expectativa a ajuda da Rússia como presidente do BRICS na abordagem da insegurança alimentar e energética. E finalmente, Ana Maria Bierrenbach, subsherpa do Brasil no BRICS falou sobre as conquistas na cooperação entre os países do bloco no ano passado sob a presidência sul-africana: "Graças às reuniões do BRICS em 2023, fizemos um progresso sério na ciência, tecnologia e saúde." Bierrenbach observou que uma das principais decisões do ano passado foi a adesão de novos membros. Reportou-nos a analista e pesquisadora **Cláudia Hoirsch**.

O primeiro informe de 2024 sobre o **Sul Global** destaca a tão esperada **3ª Cúpula do Sul** organizada e promovida pelo **G-77**. Depois de 19 anos, esta reunião marca uma retomada intensa da presença do Sul Global no cenário político internacional e foi realizada no ano em que o Grupo celebra 60 anos de existência. Reunindo mais de 130 países para articular e promover os seus interesses coletivos e para melhorar a sua capacidade de negociação conjunta dentro do sistema da ONU, a cúpula do G77 contou com a participação as presenças do Secretário Geral e do presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, a Diretora do UNOSSC, o Diretor Executivo do Centro Sul e diversas autoridades, inclusive o chanceler brasileiro, Mauro Vieira. A 3ª Cúpula do Sul destacou o fortalecimento da cooperação Sul-Sul principalmente nas áreas do comércio, investimentos, desenvolvimento sustentável, alterações climáticas, erradicação da pobreza e economia digital. O **Movimento dos Não-Alinhados** realizou sua **19ª Cúpula** em meio a uma crise econômica internacional em que inúmeros países do Sul estão esmagados por juros exorbitantes das dívidas externas, em que os direitos humanos, o direito internacional, as Convenções de Genebra e a Carta das Nações Unidas vêm sendo desrespeitados impunemente e os conflitos estão se alastrando e proliferando – do Sudão à Ucrânia e Gaza. O artigo é de **Ungerer, Kastrup, Nery e Buss**.

O **G7**, **G20** e a **OCDE** são reportados por um grupo de analistas e pesquisadores do CRIS, liderado por **Burger, Estephano e Esteves**. No **G20**, o grupo registra os primeiros passos da presidência brasileira, desde o final de 2023. Com um novo ano pela frente, reuniões dos Grupos de Trabalho e Forças-Tarefa já aconteceram e resultaram em saldos positivos. No **G7** os autores reportam que em primeiro de janeiro houve a passagem de bastão da presidência para a Itália. Será a sétima vez que o país vai presidir o G7. Defesa do sistema internacional baseado em regras, fortalecimento dos laços com as nações em desenvolvimento e as economias emergentes, migração e inteligência artificial serão os temas principais da nova presidência. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a publicação de um relatório sobre perspectivas econômicas para a América Latina e Caribe, dois estudos econômicos sobre o Brasil, quatro estudos relacionados ao tema saúde e uma breve expectativa para o ano de 2024 para a organização.

No corrente informe sobre **América Latina e Caribe**, nossos analistas **Tobar, Minayo e Brito** trazem uma retrospectiva e novidades dos principais temas sobre política, saúde e economia na região. Discutem as principais atividades da **CEPAL** e da **SEGIB** em inícios de 2024. Destacam as ações e agendas do **ORAS-CONHU, SECOMISCA, SELA e OTCA** entre dezembro 2023 e janeiro 2024. Além disso, descrevem os objetivos prioritários da Presidência pró-tempore paraguaia no **Mercosul** e analisam os percalços atuais das negociações do *Acordo Mercosul União Europeia*. Por fim, trouxemos o tema de eleições na região e a reeleição, em El Salvador, de Nayib Bukele.

O informe de **Silva, Mahoche, Cá e Rosenberg** analisa os principais acontecimentos na **Região Africana** nos períodos de dezembro 2023-janeiro 2024. No primeiro período destacam-se o lançamento da iniciativa sobre a harmonização e melhoria de estatísticas vitais na África Ocidental e Central, patrocinada pela União Africana com financiamento do Banco Mundial, a missão de avaliação a São Tomé e Príncipe conduzida pelo CDC África, para apresentação da nova visão estratégica do CDC África e das suas seis prioridades; a avaliação da preparação e da resposta a emergências de saúde pública; e a identificação de áreas de apoio a São Tomé e Príncipe face a vários desafios de saúde. O anúncio da GAVI sobre a criação do acelerador de fabrico de vacinas em África, a distribuição da primeira vacina contra a malária em países selecionados pela OMS e a certificação de Cabo Verde pela OMS como país livre de malária. No segundo período, é feita uma antevisão da próxima Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Africana com expectativa sobre a participação do Presidente do Brasil, Lula da Silva. As decisões tomadas pela Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC sobre os recorrentes surtos de cólera nessa região.

O informe sobre **Europa**, assinado por **Freire**, aborda algumas perspectivas para o ano europeu, mas se concentra na proposta da UE sobre o Acordo para enfrentamento e respostas à novas pandemias, entregue à OMS no final de 2023. Os protestos dos agricultores franceses dão uma pista sobre o futuro do Acordo UE-Mercosul, que naufragou ano passado, mas ainda não saiu de pauta, já que dirigentes europeus e Lula, seguem insistindo num acordo em suas retóricas.

A nosso convite o especialista da **União Europeia, Juan Garay**, traz aos Cadernos uma preciosa síntese da estratégia global de saúde da União Europeia, indagando sobre as potenciais sinergias com a estratégia de saúde do G20 liderada pelo Brasil.

**Alcázar** analisa o **caso Putin**, relativo às crianças ucranianas, caso encerrado pelo Tribunal Penal Internacional, e tece ironicamente comparações com as acusações de genocídio feitas pela África do Sul a Israel.

Sai 2023, entra 2024. Guerras políticas, ideológicas, religiosas, étnicas, econômicas e tecnológicas continuam. E cada vez mais acirradas, envolvendo cada vez mais atores, o que torna mais difícil alcançar um bom termo, quiçá, uma paz. Mais de 70 eleições em todo o mundo em países que abrigam mais da metade da população global; entre elas, a eleição americana, com dois candidatos já conhecidos por sua política externa belicosa, e que terá sérias consequências para o mundo, mais uma vez. Segundo **Marques**, são dezenas de tabuleiros e jogos, sanções econômicas, ações militares diretas ou por procuração e interesses ocultos. E um mundo cada vez mais dividido.

Cresce o choque de civilizações. E nos faz refletir sobre a teoria proposta em 1993 pelo sociólogo e cientista político americano, Samuel Philip Huntington, sobre choque de civilizações. Segundo ele, as pretensões universalistas do Ocidente o levariam cada vez mais para o confronto

com outras civilizações, em especial, com o Islã e a China. O autor já falava sobre o ressurgimento das culturas não-ocidentais, do crescimento do sentimento interno das próprias civilizações. Esse cenário de choque de civilizações se soma à realidade das múltiplas crises climática e econômica, à geopolítica em mutação, à guerra midiática e à incapacidade do sistema ONU, igual desde sua criação, de ser o interlocutor forte que o mundo não-hegemônico e multipolar precisa.

O **embaixador Cesário Melantônio** examina a confusa situação geopolítica instalada no Oriente Médio, que chama de 'imbróglio', especulando sobre os interesses regionais e globais das forças em conflito.

A República Federativa do Brasil e República Popular da **China** comemoram 50 anos de relações diplomáticas, 25 anos de lançamento do CBERS e 20 anos de COSBAN. **Lobato** informa que o ano começa com encontro de Wang Yi com Lula, Alckmin, Celso Amorim e Mauro Vieira e deve culminar com visita de Xi Jinping ao Brasil, que também sediará o G20. Mês passado, em 18 e 19 de janeiro, Wang Yi realizou a Quarta Reunião do Diálogo Estratégico Global entre China e Brasil. Os dois lados anunciaram a ampliação de cinco para dez anos a validade de alguns tipos de vistos. Entre as expectativas para os 50 anos de relações entre China e Brasil está o lançamento do centro sino-brasileiro de pesquisa e prevenção de doenças infectocontagiosas. Em 10 de fevereiro começa o Ano do Dragão no calendário chinês.

**Guto Galvão** traz no seu informe sobre os **Estados Unidos** o tema da atualização do Pefpar que enfrenta alguns desafios no processo de reautorização. *A reautorização do Pefpar* provocou uma discussão matizada sobre a interação entre saúde global, política externa e prioridades políticas domésticas. Encontrar um equilíbrio delicado entre esses interesses concorrentes é essencial para sustentar o impacto do programa que salva vidas e proteger o bem-estar de milhões de pessoas em todo o mundo. Aborda também *os esforços do presidente Biden para reduzir os preços dos medicamentos*. Depois de enfrentar décadas de oposição, o presidente Biden conseguiu promulgar a Lei de Redução da Inflação que enfrenta as grandes farmacêuticas e dá ao Medicare o poder de negociar os preços dos medicamentos. E finalmente reporta que, em homenagem ao Mês da História Afrodescendente, o Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA (HHS) anunciou seu compromisso com o avanço da *equidade de saúde para os afrodescendentes americanos*.

Encerramos este Caderno com uma homenagem ao grande brasileiro, notável diplomata e figura humana carismática, o **Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães**, recentemente falecido. O autor de um dos livros seminais sobre o Brasil e a América Latina, *'Desafios brasileiros numa era de gigantes'*, teve brilhante e decisiva carreira diplomática, servindo ao Brasil durante sua longa jornada com denodo e qualidade, e uma preciosa vida acadêmica, atestada por seus inúmeros textos, aulas, livros e toda sorte de produtos derivados da sua inteligência e postura humanística.



Estará sempre conosco, Samuel!

Para finalizar, temos a satisfação de anunciar a realização do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde, que inaugura dia 21 de fevereiro, constituído de 25 seminários avançados quinzenais.

Nos Cadernos vamos realizar um acompanhamento especial do G20, cuja presidência em 2024 toca ao Brasil.

Tenham uma boa leitura e até a próxima quinzena.

**Rio de Janeiro, Manguinhos, 08 de janeiro de 2024**

***Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger***

**Coordenação do CRIS/Fiocruz – Editores dos Cadernos**

## Em homenagem às vítimas

**Santiago Alcázar**

Já em abril do ano passado as coisas andavam mal. O Secretário-Geral, esse profeta que parece gritar no deserto, nos havia alertado: *na metade do caminho para 2030 estamos deixando para trás mais da metade do mundo. Se não fizermos algo urgente, a Agenda 2030 será o epitáfio de um mundo que poderia ter sido*<sup>3</sup>. Veio setembro e a Cúpula da AGNU sobre ODS. Em cima das mesas dos Chefes de Estado e de Governo, reunidos no plenário da Assembleia Geral, pousavam cópias nos seis idiomas do projeto de Declaração Política, penosa e longamente negociada por delegados no Foro Político de Alto Nível (HLPF). Todo o processo de negociação é complexo, mas algumas coisas não podem deixar de ser ditas. Na metade do caminho, frente a tantos fracassos que deixam de fora mais da metade do mundo, era preciso identificar os obstáculos e os *obstaculizadores*. Afinal, não é a Natureza que impede que tenhamos um mundo melhor. Alguém obstaculiza! O texto que saíra do HLPF continha passagens que apontavam a responsabilidade dos países desenvolvidos pelo aumento das inequidades, pela falta de acesso a medicamentos e insumos de saúde, pelo aumento das emissões de gases de efeito estufa e pelo peso da dívida pública dos países em desenvolvimento. No meio do caminho entre o HLPF e a Cúpula da AGNU sobre os ODS, no entanto, todas essas referências explícitas foram retiradas. O texto final da Declaração, aprovado pelas mais altas autoridades, foi esterilizado e higienizado. O resultado é um documento anódino. Ninguém é responsável. E a impressão que fica é que, sim, algo na Natureza obstaculiza o caminho para um mundo melhor. Não há como deixar de ver nisso traços de uma antiga culpabilidade por termos de carregar a maldita carne, mais maldita ainda nos trópicos. Ninguém ouve o profeta que grita no deserto. Naquele mesmo dia, no mesmo arroubo inflamado que denunciou a falta de empenho e dedicação e fazia um chamado à ação, sob pena de tornar o mapa de caminho para o desenvolvimento um epitáfio, gritou ao vento: *a inequidade e a injustiça que se observa nas relações internacionais perpassa todo o sistema, inclusive as Nações Unidas, a arquitetura financeira internacional, os bancos e as agências de avaliação de crédito*. Teremos esquecido a razão de ser das Nações Unidas?

A Carta é o instrumento constitutivo da Organização das Nações Unidas. Contém um preâmbulo e 111 artigos. Paz e segurança, direitos humanos, desenvolvimento, autodeterminação e justiça – são os seus eixos ordenadores. Todos, contudo, podem ser reduzidos a um único eixo: direitos humanos. Os outros quatro eixos são ramificações desse eixo central. Assim, por exemplo, desenvolvimento é o direito humano ao desenvolvimento, que é o conjunto de determinantes econômicos e sociais que fazem possível a realização dos direitos humanos. Autodeterminação é o reconhecimento do direito humano à autodeterminação dos povos colonizados à época da criação das Nações Unidas. É preciso recordar que somente 50 Estados assinaram a Carta na cidade de São Francisco, em 26 de junho, de 1945. A ONU conta hoje com 193 Estados membros. Justiça é um direito humano fundamental porque garante a observância e a efetivação do conjunto dos direitos humanos. Por último, paz e segurança são a condição *sine qua non* para a própria realização dos direitos humanos. Nesse sentido, seria

---

<sup>3</sup> <https://press.un.org/en/2023/sgsm21776.doc.htm>

legítimo dizer que as Nações Unidas foram a primeira organização multilateral voltada para a questão dos direitos humanos.

A ideia dos direitos humanos não nasceu de uma concha do mar, como Vênus no famoso quadro de Sandro Botticelli. A Declaração de Independência dos EUA, primeiro, e pouco mais tarde a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da França revolucionária são os seus antecedentes. Mas como aparece na Carta e como se relaciona e absorve as demais ideias presentes é algo inédito e revolucionário, que expande para dimensões impensadas aquelas ideias primordiais.

As primeiras palavras do preâmbulo da Carta anunciam algo novo. Diz-se, *Nós, os povos das Nações Unidas*, que não é ainda a Organização, mas os povos unidos em torno a um projeto de reconhecimento e valorização dos direitos humanos. Tratava-se de um projeto em torno a um projeto de alcance universal, i.e., de todos, para todos e por todos. O pragmatismo, diz a sabedoria milenar, é o filho predileto da política. Por essa razão, *Nós, os povos* passou a ser entendido como *Nós, os representantes dos governos*, que não é a mesma coisa. Assim, a ideia original, revolucionária, teve de ser tolhida. E como nada acontece no vazio, houve consequências.

Não obstante essa pequena sutileza quase imperceptível, a Organização parecia explodir em iniciativas voltadas para diferentes aspectos dos direitos humanos. Criaram-se a FAO e a UNESCO, em 1945, que são Organizações complexas, especializadas em determinantes específicos dos direitos humanos. Em 1948, adotou-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos e criou-se a OMS, a última organização especializada de primeira geração<sup>4</sup> dedicada a um direito humano. Aplicava-se, não se pode negar, enorme energia na consideração de tudo que parecia relacionar-se com os direitos humanos. Por isso, nesse ambiente de grande otimismo e realizações progressistas, é difícil explicar como no mesmo ano de 1948, teve início o regime de apartheid na África do Sul e a Nakba na Palestina. É verdade que em razão do desastre palestino criou-se o Programa UNWRA, mas o mal já havia sido feito. Tolhida em sua essência universal, a ideia dos direitos humanos sofreu um duro choque de realidade e retraiu-se.

Criaram-se ainda ACNUR e UNICEF, em 1950, é verdade, mas o primeiro é um Programa e, o segundo, um Fundo, construções institucionais menores em comparação com as Organizações. Programas e fundos, ademais, dependem de contribuições voluntárias para financiar as suas ações. Não terá passado despercebido ao leitor atento, que o principal grupo de apoio financeiro ao UNWRA está cortando as suas contribuições em razão de alegadas acusações do Governo de Tel Aviv. Tampouco terá passado despercebido, que essa circunstância acontece num momento histórico talvez comparável ao Nakba, que deu origem ao Programa. Como num relato bíblico, Alfa e Ômega parecem unir-se no desastre, que pode ser definitivo.

A ideia dos direitos humanos retraiu-se após o choque com o apartheid e o Nakba. A ideia dominante então era a lógica da Guerra Fria, contrária e oposta aos direitos humanos. Com a descolonização, os países novos reclamaram o direito ao desenvolvimento e foi esse movimento que permitiu a criação dos programas UNCTAD e PNUD, em 1964 e 1965, respectivamente. É nessa mesma corrente que surge o Pacto Internacional dos Direitos

---

<sup>4</sup> As agências especializadas de 2ª geração são a OMC, 1995 e a OPAQ, 1997.

Econômicos, Sociais e Culturais<sup>5</sup>, em 1966, mas foi preciso esperar 20 anos para que, em 1986, se reconhecesse e adotasse a Declaração das Nações Unidas sobre direito humano ao desenvolvimento<sup>6</sup>. Todas essas ideias de desenvolvimento sofriam, e sofrem, da escassez de recursos a elas dedicadas. Não é por outra razão que a questão do desenvolvimento, não obstante a consideração do projeto de tratado sobre direito ao desenvolvimento, trabalhado no seio do Conselho de Direitos Humanos, continua pendente e incerto. Como relatado no último CRIS de 2023<sup>7</sup>, discutiu-se sobre o assunto, em setembro, em Genebra. Enquanto a maioria dos presentes mostrou-se a favor do projeto de tratado, uns poucos argumentaram que talvez a ideia de instrumento vinculante não fosse o melhor caminho para tratar o tema do desenvolvimento. Outros, menos, propuseram envidar esforços para implementar a Agenda 2030. É curioso, ao menos, que os *obstaculizadores* do primeiro parágrafo deste artigo sejam os que agora querem revitalizar a Agenda 2030. Cínicos ou surdos, ignoraram as segundas advertências do SG de que a Agenda poderia tornar-se um epitáfio sobre o mármore. É provável que, não obstante todo o esforço dos socorristas de plantão, nas cúpulas, nas reuniões de alto nível, na própria AGNU e no Conselho de Segurança, ela já se tenha ido, pois no ar que se respira hoje parece não haver lugar para partículas subatômicas de amor e solidariedade.

A Covid-19 causou-lhe danos imensos, alguns irreparáveis. A guerra na Ucrânia rachou ao meio a nave que a conduzia. Quem se lembra hoje da resolução da AGNU Res/70/1<sup>8</sup>? Quem se lembra que ela foi a tentativa mais importante para trazer à cena novamente o espírito dos direitos humanos, tal como imaginada no momento de criação das Nações Unidas?

A década de 1990 havia produzido o mais importante ciclo de conferências sobre temas sociais na história das Nações Unidas – Rio92; Conferência sobre direitos humanos, Viena, 1993; Conferência sobre população e desenvolvimento, Cairo, 1994; Cúpula mundial sobre desenvolvimento social, Copenhague, 1995; Conferência sobre mulher, Beijing, 1995. Com a queda do Muro de Berlin parecia que os temas sociais, sufocados pela lógica da Guerra Fria, saíam ao ar e se tornavam visíveis. Foi, sem sombra de dúvida, um momento mágico de esperança e otimismo. Mas a década de 1990 foi também o momento em que o mundo das finanças, impulsionado pelo foguete da globalização, descolou-se do mundo real e seguiu o seu rumo, não necessariamente o nosso, o de *Nós, os povos*. O foco das finanças não é o mesmo que o da agenda social e, como não podia deixar de ser, os temas levantados naquela década de esperanças continuam pendentes, com futuros incertos, por falta de financiamento.

Por essa razão foi importante a Res/70/1. Foi como um convite para embarcar na maior jornada coletiva da história, com o compromisso explícito, gritado aos quatro ventos, de que ninguém seria deixado para trás. As palavras do SG em abril do ano passado ainda ressoam, como um eco distante que apenas se ouve: *estamos deixando para trás mais da metade do mundo*.

---

<sup>5</sup> <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/relatorios-internacionais-1/pacto-internacional-sobre-os-direitos-economicos-sociais-e-culturais#:~:text=O%20acordo%20diz%20que%20seus,um%20padrão%20de%20vida%20adequado>

<sup>6</sup> <https://www.defensoria.ms.def.br/images/repositorio-dpgems/conteudo-nucleos/nudedh/legislacao-internacional/sistema-onu/29 - Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.pdf>

<sup>7</sup> Ver o artigo “Paz-direitos humanos-desenvolvimento-justiça: o fio condutor complexo que sempre faltou à ONU”, em Cadernos CRIS/Fiocruz 22/2023.

<sup>8</sup> [https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A\\_RES\\_70\\_1\\_E.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf)



Os direitos humanos, *leitmotif* das Nações Unidas, perderam para a Guerra Fria e sobreviveram. Mais recentemente, o mundo paralelo das finanças, que nada tem a ver com a economia real, obstaculiza a plena realização dos direitos humanos, em todas as suas dimensões e ramificações. São amplamente conhecidas as consequências das políticas de ajuste econômico preconizadas pelo FMI para salvar a macroeconomia, sem nenhuma consideração para a economia humana do dia a dia. A estranha fascinação com planilhas de Excel e com vozes do além mata direitos e humanos e o que fica é algo de aspecto monstruoso, capaz de tudo, como uma besta. Ainda assim, não obstante esses graves acidentes de caminho, o espírito dos direitos humanos não esmorece e continua a inflamar as consciências que veem e sentem a dor e o sofrimento do outro, que não é ninguém em particular, mas esse ser de carne e osso que é o meu irmão. Falta indignação? Falta, mas isso é outra coisa.

Hoje, as Nações Unidas estão em crise, ouve-se dizer até a exaustão. Talvez, por esse motivo, a expressão tenha perdido atualidade e soe como campanha em loja de antiguidades. Nos dias que correm, a maior ameaça vem da própria Organização. O Conselho de Segurança, que desde o início insistiu em assumir o papel central da Organização, contra o espírito da Carta e os desígnios de seus fundadores, ameaça a credibilidade da Organização e põe em séria dúvida a sua utilidade. Ao bloquear projetos de resolução que promoveriam o cessar-fogo na loucura da guerra Hamas-Israel, em razão de absurdas escusas frente à tragédia dos palestinos, o Conselho conseguiu a proeza de pôr entre parêntese todo o edifício dos direitos humanos, duramente conquistados e compreendidos e aceitos por maioria que não para de se expandir.

De que serve a Organização se o que a move nesse espaço central é a defesa do assassinato brutal travestido de direito de defesa, ainda que seja somente por parte dos EUA e de seus subordinados? Quanto tempo ainda temos para evitar que mais da metade do mundo fique para trás, até desaparecerem da memória e serem esquecidos, como as picadas de mosquito de um verão passado?

Escrito em homenagem às vítimas da prevalência das lógicas que se sobrepuseram ao respeito aos direitos humanos.

## O que se esperar de 2024?

### *What to wait for 2024?*

**Paula Reges**

**Luana Bermudez**

**Luiz Augusto Galvão**

**Paulo Buss**

**Resumo.** O ano de 2024 se inicia com diversos desafios. É esperado que na 77ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio deste ano, sejam apresentadas as conclusões da revisão do Regulamento Sanitário Internacional e o documento final do tratado pandêmico. Entretanto, a robustez, clareza e compromisso com a equidade estão sendo perdidos no caminho. Estamos vendo um tratado que não tem se delineado como uma fortaleza para todo o mundo, e sim mais uma arena de disputas entre Sul e Norte global, com temas de acesso e equidade fragilizados. A busca por um mundo que não só fale de solidariedade, mas que a exerça em plenitude tem sido difícil. Em janeiro aconteceu a sessão do Conselho Executivo da OMS, no qual se discutiu o plano de trabalho da OMS de 2025-28, financiamento sustentável da Organização e diversos outros itens da agenda; e nas próximas semanas teremos novas reuniões do RSI e do INB. Ano agitado, prazos curtos e expectativas mantidas.

**Palavras-chave:** Executive Board, EB, INB, RSI

**Abstract.** *The year of 2024 begins with several challenges. It is expected that at the 77th World Health Assembly, in May this year, the conclusions of the review of the International Health Regulations and the final document of the pandemic treaty will be presented. However, the robustness, clarity and commitment to equity are being lost along the way. We are seeing a treaty that has not been designed as a fortress for the entire world, but rather an arena for disputes between the global South and North, with issues of access and equity weakened. The search for a world that not only speaks of solidarity, but that exercises it fully has been tricky. In January, the WHO Executive Board session took place, in which the WHO work plan for 2025-28, sustainable financing of the Organization and several other items on the agenda were discussed; and in the coming weeks we will have new WGIHR and INB meetings. Busy year, short deadlines and maintained expectations.*

**Keywords:** Executive Board, EB, INB, IHR

A primeira reunião do ano do Conselho Executivo da OMS (em inglês WHO Executive Board, ou EB) é o pontapé inicial para continuidade dos trabalhos ao redor da agenda em saúde global, vinculada à Organização.

O Brasil ao presidir o G20 assume papel de relevância. Tem a capacidade de modular muito da agenda a ser discutida nos diferentes fóruns, tais como o próprio EB e a Assembleia Mundial da Saúde (AMS). É uma oportunidade como protagonista do sul global, que a liderança e a visão brasileiras em saúde pública e saúde global, sejam realmente elevadas às sessões de alto nível. Como sempre salientado pela Ministra da Saúde brasileira, Dra Nísia Trindade, a saúde

é essencial para construção de um planeta justo, sustentável e com a equidade como princípio transversal.

As prioridades da agenda brasileira em saúde no G20 são divididas em 4 eixos interconectados: equidade em saúde; prevenção, preparação e resposta a pandemias, com foco na produção local e regional de medicamentos, vacinas e insumos estratégicos; saúde digital para a expansão da telessaúde, integração e análise de dados dos sistemas nacionais de saúde; e mudanças climáticas e saúde. Desse modo, essas prioridades devem estar refletidas em todos os posicionamentos brasileiros feitos no EB.

Ao examinar os documentos disponíveis e a agenda programada para o EB, apesar da menção em itens 5 ([Report of the Standing Committee on Health Emergency Prevention, Preparedness and Response](#)) e 14 ([WHO's work in health emergencies Public health emergencies: preparedness and response](#)) sobre report de atividades da OMS em emergências de saúde, apenas em um momento há referência aos dois grandes processos políticos e técnicos atuais: o Órgão Intergovernamental de Negociações para o tratado, instrumento ou acordo pandêmico (INB) e a revisão do Regulamento Sanitário Internacional (RSI).

É evidente que dentre entrelinhas das discussões há menções a ambos, com esperadas apresentações sobre a continuidade e balanços das atividades até o momento. É importante aproveitar o momentum do EB para antecipar posicionamentos e visões do que se espera na próxima AM. Para aprovação do documento vinculativo (no caso do INB) e a renovação dos compromissos que precisaram ser revistos no RSI a articulação política, técnica e diplomática é crítica.

A relevância da temática prevenção, preparo e resposta (PPR) a pandemias não pode sair dos holofotes e manter o tema aquecido no EB é importante. Considerando ainda a pertinência para o Brasil e para a região das Américas, expresso concretamente nas diferentes reuniões regionais da OPAS para discussão intrarregional do INB e RSI, visando o fortalecimento dos posicionamentos e compasso eventual de interesses e suporte.

Assim, fica exposta uma assimetria na agenda do EB em relação aos esforços que vêm sendo feitos em PPR. É evidente que logo em fevereiro já teremos a retomada dos rounds de INB e WGIHR, e que pelo atraso, sobretudo no eixos do tratado pandêmico, muitas das discussões serão abordadas apenas nas arenas específicas. Entretanto, sendo o EB o órgão definidor da agenda e das resoluções apresentadas na AMS, é crucial que o devido espaço seja preservado.

Ainda pertinente ao trabalho brasileiro, na sessão do EB em janeiro de 2023 com aprovação na última AMS, o Brasil propôs a resolução sobre saúde dos povos indígenas. Com o apoio de diversos outros estados-membros, sociedade civil e comunidade científica, apesar da mobilização de grandes esforços, muito pouco se progrediu na continuidade para criação do plano de implementação da resolução. O espaço do Board pode servir para suscitar a discussão de como seguir e quais as demandas específicas para tanto. A questão urgente de saúde do povo Yanomami, por exemplo, mantém-se ativa e o clamor por se por em prática e destrinchar o suporte global é fundamental.

#### **Comentários agenda 154<sup>o</sup> Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde**

- 6. [Universal health coverage](#)
- 21. [Well-being and health promotion](#)

Com o tema Sistemas de Saúde Resilientes, a proposta brasileira para o G20 tem como objetivo defender sistemas de saúde universal para enfrentar os grandes desafios da governança global em saúde, como os provocados pela crise climática. O SUS é referência mundial em serviços de saúde pública por garantir assistência a toda a população brasileira, cerca de 203 milhões de pessoas.

É importante que posicionamentos construídos nesta temática expressem tal robustez.

A lógica da resiliência dos sistemas de saúde está ancorada na defesa de políticas públicas financiadas pelos Estados, que garantam o acesso universal à saúde, por meio do fornecimento de serviços, medicamentos e vacinas eficazes e de qualidade para toda a população. Também é uma prioridade da presidência brasileira do bloco a defesa da atenção primária em saúde (APS) e a valorização dos profissionais para estimular a “transformação nos sistemas” globais.

Como já expressei em diversos outros momentos, a OMS tem advogado que o alcance da cobertura universal em saúde virá pelo fortalecimento da APS, e uma APS digitalizada, integrada e com capacidade de implementação de análises integradas será central para isso.

Tanto o ponto 6 como o 21 abordam a temática que pode estar APS e saúde digital. Será importante construir posicionamento que possa abordar o SUS em sua multiplicidade de ações e como modelo. Um exemplo é o CIDACS e a coorte de 100 milhões com base em dados da APS e toda a sua capacidade de vigilância podem subsidiar um posicionamento que articule e exemplifique diretamente o que se tem planejado. O item 21 aborda o 'The Global Well-being Framework', e menciona explicitamente a transformação digital em saúde e acesso equitativo.

Exemplos relacionados a força de trabalho em saúde no Brasil também devem estar presentes no potencial posicionamento do item 6 ao abordar como o país tem feito em investimentos em educação relacionada à Saúde e capacitação profissional, com exemplificação clara do trabalho interministerial com a Educação, mencionando programa dos Mais Médicos (evidenciando não só contratação como aperfeiçoamento profissional e incentivos específicos para permanência e distribuição dos profissionais ao redor do país), abertura de novas escolas de medicina, programa Saúde na Escola (item 21 - promoção em saúde -> fundamental menção aos esforços a literacia em saúde).

A garantia de bem-estar vem por investimento. Uma outra menção que pode ser articulada como resposta a questionamentos de UHC, APS, promoção de saúde (ou seja em ambos os itens), são as estratégias implementadas no último ano. O Programa Academia da Saúde (PAS) com a criação de polos de produção de saúde é um exemplo de mobilização direta dos cidadãos e a plataforma UnaSUS (a qual também pode ser utilizada como exemplo de qualificação multiprofissional) com o curso autoinstrucional de Promoção da Atividade Física na APS, que tem como objetivo sensibilizar os gestores na ampliação da prática de atividade física para a produção do cuidado à saúde das pessoas. Esses são ainda exemplos de como trasladar em níveis de atuação do nacional ao local.

#### ● 9. [Immunization Agenda 2030](#)

A agenda de imunização proposta pelo documento aborda diversas metas relacionadas à 3 eixos principais: promoção de equidade, prevenção de doenças e fortalecimento dos programas nacionais de imunização. A retomada do Zé Gotinha no Programa

Nacional de Imunizações vem como uma ratificação do compromisso brasileiro com a retomada e alavancada do Programa Nacional de Imunizações (PNI).

A desconfiança nas vacinas, escapes nos calendários vacinais foram aprofundados por tudo que envolveu a covid-19. De dificuldade a acesso a insumos vacinais, atrasos para cumprimento de doses e fake news. O trabalho que vem sendo realizado pelo MS e instituições parceiras pode trazer o diferencial de não só fornecer de forma gratuita todo o calendário vacinal básico, mas também pelo extremo compromisso social.

Zé Gotinha de volta dialoga com a importante estratégia de retomada de referências de bem-estar, de confiança e essa experiência pode ser compartilhada em posicionamento. O aniversário do PNI é um exemplo de como a resiliência e embasamento sólidos de programas vacinais são fundamentais para a busca de equidade em saúde. As políticas públicas de imunização são reconhecidamente as que apresentam a melhor relação custo-benefício e impacto epidemiológico com elevado alcance social, em termos de saúde pública, dadas as suas características de universalidade e equidade. O Brasil tem forte tradição nesse setor — dispõe de um dos programas de vacinação mais exitosos do mundo e, ao mesmo tempo, de um parque produtor nacional com expressiva capacidade de produção e uma oferta regular de imunobiológicos.

A disponibilidade de produtos imunobiológicos essenciais é condição indispensável para a ação governamental na área de saúde pública, constituindo-se questão de segurança nacional. Além das saliências já implementadas, o Brasil segue comprometido com a expansão de sua capacidade. É válida a menção de um CEIS forte e que busca por independência, pesquisa e desenvolvimento em diferentes níveis. A menção de investimentos do PAC, por exemplo, na planta de Santa Cruz/Biomanguinho mostra não só o comprometimento com a produção atual, mas vislumbra sempre o preparo e resposta ágil em contextos de emergências de saúde pública.

Considerando ainda o posicionamento brasileiro de não só ser um incorporador de tecnologias, mas de participar ativamente do desenvolvimento próprio ou co-desenvolvimento com parceiros do que envolva a produção, distribuição de vacinas. É interessante apontar estratégias do Mercosul e da OPAS de procurement e production combinadas.

O Brasil apresenta ainda um importante modelo de vacinação contra o HPV e tem recuperado porcentagem de cobertura vacinal. Ambos podem ser pontos válidos de serem mencionados, vide o questionamento no EB se referir a 6 áreas de priorização, as quais o MS tem total condições de prover paradigmas. A primeira área é de recuperação e fortalecimento dos programas a nível nacional, buscando retomar níveis pré-covid e superá-los. A segunda é exatamente a promoção da equidade no contexto vacinal, beneficiando especificamente comunidades que atualmente são mais deixadas de fora. Exemplo do que está sendo iniciado com a vacina de dengue, a retomada das vacinas do calendário indígena são reforços sensíveis à temática.

á a terceira área é recuperar o controle do sarampo de maneira reforçada e sustentável. A quarta é a defesa do investimento e a integração nos cuidados de saúde primários, o que já é feito no Brasil, com as salas de vacinas estando localizadas nas UBS e a possibilidade de campanhas vacinais que vão até às populações. O quinto eixo de ação é exatamente acelerar a introdução de novas vacinas e isso tem sido uma preocupação nacional. Desde o desenvolvimento próprio de tecnologia para produção nacional de componentes via tecnologia mRNA ao momento de articulação internacional através do Hub, que não dependeu de

importação. A sexta e última área se refere exatamente aos adolescentes e imunização contra HPV, o que o Brasil de forma precursora estabeleceu a idade vacinal ajustada.

- 10. [End TB Strategy](#)

A Tuberculose, mesmo após séculos de sua descoberta, mantém elevados níveis de disseminação e de mortes relacionadas. A estratégia renovada pela OMS até 2028 é de que seja feito diagnóstico e de que toda pessoa receba o tratamento adequado para cura da doença. A determinação social da doença fica ainda mais exposta quando pessoas em condições de extrema vulnerabilidade, migrantes, mal-nutridos, quadro de imunossupressão grave, povos indígenas, por exemplo, apresentam ainda maior susceptibilidade. A elevação nos custos do tratamento e a complexidade de esquemas vêm como falha da prevenção, do cuidado e seguimento e de suporte, que pode acarretar infecção multidroga resistente.

O Brasil se torna chave ao propor articulação a nível interministerial do CIEDDS, comitê que propõe a eliminação da Tuberculose como problema de saúde pública até 2030. A forma multissetorial de abordagem deve ser exposta ao longo dos pronunciamentos brasileiros pois é de extrema relevância.

- 22. Climate change, pollution and health

[Alterações climáticas, poluição e saúde Impacto dos produtos químicos, dos resíduos e da poluição na saúde humana Relatório do Director-Geral](#)

Este documento é um relatório abrangente sobre o impacto de produtos químicos, resíduos e poluição na saúde humana, conforme solicitado pela 76ª AMS. Ele lança luz sobre o papel substancial dos fatores ambientais nos resultados de saúde global, incluindo produtos químicos, resíduos e poluição.

O relatório revela que, em 2016, 24% das mortes globais e 23% das cargas de doenças foram causadas por fatores ambientais modificáveis, com 1,6 milhão de mortes ligadas à exposição a produtos químicos selecionados. Este é um número significativo, destacando a necessidade de tomar medidas urgentes para proteger as pessoas de ambientes insalubres.

É salientado ainda a importância de adoptar uma abordagem mais ambiciosa e integrada para a gestão dos produtos químicos e dos resíduos e para a prevenção da poluição. O sector da saúde deve ser mais activo na abordagem das interligações entre a saúde e o ambiente, em particular no que se refere às alterações climáticas e à perda de biodiversidade.

Além disso, o relatório discute o desenvolvimento de propostas para um painel de política científica para contribuir para a boa gestão dos produtos químicos e dos resíduos e para prevenir a poluição. Ele descreve a relevância dessas propostas para as atividades existentes da OMS, como avaliações de segurança, desenvolvimento de diretrizes, grupos consultivos independentes e avaliações de risco químico. O relatório sugere possíveis opções para o papel da OMS no painel de políticas científicas proposto, incluindo fornecer apoio institucional, nomear especialistas relacionados à saúde, oferecer atividades, comentar avaliações e contribuir para a gestão do conhecimento e o compartilhamento de informações.

Outro foco do documento é acabar com a poluição plástica, que se tornou uma crise global. O relatório destaca o crescimento exponencial da produção global de plástico e seus enormes custos sociais e ambientais. Identifica os riscos para a saúde associados aos plásticos ao longo do seu ciclo de vida e enfatiza a necessidade de práticas sustentáveis de uso e descarte.

O relatório reconhece o papel crítico dos plásticos nos cuidados de saúde, mas sublinha a importância de reduzir o uso não essencial de plástico.

O documento apresenta possíveis opções para o papel da OMS no instrumento sobre poluição plástica, incluindo contribuir para questões relacionadas à saúde durante as negociações, cooperar na implementação do instrumento e engajar-se no desenvolvimento de capacidades e apoio técnico. Reconhece a complexidade da questão e a necessidade de equilibrar as preocupações ambientais com as necessidades do setor saúde.

Em conclusão, o relatório descreve as seguintes medidas a tomar, incluindo o envolvimento contínuo da OMS como observador nas reuniões relevantes, oferecendo apoio técnico aos Estados-Membros e explorando formas de continuar a contribuir para a boa gestão dos produtos químicos, dos resíduos e da poluição. O documento ressalta a importância de tomar medidas imediatas para proteger a saúde pública e o meio ambiente.

#### [Climate change and health Report by the Director-General](#)

O relatório do Diretor-Geral fornece uma visão global dos riscos para a saúde associados às alterações climáticas e descreve a resposta necessária da comunidade de saúde global. O relatório destaca a urgência de abordar as mudanças climáticas, que estão acontecendo a uma taxa sem precedentes, levando a impactos adversos observáveis na saúde humana. O Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas também enfatiza os impactos das mudanças climáticas na saúde, incluindo questões relacionadas ao calor, desnutrição, doenças infecciosas, saúde mental e deslocamento. Além disso, as populações vulneráveis, especialmente em países de renda baixa e média-baixa e em pequenos Estados insulares em desenvolvimento, são desproporcionalmente afetadas.

O documento ressalta a natureza desigual dos impactos das mudanças climáticas na saúde, com populações específicas, como aqueles que vivem na pobreza, idosos, mulheres, crianças, povos indígenas, trabalhadores ao ar livre e indivíduos com condições pré-existent, enfrentando riscos mais altos. O relatório também relaciona os atuais caminhos de desenvolvimento e as escolhas econômicas que impulsionam as mudanças climáticas a impactos significativos na saúde, incluindo mortes relacionadas à poluição do ar, doenças não transmissíveis, inatividade física e lesões no trânsito. O próprio setor de saúde contribui com aproximadamente 5% das emissões globais de carbono.

O relatório destaca a resposta global insuficiente à crise climática e a necessidade de mais alocação financeira para projetos de saúde e planos de adaptação. Menos de 0,5% do financiamento climático internacional é direcionado para projetos de saúde, e apenas 10% das contribuições nacionalmente determinadas para o Acordo de Paris quantificam os ganhos em saúde. As ações propostas visam elevar a resposta sanitária às mudanças climáticas, com foco em metas de adaptação e mitigação.

Os objetivos para a resposta de saúde incluem alcançar sistemas de saúde resilientes às alterações climáticas, garantir o acesso a serviços de saúde sustentáveis e resilientes às alterações climáticas e limitar o aquecimento global ao limite acordado de 1,5°C. As ações propostas pela Secretaria incluem liderança e conscientização, geração de evidências, monitoramento e produtos técnicos, capacitação e apoio ao país. O Secretariado tem como objetivo aumentar a ambição no enfrentamento das mudanças climáticas, construir argumentos baseados em evidências para a saúde como uma consideração central nas políticas climáticas e apoiar as agências nacionais de saúde na apresentação de prioridades de saúde nas negociações

climáticas internacionais. Além disso, o relatório enfatiza a necessidade de a OMS se tornar neutra em carbono até 2030.

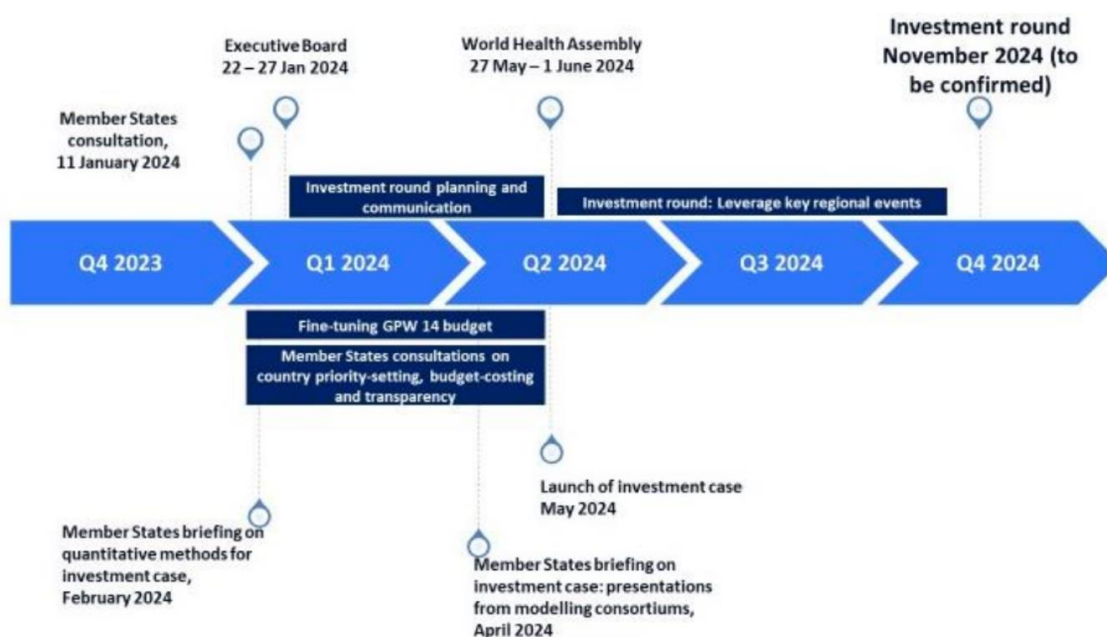
Em conclusão, o relatório sublinha a necessidade urgente de uma resposta robusta da saúde global às ameaças representadas pelas alterações climáticas. Enfatiza a importância de integrar as considerações climáticas nos sistemas de saúde, mitigar as emissões do setor de saúde e defender o aumento do financiamento e da atenção aos aspectos relacionados à saúde nas iniciativas climáticas internacionais. As ações propostas pela Secretaria visam fortalecer a capacidade da comunidade global de saúde para enfrentar os complexos desafios na interseção das mudanças climáticas e da saúde humana.

● Rodada de investimentos para OMS

Ao organizar uma “ronda de investidores” de alto nível para angariar financiamento flexível para as suas operações, a OMS abordará um dos seus maiores riscos globais, nomeadamente a dependência do muito pequeno número de doadores.

Os membros do conselho executivo apoiaram a proposta e provavelmente acontecerá em Novembro deste ano. A ideia de um festival de investimento da OMS semelhante aos organizados pelo Fundo Global e pela Gavi, foi aceita em princípio pela Assembleia Mundial da Saúde do ano passado, mas encarregou o Diretor-Geral da OMS de investigar como funcionaria, incluindo custos versus rendimentos potenciais. Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus informou ao conselho que os benefícios esperados superam os custos adicionais da rodada de investimento.

**Table 3. Timeline of investment round events through end-2024**



**WHO investment round timeline**

(OMS, 2024)

Atualmente, a maior parte do financiamento da OMS provém de doadores para projetos específicos que podem distorcer o programa de trabalho global. Para corrigir esta distorção, a AMS decidiu que os Estados-Membros precisam de aumentar as suas contribuições fixas – que



atualmente cobrem 16% do orçamento da OMS. Ademais, foi discutido que a Organização precisa de angariar financiamento mais flexível dos doadores.

A forma de distribuição de suporte e gastos atual, coloca a OMS em grave risco, incluindo a sua independência, integridade, agilidade e certamente também o seu papel mandatado para ser a autoridade líder e coordenadora mundial na saúde global.

Embora os membros do conselho tenham aceitado a proposta de uma rodada de investidores, eles desejam informações sobre o caso do investidor, que será desenvolvido até maio, e instaram que o caso deveria estar intimamente ligado ao 14º programa global de trabalho (GPW) da OMS.

#### ● **Apontamentos de novos Diretores regionais da OMS**

O conselho executivo confirmou ainda a nomeação de três novos diretores regionais. As três regiões são lar de 60% da população mundial e enfrentam uma série de desafios de saúde, desde as alterações climáticas às doenças infecciosas, bem como aos conflitos.

A eleição de Saima Wazed, filha do primeiro-ministro do Bangladesh, para liderar a região do Sudeste Asiático já esteve atrelada em alegações de nepotismo. Wazed destacou a melhoria da conscientização e dos serviços de saúde mental como uma de suas principais áreas prioritárias. Ainda mencionou que o projeto proposto para região também focará em conceber e implementar intervenções específicas para mulheres e crianças, incluindo mulheres grávidas. Isto será criado tendo em mente a educação, o empoderamento e a prevenção, estruturado com a abordagem do curso de vida.

O Dr. Saia Ma'u Piukala, de Tonga, assume o cargo de chefe do escritório do Pacífico Ocidental, após a demissão do seu antecessor por alegado racismo. Ele tem um trabalho difícil na região, com muitas pequenas nações insulares enfrentando os impactos climáticos e a pressão adicional para restaurar a confiança entre os funcionários dos escritórios regionais. Piukala listou o fortalecimento dos cuidados de saúde primários como uma área prioritária, bem como a inclusão de mais pessoas na região no âmbito dos cuidados de saúde universais. Ressaltou ainda que sua região foi responsável por 80% do total de novos deslocamentos globais relacionados com catástrofes, tornando-se a região mais vulnerável ao clima do mundo.

O Mediterrâneo Oriental tem a sua primeira líder feminina em Hanan Balkhy, da Arábia Saudita. Balkhy assume o comando num momento em que a região atravessa uma crise humanitária impressionante em Gaza, que deixou mais de 25.000 mortos, e no Sudão, onde cerca de 11 milhões de pessoas necessitam de cuidados de saúde urgentes. Em sua posse, a nova diretora mencionou que o objetivo será melhorar as cadeias de abastecimento de ponta a ponta, garantindo que medicamentos e suprimentos essenciais cheguem a todas as populações, o que não é uma tarefa fácil para muitos na região. Além disso, espera-se promover as colaborações para criar mão-de-obra de saúde qualificada e suficiente para servir diversas populações e suas especificidades.

#### **Agenda da 77ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) 2024: Enfrentando Desafios e Construindo um Futuro Mais Saudável**

A 77ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) em 2024, com o tema "Superando Desafios e Edificando um Futuro mais Saudável", foi cuidadosamente avaliada pelo Conselho Executivo (EB). Programada para acontecer em Genebra, Suíça, de 21 a 30 de maio de 2024, este encontro

reunirá delegados dos países membros da Organização Mundial da Saúde (OMS). O objetivo principal é discutir e deliberar sobre os principais desafios globais em saúde.

A agenda abrangente da AMS 2024 incluirá tópicos cruciais, como a resposta à Pandemia de COVID-19. Isso envolverá uma avaliação global da reação à pandemia, com foco em lições aprendidas e medidas para fortalecer a preparação e resposta a crises futuras. O debate também se estenderá para a Declaração Universal de Prontidão para Pandemias, bem como a criação de um novo Fundo de Financiamento para Preparação e Resposta a Pandemias, abordando disparidades no acesso a vacinas, testes e tratamentos contra a COVID-19.

Outro ponto central na agenda será o Fortalecimento dos Sistemas de Saúde, incluindo discussões sobre os progressos na implementação da Década de Ação para o Fortalecimento dos Sistemas de Saúde (2020-2030). Será abordada a necessidade de aumentar os investimentos em saúde, destacando os desafios de financiamento dos sistemas de saúde e promovendo a atenção primária à saúde como base para sistemas robustos e resilientes.

A Saúde Mental terá destaque com o lançamento do Relatório Mundial sobre Saúde Mental 2024, focado em ações para promover a saúde mental e prevenir transtornos mentais. Discussões sobre o impacto da COVID-19 na saúde mental e medidas para reforçar os serviços correspondentes, além de abordagens para lidar com disparidades no acesso a serviços de saúde mental.

A agenda também contempla a discussão sobre os impactos das Mudanças Climáticas na saúde, incluindo a implementação do Plano de Ação Global sobre Saúde e Mudanças Climáticas da OMS. A promoção da pesquisa e desenvolvimento de soluções inovadoras para proteger a saúde dos efeitos das mudanças climáticas é enfatizada.

Outras questões de importância vital abordadas na AMS 2024 incluem a erradicação da poliomielite, sarampo e outras doenças transmissíveis, o combate à resistência antimicrobiana, a promoção da saúde e bem-estar em todas as idades, e o fortalecimento da governança global da saúde.

Destaca-se a participação ativa da Sociedade Civil na 77ª AMS, com a presença de representantes de organizações não governamentais (ONGs), acadêmicos e do setor privado. A sociedade civil terá oportunidade para participar de debates, apresentar propostas e contribuir para a formulação da agenda global de saúde.

A 77ª AMS emerge como um momento crucial para os países assumirem compromissos tangíveis, fortalecendo os sistemas de saúde, promovendo a saúde global e enfrentando desafios emergentes. A participação engajada de todos os stakeholders é crucial para garantir o êxito da AMS 2024 e posicionar a saúde no topo da agenda global.

### **Debate do Conselho Executivo sobre o 14º Programa Geral de Trabalho da OMS**

O Conselho Executivo se debruçou sobre o 14º Programa Geral de Trabalho da OMS (PGT14), que orientará as ações da organização entre 2025 e 2028, desencadeando um debate intenso e perspicaz. As discussões, impregnadas de expectativa e entusiasmo, destacaram a centralidade crucial do PGT14 como guia para o futuro da saúde global.

O PGT14 delineou suas prioridades e desafios de maneira precisa:

● **Cobertura Universal de Saúde (UHC):** Colocando a UHC como epicentro de sua agenda, o PGT14 reconhece-a como um direito fundamental e alicerce do desenvolvimento

sustentável. O debate ressaltou a imperatividade de fortalecer os sistemas de saúde, ampliar o acesso a serviços de qualidade e eliminar disparidades, com especial ênfase em populações vulneráveis e marginalizadas.

●**Emergências sanitárias:** A experiência com a COVID-19 destacou a importância da preparação e resposta eficazes a pandemias e outras emergências. O PGT14 propõe medidas para robustecer a capacidade de resposta global, incluindo a criação de um novo Fundo de Contingência para Emergências Sanitárias.

●**Mudanças climáticas e saúde:** As crescentes ameaças à saúde relacionadas ao clima demandam ações urgentes. O PGT14 reconhece a necessidade de fortalecer a ação intersetorial para reduzir os impactos das mudanças climáticas na saúde, incluindo a promoção da resiliência e adaptação.

Divergências e convergências também emergiram:

●**Financiamento:** A questão do financiamento adequado para o PGT14 gerou debates acirrados, com países em desenvolvimento enfatizando a necessidade de recursos adicionais e solidariedade global para atingir os ambiciosos objetivos do programa.

●**Equilíbrio entre prioridades:** As diferentes prioridades regionais e nacionais provocaram debates, com os países buscando assegurar que suas necessidades específicas fossem devidamente consideradas no PGT14.

●**Papel da OMS:** O debate também abordou o papel da OMS na liderança e coordenação da resposta global aos desafios de saúde. A necessidade de fortalecer a governança e a prestação de contas da organização foi enfatizada.

Os próximos passos envolvem apresentar o programa à Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2024 para deliberação e adoção pelos Estados Membros. Em reflexão final, o debate sobre o PGT14 evidenciou o compromisso da OMS com a promoção da saúde global e o bem-estar de todos. As diversas perspectivas e preocupações expressas serão consideradas na conclusão do programa, garantindo que o PGT14 seja um instrumento abrangente e eficaz para enfrentar os desafios de saúde do futuro.

### **O Órgão Intergovernamental de Negociações, o que se esperar do tratado pandêmico?**

Como sempre apontado em nossos informes anteriores, desde 2021 e a decisão por se organizar o Intergovernmental Negotiating Body (INB, sigla em inglês), muito se falou sobre o que se esperar do documento vinculativo que seria produzido. Esperava-se que seria um definidor de novos caminhos resilientes para um mundo mais equitativo, preparado a responder às ameaças de saúde pública com mais veemência. O que se vê às vésperas da apresentação do documento em maio de 2024 é, no entanto, o esfacelamento de esforços e a reprodução de um mundo que tem coerência apenas no Norte Global. Deixando acesso e a busca justa por equidade de lado.

Como mencionado na [Carta Aberta](#) lançada no dia 30 de janeiro (data dos 4 anos da declaração da COVID-19 como uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional), o clamor aos líderes mundiais é de que equidade esteja no centro; o comprometimento com sustentabilidade financeira, sobretudo em LMICs seja garantido; e que os estados membros sejam responsabilizados pelos compromissos que assumem através do acordo, com formas de monitoramento do progresso feito. O documento foi assinado por diversas autoridade de

diferentes entidades: The Elders, The Global Preparedness Monitoring Board, The Independent Panel for Pandemic Preparedness and Response, Pandemic Action Network, The Panel for a Global Public Health Convention e Spark Street Advisors. Os signatários incluem ex-presidentes, primeiros-ministros, ministros da saúde e acadêmicos.

É esperado que o acordo garanta que todos os países tenham a capacidade de detectar, alertar e conter ameaças pandêmicas, e as ferramentas e meios necessários para proteger a saúde e o bem-estar económico e social das pessoas. No entanto, o que estamos vendo nas negociações é um passo para trás em questões de acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios, tópicos vinculados à propriedade intelectual, bem como discussões de soberania nacional.

O acesso equitativo refletiria que cada região deve ter capacidade para investigar, desenvolver, fabricar e distribuir ferramentas que salvam vidas, como vacinas, testes e tratamentos. A transferência de tecnologia e conhecimento, combinada com o apoio nacional, regional e global aos centros de investigação, desenvolvimento e produção, torna todas as regiões e o mundo mais seguros.

O acordo deveria ainda se comprometer com um caminho para o financiamento sustentado da preparação e resposta à pandemia. O financiamento inclui, mas não está limitado aos 10,5 bilhões de dólares por ano necessários para financiar totalmente o Pandemic Fund. Deve incluir aumentos ambiciosos no financiamento interno para PPR pandêmico, financiamento de P&D, financiamento de reforço, bem como financiamento para medidas sociais e económicas de proteção.

A monitorização independente deve ser um resultado fundamental do acordo — tanto para garantir que o estado global da preparação para uma pandemia em todos os países, partes interessadas e setores seja monitorizado e comunicado para orientar decisões baseadas em evidências..

Durante o último EB ficou evidente que para se alcançar um acordo inovador e ambicioso seria necessária uma mudança do que temos agora. A Polónia propôs que a apresentação conclusiva de maio fosse adiada, mas a ideia foi rapidamente negada por Reino Unido e Noruega, por exemplo. O Diretor Geral também expressou a sua preocupação sobre o abismo entre os países numa série de questões e condenou a campanha global de desinformação que promove a mentira de que um acordo pandêmico irá ceder soberania à OMS e dar ao Secretariado da OMS o poder de impor confinamentos ou mandatos de vacinas aos países.

As razões para além da desconfiança e desinformação estarem minando a concepção do acordo também vêm de estratégias diferentes entre os países do Sul e Norte global. Como exposto em documento do People's Vaccines Alliance, intitulado "Exposing the US and EU hypocrisy in the Pandemic Agreement negotiations: Double standards in rich countries' stance on intellectual property". O documento pontua que apesar das promessas e do compromisso declarado com igualdade na preparação e resposta à pandemia, os países ricos se recusam a apoiar medidas além do *status quo*. No centro da sua oposição está a convicção declarada de que a propriedade intelectual (PI) é a pedra angular da inovação biomédica, e a proteção da PI não pode ser diminuída mesmo em uma pandemia.

No entanto, embora mantendo esta posição a nível internacional, tanto os Estados Unidos como a União Europeia (UE) não hesitam em tomar medidas decisivas para superar as

barreiras de PI a nível nacional e propor soluções progressivas que priorizem o acesso rápido e equitativo aos medicamentos para suas populações sobre os interesses das empresas privadas.

O seu *status quo* a nível interno é anular as barreiras de PI para proteger as populações nacionais e regionais. No entanto, o seu *status quo* internacionalmente - especialmente para os países em desenvolvimento - é proteger as empresas farmacêuticas e sua PI.

Estamos ainda vendo a proposta da UE que circulou no final do ano, que se afasta das normas internacionais estabelecidas pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD, sigla em inglês) e o seu Protocolo de Nagoya e exacerba a desigualdade, desencorajando a partilha de amostras e sequências de material em tempo hábil pelos membros da OMS, com argumentos que mencionam novamente soberania nacional e o papel multilateral e intergovernamental da OMS. A proposta é extremamente falha e inadequada.

### **E do Grupo de Trabalho para Revisão do Regulamento Sanitário Internacional?**

Um dos tópicos de união entre reforma do RSI e INB tem sido o lado negativo do enfraquecimento de menções e garantias a equidade e acesso. Em [nota recente](#) escrita pelo portal Third World Network, a agenda proposta para a sétima reunião do RSI que acontece esse mês peca em tratar de forma desigual as emendas expostas por países desenvolvidos e outras propostas que buscam operacionalizar equidades.

Salientando que só haverá mais dois encontros até a finalização do documento para ser apresentado na AMS em maio, não está claro se haverá negociações sobre disposições relacionadas com a equidade e outras de interesse para os países em desenvolvimento, porque o Bureau não circulou o texto sobre as disposições relacionadas com a equidade.

Isto constitui um retrocesso em relação ao compromisso assumido pelo Copresidente durante o último dia da 6.ª reunião do WGIHR, realizada em dezembro de 2023, e vai contra o mandato de se trabalhar durante o período intersessões nestas propostas relacionadas com a equidade.

As propostas de texto para os artigos 4.º e 5.º evitaram visivelmente elementos de equidade. O Artigo 4, que trata das autoridades responsáveis, continha originalmente obrigações de estabelecer e manter autoridades responsáveis nos Estados-membros pela implementação do RSI 2005 e, em particular, pontos focais nacionais que comunicarão e coordenarão com o ponto focal da OMS na implementação do RSI 2005. O Artigo 5 trata do estabelecimento de capacidades de vigilância, detecção e avaliação de eventos de saúde pública que possam se tornar uma potencial ESPII (emergência de saúde pública de importância internacional).

As propostas textuais da Mesa sobre o Artigo 4 comprometem a equidade em duas frentes.

Em primeiro lugar, a proposta de texto prevê a criação de uma rede de autoridades nacionais com conhecimentos técnicos e contornar a discricionariedade nacional na partilha de informações sobre ocorrências de saúde pública. Isto poderia criar diversas repercussões econômicas para os países em desenvolvimento.

Embora a criação destas entidades pareça ser uma obrigação de natureza nacional, existe outra proposta que procura partilhar os contatos destas entidades com todos os Estados membros e com a OMS. Isto estabeleceria uma rede internacional de fato de autoridades

técnicas que poderia eventualmente marginalizar a autoridade discricionária das entidades políticas sobre assuntos de emergência sanitária, resultando em interferências desnecessárias no comércio e no tráfego de pessoas e mercadorias, por exemplo. Isto vai contra o próprio objetivo do RSI 2005, que procura evitar tais interferências desnecessárias

Em segundo lugar, as propostas de texto não levam em conta a importância da comunicação dos Estados membros relativamente a uma resposta coordenada de saúde pública à ESPII ou à necessidade de assistência na resposta à ESPII.

É interessante ver que, embora a proposta textual do Bureau esteja alinhada com a proposta de certos países desenvolvidos de alterar o texto para converter as funções dos pontos focais nacionais do RSI em obrigações, a proposta não traz esforços para expandir o papel dos pontos focais para comunicar sobre questões associadas à resposta, apoio e assistência de saúde pública. Assim, não há garantia de que um Estado membro responderá a uma solicitação da OMS para fornecer apoio às atividades coordenadas da OMS para ajudar outro estado onde a ESPII seja predominante.

Portanto, a proposta perpetua a desigualdade inerente à legislação internacional sobre emergências de saúde, onde a comunicação e a coordenação são obrigatórias apenas para o compartilhamento de informações sobre potenciais eventos de saúde pública. Não havendo sequer uma garantia de que o pedido de assistência de um Estado Parte na resposta a um surto de doença será respondido pela OMS ou por outros Estados membros.

Além disso, a proposta de texto trazida pelo Bureaus também evita incorporação do tratamento diferenciado da obrigação dos países em desenvolvimento de estabelecer capacidades de vigilância. Isto forçará ainda mais os países em desenvolvimento a investir mais na vigilância, mesmo quando não dispõem de instalações de cuidados de saúde primários.

## **Informe sobre o início do 18º ciclo do Conselho de Direitos Humanos da ONU e informações gerais sobre a 55ª Sessão do CDH que iniciará em 26 de fevereiro de 2024**

**Armando De Negri Filho**

**Abstract.** *This first inform covers the period between the end of 2023 and the beginning of 2024. The activities that marked this period of time were: the election of the Presidency and vice-presidencies of the Human Rights Council, with the election in January 2024 of the Moroccan Omar Zniber, and the 4 vice-presidencies of Paraguay, Lithuania, Indonesia and Finland, marking a very conservative political profile. Additionally, still in 2023, the UN International Mechanism of Independent Experts to Promote Racial Justice in the Context of Law Enforcement paid a visit to Brazil in December. And during this last week, on February 5th 2024, the Intersessional Panel on the discussion of the challenges of human rights in addressing and combating all aspects of the global drug problem. Finally, there is the tentative agenda for the 55th Session of the CDH, from February 26th to April 5th, 2024.*

**Keywords:** *55th session Human Rights Council. Omar Zniber. UN International Mechanism of Independent Experts to Promote Racial Justice. 55th HRC Agenda.*

**Resumo.** Esse primeiro informe cobre o período compreendido entre o final de 2023 e o início de 2024. As atividades que marcaram esse espaço de tempo foram: a eleição da Presidência e vice-presidências do Conselho de Direitos Humanos, com a eleição em janeiro de 2024 do marroquino Omar Zniber, e com as 4 vice-presidências compostas por Paraguai, Lituânia, Indonésia e Finlândia, marcando um perfil político bastante conservador. Adicionalmente, ainda em 2023, o Mecanismo Internacional de Especialistas Independentes da ONU para Promover a Justiça Racial no Contexto da Aplicação da Lei fez uma visita ao Brasil em dezembro. E nessa última essa, no dia 5 de fevereiro de 2024, ocorreu o Painel intersessional de discussão sobre os desafios dos direitos humanos na abordagem e combate a todos os aspectos do problema mundial das drogas. Por fim, destacado a seguir, há a agenda tentativa da 55ª Sessão do CDH, a partir de 26 de fevereiro a 05 de abril de 2024.

**Palavras-chave:** 55ª sessão Conselho de Direitos Humanos. Omar Zniber. Mecanismo Internacional de Especialistas Independentes da ONU para Promover a Justiça Racial. 55ª Agenda do CDH.

O período compreendido entre o final de 2023 e o início de 2024 esteve marcado pela eleição da Presidência e vice-presidências do Conselho de Direitos Humanos. Como não houve consenso para a indicação de África para a presidência, somente em janeiro se procedeu à eleição de Omar Zniber do Marrocos, o que ilustra uma tensão de liderança no âmbito africano, posto que a África do Sul também competiu pelo mandato. Nas vice-presidências, conforme a divisão regional temos as 4 vice-presidências exercidas neste 18º período do CDH por Paraguai, Lituânia (que exerce a Relatoria Geral do CDH), Indonésia e Finlândia. Um perfil bastante conservador em termos políticos especialmente no ambiente de tensão geopolítica existente. Indonésia pode ser considerada a posição mais avançada nesta composição.

Em dezembro 2023 o Mecanismo Internacional de Especialistas Independentes da ONU para Promover a Justiça Racial no Contexto da Aplicação da Lei, fez uma visita de 12 dias ao Brasil e instou o governo do Brasil “a acabar com a violência brutal infligida às pessoas afrodescendentes pelas forças policiais do país e responsabilizar os perpetradores por seus crimes, garantindo justiça para as vítimas”. De 27 de novembro a 8 de dezembro, os membros do Mecanismo visitaram Brasília, Salvador, Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro.

No dia 5 de fevereiro de 2024 ocorreu o Painel intersessional de discussão sobre os desafios dos direitos humanos na abordagem e combate a todos os aspectos do problema mundial das drogas. Tema complexo e inserido no marco da geopolítica global com forte impacto na saúde pública internacional.

Finalmente, queremos destacar a agenda tentativa da 55ª Sessão do CDH, de 26 de fevereiro a 05 de abril de 2024. A Leitura da agenda e dos temas a serem analisados pela 55ª Sessão nos permitem localizar e entender a amplitude de temas gerais e de interesse para a saúde global. A partir do próximo informe vamos apresentar os destaques de interesse e as sínteses dos documentos de debate, mas desde já destacamos o interesse nos avanços sobre o processo de elaboração do tratado sobre direitos humanos e a ação das transnacionais.

Esperamos que este primeiro informe os estimule a acompanhar os trabalhos da 55ª Sessão.

#### **Notícias do CDH no período de dezembro 2023 a janeiro 2024**

##### **1. Mesa adia eleição de seu presidente para o próximo ano para janeiro de 2024**

<https://www.ohchr.org/en/press-releases/2023/12/human-rights-council-elects-four-vice-presidents-2024-bureau?sub-site=HRC>

**Genebra (8 de dezembro de 2023)** O Conselho de Direitos Humanos, durante uma sessão organizacional realizada esta manhã, elegeu o embaixador Febrian Ruddyard da Indonésia; o embaixador Darius Staniulis da Lituânia; O embaixador Marcelo Eliseo Scappini Ricciard, do Paraguai, e a embaixadora Heidi Schroderus-Fox, da Finlândia, serão os quatro vice-presidentes para um mandato de um ano a partir de 1º de janeiro de 2024, representando, respectivamente, os grupos regionais de Estados da Ásia-Pacífico, Estados do Leste Europeu, Estados da América Latina e Caribe e da Europa Ocidental e outros Estados. O embaixador Staniulis também atuará como relator do órgão de direitos humanos.

Falando na sua qualidade de coordenador do Grupo de Estados Africanos, que exercerá a Presidência do Conselho no próximo ano, Allou Lambert Yao, Representante Permanente Adjunto da Costa do Marfim, anunciou que o seu Grupo nomeou dois candidatos para o cargo de Presidente do Conselho, nomeadamente o Embaixador Omar Zniber, Representante Permanente de Marrocos e o Embaixador Mxolisi Nkosi, Representante Permanente da África do Sul.

O atual Presidente do Conselho dos Direitos do Homem, Embaixador Václav Bálek da República Checa, cujo mandato de um ano termina em 31 de Dezembro, explicou que, uma vez que há mais do que um candidato ao cargo de Presidente do Conselho para o 18.º ciclo, a eleição do novo Presidente será realizada por escrutínio secreto, a partir da lista de candidatos cujos nomes tenham sido apresentados pelo coordenador do Grupo de Estados Africanos, de acordo com o regulamento interno da Assembleia Geral, que se aplica ao Conselho de Direitos Humanos.



O embaixador Bálek anunciou que a eleição do novo presidente será adiada para permitir que o Conselho, em sua composição de 2024, prossiga com a eleição o mais rápido possível em janeiro de 2024, com 10 de janeiro como data possível.

Falando no início da reunião, e em conexão com o processo de eficiência de longo prazo do Conselho, o Chefe do Serviço Central de Planejamento e Coordenação, Divisão de Gestão de Conferências, do Escritório das Nações Unidas em Genebra (UNOG), Vitali Rousak, forneceu ao Conselho uma atualização sobre os recursos reais e previstos para os serviços de conferência prestados ao Conselho de 47 membros.

Na sequência da atualização pelo UNOG, os cofacilitadores e os pontos focais para o processo de eficiência informam o Conselho sobre os trabalhos e consultas que realizaram ao longo do ano, em seguimento da **declaração do Presidente do Conselho** de dezembro de 2022.

A Embaixadora Maira Mariela Macdonal Alvarez, Vice-Presidente e Relatora e Representante Permanente do Estado Plurinacional da Bolívia, e o Embaixador Marc Bichler, Vice-Presidente e Representante Permanente do Luxemburgo, informaram o Conselho sobre as suas consultas com as delegações sobre as formas e os meios de racionalizar o programa de trabalho, bem como as iniciativas e atividades criadas através das decisões do Conselho.

O Embaixador Muhammadou Kah, Vice-Presidente e Representante Permanente da Gâmbia, informou o Conselho sobre as consultas que liderou com o Embaixador Jürg Lauger, Representante Permanente da Suíça, sobre a via da digitalização para tornar o Conselho um órgão mais eficiente e inclusivo através do uso de tecnologia moderna.

O Embaixador Federico Villegas, Representante Permanente da Argentina, informou o Conselho sobre a continuação dos debates sobre a eficácia do processo de revisão periódica universal (RPU) com vista ao seu quinto ciclo.

O Embaixador Asim Ahmed, Vice-Presidente e Representante Permanente das Maldivas, informou o Conselho sobre os esforços contínuos para dar resposta aos desafios enfrentados pelas delegações dos países pequenos e em desenvolvimento, em especial dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos.

Na reunião de hoje, o Conselho ouviu também atualizações do seu Ponto Focal de Género, o Embaixador Usha Chandnee Dwarka-Canabady, Representante Permanente da Maurícia. Uma atualização oral subsequente foi apresentada pelo Embaixador Muhammadou Kah, Vice-Presidente e Representante Permanente da Gâmbia, que descreveu suas atividades como ponto focal da força-tarefa do Conselho sobre acessibilidade para pessoas com deficiência.

Após esses briefings e atualizações orais, o Conselho adotou uma declaração do Presidente sobre a "eficiência do Conselho de Direitos Humanos: lidar com restrições financeiras e de tempo". Posteriormente, Abdul Fofana, Chefe dos Serviços de Apoio e Gestão de Programas do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (ACNUDH) fez uma declaração sobre as implicações orçamentárias do programa para a declaração do Presidente.

Em seguida, o Conselho decidiu que o tema de seu painel anual de alto nível sobre integração dos direitos humanos, programado para ocorrer no final de fevereiro de 2024, no início de sua 55ª sessão ordinária, seria "Aproveitar os esforços multilaterais para incorporar, ampliar e concretizar os direitos das pessoas com deficiência com foco na participação e inclusão plenas e efetivas na sociedade".

Os seguintes Estados, organização regional e organização não governamental apresentaram observações gerais (por ordem): União Europeia, Canadá, em nome de um grupo de países, Nepal, Paraguai, Ucrânia, Sudão, China, México, Índia, África do Sul, Senegal, Estados Unidos da América, Cuba, Malásia, Indonésia, Luxemburgo, Bolívia (Estado Plurinacional da), Gâmbia, Islândia, Marrocos, Argentina, Costa Rica, Maldivas e Serviço Internacional para os Direitos Humanos.

Por meio de suas declarações de fim de ano, o embaixador Balek disse que servir como presidente do Conselho de Direitos Humanos foi "uma grande honra para (ele), mas também para (seu) país, a República Tcheca". "Não há outro órgão da ONU como o nosso. Meu gentil apelo a todos nós é para preservar o papel do Conselho e fortalecê-lo", disse.

Membros da Mesa do Conselho e de vários estados aproveitaram a sessão organizacional para agradecer e prestar homenagem a Eric Tistounet, Chefe do Ramo do Conselho de Direitos Humanos, que se aposenta no final do ano após 36 anos de serviço às Nações Unidas. Tistounet foi o último secretário da antiga Comissão de Direitos Humanos e o primeiro secretário do Conselho de Direitos Humanos.

O Conselho se reunirá em 18 e 19 de dezembro de 2023 para ouvir atualizações orais do ACNUDH sobre a situação dos direitos humanos, respectivamente, na Nicarágua e na Ucrânia.

## **2. Conselho de Direitos Humanos elege Omar Zniber, do Marrocos, para servir como seu presidente em 2024**

<https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/01/human-rights-council-elects-omar-zniber-morocco-serve-its-president-2024?sub-site=HRC>

GENEVA (10 de janeiro de 2024) – O Conselho de Direitos Humanos elegeu hoje o embaixador **Omar Zniber**, representante permanente de Marrocos no Escritório das Nações Unidas em Genebra, para servir como seu presidente em 2024.

O embaixador Zniber foi eleito em um processo de votação secreta no qual todos os **47 membros** do órgão de direitos humanos com sede em Genebra votaram para nomear seu presidente para 2024 – o 18º ciclo anual do Conselho.

"É uma honra para o Reino de Marrocos e para mim pessoalmente ter sido eleito como chefe deste augusto Conselho para o seu 18º ciclo – um cargo pertencente a África", disse o embaixador Zniber ao Conselho após ser eleito. Ele disse que agora tem o dever de trabalhar para "atender às exigências de nosso trabalho comum", que são "tão importantes e tão fundamentais: a promoção, o respeito e a garantia dos direitos humanos como universalmente reconhecidos".

O embaixador Zniber, cuja presidência tem efeito imediato, junta-se ao embaixador Febrin Ruddyard da Indonésia; o embaixador Darius Staniulis da Lituânia; O embaixador Marcelo Eliseo Scappini Ricciard, do Paraguai, e a embaixadora Heidi Schroderus-Fox, da Finlândia, eleitos em **8 de dezembro de 2023** como vice-presidentes do Conselho, para servir na Mesa do Conselho para o ano em curso.

O outro candidato ao cargo de Presidente do Conselho de Direitos Humanos, oriundo do Grupo de Estados Africanos, foi o Embaixador **Mxolisi Nkosi**, Representante Permanente da África do Sul. De acordo com o regimento, o candidato que obtivesse o maior número de votos

e a maioria dos membros presentes e votantes era declarado eleito presidente do Conselho de Direitos Humanos.

Os resultados do escrutínio secreto foram os seguintes: Embaixador Zniber 30 Votos, Embaixador Nkosi 17 votos.

Omar Zniber atua como Representante Permanente de Marrocos junto ao Escritório das Nações Unidas em Genebra desde 2018. Antes de sua nomeação para Genebra, Zniber servia como embaixador do Marrocos na Alemanha desde janeiro de 2012. Antes disso, foi embaixador de Marrocos na Eslovênia, com residência em Viena desde Janeiro de 2004; Embaixador na Eslováquia com residência em Viena desde Agosto de 2003; e Embaixador na Áustria desde abril de 2003. Credenciou-se como Representante Permanente de Marrocos junto às organizações internacionais em Viena em junho de 2003.

Diplomata de carreira, Zniber foi conselheiro da Missão Permanente de Marrocos junto ao Escritório das Nações Unidas em Genebra de 1989 a 1996. Ele também atuou no Ministério das Relações Exteriores e Cooperação de Marrocos como Chefe da Divisão das Nações Unidas de 1996 a 1999 e como Diretor da Diretoria das Nações Unidas e Organizações Internacionais de 1999 a 2003. O Sr. Zniber é Ph.D. em Direito Internacional Público pela Université Paris II Panthéon Assas, França (1986).

### **3. Governo brasileiro deve intensificar esforços para garantir justiça racial e reparação, diz painel de especialistas da ONU**

<https://www.ohchr.org/en/press-releases/2023/12/brazil-government-must-intensify-efforts-ensure-racial-justice-and-redress?sub-site=HRC>

**Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 2023** – O governo do Brasil deve acabar com a violência brutal infligida às pessoas afrodescendentes pelas forças policiais do país e responsabilizar os perpetradores por seus crimes, garantindo justiça para as vítimas, disse hoje o Mecanismo Internacional de Especialistas Independentes da ONU para Promover a Justiça Racial no Contexto da Aplicação da Lei.

Durante uma visita de 12 dias, de 27 de novembro a 8 de dezembro, membros do Mecanismo visitaram Brasília, Salvador, Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro. Eles se reuniram com representantes da sociedade civil, famílias e vítimas, além de autoridades federais e estaduais, incluindo funcionários do Ministério, autoridades policiais, órgãos de supervisão interna, funcionários penitenciários e escritórios de promotores públicos e defensores.

A delegação tomou nota de algumas práticas positivas implementadas pelos governos federal e local para garantir os direitos humanos das pessoas de ascendência africana, como o reconhecimento da existência de racismo sistêmico e o mandato para implementar cotas para aumentar a representação em todos os níveis e ramos do governo.

Mas "os testemunhos comoventes que ouvimos de famílias e vítimas da brutalidade policial, agravados pelos atrasos agonizantes no sistema de justiça, ressaltam a necessidade urgente de responsabilização", disse Juan Mendez, membro do Mecanismo de Perícias. "Como a justiça atrasada é a justiça negada, o Estado deve tratar essas questões com prontidão e transparência, garantindo que a justiça prevaleça."

O Mecanismo de Peritos ouviu mais de uma centena de testemunhos durante a visita. Eles ouviram histórias sobre maridos, filhos, irmãos e sobrinhos mortos a sangue frio por

policiais, alegando um padrão de plantio de provas - incluindo armas de fogo ou drogas - em cenas de crime para incriminar vítimas e justificar seus assassinatos.

Os depoimentos incluíram casos no contexto de operações policiais recentes no Jacarezinho (maio de 2021) e na Vila Cruzeiro (maio de 2022 e agosto de 2023), no estado do Rio de Janeiro; a Operação Escudo, na Baixada Santista (SP) (agosto-setembro de 2023) e a Operação Salvador, na Bahia (julho-setembro de 2023).

"Na busca inabalável por justiça, vítimas e famílias estão tendo que enfrentar ameaças, intimidações, represálias e estigmatização. É crucial que este ciclo chegue ao fim", disse Tracie Keese, membro do Mecanismo de Especialistas. "Garantir o acesso suficiente à justiça e impor a responsabilização dos perpetradores em toda a cadeia de comando é de extrema importância."

O Mecanismo reconheceu que os índices de criminalidade no Brasil permanecem elevados principalmente como resultado do aumento dos níveis de crime organizado, que também afeta pessoas de ascendência africana. Também reconheceu o desafio que o governo e suas forças de segurança devem enfrentar tanto na segurança pública quanto no combate à criminalidade. "No entanto, a tarefa legítima de promover a segurança dos cidadãos não deve ser interpretada como uma licença para se envolver em execuções extrajudiciais de afro-brasileiros", disse Mendez.

"Reconhecendo o valioso serviço prestado aos agentes da lei no Brasil, é imperativo reconhecer o preço de seu trabalho em sua saúde mental e bem-estar geral e de seus familiares. Para promover a colaboração e o engajamento efetivos, é crucial priorizar o apoio à saúde mental desses profissionais dedicados, garantindo que eles possam trabalhar de forma eficaz e cultivar relacionamentos positivos, particularmente com pessoas afrodescendentes", disse Keese. "Abordar seu bem-estar e suas condições de trabalho não apenas melhora seu desempenho, mas também contribui para os esforços coletivos por uma sociedade justa e equitativa."

"Estamos pedindo uma mudança transformadora em todo o sistema. O governo do Brasil deve reavaliar os procedimentos atuais de investigação de má conduta policial, dismantlar desigualdades raciais sistêmicas e investir no enfrentamento das disparidades históricas na raiz dessas questões", disse Mendez. "É imperativo um compromisso renovado, financeira, estrutural e de implementação das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a ação policial nas favelas. Focar nas pessoas de ascendência africana é crucial para demonstrar uma dedicação sincera para enfrentar esses desafios de longa data."

O Mecanismo compartilhou algumas conclusões preliminares e recomendações com o governo e elaborará um relatório completo a ser apresentado na 57ª sessão do Conselho de Direitos Humanos em setembro de 2024.

**4. Painel intersessional de discussão sobre os desafios dos direitos humanos na abordagem e combate a todos os aspectos do problema mundial das drogas.** 5 fevereiro 2024. Sala XX, Palais des Nations, Genebra, Suíça.

<https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/intersessional-panel-discussion-drug-policy>

Objetivo: O painel de discussão intersessional visou proporcionar espaço para um diálogo construtivo e inclusivo sobre os desafios dos direitos humanos na abordagem e combate a todos os aspectos do problema mundial das drogas, informado pelas conclusões contidas no relatório "Desafios dos direitos humanos na abordagem e combate a todos os aspectos do problema mundial das drogas" (A/HRC/54/53), elaborado pelo Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (ACNUDH).

O painel de discussão teve como objetivos: 1. melhorar a compreensão dos desafios específicos em matéria de direitos humanos na abordagem e combate a todos os aspectos do problema mundial das drogas; 2. aumentar o impacto dos desafios dos direitos humanos em vários membros da comunidade; 3. destacar os recentes desenvolvimentos positivos no sentido de políticas de luta contra a droga centradas nos direitos humanos; 4. melhorar a compreensão das principais recomendações destacadas no relatório do ACNUDH, incluindo aquelas relacionadas ao desenvolvimento de políticas eficazes de drogas baseadas nos direitos humanos

O encontro foi transmitido ao vivo e arquivado no <https://media.un.org/en/webtv>.

**5. Programa tentativo da 55ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos.** 26 de fevereiro a 5 de abril de 2024.

Ponto 1 da ordem do dia: **Questões organizacionais e processuais.**

<https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session55/regular-session>

#### **Agenda tentativa**

1. Questões organizacionais e processuais.
2. Relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e relatórios do Gabinete do Alto Comissário e do Secretário-Geral.
3. Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento.
4. Situações de direitos humanos que requerem a atenção do Conselho.
5. Órgãos e mecanismos de direitos humanos.
6. Revisão periódica universal.
7. Situação dos direitos humanos na Palestina e noutros territórios árabes ocupados.
8. Acompanhamento e aplicação da Declaração e do Programa de Ação de Viena.
9. Racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância: acompanhamento e aplicação da Declaração e do Programa de Ação de Durban.
10. Assistência técnica e reforço das capacidades.

## **1. Questões organizacionais e processuais**

O Conselho de Direitos Humanos realizará sua quinquagésima quinta sessão de 26 de fevereiro a 5 de abril de 2024 no Escritório das Nações Unidas em Genebra.

De acordo com a alínea b) do artigo 8º do regulamento interno do Conselho de Direitos Humanos, conforme consta da seção VII do anexo à resolução 5/1 do Conselho, a reunião de organização da quinquagésima quinta sessão será realizada em 12 de fevereiro de 2024.

### ***Composição do Conselho de Direitos Humanos***

A composição do Conselho de Direitos Humanos em sua quinquagésima quinta sessão é a seguinte:<sup>9</sup> Albânia (2026); Argélia (2025); Argentina (2024); Bangladesh (2025); Bélgica (2025); Benim (2024); Brasil (2026); Bulgária (2026); Burundi (2026); Camarões (2024); Chile (2025); China (2026); Costa Rica (2025); Costa do Marfim (2026); Cuba (2026); República Dominicana (2026); Eritreia (2024); Finlândia (2024); França (2026); Gâmbia (2024); Geórgia (2025); Alemanha (2025); Gana (2026); Honduras (2024); Índia (2024); Indonésia (2026); Japão (2026); Cazaquistão (2024); Kuwait (2026); Quirguistão (2025); Lituânia (2024); Luxemburgo (2024); Malawi (2026); Malásia (2024); Maldivas (2025); Montenegro (2024); Marrocos (2025); Países Baixos (Reino do) (2026); Paraguai (2024); Qatar (2024); Romênia (2025); Somália (2024); África do Sul (2025); Sudão (2025); Emirados Árabes Unidos (2024); Estados Unidos da América (2024); e Vietnã (2025).

### ***Mesa do Conselho de Direitos Humanos***

Na sessão de organização do décimo oitavo ciclo do Conselho de Direitos Humanos, realizada em 8 de dezembro de 2023, e em sua reunião organizacional de 10 de janeiro de 2024, o Conselho elegeu os seguintes membros da Mesa para seu décimo oitavo ciclo, que vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024:

*Presidente:* Omar Zniber (Marrocos); *Vice-Presidentes:* Febrian Ruddyard (Indonésia), Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi (Paraguai), Heidi Schroderus-Fox (Finlândia)

*Vice-Presidente e relator:* Darius Staniulis (Lituânia)

### ***Revisão do trabalho e funcionamento do Conselho de Direitos Humanos***

De acordo com o parágrafo 42 do anexo da Resolução 16/21 do Conselho de Direitos Humanos, o Conselho realizará um painel de discussão para interagir com os chefes dos órgãos de governo e secretariados das agências das Nações Unidas dentro de seus respectivos mandatos sobre temas específicos de direitos humanos, com o objetivo de promover a integração dos direitos humanos em todo o sistema das Nações Unidas.

Em sua sessão de organização, o Conselho de Direitos Humanos decidiu que o tema para 2024 do painel anual de discussão sobre integração de direitos humanos seria "Aproveitar os esforços multilaterais para incorporar, ampliar e realizar os direitos das pessoas com deficiência, com foco na participação e inclusão plena e efetiva na sociedade" (ver anexo).

### ***Seleção e nomeação dos titulares de mandatos***

Em conformidade com o ponto 47 do anexo da Resolução 5/1 do Conselho dos Direitos do Homem, o ponto 22 do anexo da Resolução 16/21 do Conselho e os requisitos estabelecidos na Decisão 6/102 do Conselho e na declaração do Presidente PRST OS/14/2, o Grupo Consultivo,

---

<sup>9</sup> O prazo de adesão de cada Estado expira no ano indicado entre parênteses.

composto por Claudia Fuentes Julio (Chile), Abdul-Karim Hashim Mostafa (Irake), Andranik Hovhannisyan (Arménia) e Iakovos Iakovidis (Grécia), proporá ao Presidente do Conselho uma lista de candidatos para as seguintes vagas: (a) dois membros do Mecanismo de Peritos sobre os Direitos dos Povos Indígenas (um da África e outro da América do Norte); b) O mandato de perito independente para a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa; c) O mandato de perito independente sobre a situação dos direitos humanos no Mali; (d) o mandato do Relator Especial para a promoção da verdade, da justiça, da reparação e das garantias de não reincidência; e) O mandato do Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação; f) Cinco membros do Grupo de Trabalho sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham nas Zonas Rurais, nos termos da criação do Grupo de Trabalho pelo Conselho na sua Resolução 54/9 (um dos Estados africanos, um dos Estados da Ásia-Pacífico, um dos Estados da Europa Oriental, um dos Estados da América Latina e das Caraíbas e um dos Estados da Europa Ocidental e outros); g) Um membro do Grupo de Trabalho sobre a utilização de mercenários como meio de violação dos direitos humanos e de impedimento do exercício do direito dos povos à autodeterminação (dos Estados africanos); h) O mandato do Relator Especial sobre a questão das obrigações em matéria de direitos humanos relativas ao gozo de um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável; e (i) o mandato do Relator Especial para a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas. As duas últimas vagas, originalmente não agendadas, foram ocasionadas pela renúncia dos detentores do mandato.

De acordo com o procedimento estipulado nos parágrafos 52 e 53 do anexo da Resolução 5/1 do Conselho de Direitos Humanos, a nomeação dos titulares de mandatos de procedimentos especiais e de mecanismos de especialistas será concluída após a aprovação subsequente pelo Conselho. Os titulares dos mandatos em questão serão nomeados antes do final da quinquagésima quinta sessão.

### ***Relatório sobre a sessão***

No final da sua quinquagésima quinta sessão, o Conselho dos Direitos do Homem terá perante si para adopção um projeto de relatório contendo um resumo técnico dos trabalhos da sessão.

## **2. Relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e relatórios do Gabinete do Alto Comissário e do Secretário-Geral**

Todos os relatórios do Secretário-Geral, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) são apresentados no item 2 da agenda, que permanece em aberto durante toda a sessão. O Conselho de Direitos Humanos analisará os relatórios nos itens relevantes da agenda, conforme apropriado. O calendário específico da sua introdução refletir-se-á no programa de trabalho.

*Relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos* - De acordo com a Resolução 48/141 da Assembleia Geral e a decisão contida na declaração do Presidente PRST OS/17/1, o Conselho de Direitos Humanos ouvirá uma atualização oral do Alto Comissário.

*Promover a reconciliação, a responsabilização e os direitos humanos no Sri Lanka* - O Conselho ouvirá uma atualização oral do ACNUDH

*Situação dos direitos humanos na Eritreia* - O Conselho realizará um diálogo interativo reforçado.

*Conclusões e recomendações de procedimentos especiais* - Nos termos da Resolução 2004/76 da Comissão dos Direitos do Homem e da Decisão 2/102 do Conselho dos Direitos do Homem, o Conselho terá diante de si o relatório do Secretário-Geral sobre as conclusões e recomendações dos procedimentos especiais ([A/HRC/55/19](#)).

*Questão dos direitos humanos em Chipre* - De acordo com a Decisão 2/102 do Conselho de Direitos Humanos, o Conselho terá diante de si o relatório do ACNUDH sobre a questão dos direitos humanos em Chipre ([A/HRC/55/20](#)).

*Atividades dos escritórios na Guatemala, Honduras e Colômbia* - De acordo com a Resolução 48/141 da Assembleia Geral, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si os relatórios do Alto Comissariado sobre as atividades dos escritórios do ACNUDH na Guatemala ([A/HRC/55/21](#)), Honduras ([A/HRC/55/22](#)) e Colômbia ([A/HRC/55/23](#)).

*Implementação efetiva dos instrumentos internacionais de direitos humanos* - De acordo com sua resolução 9/8, o Conselho de Direitos Humanos analisará o relatório do Secretário-Geral sobre as medidas tomadas para implementar essa resolução e sobre os obstáculos à sua implementação, incluindo recomendações para melhorar ainda mais a eficácia do sistema de órgãos do tratado e harmonizá-lo ([A/HRC/55/24](#)).

*Situação dos direitos humanos em Mianmar* - Na sua Resolução 50/3, o Conselho dos Direitos do Homem solicitou ao Alto Comissário que acompanhasse e acompanhasse a implementação das recomendações formuladas pela missão internacional independente de investigação de factos, incluindo as relativas à responsabilização, e que continuasse a acompanhar os progressos na situação dos direitos humanos em Mianmar, incluindo dos muçulmanos rohingyas e de outras minorias, com o apoio de peritos especializados e em complementaridade com o trabalho do Mecanismo Independente para Mianmar e do relatórios do Relator Especial e apresentar uma actualização oral na sua quinquagésima quinta sessão, a que se seguirá um diálogo interativo. O Conselho ouvirá uma actualização oral do Alto Comissário durante um diálogo interativo.

Na mesma resolução, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissário que apresentasse ao Conselho, em sua quinquagésima quinta sessão, um relatório sobre o painel de discussão sobre as medidas necessárias para encontrar soluções duradouras para a crise rohingya e para pôr fim a todas as formas de violações e abusos dos direitos humanos contra muçulmanos rohingyas e outras minorias em Mianmar, realizada em sua quinquagésima terceira sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do Alto Comissário ([A/HRC/55/25](#)).



*Situação dos direitos humanos no Sudão do Sul* - Em sua resolução 52/1, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato da Comissão de Direitos Humanos no Sudão do Sul por um novo período de um ano e solicitou à Comissão que apresentasse um relatório escrito abrangente sobre a situação dos direitos humanos no Sudão do Sul ao Conselho em sua quinquagésima quinta sessão, a ser seguido por um diálogo interativo aprimorado que incluía a participação do Alto Comissário. O Conselho analisará o relatório da Comissão ([A/HRC/55/26](#)).

*Promoção e proteção dos direitos humanos na Nicarágua* - Em sua resolução 52/2, o Conselho de Direitos Humanos decidiu renovar o mandato do Grupo de Especialistas em Direitos Humanos sobre a Nicarágua por um novo período de dois anos e solicitou ao Alto Comissário que apresentasse uma atualização oral sobre a situação dos direitos humanos na Nicarágua ao Conselho em sua quinquagésima quinta sessão. O Conselho ouvirá uma atualização oral do Alto Comissário.

Na mesma resolução, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Grupo de Especialistas em Direitos Humanos sobre a Nicarágua que apresentasse um relatório ao Conselho em sua quinquagésima quinta sessão, durante um diálogo interativo. O Conselho analisará o relatório do Grupo de Peritos em Direitos Humanos ([A/HRC/55/27](#)).

*Situação dos direitos humanos nos Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e a obrigação de assegurar a responsabilização e a justiça* - Em sua resolução 52/3, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissário que informasse o Conselho sobre a implementação da resolução em sua quinquagésima quinta sessão, a ser seguida por um diálogo interativo. O Conselho analisará o relatório do Alto Comissário ([A/HRC/55/28](#)).

*Situação dos direitos humanos no Sudão* - Na sua resolução S-36/1, o Conselho dos Direitos do Homem solicitou ao Alto Comissário, com a assistência do perito designado para os direitos humanos no Sudão, que apresentasse, na sua quinquagésima quinta sessão, um relatório exaustivo sobre a situação dos direitos humanos no Sudão e sobre as violações e abusos cometidos por todas as partes no Sudão, a ser seguido por um diálogo interativo aprimorado. O Conselho analisará o relatório do Alto Comissário ([A/HRC/55/29](#)).

*Reforçar a promoção e a proteção dos direitos humanos no Afeganistão* - Em sua resolução 54/1, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Afeganistão por um período de um ano, e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório ao Conselho em sua quinquagésima quinta sessão. O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Richard Bennett ([A/HRC/55/80](#)), durante um diálogo interativo.

### **3. Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento**

#### **Direitos econômicos, sociais e culturais**

##### *Questão da realização em todos os países dos direitos econômicos, sociais e culturais*

Em sua resolução 52/11, o Conselho de Direitos Humanos decidiu realizar em sua quinquagésima quinta sessão um painel de discussão, em formato acessível, sobre os desafios e boas práticas para fortalecer o cumprimento do direito à seguridade social e para construir, financiar e implementar políticas públicas e serviços públicos de qualidade como ferramentas fundamentais para a realização de direitos sociais e culturais (ver anexo).

### *Combater o ódio religioso que constitua incitamento à discriminação, hostilidade ou violência*

Em sua resolução 53/1, o Conselho de Direitos Humanos decidiu realizar em sua quinquagésima quinta sessão um painel interativo de discussão, em formato acessível, para identificar motivadores, causas profundas e impactos nos direitos humanos da profanação de livros sagrados e locais de culto, bem como símbolos religiosos, como manifestação de ódio religioso que poderia constituir incitação à discriminação, hostilidade ou violência (ver anexo).

### *Direitos culturais*

Em suas resoluções 46/9, o Conselho de Direitos Humanos decidiu renovar, por um período de três anos, o mandato de Relator Especial no campo dos direitos culturais. Na sua Resolução 52/18, o Conselho solicitou ao Relator Especial que lhe apresentasse regularmente um relatório. O Conselho analisará os relatórios da titular do mandato, Alexandra Xanthaki ([A/HRC/55/44](#) e [A/HRC/55/44/Add.1](#)), durante um diálogo interativo.

### *Direito à alimentação*

Em sua resolução 49/13, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar, por um período de três anos, o mandato de Relator Especial sobre o direito à alimentação. Na sua Resolução 52/16, o Conselho solicitou ao Relator Especial que lhe apresentasse anualmente um relatório sobre a execução do mandato. O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Michael Fakhri ([A/HRC/55/49](#)), durante um diálogo interativo.

### *Moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado*

Em sua resolução 52/10, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar, por um período de três anos, o mandato do Relator Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito à não discriminação nesse contexto, e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório anual sobre a implementação do mandato ao Conselho. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Balakrishnan Rajagopal ([A/HRC/55/53](#) e [A/HRC/55/53/Add.1](#)), durante um diálogo interativo.

### *Efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais correlatas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos*

Em sua resolução 52/17, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar, por um período de três anos, o mandato de Especialista Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais relacionadas dos Estados no pleno gozo de todos os direitos humanos, particularmente os direitos econômicos, sociais e culturais, e solicitou ao Especialista Independente que continuasse a prestar contas regularmente ao Conselho. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Attiya Waris ([A/HRC/55/54](#), [A/HRC/55/54/Add.1](#) e [A/HRC/55/54/Add.2](#)), durante um diálogo interativo.

## **Direitos civis e políticos**

### *Tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes*

De acordo com a Resolução 77/209 da Assembleia Geral, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si o relatório do Secretário-Geral sobre o Fundo Voluntário das Nações Unidas para as Vítimas de Tortura ([A/HRC/55/32](#)).

De acordo com a mesma resolução, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si o relatório do Secretário-Geral sobre o Fundo Especial estabelecido pelo Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes ([A/HRC/55/33](#)).

Em sua resolução 52/7, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato da Relatora Especial sobre tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes por um novo período de três anos, e solicitou à Relatora Especial que relatasse todas as suas atividades, observações, conclusões e recomendações ao Conselho. O Conselho analisará os relatórios da titular do mandato, Alice Jill Edwards ([A/HRC/55/52](#) e [A/HRC/55/52/Add.1](#)), durante um diálogo interativo.

#### *Papel da boa governação*

Em sua resolução 51/5, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissário que preparasse um relatório do painel de discussão sobre as formas mais eficientes de defender a boa governança para abordar os impactos dos direitos humanos das várias divisões digitais, que foi realizado em 4 de setembro de 2023, e que apresentasse o relatório ao Conselho em sua quinquagésima quinta sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do Alto Comissário ([A/HRC/55/38](#)).

#### *Direito à privacidade*

Em sua resolução 46/16, o Conselho de Direitos Humanos decidiu estender o mandato do Relator Especial sobre o direito à privacidade por um período de três anos e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório anual ao Conselho. O Conselho analisará os relatórios da titular do mandato, Ana Brian Nougrères ([A/HRC/55/46](#) e [A/HRC/55/46/Add.1](#)), durante um diálogo interativo.

#### *Liberdade de religião ou crença*

Em sua resolução 49/5, o Conselho de Direitos Humanos decidiu estender o mandato do Relator Especial sobre liberdade de religião ou crença por um novo período de três anos, e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório anual ao Conselho. O Conselho analisará os relatórios da titular do mandato, Nazila Ghanea ([A/HRC/55/47](#), [A/HRC/55/47/Add.1](#) e [A/HRC/55/47/Add.2](#)), durante um diálogo interativo.

#### *A promoção e proteção dos direitos humanos no contexto de protestos pacíficos*

Em sua resolução 50/21, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação que se envolvesse em consultas globais e regionais e desenvolvesse ferramentas técnicas e práticas específicas com base em padrões internacionais e melhores práticas para ajudar os agentes responsáveis pela aplicação da lei a promover e proteger os direitos humanos no contexto de protestos pacíficos. O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Clément Nyaletsossi Voule ([A/HRC/55/60](#)), durante um diálogo interativo.

### **Direitos dos povos e de grupos e indivíduos específicos**

#### *Segurança dos jornalistas*

Na sua resolução 76/173, a Assembleia Geral solicitou ao Secretário-Geral que apresentasse um relatório sobre a segurança dos jornalistas e dos trabalhadores dos meios de

comunicação social, com especial incidência na segurança das mulheres jornalistas, em linha e fora de linha, e nas atividades da rede de pontos focais na abordagem da segurança dos jornalistas e na questão da impunidade e tendo em conta o Plano de Ação das Nações Unidas sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade e o acompanhamento deste. Em sua decisão 76/571, a Assembleia solicitou ao Secretário-Geral que apresentasse um relatório ao Conselho de Direitos Humanos em sua quinquagésima quinta sessão, recordando a Resolução 76/173. O Conselho terá diante de si uma nota do Secretariado sobre o relatório do Secretário-Geral (A/HRC/55/31).

Em sua resolução 51/9, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que preparasse um relatório de síntese sobre o seminário de especialistas de um dia sobre ameaças jurídicas e econômicas à segurança de jornalistas, realizado em 25 de abril de 2023, e que apresentasse o relatório ao Conselho em sua quinquagésima quinta sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do Alto Comissário (A/HRC/55/39).

#### *Direitos das pessoas com deficiência*

Em sua resolução 49/12, o Conselho de Direitos Humanos decidiu realizar em sua quinquagésima quinta sessão um debate interativo sobre os direitos das pessoas com deficiência, com foco nas boas práticas dos sistemas de apoio que permitem a inclusão comunitária das pessoas com deficiência (ver anexo). O debate será informado pelo relatório do ACNUDH sobre as boas práticas desses sistemas de apoio (A/HRC/55/34).

Em sua resolução 53/14, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência, por um novo período de três anos, com o mandato de continuar a prestar contas anualmente ao Conselho, em formatos acessíveis. O Conselho analisará o relatório do novo titular do mandato, Heba Hagrass (A/HRC/55/56) e um relatório do titular do mandato anterior, Gerard Quinn (A/HRC/55/56/Add.1), durante um diálogo interativo.

#### *Direitos da criança*

De acordo com suas resoluções 7/29 e 49/20, o Conselho de Direitos Humanos convocará uma reunião anual de dia inteiro sobre os direitos da criança, sobre o tema "Direitos da criança e proteção social inclusiva" (ver anexo).

Em sua resolução 49/20, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que preparasse um relatório abrangente, em formato acessível, em seguimento ao painel de discussão de alto nível sobre a integração dos direitos humanos realizado em 2020, com recomendações específicas sobre como fortalecer uma abordagem baseada nos direitos da criança no trabalho das Nações Unidas, e que apresentasse o relatório ao Conselho em sua quinquagésima quinta sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do Alto Comissário (A/HRC/55/36).

Em sua resolução 52/26, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a venda e exploração sexual de crianças, incluindo prostituição infantil, pornografia infantil e outro material de abuso sexual infantil, sob o título de Relator Especial sobre a venda, exploração sexual e abuso sexual de crianças, por um novo período de três anos, e solicitou ao Relator Especial que continuasse a apresentar anualmente ao Conselho um relatório sobre a execução do mandato. O Conselho analisará os relatórios da titular do

mandato, Mama Fatima Singhateh ([A/HRC/55/55](#), [A/HRC/55/55/Add.1](#) e [A/HRC/55/55/Add.2](#)), durante um diálogo interativo.

Em sua resolução 78/187, a Assembleia Geral solicitou à Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados que continuasse a apresentar relatórios ao Conselho de Direitos Humanos sobre as atividades realizadas no cumprimento de seu mandato. O Conselho analisará o relatório da Representante Especial, Virginia Gamba ([A/HRC/55/57](#)), durante um diálogo interativo.

Na mesma resolução, a Assembleia Geral solicitou à Representante Especial do Secretário-Geral sobre Violência contra Crianças que continuasse a apresentar um relatório anual ao Conselho de Direitos Humanos sobre as atividades realizadas no cumprimento de seu mandato. O Conselho analisará o relatório da Representante Especial, Najat Maalla M'jid ([A/HRC/55/58](#)), durante um diálogo interativo.

#### *Juventude e direitos humanos*

Em sua resolução 51/17, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que preparasse um relatório resumido sobre o painel bienal de discussão sobre juventude e direitos humanos, realizado em sua quinquagésima quarta sessão, e que apresentasse o relatório ao Conselho em sua quinquagésima quinta sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do ACNUDH ([A/HRC/55/40](#)).

#### *Direitos das pessoas com albinismo*

Em sua resolução 46/12, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Especialista Independente sobre o gozo dos direitos humanos por pessoas com albinismo, por um período de três anos, nos mesmos termos previstos na Resolução 28/6 do Conselho. O Conselho analisará os relatórios da titular do mandato, Muluka-Anne Miti-Drummond ([A/HRC/55/45](#) e [A/HRC/55/45/Add.1](#)), durante um diálogo interativo.

#### *Defensores dos direitos humanos*

Em sua resolução 52/4, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Relator Especial sobre a situação dos defensores de direitos humanos, por um período de três anos, nos mesmos termos previstos na Resolução 16/5 do Conselho. O Conselho analisará os relatórios da titular do mandato, Mary Lawlor ([A/HRC/55/50](#), [A/HRC/55/50/Add.1](#) e [A/HRC/55/50/Add.2](#)), durante um diálogo interativo.

#### *Questões relativas às minorias*

Em sua resolução 52/5, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Relator Especial sobre questões de minorias por um período de três anos, nos mesmos termos previstos pelo Conselho em sua resolução 25/5. O Conselho analisará o relatório do novo titular do mandato, Nicolas Levrat ([A/HRC/55/51](#)) e os relatórios do titular do mandato anterior, Fernand de Varennes ([A/HRC/55/51/Add.1](#) e [A/HRC/55/51/Add.2](#)), durante um diálogo interativo.

Em sua Resolução 49/14, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que continuasse a apresentar ao Conselho um relatório anual contendo informações sobre os desenvolvimentos relevantes dos órgãos e mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas e sobre as atividades desenvolvidas pelo ACNUDH na sede e no campo que contribuem para a promoção e o respeito às disposições da Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes

a Entidades Nacionais ou Étnicas, Minorias religiosas e linguísticas. O Conselho terá diante de si o relatório do Alto Comissário ([A/HRC/55/35](#)).

## **Inter-relação entre direitos humanos e questões temáticas de direitos humanos**

### *Terrorismo e direitos humanos*

Em sua resolução 76/169, a Assembleia Geral solicitou ao Secretário-Geral que apresentasse um relatório sobre a implementação dessa resolução ao Conselho de Direitos Humanos. Em conformidade com esse pedido, o Conselho terá diante de si uma nota do Secretariado sobre o relatório do Secretário-Geral sobre o terrorismo e os direitos humanos ([A/HRC/55/30](#)).

Em sua resolução 49/10, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Relator Especial para a promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais na luta contra o terrorismo por um período de três anos, com os mesmos termos previstos pelo Conselho em sua Resolução 40/16. Na sua Resolução 51/24, o Conselho convidou o Relator Especial a prestar atenção aos efeitos negativos do terrorismo no gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e a formular recomendações a este respeito. O Conselho analisará o relatório do novo titular do mandato, Ben Saul ([A/HRC/55/48](#)) e os relatórios do titular do mandato anterior, Fionnuala Ní Aoláin ([A/HRC/55/48/Add.1](#) e [A/HRC/55/48/Add.2](#)), durante um diálogo interativo.

### *Direitos humanos e mudanças climáticas*

Em sua resolução 50/9, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que apresentasse ao Conselho, em sua quinquagésima quinta sessão, um relatório identificando as medidas necessárias para minimizar o impacto adverso das mudanças climáticas na plena realização do direito à alimentação, levando em conta o painel de discussão e o diálogo interativo realizado na quinquagésima terceira sessão sobre o assunto, a ser seguido de um diálogo interativo. O Conselho analisará o relatório do Alto Comissário ([A/HRC/55/37](#)).

### *Direitos humanos e meio ambiente*

Em sua resolução 46/7, o Conselho de Direitos Humanos decidiu renovar o mandato de Relator Especial sobre a questão das obrigações de direitos humanos relacionadas ao gozo de um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável por um período de três anos, e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório anual ao Conselho. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, David R. Boyd ([A/HRC/55/43](#), [A/HRC/55/43/Add.1](#) e [A/HRC/55/43/Add.2](#)), durante um diálogo interativo.

Em sua resolução 52/23, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Relator Especial sobre a questão das obrigações de direitos humanos relativas ao gozo de um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável que apresentasse ao Conselho, em sua quinquagésima quinta sessão, um relatório resumido sobre o seminário de especialistas de um dia sobre a responsabilidade das empresas de respeitar o direito humano a uma vida limpa, ambiente saudável e sustentável, que foi realizada em 24 de novembro de 2023. O Conselho analisará o relatório do Relator Especial ([A/HRC/55/41](#)).

### *Direitos humanos e medidas coercivas unilaterais*

Em sua resolução 52/13, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Relator Especial sobre o impacto negativo das medidas coercitivas unilaterais sobre o gozo dos direitos humanos

que apresentasse ao Conselho, em sua quinquagésima quinta sessão, um relatório resumido sobre o painel bienal de discussão sobre medidas coercitivas unilaterais e direitos humanos, realizado em sua quinquagésima quarta sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do Relator Especial ([A/HRC/55/42](#)).

*Elaboração de um instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre empresas transnacionais e outras empresas empresariais no que diz respeito aos direitos humanos*

De acordo com sua resolução 26/9, o Conselho de Direitos Humanos analisará o relatório do grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre corporações transnacionais e outras empresas empresariais em relação aos direitos humanos em sua nona sessão, realizada de 23 a 27 de outubro de 2023 ([A/HRC/55/59](#)), e o texto do projeto de instrumento juridicamente vinculativo atualizado com as propostas textuais apresentadas pelos Estados durante a sessão ([A/HRC/55/59/Add.1](#)).

#### **4.Situações de direitos humanos que requerem a atenção do Conselho**

*Situação dos direitos humanos na República Bolivariana da Venezuela*

Em sua resolução 51/29, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que continuasse a monitorar, relatar e fornecer cooperação técnica com vistas a melhorar a situação dos direitos humanos na República Bolivariana da Venezuela, inclusive por meio da apresentação de uma atualização oral ao Conselho, em sua quinquagésima quinta sessão, a ser seguida de um diálogo interativo. O Conselho ouvirá uma actualização oral do Alto Comissário.

Na mesma resolução, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar, por um período de dois anos, o mandato da missão internacional independente de investigação sobre a República Bolivariana da Venezuela, com o objetivo de combater a impunidade e garantir a plena responsabilização dos perpetradores e a justiça das vítimas, e solicitou à missão que apresentasse uma atualização oral sobre seus trabalhos ao Conselho, durante um diálogo interativo, em sua quinquagésima quinta sessão. O Conselho ouvirá uma actualização oral da missão de averiguação.

*Situação dos direitos humanos na Bielorrússia no período que antecedeu as eleições presidenciais de 2020 e no seu rescaldo*

Na sua resolução 52/29, o Conselho dos Direitos do Homem solicitou ao Alto Comissário que apresentasse ao Conselho, na sua quinquagésima quinta sessão, um relatório exaustivo sobre a situação dos direitos humanos na Bielorrússia no período que antecedeu as eleições presidenciais de 2020 e nas suas consequências, a que se seguirá um diálogo interativo. O Conselho analisará o relatório do Alto Comissário ([A/HRC/55/61](#)).

*Situação dos direitos humanos na República Islâmica do Irã*

Em sua resolução 52/27, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na República Islâmica do Irã por um novo período de um ano, e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório sobre a implementação do mandato ao Conselho em sua quinquagésima quinta sessão. O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Javaid Rehman ([A/HRC/55/62](#)), durante um diálogo interativo.

Na sua resolução S-35/1, o Conselho dos Direitos do Homem solicitou à missão internacional independente de inquérito sobre a situação dos direitos humanos na República

Islâmica do Irã que apresentasse ao Conselho um relatório exaustivo sobre as suas conclusões durante um diálogo interativo na sua quinquagésima quinta sessão. O Conselho analisará o relatório da missão de inquérito ([A/HRC/55/67](#)).

#### *Situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia*

Na sua Resolução 52/28, o Conselho dos Direitos do Homem solicitou ao Alto Comissário que apresentasse uma actualização oral sobre a implementação das recomendações pertinentes formuladas pelo grupo de peritos independentes sobre a responsabilização na República Popular Democrática da Coreia. O Conselho ouvirá uma actualização oral do Alto Comissário.

Na mesma resolução, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia por um período de um ano, e solicitou ao Relator Especial que apresentasse relatórios periódicos ao Conselho sobre a implementação do mandato, inclusive sobre os esforços de acompanhamento feitos na implementação das recomendações da comissão de inquérito sobre direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia. O Conselho analisará o relatório da titular do mandato, Elizabeth Salmon ([A/HRC/55/63](#)), durante um diálogo interativo.

#### *Situação dos direitos humanos na República Árabe Síria*

Em sua resolução 52/30, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a República Árabe Síria por um período de um ano e solicitou à Comissão de Inquérito que apresentasse ao Conselho um relatório atualizado durante um diálogo interativo em sua quinquagésima quinta sessão. O Conselho analisará o relatório da Comissão de Inquérito ([A/HRC/55/64](#)).

#### *Situação dos direitos humanos em Mianmar*

Em sua resolução 52/31, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos em Mianmar por um novo período de um ano, e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório por escrito ao Conselho em sua quinquagésima quinta sessão. O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Thomas Andrews ([A/HRC/55/65](#)), durante um diálogo interativo.

#### *Situação dos direitos humanos na Ucrânia decorrente da agressão russa*

Na sua resolução 52/32, o Conselho dos Direitos do Homem solicitou à comissão internacional independente de inquérito sobre a Ucrânia que fornecesse ao Conselho um relatório escrito exaustivo na sua quinquagésima quinta sessão, a que se seguirá um diálogo interativo. O Conselho analisará o relatório da comissão de inquérito ([A/HRC/55/66](#)).

## **5. Órgãos e mecanismos de direitos humanos**

### *Fórum Social*

Em sua resolução 50/22, o Conselho de Direitos Humanos decidiu que o Fórum Social se reuniria por dois dias úteis em 2023 e que o Fórum deveria se concentrar na contribuição da ciência, tecnologia e inovação para a promoção dos direitos humanos, inclusive no contexto da recuperação pós-pandemia, e convidou o Fórum a apresentar um relatório contendo suas conclusões e recomendações ao Conselho em sua quinquagésima quinta sessão. O Conselho



terá diante de si o relatório do Fórum, que se realizou em 2 e 3 de novembro de 2023 ([A/HRC/55/68](#)).

#### *Procedimentos especiais*

De acordo com sua decisão 2/102, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si o relatório sobre a vigésima nona reunião anual de relatores especiais, especialistas independentes e presidentes de grupos de trabalho dos procedimentos especiais do Conselho, realizada de 12 a 16 de junho de 2023 ([A/HRC/55/69](#) e [A/HRC/55/69/Add.1](#)).

O Conselho de Direitos Humanos também terá diante de si o relatório de comunicações dos procedimentos especiais ([A/HRC/55/3](#)).

#### *Fórum sobre Questões de Minorias*

Em sua resolução 19/23, o Conselho de Direitos Humanos decidiu que o Fórum sobre Questões de Minorias deveria continuar a se reunir anualmente. O Fórum realizou sua décima sexta sessão nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2023, com o tema "Minorias e sociedades coesas: igualdade, inclusão social e participação socioeconômica". O Conselho terá diante de si o relatório do Relator Especial sobre questões relativas às minorias, contendo as recomendações formuladas pelo Fórum na sua décima sexta sessão ([A/HRC/55/70](#)).

### **6.Revisão periódica universal**

O Grupo de Trabalho sobre a Revisão Periódica Universal realizou sua quadragésima quarta sessão de 6 a 17 de novembro de 2023. Na sua quinquagésima quinta sessão, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si para adoção os resultados finais das revisões do Turquemenistão ([A/HRC/55/4](#)), Burkina Faso ([A/HRC/55/5](#)), Cabo Verde ([A/HRC/55/6](#)), Colômbia ([A/HRC/55/7](#)), Uzbequistão ([A/HRC/55/8](#)), Tuvalu ([A/HRC/55/9](#)), Alemanha ([A/HRC/55/10](#)), Djibouti ([A/HRC/55/11](#)), Canadá ([A/HRC/55/12](#)), Bangladesh ([A/HRC/55/13](#)), Federação Russa ([A/HRC/55/14](#)), Azerbaijão ([A/HRC/55/15](#)), Camarões ([A/HRC/55/16](#)) e Cuba ([A/HRC/55/17](#)).

De acordo com a declaração 9/2 do Presidente sobre as modalidades e práticas para o processo de revisão periódica universal, os resultados da revisão são adotados pelo Conselho em sua sessão plenária por uma decisão padronizada. Os resultados compreendem os relatórios do Grupo de Trabalho, as opiniões do Estado em análise sobre as recomendações e/ou conclusões, e os compromissos voluntários assumidos e as respostas apresentadas pelo Estado em análise, antes da adoção dos resultados pelo Conselho em plenário, a perguntas ou questões que não foram suficientemente abordadas durante o diálogo interativo com o Grupo de Trabalho.

### **7.Situação dos direitos humanos na Palestina e noutros territórios árabes ocupados**

#### *Direitos humanos no Golã sírio ocupado*

Na sua resolução 52/33, o Conselho dos Direitos do Homem solicitou ao Secretário-Geral que apresentasse ao Conselho, na sua quinquagésima quinta sessão, um relatório sobre a situação dos direitos humanos no Golã sírio ocupado. O Conselho terá diante de si o relatório do Secretário-Geral ([A/HRC/55/71](#)).

*Assentamentos israelenses no Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e no Golã sírio ocupado*

Em sua resolução 52/35, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissário que informasse o Conselho sobre a implementação das disposições dessa resolução em sua quinquagésima quinta sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do Alto Comissário ([A/HRC/55/72](#)).

*Situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967*

O Conselho de Direitos Humanos analisará, em conformidade com a Resolução 1993/2 A da Comissão de Direitos Humanos e a Resolução 5/1 do Conselho, o relatório da Relatora Especial sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967, Francesca Albanese ([A/HRC/55/73](#)), durante um diálogo interativo.

#### **8. Acompanhamento e aplicação da Declaração e do Programa de Ação de Viena**

Não foram apresentados relatórios no ponto 8 da ordem do dia.

#### **9. Racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância: acompanhamento e aplicação da Declaração e do Programa de Ação de Durban**

*Apelo global a uma ação concreta para a eliminação do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância conexas, bem como à implementação e ao acompanhamento abrangentes da Declaração e do Programa de Ação de Durban*

De acordo com a resolução 78/234 da Assembleia Geral, o Conselho de Direitos Humanos realizará uma reunião em comemoração ao Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial (ver anexo).

*Combater a intolerância, os estereótipos negativos e a estigmatização e a discriminação, o incitamento à violência e à violência contra pessoas com base na religião ou crença*

Em sua resolução 52/38, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissário que preparasse e apresentasse ao Conselho, em sua quinquagésima quinta sessão, um relatório de acompanhamento abrangente, com conclusões elaboradas com base em informações fornecidas pelos Estados, sobre os esforços e medidas tomadas para a implementação do plano de ação descrito nos parágrafos 7 e 8 da resolução, e opiniões sobre potenciais medidas de acompanhamento para melhorar ainda mais a implementação desse plano. O Conselho terá diante de si o relatório do Alto Comissário ([A/HRC/55/74](#)).

*Grupo de Trabalho Intergovernamental para a Implementação Efetiva da Declaração e do Programa de Ação de Durban*

Em sua resolução 52/37, o Conselho de Direitos Humanos decidiu renovar o mandato do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre a Implementação Efetiva da Declaração e do Programa de Ação de Durban por um novo período de três anos e solicitou ao Presidente do Grupo de Trabalho que apresentasse um relatório anual sobre suas sessões ao Conselho. O Conselho terá diante de si o relatório do Grupo de Trabalho sobre a sua vigésima primeira sessão, realizada de 16 a 20 de outubro e de 20 a 24 de novembro de 2023 ([A/HRC/55/75](#)).

## **10. Assistência técnica e capacitação**

### *Cooperação e assistência à Ucrânia no domínio dos direitos humanos*

Em sua resolução 53/30, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que apresentasse uma atualização oral sobre as conclusões de cada um dos relatórios do ACNUDH sobre a situação dos direitos humanos na Ucrânia em sua quinquagésima quinta sessão, a ser seguida por um diálogo interativo. O Conselho ouvirá uma atualização oral do Alto Comissário.

### *Assistência técnica e reforço das capacidades no domínio dos direitos humanos na República Centro-Africana*

Na sua resolução 54/31, o Conselho de Direitos Humanos decidiu renovar, por um período de um ano, o mandato de Perito Independente sobre a situação dos direitos humanos na República Centro-Africana. Nos termos da mesma resolução, o Conselho convocará, na sua quinquagésima quinta sessão, um diálogo de alto nível que lhe permitirá avaliar a evolução dos direitos humanos no terreno, colocando especial ênfase na situação das mulheres e das raparigas.

### *Assistência técnica e reforço das capacidades no domínio dos direitos humanos na República Democrática do Congo*

Em sua resolução 54/34, o Conselho de Direitos Humanos decidiu renovar, por um ano, o mandato da equipe de especialistas internacionais sobre a República Democrática do Congo e solicitou à equipe de especialistas internacionais que apresentasse uma atualização oral ao Conselho em sua quinquagésima quinta sessão. Na mesma resolução, o Conselho solicitou ao Alto Comissário que apresentasse uma atualização oral ao Conselho, na sua quinquagésima quinta sessão, sobre a situação dos direitos humanos na República Democrática do Congo. O Conselho ouvirá uma atualização oral do Alto Comissário e da equipe de peritos internacionais.

### *Reforço da cooperação técnica e capacitação no campo dos direitos humanos na Colômbia para implementar as recomendações da Comissão para o Esclarecimento da Verdade, Convivência e Não Repetição*

Em sua resolução 53/22, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissário que nomeasse um especialista internacional em direitos humanos encarregado de identificar e verificar os obstáculos à implementação do acordo de paz de 2016 e identificar as consequências desses obstáculos para o pleno gozo dos direitos humanos sob o direito internacional. Na mesma resolução, o Conselho solicitou ao perito que apresentasse um relatório ao Conselho antes do final de 2023 e que o apresentasse na sua quinquagésima quinta sessão, a que se seguirá um diálogo interativo. O Conselho analisará o relatório da perita Antonia Urrejola (A/HRC/55/18).

### *Assistência técnica e reforço das capacidades para melhorar a situação dos direitos humanos no Haiti no âmbito de um pedido das autoridades do Haiti de uma ação internacional coordenada e orientada*

Em sua resolução 52/39, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissário que nomeasse, por um período renovável de um ano, um especialista independente em direitos humanos sobre a situação dos direitos humanos no Haiti e que fornecesse ao Conselho um relatório abrangente em sua quinquagésima quinta sessão, no contexto de um diálogo interativo

com a participação do especialista independente em direitos humanos. O Conselho analisará o relatório do Alto Comissário ([A/HRC/55/76](#)).

#### *Assistência técnica e reforço das capacidades para o Sudão do Sul*

Em sua resolução 52/43, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao ACNUDH que apresentasse ao Conselho um relatório abrangente sobre assistência técnica e capacitação para o Sudão do Sul, em sua quinquagésima quinta sessão, a ser seguido de um diálogo interativo. O Conselho analisará o relatório do ACNUDH ([A/HRC/55/77](#)).

#### *Reforço da cooperação técnica e do reforço das capacidades no domínio dos direitos humanos*

Em sua resolução 36/28, o Conselho de Direitos Humanos convidou o Alto Comissariado a fazer uma apresentação oral ao Conselho, anualmente, fornecendo uma visão geral e informações sobre sucessos, melhores práticas e desafios em assistência técnica e esforços de capacitação, em particular aqueles fornecidos pelo ACNUDH e agências relevantes das Nações Unidas. O Conselho ouvirá uma exposição oral do Alto Comissário.

Ainda na resolução 36/28, o Conselho de Direitos Humanos convidou o Presidente do Conselho de Curadores do Fundo Voluntário das Nações Unidas para a Cooperação Técnica no Campo dos Direitos Humanos a apresentar ao Conselho, anualmente, um relatório abrangente sobre o trabalho do Conselho. O Conselho terá diante de si o relatório do Presidente ([A/HRC/55/78](#)).

#### *Assistência técnica e reforço das capacidades do Mali no domínio dos direitos humanos*

Em sua resolução 52/42, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar o mandato de Especialista Independente sobre a situação dos direitos humanos no Mali por um período de um ano, e solicitou ao Especialista Independente que apresentasse um relatório ao Conselho em sua quinquagésima quinta sessão. O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Alioune Tine ([A/HRC/55/79](#)).

Em conformidade com a Resolução 52/42, o Conselho manterá um diálogo, na presença do Perito Independente e de representantes do Governo de Transição do Mali, para avaliar as mudanças na situação dos direitos humanos no país, com especial incidência nas questões da proteção das pessoas vítimas de escravatura baseada na descendência.

### **Painéis de discussão previstos durante a 55ª Sessão do CDH**

#### **Painel anual de discussão de alto nível sobre a integração dos direitos humanos**

*Tema: Aproveitar os esforços multilaterais para incorporar, ampliar e concretizar os direitos das pessoas com deficiência, com foco na participação plena e efetiva e inclusão na sociedade*

#### **Painel de discussão sobre o combate ao ódio religioso que constitui incitamento à discriminação, hostilidade ou violência**

#### **Painel de discussão sobre desafios e boas práticas para efetivar o direito à seguridade social e prestar serviços públicos de qualidade**

**Debate interativo anual sobre os direitos das pessoas com deficiência**

*Tema: Boas práticas dos sistemas de apoio que permitem a inclusão comunitária de pessoas com deficiência*

**Reunião anual de dia inteiro sobre os direitos da criança Tema**

*1: Direitos da criança e proteção social inclusiva Tema*

*2: Integração dos direitos da criança nas Nações Unidas*

**Comemoração do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial**

## 2023-2024: A COP-28 e Propostas Integradas Para Responder À Tripla Crise Planetária

### *2023-2024: COP 28 and Integrated Proposals to Address the Triple Planetary Crisis*

**Danielly Magalhães  
Guto Galvão**

*Abstract: COP28, held in Dubai in 2023, was marked by the establishment of a Loss and Damage Fund, increased climate financing, and a focus on energy transition. The conference brought health to the forefront with a dedicated Health Day and the signing of the Dubai Declaration on Health and Climate Change. However, it underscored insufficient global climate ambition, posing a significant concern. During the 154th Session of the WHO Executive Board, a resolution on climate change and health was proposed, emphasizing health risks and the urgency of global action. The proposal addresses inadequate response, including insufficient funding, and suggests specific actions such as awareness campaigns and carbon neutrality by 2030. A counterproposal from developing countries expands the approach, including issues like pollution, biodiversity loss, food security, and gender, with a focus on resource mobilization for developing countries. The agenda also featured a report on environmental impacts, citing that 24% of global deaths in 2016 were related to environmental factors, emphasizing the need for effective measures. UNEP Director Inger Anderson highlighted challenges and priorities, including sustainable metal exploitation, combating plastic pollution, addressing desertification, climate change, and biodiversity loss, and stressed the need for funding. The Greening the Blue 2023 Report assessed the UN system's environmental footprint, identifying air travel as a major pollution source. WHO was rated as not fully meeting expectations. WHO launched a One Health Implementation Guide by the Quadripartite, outlining six action areas to address challenges at the human-animal-plant-environment interface, promoting comprehensive and long-term health by 2030.*

**Keywords:** *Climate Change. COP-28. Biodiversity Loss. Pollution. One Health.*

**Resumo:** A COP28, realizada em Dubai em 2023, foi marcada pelo estabelecimento de um Fundo de Perdas e Danos, maior financiamento climático e ênfase em uma transição energética. A COP28 trouxe a saúde para o centro das discussões, com um Dia da Saúde dedicado e a assinatura da Declaração de Dubai sobre Saúde e Mudança Climática. No entanto, a conferência destacou uma ambição global climática insuficiente, representando uma preocupação significativa. Durante a 154.ª Sessão do Conselho Executivo da OMS, foi proposta uma resolução em debate sobre mudanças climáticas e saúde, destacando riscos à saúde e urgência de ação global. A proposta aborda a falta de resposta adequada, incluindo financiamento insuficiente, e propõe ações específicas, como conscientização e neutralidade de carbono até 2030. Uma contraproposta de países em desenvolvimento amplia a abordagem, incluindo questões como poluição, perda de biodiversidade e segurança alimentar e gênero, com foco em mobilização de recursos para países em desenvolvimento. Na agenda, também foi apresentado um relatório sobre impactos ambientais, citando 24% das mortes globais em 2016 foram relacionadas a fatores ambientais, enfatizando a necessidade de medidas eficazes. A diretora do PNUMA, Inger Anderson, destacou desafios e prioridades do PNUMA como a exploração sustentável de metais, combate à poluição plástica e desertificação, mudanças

climáticas e perda da biodiversidade, e enfatizou a necessidade de financiamento. O Relatório Esverdeando o Azul 2023, avaliou a pegada ambiental do sistema da ONU. A principal fonte de poluição são as viagens aéreas. A OMS foi classificada como não atendendo plenamente às expectativas.

A OMS lançou um Guia de Implementação de Saúde Única pela Quadripartite que descreve seis linhas de ação para abordar desafios na interface homem-animal-planta-ambiente, promovendo uma saúde abrangente e de longo prazo até 2030

**Palavras-chave:** Mudanças Climáticas. COP-28. Perda da Biodiversidade. Poluição. Saúde Única

Conforme foi antecipado no artigo publicado no Blog do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz (<https://cee.fiocruz.br/?q=Cupula-Climatica-COP28>) a COP 28 representou avanços e muitos desafios.

A 28ª Conferência das Partes (COP28) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em Dubai entre 30 de novembro e 12 de dezembro de 2023, reuniu representantes de países, organizações internacionais e da sociedade civil para discutir e tomar medidas para combater as mudanças climáticas.

#### **Principais Resultados da COP28:**

- **Fundo de Perdas e Danos:** A criação de um fundo para financiar ações de adaptação e recuperação em países em desenvolvimento impactados por eventos climáticos extremos foi um dos principais avanços da COP28. Apesar da resistência inicial de países desenvolvidos, o acordo representa um marco importante na busca por justiça climática.
- **Financiamento Climático:** A meta de mobilizar US\$ 100 bilhões anuais para financiar ações climáticas em países em desenvolvimento foi finalmente alcançada, embora com atrasos e mecanismos de contabilidade questionáveis. A COP28 também reforçou a necessidade de maior transparência e previsibilidade na entrega desses recursos.
- **Ambição Climática:** Os países revisaram suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), mas as novas metas ainda são insuficientes para limitar o aquecimento global a 1,5°C. A COP28 não resultou em um aumento significativo da ambição climática global, o que representa uma grande preocupação para o futuro do planeta.
- **Transição Energética:** A COP28 reforçou a necessidade de uma transição energética justa e ambiciosa, com foco na expansão de energias renováveis e na descarbonização da matriz energética global. No entanto, o ritmo dessa transição ainda é lento e precisa ser acelerado para evitar os piores impactos das mudanças climáticas.

#### **Papel do Brasil na COP28:**

O Brasil teve um papel ativo na COP28, defendendo os seguintes pontos:

- **Prioridade à proteção da Amazônia:** O governo brasileiro destacou a importância da preservação da floresta Amazônica para o clima global e apresentou medidas para reduzir o desmatamento e promover o desenvolvimento sustentável na região.

- **Financiamento climático justo:** O Brasil defendeu a necessidade de maior acesso a recursos financeiros para países em desenvolvimento, como o Brasil, para financiar ações de adaptação e mitigação às mudanças climáticas.
- **Transição energética justa:** O governo brasileiro se comprometeu com a transição para uma matriz energética mais limpa e renovável, mas ressaltou a importância de que essa transição seja justa e inclusiva, levando em consideração as necessidades dos trabalhadores e das comunidades mais vulneráveis.

#### **Desafios para o Futuro:**

Apesar dos avanços da COP28, ainda há muitos desafios a serem superados na luta contra as mudanças climáticas. É necessário:

- Aumentar a ambição climática global e fortalecer as NDCs dos países.
- Acelerar a transição energética para uma matriz energética mais limpa e renovável.
- Garantir o acesso a financiamento climático justo e transparente para países em desenvolvimento.
- Promover a adaptação às mudanças climáticas e fortalecer a resiliência das comunidades mais vulneráveis.
- Fortalecer a cooperação internacional e o multilateralismo para enfrentar os desafios globais das mudanças climáticas.

A COP28 foi um passo importante na luta contra as mudanças climáticas, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. É fundamental que os países assumam seus compromissos e tomem medidas concretas para garantir um futuro mais sustentável para o planeta.

#### **Saúde e Mudança Climática na COP28: Avanços e Desafios**

A COP28, realizada em Dubai em 2023, representou um marco histórico para a integração da saúde na agenda climática global. A saúde foi tema central pela primeira vez na história das COPs, com a realização do Dia da Saúde no dia 3 de dezembro, e a assinatura da Declaração de Dubai sobre Saúde e Mudança Climática.

#### **Principais Avanços:**

- **Dia da Saúde:** O Dia da Saúde reuniu ministros da saúde, especialistas e representantes da sociedade civil para discutir os impactos das mudanças climáticas na saúde e as medidas necessárias para fortalecer a resposta global.
- **Declaração de Dubai:** A Declaração de Dubai reconhece a saúde como um pilar fundamental da ação climática e estabelece um compromisso global para fortalecer os sistemas de saúde e proteger a saúde humana dos impactos das mudanças climáticas.
- **Compromissos financeiros:** Vários países e organizações internacionais anunciaram novos compromissos financeiros para apoiar ações de saúde e mudança climática, incluindo a criação de um fundo específico para financiar a pesquisa e a implementação de medidas de adaptação e mitigação.

**Iniciativas e parcerias:** Diversas iniciativas e parcerias foram lançadas durante a COP28 para promover a colaboração entre os setores da saúde e do meio ambiente, com foco em áreas como:

- Vigilância e monitoramento dos impactos das mudanças climáticas na saúde.
- Desenvolvimento de sistemas de saúde resilientes ao clima.



- Promoção da saúde e bem-estar em comunidades vulneráveis.

#### **Papel do Brasil:**

O Brasil teve um papel ativo nas discussões sobre saúde e mudança climática na COP28. O país:

- Defendeu a importância da integração da saúde na agenda climática global.
- Apresentou sua Política Nacional de Saúde e Mudança Climática, lançada em 2023.
- Anunciou a criação de um Observatório Nacional de Saúde e Mudança Climática.
- Participou de diversas iniciativas e parcerias internacionais, como a Aliança Global para a Saúde e Mudança Climática.

#### **Desafios:**

Apesar dos avanços da COP28, ainda há muitos desafios a serem superados para garantir a saúde humana em um mundo em mudança. É necessário:

- Implementar a Declaração de Dubai e os compromissos financeiros assumidos pelos países.
- Fortalecer a capacidade dos sistemas de saúde para lidar com os impactos das mudanças climáticas.
- Investir em pesquisa e desenvolvimento de soluções inovadoras para a saúde e o clima.
- Promover a educação e a consciência pública sobre os riscos das mudanças climáticas para a saúde.
- Ampliar a colaboração entre os setores da saúde e do meio ambiente em todos os níveis.

A COP28 representou um passo importante na integração da saúde na agenda climática global. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido para proteger a saúde humana dos impactos das mudanças climáticas. É fundamental que os países continuem colaborando e assumindo seus compromissos para garantir um futuro mais saudável e sustentável para todos.

#### **154.ª sessão do Conselho Executivo da OMS – 22 a 27 de janeiro de 2024**

O Conselho Executivo da OMS é composto por 34 membros tecnicamente qualificados, eleitos para mandatos de três anos. A reunião anual do Conselho é realizada em janeiro, quando os membros concordam com a agenda e as resoluções a serem consideradas na Assembleia Mundial da Saúde. Destacamos aqui duas resoluções ainda em debate entre os países.

##### [Proposta de Resolução: Alterações climáticas e Saúde](#)

A proposta descreve os riscos à saúde representados pelas mudanças climáticas e propõe ações para que a comunidade global de saúde responda a essa ameaça. Ela enfatiza a urgência de enfrentar as mudanças climáticas, já que o mundo está aquecendo rapidamente devido à queima de combustíveis fósseis, com potenciais impactos severos na saúde e no bem-estar humanos. O Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas destaca os efeitos adversos à saúde por meio do calor, desnutrição, doenças infecciosas, saúde mental e deslocamento.

A resolução reconhece que são necessárias ações urgentes para reduzir as emissões de carbono para evitar exceder o limite de 1,5°C estabelecido no Acordo Climático de Paris. Os

impactos das mudanças climáticas na saúde, incluindo a mortalidade, são altamente desiguais, com as populações vulneráveis enfrentando as maiores consequências. Identifica fatores que contribuem para a crise climática, como sistemas de energia poluentes, sistemas alimentares não saudáveis, planejamento urbano e o próprio setor de saúde, que contribui para aproximadamente 5% das emissões globais de carbono.

Reconhece que mundo não está respondendo adequadamente ao desafio, com financiamento climático internacional insuficiente alocados para projetos de saúde, além da falta de financiamento adequado para os planos nacionais de adaptação à saúde e alocação limitada de recursos pelos atores da saúde para a ação climática.

A resolução propõe objetivos para a resposta de saúde à crise climática, enfatizando a obtenção de sistemas de saúde resilientes ao clima e o aumento da oferta de sistemas de saúde de baixo carbono. Isso inclui ações de adaptação e mitigação.

O Secretariado propõe ações para elevar a saúde como prioridade máxima, apoiar os Estados membros nas metas de adaptação e mitigação da saúde e fornecer liderança, evidências, monitoramento e apoio técnico. As ações propostas incluem liderança e conscientização, evidências e produtos técnicos, e capacitação e apoio ao país.

A resolução detalha ações específicas, como aumentar a conscientização por meio de mensagens baseadas em evidências, tornar a OMS neutra em carbono até 2030, compilar evidências globais, definir agendas de pesquisa e capacitar e aumentar o engajamento com os Estados-Membros.

A OMS tem como objetivo monitorar o progresso em nível nacional e global, com foco em políticas e intervenções eficazes. O Secretariado enfatiza a melhoria do acesso a conhecimentos e dados relevantes para apoiar a implementação de políticas em nível de país.

A OMS planeja aumentar o engajamento com os Estados-Membros, fortalecer a capacitação e as ferramentas, fornecer desenvolvimento de capacidades e oferecer apoio direto aos países afetados pela crise climática. O Secretariado visa facilitar o acesso a financiamento, co-desenvolver um mecanismo de co-financiamento e trabalhar em parcerias, incluindo liderar o secretariado da Aliança para a Ação Transformadora sobre o Clima e a Saúde.

[Contraproposta de Resolução apresentada por Barbados, Fiji, Quênia, Mónaco, Países Baixos \(Reino Do\), Peru, Emirados Árabes Unidos E Reino Unido Da Grã-Bretanha E Da Irlanda Do Norte](#)

O grupo de países acima apresentou um rascunho de Decisão para a Resolução de Clima e Saúde. Ambos os documentos reconhecem as ameaças significativas representadas pelas mudanças climáticas para a saúde pública global e enfatizam a necessidade de ações urgentes.

O segundo documento destaca a também o impacto das mudanças climáticas na poluição do ar, além de impactos de produtos químicos, resíduos e poluição na saúde humana, destacando a necessidade de ações integradas que combinem as necessidades das mudanças climáticas, da poluição, da perda de biodiversidade e da subnutrição.

Aborda as diferenças de gênero na ação climática, buscando participação e influência equitativas.

Incentiva os Estados-Membros a comprometerem-se a reforçar a aplicação da Estratégia Global da OMS para a Saúde, o Ambiente e as Alterações Climáticas. Apela à cooperação no

desenvolvimento e implementação de planos de ação nacionais para a descarbonização e sistemas de saúde ambientalmente sustentáveis.

Insta à mobilização de recursos para uma ação integrada em matéria de clima e saúde, em particular nos países em desenvolvimento.

Os países pedem ao secretariado o desenvolvimento de um Plano de Ação global sobre mudanças climáticas e saúde até a 79ª Assembleia Mundial da Saúde (2025), integrando o clima no trabalho técnico da OMS. Também pede para que o Diretor-Geral atue como líder global no campo, colaborando com o sistema das Nações Unidas e parceiros para promover ações integradas, sensíveis ao gênero, sobre clima e saúde.

[Relatório: Alterações climáticas, poluição e saúde Impacto dos produtos químicos, dos resíduos e da poluição na saúde humana](#)

O relatório é uma resposta à resolução WHA76.17 (2023) sobre o impacto de produtos químicos, resíduos e poluição na saúde humana, solicitando ao diretor-geral da OMS que explore o envolvimento em duas iniciativas da ONU. Estes incluem a criação de um painel de política científica para a gestão de produtos químicos, resíduos e poluição e o desenvolvimento de um instrumento juridicamente vinculativo sobre a poluição por plásticos. A OMS estima que 24% das mortes globais em 2016 foram devidas a fatores ambientais, enfatizando a necessidade de medidas eficazes.

Para o painel de política científica proposto, as opções para o papel da OMS incluem fornecer apoio ao secretariado, nomear especialistas, propor atividades, comentar resultados, gestão do conhecimento e capacitação. O relatório também aborda a poluição plástica, citando seu crescimento exponencial e os custos sociais e ambientais. A OMS afirma sua disposição de contribuir com o instrumento sobre poluição plástica, enfatizando a importância das considerações de saúde nas negociações.

O relatório descreve as interseções entre plásticos e saúde, propondo opções para o papel da OMS, como contribuir para questões relacionadas à saúde e garantir destaque da saúde em negociações. Exemplos de plásticos problemáticos do ponto de vista da saúde são destacados, enfatizando a necessidade de acesso contínuo a produtos seguros para a saúde.

Os próximos passos envolvem o envolvimento contínuo nas iniciativas como observador, oferecendo apoio técnico e explorando opções para o envolvimento da OMS no painel de política científica proposto. O relatório conclui com o compromisso de abordar os aspectos relacionados com a saúde no desenvolvimento do instrumento vinculativo para acabar com a poluição por plásticos, reconhecendo a série contínua de diálogos em linha sobre a poluição e a saúde dos plásticos.

#### **164.ª sessão do Comitê de Representantes Permanentes do PNUMA**

Durante a reunião de 164.ª sessão do Comitê de Representantes Permanentes do PNUMA em Nairobi, Quênia em preparação a Assembleia geral do PNUMA (UNEA-6), a diretora do PNUMA, Inger Anderson, destacou em seu discurso as principais, como o Consenso de Dubai durante a COP-28 e a operacionalização do Fundo de Perdas e Danos. Destacou também os desafios e as principais frentes de ação do PNUMA, como a importância de garantir a exploração sustentável de metais e minerais para a transição energética, e de aumentar os esforços sobre

a poluição plástica e a contra a desertificação. Ela reconheceu os desafios do financiamento e salientou a necessidade de contribuições. O discurso terminou com um apelo à unidade, ao multilateralismo e a um PNUMA bem financiado para enfrentar os desafios ambientais em 2024. A próxima reunião da UNEA-6 ocorrerá de 26 de fevereiro a 1º de Março e se concentrará nos temas das mudanças climáticas, natureza, desertificação, perda de biodiversidade, poluição e o desperdício.

## **Relatório sobre sustentabilidade nas unidades da ONU**

O [Relatório Esverdeando o Azul 2023](#), lançado em final de dezembro de 2023, Esverdeando o Azul fornece uma visão abrangente da pegada ambiental do sistema das Nações Unidas e dos progressos realizados na implementação da [Estratégia de Sustentabilidade I \(2020-2030\)](#). O secretário-geral da ONU, António Guterres, enfatizou a necessidade de uma ação coletiva para enfrentar a tripla crise planetária, instando todas as entidades da ONU a liderar pelo exemplo em sustentabilidade ambiental.

O relatório abrange os impactos ambientais de mais de 308.000 funcionários em 57 unidades, sedes, escritórios e de operações de campo. A OMS é classificada como não atendendo à expectativa de desempenho ambiental, o resumo de todas as Entidades da ONU pode ser encontrado [aqui](#).

A Estratégia de Sustentabilidade I abrange tanto as áreas de impacto ambiental quanto as funções de gestão. Os principais destaques do relatório de 2023 incluem:

### Áreas de Impacto Ambiental

- Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): As operações e instalações da ONU emitiram um total de 1,4 milhão de toneladas de CO<sub>2</sub>eq, com uma média de 4,6 toneladas de CO<sub>2</sub>eq per capita. Notavelmente, 38% das emissões foram provenientes de viagens aéreas, 47% de instalações e 15% de outras formas de viagem.
- Resíduos: O sistema da ONU gerou uma média de 321 kg/pessoa de resíduos.
- Água: O consumo médio de água por ano por pessoal da ONU foi de 49 m<sup>3</sup>.

### Funções de Gestão:

- Governança Ambiental: Sete entidades da ONU atenderam ou superaram os critérios para a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, com outras 15 se aproximando dos critérios.
- Compras: Vinte e quatro das 29 organizações implementaram políticas formais de compras sustentáveis em seus processos.
- Recursos Humanos: Trinta e uma entidades oferecem treinamento ambiental para seus funcionários.

## **Guia de Implementação de Saúde Única**

A Quadripartite lançou uma [Guia Para Apoiar Países A Implementar Abordagem De Saúde Única](#), enfatizando a colaboração entre nações e setores. A abordagem de Saúde única é

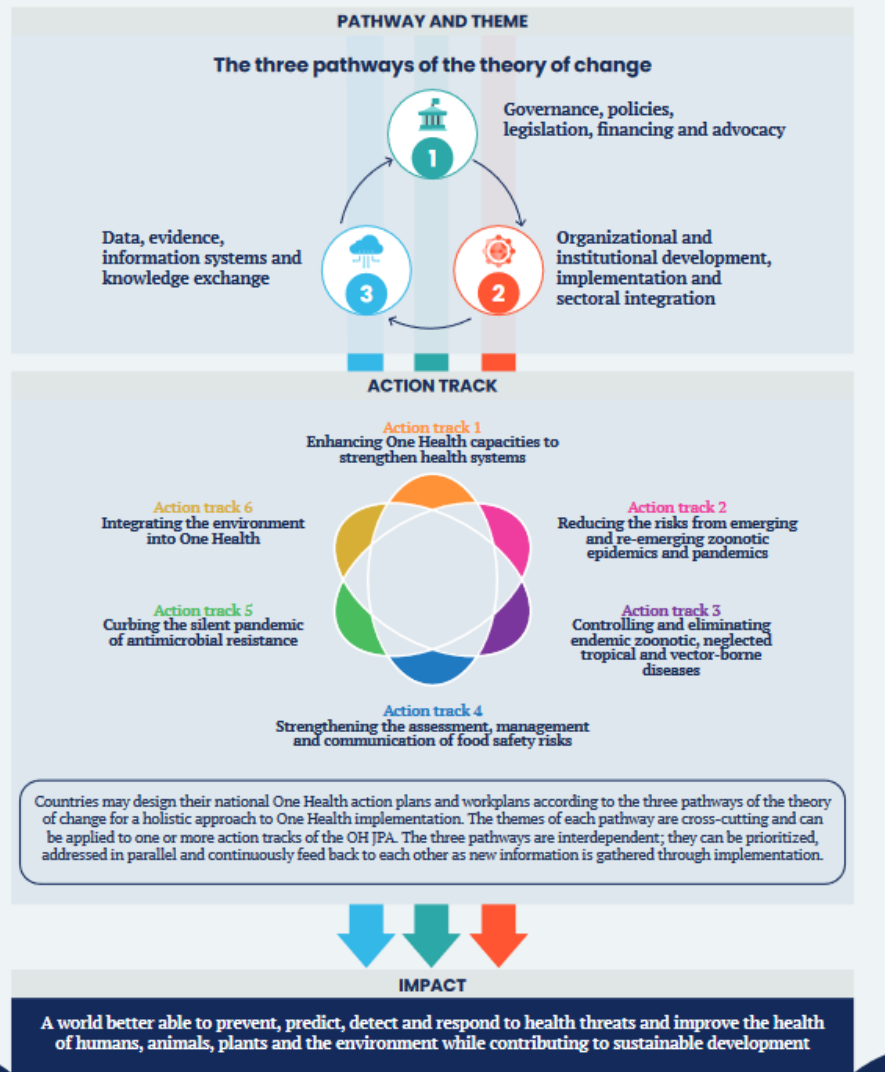
reconhecida como uma estrutura crucial para enfrentar os desafios globais. O Guia da Organização Mundial da Saúde visa ser aplicável universalmente, enfatizando a cooperação transdisciplinar. A interseção das mudanças climáticas e dos riscos para a saúde sublinha a necessidade de abordagens inclusivas e sistêmicas. A abordagem de Saúde Única pode garantir um futuro resiliente para as pessoas e para o planeta. As negociações da COP28 enfatizaram o papel vital da Saúde Única na resposta aos desafios climáticos, com 134 países apoiando a Declaração sobre Clima e Saúde. A Guia apoia os países na implementação de futuros acordos de prevenção de pandemias, onde o conceito de Saúde Única é um princípio orientador.

Apesar da crescente conscientização, os desafios na implementação da Saúde Única persistem, exigindo uma coordenação reforçada, compromissos políticos e financiamento sustentado. Os benefícios econômicos de Saúde Única são substanciais, com um retorno sobre o investimento de até 90%. O compromisso da Quadripartite visa fortalecer as iniciativas globais de Saúde Única, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030 para uma saúde abrangente e de longo prazo em todos os setores e comunidades.

O guia de Saúde Única descreve seis linhas de ação para enfrentar os principais desafios de saúde na interface homem-animal-plantas-ambiente que pode servir como áreas de foco para implementação de Saúde, sendo elas:

1. Linha de ação 1: Reforçar as capacidades de Saúde Única para fortalecer os sistemas de saúde
2. Linha de ação 2: Reduzir os riscos de zoonoses emergentes e reemergentes epidemias e pandemias
3. Linha de ação 3: Controle e eliminação de zoonoses, doenças tropicais negligenciadas, e doenças causadas por vetores.
4. Linha de ação 4: Fortalecer a avaliação, a gestão e a comunicação de riscos para a segurança alimentar
5. Linha de ação 5: Conter a pandemia silenciosa de resistência antimicrobiana (RAM)
6. Linha de ação 6: Integrar meio ambiente em Saúde Única.

**FIG. 2: DESIGNING NATIONAL ONE HEALTH ACTION PLANS AND WORKPLANS ACCORDING TO THE THREE PATHWAYS OF THEORY OF CHANGE AND ACTION TRACKS OF THE OH JPA**



**“Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos”:** enunciado do ODS 8 sintetiza tamanho dos desafios a enfrentar e OIT faz prognóstico sombrio para 2024

***“Promote sustained, inclusive and sustainable economic growth, full and productive employment, and decent work for all”:*** SDG 8 statement summarizes the size of the challenges to be faced and ILO makes a gloomy prognosis for 2024

**René Mendes**

**Abstract:** Brief critical reflection on the complexity of the world of work, and on the role of the International Labor Organization (ILO) in a global context, in its mission of trying to promote Social Justice through full and productive employment, and decent work for all. The text analyzes (i) the approval by the ILO Executive Board of the **“Global Strategy of Occupational Safety and Health”** (2024-2030), which occurred at the end of October 2023; (ii) the launch of the document **“World Employment and Social Outlook: Trends 2024”**, which took place on January 10, 2024, from which the Executive Summary is transcribed; (iii) presentation of a table with the main events that will be promoted by the ILO in 2024, which will be monitored by this “observer” and analyzed in due course in this section of the Cadernos CRIS. **Keywords:** ILO; SDG 8; Occupational Safety and Health; Workers’ Health

**Resumo:** Breve reflexão crítica sobre a complexidade do mundo do trabalho, e sobre o papel da Organização Internacional do Trabalho (OIT) num contexto global, na sua missão de tentar promover a Justiça Social por meio do emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. São analisados no texto (i) a aprovação pelo Conselho de Administração da OIT da **“Estratégia Global de Saúde e Segurança no Trabalho” (2024-2030)**, ocorrida no final de outubro de 2023; (ii) o lançamento do documento **“Perspectivas Sociais e do Emprego no Mundo: Tendências 2024”**, ocorrido em 10 de janeiro de 2024, do qual se transcreve o **Resumo Executivo**; (iii) apresentação de um quadro com os principais eventos que serão promovidos pela OIT em 2024, os quais serão monitorados por este “observador” e oportunamente analisados nesta seção dos Cadernos CRIS.

**Palavras-chave:** OIT; ODS 8; Saúde e Segurança no Trabalho; Saúde do Trabalhador

## **1. Trabalho, emprego e saúde: breve panorâmica do final de 2023**

O complexo campo temático ao qual se dedica este “observador” do ‘Observatório’ está totalmente relacionado com macro determinantes políticos e econômicos – e deles depende -, o que, na esfera internacional e global significa agregar graus de imensa complexidade, seja numa perspectiva ‘horizontal’ de alcance geográfico, marcada por profunda desigualdade; seja numa perspectiva longitudinal histórica, onde a desigualdade faz com que se repitam e se perpetuem condições históricas e econômicas que reproduzem no ‘mundo do trabalho’ a injustiça, a intolerância, a violência em todas as suas formas, a discriminação, a subjugação de vidas, o desfazimento e descarte de indesejados e inúteis sob a óptica cruel capital

financeirizado. Agreguem-se a esta complexidade, as mazelas ambientais e as mazelas dos inúmeros conflitos armados, que tendem, aceleradamente, a se agravar e a se alastrar.

Portanto, este tema está conectado com quase todos os outros analisados por este Observatório, e, por conseguinte, vem impregnado de fortes doses de pessimismo. Principalmente, se a análise é feita sob a óptica dos Direitos Humanos, dos Direitos Sociais, na perspectiva da classe trabalhadora, ou não “opção preferencial pelos pobres”, vulneráveis e excluídos.

No meio de imenso emaranhado e cipal de instituições e papéis, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), fundada em 1919 e integrante das Nações Unidas, busca se equilibrar e sobreviver, mais vezes como uma “voz do que clama no deserto” (como se apresentava João Batista nos desertos da Judeia, em torno do ano 30 d.C.), na contramão e no contrafluxo das forças hegemônicas que dominam o mundo.

Neste curto período de tempo coberto por nossa análise, pouco ou nada mudou, no que se refere a esta respeitada Organização. Farei alguns poucos destaques, pensando que são de maior relevância.

## 2. “Estratégia Global de Saúde e Segurança no Trabalho” (2024-2030)

Conforme solicitado pelo Conselho de Administração da OIT, na sua 347.<sup>a</sup> Sessão, após a inclusão histórica de um ambiente de trabalho seguro e saudável como princípio fundamental e direito no trabalho, o Escritório da Organização Internacional do Trabalho preparou uma **Estratégia Global** (revista) sobre Segurança e Saúde no Trabalho 2024-2030 e um plano de ação para sua implementação.

Na sua 349.<sup>a</sup> Sessão, em 18 de outubro de 2023, o Conselho de Administração da OIT:

(a) aprovou a proposta de Estratégia Global sobre Segurança e Saúde no Trabalho e o plano de ação para o período 2024-2030<sup>10</sup>, conforme estabelecido no documento GB.349/INS/8<sup>11</sup>;

(b) solicitou ao Diretor-Geral que levasse em conta as suas orientações na implementação da estratégia, incluindo as implicações financeiras correspondentes, ao mesmo tempo que procurava satisfazer as necessidades de financiamento adicionais, na medida do possível, através da redefinição de prioridades dentro dos orçamentos existentes e/ou através de esforços renovados de mobilização de recursos.

Através da revisão da **Estratégia Global**, adotada em 2003, a OIT e os seus Membros reafirmaram o seu compromisso de proteger a saúde e a vida dos trabalhadores, promovendo assim o trabalho digno e a justiça social, em conformidade com a proposta do Diretor-Geral de estabelecer um **Coalisão Global para a Justiça Social**. O objetivo da estratégia global proposta sobre segurança e saúde no trabalho é **concretizar progressivamente o direito fundamental a um ambiente de trabalho seguro e saudável em todo o mundo** e, em última análise, contribuir

---

<sup>10</sup>[https://www.ilo.org/global/topics/safety-and-health-at-work/policy-documents/WCMS\\_897539/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/topics/safety-and-health-at-work/policy-documents/WCMS_897539/lang--en/index.htm)

<sup>11</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---safework/documents/policy/wcms\\_897553.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/policy/wcms_897553.pdf)



para a redução do número de mortes relacionadas com o trabalho, lesões e doenças em todo o mundo. Além disso, a revisão tem como objetivo melhorar a capacidade do Escritório da OIT para ajudar os mandantes na aplicação do **novo princípio fundamental e direito no trabalho** e incentivar os membros da OIT a acelerarem medidas para promover a melhoria contínua e a consolidação de uma **cultura de prevenção**, conforme definido no Artigo 1, d) da Convenção No. 187.

Propõe-se que a **Estratégia Global para a Segurança e Saúde no Trabalho** abranja o período entre 2024 e 2030, ao longo do qual orientará a definição e execução dos produtos do Programa e Orçamento relacionados com a segurança e saúde no trabalho; contribuirá para o alcance dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, em particular, das **metas 8.8 e 3.9**.

**ODS 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos**

**Meta 8.8:** Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.

**ODS 9: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades**

**Meta 3.9:** Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.

### 3. “Perspectivas Sociais e do Emprego no Mundo: Tendências 2024”

Em 10 de janeiro de 2024, foi lançado pela OIT este importante documento, como, aliás, ocorre no início de todos os anos.

A versão completa em inglês **World Employment and Social Outlook: Trends 2024** tem 120 páginas e pode ser localizada no site da OIT, repleta de gráficos e tabelas<sup>12</sup>. Recomendamos seu estudo.

O **Executive Summary** em inglês<sup>13</sup> e o **Resumen Ejecutivo** em espanhol<sup>14</sup> também estão disponíveis, em versão abreviada, sem tabelas e gráficos.

O texto a seguir é de nossa tradução-livre do Inglês (verificado com o Espanhol e o Francês), e será aqui reproduzido na íntegra:

---

<sup>12</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms\\_908142.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_908142.pdf)

<sup>13</sup>[https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/WCMS\\_908142/lang--en/index.htmReport](https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/WCMS_908142/lang--en/index.htmReport)

<sup>14</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms\\_908148.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_908148.pdf)

## RESUMO EXECUTIVO

### **A recuperação econômica arrefeceu...**

O ambiente macroeconômico deteriorou-se significativamente ao longo de 2023. As tensões geopolíticas em curso, bem como a inflação persistente e crescente, desencadearam movimentos frequentes e agressivos por parte dos bancos centrais. As autoridades monetárias das economias avançadas e emergentes implementaram o aumento mais rápido das taxas de juro desde a década de 1980, com repercussões globais significativas. As grandes economias emergentes, como a China, a Turquia e o Brasil, desaceleraram consideravelmente, causando um impacto adverso na atividade industrial, no investimento e no comércio globais. O crescimento nas economias avançadas foi reduzido quase à metade. Dado o desvio significativo e altamente persistente da inflação em relação aos objetivos, espera-se que os bancos centrais mantenham uma postura restritiva em relação às condições monetárias, pelo menos até ao final de 2024. Consequentemente, a recuperação econômica e social pós-pandemia permanece incompleta e novas vulnerabilidades freiam o progresso na justiça social.

### **...enquanto o crescimento do emprego se revelou resiliente e a taxa de desemprego continuou a cair...**

Apesar do arrefecimento econômico, o crescimento global em 2023 foi modestamente superior ao previsto e os mercados de trabalho mostraram uma resiliência surpreendente. Devido ao forte crescimento do emprego, tanto a taxa de desemprego como a disparidade no emprego diminuíram abaixo dos valores pré-pandemia. A taxa de desemprego mundial em 2023 foi de 5,1%, uma melhoria modesta em relação a 2022. A disparidade mundial de empregos também registou melhorias em 2023, mas, perto do total de 435 milhões de pessoas, permaneceu elevada. Além disso, em 2023, as taxas de participação no mercado de trabalho recuperaram em grande parte dos níveis mínimos pandémicos, especialmente entre os países de rendimento médio-baixo e de rendimento elevado, embora com grandes diferenças entre os grupos do mercado de trabalho, o que contribuiu para os desequilíbrios do mercado de trabalho, especialmente nos países mais avançados. A média de horas trabalhadas permanece abaixo dos níveis pré-pandemia de 2019, pesando sobre a mão-de-obra global disponível e causando desequilíbrios no mercado de trabalho, especialmente em setores-chave nas economias avançadas e em algumas economias emergentes. Embora os desequilíbrios tenham diminuído um pouco em 2023, aumentam as preocupações de que estes desequilíbrios no mercado de trabalho sejam de natureza estrutural, e não cíclica.

### **...embora os salários reais tenham diminuído e a pobreza da classe trabalhadora tenha atingido o seu nível mais baixo**

Apesar da redução do desemprego e do crescimento positivo do emprego, os salários reais diminuíram na maioria dos países do G20, uma vez que os aumentos salariais não conseguiram acompanhar o ritmo da inflação. Além disso, em 2023, o número de trabalhadores que vivem em pobreza extrema – ganhando menos de 2,15 dólares por dia e por pessoa em termos de paridade de poder de compra (PPC) – cresceu cerca de 1 milhão a nível mundial. Um padrão mais forte emerge quando se olha para a pobreza moderada no trabalho, ou seja, quem ganha menos de 3,65 dólares por dia e por pessoa em termos de PPC. O número de trabalhadores que vivem em pobreza moderada aumentou cerca de 8,4 milhões em 2023; um declínio na pobreza moderada foi observado apenas em países de rendimento médio-alto. Do lado positivo, as taxas de informalidade regressaram a valores próximos dos níveis anteriores à

pandemia, embora o número de trabalhadores informais tenha atingido 2 bilhões de pessoas em 2023 devido ao crescimento da força de trabalho global.

### **As condições financeiras começaram a deteriorar-se, agravando a situação de fragilidade**

Por trás das tendências benignas nos principais números do emprego, começou a surgir uma fragilidade que provavelmente atingirá primeiro os países que já enfrentavam dificuldades antes da pandemia. Os países em desenvolvimento altamente endividados correm particularmente o risco de entrar rapidamente em dificuldades financeiras, à medida que as condições financeiras globais se agravam, com repercussões significativas no emprego, nas condições de trabalho e no crescimento salarial. Até agora, estes problemas permaneceram localizados e tiveram poucas repercussões regionais ou globais. Contudo, se as tensões financeiras acabarem por afetar um maior número de países sistemicamente importantes, não se pode excluir uma nova crise financeira global.

### **O investimento permaneceu resiliente...**

As taxas de investimento globais recuperaram-se significativamente desde o mínimo histórico durante a crise financeira global e continuaram a fazê-lo durante a pandemia. O aumento dos custos de financiamento e o aumento do nível de incerteza não impediram o regresso a uma atividade de investimento mais elevada, especialmente entre os países europeus. Graças à forte evolução dos produtos de base, os países da África Subsaariana registaram uma aceleração significativa no investimento e espera-se que mantenham as taxas de investimento num dos níveis mais elevados daquela sub-região, em mais de três décadas. Por outro lado, os países do Leste e do Sudeste Asiático registaram um abrandamento moderado do investimento, embora a partir de níveis muito elevados. Globalmente, é de esperar um declínio temporário do investimento, mas espera-se que as taxas de investimento globais permaneçam significativamente acima dos níveis observados durante a década de 2010.

### **...mas o crescimento da produtividade continuou a desacelerar num contexto de pressões crescentes sobre os preços**

Após um breve surto de crescimento à medida que os países se recuperavam da pandemia, o crescimento agregado da produtividade do trabalho regressou rapidamente ao ritmo baixo observado na década anterior. Esta desaceleração aconteceu apesar da aparente aceleração do progresso tecnológico, especialmente das tecnologias digitais. A este respeito, o aumento do investimento em muitos países avançados e em alguns países em desenvolvimento não parece ter impulsionado o crescimento da produtividade, presumivelmente devido ao forte crescimento do investimento em serviços e construção de baixa produtividade.

Durante períodos de crescimento lento da produtividade, o rendimento disponível real e os salários reais são frequentemente vulneráveis a choques repentinos de preços. Dado que apenas algumas empresas viram os seus lucros acelerar, a maioria dos trabalhadores não conseguiu exigir aumentos mais fortes dos seus rendimentos e, por isso, eles e as suas famílias enfrentam uma erosão acelerada do seu rendimento disponível real. Além disso, dada a flagrante heterogeneidade setorial do rendimento, a desigualdade de rendimentos dentro do mesmo país piorou. Os responsáveis pelas políticas macroeconômicas podem felicitar-se por não terem entrado numa espiral de preços e salários. No entanto, num ambiente de crescimento indeciso que se soma à perda de rendimento registada durante a pandemia, a desvalorização do rendimento disponível real é um mau presságio para a procura agregada e não é um bom presságio para uma recuperação econômica mais sustentada. Além disso, quando a demanda

diminui, o crescimento da produtividade é prejudicado, uma vez que as empresas não geram rendimentos suficientes para investir e se adaptar aos mais recentes avanços tecnológicos.

### **Os desequilíbrios laborais foram agravados pelo fraco crescimento da produtividade e pela redução da média de horas trabalhadas...**

As preocupações com a escassez de mão-de-obra e de competências permaneceram no topo da agenda dos decisores políticos, pelo menos nas economias avançadas e em algumas economias emergentes. Apesar de uma rápida recuperação nas taxas agregadas de participação da força de trabalho, os setores com trabalhadores essenciais manifestaram dificuldades em atrair pessoas para responder à crescente procura de cuidados, transportes e comércio no varejo. Tem havido também escassez persistente noutros setores, como a indústria de transformação, a construção e as tecnologias de informação e comunicação (TIC). Parte do desafio no que diz respeito à escassez de trabalhadores essenciais tem a ver com as más condições de trabalho nestes setores. A desaceleração da produtividade torna difícil para os empregadores destes setores oferecer salários mais elevados (*sic*). Além disso, a procura reestruturada em todos os setores e a política fiscal de apoio criaram um excesso significativo de vagas, em setores específicos, que são difíceis de preencher. Esta inadequação setorial tem sido frequentemente agravada pela baixa mobilidade geográfica porque os trabalhadores sofrem com a escassez habitacional a preços acessíveis. Embora estas carências pareçam ter diminuído com políticas macroeconômicas mais restritivas, os desequilíbrios no mercado de trabalho persistiram.

A recuperação das taxas de participação na força de trabalho para os níveis anteriores à pandemia tem sido desigual e não beneficiou todos os grupos do mercado de trabalho da mesma forma. As taxas de participação feminina recuperaram mais rapidamente do que o esperado, mas a disparidade de participação entre homens e mulheres continua grande, especialmente nos países emergentes e em desenvolvimento. O mais preocupante é a situação dos jovens. Embora a participação dos jovens na força de trabalho tenha se recuperado acima da tendência, uma proporção desproporcionalmente grande de jovens que abandonaram o mercado de trabalho não faz qualquer tipo de formação profissional e continua a enfrentar obstáculos significativos no retorno ao mercado de trabalho. A taxa de pessoas que não estão em formação, educação ou emprego (“nem, nem”) permanece elevada em todos os níveis de rendimento e, em particular, entre as mulheres jovens, causando desafios significativos para a ligação dos indivíduos ao mercado de trabalho a longo prazo.

As pessoas que regressaram ao mercado de trabalho não costumam trabalhar o mesmo número de horas que antes da pandemia. Em todos os grupos de países por nível de rendimento, o total de horas trabalhadas aumentou mais do que a sua média, à medida que a escassez de mão-de-obra se agravou em alguns setores (intensivos no contato interpessoal). Isto deve-se, em parte, a problemas de saúde crônicos que se intensificaram nos últimos três anos. O número de faltas por doença aumentou significativamente em relação aos níveis anteriores à pandemia, indicando efeitos contínuos relacionados com a COVID-19 na saúde das pessoas. As medidas políticas para manter os trabalhadores no emprego, independentemente do número de horas trabalhadas, estão desaparecendo lentamente e impediram uma recuperação mais rápida da média de horas trabalhadas. Por último, o aumento da incidência do emprego em tempo parcial está contribuindo para reduções a longo prazo na média de horas trabalhadas, uma vez que os trabalhadores em tempo parcial têm, muitas vezes, dificuldade para regressar a um emprego em tempo integral.

À medida que a economia continua a desacelerar, parte desta escassez de mão-de-obra será absorvida pelas empresas que disponibilizam menos vagas. No entanto, como o crescimento da produtividade continua fraco, é provável que a escassez de mão-de-obra persista. Nos países onde a população está envelhecendo, os empregadores enfrentarão dificuldades crescentes no preenchimento das suas vagas, apesar da desaceleração do crescimento. Os trabalhadores mais idosos preferem não mudar de emprego. Portanto, numa população envelhecida, haverá menos pessoas dispostas a abandonar a sua posição para tentar a sorte noutra. Isso reduzirá o número de candidatos às vagas. As melhorias nas condições de trabalho e o aumento da produtividade poderiam ajudar a resolver alguns destes desequilíbrios no mercado de trabalho, assim como uma distribuição mais equitativa das oportunidades de emprego entre os países que apresentam um grave excesso de mão-de-obra.

### **...e é uma indicação de problemas estruturais que afetam a adequação do mercado de trabalho**

À medida em que os fatores cíclicos com impacto nos mercados de trabalho foram lentamente absorvidos, as questões estruturais na adequação do mercado de trabalho tornaram-se mais prementes. Os regimes de manutenção de empregos – como os implementados em muitas economias avançadas – revelaram-se essenciais para evitar que as empresas e os trabalhadores perdessem experiências e competências valiosas. No entanto, estes regimes tornaram os trabalhadores menos propensos a mudar rapidamente para novas oportunidades com o início da recuperação. Além disso, as tendências de longo prazo na produtividade e no envelhecimento da população entre as economias avançadas e algumas economias emergentes abrandaram a adequação necessária para absorver os desequilíbrios do mercado de trabalho induzidos pela pandemia. Uma mão-de-obra que é, em média, mais velha e com menos mobilidade – em parte devido aos problemas no mercado imobiliário acima mencionados – terá menos oportunidades de mudar para oportunidades de emprego alternativas. Tais oportunidades podem simplesmente não existir, devido à desaceleração generalizada do crescimento da produtividade, e isto reduzirá os caminhos para transições para empregos mais bem remunerados. Por último, apesar das melhorias modestas em 2023, as taxas de participação no mercado de trabalho, tanto para homens como para mulheres, deverão diminuir em 2024 e 2025 na maioria dos grupos de países por nível de renda, seguindo a sua tendência de longo prazo.

### **A aceleração do progresso tecnológico testa a resiliência do mercado de trabalho**

A aceleração do progresso tecnológico testará ainda mais a adequação do mercado de trabalho. O ano de 2023 viu a chegada de mais uma onda de inovações digitais envolvendo inteligência artificial generativa (IA). Apesar deste aparente progresso tecnológico, os padrões de vida e o crescimento da produtividade não melhoraram, o que constitui mais uma indicação de um lento ajustamento do mercado de trabalho. A falta de competências e as barreiras à entrada para os recém-chegados criadas pelos grandes monopólios digitais têm constituído obstáculos significativos a uma adoção tecnológica mais rápida, em particular nos setores de baixa produtividade e nos países em desenvolvimento. É provável que as desigualdades geográficas se agravem porque um pequeno número de conglomerados continua a atrair a maior parte do investimento no setor digital. Muitos países, incluindo os em desenvolvimento, adotaram políticas para incentivar a adoção da IA. No entanto, no atual clima de tensões geopolíticas, a transferência tecnológica parece estar enfrentando barreiras cada vez mais intensas, o que dificultará estratégias de avanço nos países em desenvolvimento para aproveitar os benefícios destas tecnologias digitais. Iniciativas de competências amplas exigem recursos

fiscais internos significativos, mas estes foram corroídos pela pandemia, inclusive nas economias avançadas. Os países que anseiam por uma transformação digital mais rápida que beneficie a sociedade em geral necessitarão de novas abordagens políticas, incluindo uma abordagem mais proativa ao desenvolvimento tecnológico, por exemplo através de uma política de inovação orientada por objetivos, e da mobilização de recursos através de fundos soberanos.

### **Uma perspectiva sombria se aproxima à medida em que a ‘poli crise’ piora a justiça social**

Num futuro próximo, as perspectivas do mercado de trabalho deverão deteriorar-se, embora apenas moderadamente. As taxas de desemprego globais aumentarão ligeiramente ao longo do horizonte de previsão, principalmente devido ao aumento do desemprego nas economias avançadas. Prevê-se que o desemprego aumente modestamente em 2024: à medida em que as taxas de participação da força de trabalho diminuem e o crescimento do emprego desacelera, o desemprego global aumentará em 2 milhões, empurrando a taxa de desemprego global de 5,1 por cento em 2023 para 5,2 por cento em 2024. A disparidade global de emprego, embora tenha melhorado, manteve-se elevada em 2023, perto de 435 milhões de pessoas. É pouco provável que a erosão dos salários reais e dos padrões de vida provocada por taxas de inflação elevadas e persistentes e pelo aumento dos custos da habitação seja compensada rapidamente. O desemprego juvenil continua a representar um desafio para um ajustamento estrutural e do mercado de trabalho mais rápido, especialmente em países com elevadas taxas de “nem nem”. A lacuna aqui aberta pela pandemia precisa de ser preenchida rapidamente através de iniciativas de competências específicas para evitar uma maior erosão da resiliência do emprego. Não se espera que as taxas de informalidade melhorem ainda mais; cerca de 58% do emprego mundial permanecerá no emprego informal em 2024. Da mesma forma, a pobreza no trabalho deverá persistir. Os principais desafios têm de ser enfrentados rapidamente para acelerar o movimento no sentido de alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. O atual ambiente de tensões geopolíticas é um mau presságio para uma coordenação internacional rápida e eficaz para enfrentar os principais desafios econômicos, ecológicos e sociais. Os governos precisam reforçar sua economia interna através de iniciativas para aumentar o crescimento da produtividade e os padrões de vida. Para este efeito, os governos e os parceiros sociais poderiam utilizar os instrumentos de cooperação internacional existentes para promover iniciativas de produtividade regional, por exemplo, através do reforço de parcerias globais de competências. Embora os governos tenham novamente assumido o controle da economia, seus recursos foram esgotados, especialmente nos países de baixa e média renda. O trabalho atual do G20 para promover a cooperação internacional com vista a uma melhor utilização dos fundos multilaterais de desenvolvimento deve ser encorajado e acelerado para apoiar as economias mais frágeis.

#### **4. Calendário das principais reuniões a serem promovidas pela OIT em 2024<sup>1516</sup>;**

---

<sup>15</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed\\_norm/@relconf/@reloff/documents/meetingdocument/wcms\\_125422.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/@reloff/documents/meetingdocument/wcms_125422.pdf)

<sup>16</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed\\_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcm\\_041906.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcm_041906.pdf)

DATA E LOCAL	TÍTULO DA REUNIÃO E/OU TEMA
12 a 16 de fevereiro (Genebra)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunión conjunta OIT-OMI para adoptar directrices sobre la realización de los exámenes médicos de los pescadores/ del personal de los buques pesqueros</li> <li>• Joint ILO–IMO meeting to adopt guidelines for medical examination of fishers/fishing vessel personnel</li> </ul> <p><a href="https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/normativeinstrument/wcms_908644.pdf">https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/normativeinstrument/wcms_908644.pdf</a></p>
19-23 de fevereiro (Genebra)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunión de expertos sobre políticas salariales, incluidos los salarios vitales</li> <li>• Meeting of experts on wage policies, including living wages</li> </ul>
27-29 de fevereiro (Londres)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segunda reunión del Grupo de trabajo tripartito mixto OIT-OMI para determinar y abordar cuestiones relativas a la gente de mar y los factores humanos</li> <li>• Second meeting of the Joint ILO–IMO Tripartite Working Group to identify and address seafarers’ issues and the human element</li> </ul>
29 de fevereiro a 2 de março (Genebra)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comité de Libertad Sindical</li> <li>• Committee on Freedom of Association</li> </ul>
4-14 de março (Genebra)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 350.ª reunión del Consejo de Administración</li> <li>• 350th Session of the Governing Body</li> </ul>
13-17 de maio (Genebra)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunión de expertos para actualizar el repertorio de recomendaciones prácticas de la OIT sobre seguridad y salud en el trabajo forestal de 1998 y adoptar la versión modificada</li> <li>• Meeting of experts to update and adopt the 1998 ILO code of practice on safety and health in forestry work</li> </ul>
3-31 de maio (Genebra)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comité de Libertad Sindical</li> <li>• Committee on Freedom of Association</li> </ul>
3-14 de Junho (Genebra)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 112.ª reunión de la Conferencia Internacional del Trabajo</li> <li>• 112th Session of the International Labour Conference</li> </ul>
15 de junho (Genebra)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 351.ª reunión del Consejo de Administración</li> <li>• 351st Session of the Governing Body</li> </ul>

DATA E LOCAL	TÍTULO DA REUNIÃO E/OU TEMA
24-28 de junho (Genebra)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mesa Directiva de la Asociación Internacional de la Seguridad Social (AISS)</li> <li>• International Social Security Association Bureau (ISSA)</li> </ul>
16-20 de setembro (Genebra)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novena reunión del Grupo de trabajo tripartito del mecanismo de examen de las normas</li> <li>• Ninth meeting of the Standards Review Mechanism Tripartite Working Group</li> </ul>
23-27 de setembro (Genebra)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunión técnica sobre la promoción del trabajo decente y una transición justa en el sector de los materiales de construcción, incluido el cemento</li> <li>• Technical meeting on the promotion of decent work and a just transition in the building materials industry, including cement</li> </ul>
Terceiro trimestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comité Mixto OIT/UNESCO de expertos sobre la aplicación de las Recomendaciones relativas al personal docente (CEART)</li> <li>• Joint ILO–UNESCO Committee of Experts on the Application of the Recommendations concerning Teaching Personnel (CEART)</li> </ul>
24-25 de outubro (Turim)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consejo del Centro Internacional de Formación de la OIT</li> <li>• Board of the International Training Centre of the ILO</li> </ul>
24-26 de outubro (Genebra)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comité de Libertad Sindical</li> <li>• Committee on Freedom of Association</li> </ul>
28 de outubro-7(8) de novembro (Genebra)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 352.ª reunión del Consejo de Administración</li> <li>• 352nd Session of the Governing Body</li> </ul>
25 de novembro a 7 de dezembro (Genebra)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comisión de Expertos en Aplicación de Convenios y Recomendaciones</li> <li>• Committee of Experts on the Application of Conventions and Recommendations</li> </ul>
Último trimestre (local a ser confirmado)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tercera reunión del Grupo de trabajo tripartito mixto OIT-OMI para determinar y abordar cuestiones relativas a la gente de mar y los factores humanos</li> </ul>



DATA E LOCAL	TÍTULO DA REUNIÃO E/OU TEMA
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Third meeting of the Joint ILO–IMO Tripartite Working Group to identify and address seafarers’ issues and the human element</li></ul>

## **Migrações, refúgio e saúde global**

### ***Migraciones, refugio y salud global***

***Rafael Gomes França, Giulia Mariano Machado,  
Harim Baek, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e  
Deisy de Freitas Lima Ventura.***

**Sumário.** Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global fez um resgate dos últimos acontecimentos de 2023, com destaque para o Fórum Global sobre Refugiados e o aumento dos deslocamentos forçados, devido aos conflitos de Gaza. Fizemos breve relato sobre eventos que aconteceram em 2024 e elencamos possíveis focos de interesse para acompanharmos. Segundo relatório do Acnur, a tendência é de crescimento de deslocamentos devido à emergência de crises e alterações climáticas. Estaremos de olho!

**Palavras chave: Refúgio. Saúde Global. Políticas Públicas.**

*Resumen: En este informe, el Grupo de Trabajo de Migración, Refugio y Salud Global hizo un resgate de los últimos acontecimientos del 2023, con destaque para el Fórum Global sobre Refugiados y el aumento de los desplazamientos forzados, debido a los conflictos de Gaza. Hicimos breve informe sobre eventos que acontecieron en 2024 y elencamos posibles foros de interés para acompañamiento. Según informe del Acnur, la tendencia es de crecimiento de desplazamientos debido a la emergencia de crisis y alteraciones climáticas. Estaremos mirando!*

**Palabras clave: Refugio. Salud Global. Políticas Públicas.**

**Os últimos destaques de 2023 e o começo de 2024 e o já mapeado para o acompanhamento do GT de Migrações, Refúgio e Saúde Global neste ano.**

No final de 2023, aconteceu o Fórum Global sobre Refugiados, que ocorreu entre os dias 13 e 15 de dezembro em Genebra e foi co-organizado pela Colômbia, França, Japão, Jordânia e Uganda, e pelo governo suíço juntamente com o ACNUR<sup>17</sup>. Nessa segunda edição, o fórum baseou-se nos progressos dos Estados e pelas partes interessadas na implementação do Pacto Global sobre Refugiados e nos compromissos anunciados desde a primeira edição em 2019. O fórum de 2023 contou com 4200 participantes de 168 governos e mais de 425 organizações com mais de 1600 compromissos estabelecidos<sup>18</sup>.

O Pacto Global sobre Refugiados foi aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2018 e estabeleceu uma nova estrutura de resposta aos refugiados. Os quatro objetivos principais do pacto são: i) diminuir a pressão em países de acolhimento, ii) aumentar a

<sup>17</sup> <https://globalcompactrefugees.org/about/global-refugee-forum/global-refugee-forum-2023>

<sup>18</sup> <https://www.acnur.org/portugues/2023/12/15/declaracao-de-encerramento-do-alto-comissario-da-onu-para-refugiados-no-forum-global-sobre-refugiados-de-2023/>

autossuficiência dos refugiados, iii) ampliar o acesso ao reassentamento de refugiados, e iv) amparar os países de origem dos refugiados para poderem retornar com dignidade e segurança<sup>19</sup>.

O Brasil foi representado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da presidenta do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), Sheila de Carvalho, e da coordenadora-geral do Comitê, Luana Medeiros. O país apresentou compromissos regionais integrados com países do Mercosul e, também, compromissos próprios<sup>20</sup>. Dos compromissos assumidos pelo Brasil, os regionais foram construídos durante a Presidência Pro Tempore brasileira do Mercosul, em articulação com os países integrantes do Mercosul, por meio do Foro de Conares do bloco.

Os países do Mercosul se comprometeram com o desenvolvimento, fortalecimento do sistema de asilo, políticas de reassentamento e diferentes caminhos para a prevenção e erradicação da apatridia na região sul-americana. Os compromissos brasileiros apresentados foram marcados pelas temáticas de fortalecimento do sistema nacional de refúgio, concretização do direito à reunião familiar, criação de um novo programa de reassentamento, incluindo apoio comunitário como ferramenta de integração local, promoção da participação das pessoas refugiadas nos processos de decisão, regulamentação da Política Nacional sobre Migrações, Refúgio e Apatridia e da Política Nacional de Saúde de Pessoas Refugiadas, Migrantes e Apátridas. Em 2024, este Grupo vai acompanhar as atividades de elaboração dessa Política.

Ao fim de 2023, a ocupação de Israel em Gaza continuou sendo um dos principais temas humanitários observados pela comunidade internacional e gerador de um massivo fluxo de refugiados, devido aos conflitos armados e às condições vulneráveis às quais a população palestina foi submetida. Nesse contexto, em dezembro, a Organização Mundial de Saúde trabalhou intensamente para garantir a assistência necessária às vítimas.

Em 10 de dezembro, o Conselho Executivo da OMS adotou, por consenso, uma resolução com o objetivo de endereçar a situação humanitária catastrófica de Gaza<sup>21</sup>. A medida solicitava a passagem imediata e desimpedida de assistência humanitária em Gaza, inclusive para garantir o acesso de profissionais de saúde, e urgindo que as partes cumprissem suas obrigações com o direito internacional humanitário para a proteção de civis em conflitos armados.

A resolução também congratulou a atuação da OMS e de parceiros do cluster de saúde pela prestação de suporte aos civis, devido às circunstâncias extremamente desafiadoras. O diretor-geral da Organização, Tedros Adhanom, ressaltou a urgência de um cessar-fogo para restabelecimento da paz e da saúde da população.

---

<sup>19</sup> <https://www.acnur.org/portugues/forum-global-sobre-refugiados/>

<sup>20</sup> <https://www.acnur.org/portugues/2023/12/14/brasil-leva-ao-forum-global-sobre-refugiados-compromissos-construidos-na-presidencia-pro-tempore-do-mercosul/>

<sup>21</sup> [WHO's Executive Board adopts resolution on access for life-saving aid into Gaza and respect for laws of war](https://www.who.int/news-room/press-releases/2023/12/10/who-executive-board-adopts-resolution-on-access-for-life-saving-aid-into-gaza-and-respect-for-laws-of-war)

Em 16 de dezembro, a OMS participou de uma missão das Nações Unidas para o Hospital Al-Shifa em Gaza<sup>22</sup>, a fim de entregar recursos essenciais, como medicamentos e instrumentos cirúrgicos, e avaliar a situação do estabelecimento diante do conflito. Conforme relatado pela missão, o hospital, anteriormente um dos maiores e mais importantes de Gaza, contava com um quadro de profissionais muito reduzido e enfrentava obstáculos desafiadores para seu funcionamento. O centro cirúrgico, por exemplo, não funcionava devido à falta de profissionais especializados e de oxigênio, com muitos pacientes sendo transferidos a outros hospitais para realizarem suas cirurgias.

O serviço de emergências foi descrito como um “banho de sangue”, com centenas de pacientes feridos, muitos recebendo suturas no chão, sem anestesia ou qualquer tipo de analgésico. Além disso, milhares de refugiados usavam o edifício do hospital como abrigo, com acesso limitado a alimentos, água e condições insalubres de moradia. Diante desse cenário catastrófico, a OMS comprometeu-se a fornecer assistência ao hospital - um dos poucos minimamente funcionais no norte de Gaza - nas semanas subsequentes para que continue atendendo os inúmeros feridos que chegam todos os dias em situação de extrema vulnerabilidade.

Em janeiro de 2024, também destacamos a Semana da Migração, que é um evento bienal organizado pela Rede das Nações Unidas para as Migrações, que visa promover o diálogo sobre questões relacionadas à migração segura, ordenada e regular. Reúne uma vasta gama de parceiros – Estados-Membros, partes interessadas e o sistema das Nações Unidas – para consolidar e reforçar o compromisso com a implementação dos acordos pactuados nos níveis regional, nacional e local. O tema deste ano foi a implementação do Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular: Processos e Desafios.<sup>23</sup>

Conforme revelado no relatório de Preparação e Resposta a Emergências de 2023<sup>24</sup>, publicado no último dia 19 de janeiro de 2024, o Acnur emitiu 43 declarações de emergência em 29 países, enviando 7,4 milhões de itens de ajuda e suprimentos de emergência no valor de US\$53,5 milhões. O Acnur enfrentou um aumento significativo nas crises humanitárias, registrando o maior número de emergências declaradas na última década<sup>25</sup>.

Ao longo de 2023, o Acnur respondeu a diversas crises globais, auxiliando milhões afetados por terremotos e conflitos em várias regiões. Em 2024, a perspectiva é que se aumente o número de mais emergências e a estimativa de pessoas deslocadas chegue a 130 milhões até o final do ano<sup>26</sup>. Assim, a importância da solidariedade e apoio para aqueles forçados a fugir torna-se ainda mais crucial.

---

<sup>22</sup> [WHO delivers health supplies to Al-Shifa Hospital, appeals for continued access to address urgent needs in north Gaza](#)

<sup>23</sup> <https://migrationnetwork.un.org/migration-week-2024>

<sup>24</sup> [https://reporting.unhcr.org/unhcr-emergency-preparedness-and-response-2023?\\_gl=1\\*1kgb4zy\\*\\_ga\\*MTI1ODI0NTU5LjE2NDY5Mzk4Nzc.\\*\\_ga\\_X2YZPJ1XWR\\*MTcwNzEwNzY5NC4zNS4xLjE3MDcxMTAwMTUuMC4wLjA.\\*\\_rup\\_ga\\*MTg3NDYwMjY2LjE2ODc4OTg0MzU.\\*\\_rup\\_ga\\_EVDQTL4LMY\\*MTcwNzEwNzY5NC4yMS4xLjE3MDcxMTAwMTUuMC4wLjA.#\\_ga=2.174440800.378000241.1707107695-125824559.1646939877](https://reporting.unhcr.org/unhcr-emergency-preparedness-and-response-2023?_gl=1*1kgb4zy*_ga*MTI1ODI0NTU5LjE2NDY5Mzk4Nzc.*_ga_X2YZPJ1XWR*MTcwNzEwNzY5NC4zNS4xLjE3MDcxMTAwMTUuMC4wLjA.*_rup_ga*MTg3NDYwMjY2LjE2ODc4OTg0MzU.*_rup_ga_EVDQTL4LMY*MTcwNzEwNzY5NC4yMS4xLjE3MDcxMTAwMTUuMC4wLjA.#_ga=2.174440800.378000241.1707107695-125824559.1646939877)

<sup>25</sup> <https://www.unhcr.org/news/press-releases/unhcr-number-humanitarian-emergencies-in-2023-highest-in-decade>

<sup>26</sup> <https://www.unhcr.org/news/press-releases/unhcr-number-humanitarian-emergencies-in-2023-highest-in-decade>

As respostas humanitárias do Acnur que mais se destacaram em 2023, de acordo com o último relatório<sup>27</sup>, foram nas regiões da Síria - afetados em grande parte por terremotos -, Mianmar, Sudão - pelos antigos e novos conflitos -, República Democrática do Congo, Chifre da África e Líbia - afetados pelas enchentes -, Darién, Afeganistão, Armênia e Etiópia.

Sobre a Selva de Darién, já faz alguns anos que o número de pessoas que a atravessam tem superado o recorde do ano anterior. Lembrando que em 2021, foram 133 mil; em 2022, foram 248 mil; em 2023, mais de 500 mil migrantes realizaram esse percurso, incluindo crianças, gestantes e pessoas em idades avançadas, conforme dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Mesmo passando por cenários complexos durante a jornada, e estando em situação de vulnerabilidade, as pessoas que cruzam o Darién ainda não encontram assistência suficiente para garantir uma viagem mais segura.<sup>28</sup> No final de janeiro de 2024, Kelly T. Clements, Vice-Alta Comissária da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), fez uma visita ao Panamá e fez um pedido à comunidade internacional para aumentar os esforços, com o intuito de melhorar a situação das pessoas refugiadas e migrantes nas Américas. Ela disse que muito antes desse cenário se agravar ainda mais, é necessário maior cooperação e apoio vindo da comunidade internacional, para oferecer melhores alternativas além de travessias perigosas e irregulares.<sup>29</sup>

A viagem de Clements ocorreu em meio ao momento em que o número de pessoas refugiadas e migrantes que atravessam a selva de Darién registrou seu maior número até agora, com aproximadamente 23.000 pessoas somente no começo do ano de 2024. Ela ainda comentou que mesmo com os números de pessoas em direção ao norte aumentando, os países da América Latina permanecem acolhendo grande parte das populações deslocadas. Isto não se limita a um exemplo de solidariedade, mas também nos mostra que estes países oferecem soluções e alternativas ao decorrer da rota.<sup>30</sup>

Durante a sua visita, a Vice-Alta Comissária participou da VI Reunião Anual do Marco Integral Regional para a Proteção e Soluções (MIRPS). Neste evento, os países da região firmaram o compromisso de aumentar os esforços para enfrentar as questões que circundam o deslocamento forçado.<sup>31</sup> Ela também aproveitou a oportunidade para participar da inauguração de uma filial local do Escritório Nacional de Refugiados do Panamá localizado na cidade de Metetí, na província de Darién. Esse escritório tem por objetivo fornecer às pessoas que cruzam

---

<sup>27</sup>[https://reporting.unhcr.org/unhcr-emergency-preparedness-and-response-2023?\\_gl=1\\*1kg4zy\\*\\_ga\\*MTI1ODI0NTU5LjE2NDY5Mzk4Nzc.\\*\\_ga\\_X2YZPJ1XWR\\*MTcwNzEwNzY5NC4zNS4xLjE3MDcxMTAwMTUuMC4wLjA.\\*\\_rup\\_ga\\*MTg3NDYwMjY2LjE2ODc4OTg0MzU.\\*\\_rup\\_ga\\_EVDQTJ4LMY\\*MTcwNzEwNzY5NC4yMS4xLjE3MDcxMTAwMTUuMC4wLjA.#\\_ga=2.174440800.378000241.1707107695-125824559.1646939877](https://reporting.unhcr.org/unhcr-emergency-preparedness-and-response-2023?_gl=1*1kg4zy*_ga*MTI1ODI0NTU5LjE2NDY5Mzk4Nzc.*_ga_X2YZPJ1XWR*MTcwNzEwNzY5NC4zNS4xLjE3MDcxMTAwMTUuMC4wLjA.*_rup_ga*MTg3NDYwMjY2LjE2ODc4OTg0MzU.*_rup_ga_EVDQTJ4LMY*MTcwNzEwNzY5NC4yMS4xLjE3MDcxMTAwMTUuMC4wLjA.#_ga=2.174440800.378000241.1707107695-125824559.1646939877)

<sup>28</sup><https://www.msf.org.br/noticias/selva-de-darien-travessias-chegam-a-meio-milhao-mas-migrantes-seguem-sem-protexao/>

<sup>29</sup><https://www.acnur.org/portugues/2024/01/26/a-medida-que-as-travessias-do-darien-atingem-um-recorde-vice-alta-comissaria-do-acnur-pede-mais-apoio-internacional/>

<sup>30</sup><https://www.acnur.org/portugues/2024/01/26/a-medida-que-as-travessias-do-darien-atingem-um-recorde-vice-alta-comissaria-do-acnur-pede-mais-apoio-internacional/>

<sup>31</sup><https://www.acnur.org/portugues/2024/01/26/a-medida-que-as-travessias-do-darien-atingem-um-recorde-vice-alta-comissaria-do-acnur-pede-mais-apoio-internacional/>

o Darien, a possibilidade de buscar asilo e ter acesso a documentação e serviços básicos.<sup>32</sup> Para Clements, os obstáculos impostos por meio dos complexos movimentos de refugiados e migrantes nas Américas, precisam ser pautados a partir de uma perspectiva regional abrangente e colaborativa. Ela afirma que é essencial fornecer mais auxílio a indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade social, tornar mais forte o apoio às comunidades anfitriãs e ampliar oportunidades de reassentamento, chamando atenção para a importância dessa estratégia na gestão das múltiplas questões atuais.<sup>33</sup>

Em 2024, acompanharemos os resultados da Reunião Técnica Global de Alto Nível sobre Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) em Contextos Humanitários: Construindo uma Saúde Resiliente, que acontecerá em Copenhague, na Dinamarca, em fevereiro. A reunião é co-organizada pela sede da OMS, pelo Escritório Regional da OMS para a Europa, e o Acnur), em colaboração com o Governo da Dinamarca. O principal objetivo desta reunião é impulsionar politicamente, compreender e discutir o desenvolvimento de uma abordagem abrangente às DCNT em contextos humanitários com melhor inclusão de serviços essenciais para DCNT nos planos de preparação e resposta a emergências para populações refugiadas.<sup>34</sup>

Também devemos acompanhar os resultados da terceira edição do Fórum Humanitário Europeu, que acontecerá em março, em Bruxelas, Bélgica. O evento, co-organizado pela Comissão Europeia (DG ECHO) e pelo país anfitrião, no âmbito da sua Presidência do Conselho da União Europeia, realiza-se no contexto do aumento acentuado das necessidades humanitárias globais, num momento de redução do espaço humanitário, cada vez mais conflitos complexos e prolongados, a politização da ajuda e o aumento das vulnerabilidades devido às alterações climáticas.<sup>35</sup>

No Brasil, acompanharemos as atividades e avanços do GT do Ministério da Saúde, que prepara a Política de Saúde e Migração, Refúgio e Apatridia, como também a realização da Conferência Livre em Saúde de Migrantes, que acontecerá em março e antecede a II Comigrar, organizada pelo Ministério da Justiça e Cidadania, em junho. Continuaremos explorando os desafios e perspectivas da região das Américas para o tema e exploraremos o mais relevante com maior profundidade. Que 2024 seja um ano de fortalecimento da garantia de acesso à saúde para os migrantes por todo o mundo, por meio de cooperação e solidariedade dos países.

---

<sup>32</sup><https://news.un.org/pt/story/2024/01/1826972#:~:text=30%20Janeiro%202024%20Migrantes%20e%20refugiados%20Vice%20alta, travessias%20no%20Darien%20e%20melhorar%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para%20refugiados>

<sup>33</sup><https://news.un.org/pt/story/2024/01/1826972#:~:text=30%20Janeiro%202024%20Migrantes%20e%20refugiados%20Vice%20alta, travessias%20no%20Darien%20e%20melhorar%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para%20refugiados>

<sup>34</sup><https://www.who.int/news-room/events/detail/2024/02/27/default-calendar/global-high-level-technical-meeting-on-noncommunicable-diseases-in-humanitarian-settings>

<sup>35</sup> <https://europeanhumanitarianforum.eu/>

## Mulheres e crianças brasileiras na Agenda 2030: ainda um longo caminho

*Maria Teresa Rossetti Massari  
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes*

### **Aceleração rumo às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a saúde materna e Mortalidade infantil**

Os progressos para reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos até 2030 (meta 3.1 dos ODS) estagnou entre 2016 e 2020. Além disso, 54 países não estão no caminho certo para acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos de idade - a meta 3.2 dos ODS é de reduzir mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos-vivos e mortalidade de menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.

#### **Mortalidade Materna**

Globalmente, a razão de morte materna caiu de 339 por 100.000 nascidos vivos em 2000 para 216 por 100.000 nascidos vivos em 2015<sup>1</sup>. Estes números demonstram que a mobilização global em torno dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) produziu um progresso considerável em muitas dimensões do desenvolvimento social, contribuindo significativamente para a melhoria da vida de mulheres em todo o mundo. Apesar deste progresso, a mortalidade materna continua sendo inaceitavelmente alta, na maior parte do mundo.

Já ultrapassada a metade do caminho para a Agenda 2030, a meta de alcançar uma razão global de mortalidade materna (RMM) de até 70 mortes maternas por 100.000 nascidos vivos permanece muito distante, com 223 mortes maternas por 100.000 nascidos vivos em 2020. A estagnação destes indicadores globalmente é uma questão urgente, já que estima-se que 287.000 mulheres morreram por causas relacionadas à gravidez, parto e pós-parto apenas no ano de 2020<sup>2</sup>. A perda evitável de quase 3 milhões de mulheres entre 2010 e 2020 não é apenas uma tragédia global, mas também um indicador de desigualdade entre e dentro dos países, além de uma grave violação dos direitos humanos<sup>1</sup>.

A mortalidade materna se configura como uma das mais graves violações dos direitos humanos das mulheres, por ser uma tragédia evitável em 92% dos casos e por ocorrer principalmente nos países em desenvolvimento. Durante muito tempo a hemorragia, doenças hipertensivas, sepse e complicações do aborto foram consideradas as principais condições que acarretam mortes maternas<sup>3</sup>. Mas as evidências têm reiterado que a saúde materna não é só uma questão biomédica, mas um indicador de desenvolvimento social.

Uma série publicada em dezembro de 2023 no The Lancet ([Análise global dos determinantes da saúde materna e transição na mortalidade materna](#)) explorou os determinantes distais e proximais, bem como exposições e fatores de risco relacionados à mortalidade materna. Os autores reiteram que as mortes evitáveis de milhões de mulheres não são apenas devido a complicações biomédicas da gravidez, parto e período pós-natal, mas são também manifestações dos determinantes sociais e das desigualdades persistentes nas condições socioeconômicas e de desenvolvimento e sua relação com a saúde materna, com destaque para os seguintes pontos:

- A saúde materna é uma questão social - os problemas de saúde e a deficiência materna não são apenas problemas médicos, mas resultados de uma interação complexa de forças ecossociais, estilos de vida, exposições, e fatores individuais.

- Concentrar-se apenas nas causas biomédicas da mortalidade materna é insuficiente e tem sido possivelmente a causa de muitos países permanecerem na mesma fase de transição da mortalidade materna durante décadas (121 dos 185 países analisados estão na mesma fase de transição da mortalidade materna há 20 anos).

- Abordar as questões de saúde materna e reduzir a mortalidade materna são esforços complexos, devido a fatores modificáveis e não modificáveis que afetam os resultados - é necessária uma abordagem ampla e multifacetada, incluindo a promoção do desenvolvimento social e da igualdade de gênero para enfrentar os determinantes que atuam na cadeia de eventos que conduzem à morbidade grave e à morte materna.

- O setor saúde tem um papel crucial de salvar a vida das mulheres com complicações na gravidez, no parto e no pós-parto, e deve ser expandido para mitigar os efeitos prejudiciais dos determinantes da saúde materna.

- A expansão da procura e do acesso a serviços e produtos de saúde reprodutiva de alta qualidade (incluindo o aborto seguro, a contracepção moderna e os cuidados pré-natais, intraparto e pós-parto) são necessários para a prevenção primária, para a identificação precoce das complicações e gestão da gravidez, do parto e do pós-parto.

- Alcançar a cobertura universal de saúde é essencial para garantir o acesso a cuidados de qualidade durante a gravidez, o parto e o período pós-parto e para reduzir a mortalidade materna.

Desde 2016 a razão da mortalidade materna diminuiu apenas em duas regiões: Ásia Central e do Sul, e Austrália e Nova Zelândia. A África Subsaariana, a Oceania (excluindo a Austrália e a Nova Zelândia), o Leste e Sudeste Asiático e o Norte de África registaram uma estagnação na RMM enquanto na Europa, América do Norte, América Latina e Caribe ela aumentou<sup>1</sup>.

### **Impacto da pandemia de COVID-19 na mortalidade materna**

Ainda que os dados mostrem que a estagnação nas reduções da mortalidade materna é anterior ao início da pandemia de COVID-19, ela contribuiu para a falta de progresso e retrocesso em muitos lugares. A razão da mortalidade materna durante a pandemia de COVID-19 pode ter sido impactada por 2 fatores: mortes diretamente relacionadas entre o estado de gravidez da mulher e a COVID-19, ou mortes em que as complicações da gravidez não foram evitadas ou geridos devido à interrupção dos serviços de saúde<sup>4</sup>.

Além da diversidade de manifestações clínicas e das dificuldades no manejo da doença, a COVID-19 trouxe à tona desigualdades entre os países, especialmente no que diz respeito à acessibilidade aos serviços de saúde. As diferenças mundiais nas taxas de mortalidade induzida pela COVID-19 em gestantes e puérperas refletem as diferenças já observadas antes da pandemia nas taxas de mortalidade materna entre os países. Os países maiores taxas de mortalidade materna tendem a ter serviços de saúde inadequados para mulheres grávidas e puérperas. Este cenário é certamente agravado quando o sistema de saúde está sobrecarregado, o que ocorreu durante a pandemia. Especificamente no Brasil, as análises apontaram aumento de 233,8% no número de mortes de gestantes e puérperas por semana



durante a pandemia de COVID-19, um valor muito superior ao observado na população em geral (aumento de 97%)<sup>5</sup>.

Embora o Brasil tenha se empenhado para garantir melhorias na assistência obstétrica e neonatal, por meio de políticas públicas como a Rede Cegonha (que proveu recursos para a organização da rede de cuidados materna e neonatal), os ganhos no declínio das RMM têm se mantido estagnados nos últimos anos e muito acima do acordado para o país conforme os ODS: até 30 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos até 2030. Dos óbitos registrados no Brasil neste período, cerca de 67% decorreram de causas obstétricas diretas - complicações obstétricas durante a gravidez, o parto ou o puerpério, devido a intervenções, omissões, tratamento incorreto ou eventos resultantes dessas causas<sup>6</sup>.

Para estas mulheres, que estão grávidas, dando à luz ou no período pós-parto, a adequada organização dos sistemas de saúde oferece uma oportunidade crucial para interromper a cadeia de eventos que pode potencialmente culminar na morte materna. Em última instância, o adequado provimento dos sistemas de saúde tem o potencial combater, ou pelo menos mitigar, os efeitos dos determinantes sociais que levam à morte materna. Isso significa planejamento de serviços de acordo com o número de nascimentos, regionalização do cuidado que considera os diferentes contextos (urbano, periferia e interior), mecanismos de suporte para mulheres que residem distantes, especificidades de populações mais vulneráveis e racismo institucional, para citar alguns exemplos<sup>7</sup>.

### **Planejamento Reprodutivo**

O acesso à contracepção reduz as mortes maternas, prevenindo ou retardando a gravidez em mulheres que não pretendem engravidar ou naquelas com maior risco de complicações. Para que a contracepção tenha um efeito significativo na redução da mortalidade materna, ela deve alcançar as mulheres com maior risco de morte materna: mulheres com idade mais avançada e alta paridade, com condições patológicas conhecidas por estarem associadas a maior risco de mortalidade e mulheres que não desejam engravidar<sup>8</sup>.

O acesso ao planejamento reprodutivo é crucial para que mulheres e adolescentes possam exercer os seus direitos sexuais e reprodutivos, obtendo melhores resultados de saúde, o que abarca:

- Acesso ao planejamento pré-concepcional de qualidade que promova gestações seguras, planejadas e desejadas;

- Atender às necessidades individuais de cada mulher, respeitando as diferenças culturais e religiosas, promovendo ações efetivas para aumentar o uso de métodos contraceptivos reversíveis e de longa duração (incluindo a inserção do DIU pós-parto e pós-aborto e inserção de DIU por médicos e enfermeiros da atenção primária à saúde).

### **Atenção nas Situações de Gestações Não Desejadas**

Nem todas as gravidezes indesejadas podem ser evitadas através do aumento do uso de contraceptivos, e o acesso ao aborto seguro é necessário para prevenir abortos inseguros. No Brasil, o aborto é criminalizado – exceto nos casos de violência sexual, anencefalia fetal e risco de vida para a gestante. O abortamento é um problema de saúde pública que tem maior incidência nos países em desenvolvimento e é uma das principais causas de mortalidade materna no mundo, inclusive no Brasil. É um tema cuja discussão envolve um complexo conjunto de aspectos legais, morais, religiosos, sociais e culturais<sup>9,10</sup>.

Apesar do código penal brasileiro criminalizar o aborto, a Lei não se mostrou eficaz para inibir sua prática, deixando muitas mulheres em situações de risco. Na maioria das vezes, o aborto é realizado por pessoas não capacitadas em locais insalubres e sem segurança para atender eventuais complicações. Seu status de ilegalidade dificulta a análise de sua prevalência e magnitude, com subnotificação nos registros oficiais, principalmente quando se trata de abortos provocados. Um inquérito nacional, realizado em 2010, verificou que 15% das mulheres brasileiras, no final da vida reprodutiva, já haviam feito aborto e cerca de 50% delas necessitaram de internação. O percentual de aborto chega a 22% entre mulheres de 35 e 39 anos<sup>11</sup>.

O aborto, embora apareça entre as principais causas de morte materna, certamente teria posição mais relevante se não tivesse diagnóstico, muitas vezes, declarado como infecção puerperal, hemorragias, septicemias etc.

A atenção ao abortamento deve se apoiar em três pilares: (1) Acolher e orientar: ouvir a mulher, a partir de princípios éticos dos direitos reprodutivos; (2) Atenção clínica ao abortamento: classificar, decidir como fazer e executar, lembrando da necessidade de manejo da dor; e (3) Planejamento reprodutivo pós-abortamento: discutir com a mulher sobre suas intenções reprodutivas e oferecer os métodos contraceptivos disponíveis, orientando sobre continuidade do cuidado em serviços de atenção básica<sup>10</sup>.

Avançar na discussão do aborto seguro é importante não apenas para prevenir mortes maternas, mas também enquanto uma política pública que respeita as decisões das mulheres e garante que elas tenham acesso a cuidados oportunos e baseados em evidências<sup>8</sup>, incluindo:

- Nos casos já previstos em lei, garantir acesso ao aborto seguro, respeitando a vontade da mulher e acolhendo as suas necessidades;
- Prestação de cuidados de emergência para complicações do aborto, prevenindo as mortes causadas pelos abortos inseguros;
- Descriminalizar e ampliar o acesso ao aborto seguro.

### **Pré-natal**

O pré-natal constitui um conjunto de ações simultaneamente preventivas, promotoras de saúde, diagnósticas e curativas que têm por objetivo o bom desfecho da gestação para a mulher e seu filho<sup>12</sup>. Nesse sentido, a atenção ao pré-natal deve garantir:

- Ações de promoção da saúde e valorização da autonomia da mulher;
- A detecção precoce da gestação e assistência pré-natal qualificada, que possibilite gerir condições sociais e clínicas que possam representar riscos de complicações durante a gravidez, trabalho de parto e pós-parto;
- Exames laboratoriais mínimos de rastreio e outros exames (dependendo das condições da gestação), de acordo com protocolos nacionais e regionais.

A pré-eclâmpsia e a eclâmpsia, a hemorragia pós-parto, as infecções e as complicações do aborto inseguro representam quase 75% de todas as mortes maternas no país. Outras causas envolvem complicações de doenças pré-existentes (como doenças cardíacas) que pioram durante a gravidez, especialmente se não forem tratadas no pré-natal. Nestes casos, ter acesso

ao pré-natal especializado e a um sistema de encaminhamento adequado é essencial para reduzir o risco de morte<sup>13</sup>.

Dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) mostram uma evolução na cobertura do pré-natal no Brasil, onde menos da metade das gestantes faziam sete ou mais consultas de pré-natal em 1995 para uma cobertura de 66,5% com mais de sete consultas em 2015<sup>14</sup>.

Ainda que a cobertura da atenção pré-natal no Brasil para as gestantes que utilizam o SUS pelo critério de pelo menos uma consulta seja quase universal, esse panorama se modifica ao analisar recomendações como número mínimo de exames realizados e vinculação à maternidade para o parto. Neste caso, a adequação do pré-natal é reduzida para pouco mais de um quarto de todas as mulheres<sup>15</sup>.

A qualidade precária dos serviços de saúde, a falta de integração de cuidados pré-natal e assistência ao parto e o aumento das cesarianas injustificadas são possíveis explicações para o descompasso entre o aumento do acesso ao pré-natal e a persistência de elevadas razões de mortalidade materna<sup>11</sup>.

### **Conexão entre serviços de pré-natal e unidades de parto**

Uma das diretrizes preconizadas pelas políticas públicas brasileiras desde a Rede Cegonha é a vinculação da gestante ao seu local de parto desde o pré-natal. Além do desafio de ainda existir uma grande desconexão entre os níveis de atenção primária, ambulatorial e hospitalar, não existem bases de dados nacionais sobre a ocorrência da vinculação, questão que se reveste de importância na mortalidade materna.

Dados da Pesquisa Nascer no Brasil (2011-2012) mostraram que, no SUS, 32% das mulheres com algum risco obstétrico foram atendidas em hospitais sem unidades de cuidado intensivo, enquanto 29,5% das de baixo risco realizaram o parto em hospitais com esse tipo de estrutura<sup>16</sup>. Isso mostra que o sistema não está adequadamente articulado para disponibilizar atenção de alta complexidade a quem necessita, ofertando-a desnecessariamente a quem não precisa<sup>14</sup>. As consequências dessa desarticulação levam ao mal uso de recursos humanos, tecnológicos e financeiros, além de colocar em risco a vida de mulheres e bebês.

Mesmo nas situações em que se realiza um pré-natal adequado, não é possível prever quais mulheres necessitarão de atendimento emergencial. E, embora o pré-natal adequado seja essencial para prestar cuidados de qualidade, identificar e gerir condições de risco e reduzir a morbidade materna e perinatal, ele não é capaz por si só de reduzir a mortalidade materna. Ações sistêmicas também são necessárias para qualificar o atendimento emergencial e garantir o acesso a esses serviços, incluindo:

- Organização regional, com sistema eficiente de encaminhamento e de regulação;
- Sistema de transporte adequado e ágil para encaminhamentos, sempre que forem necessários.

### **Cuidados Obstétricos**

As taxas de mortalidade materna são extremamente sensíveis a cuidados obstétricos adequados quando surgem complicações. Considerando que as principais causas da mortalidade materna são evitáveis, e que seus determinantes e condicionantes estão diretamente relacionados à falta de assistência adequada, as ações para reduzir a mortalidade

materna no Brasil devem basear-se no pressuposto de que as mulheres precisam de acesso a cuidados qualificados e abrangentes do ponto de vista técnico e humanístico, antes, durante e depois da gravidez e do parto, isso inclui<sup>13</sup>:

- Equipes capacitadas e experientes para situações de baixa e alta complexidade;
- Assistência multidisciplinar de qualidade durante o trabalho de parto, que atenda aos desejos e expectativas da mulher e esteja alinhada aos protocolos de segurança para a mãe e o recém-nascido;
- Acesso aos principais medicamentos para o tratamento imediato de complicações que levam à morte materna em todos os níveis da rede obstétrica, incluindo serviços de pronto atendimento;
- Estruturas para a permanência de gestantes e puérperas na proximidade dos serviços hospitalares, os moldes das Casas da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), previstas na Rede Cegonha, para mulheres que apresentam complicações ou maior risco de complicações e não têm fácil acesso a transporte ou que vivem em áreas remotas;
- Centros de Parto Normal (CPN) e maternidades de baixo risco com acesso rápido a cuidados de emergência, incluindo anestesia e acesso oportuno a exames laboratoriais e hemoterapia (bancos de sangue e/ou serviços de transfusão);
- Estrutura adequada para realização de cesarianas e outros procedimentos cirúrgicos de emergência, garantindo acesso à hemoterapia imediata (bancos de sangue e/ou serviços de transfusão) em todos os seus pontos de atendimento;
- Maternidades de referência com UTI obstétrica para o alto risco (quando as maternidades não possuem UTI, é necessário que haja uma referência bem definida para unidade com experiência no cuidado intensivo no ciclo gravídico-puerperal, atuando em conjunto com especialistas da obstetrícia);
- Comitês de Vigilância do Óbito - em casos de morbidade materna e perinatal grave nas maternidades e nas regiões de saúde, além de monitoramento de intervenções e desfechos relacionados (cesarianas, episiotomias, uso de medicamentos para indução/condução, etc.).

Em 2022 foi lançado o documento [Dez Passos do Cuidado Obstétrico para Redução da Morbimortalidade Materna](#)<sup>17</sup>, sob a coordenação do Instituto Nacional de Saúde da Mulher da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), da Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiros Obstetras - ABENFO Nacional e Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia - Febrasgo. O documento apresenta um conjunto de orientações para profissionais e gestores, visando promover maior efetividade no cuidado obstétrico:

1. Garanta encontros de qualidade, centrados nas necessidades de cada mulher, durante todos os contatos com os serviços de saúde.
2. Institua ações de profilaxia e identificação das síndromes hipertensivas durante o pré-natal.
3. Realize triagem oportuna de infecções do trato geniturinário.
4. Identifique precocemente sinais de gravidade clínica materna e garanta tratamento oportuno.

5. Ofereça treinamento das equipes de assistência regularmente, para o pronto reconhecimento e condução dos casos de urgências e emergências obstétricas.

6. Garanta o reconhecimento precoce e tratamento oportuno e adequado dos quadros de síndromes hipertensivas graves na gestação.

7. Garanta o reconhecimento precoce e tratamento oportuno e adequado dos quadros infecciosos na gestação.

8. Garanta o reconhecimento precoce e tratamento oportuno e adequado das síndromes hemorrágicas na gestação e puerpério.

9. Reduza as taxas de cesariana desnecessárias.

10. Garanta vigilância e assistência permanente no puerpério.

O processo de implantação dos 10 Passos tem o potencial de contribuir com a qualificação do cuidado de gestantes e puérperas e, conseqüentemente, impactar nos indicadores de *near miss* e mortalidade materna e neonatal.

### **Equipe Multiprofissional para atenção ao pré-natal e ao parto e nascimento**

As evidências indicam que, para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é necessário garantir acesso equitativo aos sistemas de saúde, mas também acesso a profissionais qualificados, especialmente em países de baixa e média renda<sup>18</sup>. Cuidados adequados, prestados por profissionais de saúde qualificados, antes, durante e depois do parto, salvam a vida de mulheres e recém-nascidos<sup>19</sup>.

A literatura científica tem reiterado que os modelos de atenção ao parto liderados por enfermeiras obstétricas trazem benefícios para mulheres, seus bebês e os sistemas de saúde. Os principais benefícios apontados são: as mulheres que receberam cuidados liderados por enfermeiras obstétricas tem maiores chances de parto vaginal espontâneo, menor probabilidade de receber episiotomias ou partos instrumentais, menor probabilidade de parto prematuro e menor risco de perderem seus bebês<sup>20</sup>.

Apesar dos benefícios mencionados, há uma importante lacuna no quantitativo de enfermeiras obstétricas e obstetrizes formadas no Brasil. Um estudo estimou que seriam necessárias quase 10.800 profissionais para atender somente 70% dos partos normais de risco habitual no país, ao passo que a ABENFO Nacional estima que existam aproximadamente 10 mil profissionais formadas, sem informações sobre sua atuação na área<sup>21</sup>.

Neste contexto, outra questão que se apresenta é a forma desigual de distribuição da força de trabalho na saúde, realidade em muitos países, inclusive no Brasil. Questões como dificuldades no recrutamento e retenção de profissionais de saúde, número insuficiente de instituições de ensino, baixa remuneração (principalmente para profissionais não médicos), más condições de trabalho e de infraestruturas são algumas causas proeminentes para a escassez de profissionais de saúde em algumas localidades<sup>18</sup>.

Além disso, os profissionais de saúde devem ser instruídos para a assistência obstétrica de rotina e de emergência, com apoio de entidades de classe, associações profissionais, universidades e gestores de saúde, incluindo:

- Residência médica, de enfermagem e multidisciplinar, cursos de especialização e graduação centrados nos princípios básicos da assistência pré-natal, nascimento e pós-parto,

incluindo cuidados durante o parto normal fisiológico e estratégias para reduzir intervenções na ausência de indicações clínicas (indicações, ocitocina, cesarianas, etc.);

- Protocolos de atendimento atualizados e equipes treinadas para situações obstétricas mais graves: pré-eclâmpsia e eclâmpsia, hemorragias (protocolos de transfusão e manejo adequado da hemorragia pós-parto) e sepse materna;

- Espaços para formação (presenciais e em plataformas virtuais) para que os profissionais possam identificar e gerir condições obstétricas graves, baseados em evidências e que valorizem as práticas interprofissionais.

A saúde materna e perinatal é uma questão para o desenvolvimento nacional. Para que o Brasil alcance a Meta ODS 3.1 da Agenda 2030, é necessária a correção das desigualdades internas, implementação de políticas públicas eficientes que considerem as especificidades dos territórios e as necessidades individuais de cada mulher do país.

### **Mortalidade Neonatal**

A morte neonatal é aquela que ocorre no período de zero a 27 dias de vida. Ela é considerada um importante indicador de saúde pública nos países, com causas relacionadas aos cuidados de saúde ofertados na gestação, parto e após o nascimento.

O progresso no acesso e na qualidade dos serviços de saúde, bem como das condições de educação e renda da população contribuíram para a redução da mortalidade infantil no Brasil e no mundo. Ainda assim, a mortalidade neonatal mantém-se com elevadas taxas, principalmente em sua fase precoce, que é aquela compreendida entre o nascimento e o sexto dia de vida<sup>22</sup>.

De 2000 a 2018 foram identificados 56.442.235 nascimentos no Brasil (SINASC - Sistema Nacional de Nascidos Vivos) e 591.097 registros de mortes neonatais (SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade), sendo 76% classificadas como evitáveis por intervenções do Sistema Único de Saúde. No Brasil, a taxa de mortalidade neonatal por todas as causas reduziu de 13,60 por mil nascidos vivos, em 2000, para 8,54, em 2018. Neste período observou-se uma redução nas taxas de mortalidade neonatal evitável em todas as regiões, sendo que as regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores taxas de mortalidade neonatal evitável e a região Sul, as menores<sup>23</sup>.

Diversos estudos constataram que fatores como intervenções excessivas durante o parto, a falta de acompanhante, peregrinação da gestante entre maternidades, são fatores que influenciam a mortalidade neonatal. A síndrome da angústia respiratória, asfixia e septicemia foram as causas mais frequentes nos grupos de causas reduzíveis por adequada atenção durante a gestação, parto e cuidados com o recém-nascido. Estas causas tratam de problemas relacionados com a prematuridade, com implicação em maior tempo de permanência hospitalar e tratamentos intensivos<sup>22</sup>.

Um estudo brasileiro mostrou que gestantes com pré-natal inadequado foram mais suscetíveis a terem recém-nascidos prematuros espontaneamente. Outro estudo com essa mesma amostra de mulheres observou que a prematuridade espontânea se associou com a pobreza e inadequação do pré-natal, fatores que contribuem também para a manutenção das altas taxas da mortalidade infantil do país, dado que o nascimento pré-termo é o maior fator de risco para a morbidade e mortalidade no primeiro ano de vida e na infância<sup>14</sup>.

Na mesma proposta dos 10 Passos para o Cuidado Obstétrico, o IFF/Fiocruz propôs os [10 Passos para o Cuidado Neonatal](#)<sup>24</sup>. A lista com os 10 passos para o cuidado neonatal concentra uma série de recomendações que tem por objetivo qualificar a atenção ao recém-nascido e sua família, que vem sendo trabalhado nacionalmente sob a coordenação do IFF/Fiocruz:

1. Siga as normas de reanimação neonatal e previna a hipotermia.
2. Use CPAP desde a sala de parto e evite intubar o recém-nascido.
3. Controle o uso de oxigênio. Evite a hiperóxia.
4. Alimente o RN o mais precoce possível e de preferência com o leite materno/humano.
5. Higienize as mãos e evite antibióticos desnecessários.
6. Faça uso criterioso de medicamentos (aminas, analgésicos e sedativos).
7. Pratique o Método Canguru e integre a família e a equipe interprofissional no cuidado individualizado.
8. Siga as normas de segurança do paciente no cuidado com o RN.
9. Utilize de forma racional os recursos existentes e pratique o gerenciamento de leitos.
10. Utilize os indicadores de sua unidade neonatal como fonte de melhorias e de aprendizado da equipe.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizam ações para a redução da mortalidade infantil, em especial para a erradicação da mortalidade neonatal por causas evitáveis. E considerando que a maior parte da mortalidade neonatal evitável é consequência da falta de adequada atenção no pré-natal, parto e cuidados com o recém-nascido, agir sobre estes fatores têm grande impacto na mortalidade dos bebês com menos de 27 dias de vida.

### **Mortalidade de Menores de 5 Anos**

A mortalidade e os problemas de saúde das crianças menores de 5 anos e o acesso desigual às intervenções que salvam vidas refletem um desenvolvimento social e econômico deficientes. A pobreza, a má nutrição e a falta de acesso à água potável e ao saneamento básico são fatores contribuintes para esta deficiência, assim como a falta de acesso aos serviços de saúde de qualidade que ofereçam cuidados essenciais para os recém-nascidos<sup>25</sup>.

A Taxa de Mortalidade na Infância é um importante indicador que estima o risco de morte dos nascidos vivos até o 5º ano de vida. Expressa, num contexto geral, as condições socioeconômicas, de infraestrutura, acesso e qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materna e da população infantil. O Brasil conseguiu cumprir antecipadamente a meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de redução da TMI (Taxa de Mortalidade Infantil - menores de 1 ano) ao atingir a taxa de 15,3 óbitos por 1.000 nascidos vivos em 2011. Entretanto, em 2016, observou-se aumento da TMI, motivo de preocupação em termos de gestão e saúde pública<sup>26</sup>.

Os indicadores brasileiros apontam melhorias nas taxas de mortalidade na infância. Um estudo realizado entre 2000 e 2013 mostrou redução com maior intensidade de óbitos por causas consideradas evitáveis, enquanto as causas não evitáveis apresentaram menor declínio (cerca de metade). As maiores reduções (6,8% ao ano), foram devidas às ações de promoção à saúde vinculadas a ações de atenção (causas como as doenças infecciosas intestinais) e à adequada atenção ao recém-nascido (transtornos respiratórios do período neonatal), seguidas das ações de diagnóstico e tratamento adequado (pneumonia, infecções bacterianas). A

adequada atenção à mulher no parto (causas como hipóxia, asfixia) resultou em uma redução de 4,4% dos óbitos infantis ao ano, e a menor redução nas taxas se deu pelas doenças imunopreveníveis, pois já representavam taxas bastante reduzidas, pelos avanços ocorridos em décadas passadas, com a introdução das vacinas contra poliomielite, sarampo, difteria, tétano, entre outras. As causas ligadas à adequada atenção à gestação respondem a 25% das causas de morte e tiveram a segunda menor redução no período. As menores taxas de mortalidade na infância foram evidenciadas nas regiões Sul e Sudeste. A Região Nordeste apresentou o maior declínio da mortalidade infantil reduzível (6,1% ao ano) e o Centro-Oeste, o menor (3,5% ao ano)<sup>27</sup>.

O Boletim epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde também aponta que de 1990 a 2019 houve redução da TMI no Brasil e em todas as Regiões. Em 2019 estima-se que ocorreram 38.619 óbitos infantis, o que corresponde a uma TMI de 13,3 óbitos por mil nascidos vivos. Este patamar é o mesmo de 2015. As maiores reduções foram observadas nos estados da Região Nordeste. A menor e a maior TMI foram estimadas para o Distrito Federal e o Amapá, com 8,5 e 22,9 óbitos para cada mil NV, respectivamente<sup>28</sup>.

O Brasil vem avançando na redução da mortalidade infantil e já apresenta indicadores positivos quanto aos compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, ainda é preciso um grande esforço para enfrentar as diferenças regionais e alcançar patamares mais baixos nas TMI. Acompanhamento ao desenvolvimento infantil, vacinas, tratamentos para doenças prevalentes na infância, acesso à educação e direitos são essenciais para um crescimento saudável e a sobrevivência de todas as crianças.

## Referências

1. Souza JP, Day LT, Rezende-Gomes AC, Zhang J, Mori R, Baguiya A, et al. A global analysis of the determinants of maternal health and transitions in maternal mortality. *Lancet Glob Health*. dezembro de 2023;S2214109X23004680.
2. World Health Organization. Trends in maternal mortality: 1990 to 2013: estimates by WHO, UNICEF, UNFPA, the World Bank, and the United Nations Population Division. [Internet]. 2014. Disponível em: [http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112682/2/9789241507226\\_eng.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112682/2/9789241507226_eng.pdf)
3. Souza JP. A mortalidade materna e os novos objetivos de desenvolvimento sustentável (2016-2030). *Rev Bras Ginecol E Obstetrícia*. dezembro de 2015;37(12):549–51.
4. World Health Organization. Maternal mortality [Internet]. [citado 31 de janeiro de 2024]. Disponível em: <https://www.who.int/europe/news-room/fact-sheets/item/maternal-mortality>
5. Francisco RPV, Lacerda L, Rodrigues AS. Obstetric Observatory BRAZIL - COVID-19: 1031 maternal deaths because of COVID-19 and the unequal access to health care services. *Clinics*. 28 de junho de 2021;76:e3120.
6. Ferreira MES, Coutinho RZ, Queiroz BL. Morbimortalidade materna no Brasil e a urgência de um sistema nacional de vigilância do near miss materno. *Cad Saúde Pública*. 39(8):e00013923.
7. Gomes MASM, Magluta C, Nakano AR, organizadores. Olhares para a Saúde de Mulheres e Crianças: reflexões no contexto da incorporação de boas práticas de cuidado e gestão. *Hucitec*; 2020. 375 p.
8. Ganatra B, Faundes A. Role of birth spacing, family planning services, safe abortion services and post-abortion care in reducing maternal mortality. *Best Pract Res Clin Obstet Gynaecol*. 1o de outubro de 2016;36:145–55.
9. CURSO AMPARA - Acolhimento de pessoas em situação de abortamento e pós-aborto - Latíssimo [Internet]. [citado 19 de janeiro de 2024]. Disponível em: <https://campusvirtual.fiocruz.br//gestordecursos/hotsite/ampara>



10. Ministério da Saúde. Atenção Humanizada ao Abortamento: Norma Técnica. Ms; 2010. (A. Normas e Manuais Técnicos).
11. Motta CT, Moreira MR. O Brasil cumprirá o ODS 3.1 da Agenda 2030? Uma análise sobre a mortalidade materna, de 1996 a 2018. *Ciênc Saúde Coletiva*. outubro de 2021;26(10):4397–409.
12. WHO recommendations on antenatal care for a positive pregnancy experience [Internet]. [citado 12 de janeiro de 2024]. Disponível em: <https://www.who.int/publications-detail-redirect/9789241549912>
13. Pacagnella RC, Nakamura-Pereira M, Gomes-Sponholz F, Aguiar RALP de, Guerra GV de QL, Diniz CSG, et al. Maternal Mortality in Brazil: Proposals and Strategies for its Reduction. *Rev Bras Ginecol E Obstetrícia*. setembro de 2018;40:501–6.
14. Leal M do C, Esteves-Pereira AP, Viellas EF, Domingues RMSM, Gama SGN da. Assistência pré-natal na rede pública do Brasil. *Rev Saúde Pública*. 20 de janeiro de 2020;54:08.
15. Leal M do C, Esteves-Pereira AP, Viellas EF, Domingues RMSM, Gama SGN da. Prenatal care in the Brazilian public health services. *Rev Saúde Pública*. 20 de janeiro de 2020;54:08.
16. Bittencourt SD de A, Domingues RMSM, Reis LG da C, Ramos MM, Leal M do C. Adequacy of public maternal care services in Brazil. *Reprod Health*. 17 de outubro de 2016;13(3):120.
17. 10 Passos do Cuidado Obstétrico para Redução da Morbimortalidade Materna [Internet]. [citado 24 de janeiro de 2024]. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/10-passos-do-cuidado-obstetrico-mm/>
18. Lassi ZS, Musavi NB, Maliqi B, Mansoor N, de Francisco A, Toure K, et al. Systematic review on human resources for health interventions to improve maternal health outcomes: evidence from low- and middle-income countries. *Hum Resour Health*. 12 de março de 2016;14(1):10.
19. WHO-RHR-19.20-eng.pdf [Internet]. [citado 19 de janeiro de 2024]. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/329886/WHO-RHR-19.20-eng.pdf>
20. Sandall J, Soltani H, Gates S, Shennan A, Devane D. Midwife-led continuity models versus other models of care for childbearing women. *Cochrane Database Syst Rev* [Internet]. 2016; Disponível em: <https://doi.org/10.1002/14651858.CD004667.pub5>
21. Massari MTR. Contribuições para o Dimensionamento do Quantitativo de Enfermeiras Obstétricas e Obstetrizes para a Atenção ao Parto e Nascimento de Risco Habitual no Brasil. 2017; Disponível em: [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/26362/maria\\_massari\\_iff\\_mest\\_2017.pdf?sequenc e=2&isAllowed=y](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/26362/maria_massari_iff_mest_2017.pdf?sequenc e=2&isAllowed=y)
22. Prezotto KH, Bortolato-Major C, Moreira RC, Oliveira RR de, Melo EC, Silva FRT da, et al. Mortalidade neonatal precoce e tardia: causas evitáveis e tendências nas regiões brasileiras. *Acta Paul Enferm*. 8 de maio de 2023;36:eAPE02322.
23. Prezotto KH, Oliveira RRD, Pelloso SM, Fernandes CAM. Trend of preventable neonatal mortality in the States of Brazil. *Rev Bras Saúde Materno Infant*. março de 2021;21(1):291–9.
24. 10 Passos para o Cuidado Neonatal [Internet]. [citado 25 de janeiro de 2024]. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-recem-nascido/10-passos-para-a-melhoria-do-cuidado-neonatal/>
25. Buss PM, Ungerer. Saúde da mulher, da criança e do adolescente no contexto da Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2030 [Internet]. 2016 [citado 25 de janeiro de 2024]. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/20644>
26. Saúde M da. Saúde Brasil 2018: uma análise de situação e das doenças e agravos crônicos: desafios e perspectivas. Ms; 2018.
27. Malta DC, Prado RR do, Saltarelli RMF, Monteiro RA, Souza M de FM de, Almeida MF de. Mortes evitáveis na infância, segundo ações do Sistema Único de Saúde, Brasil. *Rev Bras Epidemiol*. 1o de abril de 2019;22:e190014.
28. boletim\_epidemiologico\_svs\_37\_v2.pdf [Internet]. [citado 25 de janeiro de 2024]. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim\\_epidemiologico\\_svs\\_37\\_v2.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_37_v2.pdf)

## Segurança alimentar e nutricional global: perspectivas para 2024

*Eduardo Nilson*

*Denise Oliveira e Silva*

*Erica Ell*

*Juliana Ubarana*

**Resumo.** Nesse informe, relataremos a agenda global de segurança alimentar e nutricional global no início de 2024 e as perspectivas para este ano. Entre 2023 e 2024, continuou a repercussão das discussões sobre a transformação dos sistemas alimentares e foram lançadas novas ferramentas para informações pela FAO, e as perspectivas para 2024 estão focadas no papel da transformação dos sistemas agroalimentares globais no alcance dos ODS, eliminando a fome, reduzindo as desigualdades e garantindo a saúde das populações no mundo, não deixando ninguém para trás.

### **Agenda de Segurança Alimentar e Nutricional no final de 2023 e início de 2024**

Em continuidade à agenda de segurança alimentar e nutricional priorizada em 2023, continuam prioridades como a eliminação da fome no mundo e a busca de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, resilientes e inclusivos.

Particularmente no âmbito da FAO, durante os meses de dezembro de 2023 e janeiro de 2024, foram enfatizadas a repercussão e os compromissos firmados na COP 28 em relação aos sistemas alimentares e seu papel em reação às mudanças climáticas, bem como avanços nas informações relacionadas aos sistemas alimentares e a redução dos preços de alimentos como trigo e milho e seu impacto na insegurança alimentar e nutricional global.

### **A FAO na COP 28**

Na COP 28, foi destacada a importância dos sistemas agroalimentares para enfrentar os impactos climáticos e para apoiar o alcance da meta de aumento máximo de 1,5°C na temperatura média global. A FAO liderou essa mensagem na Conferência Climática da ONU em Dubai, destacando a necessidade de transformar esses sistemas para cumprir o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo a eliminação da fome.

Nesse contexto, a declaração de líderes e a Declaração dos Emirados Árabes Unidos sobre Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares Resilientes e Ação Climática foi firmada endossada por mais de 150 países, trazendo como prioridades a integração da agricultura e dos sistemas alimentares com ação climática, mediante a adoção de políticas inclusivas, a garantia de financiamento para as ações e a promoção de inovações nessas áreas.

Junto com essa declaração, foram incluídas as conclusões do *Global Stocktake*, que reforçou o papel crucial dos sistemas agroalimentares na adaptação às mudanças climáticas e mencionou a necessidade de salvaguardas para a segurança alimentar e nutricional, a priorização das ações para a eliminação da fome e para a mitigação de vulnerabilidades associadas ao clima na produção de alimentos e da proteção dos sistemas aquáticos. Para tanto, deve ser encorajada a implementação de soluções integradas e multissetoriais tais como o

gerenciamento do uso de terras, a agricultura sustentável, sistemas alimentares resilientes e abordagens baseadas nos ecossistemas. Além disso, visando a viabilidade dessas prioridades, a FAO trouxe um alerta da FAO sobre a diminuição do financiamento climático para sistemas agroalimentares e a necessidade de propostas e parcerias para preencher essa lacuna.

Em suas declarações, a FAO também apresentou evidências sobre a necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa da pecuária, a restauração de ecossistemas de montanha e novos financiamentos para o gerenciamento de pescas. Além disso, o Diretor-Geral da FAO assinou Minutas de Entendimento importantes para fortalecer a colaboração em ações climáticas na agricultura e lançou iniciativas como a Parceria para Sistemas Alimentares Resilientes à Água e o Guia de Implementação do Plano de Ação Conjunto de Saúde Única.

No campo das perdas e danos associados às mudanças climáticas, foi estabelecido um fundo global, com apoio da FAO, destacando que a agricultura está entre os mais afetados pela questão, e que esse financiamento é fundamental não somente para a mitigação das mudanças climáticas, mas também para enfrentar a perda da biodiversidade e a insegurança alimentar e nutricional.

Outro campo prioritário na agenda, segundo a FAO, é aquele da redução das emissões pela pecuária diante da crescente demanda por produtos de origem animal e o aumento da população mundial. As ações para enfrentar esse desafio devem envolver saúde animal, aprimoramento das práticas de reprodução, redução das perdas e desperdícios de alimentos e focalização direta nas emissões de gases de efeito estufa na produção animal. Segundo estudos, em 2015 os sistemas de pecuária foram responsáveis por cerca de 12% das emissões antropogênicas e, caso não sejam implementadas intervenções para reduzi-las e aumentar a produtividade, essas emissões podem alcançar aproximadamente 9,1 milhões de toneladas de CO2 até 2050.

Diante da diversidade dos sistemas alimentares pelo mundo, também foram mencionadas outras necessidades, como a restauração dos ecossistemas de montanha, transformações e financiamento dos sistemas pesqueiros e gerenciamento de inundações integrado aos sistemas agroalimentares e ao desenvolvimento rural (Food and Agriculture Organization (FAO), 2023a).

Outro ponto de destaque na agenda, segundo a FAO, foi a celebração de uma Minuta de Entendimento entre a FAO e a OMC para reforçar a colaboração sobre o comércio agroalimentar e a segurança dos alimentos. Além de tratar de questões ligadas aos padrões para alimentos e as regras para seu comércio, essa minuta traz outras temáticas vinculadas aos sistemas alimentares, às mudanças climáticas e ao alcance dos ODS para atuação conjunta das agências, tais como o apoio técnico e político aos pequenos produtores e sua integração aos mercados, apoio específico para países do continente africano e o papel das regras da OMC na promoção da mitigação as mudanças climáticas por meio do comércio internacional de produtos agroalimentares sustentáveis (Food and Agriculture Organization (FAO), 2023b).

Demonstrando o grande escopo de atuação da FAO na Conferência, no balanço de sua participação, estavam eventos sobre a transformação dos sistemas agroalimentares para alcançar ganhos triplos: para as pessoas, para o clima e para a natureza, as tecnologias nucleares voltadas para a agricultura e alimentação e o clima, o financiamento e a ciência para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas na África, o enfrentamento da resistência antimicrobiana, desafios para o enfrentamento da desnutrição e as mudanças climáticas, a restauração dos ecossistemas e o combate ao aquecimento global, às perdas de biodiversidade e à insegurança

alimentar e nutricional, a necessidade de dar escala à ação pelo clima por meio do engajamento do setor privado na agricultura e no uso das terras e a aceleração de ações de transformações adaptativas na agricultura e no uso das terras, entre outras.

### **O lançamento da nova plataforma de estatísticas de alimentação e nutrição da FAO**

Dentro da agenda do início de 2024 da FAO, um dos destaques foi no campo as informações para a agricultura e alimentação, com o lançamento do novo portal de estatísticas para alimentos e dieta (FAOSTAT), que traz estatísticas globais, regionais e nacionais harmonizadas sobre alimentos e nutrientes a partir de diferentes bases de dados dietéticas disponíveis. Dentre os dados disponibilizados, estão estatísticas sobre disponibilidade, consumo aparente e ingestão de alimentos, energia e 17 nutrientes principais, capturando diferentes dimensões da cadeia de suprimento de alimentos, desde a produção até o consumo individual (Food and Agriculture Organization (FAO), 2024a). Vale destacar que as estatísticas da FAO são frequentemente a fonte oficial de dados nacionais atualizados sobre a alimentação (como, por exemplo, as calorias médias consumidas pela população), devido à ausência de inquéritos ou à sua irregularidade de execução em alguns países.

Esse esforço reúne informações desde 2010 para um total de 186 países (e 245 países para informações mais recentes) na seção de disponibilidade de alimentos e nutrientes, incluindo informações tradicionalmente trabalhadas pela FAO, como os balanços de alimentos, e informações de inquéritos de consumo alimentar e de orçamentos familiares, dependendo da sua disponibilidade nos países. Um exemplo desses dados detalhados é a plataforma GIFT (*Global Individual Food consumption data Tool*), que reúne dados de inquéritos nacionais de consumo alimentar pessoal, incluindo análises a partir de microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, junto ao qual opera uma Comunidade de Práticas para apoiar países de rendimentos baixos e médios na avaliação dietética de populações (Food and Agriculture Organization (FAO), 2024b).

Segundo a FAO, ao ir além da abordagem das calorias e trazer um conjunto maior de dados aos países informações, essa disponibilidade de informações chave é fundamental para informar a transformação dos sistemas agroalimentares para a produção de alimentos saudáveis e nutritivos e apoiar as políticas e ações locais para a alimentação saudável a partir de informações específicas sobre sua situação e sobre as características de suas populações e da produção de alimentos.

### **Monitoramento dos preços de alimentos pela FAO**

Em outro trabalho fundamental com dados pela FAO, desta vez com o monitoramento dos preços dos alimentos, foi observada uma diminuição nos preços dos commodities agrícolas globais, culminando com a redução dos preços de cereais e das carnes, enquanto aumentou o preço do açúcar. A redução no Índice de Preço de Alimentos da FAO foi da ordem de 1% de dezembro de 2023 para janeiro de 2024, representando um valor 10,4% menor do que no mesmo período do ano passado, tendo sido ainda maior no último mês (redução de 2,2%) se considerado isoladamente o Índice de Preços de Cereais da FAO.

O relato da FAO explica que um aumento na produção de cereais, particularmente de trigo e milho, por muitos países, em especial do hemisfério sul, além de maior suprimento nos Estados Unidos, incentivou maior competição no mercado internacional. Contudo, é importante notar que os preços do arroz, outro cereal fundamental na dieta de muitos países, aumentou

em 1,2% no último mês, e deve ser acompanhado com atenção devido a suas potenciais repercussões sobre a insegurança alimentar e nutricional em populações vulneráveis.

O acompanhamento pela FAO ainda verificou variações em outras categorias específicas, como no Índice de Preço de Óleos Vegetais (que diminuiu em 12,8% em relação ao ano anterior, influenciado fortemente pela queda no preço do óleo de soja, enquanto o óleo de palma sofreu aumento) e no Índice de Preço do Açúcar (aumento de 0,8% em relação ao mês de dezembro de 2023). Nesse sentido, a FAO destaca que os aumentos nos preços internacionais de alguns produtos, como palma e açúcar, foram associados ao impacto de mudanças climáticas sobre a produtividade das culturas e redução das safras.

Por fim, considerando os produtos de origem animal, o Índice de Preços de Laticínios da FAO diminuiu 17,8% no último ano e o Índice de Preços de Carnes da organização está em queda há sete meses, particularmente devido aos preços das carnes de aves, de bovinos e de suínos.

Assim como destacado para os dados de Alimentos e Nutrição trabalhados pela FAO, a análise dos preços dos alimentos, incluindo suas subcategorias, representam outras informações cujo monitoramento permanente é de grande relevância para as políticas de segurança alimentar e nutricional, assim como para acompanhar os impactos das mudanças climáticas sobre o acesso a alimentos, por meio do aumento de preços, analisando conjuntamente as plataformas de dados existentes (Food and Agriculture Organization (FAO), 2024c).

#### **Desafios e perspectivas para 2024**

No âmbito dos organismos das Nações Unidas, como a FAO, Unicef, PMA e OMS, a agenda de SAN global e regional deve se manter intensa, dada a prioridade a questões como a insegurança alimentar e nutricional global e todas as agendas intersetoriais afetas à transformação dos sistemas alimentares globais, particularmente considerando a Década de Ação sobre a Nutrição, a Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU e a Agenda 2030. Nesse sentido, eventos importantes em 2024, tais como a Cúpula do Futuro, a preparação para a Cúpula de Sistemas Alimentares +4 (UNFSS+4), as reuniões do G7 e G20, a Cúpula Nutrição para o Crescimento (*Nutrition for Growth*) e a COP-16 de Biodiversidade, além de oportunidades na AGNU, nas Assembleias Gerais da OMS e da FAO e na reunião anual do Conselho de Segurança Alimentar.

Continuará sendo fundamental acelerar a convergência e integração da agenda de transformação dos sistemas alimentares com vistas à sustentabilidade, usando esses encontros, eventos e compromissos para articular efetivamente o ODS de erradicação da fome com os compromissos do clima, da água, da nutrição, da saúde, da biodiversidade, do empoderamento de gênero e da erradicação da pobreza. Ao mesmo tempo, é importante resgatar a integração dos movimentos e compromissos globais na alimentação, nutrição e saúde, visto que compromissos como a Década de Ação sobre a Nutrição e suas redes de ação foram enfraquecendo gradualmente em parte devido à duplicidade de esforços com as coalisões propostas no contexto da Cúpula de Sistemas Alimentares, por exemplo.

Será necessária grande vigilância e atenção ao risco de captura corporativa e aos conflitos de interesses na participação do setor privado nessas agendas e junto aos próprios organismos, trazendo consigo o oportunismo do *green, social* e *blue washing*, além do direcionamento de esforços que poderiam acelerar a transformação dos sistemas alimentares para soluções mitigatórias no escopo dos sistemas alimentares hegemônicos. A Cúpula de

Nutrição para o Crescimento, a ser realizada no escopo das Olimpíadas de Paris é particularmente preocupante, tendo em vista que, na maioria das suas edições anteriores, trouxe, repetidamente, a hegemonia de soluções baseadas na participação do setor privado como soluções para as questões globais de segurança alimentar e nutricional, em detrimento das políticas e compromissos nacionais que permearam somente a edição brasileira do evento.

É preciso, portanto, resgatar a governança dos organismos e governos nacionais, colocando em prática ações para proteger sua atuação dos determinantes comerciais da saúde e fortalecendo estratégias como a cooperação, especialmente sul-sul, trabalhando o conceito ampliado de SAN que considera as repercussões sociais, culturais, ambientais e de saúde da alimentação e nutrição e aproxima os países com interesses comuns. Parte dessa solução está na própria governança das políticas e ações, por um lado blindando a atuação técnica dos agentes (sejam organismos ou governos) e, por outro, ampliando e fortalecendo a participação da sociedade civil nos processos, enquanto a participação do setor privado, quando permitida, deve ser mediada por instrumentos de gerenciamento e mitigação de conflitos de interesses.

Para além disso, devem ser expandidas e fortalecidas as interfaces entre a segurança alimentar e nutricional, a saúde e a agenda ambiental, considerando a sindemia que reúne a desnutrição, a obesidade e as mudanças climáticas como consequências dos sistemas alimentares hegemônicos (Swinburn et al., 2019). Como formas de reversão dessa situação, deve-se reforçar a transformação dos modos de produção e consumo dos alimentos, favorecendo modelos de produção diversificada e sustentável de alimentos frescos e minimamente processados, enquanto se deve retirar a centralidade dos sistemas apoiados em monoculturas de commodities agrícolas e na globalização de padrões alimentares baseados nos produtos alimentícios ultraprocessados.

Para tanto, um exemplo de atuação internacional esperada é um maior envolvimento da agenda regulatória internacional de alimentos (*Codex Alimentarius*) em padrões alimentares saudáveis e sustentáveis a partir de ambientes alimentares saudáveis, assim como posicionamentos claros e robustos das agências em relação a políticas focadas no fortalecimento da agricultura familiar, de compras públicas de alimentos saudáveis, da tributação de ultraprocessados, de subsídios para alimentos locais diversificados e outras medidas para proteger toda a população e, particularmente, crianças e adolescentes. Um grande salto seria que OMS, FAO e o Codex reconhecessem a classificação NOVA de alimentos, incorporando o conceito de ultraprocessados em suas recomendações, considerando seus impactos comprovados na saúde e no meio ambiente, reforçando a necessidade de abordar as dietas a partir dos padrões alimentares em vez da visão reducionista de nutrientes, fortalecendo a cultura alimentar local e a diversidade na produção dos alimentos.

Mesmo ainda sem esse reconhecimento pelos organismos internacionais, à exceção da Opa e do Unicef, espera-se a continuidade do protagonismo dos países latino-americanos nas políticas para a construção de ambientes alimentares saudáveis, com seus exemplos exitosos de políticas tributárias como a taxação de bebidas adoçadas (e possível ampliação para alimentos e bebidas ultraprocessadas como um todo) e de políticas regulatórias contemplando restrições para a publicidade de produtos ultraprocessados para crianças, da proibição da venda de ultraprocessados nas escolas e da rotulagem nutricional frontal de advertência.

Em outro campo relacionado, em que há grande protagonismo do Brasil, destacam-se políticas como as de fomento à agricultura familiar, incorporando incentivos específicos para a agricultura orgânica e agroecológica, e sua vinculação a políticas públicas como a alimentação

escolar por meio de compras públicas. Todas essas políticas possuem o potencial de primeiramente atuar na modificação dos ambientes alimentares com vistas a favorecer escolhas alimentares saudáveis e sustentáveis e, indiretamente, também promovem a transformação dos sistemas agroalimentares a partir do estímulo à produção e consumo de alimentos mais saudáveis, diversificados e sustentáveis. Vale ressaltar o papel central do Guia Alimentar para a População Brasileira, que completa 10 anos de lançamento em 2024, e que deve ser integrado como diretriz orientadora para políticas em todos os campos dos sistemas alimentares e da segurança alimentar e nutricional, incluindo discussões nacionais contemporâneas como a reforma tributária e a definição da cesta básica nacional, em que devem ser estimulados os alimentos in natura e minimamente processados, enquanto os ultraprocessados devem ser evitados.

Fazendo uma interface direta com o protagonismo brasileiro na agenda internacional de segurança alimentar e nutricional, a presidência do G20 traz grandes oportunidades de usar os compromissos internacionais para fortalecer as políticas nacionais, destacando-se a prioridade que a presidência brasileira tem dado ao enfrentamento da fome, da pobreza e das desigualdades. Essa será uma oportunidade ímpar para fazer um chamamento aos líderes globais para priorizar políticas públicas baseadas em direitos, reconhecendo a interconexão da saúde, da educação, da agricultura, da renda e de outras políticas e buscando modelos de governança participativa para que a sociedade civil possa atuar, aliando ações emergenciais imediatas com políticas estruturantes para interromper a transmissão intergeracional da pobreza, assim como demonstrou a experiência brasileira antes do desmonte das políticas sociais e que ora estão sendo reconstruídas e ampliadas. Além disso, espera-se do Brasil o exercício de sua vocação de promoção da paz, visto que a persistência de guerras regionais tira o foco dos grandes problemas globais e drena recursos que poderiam beneficiar agendas de direitos para regiões mais vulneráveis.

## Conclusão

O relógio de diversos compromissos internacionais na agenda de segurança alimentar e nutricional está em contagem regressiva com grandes riscos de não alcance de seus objetivos gerais e específicos. Como destacado no último informe de 2023, há um misto de esperanças e desafios e repetir ações pouco efetivas e promover a fragmentação das ações e agendas no lugar de sua integração e articulação pode manter estagnação ou o retrocesso de grande parte dos ODS. Cada vez mais é preciso considerar universalmente a garantia do direito humano à alimentação e nutrição adequados e colocar a saúde humana, animal e planetária acima dos interesses comerciais das corporações e responsabilizando-as por seus impactos negativos.

O chamamento pela transformação dos sistemas agroalimentares se mantém como uma prioridade global e não deixar ninguém para trás está no centro de todos os compromissos das agendas de segurança alimentar e nutricional, considerando a fome, a obesidade e as mudanças climáticas. O que foi feito até agora foi insuficiente e precisa ser ampliado e acelerado para buscar sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, inclusivos e resilientes.

## Referências

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **COP28: FAO spotlights agrifood systems' potential to address climate impacts and achieve 1.5°C goal.** Disponível em: <<https://www.fao.org/newsroom/detail/cop28--fao-spotlights-agrifood-systems--potential-to-address->

climate-impacts-and-achieve-1.5-c-goal/en>.

\_\_\_\_. **COP28: FAO-WTO reinforce collaboration on agrifood trade and food safety**. Disponível em: <<https://www.fao.org/newsroom/detail/fao-wto-MoU-agrifood-trade-food-safety-COP28/en>>.

\_\_\_\_. **FAOSTAT**. Disponível em: <<https://www.fao.org/faostat/en/#data/FS>>.

\_\_\_\_. **FAO/WHO GIFT | Global Individual Food consumption data Tool**. Disponível em: <<https://www.fao.org/gift-individual-food-consumption/data/en>>.

\_\_\_\_. **FAO Food Price Index down again in January led by lower wheat and maize prices**. Disponível em: <<https://www.fao.org/newsroom/detail/fao-food-price-index-down-again-in-january-led-by-lower-wheat-and-maize-prices/en>>.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.



## **Informe UNESCO: Balanço de 2023**

***Fabiane Gaspar  
Gisele Sanglard  
Vitor Rodrigues***

Ao longo do ano de 2023 nos dedicamos a acompanhar as diversas ações da UNESCO, notadamente àquelas que impactavam mais nas ações da Casa de Oswaldo Cruz e da Fiocruz. Assim, nos debruçamos sobre temas como ensino superior e formas de valorização da docência; patrimônio e guerra; mudanças climáticas e água; construção de parcerias; e equidade de gênero. Também nos divulgamos ações de valorização do patrimônio nacional, próximos projetos e a conferência da UNESCO em fins de novembro último.

O painel apresentado mostra a diversidade das ações do organismo internacional e um balanço do alcance de sua agenda 20-30 com seus objetivos estratégicos.

Os informes iniciais ainda trazem questões que haviam sido discutidas no ano anterior, como a rigidez disciplinares na formação superior onde procurou responder, e, sobretudo, reinventar o ensino superior à luz dos desafios e oportunidades associadas às crises mundiais as quais a humanidade vivenciou, dentre as quais a pandemia da COVID-19. Ainda sobre o tema da educação, a UNESCO chamou atenção para o déficit de professores da educação básica o que dificulta que o objetivo do desenvolvimento sustentável 4 (Educação com Qualidade) para o ensino primário e secundário até 2030 seja alcançado. Ressaltamos as recomendações propostas para tornar a profissão docente mais atrativa, considerando que não é somente uma questão de investimento nessa área, mas também a falta de atratividade para o exercício docente.

Ainda sobre os relatórios de 2022 que haviam sido recentemente publicados, chamamos atenção sobre os documentos relativos à participação da UNESCO na conferência mundial sobre o clima ocorrida em novembro daquele ano, no Cairo.

Os temas dedicados às vulnerabilidades sociais foram destacados em alguns relatórios: um sobre o fórum mundial contra o racismo e outro sobre equidade de gênero – este produzido pela UNESCO-Brasil. Neste último caso, chamamos atenção para o documento produzido pelo escritório brasileiro que fornece diretrizes e fundamentos normativos internacionais e brasileiros para o desenvolvimento de planos educacionais que promovam os direitos humanos de crianças e adolescentes. A UNESCO reconhece que a educação em sexualidade desempenha um papel crucial na prevenção da violência sexual, doenças sexualmente transmissíveis, bullying e gravidez entre meninas. Ainda neste sentido, ressaltamos as iniciativas da UNESCO sobre direitos humanos e ciência, onde buscou promover a integridade científica e a valorização dos pesquisadores e ressalta a colaboração científica global durante a pandemia de COVID-19 tem sido fundamental para avanços significativos, mas ainda persistem desigualdades no acesso ao conhecimento científico.

Do ponto de vista da cultura chamamos atenção para o workshop promovido pela UNESCO e apoiado pelo governo brasileiro, com foco na capacitação de países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e nações latino-americanas e caribenhas. O evento visava preparar candidaturas eficazes para o Registro Internacional e/ou Regional do programa

Memória do Mundo (MoW) da UNESCO. Além disso, promoveu a conscientização sobre a importância desses registros e possibilitou a colaboração entre os atores do patrimônio documental em âmbito internacional; a nomeação, pela UNESCO, da cidade do Rio de Janeiro como Capital Mundial do Livro para o ano de 2025 traz responsabilidades e perspectivas positivas para a educação e cultura literária.

Outra ação que chamamos atenção foi a proposta de fortalecer as relações interculturais entre as comunidades árabes e latino-americanas, com ênfase na promoção da diversidade cultural entre as sociedades envolvidas.

## **Instituições Financeiras Multilaterais: ações e perspectivas**

### ***Multilateral Financial Institutions: actions and perspectives***

**Isis Pillar Cazumbá**

**Abstract.** *This article presents some of the actions and perspectives of the multilateral financial institutions IADB, World Bank and IMF during the months of December 2023 to January 2024.*

**Keywords:** *IADB 1. World Bank 2. IFM 3.*

**Resumo.** O presente artigo mostra algumas das ações e perspectivas das instituições financeiras multilaterais BID, Banco Mundial e FMI durante os meses de dezembro de 2023 a Janeiro de 2024.

**Palavras-chave:** BID 1. Banco Mundial 2. FMI 3.

#### **Apresentação**

O final do ano de 2023 e o começo do ano de 2024 permaneceu movimentado para as instituições financeiras multilaterais. As equipes do BID, Banco Mundial e FMI fizeram várias ações e elaboraram relatórios sobre as economias regional e global. A seguir, vamos ver algumas destas ações e as perspectivas para o ano de 2024.

#### **Parcerias do BID**

Nos últimos dois meses, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) conseguiu importantes parcerias para a América Latina e Caribe (ALC).

O BID e Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), que possuem uma relação de cooperação de longa data, assinaram um memorando que visa alargar o cofinanciamento em US\$ 1 bilhão do programa Cooperação para Recuperação Econômica e Inclusão Social (CORE)<sup>36</sup>. Com esta nova empreitada, o programa passará a ter um financiamento de US\$ 4 bilhões, com período ampliado para 2028 e intensificará as oportunidades de investir em projetos voltados para saúde, redução da pobreza, iniciativa climática e infraestrutura na região.

A saber, a CORE foi criada pela JICA com o intuito de financiar programas que incentivassem melhorias nos setores de energia renovável e eficiência energética na ALC. Com o passar dos anos, o programa aumentou cada vez mais o seu financiamento, mirando em outros setores da região.

A outra importante parceria vem da Alemanha. A fim de ajudar os bancos públicos de desenvolvimento da ALC no alinhamento de suas operações com as metas do Acordo de Paris,

---

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-group-and-japan-expand-cooperation-4-billion-economic-social-and-climate-initiatives>

o Ministério Federal de Assuntos Econômicos e Ação Climática alemão comprometeu-se em € 20 milhões<sup>37</sup> para estabelecer um mecanismo verde para esses bancos.

Seguindo as orientações apresentadas na 28ª Conferência das Partes da Convenção-quadro das Nações Unidas para Mudança do Clima (COP 28), onde mostraram a necessidade de envolvimento do setor financeiro no financiamento climático para vencer os desafios atuais e futuros, o mecanismo tem como objetivo apoiar os bancos de desenvolvimento no aumento de crédito verde, no acesso ao financiamento climático e na criação de estruturas que envolvam a sustentabilidade.

### **As Ações e Perspectivas do Banco Mundial**

Lançada no início de janeiro, as *Perspectivas Econômicas Globais* do Banco Mundial (BM)<sup>38</sup> mostraram a forte possibilidade de um desempenho mais fraco da economia global. De acordo com o relatório, a economia global poderia ter tido uma década transformadora no setor, porém, devido aos problemas passados e o futuro bastante incerto, o ano de 2024 poderá sacramentar a meia década mais lenta em relação ao crescimento do PIB em 30 anos.

O relatório do BM aponta que a economia global melhorou um pouco comparada ao ano anterior devido à diminuição do risco de uma recessão global; a força econômica dos Estados Unidos proporcionou em parte esse acontecimento. Porém, o relatório alerta que as crescentes tensões geopolíticas podem facilitar que a economia global fique expostas a riscos de curto prazo.

Em números, o relatório traz as estimativas de que o crescimento global irá desacelerar assim como nos três anos anteriores – de 2,6% no ano passado para 2,4% em 2024. Nas economias avançadas, haverá desaceleração do crescimento, estimada em 1,2% para este ano. Para as economias em desenvolvimento, o BM traçou as perspectivas de médio prazo e apontou desaceleração na maioria das economias, devido ao aperto financeiro e desenvolvimento mais lento do comércio global. Prevê-se um crescimento de apenas 3,9%. Aos países de baixa renda, o relatório entende que o crescimento será 5,5% mais fraco do que se esperava. Para o BM, até o fim de 2024, as pessoas de um em cada quatro países em desenvolvimento e 40% dos países de baixa renda estarão mais pobres do que no período pré-pandêmico.

O relatório conclui que serão necessários cerca de US\$ 2,4 trilhões por ano para os países em desenvolvimento investirem em um pacote político holístico que ajude a enfrentar as mudanças climáticas e alcançar as metas essenciais para o desenvolvimento global até 2030. Que estes países obtêm resultados positivos quando aceleram o crescimento dos seus investimentos, gerando uma diminuição nas taxas de pobreza, melhora das situações fiscal e inflacionária e o aumento da produtividade.

Mencionando ainda os países em desenvolvimento, o relatório do BM sobre a dívida internacional constatou que em quatro décadas, estes países gastaram em torno de US\$ 443,5 bilhões<sup>39</sup> para quitarem os seus débitos externos e com garantia pública no ano de 2022. De

---

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-germany-launch-new-facility-support-climate-action-public-development-banks-latin>

<sup>38</sup> Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/01/09/global-economic-prospects-january-2024-press-release>

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/12/13/developing-countries-paid-record-443-5-billion-on-public-debt-in-2022>

acordo com o BM, a elevação dos custos freou investimentos nas áreas da educação, meio ambiente e saúde.

O relatório apontou que estes países pagaram altos valores pelo custo de serviço de suas dívidas em 2022. Os países elegíveis para contrair empréstimos através da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) pagaram algo em torno de US\$ 88,9 bilhões. O relatório entende que para os países considerados mais pobres, estes custos devem aumentar ainda mais nos anos de 2023 e 2024.

As taxas de juros são as grandes vilãs dos países em desenvolvimento, pois estas asseguraram a manutenção da crise das dívidas. Os últimos três anos, dez países em desenvolvimento aplicaram calotes – total de dezoito – por não conseguirem honrar os seus compromissos, de acordo com o relatório. Aproximadamente 60% dos países de baixa renda estão perto do endividamento ou já se encontram endividados.

Outro fator apontado pelo estudo, mostra que estes países acabam sofrendo não somente com os juros altos, mais sim pelas taxas acumuladas diante dos acordos pela suspensão do serviço da dívida relacionada à Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) do Grupo dos Vinte (G-20). Com uma alta dívida externa em dólares e a valorização desta moeda, os países estão encontrando dificuldades para fazerem os seus pagamentos, o que torna cada vez mais complexo o equilíbrio de suas contas.

O BM finaliza o relatório mostrando preocupação com as perspectivas para os próximos anos. Os países em desenvolvimento passaram os últimos dez anos aumentando mais a sua dívida do que o seu crescimento. Países elegíveis da IDA atingiram US\$ 1,1 trilhão de dívida externa no ano de 2022. O aumento da dívida desses países foi de 134% entre os anos de 2012 e 2022.

No âmbito da saúde, o BM e o Fundo para Pandemia e as demais parcerias – Organização Mundial da Saúde (OMS) e outras agências da ONU, bancos multilaterais de desenvolvimento, organizações da sociedade civil e iniciativas globais da área da saúde – aprovaram uma subvenção de US\$ 500 milhões para a segunda etapa de financiamento que visará apoiar os países de baixa e média renda a se prepararem para possíveis pandemias<sup>40</sup>. Essa segunda etapa terá um financiamento maior do que o primeiro, direcionando a sua preferência para projetos voltados para o fortalecimento da saúde pública e dos recursos humanos, altos investimentos em sistemas de alerta, vigilância de doenças e sistemas laboratoriais.

Outra ação que envolveu a saúde foi o financiamento emergencial aos cidadãos de Gaza. Em meio ao conflito, o BM anunciou um pacote de apoio global de US\$ 35 milhões <sup>41</sup>que, de acordo com o Banco, beneficiará 377 mil pessoas com vales-alimentação e cestas básicas para combater a insegurança alimentar vivida na região e mais a alocação de US\$10 milhões oriundos da Alemanha e do Japão para suprimentos e cuidados médicos para fins humanitários. De acordo com o BM, como parte do projeto direcionado às emergências de saúde de Gaza, estes suprimentos serão entregues pela OMS e pela Fundo das Nações Unidas para a Infância

---

<sup>40</sup> Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/12/22/the-pandemic-fund-announces-second-round-of-funding-with-half-a-billion-dollar-envelope>

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/12/12/world-bank-support-for-emergency-relief-to-gaza>

(UNICEF), incluindo também assistência médica de emergência para 10% da população da região.

### **FMI e a Argentina**

Após diversas reuniões, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou a sétima revisão do acordo oriundo do Mecanismo de Fundo Estendido para a Argentina<sup>42</sup>. O País terá acesso a US\$ 4,7 bilhões com a renovação deste acordo.

Ainda que a Argentina não tenha cumprido o acordo anterior, o FMI entendeu que o País passava por “graves contratemplos de política” e por essa razão, resolveram reunir-se com o atual governo para definir um novo caminho. Para o FMI, as propostas do governo de Javier Milei mostram uma tentativa de restaurar a estabilidade macroeconômica, mesmo que para isso tenha obstáculos rumo ao crescimento, já que os governos anteriores instauraram as dificuldades.

Este acordo vem em um momento importante para o País, pois as últimas revisões feitas pelo FMI mostraram desequilíbrios severos nos rumos econômicos, com um déficit cada vez mais alto e reservas internacionais cada vez mais baixas, gerando o aumento da inflação em três dígitos. O FMI entende que as novas medidas do governo são importantes, porém desafiadoras, pois o cenário encontra-se com um Congresso dividido e uma vulnerabilidade no setor social.

### **Perspectivas**

Considerando que houve melhora nos índices econômicos de 2023, o ano de 2024 ainda permanece em atenção para este setor. As estimativas sobre os riscos da economia global estão equilibradas devido ao resultado positivo da economia americana, a resiliência dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento, o apoio fiscal chinês e a queda da inflação.

Ocorrendo a desinflação com crescimento contínuo, é bem possível não haver a necessidade de intervenções bruscas nas economias e daí vem o equilíbrio, que ocasiona mais alívio das condições financeiras. Segundo o FMI, um desaperto das políticas fiscais seria o ideal, pois proporcionaria mais crescimento, porém, com alto risco de um ajuste mais adiante.<sup>43</sup>

Tratando do lado negativo, o atual cenário mundial pode dificultar estas possibilidades. Com a alta dos preços das *commodities*, problemas geopolíticos, ofertas paralisadas e inflação crescente podem proporcionar o desequilíbrio. Outros fatores que podem descontrolar a economia global: o setor imobiliário chinês que vem sofrendo uma crise profunda e o aumento de impostos e cortes de gastos significativos.

Para este ano, o sucesso para o equilíbrio passará pelas mãos das autoridades que precisarão administrar a inflação para que esta atinja a meta. Um grande desafio. Maior ainda, conter de forma multilateral a resolução da dívida, a fim de que esta não aumente mais, fazendo com que os países mais vulneráveis fiquem à beira do abismo e criar as ações necessárias para estimular investimentos que corroborem em combater a crise climática. As instituições

---

<sup>42</sup> Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/01/10/pr2405-argentina-pr2405-imf-staff-authorities-reach-sla-seventh-review-under-eff-arrangemen>

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/01/30/world-economic-outlook-update-january-2024>

financeiras multilaterais terão mais desafios, pois certamente participarão orientando os países sobre soluções para estas questões.

As Reuniões Anuais do BID, BM e FMI podem ser usadas como uma via para criar estratégias e ações necessárias para alcançar os resultados desejados. O BID começará a sua jornada com as Reuniões Anuais juntamente com o BID Invest do dia 6 a 10 de março, na República Dominicana<sup>44</sup>. Assim como em outras ocasiões, este evento contará com a presença de lideranças de diversos setores dos 48 países membros do Banco e do setor privado. Ao que tudo indica, as discussões se concentrarão em como reduzir a pobreza e a desigualdade, aumentar a sustentabilidade e frear os eventos provocados pelo clima na ALC. O BM e o FMI ainda não definiram as datas das Reuniões Anuais, que costumam acontecer nos meses de abril e outubro, porém, certamente os mesmos assuntos estarão no centro das discussões, só que desta vez de forma global.

## Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Green Coalition Public Development Banks Aspire Mobilizes Much 20 Billion Amazons Sustainable [acesso em 02 fev 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/green-coalition-public-development-banks-aspire-mobilize-much-20-billion-amazons-sustainable>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet]. IDB Group and Japan Expand Cooperation to \$4 Billion for Economic, Social and Climate Initiatives [acesso em 02 fev 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-group-and-japan-expand-cooperation-4-billion-economic-social-and-climate-initiatives>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB and IDB Invest to Hold Annual Meetings in Dominican Republic, March 6-10 [acesso em 02 fev 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-idb-invest-hold-annual-meetings-dominican-republic-march-6-10>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB and Germany Launch New Facility to Support Climate Action in Public Development Banks in Latin America and the Caribbean [acesso em 02 fev 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-germany-launch-new-facility-support-climate-action-public-development-banks-latin>

Banco Mundial [homepage na internet] Developing Countries Paid Record Billion on Public Debt in 2022. [acesso em 02 fev 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/12/13/developing-countries-paid-record-443-5-billion-on-public-debt-in-2022>

Banco Mundial [homepage na internet] The Pandemic Fund Announces Second Round of Funding with Half-a-Billion-Dollar Envelope [acesso em 02 fev 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/12/22/the-pandemic-fund-announces-second-round-of-funding-with-half-a-billion-dollar-envelope>

Banco Mundial [homepage na internet] Global Economy Set for Weakest Half-Decade Performance in 30 Years [acesso em 02 fev 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/01/09/global-economic-prospects-january-2024-press-release>

Banco Mundial [homepage na internet] World Bank Support for Emergency Relief to Gaza [acesso em 02 fev 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/12/12/world-bank-support-for-emergency-relief-to-gaza>

---

<sup>44</sup> Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/01/30/world-economic-outlook-update-january-2024>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet]. [acesso em 02 fev 2024]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/01/10/pr2405-argentina-pr2405-imf-staff-authorities-reach-sla-seventh-review-under-eff-arrangement>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] World Economic Outlook Update January 2024 [acesso em 02 fev 2024]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/01/30/world-economic-outlook-update-january-2024>



## Conferência Ministerial da OMC e Visão da UNCTAD sobre Propriedade Intelectual

### *WTO Ministerial Conference and UNCTAD Vision on Intellectual Property*

**Claudia Chamas**  
**Bernardo Bahia Cesário**

**Abstract.** *In anticipation of the upcoming Ministerial Conference, the G20 Trade and Investment Working Group deliberated on WTO reform under Brazil's rotating presidency within the G20. Additionally, the virtual meeting of the WTO Ottawa Group addressed the same issue. A report titled "Harnessing intellectual property rights for innovation, development and economic transformation in Least Developed Countries" was jointly launched by the Commonwealth and UNCTAD.*

**Keywords:** *WTO; Ministerial Conference; UNCTAD; intellectual property*

**Resumo.** Com vista à próxima Conferência Ministerial, a reforma da OMC foi tema do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimento do G20, no âmbito da presidência rotativa do Brasil do G20, e da reunião virtual do grupo de Ottawa da OMC. **Commonwealth e UNCTAD lançam relatório intitulado "Aproveitando os direitos de propriedade intelectual para a inovação, o desenvolvimento e a transformação econômica nos países menos desenvolvidos"**.

**Palavras-chave:** OMC; Conferência Ministerial; UNCTAD; propriedade intelectual

### **A 13ª Conferência Ministerial da OMC**

O órgão máximo de decisão da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC) é a Conferência Ministerial, que se reúne a cada dois anos, com a participação de todos os membros da OMC, que podem ser países ou uniões aduaneiras. A Conferência Ministerial toma decisões sobre as questões abrangidas por qualquer um dos acordos comerciais multilaterais da Organização. A 13ª Conferência Ministerial da OMC (MC13) acontecerá de 26 a 29 de fevereiro de 2024, em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Na ocasião, será debatido o funcionamento do sistema comercial multilateral e as medidas sobre o trabalho futuro da OMC. A Conferência será presidida por S.E. Dr. Thani bin Ahmed Al Zeyoudi, Ministro de Estado do Comércio Exterior dos Emirados Árabes Unidos. Webcasting estará disponível em inglês, francês e espanhol para a Cerimônia de Abertura, as conferências de imprensa e a Cerimônia de Encerramento.

No tocante ao progresso nas negociações da reforma da OMC, um dos assuntos mais críticos é o encaminhamento do mecanismo de solução de controvérsias. Os membros foram informados sobre os últimos desenvolvimentos nas discussões informais em curso sobre a reforma da resolução de litígios e sobre os planos de trabalho para as conversações nas próximas semanas, em reunião do Órgão de Resolução de Controvérsias, em 26 de janeiro. Os membros foram mandatados na 12ª Conferência Ministerial da OMC para conduzir discussões, com vista a ter um sistema de resolução em pleno funcionamento e acessível a todos os membros até 2024. O Embaixador Petter Ølberg da Noruega, Presidente do OSC, informou os membros sobre as suas consultas com as delegações, revelando reconhecimento unânime do estatuto

prioritário da reforma da resolução de controvérsias para o MC13 e além. As delegações destacaram os progressos substanciais alcançados no processo informal em curso, enfatizando a necessidade de preservar este trabalho (OMCa, 2024).

Contudo, o consenso em torna da formalização das discussões sobre a reforma permanece indefinido. O Presidente relatou opiniões divergentes entre as delegações sobre o processo, o calendário, o propósito e a liderança da formalização. Enquanto alguns defendem rápida formalização no âmbito do Conselho Geral ou na MC13, outros propõem adiar até depois da MC13, após a conclusão do texto do acordo de reforma, ou em momento futuro não especificado. Sem consenso alcançado, o Presidente propôs permitir que o processo informal continuasse o seu trabalho rumo a um resultado positivo. Simultaneamente, comprometeu-se a refletir sobre a melhor forma de atualizar os ministros sobre o progresso e manter o envolvimento com as delegações à medida que as discussões evoluem (OMCa, 2024).

A reforma da OMC foi tema do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimento do G20, no âmbito da presidência rotativa do Brasil do G20, fórum que abrange as 19 maiores economias do mundo, ao lado da União Africana e da União Europeia. A reunião foi realizada com representantes dos países membros em 30 de janeiro. O Brasil destacou quatro prioridades: desenvolver políticas comerciais relacionadas ao desenvolvimento sustentável nos domínios ambiental e social; mapear cláusulas de desenvolvimento sustentável em acordos de investimento; reforçar a participação das mulheres no comércio internacional, identificando as suas principais barreiras de acesso; e reformar a Organização Mundial do Comércio.

O Embaixador Fernando Pimentel, Diretor do Departamento de Política Comercial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, observou consenso entre os países membros do G20 quanto à reforma, mas destacou diferenças em posicionamentos quanto aos elementos para a modernização da organização. Para o Brasil, o restabelecimento completo do Sistema Solução de Controvérsias da OMC ainda em 2024 é vital “para defender os direitos e obrigações dos membros e delinear o âmbito dos acordos da OMC”. No G20, segundo o Embaixador, “embora não possamos impor nada, podemos esforçar-nos por abordar questões específicas e proporcionar um impulso político. para garantir a modernização contínua da OMC” (Agência Brasil, 2024).

O discurso do Ministro Mauro Vieira, na Reunião Ministerial de Países Latino-Americanos membros da OMC, em Santiago do Chile, em 26 de janeiro, tratou dos desafios do comércio internacional e da preparação para a próxima reunião ministerial da OMC, MC13, com vista à defesa de interesses e aspirações comuns (MRE, 2024). Seguem os pontos de destaque:

(1) “A integração regional é prioridade do presidente Lula e a construção de uma visão regional para a OMC dialoga com este objetivo crucial para todos.

(2) Como país em desenvolvimento, o Brasil deseja uma OMC fortalecida e modernizada, que incorpore em sua agenda a perspectiva do desenvolvimento, particularmente do desenvolvimento sustentável, em suas três dimensões: ambiental, econômica e social.

(3) O desenvolvimento sustentável está no centro de muitas das questões mais prementes que a comunidade internacional enfrenta hoje, inclusive no que diz respeito ao comércio internacional.

(4) O objetivo para a MC13 é ter um sistema comercial multilateral que esteja preparado para os desafios econômicos e sociais de hoje, sem negligenciar questões que têm sido

discutidas há muitos anos e que têm um amplo impacto econômico e social nos nossos países, como a agricultura.

(5) A América Latina avança para ocupar papel especial não só na dinâmica da OMC na agricultura, mas também como região chave para garantir a segurança alimentar em nível global.

(6) Na OMC, frequentemente ocorrem tentativas de relegar a agricultura a segundo plano. A região tem de se unir e demonstrar que nessa questão existem convergências possíveis e que devem ser produzidos resultados concretos imediatos.

(7) A discussão sobre a distribuição uniforme dos benefícios do comércio entre a população é outra questão da dimensão social do desenvolvimento em que a região pode se destacar.

(8) A grande maioria dos membros do Acordo Global sobre Comércio e Gênero são países latino-americanos. O Brasil anunciou recentemente sua decisão de aderir a este acordo. Esta é uma decisão centrada no fortalecimento da participação feminina nos fluxos comerciais e de investimento e na promoção do seu empoderamento econômico.

(9) A utilização de questões ambientais como cobertura para medidas protecionistas é um dos motores da tendência protecionista global. A sustentabilidade ambiental é prioridade máxima, mas não pode ser utilizada como justificativa para o protecionismo.

(10) Um acordo abrangente sobre subsídios à pesca, com tratamento especial e diferenciado eficaz, é uma forma de a OMC demonstrar que o comércio e o meio-ambiente podem e devem andar de mãos dadas.

(11) Medidas unilaterais corroem os pilares fundamentais dos acordos ambientais e ameaçam a viabilidade do sistema comercial multilateral. Estas medidas desequilibram as concessões multilaterais duramente negociadas na OMC e afetam as exportações dos países em desenvolvimento.

(12) O Brasil acredita que o comércio, a política industrial e a política climática podem apoiar-se mutuamente e constituir fator-chave para alcançar altos níveis de bem-estar social, promover transformação verde em nossas economias e alcançar o desenvolvimento sustentável.

(13) É essencial que os países em desenvolvimento se juntem efetivamente à revolução tecnológica e produtiva necessária para garantir a sustentabilidade do nosso planeta – não apenas como exportadores de matérias-primas. A OMC pode e deve contribuir para alcançar este resultado.

(14) O Brasil considera prioritário avançar no cumprimento do mandato de restabelecer o sistema de solução de controvérsias. A paralisia do Órgão de Apelação e o enfraquecimento do sistema de solução de controvérsias não são do interesse dos países em desenvolvimento.

(15) Com ação coordenada, a nossa região dará contribuição muito importante não só para o sucesso da MC13, mas também para a revitalização da própria OMC. O Brasil continua pronto para se juntar a toda a região na realização desse objetivo essencial para o nosso povo.

Segundo post na rede [Twitter](#), o Ministro Mauro Vieira participou de reunião virtual do grupo de Ottawa da OMC (Imagem 1). Objetivando preparação para a MC13, destacou ser crucial que se obtenha progresso nos temas relacionados à agricultura, incluindo mandato para negociações com vistas à MC14, em 2026, além de reativação do sistema de solução de controvérsias. O Grupo de Ottawa foi criado em 2018 para discussão sobre reforma e modernização da OMC. Reúne 13 países - Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Japão, Quênia, México, Noruega, Nova Zelândia, Cingapura e Suíça além da União Europeia, com foco na defesa e valorização do sistema multilateral de comércio.

**Imagem 1 – Reunião Virtual do Grupo de Ottawa**



Fonte: Twitter

### **UNCTAD: Lançamento de Relatório sobre Propriedade Intelectual**

Patricia Scotland KC, Secretária-Geral da Commonwealth, e Rebeca Grynspar, Secretária-Geral da UNCTAD, apresentam relatório (Imagem 2) intitulado “Aproveitando os direitos de propriedade intelectual para a inovação, o desenvolvimento e a transformação econômica nos países menos desenvolvidos” (no original, em inglês, “Harnessing intellectual property rights for innovation, development and economic transformation in Least Developed Countries”) (UNCTAD, 2024). O texto defende os seguintes pontos:

1. O esforço colaborativo entre o Secretariado da Commonwealth e a UNCTAD enfatiza o papel fundamental dos direitos de propriedade intelectual, incluindo patentes, marcas registradas e direitos de autor, na definição do futuro dos 45 países menos desenvolvidos (LDCs)

para desbloquear a inovação, impulsionar o comércio, atrair investimentos e promover a atualização tecnológica em um cenário global dominado pelo conhecimento e pela inovação.

2. Nem todas as políticas de PI funcionarão em todos os LDCs. Mas todos os LDCs podem implementar políticas de PI bem-sucedidas.

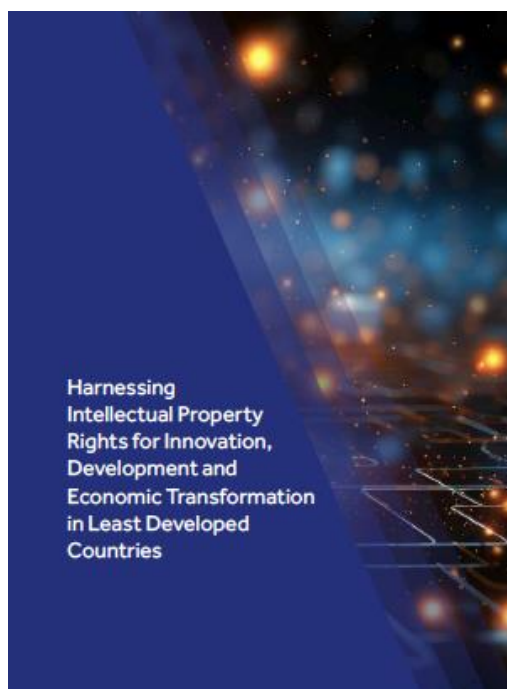
3. O relatório serve como roteiro abrangente para os LDCs, oferecendo informações sobre como aproveitar estrategicamente os direitos de propriedade intelectual para estimular a criatividade, atrair investimentos e promover o avanço tecnológico para o desenvolvimento sustentável. Destaca estudos de caso bem-sucedidos, recomendações práticas e a necessidade de abordagem equilibrada aos direitos de propriedade intelectual, adaptada à absorção tecnológica, às capacidades produtivas, aos pontos fortes competitivos e ao potencial de inovação dos LDCs.

4. Em face das crises globais que afetam desproporcionalmente os LDCs, desde as alterações climáticas até os efeitos persistentes da COVID-19, o relatório sublinha a urgência da inovação e fornece informações para criar um ambiente favorável aos direitos de propriedade intelectual, garantindo que os LDCs não sejam abandonados na busca por inovação e desenvolvimento globais.

5. O relatório é posicionado como um apelo à ação para que as partes interessadas trabalhem em colaboração para um futuro em que os direitos de propriedade intelectual sirvam como catalisadores para o desenvolvimento sustentável e o crescimento inclusivo nos LDCs.

6. O Secretariado da Commonwealth e a UNCTAD expressam o compromisso de apoiar os LDCs nesta importante jornada.

Imagem 2 – Relatório



Fonte: UNCTAD

## Referências

- 1.OMCa. Members updated on progress in dispute settlement reform talks in run-up to MC13. 2024. Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news24\\_e/dsb\\_26jan24\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news24_e/dsb_26jan24_e.htm)
- 2.Agência Brasil. WTO reform among Brazil's priorities at G20. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/internacional/noticia/2024-01/wto-reform-among-brazils-priorities-g20>
- 3.MRE. Discurso do Ministro Mauro Vieira na Reunião Ministerial de Países Latino-Americanos membros da OMC — Santiago do Chile, 26/01/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/discurso-do-ministro-mauro-vieira-na-reuniao-ministerial-de-paises-latino-americanos-membros-da-omc-2014-santiago-do-chile-26-01-2024>
- 4.UNCTAD. Intellectual property: A potential game-changer for least developed countries. Disponível em: <https://unctad.org/news/intellectual-property-potential-game-changer-least-developed-countries>

## Organizações da sociedade civil: nada de novo no front

*Diana Reyna Zeballos Rivas, Elwira Gliwska,  
Jesús Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires,  
Marciglei Brito Moraes, Mateus dos Santos Brito,  
Matheus dos Santos da Silveira,  
Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira,  
Tatiana Cerqueira Machado Medrado e  
Luís Eugênio de Souza*

**Resumo:** Entre 10 de dezembro de 2023 a 05 de fevereiro de 2024, foram monitoradas 55 Organizações da Sociedade Civil (OSC), 46 de interesse público e 9 de interesse privado, sendo que 10 não tiveram manifestações a serem registradas. Entre os temas mencionados pelas OSC de Interesse Público, a guerra em Gaza e Cisjordânia foi o mais frequente. Também tiveram destaque as críticas à decisão de alguns países de suspenderem o financiamento à UNRWA, considerada como indispensável para minimizar o sofrimento de civis e refugiados. As mudanças climáticas foram motivos de muitas manifestações, principalmente quanto aos riscos à saúde e ao impacto desigual nas comunidades carentes e em países menos desenvolvidos. Por sua vez, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado concentraram-se em divulgar o financiamento a projetos de redução das desigualdades em saúde e o fomento à pesquisa e inovação tecnológica. Além destes temas, teve relevância a questão das doenças transmissíveis, incluindo as ações de eliminação de doenças negligenciadas (filariose, oncocercose, malária e leishmaniose) e a erradicação da poliomielite. As manifestações colhidas nos últimos dois meses indicam que, salvo algum acontecimento extraordinário, o ano que se inicia assistirá as organizações da sociedade civil atuando em torno dos mesmos desafios em que atuaram em 2023. Em 2024, até o momento, nada de novo *no front*.

### Introdução

Entre 10 de dezembro de 2023 a 05 de fevereiro de 2024, foram monitoradas 55 Organizações da Sociedade Civil (OSC), 46 de interesse público e 9 de interesse privado, sendo que 10 não tiveram manifestações a serem registradas.

Entre os temas das manifestações das OSC de Interesse Público, o conflito de Israel contra os palestinos na Faixa de Gaza e Cisjordânia foi o mais frequente, incluindo a repercussão da decisão da Corte Internacional de Justiça sobre a denúncia da África do Sul de genocídio contra os palestinos. Também tiveram destaque as críticas à decisão de alguns países de suspenderem o financiamento à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA), considerada como indispensável para minimizar o sofrimento de civis e refugiados. As mudanças climáticas, que vêm afetando o equilíbrio do planeta, foram motivos de muitas manifestações, principalmente quanto aos riscos à saúde e ao impacto desigual nas comunidades carentes e em países menos desenvolvidos. As discussões sobre determinantes e condicionantes da ocorrência das Doenças Não Transmissíveis (DNT) trouxeram à baila a incipiente regulação da publicidade e do controle da idade de uso de cigarros à tabaco e/ou eletrônicos, por conta da exposição de jovens e conseqüente estímulo ao



consumo. Ainda em relação às DNT, foi abordada a necessidade de eliminação das gorduras trans na suplementação de alimentos. Estas denúncias se somam às manifestações relacionadas à luta contra o câncer e ao enfrentamento das doenças cardiovasculares. Diversos outros temas foram mencionados pelas OSC de interesse público: migração, doenças infecciosas, com destaque para a AIDS e as negligenciadas, resistência antimicrobiana, vacinação, desenvolvimento social, juventude e envelhecimento, saúde mental, cuidados paliativos, pesquisa e propriedade intelectual. Vale destacar que a sociedade civil esteve muito ativa durante a 154ª reunião do Conselho Executivo da OMS, quando muitos desses temas foram abordados em declarações das OSC. Na ocasião, a sociedade civil se manifestou também sobre o plano de trabalho da OMS, incluindo a reforma de sua governança.

Por sua vez, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado concentraram-se em divulgar o financiamento a projetos de redução das desigualdades em saúde, fomento à pesquisa e inovação tecnológica e estudos sobre o envelhecimento. Além destes projetos, outro tema que teve relevância foi o das doenças transmissíveis, repercutindo o apoio para eliminação de doenças negligenciadas (filariose, oncocercose, malária e leishmaniose), e a erradicação da poliomielite. Em relação à Covid-19, ainda persistem manifestações sobre o acesso desigual às vacinas e iniciativas para reduzir as desigualdades em países pobres. As OSC de interesse privado ainda se manifestaram sobre seus investimentos, empréstimos e doações. Foram ainda temas citados a desigualdade de gênero, as mudanças climáticas e a segurança alimentar.

Vale ressaltar que o tema da Covid-19 não apareceu nas manifestações das organizações da sociedade civil de interesse público, bem como o conflito no Oriente Médio não foi tema das fundações privadas e outras organizações civis de interesse privada.

As manifestações colhidas nos últimos dois meses indicam que, salvo algum acontecimento extraordinário, o ano que se inicia assistirá as organizações da sociedade civil atuando em torno dos mesmos desafios em que atuaram em 2023 como parar os conflitos armados, reduzir as desigualdades, fomentar o desenvolvimento sustentável e promover a saúde para todos. Em 2024, nada de novo *no front*.

## **ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO**

### **Guerras e conflitos**

#### *Conflito Israel – Faixa de Gaza e Cisjordânia*

Como tem feito desde o início do conflito, a Oxfam continuou a apelar por um cessar-fogo imediato em [Gaza](#), onde os serviços médicos foram interrompidos devido às condições hostis.<sup>1</sup> Junto com outras organizações humanitárias e de direitos humanos, a Oxfam pediu urgentemente a interrupção da transferência de armamentos que só aumentam a violência em [Gaza](#).<sup>2</sup>

A Woman in Global Health publicou matéria com depoimento da [médica palestina Duha Shellah](#) em sua atuação na Faixa de Gaza. A matéria traz três artigos produzidos por Duha retratando os desafios de trabalhar em uma situação de conflito em que profissionais de saúde também são alvo – um grave desrespeito aos tratados internacionais assinados, inclusive, por Israel.<sup>3</sup>



A International Federation of Social Workers publicou nota sobre a [detenção de um assistente social](#) em dezembro, pelas Forças de Defesa de Israel, e os maus tratos à sua família. O profissional estava em sua casa no campo de refugiados de Aida, em Belém. A nota reforça o papel do profissional na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, no compromisso com o protesto pacífico e na defesa de direitos humanos. A instituição denuncia o ato como uma grave violação dos direitos humanos e aos direitos dos assistentes sociais.<sup>4</sup>

Médicos Sem Fronteiras (MSF) alertou sobre a decisão de alguns países de [suspender o financiamento](#) à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA), apoio vital para milhões de palestinos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, regiões onde a crise humanitária tem atingido níveis catastróficos.<sup>5</sup>

A Greenpeace expressou sua rejeição à decisão da [Corte Internacional de Justiça](#) sobre Gaza, enfatizando a necessidade de um cessar-fogo imediato como a única opção viável para interromper a violência no Oriente Médio.<sup>6</sup>

Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) endossou, em 15 de janeiro de 2024, carta de laureados com o Prêmio Nobel, fazendo um apelo urgente à [libertação imediata de reféns capturados pelo Hamas](#), de modo a garantir os direitos humanos básicos e fornecer apoio médico e psicológico essencial.<sup>7</sup> Dois dias depois, a WFPHA divulgou carta do seu presidente Luis Eugenio de Souza e de Paulo Buss e Santiago Alcázar, publicada na Lancet, em que renovam o [apelo pelo fim da guerra](#) e do derramamento de sangue em Gaza.<sup>8</sup>

### *Conflito na Ucrânia*

Oxfam condenou fortemente qualquer ataque a infraestruturas humanitárias que levam ajuda a comunidades carentes na [Ucrânia](#).<sup>9</sup>

### **Saúde e Direitos Humanos**

Em comemoração aos [75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos](#), a Women in Global Health lembrou a situação das mulheres na saúde como um importante desafio para os Direitos Humanos. Destacou a presença maciça das mulheres como força de trabalho na saúde e sua sub-representação nos cargos de liderança, as mais de seis milhões de mulheres que trabalham sem remuneração, exercendo funções essenciais no sistema de saúde. Defendeu o tema como uma questão de justiça de gênero e justiça econômica, ressaltando a urgência das mulheres terem além de salários justos, condições de trabalho seguras e dignas, livres de assédio sexual e violência.<sup>10</sup>

A World Medical Association fez um apelo pelo urgente apoio global para [evitar a iminente execução do Dr. Ahmadreza Djalali no Irã](#), em uma carta enviada às autoridades no dia 03 de janeiro de 2024. As autoridades iranianas recentemente intensificaram suas ameaças de executar o Dr. Djalali em retaliação à decisão da Corte de Apelação da Suécia de manter a condenação e a sentença de prisão perpétua de Hamid Nouri por seu envolvimento nos massacres de prisões de 1988 no Irã. A WMA condena veementemente este ato repreensível de chantagem.<sup>11</sup>

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) participou da 154ª sessão do Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde (OMS), realizada de 22 a 27 de janeiro de 2024 na sede da OMS em Genebra, Suíça. Na oportunidade, fez uma declaração destacando o [nexo entre a saúde e a paz e os desafios colocados pelos conflitos](#) exigem atenção imediata e o compromisso de garantir o acesso aos cuidados de saúde para todos.<sup>12</sup>

A International Federation of Medical Students Associations (IFMSA) discutiu a questão dos conflitos armados, durante a 154ª reunião do Conselho Executivo da OMS. Um representante da IFMSA leu a declaração que diz: “[sem paz não pode haver saúde](#). O cessar-fogo dos conflitos em curso, a defesa do Direito Internacional Humanitário e a garantia do acesso aos cuidados de saúde e à ajuda humanitária são os primeiros passos cruciais para a implementação a longo prazo da Iniciativa de Paz para a Saúde Global”.<sup>13</sup>

### **Doenças negligenciadas**

A NCD Alliance lançou a publicação [Neglected and in Crisis: NCDs as a Priority in Humanitarian Settings](#), em que trata da urgência da assistência e proteção humanitária, em especial para pessoas que vivem com DCNT. Em 2023, 299 milhões de pessoas precisaram de assistência e proteção humanitária (cerca de 3% de toda a população global) devido a deslocamentos internos e refúgios. Entre esse grupo encontram-se muitas pessoas que vivem com DCNT. A publicação conta com três estudos de casos feitos no Quênia, no Líbano e na Ucrânia, países afetados por conflitos, desastres e guerras, e em que a carga de DCNT destaca-se entre os problemas de saúde. Dada a necessidade de atender pessoas com DCNT, a OMS recomendou na 75ª Assembleia Mundial da Saúde a priorização das DCNTs no planejamento de preparação e resposta à emergência.<sup>14</sup>

### **Migração**

A International Federation of Medical Students Associations (IFMSA) marcou presença na reunião do [14º Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento](#), nos dias 23 a 25 de janeiro de 2024. Com uma delegação envolvida ativamente nas discussões de alto nível, representando a juventude médica em todo o mundo, a IFMSA avaliou que houveram avanços importantes na proteção dos direitos dos migrantes em todo o mundo.<sup>15</sup>

### **Meio ambiente e COP 28**

A World Heart Federation saudou a [reunião da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas \(COP 28\)](#) ressaltando a importância do evento, apontando as ligeiras melhorias nos acordos, alertando para a preocupação das organizações de saúde com “a inclusão do gás como combustível de transição, com a falta de progressos na linguagem da eliminação progressiva do carvão e com os avanços limitados na linguagem dos subsídios aos combustíveis fósseis”, mas ressaltando os ganhos significativos da reunião.<sup>16</sup>

A Progressive International divulgou uma newsletter que analisa como [a COP 28 foi planejada para falhar](#). A conclusão da reunião deixou claro que a COP não será eficaz enquanto o equilíbrio global de poder permanecer inalterado. Sem um mecanismo para obrigar os países ricos do Norte Global a apoiarem financeiramente o Sul na adaptação às alterações climáticas e nas perdas e danos decorrentes do colapso climático, as metas de financiamento e transferências de tecnologia permanecerão inatingíveis.<sup>17</sup>

Na lista de fracassos, destaca-se que o compromisso global de angariar 100 bilhões de dólares por ano para o financiamento climático foi adiado, e o fundo de Perdas e Danos acumulou apenas 30% do valor necessário. Entretanto, a maior falha estrutural da COP foi a participação das grandes petrolíferas no sistema global, o que impediu a chegada a um acordo sobre a necessidade de eliminar gradualmente o uso de combustíveis fósseis e estabelecer um prazo final para isso. O documento final sugere que os estados podem, sem obrigações, “reduzir”

a produção de combustíveis fósseis. O futuro não é mais alentador, pois a COP 29 será realizada em mais um país produtor de petróleo sem interesse em acabar com os combustíveis fósseis, o Azerbaijão.<sup>17</sup>

A Rotary International em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU) mobilizou os associados a atuarem na [Ação Comunitária pela Água Doce \(CADW\)](#), que tem como objetivo incentivar ações locais e internacionais de gestão de recursos de água doce - em especial os rios. Por meio destes esforços, a Rotary se alinha ao [Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente](#) (Pnuma) na proteção e conservação dos ecossistemas através do engajamento comunitário com vistas à restauração e manutenção de corpos d'água. A associação ressalta que a parceria visou contribuir com o alcance dos [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) (ODS), relacionados com o acesso à água potável e saneamento, mudança climática e vida terrestre.<sup>18</sup>

A Greenpeace ressaltou que grupos ambientalistas e jovens venceram um processo judicial sobre [crime ambiental](#) contra o estado norueguês, relacionado à aprovação de novas licenças para exploração de petróleo e gás. No entanto, a decisão está sendo apelada na Corte de Oslo.<sup>19</sup>

Em 19 de dezembro de 2023, a Federação Mundial das Associações de Saúde Pública (WFPHA) anunciou sua adesão à [Declaração sobre a Saúde Planetária](#). Esta declaração, assinada por numerosas instituições acadêmicas de saúde, sublinha a emergência do Código Vermelho que o nosso planeta enfrenta e defende uma ação imediata para combater as mudanças climáticas.<sup>20</sup>

A Planetary Health Alliance se manifestou pela passagem, em 03 de fevereiro de 2024, do [Dia Mundial das Zonas Húmidas](#). Destacou que esses ecossistemas fornecem água limpa, apoiam a biodiversidade e melhoram o bem-estar humano.<sup>21</sup>

## **Mudanças Climáticas**

A InterAcademy Partnership compartilhou os resultados do evento paralelo na COP28, realizado em 9 de dezembro de 2023. A sessão "[O Papel das Academias no Aconselhamento de Políticas Climáticas](#)" foi dedicada a explorar o papel indispensável das academias nacionais no esforço colaborativo para fornecer aconselhamento impactante sobre políticas climáticas a governos em todo o mundo.<sup>22</sup>

O Global Health Council expressou gratidão ao Conselho Executivo da OMS e aos Estados Membros pela oportunidade de abordar a [mudança climática e a saúde](#) durante a 154ª sessão, destacando a mudança climática como uma ameaça existencial que impacta emergências de saúde, Cobertura Universal de Saúde e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A declaração apela a medidas proativas imediatas para reduzir os riscos climáticos. Enfatizando o papel crítico do setor de saúde nas discussões de políticas sobre mudança climática, o Global Health Council instou os Estados Membros a apoiarem uma futura resolução sobre mudança climática e saúde. A recomendação é para que a resolução avance para adoção na 77ª Assembleia Mundial da Saúde, com um apelo por um texto final robusto e ambicioso.<sup>23</sup>

A Oxfam demandou ação urgente em 2024 para combater a [crise climática](#) que deixou 2023 como o ano mais quente registrado, que afetou especialmente as comunidades mais carentes.<sup>24</sup>

A Greenpeace denunciou a presença de [microplásticos](#) em todo o planeta, desde o fundo do mar até no sangue humano, leite materno e placentas.<sup>25</sup>

A Greenpeace denunciou que [plantações](#) de árvores não são uma solução viável para os problemas ambientais, sendo necessário investir na preservação e conservação de verdadeiros bosques.<sup>26</sup>

A Greenpeace destacou que milhares de pessoas estão sendo afetadas pelas piores inundações dos últimos 50 anos no sul da [Tailândia](#).<sup>27</sup>

A Greenpeace denunciou que a [crise climática](#) está afetando gravemente o equilíbrio do planeta, afetando a biodiversidade e a saúde humana.<sup>28</sup>

A Greenpeace chamou a atenção para a manifestação de comediantes durante a [Copa Africana de Nações](#), que criticaram empresas altamente poluentes, como a Total Energy, por patrocinarem o evento na tentativa de melhorar sua imagem.<sup>29</sup>

A Oxfam destacou a necessidade de atualizar o [Protocolo de Maputo](#) sobre agricultura resiliente às mudanças climáticas, e investir pelo menos 10% em agricultura sustentável para o futuro.<sup>30</sup>

A Oxfam denunciou que enquanto alguns [ricos](#) desfrutam, muitos pobres sofrem devido à poluição, fazendo um apelo para taxar os mais ricos em apoio aos necessitados e em busca de justiça.<sup>31</sup>

A Greenpeace destacou que Chile e Palau são as primeiras nações a aprovar e ratificar o [Tratado dos Oceanos das Nações Unidas](#).<sup>32</sup>

A Greenpeace denunciou que a moda acelera as mudanças climáticas devido ao uso de [combustíveis fósseis](#).<sup>33</sup>

O Greenpeace elogiou a decisão do presidente dos [Estados Unidos](#) de suspender as licenças para exportação de Gás Liquefeito de Petróleo, impactando vários projetos em andamento.<sup>34</sup>

A Greenpeace denunciou que a [Shell](#) anunciou lucros de mais de 20 milhões de libras esterlinas à custa do meio ambiente.<sup>35</sup>

## **Desastres naturais**

A International Federation of Social Workers divulgou nota de solidariedade às vítimas do [terremoto no Japão](#), ocorrido no primeiro dia de 2024, deixando cerca de 62 mortos e mais de 300 feridos.<sup>36</sup>

## **Doenças Tropicais Negligenciadas**

A DNDi registrou a passagem no [Dia Mundial das Doenças Tropicais Negligenciadas](#), em 30 de janeiro de 2024. Afirmou que mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo são afetadas por essas doenças tropicais negligenciadas (DTN), sendo a grande maioria pessoas vulneráveis devido à pobreza. Acrescentou que essas doenças são negligenciadas porque não são rentáveis para a indústria farmacêutica.<sup>37</sup>

## Doenças Não-Transmissíveis

A NCD Alliance chama a atenção para a necessidade de governos estarem atentos às [novas estratégias virtuais da indústria do tabaco](#), criando e implementando regulamentações que impeçam o avanço desse mercado. Lembram que o marketing é um dos principais motivos pelos quais as pessoas usam produtos de tabaco, como cigarros, cigarros eletrônicos e vaporizadores e por isso a indústria tem avançado no campo virtual que tem menos regulamentação.<sup>38</sup>

Dinamarca, Lituânia, Polônia, Arábia Saudita e Tailândia são os primeiros [cinco países certificados pela OMS pela eliminação de gorduras trans](#) produzidas industrialmente nos alimentos. Certificados em 2023, os países demonstraram as melhores práticas de implementação de políticas de gorduras trans, com sistemas para monitorar e impor a substituição de gorduras trans por alternativas mais saudáveis. As gorduras trans são adicionadas em massa aos nossos alimentos desde a década de 1960 para prolongar a vida útil nos supermercados e como uma alternativa às gorduras animais, mas o que não era sabido na época é que elas são letais. São um dos principais causadores de doenças cardiovasculares e derrames, e também estão ligados a uma série de outras doenças crônicas não transmissíveis e condições relacionadas. Desde 2018, a OMS pede sua eliminação total da nossa cadeia de suprimento de alimentos.<sup>39</sup>

O tema do Dia Mundial do Câncer, comemorado em 4 de fevereiro, é "[Close the care gap](#)" ([Elimine a lacuna no atendimento](#)). Transformado em um dos dias de conscientização sobre saúde mais celebrados em todo o mundo, em 2024, o objetivo principal é envolver os líderes mundiais e pedir que adotem estratégias para corrigir as desigualdades e alocar recursos para garantir que ninguém morra de um câncer evitável e tratável.<sup>40</sup>

A Rotary International apoiou iniciativas globais para o controle do câncer cervical através da concessão de mais de US\$10,3 milhões de subsídios em apoio a projetos voltados ao [fim do câncer cervical](#), além de contribuir com iniciativas locais com o incentivo de US\$2 milhões para a United to End Cervical Cancer no Egito.<sup>41</sup>

A World Heart Federation aproveitou o dia da Cobertura Universal de Saúde – 12 de dezembro – para reforçar a [inclusão das Doenças Cardiovasculares \(DCV\) nas estratégias nacionais para alcançar a CUS](#), como a realização de exames e disponibilidade de tratamento contínuo para pressão arterial, diabetes, colesterol elevado, e aconselhamento para alimentação saudável, redução de álcool e tabagismo.<sup>42</sup>

A World Heart Federation lançou sua [nova estratégia para 2024-2026](#) para tornar a saúde cardiovascular uma realidade para todos, ressaltando a urgência em “vencer” as DCV ante as ameaças à saúde global. De acordo com a matéria, a nova estratégia “representa um compromisso ambicioso com a inovação, o desenvolvimento de capacidades e a colaboração”.<sup>43</sup>

A World Medical Association se manifestou sobre [cigarros eletrônicos e outros sistemas eletrônicos de entrega de nicotina](#) já que ganharam popularidade nos últimos anos, levantando preocupações sobre seu impacto na saúde pública, especialmente entre os jovens. A organização apelou para que os governos ajam de forma responsável para proteger crianças e adolescentes, como relatou a OMS, 88 países não têm idade mínima para a compra de cigarros eletrônicos, e 74 países não têm regulamentações para esses produtos prejudiciais.<sup>44</sup>

A ACT Promoção da Saúde vai financiar [projetos com foco no fortalecimento e na ampliação de medidas de controle do tabaco](#). As inscrições podem ser feitas entre 8 de janeiro a 18 de fevereiro de 2024 no site da organização. Podem participar organizações do terceiro setor (sem fins lucrativos), institutos de pesquisa e instituições de ensino brasileiras e que atuem há pelo menos um ano no controle do tabaco.<sup>45</sup>

Em 21 de dezembro de 2023, o Grupo de Trabalho para o Controle do Tabagismo da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) denunciou sete [táticas utilizadas pela indústria do tabaco para influenciar a opinião pública](#) e enfraquecer as políticas de saúde, manipulando a pesquisa científica, a política, a justiça, o esporte, a educação e a mídia.<sup>46</sup>

### **Desenvolvimento Social**

A International Federation of Social Workers (IFSW) publicou notícias sobre importantes eventos da categoria que serão realizados ao longo do ano e, até dos próximos anos, como a [Conferência Mundial sobre Serviço Social e Desenvolvimento Social](#) que acontecerá em 2026 em Nairobi, no Quênia<sup>47</sup>.

A IFSW anunciou a realização de um painel paralelo para a próxima 62ª sessão da [Comissão para o Desenvolvimento Social](#), enfatizando a interseção crítica entre justiça social e sustentabilidade ecológica. O evento, intitulado “Direitos, Voz, Proteções: Co-Criando Justiça Social num Mundo Eco-Social”, visa destacar o objetivo premente de erradicar a pobreza dentro da estrutura das fronteiras planetárias.<sup>48</sup>

### **14º Programa Geral de Trabalho da OMS**

A World Heart Federation apoiou declaração coordenada pela NCD Alliance, sobre o item 24.3 da agenda. [A declaração ressalta a preocupação com a ausência da sociedade civil e das pessoas que vivem com problemas de saúde](#) não estarem contempladas nas futuras consultas sobre o plano de trabalho. Esse tema, além de outros, consta nas recomendações feitas pelas organizações<sup>48</sup>.

### **Saúde Pública do Futuro**

O grupo de trabalho “Young WFPHA” da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública publicou uma reflexão sobre o [papel dos jovens na definição do futuro da saúde pública](#). Apesar dos desafios, há oportunidades para a próxima geração. Defendendo uma abordagem holística da saúde global, a Jovem WFPHA sublinha a importância da solidariedade coletiva. Como futuros líderes da saúde pública, manifestam seu compromisso com o enfrentamento das crises e das disparidades.<sup>49</sup>

### **Saúde e Envelhecimento**

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública divulgou a participação de sua CEO, Bettina Borisch, no evento “Mulheres à medida que envelhecem: enfrentando a próxima fronteira de desigualdade” no Seminário Global de Salzburg em 31 de janeiro de 2024. Borisch fez uma apresentação sobre o tema, contribuindo para a abordagem das [desigualdades na saúde de mulheres idosas](#).<sup>50</sup> **Necessidades dos pacientes**

A International Alliance of Patients’ Organizations realizou entre 8 e 15 de janeiro uma pesquisa online sobre [as necessidades não atendidas dos pacientes](#) intitulada “Como podemos melhorar a cobertura universal de saúde?”. A IAPO e o Observatório de Pacientes para a Segurança do Paciente da IAPO buscaram levantar as necessidades relacionadas à saúde e não



atendidas, de acordo com pacientes que vivem com doenças e condições selecionadas e seus cuidadores, de modo a produzir um conjunto de evidências e pontos de ação política que orientem possíveis investimentos em níveis global, regional e nacional.<sup>51</sup>

### **Cuidados de fim de vida**

A Aliança também se juntou aos cuidadores informais (Eurocarers) e os profissionais de cuidados paliativos (International Association for Hospice and Palliative Care - IAHPC e International Children's Palliative Care Network - ICPCN) para pedir aos governos [maior investimento no cuidado domiciliar para pacientes com doenças avançadas](#) e suas famílias que desejam estar e morrer em casa. Somam-se a pesquisadores que pedem mais políticas e planejamentos de saúde que garantam recursos para cuidados paliativos e de fim de vida.<sup>52</sup>

### **Reforma da Governança Internacional**

O Global Health Council, juntamente com outras organizações, fizeram uma declaração sobre o trabalho da OMS em emergências de saúde. Eles destacaram a importância de uma abordagem abrangente pela OMS e forneceram recomendações em três áreas-chave: governança global, financiamento e sistemas de saúde. A declaração enfatizou o papel crucial do envolvimento da sociedade civil em promover confiança e legitimidade no trabalho da OMS durante as emergências de saúde. Eles pediram a participação ativa em negociações e influência sobre formuladores de políticas para a adoção de políticas eficazes globalmente.<sup>53</sup>

A STOPAIDS divulgou uma análise do [Livro Branco sobre Desenvolvimento Internacional](#) do Departamento de Assuntos Externos, do Comércio e Desenvolvimento do Reino Unido (FCDO) que revela o compromisso com a transformação digital, ênfase na parceria igualitária e na produção local, e reconhecimento do papel crucial desempenhado pela OMS. Apesar desses aspectos positivos, a reflexão destaca a necessidade de aprimoramentos, especialmente na abordagem das desigualdades interseccionais, na reforma do financiamento internacional e no estabelecimento de regulamentação mais robusta para investimentos do setor privado.<sup>54</sup>

O *Sustainable Health Equity Movement (SHEM)* publicou, em 15 de janeiro de 2024, sua newsletter, destacando o tema da cooperação Sul-Sul. Em especial, a newsletter apresenta a [Parceria para o Desenvolvimento da Saúde para África e o Caribe](#), uma iniciativa para reforçar a cooperação sanitária Sul-Sul entre África e as Caraíbas. A iniciativa decorre do reconhecimento de que o fardo da pandemia da covid-19 recaiu mais pesadamente sobre os países em desenvolvimento, especialmente sobre as mulheres e as crianças.<sup>55</sup>

### **Saúde na União Europeia**

A European Public Health Association (EPHA) elaborou [documento](#) elencando prioridades e recomendações para garantir ações de saúde na agenda política nas próximas eleições da União Europeia. O manifesto contém 10 prioridades, entre elas estão a busca pela equidade, garantia de orçamento; adoção de estratégias de empoderamento de pessoas e comunidades, entre eles os pacientes; aumento da participação da sociedade civil na elaboração de políticas de saúde; enfrentamento dos desafios do cenário das doenças transmissíveis; eliminação das desigualdades em saúde; políticas que melhorem o cuidado aos pacientes; estabelecimento da união entre as políticas de saúde da União Europeia; promoção de ambientes favoráveis à saúde, bem como a garantia de políticas que considerem o impacto da saúde mental na saúde física e no bem-estar.<sup>56</sup>

A European Public Health Association alertou sobre o impacto na saúde pública europeia do corte de bilhões de euros na pasta da saúde #EU4Health. A entidade manifestou suas preocupações através de [carta aberta](#) ao Primeiro Ministro e Ministro da Saúde solicitando a revisão da medida que corta 20% do orçamento da pasta, considerando desproporcional e de potencial impacto na saúde da União Europeia e dos seus cidadãos. Reiterou que a pandemia da Covid-19 e guerras em curso ensinaram que as prioridades atuais não devem prejudicar a capacidade de resposta da saúde pública.<sup>57</sup>

A Oxfam denunciou que os investimentos europeus em [saúde privada](#) favorecem as corporações em detrimento dos usuários, deixando as pessoas marginalizadas sem acesso à saúde ou economicamente arruinadas.<sup>58</sup>

### **Tratado pandêmico**

O *Geneva Global Health Hub (G2H2)* anunciou a realização de uma mesa redonda com as Missões Permanentes de Genebra para debater o [Tratado Pandêmico](#), no dia 12 de fevereiro de 2024. Na convocação, o G2H2 ressalta que “o direito ao mais elevado padrão de saúde possível, o primeiro direito vinculativo consagrado na Constituição da OMS, deve ser considerado fundamental para todos os aspectos relacionados com a prevenção, preparação e resposta a pandemias.<sup>59</sup>

### **Pesquisa e Desenvolvimento**

As Doenças Tropicais Negligenciadas (DTNs) estão intrinsecamente ligadas à pobreza e desigualdade, e apesar da atenção recente e do influxo de recursos, persistem lacunas significativas nas ferramentas necessárias para controle e eliminação. O Global Health Council enfatizou em declaração o [papel vital da pesquisa e desenvolvimento \(P&D\)](#), especialmente em diagnósticos, para alcançar os objetivos das DTNs de 2021-2030. A declaração apela aos Estados Membros para aumentarem os investimentos em P&D para tratamentos seguros e acessíveis de DTNs e diagnósticos aprimorados, concentrando-se em necessidades específicas não atendidas em ambientes de atenção primária à saúde. Além disso, a organização instou à colaboração entre a OMS e os Estados Membros para simplificar os caminhos regulatórios e de fabricação, visando acelerar o acesso ao mercado para diagnósticos in vitro por meio de processos de pré-qualificação e aprovação alinhados.<sup>60</sup>

A Rotary International ressaltou a importância da [pré-qualificação da nova vacina oral contra a poliomielite](#) #nOPV2. A vacina foi considerada inovadora por atuar contra o poliovírus tipo 2, porém com uma versão modificada que apresenta uma menor possibilidade de causar surtos da doença por vírus vacinal, principalmente em comunidades com baixas coberturas vacinais, tornando-se uma versão mais segura na vacinação em massa. A associação considerou que a iniciativa pode contribuir com o fim dos casos de poliomielite no mundo [#EndPolio](#).<sup>61</sup>

### **Propriedade Intelectual**

A People 's Vaccine Alliance respondeu às notícias de que os Estados membros da OMC não tomaram medidas significativas para lidar com a COVID-19. Os países ricos adotaram uma estratégia de atraso e sabotagem da proposta da África do Sul e da Índia de suspender temporariamente as [regras de propriedade intelectual](#) para produtos médicos relacionados à COVID-19. Enquanto a União Europeia e os Estados Unidos implementaram medidas para remover as barreiras de propriedade intelectual e garantir o acesso desses produtos para seus próprios cidadãos, esses países têm bloqueado iniciativas semelhantes em países de baixa



renda, tanto no Conselho TRIPS da OMC quanto nas negociações do Acordo Pandêmico da OMS. A organização expressou preocupação de que esses países ricos possam empregar as mesmas táticas de atraso e sabotagem nas atuais negociações do Acordo Pandêmico da OMS, prejudicando propostas que buscam assegurar o acesso global a tecnologias médicas durante futuras crises de saúde.<sup>62</sup>

### **Doenças infecciosas: hepatite**

Em resposta a um [surto mortal de hepatite E no Sudão do Sul](#), Médicos Sem Fronteiras (MSF) iniciou uma campanha de vacinação em colaboração com o Ministério da Saúde do país para oferecer proteção a mulheres e meninas em idade reprodutiva, que correm o maior risco de morte pela doença. A taxa de mortalidade pode chegar a 40% entre mulheres grávidas, e a doença não tem cura, o que significa que muitas pessoas em estágios avançados de hepatite E não sobrevivem.<sup>63</sup>

O Global Health Council destacou a mensagem impactante do relatório da "[Estratégia para o Fim da Tuberculose](#)". Apesar de alcançar a metade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o progresso global no combate à tuberculose permanece fora da meta. São necessários compromissos e investimentos renovados e urgentes para lidar com o impacto da pandemia na busca por casos de tuberculose, acesso ao tratamento e esforços de prevenção. A declaração implora aos Estados Membros que aumentem substancialmente os investimentos em pesquisa sobre a tuberculose, enfatizando o momento crítico com várias vacinas em estágio avançado de desenvolvimento que exigem apoio oportuno. Uma nova vacina, observa a declaração, seria transformadora para o controle da epidemia e para combater as crescentes taxas de resistência antimicrobiana.<sup>64</sup>

### **Resistência Antimicrobiana**

Destacando a [Resistência Antimicrobiana](#) (RA) como uma ameaça crescente e negligenciada, o Global Health Council ressalta a necessidade de uma atenção política renovada à medida que o plano de ação global da OMS sobre a RA se aproxima de sua conclusão. A declaração insta todos os Estados Membros a aumentarem o investimento e a inovação em antimicrobianos de qualidade assegurada, diagnósticos, vacinas e tecnologias de saúde. Ela solicita o desenvolvimento da Iniciativa Diagnóstica para RA e o estabelecimento de uma Rede Global de Laboratórios para RA. A organização também defende um processo de consulta aberto liderado pela OMS e pelo Quadripartite (Found Agriculture Organization (FAO), United Nations Environment Programme (UNEP), World Health Organization (WHO) and World Organization for Animal Health (WOAH) antes da Reunião de Alto Nível da ONU sobre RA. Por fim, enfatiza a colaboração entre a OMS e os Estados Membros para aumentar a conscientização pública e garantir o acesso a medidas de prevenção e controle de infecções, incluindo serviços de água, saneamento e higiene resilientes ao clima.<sup>65</sup>

A *International Federation of Medical Students Associations* (IFMSA) abordou a questão da [resistência antimicrobiana](#), como uma pandemia silenciosa e contínua. A IFMSA enfatizou o papel crucial da juventude no envolvimento dos níveis de base e nacional para abordar de forma abrangente a RAM, aproveitando a dinâmica do próximo HLM da AGNU e do Grupo de Trabalho Quadripartite da Juventude.<sup>66</sup>

### **Vacinação**

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou o [Atlas de herpes zoster para vacinação de adultos](#) como parte das atividades da Semana de Conscientização sobre o herpes zoster, para ajudar a influenciar a política de vacinação contra herpes zoster.<sup>67</sup>

### **Equidade em Saúde**

O Global Health Council dirigiu-se à 154ª sessão do Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde, enfatizando a [saúde como um direito humano universal](#) e destacando o aumento da desigualdade para grupos vulneráveis. A declaração insta os governos a priorizarem o gasto em saúde, implementarem políticas equitativas de financiamento da saúde e alcançarem as comunidades vulneráveis. Enfatizou também a necessidade de análise de dados de saúde desagregados, priorização da atenção primária à saúde, garantia da igualdade de gênero na liderança e fortalecimento da força de trabalho em saúde com condições de trabalho dignas e salários justos. A declaração também apoia a resolução da Tailândia e da Eslovênia sobre participação social no desenho, implementação e monitoramento de programas de Cobertura Universal de Saúde que se concentrem em populações vulneráveis.<sup>68</sup>

O Global Health Council, juntamente com parceiros-chave, apresentou uma declaração em apoio ao [Plano Estratégico da OMS](#) para o período de 2019 a 2023 (GPW14) e aos esforços históricos para consultar a sociedade civil e os jovens durante o processo de elaboração. Enfatizando a importância de abordar as necessidades de saúde dos vulneráveis e deixados para trás, a declaração pede um engajamento com o Plano Estratégico da OMS contínuo e fortalecido com a sociedade civil, os jovens e outros atores-chave globalmente. Destaca o endosso da resolução de Participação Social da Eslovênia e da Tailândia, instando os Estados Membros a garantirem que o GPW14 esteja alinhado com as plataformas de participação social para uma implementação eficaz.<sup>69</sup>

O *Sustainable Health Equity Movement (SHEM)* realizou, em 15 de dezembro de 2024, o webinar de apresentação do [Atlas Global de Equidade em Saúde: Uma Ferramenta Baseada em Dados para Combater as Desigualdades](#), desenvolvido por Juan Garay, membro fundador do SHEM.<sup>70</sup>

### **Promoção da Saúde**

A ACT Promoção da Saúde em parceria com a Rede de Adolescentes e Jovens Promotores de Saúde (RAP da Saúde) e a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro organizou uma [mobilização para construir um futuro mais saudável](#), com atividades educacionais, interativas e distribuição de brindes. Os profissionais e ativistas da Saúde incentivaram a reflexão sobre alimentação saudável, além disso o público teve a oportunidade de assinar a petição Doce Veneno, em prol de um sistema tributário que promova a alimentação saudável.<sup>71</sup>

### **Saúde Mental**

A World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (WONCA) anunciou a realização do webinar [Saúde Mental para Todos](#), que explorará a necessidade crucial de integrar o treinamento em saúde mental na educação médica para melhorar os cuidados gerais de saúde mental.<sup>72</sup>

## HIV/AIDS

Uma coalizão composta pela Global Network of People Living with HIV (GNP+) e outras organizações anunciou a [Pré-Conferência 'Vivendo 2024' para pessoas vivendo com HIV](#), marcada para os dias 20 e 21 de julho de 2024, antes da conferência AIDS2024 em Munique. O evento tem como objetivo fortalecer a solidariedade global para a liderança comunitária na resposta à aids. Com o tema 'Comunidades liderando: avançando saúde, dignidade, equidade', o Vivendo 2024 busca refletir sobre os desafios enfrentados pelas pessoas vivendo com HIV e construir poder coletivo para enfrentar barreiras sócio-políticas e desigualdades. Ele proporciona uma oportunidade única para a comunidade global se reunir, refletir, imaginar e definir o futuro do movimento além de 2030. Os organizadores apelam para que países e tomadores de decisão priorizem a liderança comunitária e destacam que a AIDS não acabou, instando ao apoio de redes, comunidades, parceiros e potenciais financiadores para tornar este evento histórico e bem-sucedido.<sup>73</sup>

A Global Network of People Living with HIV (GNP+) divulgou relatório do programa CLAIM que apoia pessoas vivendo com HIV a reivindicarem plenamente seu espaço nos processos do Fundo Global e a afirmarem seu papel assegurando que os subsídios do Fundo Global sejam desenvolvidos, implementados e monitorados de maneiras eficazes e inclusivas. O relatório inclui uma coleção de estudos de caso destacando o impacto transformador de [iniciativas lideradas pela comunidade](#), através de exemplos diversos em Eswatini, Malawi, Moldávia, Nigéria, Indonésia e Paquistão, mostrando como eles influenciaram com sucesso os processos do Fundo Global e compartilhando as lições que aprenderam ao longo do caminho.<sup>74</sup>

A Global Network of People Living with HIV (GNP+) divulgou o [Índice de Estigma de Pessoas Vivendo com HIV \(PLHIV Stigma Index\)](#), um índice construído para recolher evidências sobre como o estigma e a discriminação afetam as vidas das pessoas que vivem com o HIV e centra-se no princípio GIPA, sigla para o Maior Envolvimento das Pessoas que Vivem com o HIV/AIDS. O Relatório Global baseia-se em dados de 25 países que realizaram o Índice de Estigma das PVVIH entre 2020 e 2023, e pode ser acessado [gratuitamente](#).<sup>75</sup>

A DNDi divulgou, no dia 03 de fevereiro de 2024, artigo publicado na New England Journal of Medicine, que mostra que a proporção de pessoas com [doença avançada por HIV](#) (definida por uma contagem de CD4 inferior a 200 células por milímetro cúbico) permanece elevada, atingindo 4 milhões de pessoas. Defende, em consequência, que o HIV/aids avançado deve ser visto como mais uma doença negligenciada.<sup>76</sup>

### Desigualdades sociais e sanitárias

A Oxfam destacou o [24º Fórum Econômico Mundial \(FEM\)](#), onde líderes financeiros e políticos discutiram desigualdade, injustiça, inflação global, sistemas econômicos e outros desafios globais.<sup>77</sup>

A Oxfam solidarizou-se com as manifestações ao redor do mundo durante o [24º FEM](#), que continuaram apesar do frio e da neve.<sup>78</sup>

A Oxfam elaborou um [relatório](#) sobre desigualdade, destacando que a riqueza dos 5 bilionários dobrou desde 2020, enquanto 5 bilhões de pessoas permanecem na pobreza.<sup>79</sup>

A International Federation of Medical Students Associations (IFMSA) fez várias declarações importantes, durante a 154ª reunião do Conselho Executivo da OMS, na semana de 23 a 27 de janeiro de 2024. Uma delas tratou da necessidade de uma ação sistemática para

salvaguardar a saúde e o bem-estar das pessoas contra os [determinantes sociais, econômicos, comerciais e ambientais da saúde](#). “Não devemos concentrar-nos apenas em estilos de vida saudáveis, mas na construção de sociedades saudáveis”, afirmou a representante da IFMSA.<sup>80</sup>

Outra declaração abordou a questão dos [interesses financeiros que prejudicam a saúde](#): “Muitas das ameaças atuais à saúde global não acontecem isoladamente, mas são sintomas de uma questão fundamental: a forma como a nossa sociedade e economia priorizam os interesses financeiros em detrimento da saúde pública”.<sup>81</sup>

Uma terceira declaração tratou da [crise climática](#), lembrando que os jovens são desproporcionalmente afetados pelos impactos na saúde e na saúde mental das mudanças climáticas, como também são especialistas e fortes defensores de políticas que enfrentam a crise.<sup>82</sup>

O Geneva Global Health Hub (G2H2), o Movimento pela Saúde os Povos e a Rede Internacional Medicus Mundi realizaram, entre 15 e 19 de janeiro de 2024<sup>83</sup>, uma série de webinários preparatórios para a [154ª reunião do Conselho Executivo da OMS](#). A convocação desses webinários, divulgada em 12 de dezembro de 2023, afirmava se tratar de um espaço para discutir e avançar [questões de justiça social, política, econômica, sanitária](#), ambiental e climática.<sup>84</sup>

## Eventos

A InterAcademy Partnership divulgou webinar: [Removendo Barreiras que Impedem a Troca Científica Global e a Colaboração](#) que tem como objetivo fornecer uma plataforma para identificar barreiras regulatórias, financeiras, culturais e de infraestrutura que dificultam significativamente a colaboração científica global, compartilhar experiências e explorar soluções viáveis para aprimorar a troca científica global e o networking. O webinar reunirá um grupo diversificado de partes interessadas, incluindo representantes de academias nacionais de ciências, medicina e engenharia ao redor do mundo. O evento está planejado para o dia 19 de março de 2024.<sup>85</sup>

A European Public Health Association (EPHA) divulgou webinar “[Direito à saúde, saúde pública e mudanças climáticas](#)”, que ocorrerá no dia 20/02/2024, resultado da parceria entre a EPHA e a Faculdade de Saúde Pública do Reino Unido, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), a Rede Global para a Saúde Pública Acadêmica (GNAPH), entre outras entidades. O [evento](#) tem como objetivo discutir as alterações climáticas e as repercussões para a saúde pública, considerada a maior ameaça à saúde, paz e segurança globais e contará com a participação de pesquisadores ilustres que defendem a universidade, a governança climática e os direitos humanos.<sup>86</sup>

A Consortium of Universities for Global Health anunciou a [Cúpula de Saúde planetária de 2024 e 6ª reunião anual](#) do Centro de Saúde Planetária Sunway, a ser realizada nos dias 16 e 19 de abril, na cidade de Kuala Lumpur, Malásia. O evento, que almeja reunir cientistas, decisores políticos, educadores, jovens líderes, o setor privado e cidadãos engajados nas causas ligadas à saúde planetária, justifica a escolha da cidade malaia pelo papel fundamental que a Ásia desempenha nos desafios e soluções da Saúde Planetária. Para mais informações relativas ao evento, o [site oficial](#) já está disponível.<sup>87</sup>

A Federação Internacional de Hospitais anunciou o seu 47º Congresso Mundial, a ser realizado no Rio de Janeiro, entre 10 e 12 de setembro de 2024. Resumos podem ser submetidos pelo site <https://www.worldhospitalcongress.org/> até o dia 9 de fevereiro.<sup>88</sup>

## ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

### Pesquisa e Desenvolvimento

O projeto EPIC, financiado pela Wellcome Trust, investiga a [injustiça epistêmica na área da saúde](#), onde pacientes são desacreditados quando relatam seus sintomas, prejudicando a qualidade do atendimento clínico. O projeto visará entender e mitigar essas injustiças, desenvolvendo materiais educativos para pacientes e profissionais de saúde e colaborando com órgãos reguladores. Por meio de seis estudos de caso, o EPIC busca testar a validade do conceito de injustiça epistêmica em diferentes contextos e ao longo da vida.<sup>89</sup>

O projeto Galenos, financiado pela Wellcome, tem como objetivo criar [revisões sistemáticas continuamente atualizadas sobre ansiedade, depressão e psicose](#). O Galenos oferecerá uma plataforma gratuita que centralizará os resultados de pesquisas produzidas no campo da saúde mental globalmente, com foco especial na depressão, ansiedade e psicoses. Ao utilizar a metodologia da triangulação, que compara estudos humanos e não humanos, o projeto irá organizar e permitir que pesquisadores comparem e analisem a validade das pesquisas e dos instrumentos desenvolvidos em saúde mental.<sup>90</sup>

O projeto [Indo além da solidariedade na retórica da saúde global: Pluriversalidade e ferramentas acionáveis](#), financiado pela Wellcome Trust, buscará entender e medir a solidariedade nos próximos 2 anos, especialmente em contextos globais de saúde. Serão examinados como diferentes comunidades, especialmente do Sul Global, vivenciam e conceituam a solidariedade. Por meio de workshops e diálogos interculturais, o projeto procura desenvolver uma compreensão pluriversal e inclusiva da solidariedade. O objetivo final é criar ferramentas acionáveis para avaliar e promover a prática da solidariedade em questões globais de saúde, reconhecendo a importância das humanidades e das ciências sociais nesse processo.<sup>91</sup>

Uma pesquisa financiada pela Wellcome Trust irá explorar como o [relógio biológico pode influenciar as células de gordura e as doenças relacionadas à obesidade](#). Serão utilizados voluntários humanos e amostras de tecido humano para compreender os processos clínicos fundamentais que subjazem à saúde e à doença, visando futuras intervenções personalizadas.<sup>92</sup>

A Wellcome Trust está lançando um financiamento direcionado de £20 milhões para [apoiar pesquisadores de origens negras, bengalis e paquistanesas no Reino Unido](#) a permanecer na pesquisa e avançar em suas carreiras. Esta iniciativa visa abordar as disparidades existentes na representação desses grupos na pesquisa acadêmica do Reino Unido. O financiamento será disponibilizado em uma rodada anual ao longo de quatro anos, com cada pesquisador podendo receber até £200.000 por até dois anos. Os projetos podem abranger qualquer disciplina, mas a área de investigação deve se apresentar como “investigação de descoberta” – abrangendo pesquisas sobre a vida, saúde e bem-estar – ou aderir aos programas de investigação sobre Clima e Saúde, Saúde Mental ou Doenças Infecciosas da própria Wellcome.<sup>93</sup>

A FIND elaborou um [relatório](#) denominado "100 Days Mission", revelando progressos na pesquisa e desenvolvimento de vacinas, discutindo os desafios de avançar na terapêutica e diagnóstico de germes associados a possíveis pandemias futuras.<sup>94</sup>

## Testes diagnósticos

A FIND nomeou janeiro como o mês de conscientização sobre o [câncer de colo uterino](#), destacando seu programa de saúde da mulher que oferece rastreamento para todas as mulheres.<sup>95</sup>

A FIND destacou que sua própria [plataforma de diagnóstico](#) está atualizada, oferecendo um diretório dinâmico de testes diagnósticos para diferentes patógenos que possam causar surtos.<sup>96</sup>

A FIND realizou um encontro de alto nível na [Índia](#) para fortalecer o sistema de laboratórios, com foco em serviços diagnósticos e vigilância ativa para otimizar o diagnóstico de tuberculose.<sup>97</sup>

A FIND lançou o programa [DriveDx4TB](#) na Indonésia, apoiado pela UNITAID, trazendo avanços no diagnóstico da tuberculose.<sup>98</sup>

A FIND comentou sobre o desenvolvimento de [Perfis Objetivo para Produtos de Testagem](#) em cólera, caxumba e rubéola, solicitando feedback do público e de instituições para garantir que atendam às necessidades de usuários e programas de saúde pública.<sup>99</sup>

## Investimentos, Financiamentos e Parcerias

O Global Fund ressaltou a manifestação de líderes mundiais sobre o trabalho da Gavi The Vaccine Alliance, GFF (The Global Financing Facility for Women, Children and Adolescents), e do próprio Global Fund, representando [grandes investimentos](#) em saúde que podem ser fortalecidos para alinhar-se com os interesses dos países e abordar necessidades atuais e futuras.<sup>100</sup>

O Global Fund anunciou um [investimento](#) de mais de 600 milhões de dólares na Tanzânia para fornecer tratamento a milhões de pessoas com HIV, tuberculose e malária, além de fortalecer o sistema de saúde.<sup>101</sup>

A FIND lançou uma chamada para [financiamento](#) de projetos de diagnóstico de tuberculose em estágios iniciais, também financiada pelo National Institute of Health.<sup>102</sup>

A FIND destacou a importância de aprimorar [parcerias](#) em saúde global para garantir que ninguém seja deixado para trás.<sup>103</sup>

## Empréstimos e doações

A Gates Foundation destacou o informe das Nações Unidas de que quase metade da população mundial vive num país que gasta mais no pagamento da dívida externa do que em cuidados de saúde. A Fundação propõe um alargamento da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) do Banco Mundial, instituição que fornece [empréstimos e doações de baixo custo para uma cota de países mais pobres](#). Dessa maneira, os países conseguiriam se desenvolver e superar problemas que se somam cada vez mais, como as consequências das mudanças climáticas e outras crises.<sup>104</sup>

## Mulheres e Empoderamento Econômico

A Gates Foundation relatou seu impacto no Quênia por meio do grupo de mulheres Moheto Muungano. A introdução do cultivo de batata-doce de polpa alaranjada, uma inovação



da fundação, não apenas possibilitou o consumo, mas também a venda de mudas e das batatas, gerando renda e oportunidades educacionais para as famílias dessas mulheres. A expectativa é expandir o grupo e [promover o cultivo em larga escala](#) dessa variedade em mais regiões do Quênia.<sup>105</sup>

Já a Rockefeller Foundation noticiou que o seu projeto Women's Livelihood Bond™ 2 (WLB2) completou com sucesso a emissão de US\$ 12 milhões, beneficiando mais de 250.000 mulheres e meninas em países do Sudeste Asiático. Segundo a fundação, o WLB2 se destaca por sua natureza transparente, promovendo o [empoderamento econômico sustentável através de investimento de impacto com foco no gênero](#).<sup>106</sup>

### **Doenças Tropicais Negligenciadas**

A Gates Foundation, em colaboração com a Reaching the Last Mile e outros parceiros globais, está trabalhando para [eliminar a cegueira dos rios e a filariose linfática](#) em 39 países africanos e no Iêmen. Doença parasitária crônica também chamada de "cegueira dos rios" ou "mal do garimpeiro", decorrente da infecção produzida pelo nematódeo *Onchocerca volvulus*, que se instala no tecido subcutâneo das pessoas atingidas. Esses esforços visam reduzir em 350 milhões o número de pessoas necessitadas de tratamento. O Níger se tornou o primeiro país africano a eliminar a transmissão da cegueira dos rios; Senegal está próximo de alcançar o mesmo feito.<sup>107</sup>

A Gates Foundation destacou os avanços da Índia na [eliminação da leishmaniose visceral](#), reduzindo os casos de mais de 9.200 em 2014 para menos de 500 em 2023. A abordagem indiana envolve detecção ativa de casos, pulverização interna de inseticidas, sistemas de dados em tempo real e pesquisa para melhores tratamentos. Desafios remanescentes incluem a vigilância contínua e a colaboração transfronteiriça para evitar ressurgimentos e lidar com a persistência do parasita no corpo das pessoas infectadas mesmo após curadas. A fundação pondera que a eliminação da leishmaniose visceral é crucial devido aos seus efeitos debilitantes e à ameaça de disseminação para regiões não tropicais.<sup>108</sup>

### **Doenças Infecciosas**

A Gates Foundation e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) anunciaram uma parceria para apoiar a [erradicação da poliomielite](#) e fortalecer os sistemas de saúde no Paquistão, especialmente após o país registrar 5 casos de pólio em 2023 e ter sofrido de inundações em 2022. O compromisso inclui um empréstimo de até 55 milhões de euros, destinado a ajudar as instituições de saúde nacionais do Paquistão e a Iniciativa de Erradicação da Poliomielite. Essa parceria reflete o compromisso da Fundação Gates com a erradicação global da poliomielite até 2026.<sup>109</sup>

O Global Fund ressaltou que, por meio de parcerias que visam melhorar o acesso ao [oxigênio medicinal](#), foi possível reduzir as mortes por COVID e outras doenças. No entanto, destacou que o acesso ainda é insuficiente.<sup>110</sup>

O Global Fund enfatizou que [Cabo Verde](#) permanece livre de casos de malária desde 2018, obtendo o certificado da OMS.<sup>111</sup>

O Global Fund destacou ainda que a [resistência antimicrobiana](#) pode minar anos de progresso contra pandemias, exigindo maior investimento para preparação para próximas emergências.<sup>112</sup>

O Global Fund destacou a parceria com a organização [RED](#) para apoiar programas que fortalecem a saúde dos trabalhadores e oferecem testagem, tratamento e cuidado onde a injustiça permitiu o desenvolvimento de pandemias.<sup>113</sup>

O Global Fund destacou a manifestação do executivo da organização sobre a necessidade de colaboração global para combater a [resistência antimicrobiana](#), ameaça que pode causar próximas pandemias.<sup>114</sup>

### **Vacinação**

O CORE Group Partners Project (CGPP) compartilhou a publicação de um artigo no Journal Global Health: Science and Practice, concentrando-se em aproveitar sua infraestrutura de poliomielite no Sudão do Sul para integrar a vacinação contra a COVID-19 e a imunização de rotina. O artigo destaca duas recomendações-chave: em primeiro lugar, a entrega integrada de serviços no nível comunitário deve ser informada por uma compreensão minuciosa das necessidades da comunidade, desafios de acesso, lacunas nos serviços e obstáculos. Em segundo lugar, a programação integrada de imunização e saúde deve ser co-projetada com as comunidades, incorporando seus comentários para melhoria contínua.<sup>115</sup>

### **Segurança Alimentar**

As fundações Rockefeller e Kofi Annan lançaram a Comissão Kofi Annan sobre Segurança Alimentar para lidar com a crise alimentar global. A comissão visa revisar e [propor novos modelos para a governança global da segurança alimentar](#), dadas os crescentes desafios da mudança climática e outras crises. Com 2,4 bilhões de pessoas enfrentando insegurança alimentar em 2022, a comissão se concentrará em mecanismos multilaterais e irá propor melhorias e redesenhos das estruturas existentes. A comissão planeja divulgar suas recomendações até o final de 2024.<sup>116</sup>

### **Mudanças Climáticas**

O presidente da Fundação Rockefeller, Rajiv Shah, destacou que [países menos desenvolvidos serão em breve os que mais poluem o planeta](#), e, conseqüentemente, aprofundam a crise climática. Ele salienta que o futuro do planeta necessita que esses países adotem tecnologias de energia renovável ao impulsionar suas políticas de crescimento doméstico. Shah enfatiza que, embora as energias renováveis sejam cada vez mais acessíveis nos países desenvolvidos, as nações em desenvolvimento enfrentam barreiras de custo e regulamentação para sua adoção. Ele ressalta a necessidade de investimentos significativos e avanços tecnológicos para possibilitar a transição para energias limpas e reduzir as emissões globais de carbono nos países em desenvolvimento.<sup>117</sup>

A Fundação Rockefeller anunciou uma doação ao Instituto Indiano de Tecnologia, Delhi (IIT-D) para estabelecer a [Cátedra de Ciências e Tecnologia Climáticas](#). A parceria visa apoiar o crescente interesse em intervenções de tecnologia climática, fornecendo recursos a especialistas, pesquisadores e estudantes para moldar futuras ações políticas sobre o clima. Durante os cinco anos da doação, o IIT-D elegerá um(a) acadêmico(a) com contribuições notáveis na área de ciências e tecnologia climáticas para expandir o atual *pool* de talentos neste campo do Sul Global. Além da Cátedra, o IIT-D, ao longo dos cinco anos, realizará duas reuniões centradas no clima, reunindo especialistas do Sul Global para discutir os últimos avanços no combate às mudanças climáticas.<sup>118</sup>



O Global Fund alertou para a constante ameaça da [mudança climática](#) na luta contra o HIV, a tuberculose e a malária, enfatizando a necessidade de sistemas de saúde mais resilientes.<sup>119</sup>

O Global Fund enfatizou seu apoio a países em situações de emergência e afetados por [desastres climáticos](#), contribuindo para a construção de sistemas de saúde mais resilientes.<sup>120</sup>

## **24º Fórum Econômico Mundial**

No [24º Fórum Econômico Mundial \(FEM\)](#), o Global Fund sublinhou a oportunidade para líderes mundiais, executivos e filantropos construírem um mundo mais seguro, saudável e equitativo para todos.<sup>121</sup>

No contexto do [24º FEM](#), o Global Fund sublinhou a importância da equidade na luta contra a malária, enfatizando o investimento em inovação, fortalecimento de sistemas digitais e oferta de serviços para acabar com pandemias.<sup>122</sup>

O Global Fund destacou que durante o [24º FEM](#), especialistas compartilharam reflexões sobre como parcerias com o setor privado possibilitam a incorporação de novas ferramentas de cuidados de saúde, impulsionando inovações e produção sustentável nas cadeias de suprimentos.<sup>123</sup>

O Global Fund destacou a importância da colaboração entre sociedade civil, filantropos e empresários durante o [24º FEM](#), incentivando investimentos conforme orientações do primeiro Guia para Financiamento e Soluções em Saúde, lançado na COP 28.<sup>124</sup>

A FIND participou do [24º Fórum Econômico Mundial \(FEM\)](#), abordando a importância do financiamento para a saúde global, a crise de resistência antimicrobiana e o acesso equitativo a testes salvadores de vidas, tratamentos e vacinas.<sup>125</sup>

## **Sistemas de Saúde**

Com um investimento de mais de 150 milhões de dólares por ano, o Global Fund está fortalecendo os [sistemas de saúde](#) e de informação para melhorar a disponibilidade e qualidade dos dados, especialmente em localidades remotas.<sup>126</sup>

O Global Fund anunciou um investimento de mais de 700 milhões de dólares em [sistemas de administração de saúde](#) e de informações em mais de 90 países, visando a digitalização e integração de dados em saúde para detectar e responder a surtos mais rapidamente.<sup>127</sup>

## **Saúde Digital**

O Global Fund salientou que o investimento em soluções de [saúde digital](#) está contribuindo para a luta contra a tuberculose e outras doenças.<sup>128</sup>

O Global Fund destacou como as ferramentas de saúde digital em [Moçambique](#), voltadas para trabalhadores comunitários, estão permitindo o monitoramento de sintomas de doenças infecciosas em suas comunidades.<sup>129</sup>

## **Trabalhadores comunitários de Saúde**

O Global Fund enfatizou que os [trabalhadores comunitários de saúde](#) são essenciais para atingir a cobertura universal de saúde, destacando a necessidade de tratá-los devidamente como profissionais remunerados.<sup>130</sup>

## Eventos

A World Public Health Nutrition Association convida para o Congresso 2024 que terá como tema "Questioning the Solutions: Has the Decade of Nutrition delivered?", que será realizado na University of Westminster, London, England, de 10 - 13 de junho.<sup>131</sup>

## Considerações finais

O ano de 2022 se iniciou sem mudanças importantes no cenário global da saúde. As organizações da sociedade civil (OSC) continuaram se manifestando sobre os mesmos temas que ensejaram manifestações ao longo de 2023 e de anos anteriores. Os conflitos armados, as crises humanitárias que causam e seu impacto na saúde foram o tema principal das manifestações. A crise climática, aliada às questões das migrações e da insegurança alimentar continuaram presentes com destaque nas atividades das OSC entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024. A realização da 154ª reunião do Conselho Executivo da OMS foi uma oportunidade amplamente aproveitada pelas OSC para fazerem declarações sobre esses temas e outros, como o tratado pandêmico e a própria governança da OMS. Do ponto de vista das OSC de interesse público, o silêncio sobre os conflitos armados continuou neste último período. Considerando-se as manifestações recentes das OSC, 2024 se inicia como a continuidade de 2023: mesmos problemas sem soluções efetivas à vista.

## Referências

<sup>1</sup> Oxfam. Twitter [Internet]. A few weeks back, we shared how practicing nurse Hind braved shortages and danger in a #Gaza hospital. Today, the [Tweet]; 3 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1742486082434798042?s=20>.

<sup>2</sup> Oxfam. Twitter [Internet]. @oxfam and 15 other lead humanitarian and human rights organizations urge all states to halt the transfer of arms that [Tweet]; 25 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1750484408358883791?s=20>.

<sup>3</sup> Women in Global Health (WGH) [Internet]. HEALTHCARE workers under fire: the view from Palestine; 29 jan 2024 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://womeningh.org/healthcare-workers-under-fire-the-view-from-palestine>.

<sup>4</sup> International Federation of Social Workers (IFSW) [Internet]. IFSW CALLS For The Immediate Release Of Our Colleague Munther Amira; 21 dez 2023 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://www.ifsw.org/ifsw-calls-for-immediate-release-munther-amira/>.

<sup>5</sup> MSF Brasil [Internet]. Suspensão de financiamento de países para a UNRWA pode agravar crise humanitária em Gaza; 30 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/suspensao-de-financiamento-de-paises-para-a-unrwa-pode-agravar-crise-humanitaria-em-gaza/>

<sup>6</sup> Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. Greenpeace response to the World Court Gaza ruling - Greenpeace International; 26 fev 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/65026/greenpeace-response-to-the-world-court-gaza-ruling/>

<sup>7</sup> WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Urgent Humanitarian Appeal: Health Crisis for Hostages in Gaza | WFPHA. 15 jan. 2024. Disponível em: <https://www.wfpha.org/urgent-humanitarian-appeal-health-crisis-for-hostages-in-gaza/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

- <sup>8</sup> WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Wars are never necessary: Gaza is the best example | WFPHA. 17 jan. 2024. Disponível em: <https://www.wfpha.org/wars-are-never-necessary-gaza-is-the-best-example/>. Acesso em: 2 fev. 2024.
- <sup>9</sup> Oxfam. Twitter [Internet]. Breaking Oxfam strongly condemns any attacks on humanitarian infrastructure that prevent aid reaching communities in #Ukraine [Tweet]; 8 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1744365404963684827?s=20>
- <sup>10</sup> Women in Global Health (WGH) [Internet]. 75 years of the Universal Declaration of Human Rights: it's time for gender equity in health; 10 dez 2023 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://womeningh.org/75-years-of-udhr/>.
- <sup>11</sup> World Medical Association [Internet]. Medical ethics under threat: physician leaders urge international response for Dr. Djalali's release; 3 Jan 2024 [citado em 1 Feb 2024]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/21634>
- <sup>12</sup> WFPHA | World Federation of Public Health Associations. WFPHA AT the 154th Session of the WHO Executive Board | WFPHA. 29 jan. 2024. Disponível em: <https://www.wfpha.org/wfpha-at-the-154th-session-of-the-who-executive-board/>. Acesso em: 2 fev. 2024.
- <sup>13</sup> IFMSA - International Federation of Medical Students Associations. Twitter [Internet]. Without peace, there can be no health. 25 jan. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1750596137793524184>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- <sup>14</sup> NCD Alliance [Internet]. BRIEFING paper recommends response to humanitarian emergencies, showcases 3 countries' action; 23 jan 2024 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/briefing-paper-recommends-response-to-humanitarian-emergencies-showcases-3-countries'-action>.
- <sup>15</sup> IFMSA - International Federation of Medical Students Associations. Twitter [Internet]. These past two days at #GFMD14 have featured impactful strides towards protecting the rights of migrants globally. 25 jan. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1750604488816087546>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- <sup>16</sup> World Heart Federation (WHF) [Internet]. WHF Welcomes COP28 Agreements; 15 dez 2023 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/whf-welcomes-cop28-agreements/>.
- <sup>17</sup> Progressive International [Internet]. PI Briefing | No. 50 | COP out; 15 Dic 2023 [citado 1 Nov 2023]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2023-12-15-pi-briefing-no-50-cop-out/pt-br>.
- <sup>18</sup> Rotary International. [Internet]. Parceria Rotary-Pnuma; jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://www.rotary.org/pt/rotary-unep-partnership>
- <sup>19</sup> Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. Environmental and youth groups win climate court case against the Norwegian State; 18 fev 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/64831/environmental-youth-groups-win-climate-court-case-against-norwegian-state/>
- <sup>20</sup> WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. A Pioneering Step Towards Planetary Health: WFPHA Signs the Manifesto | WFPHA. 19 dez. 2023. Disponível em: <https://www.wfpha.org/a-pioneering-step-towards-planetary-health-wfpha-signs-the-manifesto/>. Acesso em: 2 fev. 2024.
- <sup>21</sup> Planetary Health Alliance [Internet]; It's World Wetlands Day! Disponível em: [https://twitter.com/ph\\_alliance/status/1753479071504228599](https://twitter.com/ph_alliance/status/1753479071504228599). Acesso em 03 fev. 2024.
- <sup>22</sup> Interacademy Partnership [Internet]. The role of academies in climate policy advice: enthusiastic participation at COP28; 11 Dec 2023 [citado 1 Feb 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/role-academies-climate-policy-advice-enthusiastic-participation-cop28>.

- <sup>23</sup> Global Health Council (GCH) [Internet]. 154th WHO Executive Board Constituency Statement For Agenda Item 22: WHO's work in health emergencies. 24 jan 2024 [citado 24 jan 2024]. Disponível em: <https://globalhealth.org/154th-who-executive-board-agenda-item-22-climate-change/>.
- <sup>24</sup> Oxfam. Twitter [Internet]. 2023 was confirmed as the world's hottest year, smashing the previous records. Climate change is here & pushing millions into poverty [Tweet]; 10 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1744976998210912259?s=20>
- <sup>25</sup> Greenpeace. Twitter [Internet]. Microplastics have not only been found on the highest mountains and in the deepest seas, but in human blood, breast [Tweet]; 1 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1742123583143547262?s=20>.
- <sup>26</sup> Greenpeace. Twitter [Internet]. We need REAL FORESTS, not tree plantations, to avoid climate catastrophe, and tree planting is NOT a free pass for [Tweet]; 2 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1742153848146526610?s=20>.
- <sup>27</sup> Greenpeace. Twitter [Internet]. Thousands of people and communities impacted as Southern Thailand was hit by its worst flooding in 50 years. The science [Tweet]; 8 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1744554609002385719?s=20>.
- <sup>28</sup> Greenpeace. Twitter [Internet]. The climate crisis is impacting our planet's delicate balance. Here's how these changes affect the world's biodiversity and our health [Tweet]; 12 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1745928689832038646?s=20>.
- <sup>29</sup> Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. Celebrity comedians call for TotalEnergies to be kicked out of AFCON - Greenpeace International; 12 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/64745/celebrity-comedians-call-for-totalenergies-to-be-kicked-out-of-afcon> .
- <sup>30</sup> Oxfam. Twitter [Internet]. During September 2023, we stressed the need for climate-resilient agriculture in Africa. It's time for leaders to uphold the Maputo [Tweet]; 5 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1743180559755428267?s=20>,
- <sup>31</sup> Oxfam. Twitter [Internet]. October 2023 saw us address the climate crisis' inequity, where the rich polluters flourish as others suffers. Our call: tax [Tweet]; 6 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1743543361376534841?s=20>
- <sup>32</sup> Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. Chile becomes first nation to approve ratification of historic UN Ocean Treaty - Greenpeace International; 17 fev 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/64768/chile-first-nation-ratify-un-ocean-treaty>
- <sup>33</sup> Greenpeace. Twitter [Internet]. How fast fashion fuels climate change, plastic pollution, and violence [Tweet]; 5 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1743342711363813487?s=20>
- <sup>34</sup> Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. Greenpeace reaction to Biden decision to halt approvals of Liquefied Natural Gas Exports - Greenpeace International; 26 fev 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/65023/greenpeace-reaction-to-biden-decision-to-halt-approvals-on-all-new-lng-export-decisions-including-cp2>
- <sup>35</sup> Greenpeace. Twitter [Internet]. BREAKING: Shell has just announced annual profits of more than £22 BILLION. They are BURNING OUR PLANET and laughing all [Tweet]; 1 fev 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GreenpeaceUK/status/1752963718822961458?s=20>
- <sup>36</sup> International Federation of Social Workers (IFSW) [Internet] IFSW STATEMENT on the Earthquake in Japan: "As social workers, our role in supporting the recovery and rebuilding efforts is crucial"; 3 jan 2024 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://www.ifsw.org/ifsw-statement-on-the-earthquake-in-japan/>.
- <sup>37</sup> Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi) [Internet]. Innovating together to eliminate NTDs. World NTD Day 2024. DNDi; 30 jan. 2024. Disponível em: <https://dndi.org/news/2024/innovating-together-world-ntd-day-2024/>. Acesso em 03 fev. 2024.

- <sup>38</sup> NCD Alliance [Internet]. NEW STRATEGIES, same threat: emerging tobacco marketing in the age of virtual reality; 14 dez 2023 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/new-strategies-same-threat-emerging-tobacco-marketing-in-the-age-of-virtual-reality>.
- <sup>39</sup> NCD Alliance [Internet]. 5 countries recognised for their efforts to be Trans Fat Free in new WHO validation programme; 11 jan 2024 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/5-countries-recognised-for-their-efforts-to-be-trans-fat-free-in-new-who-validation-programme>.
- <sup>40</sup> NCD Alliance [Internet]. WORLD CANCER Day 2024: a global call to Close the Care Gap; 30 jan 2024 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/world-cancer-day-2024-a-global-call-to-close-the-care-gap>.
- <sup>41</sup> Rotary International. Twitter [Internet]. Rotary is taking action to end cervical cancer... [Tweet]; 23 jan 2023. [citado 01 fev 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/Rotary/status/1749835386120020378>.
- <sup>42</sup> World Heart Federation (WHF) [Internet]. CARDIOVASCULAR health and Universal Health Coverage; 12 dez 2023 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/cardiovascular-health-and-universal-health-coverage/>.
- <sup>43</sup> World Heart Federation (WHF) [Internet]. NEW WHF Strategy 2024-2026; 18 jan 2024 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/new-whf-strategy-2024-2026/>.
- <sup>44</sup> World Medical Association [Internet]. E-cigarettes are harmful and not safe, warn physician leaders; 15 Dez 2023 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/e-cigarettes-are-harmful-and-not-safe-warn-physician-leaders/>
- <sup>45</sup> ACT Promoção da Saúde [Internet]. ACT Promoção da Saúde abre inscrições para financiar projetos de controle do tabaco; 16 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/act-promocao-da-saude-abre-inscricoes-para-financiar-projetos-de-controle-do-tabaco/19680>
- <sup>46</sup> WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Unmasking Big Tobacco: Seven Deceptive Tactics Revealed | WFPHA. 21 dez. 2023. Disponível em: <https://www.wfpha.org/unmasking-big-tobacco-seven-deceptive-tactics-revealed/>. Acesso em: 2 fev. 2024.
- <sup>47</sup> International Federation of Social Workers (IFSW) [Internet]. NAIROBI, Kenya to Host 2026 World Conference on Social Work and Social Development. 25 jan 2024 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://www.ifsw.org/nairobi-kenya-to-host-2026-world-conference-on-social-work-and-social-development/>.
- <sup>48</sup> International Federation of Social Workers (IFSW) [Internet]. painel paralelo para a próxima 62ª sessão da Comissão para o Desenvolvimento Social. Disponível em: <https://www.ifsw.org/ifsw-to-host-panel-on-eco-social-justice-at-62nd-social-development-session/> Acesso em 04 fev, 2024.
- <sup>49</sup> World Heart Federation (WHF) [Internet]. DISCUSSING WHO's 14th General Programme of Work at EB154; 21 jan 2024 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/discussing-whos-14th-general-programme-of-work-at-eb154/>.
- <sup>50</sup> WFPHA | World Federation of Public Health Associations. Youth in Public Health: Navigating Challenges, Embracing Opportunities | WFPHA. 31 jan. 2024. Disponível em: <https://www.wfpha.org/youth-in-public-health-navigating-challenges-embracing-opportunities/>. Acesso em: 2 fev. 2024.
- <sup>51</sup> WFPHA | World Federation of Public Health Associations. Tackling Inequities: WFPHA addresses Women's Health in Aging | WFPHA. 1 fev. 2024. Disponível em: <https://www.wfpha.org/tackling-inequities-wfpha-addresses-womens-health-in-aging/>. Acesso em: 2 fev. 2024.
- <sup>52</sup> International Federation of Social Workers (IFSW) [Internet]. IFSW CALLS For The Immediate Release Of Our Colleague Munther Amira; 21 dez 2023 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://www.ifsw.org/ifsw-calls-for-immediate-release-munther-amira/>.
- <sup>53</sup> International Alliance of Patients' Organizations (IAPO). JOINT statement calling for governments to strengthen home support for patients with advanced diseases;. 05 jan 2024 [citado 31 jan 2021]. Disponível em: <https://www.iapo.org.uk/node/15656>.

- <sup>54</sup> Global Health Council (GHC) [Internet]. “154th WHO Executive Board Constituency Statement For Agenda Item 14: WHO’s work in health emergencies”; 24 jan 2024 [Citado 24 jan 2024]. Disponível em: <https://globalhealth.org/154th-who-executive-board-constituency-statement-for-agenda-item-14-who-health-emergency/>.
- <sup>55</sup> STOPAIDS [Internet]. STOPAIDS statement on the 2023 White Paper on International Development; 5 Jan 2024 [citado em 1 Feb 2024]. Disponível em: <https://stopaids.org.uk/2024/01/05/stopaids-analysis-of-the-international-development-white-paper>
- <sup>56</sup> SHEM – Sustainable Health Equity Movement. SHEM Highlights. A new South-South health cooperation initiative launched linking Africa and the Caribbean, 15 jan. 2024, Disponível em: <https://www.sustainablehealthequity.org/highlights>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- <sup>57</sup> European Public Health Association. Twitter [Internet]. These principles of engagement should be implemented in the Better Regulation agenda. [Tweet]. 31 jan 2024. [citado 01 fev 2024]. Disponível em: [https://twitter.com/EPHA\\_EU/status/1752683310189306154](https://twitter.com/EPHA_EU/status/1752683310189306154).
- <sup>58</sup> European Public Health Association. Twitter [Internet]. The #EU4Health programme faces a €1 billion cut in #MFF review!. [Tweet]; 29 jan 2024. [citado 01 fev 2024]. Disponível em: [https://twitter.com/EPHA\\_EU/status/1751923749216030776](https://twitter.com/EPHA_EU/status/1751923749216030776).
- <sup>59</sup> Oxfam. Twitter [Internet]. July 2023 revealed a stark truth: European investments in private healthcare favor corporations over patients, with marginalized people often left [Tweet]; 3 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1742455795017490512?s=20>.
- <sup>60</sup> G2H2 - Geneva Global Health Hub. Why the right to health is essential for an effective pandemic treaty. INB related dialogue meeting with Geneva Permanent Missions, 12 February 2023. 24 jan. 2024. Disponível em: <https://g2h2.org/posts/righttohealth2024/>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- <sup>61</sup> Global Health Council (GHC) [Internet]. “154th WHO Executive Board Constituency Statement For Agenda Item 11: WHO’s work in health emergencies”; 12 jan 2024 [citado 24 jan 2024]. Disponível em: <https://globalhealth.org/154th-who-executive-board-agenda-item-11-road-map-ntds>.
- <sup>62</sup> Rotary International. Twitter [Internet]. 2024 has started off with some great news; [Tweet]; jan 2024. [citado 01 fev 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/Rotary/status/1745540606888120497>
- <sup>63</sup> People’s Vaccine Alliance [Internet]. Astounding hypocrisy for rich countries to block COVID-19 IP decision-making process; 31 Jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://peoplesvaccine.org/resources/media-releases/reaction-to-wto-astounding-hypocrisy-for-rich-countries-to-block-covid-19-ip-decision-making-process-campaigners-say>
- <sup>64</sup> MSF Brasil [Internet]. Sudão do Sul: em meio a um surto de hepatite E, MSF realiza campanha de vacinação em comunidades remotas; 31 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/sudao-do-sul-em-meio-a-um-surto-de-hepatite-e-msf-realiza-campanha-de-vacinacao-em-comunidades-remotas>.
- <sup>65</sup> Global Health Council (GHC) [Internet]. “154th WHO Executive Board Constituency Statement For Agenda Item 10: WHO’s work in health emergencies”; 24 jan 2024 [citado 24 jan 2024]. Disponível em: <https://globalhealth.org/154th-who-executive-board-agenda-item-10-end-tb-strategy>.
- <sup>66</sup> Global Health Council (GHC) [Internet]. “154th WHO Executive Board Constituency Statement For Agenda Item 13: WHO’s work in health emergencies”; 24 jan 2024 [citado 24 jan 2024]. Disponível em: <https://globalhealth.org/154th-who-executive-board-agenda-item-13-amr-response>.
- <sup>67</sup> IFMSA - International Federation of Medical Students Associations. Twitter [Internet]. Antimicrobial Resistance is an ongoing silent pandemic. 26 jan. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1750989537210421466>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- <sup>68</sup> IFA - International Federation of Ageing. Twitter [Internet]. As #shinglesawarenessweek approaches, stay tuned to learn more about the Shingles Atlas for Adult Vaccination. 31 jan. 2024. @The IFA - International Federation of Ageing. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1752693339424530540>. Acesso em: 3 fev. 2024.



- <sup>69</sup> Global Health Council (GHC) [Internet]. "154th WHO Executive Board Constituency Statement For Agenda Item 6: WHO's work in health emergencies"; 24 jan 2024 [citado 24 jan 2024], Disponível em: <https://globalhealth.org/154th-who-executive-board-agenda-item-6-uhc/>.
- <sup>70</sup> Global Health Council (GHC) [Internet]. "154th WHO Executive Board Constituency Statement For Agenda Item 24: WHO's work in health emergencies"; 24 jan 2024 [citado 24 jan 2024], Disponível em: <https://globalhealth.org/154th-who-eb-agenda-item-24-2-draft-fourteenth-general-programme-of-work-constituency-statement>.
- <sup>71</sup> SHEM – Sustainable Health Equity Movement. The Global Health Equity Atlas: A Data-Driven Tool for Combatting Inequities. 16 dez. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/shequitymov/status/1736096458523152702>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- <sup>72</sup> ACT Promoção da Saúde [Internet]. Evento convoca população a construir um futuro mais saudável; 24 Jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/evento-convoca-populacao-a-construir-um-futuro-mais-saudavel/19684>
- <sup>73</sup> Wonca - World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians. Twitter [Internet]. At the upcoming #MHForAll webinar. 26 jan. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/WoncaWorld/status/1750918744354717828>. Acesso em: 3 Feb. 2024.
- <sup>74</sup> Global Network of People Living with HIV (GNP+) [Internet]. "Announcing Living 2024: The People Living with HIV Pre-conference at AIDS2024!"; 01 dez 2023 [citado 26 jan 2024]. Disponível em: <https://gnpplus.net/latest/news/announcing-living-2024-the-people-living-with-hiv-pre-conference-at-aids2024>.
- <sup>75</sup> Global Network of People Living with HIV (GNP+) [Internet]. "CLAIM Change Stories"; jan 2024 [citado 26 jan 2024]. Disponível em: <https://gnpplus.net/resource/claim-change-stories>.
- <sup>76</sup> Global Network of People Living with HIV (GNP+) [Internet]. Stigma Index Global Report is available!; 23 jan 2024 [citado 23 jan 2024]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=805934148245081&set=a.643302701174894>.
- <sup>77</sup> Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi) [Internet]. 4 million people have advanced HIV. 600,000 die a year. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1753765997557727294>. Acesso em 03 fev. 2024
- <sup>78</sup> Oxfam. Twitter [Internet]. JOIN US: As politicians & business leaders meet at #Davos24 for the World Economic Forum #WEF24, hear thoughts on the [Tweet]; 18 fev 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1747874476962750930?s=20>
- <sup>79</sup> Oxfam. Twitter [Internet]. Our Executive Director @AmitabhBehar sends a message of solidarity from snow-covered Davos to #BetterThanDavos protestors around the world. We join [Tweet]; 18 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1748077876807684607?s=20>
- <sup>80</sup> Oxfam. Oxfam International [Internet]. Inequality Inc. | Oxfam International; 15 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/research/inequality-inc>
- <sup>81</sup> IFMSA - International Federation of Medical Students Associations. Twitter [Internet]. "WE SHOULD not only focus on healthy lifestyles but on building healthy societies". 28 jan. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1751570679789670826>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- <sup>82</sup> IFMSA - International Federation of Medical Students Associations. Twitter [Internet]. Economies and Health for All at WHO EB154. 27 jan. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1751265927419592932>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- <sup>83</sup> IFMSA - International Federation of Medical Students Associations. Twitter [Internet]. "Not only are youth disproportionately affected by the health and mental health impacts of #climatechange, we are also experts and [...]. 27 jan. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1751217656424780172>. Acesso em: 3 fev. 2024.

- <sup>84</sup> G2H2 - Geneva Global Health Hub. EB today before and during who eb154, january 2024, with review session on 1 february. 22 jan. 2024. Disponível em: <https://g2h2.org/posts/today/>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- <sup>85</sup> G2H2 - Geneva Global Health Hub. 15-19 January 2024: Series of public briefings and policy debates ahead of WHO EB 154, hosted by G2H2. 12 dez. 2023. Disponível em: <https://g2h2.org/posts/january2024/>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- <sup>86</sup> InterAcademy Partnership [Internet]. IAP Webinar: Removing barriers that hinder global scientific exchange and collaboration; 29 Jan 2024 [citado em 1 Feb 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/iap-webinar-removing-barriers-hinder-global-scientific-exchange-and-collaboration>
- <sup>87</sup> European Public Health Association. Twitter [Internet]. Webinar “Right to health, public health and climate change...”; [Tweet]; 26 jan 2024. [citado 01 fev 2024]. Disponível em: [https://twitter.com/EUPHA\\_LAW/status/1750881100442820901](https://twitter.com/EUPHA_LAW/status/1750881100442820901)
- <sup>88</sup> Consortium of Universities for Global Health [Internet]. January 2024 Newsletter; 17 jan 2024 [citado 01 fev 2024]. Disponível em: <https://myemail.constantcontact.com/CUGH-January-Newsletter--CUGH-Highlights---Global-Health-News.html?soid=1112846108446&aid=GY58OaT-f7Y>.
- <sup>89</sup> IHF – International Hospital Federation. IHFRIO 47<sup>th</sup> World Hospital Congress: Global Learning, Local Action. Disponível em <https://www.worldhospitalcongress.org/>. Acesso em 03 fev. 2024.
- <sup>1</sup> Wellcome Trust. Wellcome Trust [Internet]. Epistemic injustice in healthcare | News | Wellcome; dez 2023 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/epic-studying-epistemic-injustice-healthcare>
- <sup>90</sup> Wellcome Trust. Wellcome Trust [Internet]. Online resource to help researchers find better mental health treatments | News | Wellcome; dez 2023 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/GALENOS-mental-health-research-online-resource>.
- <sup>91</sup> Wellcome Trust. Wellcome [Internet]. Can we measure solidarity? | News | Wellcome; dez 2023 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/can-we-measure-solidarity>.
- <sup>92</sup> Wellcome Trust. Wellcome [Internet]. Body clocks don't just control sleep – they might affect fat cells too | News | Wellcome; dez 2023 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/body-clocks-dont-just-control-sleep-they-might-affect-fat-cells-too>.
- <sup>93</sup> WellcomeTrust. Wellcome [Internet]. We're launching targeted funding for researchers of Black, Bangladeshi and Pakistani heritage in the UK | News | Wellcome; jan 2024 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/targeted-funding-researchers-black-bangladeshi-pakistani-heritage-uk>.
- <sup>94</sup> FIND. Twitter [Internet]. The new #100DaysMission report reveals progress in vaccines R&D, but challenges in pushing forwards R&D for diagnostics and therapeutics to [Tweet]; 24 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1750068590403801206?s=20>
- <sup>95</sup> FIND. FIND [Internet]. Women's Health - FIND; 1 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://www.finddx.org/what-we-do/programmes/womens-health>
- <sup>96</sup> FIND. Twitter [Internet]. Did you know that through our DxConnect platform we maintain a dynamic, searchable directory of diagnostic tests for outbreak-prone pathogens? [Tweet]; 4 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1742833275628896600?s=20>
- <sup>97</sup> FIND. Twitter [Internet]. We supported a high-level meeting in Bihar, #India to strengthen lab systems. Teaming up with the SSU, we focused on [Tweet]; 23 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1749756334227050798?s=20>
- <sup>98</sup> FIND. Twitter [Internet]. Drive Dx4TB: acelerando a introdução de novos diagnósticos de TB [Tweet]; 24 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://t.co/CMIlyz8Xi0>.
- <sup>99</sup> FIND. Twitter [Internet]. We are developing a Target Product Profile (TPP) for the development of new molecular tests for #cholera and need feedback! [Tweet]; 31 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1752731982184767799?s=20>



- <sup>100</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. " @GlobalFund @gavi @theGFF are some of the best investments the global community has made in health. We must strengthen their [Tweet]; 24 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1750437637331046839?s=20>
- <sup>101</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. Just Announced: @GlobalFund signs US\$602 million in grants to Tanzania to: Provide treatment to 1.7 million people living with HIV [Tweet]; 26 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1752363451337384308?s=20>
- <sup>102</sup> FIND. Twitter [Internet]. Exciting opportunity for developers of TB diagnostics! The NIH-funded Initiative for FEND-TB, invites you to submit proposals for the evaluation [Tweet]; 29 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1751996566548701344?s=20>
- <sup>103</sup> FIND. Twitter [Internet]. Hear from Director of NTDs, Helen Bokea, on emphasizing the importance of partnerships in global health. As we unite with [Tweet]; 30 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1752376099823051012?s=20>
- <sup>104</sup> Gates Foundation [Internet]. We must boost affordable finance for the poorest states. Dez. 2023 [citado 31 jan 2024]; Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/international-development-affordable-finance>.
- <sup>105</sup> Gates Foundation [Internet]. For Hellen, Moheto Muungano is more than a name; jan 2024 [citado 31 jan 2024]; Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/hellen-odira-mwita-economic-power>.
- <sup>106</sup> Rockefeller Foundation [Internet]. Zero Gap Fund-Backed Investee Impact Investment Exchange Announces Maturation of Women's Livelihood Bond; 2 jan 2024 [citado 31 jan 2024]; Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/zero-gap-fund-backed-investee-impact-investment-exchange-announces-maturation-of-womens-livelihood-bond-2/>.
- <sup>107</sup> Gates Foundation [Internet]. Ending neglect, ending disease: River blindness in West Africa; Dez. 2023 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/how-to-eliminate-river-blindness-onchocerciasis-africa>.
- <sup>108</sup> Gates Foundation [Internet]. How India took on a deadly neglected disease; Jan 2024 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/visceral-leishmaniasis-ntds-india>.
- <sup>109</sup> Global Polio Eradication Initiative [Internet]. GPEI-Gates Foundation and AFD Partner to Support Last Mile Polio Eradication in Pakistan; dez 2023 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://polioeradication.org/news-post/gates-foundation-and-agence-francaise-de-developpement-partner-to-support-last-mile-polio-eradication>.
- <sup>110</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. "Too many people died from lack of oxygen during the COVID-19 crisis, & too many are dying today from other [Tweet]; 6 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1745817841108926868?s=20>.
- <sup>111</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. "An extraordinary accomplishment, a beacon of hope when climate change threatens to slow down our progress in the fight against [Tweet]; 8 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1745744419351924929?s=20>.
- <sup>112</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. Antimicrobial resistance has the potential to undermine years of progress in the fight against existing pandemics. Investing today will save [Tweet]; 16 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1747285308436099386?s=20>.
- <sup>113</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. (RED) saves lives. Working together, @RED through the @GlobalFund partnership, supports critical programs that empower health workers, and provide testing [Tweet]; 20 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1747595806155092347?s=20>.
- <sup>114</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. "If the world waits to act until the smoldering fire of antimicrobial resistance bursts into a raging inferno, it's going [Tweet]; 25 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1750488758644781416?s=20>

- <sup>115</sup> Kisanga A, Stamidis KV, Rumble S, et al. Leveraging the CORE Group Partners Project polio infrastructure to integrate COVID-19 vaccination and routine immunization in South Sudan. *Glob Health Sci Pract*. 2024;12(Suppl 1):e2300178. <https://doi.org/10.9745/GHSP-D-23-00178>.
- <sup>116</sup> Rockefeller Foundation [Internet]. The Kofi Annan Foundation and The Rockefeller Foundation Announce New Commission to Transform Global Food Security Governance; Dez 2023 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/the-kofi-annan-foundation-and-the-rockefeller-foundation-announce-new-commission-to-transform-global-food-security-governance/>.
- <sup>117</sup> Rockefeller Foundation [Internet]. The only way to prevent the worst of climate change - The Boston Globe; 11 dez 2023 [citado 31 jan 2024]. Disponível em: <https://www.bostonglobe.com/2023/12/11/opinion/rockefeller-foundation-rajiv-shah-climate-change-countries/>.
- <sup>118</sup> Rockefeller Foundation [Internet]. IT Delhi and The Rockefeller Foundation To Establish the Chair for Climate Sciences and Technology. Jan 2024 [citado 31 jan 2024]; Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/iit-delhi-and-the-rockefeller-foundation-to-establish-the-chair-for-climate-sciences-and-technology>.
- <sup>119</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. Climate change threatens the fight against AIDS, TB & malaria & the health of millions of people. Rising temperatures & [Tweet]; 15 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1747179321100222872?s=20>
- <sup>120</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. Communities affected by HIV, TB & malaria are some of the most vulnerable to climate change & its devastating consequences [Tweet]; 17 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1747545265148449126?s=20>
- <sup>121</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. At #WEF24 world leaders, CEOs & philanthropists must build a safer, healthier & more equitable world for all. Private sector [Tweet]; 11 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1746816836434317570?s=20>
- <sup>122</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. Equity must be at the heart of the fight against infectious diseases. Investing in greater innovations, strengthening digital systems & [Tweet]; 15 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1746859491394457768?s=20>
- <sup>123</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. At #WEF24, experts are sharing insights on how private sector partnerships are shaping access to next generation health tools. Together [Tweet]; 15 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1747172400746107024?s=20>
- <sup>124</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. Following the launch of the first-ever Guiding Principles for Financing Climate and Health Solutions at #COP28, business, philanthropic, policy and [Tweet]; 17 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1747545547030880445?s=20>
- <sup>125</sup> FIND. Twitter [Internet]. Our Board Chair Dr Ayoade Alakija, @yodifiji, is speaking at Davos today. Follow #WEF24 for updates on boosting sustainable financing [Tweet]; 17 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/174755306778592791?s=20>
- <sup>126</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. The @GlobalFund invests more than \$150 million a year to strengthen health & information systems & improve data availability & [Tweet]; 13 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1746844534430974446?s=20>
- <sup>127</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. The @GlobalFund has invested over \$727 million in health management and information systems in 95 countries – helping to digitize and [Tweet]; 16 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1747292627794616817?s=20>
- <sup>128</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. In Rwanda, years of investment in digital innovation have strengthened health systems to fight TB and other diseases. When #COVID19 [Tweet]; 20 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1747548812241928577?s=20>
- <sup>129</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. Community health workers like Júlia rely on digital health tools to help them respond to crises. When Cyclone Freddy hit [Tweet]; 28 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1752240379460497491?s=20>

<sup>130</sup> The Global Fund. Twitter [Internet]. Community health workers are indispensable in achieving universal health coverage. But across Africa, up to 85% of community health workers [Tweet]; 22 jan 2024 [citado 1 fev 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1747642619428024364?s=20>

<sup>131</sup> World Public Health Nutrition Association (WPHNA) [Internet]. [Congresso WPHN 2024](#): "Questionando as soluções: a Década da Nutrição foi entregue?"; jan 2024 [citado 30 jan 2024]. Disponível em: <https://www.wphna.org/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

**O Sul Global se levanta em uníssono neste início de 2024:  
Não-Alinhados e G-77+China sob a mesma presidência**

**Regina Ungerer  
Erica Kastrup  
Tiago Nery  
Paulo Buss**

**Abstract:** *The first report of the Global South in 2024 focuses on the long-awaited 3<sup>rd</sup> South Summit organized and promoted by the G-77. This summit marks an intense resumption of the Global South's presence on the international political scene after 19 years, and it took place in the year that the Group celebrates its 60<sup>th</sup> anniversary. It was attended by more than 130 countries to articulate and promote their common interests, as well as improve their ability to negotiate collaboratively within the UN system. The UN Secretary General, the President of the UNGA, the Director of UNOSSC, the Executive Director of the South Centre, and several authorities, were present and the Summit focused on strengthening South-South cooperation, particularly in trade, investments, sustainable development, climate change, poverty eradication, and the digital economy. The Non-Aligned Movement held its 19<sup>th</sup> Summit in the midst of an international economic crisis in which countless countries in the South are crushed by exorbitant interest rates on foreign debts, in which human rights, international law, the Geneva Conventions, and the United Nations Charter are routinely violated, and conflicts are spreading and proliferating - from Sudan to Ukraine and Gaza.*

**Keywords:** *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

**Resumo:** O primeiro informe de 2024 sobre o Sul Global destaca a tão esperada 3ª Cúpula do Sul organizada e promovida pelo G-77. Depois de 19 anos, esta reunião marca uma retomada intensa da presença do Sul Global no cenário político internacional e foi realizada no ano em que o Grupo celebrará 60 anos de existência. Reunindo mais de 130 países para articular e promover os seus interesses coletivos e para melhorar a sua capacidade de negociação conjunta dentro do sistema da ONU. Com a presença do Secretário Geral da ONU, o Presidente da AGNU, a Diretora do UNOSSC, o Diretor Executivo do Centro Sul e diversas autoridades, a 3ª Cúpula do Sul destacou o fortalecimento da cooperação Sul-Sul principalmente nas áreas do comércio, investimentos, desenvolvimento sustentável, alterações climáticas, erradicação da pobreza e economia digital. O Movimento dos não-Alinhados realizou sua 19ª. Cúpula em meio a uma crise econômica internacional em que inúmeros países do Sul estão esmagados por juros exorbitantes das dívidas externas, em que os direitos humanos, o direito internacional, as Convenções de Genebra e a Carta das Nações Unidas vêm sendo desrespeitados impunemente e os conflitos estão se alastrando e proliferando – do Sudão à Ucrânia e Gaza.

**Palavras-chave:** Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

## Introdução

O **Sul Global** acaba de realizar neste janeiro aquela que possivelmente será sua maior manifestação política em 2024: a reunião conectada dos seus dois maiores movimentos globais, o **Movimento dos Não-Alinhados (MNA)** e o **G-77+China**, incluindo o **3º South Summit (3ª Cúpula do Sul)**.

A reunião *back-to-back* foi realizada em Kampala, Uganda, país que assume a partir de agora a inédita presidência simultânea destas duas estruturas políticas: a reunião do MNA de 17 a 20 de janeiro, e dias 21 e 22 de janeiro, a reunião do G-77 e sua 3ª Cúpula do Sul (*South Summit*).

Nesse primeiro informe de 2024, analisamos os resultados das negociações e decisões dos chefes-de Estado e de Governo das duas organizações expressadas nas respectivas declarações finais; e descrevemos brevemente alguns elementos históricos destas organizações para situar o leitor.

Nosso trabalho de análise dos dois principais documentos oficiais resultantes dos dois magnos eventos indicam que há muitas convergências entre eles, certamente pela matriz comum a ambos os blocos políticos. Contudo, por razões a serem ainda entendidas, salta aos olhos a ausência do tema saúde no documento da G-77 e sua presença mais robusta no documento dos Não-Alinhados.

### 3ª Cúpula do Sul (3ª South Summit)



Foto de família na Abertura da 3ª Cúpula do Sul. [Crédito da foto](#)

As Cúpulas do Sul são consideradas os espaços políticos supremos de tomada de posições políticas do G-77. A Primeira e a Segunda Cúpulas foram realizadas em Havana, Cuba, de 10 a 14 de abril de 2000, e em Doha, Qatar, de 12 a 16 de junho de 2005, respectivamente. Passaram-se 19 anos para que finalmente a 3ª Cúpula do Sul fosse realizada.

Por esta razão, havia uma enorme expectativa para os seus resultados, assim como por causa da rotatividade das presidências do G-77 e MNA, coincidindo que a República de Uganda detivesse, a partir de 2024, a presidência de ambos os blocos políticos.

Com a decisão tomada durante a Cúpula do G-77 sobre o papel da ciência, tecnologia e inovação, realizada em Havana entre 15 e 16 de setembro de 2023, na qual o G-77 e o MNA se

comprometeram a reativar o **Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados** (JCC), depois de 9 anos interrompido, Uganda também estará à frente deste Comitê.

Portanto, a 3ª Cúpula do Sul foi realizada em Kampala, Uganda entre 21 e 22 de janeiro de 2024, para celebrar o 60º. aniversário do G-77 e marcar uma retomada intensa da presença do Sul Global no cenário político internacional. Com o “não deixar ninguém para trás”, reuniu mais de 130 países para articular e promover os seus interesses coletivos e para melhorar a sua capacidade de negociação conjunta dentro do sistema da ONU.

Contando com a presença de inúmeros Chefes de Estado e de Governo dos dois blocos, e outros dignatários, além do Secretário Geral da ONU, António Guterres, do Presidente da Assembleia Geral, Dennis Francis e da Diretora do UNOSSC, Dima, Al-khatib, a 3ª Cúpula do Sul foi marcada por reafirmações de fortalecimento da cooperação Sul-Sul principalmente nas áreas do comércio, investimentos, desenvolvimento sustentável, alterações climáticas, erradicação da pobreza e economia digital.

### **Documento final da 3ª Cúpula do Sul**

O documento final da 3ª Cúpula do Sul<sup>45</sup> está constituído de alentados 156 parágrafos e quase 12 mil palavras, negociados ao longo de meses pelas chancelarias até tomar sua forma final em Kampala. Pela sua importância, está reproduzido na íntegra, na versão original em inglês neste fascículo do Caderno.

Destaca a importância e as características únicas da cooperação Sul-Sul, enfatizando a solidariedade entre os países do Sul, que contribui para alcançar os ODS e a manter a soberania nacional.

No documento, os Estados-Membros reafirmaram que a reforma da arquitetura financeira internacional deveria refletir as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento, especialmente dos países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento sem litoral, países em desenvolvimento que são pequenas ilhas e os países de renda média<sup>46</sup>. Esta reforma deveria incluir uma solução duradoura e justa para a crise da dívida que muitos destes países enfrentam. Entendem ser necessário promover o interesse coletivo do G-77 e reforçar a sua capacidade de negociação conjunta na ONU.

O documento destaca que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Agenda de Ação de Adis Abeba (AAAA), o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, a Nova Agenda Urbana (NUA) e o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (DRR) devem ser implementados em na sua totalidade, em conformidade com os princípios do multilateralismo e da cooperação internacional.

Reafirmam a necessidade de reforçar o papel da AGNU e do ECOSOC no encaminhamento da reforma da arquitetura financeira internacional. Explicitam que os bancos multilaterais de desenvolvimento devem avaliar as necessidades de financiamento de todos os países em desenvolvimento, incluindo países de baixa e média renda, através de financiamento concessional e subvenções. Uma das soluções propostas seria trocar as dívidas para que os

---

<sup>45</sup> Disponível em: [https://www.G-77.org/doc/3southsummit\\_outcome.htm](https://www.G-77.org/doc/3southsummit_outcome.htm)

<sup>46</sup> Estes grupos de países reúnem-se para defender seus interesses particulares no âmbito das Nações Unidas, em arranjos políticos que crescem de importância na medida em que se consolidam e são reconhecidos nas suas reivindicações, pelo menos no plano político discursivo e retórico

países possam focar nos ODS, incluindo trocas de dívida para investir no clima e na natureza, assim como em políticas de proteção social, saúde e educação.

O documento reconhece o papel do UNOSSC como articulador da Cooperação Sul-Sul no sistema da ONU e destaca os compromissos com vários acordos de alto nível sobre o tema, incluindo as decisões do Comitê de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul, apelando por um aumento do apoio da comunidade internacional para a sua implementação. Em contrapartida, os países se comprometeriam a apoiar o sistema de desenvolvimento da ONU e o sistema dos Coordenadores Residentes para que estes possam exercer seu apoio e ampliar seus esforços para implementar a Agenda 2030.

Há inclusive um apelo para que sejam ampliadas as iniciativas de Cooperação Sul-Sul do UNOSSC, das Comissões Regionais da ONU, das Agências Especializadas, dos Fundos e dos Programas, dentro dos seus respectivos mandatos, em apoio aos países em desenvolvimento. Além disso, destaca a importância da cooperação triangular, que apoia iniciativas Sul-Sul através de vários meios, incluindo o desenvolvimento de capacidades e a transferência de tecnologia.

Outros destaques do documento são:

A crise do multilateralismo, que se expressa por sua incapacidade de manter a paz no mundo, lembrando que prevenir o planeta de guerras e genocídios foi o motor de criação da ONU no pós-Segunda Guerra. Os países afirmaram que a paz é a condição fundamental para o desenvolvimento sustentável e para a promoção dos direitos humanos.

O fim do embargo à Cuba, imposto pelos EUA há seis décadas – tema que permeou toda a presidência cubana do G-77, em 2023 – continua sendo objeto da ação política do G-77.

Os países reafirmam a necessidade de construção de uma ordem internacional justa, equitativa, estável e de paz, objetivos que estão mais ameaçados do que nunca pela ordem internacional gerida pelas grandes potências; e clamam pelo fim do crescimento de políticas unilaterais que ameaçam o multilateralismo.

Reforma urgente da arquitetura financeira internacional, que é inadequada aos desafios globais atuais. As Instituições Financeiras Internacionais devem atuar em acordo com os princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas e apoiar o desenvolvimento e a implementação da Agenda 2030, e não o contrário. Atualmente, os serviços das dívidas dos países em desenvolvimento impedem investimentos na implementação dos ODS. Os países pedem o realinhamento da quota-parte do FMI e a realização da revisão das participações do Banco Mundial para melhor refletir as posições relativas dos membros na economia mundial; e afirmam que a estrutura existente de encargos e sobretaxas do FMI é ineficiente, uma vez que funciona de forma procíclica e injusta, e leva a que os países com maiores dificuldades suportem os mais pesados encargos financeiros. Instam que o FMI suspenda a política de sobretaxas com efeitos imediatos.

Ressaltam a importância da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e da destinação pelos países desenvolvidos dos 0,7% de seus PIB à prática, um acordo feito há mais de 50 anos e nunca cumprido.

Retomada das negociações sobre o mecanismo de taxação para a cooperação internacional no âmbito das Nações Unidas.



Reforma da OMC e a construção de um sistema de comércio internacional justo e que contribua para os ODS; os países rechaçaram o aumento do protecionismo pelos países mais desenvolvidos.

O impulso à industrialização dos países menos desenvolvidos e a importância dos mecanismos de incentivo e suporte, como a transferência de tecnologia e o apoio ao desenvolvimento de infraestrutura digital e a conectividade.

Desenvolvimento de um sistema de ciência, tecnologia e inovação que leve em conta as especificidades dos menos desenvolvidos e que tenha como objetivo o incentivo ao cumprimento dos ODS.

Afirmam a atualidade dos princípios da cooperação Sul-Sul que configuram uma manifestação de solidariedade entre as pessoas e países do Sul e que contribui para o bem-estar, a autoconfiança coletiva e o cumprimento dos ODS de acordo com os planos e prioridades nacionais.

Por fim, abordam outros temas relevantes, como equidade de gênero, erradicação da pobreza e afirmação da importância e do papel dos povos originários no desenvolvimento sustentável, afirmam apoio às diversas resoluções e iniciativas que visam à mitigação e adequação às mudanças climáticas reconhecendo que: a “Terra e seus ecossistemas são nosso lar e estamos convencidos que, para obter um equilíbrio justo entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras, sendo imprescindível promover a harmonia entre a natureza e a Terra”.

Apesar de todas as pertinentes posições do G-77, é impossível deixar de notar que entre os 156 parágrafos do documento final não há nem um dedicado a saúde e apenas seis menções à palavra saúde, o que surpreende já que os países menos desenvolvidos ainda padecem das consequências da pandemia de Covid-19 e os especialistas alertam e discutem a possível e provável ocorrência de uma nova pandemia no futuro, oriunda do processo de mudança climática e degradação ambiental.

### **Atores relevantes na 3ª. Cúpula do Sul e manifestações do Brasil**

Na sequência, destacamos algumas intervenções das lideranças do sistema multilateral que estavam presentes.

**António Guterres**<sup>47</sup>, secretário-geral da ONU, afirmou que o G-77 têm sido um motor da cooperação e do desenvolvimento Sul-Sul. Uma voz poderosa para os países em desenvolvimento e que vem contribuindo para retirar milhões de pessoas da pobreza. Em seu pronunciamento, ressaltou a ideia de esgotamento do sistema de governança global atual, fez críticas ao Conselho de Segurança da ONU (segundo ele paralisado por divisões geopolíticas) e às instituições de Bretton Woods (que refletem uma estrutura de poder ultrapassada), e defendeu uma revitalização do multilateralismo para que sirva aos desafios do mundo atual

**Dennis Francis**, presidente da Assembleia Geral, apelou às organizações multilaterais, incluindo a ONU e as instituições financeiras internacionais para embarcarem em reformas urgentes que impulsionem e destaquem a importância da Cooperação Sul-Sul, já que o século

---

<sup>47</sup> Discurso na íntegra disponível aqui: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2024-01-21/secretary-generals-remarks-the-third-south-summit-g-77-plus-china-delivered>



XXI não deve replicar as vastas desigualdades do século XX e todos devem aproveitar as oportunidades da Cooperação Sul-Sul e triangular.

De acordo com **Dima Al-Khatib**, diretora da UNOSSC, o tema da Cúpula do Sul, de não deixar ninguém para trás, fortalece o compromisso coletivo da UNOSSC, com a inclusão. É um apelo à ação e um apelo para fortalecer e impulsionar a Cooperação Sul-Sul. No entanto, “não deixar ninguém para trás” exige esforços coletivos, e a cooperação Sul-Sul é uma ferramenta importante para atingir este objetivo e fechar a lacuna dos ODS. Mas o Sul Global sofre com diversas crises interligadas que ameaçam o desenvolvimento sustentável. O compromisso do UNOSSC de promover, coordenar e apoiar a cooperação Sul-Sul em nível mundial e dentro do sistema ONU estão alinhados com os objetivos da 3ª Cúpula do Sul.

**Carlos Correa**, Diretor Executivo do Centro Sul<sup>48</sup> reafirmou que os países em desenvolvimento continuam a enfrentar sérios obstáculos, bem como desafios novos e emergentes, na implementação e cumprimento da Agenda 2030. Apesar de já termos ultrapassado a metade do prazo de 2030, o progresso continua lamentavelmente fora do caminho, com mais de 30% dos ODS estagnados ou mesmo em retrocesso. Ao mesmo tempo, o déficit anual de financiamento dos ODS aumentou de 2,5 bilhões de dólares antes da pandemia do Covid-19 para cerca de 4,2 bilhões de dólares hoje. Esta situação é extremamente preocupante e exige que a comunidade internacional encontre soluções inovadoras e equitativas que permitirão aos países em desenvolvimento garantir a proteção dos mais pobres e mais vulneráveis. Embora não seja um substituto da cooperação Norte-Sul, a cooperação Sul-Sul é um mecanismo importante para os países em desenvolvimento colaborarem e promoverem o desenvolvimento sustentável. Finalizou ressaltando que a Cooperação Sul-Sul deve ser fortalecida, dando maior apoio às próprias instituições do Sul, incluindo o Centro Sul, o G-77, o Movimento dos Não-Alinhados e as diversas instituições regionais e inter-regionais.

**Mauro Vieira**, Ministro das Relações Exteriores do Brasil<sup>49</sup> definiu claramente a posição do Brasil sobre um dos temas da Cúpula, a reforma da governança global: *“As atuais instituições multilaterais, em grande parte criadas há mais de 75 anos, refletem um sistema internacional e uma ordem mundial que não mais existem. Essas instituições não são mais capazes de lidar com os desafios multidimensionais que o mundo enfrenta atualmente. Precisamos de uma reforma urgente do sistema internacional para torná-las mais representativas, legítimas e eficazes.* Neste sentido, referiu-se ao Conselho de Segurança, às Instituições Financeiras Internacionais, e à OMC. Com o entendimento que os países desenvolvidos têm a responsabilidade primária pelo financiamento para o desenvolvimento, inclusive por meio da cooperação internacional, cobrou a alocação de 0,7% de seus PIB para a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e os US\$ 100 bilhões anuais iniciais em financiamento climático.

Recordando o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, pede ao G-77 para reiterar o compromisso com a plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Agenda de Ação de Adis Abeba, do Acordo de Paris adotado sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e de todos os outros documentos pertinentes. Pede o fim das medidas coercitivas unilaterais e sanções ilegais

---

<sup>48</sup> Discurso na íntegra disponível aqui: <https://www.southcentre.int/south-centre-statement-for-3rd-south-summit-21-23-january-2024>

<sup>49</sup> Ver a íntegra do discurso neste Caderno. Fonte: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/discurso-do-ministro-mauro-vieira-na-iii-cupula-do-sul-do-g-77-china>

e injustas, que aprisionam e punem muitos países em desenvolvimento, destacando o caso de Cuba, e lamenta a guerra em Gaza e a piora sistemática da situação no Oriente Médio. Defende a solução dos dois Estados (Palestina e Israel), o imediato e permanente cessar-fogo e que o conflito não se estenda aos demais países da região pelo enorme risco que isto traria à segurança regional e global.

Anuncia que durante a presidência do G20, o Brasil colocará as preocupações, interesses e necessidades dos países em desenvolvimento no centro da agenda, e que vai propor uma Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. Finaliza reiterando o compromisso do Brasil com a cooperação Sul-Sul e com o bem-estar e prosperidade dos países e povos do Sul.

O Chanceler brasileiro aproveitou a reunião em Uganda para ter encontros bilaterais com o Ministro de Relações Exteriores da Tunísia, Nabil Ammar<sup>50</sup>, de Camarões<sup>51</sup>, Lejeune Mbella Mbella; e da Autoridade Palestina, Riad Malki, que agradeceu o apoio do presidente Lula à ação proposta pela África do Sul na Corte Internacional de Justiça em defesa da população civil de Gaza. Reuniu-se ainda com o chanceler de Bangladesh, Hasan Mahmud; com o Ministro de Relações Exteriores do Benim, Olushegun Adjadi Bakar, com quem discutiu a abertura da embaixada daquele país em Brasília; e com o vice-chanceler do Laos, Phoxay Khaykhamphithoune, com quem discutiu a intensificação do processo de aproximação entre o Brasil e a ASEAN<sup>52</sup>.

### **19ª Cúpula do Movimento dos Não-alinhados (MNA)**

O Movimento dos Não-Alinhados começou formalmente em 1955, num momento dividido da história. Em meio à Guerra Fria, seus arquitetos – líderes como Sukarno (Indonésia), Nehru (Índia), Tito (Iugoslávia) e Nasser (Egito) e outros – a partir da Conferência de Bandung<sup>53</sup>, trabalharam para promover a cooperação, apoiar os países no caminho da descolonização total, impulsionar o comércio e o desenvolvimento econômico no Sul Global, defendendo os pilares da paz – diálogo, diplomacia e cooperação.

Esta **19ª. Cúpula dos Não-alinhados** insere-se em outro momento de profunda divisão, no qual as tensões geopolíticas globais estão no seu ápice em muitas décadas, a democracia está profundamente ameaçada pelo populismo de extrema-direita (uma assustadora

---

<sup>50</sup> <https://twitter.com/ItamaratyGovBr/status/1749043714272436532>

<sup>51</sup> [https://twitter.com/ItamaratyGovBr/status/1749425549036880351?ref\\_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Etweet](https://twitter.com/ItamaratyGovBr/status/1749425549036880351?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Etweet)

<sup>52</sup> O comércio brasileiro com os 10 países do grupo do Sudeste asiático, que em 2002 era de US\$ 2,9 bilhões, ampliou-se para US\$ 34 bilhões em 20 anos que está entre as prioridades da Política Externa Brasileira. Ver: <https://twitter.com/ItamaratyGovBr/status/1749048118388154642>

<sup>53</sup> A Conferência de Bandung foi uma reunião de 29 países asiáticos e africanos realizada na Indonésia, entre 18 e 24 de abril de 1955, com o objetivo de construir uma nova força política global (depois caracterizado como ‘Terceiro Mundo’), visando a promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo, por parte dos Estados Unidos e da União Soviética. Foram 15 países da Ásia (Afeganistão, Birmânia, Camboja, Ceilão, República Popular da China, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Nepal, Paquistão, República Democrática do Vietnã, Vietnã do Sul, e Tailândia); 8 do Oriente Médio (Arábia Saudita, Iêmen, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria e Turquia); e apenas 6 da África (Costa do Ouro (atual Gana), Etiópia, Egito, Líbia, Libéria e Sudão), porque, à época, a maior parte dos atuais países africanos ainda eram colônias europeias.

internacional nacional-populista), a crise do clima aproxima-se de um cataclisma, a pobreza e as desigualdades alcançam patamares jamais vistos.



*Nehru, Nkrumah, Nasser, Sukarno e Tito na Conferência de Bandung em 1955 e o palco do evento*

O mundo em desenvolvimento enfrenta seu crescimento econômico mais fraco em décadas e inúmeros países do Sul estão esmagados por juros escorchantes de dívidas externas, impostos pelas instituições de Bretton Woods.

Os direitos humanos, o direito internacional, as Convenções de Genebra e a Carta das Nações Unidas vêm sendo desrespeitados impunemente por países poderosos e os conflitos estão se alastrando e proliferando – do Sudão à Ucrânia e Gaza.

#### **Documento final da 19ª. Cúpula dos Não-alinhados**

O documento final da cúpula dos Não-Alinhados<sup>54</sup>, com o lema “*Aprofundar a cooperação para a riqueza global partilhada*”, é um documento constituído de um longo preâmbulo, seguido de 47 parágrafos, totalizando cerca de 4,5 mil palavras. Está reproduzido na íntegra neste Caderno, na sua versão original em inglês.



19ª Cúpula do MNA em Uganda. Fonte: <https://nam.go.ug/>

<sup>54</sup> Ver: <https://www.yowerikmuseveni.com/non-aligned-movement-summit-final-document-kampala-declaration>

Trata de temas muito caros ao Movimento, expressados ao longo de décadas e reiterado sob a presidência do Azerbaijão (desde 2019) em diversas oportunidades, particularmente no âmbito das Nações Unidas: defender, preservar e promover os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e os princípios do direito internacional; defender os princípios da soberania e da igualdade dos Estados, da integridade territorial, do respeito mútuo, da não intervenção e da não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, e da resolução pacífica de litígios; e os esforços dos Estados para alcançar maior desenvolvimento económico e progresso social, paz e segurança, e gozo dos direitos humanos e do Estado de direito.

Salientando a importância de reforçar o **multilateralismo**, não se furta, contudo, de pedir uma reforma abrangente da arquitetura de governança global multilateral, incluindo as Nações Unidas e a arquitetura e as instituições financeiras internacionais, assim como dos bancos multilaterais de desenvolvimento, para *“os tornar adequados para os seus objetivos, democráticos, equitativos, representativos e receptivos às atuais realidades globais e as necessidades e aspirações do Sul Global”*. Ademais, defende a reforma do Conselho de Segurança, com a entrada de países do Sul Global (incluindo países africanos) e a revitalização da Assembleia Geral.

Reafirmam o compromisso com a promoção e proteção dos **direitos humanos**, universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados, de acordo com os compromissos internacionais e as leis nacionais, através de um diálogo internacional construtivo e cooperativo, do reforço de capacidades, da assistência técnica e do reconhecimento de boas práticas, assegurando ao mesmo tempo o pleno gozo de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento como um direito inalienável, fundamental e universal.

Propugna a plena implementação da **Agenda 2030**, defendendo que a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, deve continuar a ser a peça central. Para tal, defende *“iniciativas eficazes, abrangentes e duradouras para os problemas da dívida dos países em desenvolvimento”*.

O MNA reivindica a **reforma da arquitetura financeira internacional e o reforço do sistema financeiro internacional**, para que seja adequado à sua finalidade e ajude os países em desenvolvimento a enfrentar melhor as atuais crises múltiplas e a melhorar a coordenação das políticas financeiras e económicas a nível internacional. Exige a ampliação da participação e da representação dos países em desenvolvimento na tomada de decisões económicas internacionais e na definição de normas e na governação económica global. Apela por uma solução abrangente e duradoura para a dívida externa dos países em desenvolvimento, em particular dos países africanos, de forma sustentável, incluindo o cancelamento ou a reestruturação das mesmas.

Os Não-Alinhados comprometem-se a trabalhar por um sistema comercial multilateral universal, baseado em regras, aberto, transparente, previsível, inclusivo, justo, não discriminatório e equitativo, com a OMC no seu núcleo, e evitando medidas comerciais protecionistas unilaterais, incluindo as baseadas em questões ambientais ou relacionadas com o clima.

Garantias de igualdade de género e do empoderamento das mulheres e meninas; contra a violência contra as mulheres; condenação de todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância conexas, bem como *“do ressurgimento e glorificação de ideologias políticas extremistas, como o fascismo, o nazismo, o neonazismo e outras de natureza*

*semelhante*”, além de prevenir e combater todas as formas de escravidão, receberam destaque no documento de Kampala.

Uma posição permanentemente defendida pelo MNA, reafirmada em Kampala, têm sido o **desarmamento nuclear**, a eliminação total das armas nucleares e a não-proliferação nuclear em todos os seus aspectos, essencial para o fortalecimento da paz e da segurança internacionais, segundo o Movimento.

Outra posição clássica dos Não-Alinhados desde o auge da Guerra Fria e reiterada na reunião – é a utilização do **espaço exterior** para fins exclusivamente pacíficos, opondo-se e rejeitando qualquer ato que o negue ou viole, e o apoio contínuo à prevenção de uma **corrida armamentista no espaço sideral**, incluindo a proibição de instalar ou usar armas nesse espaço.

Extremamente preocupados com os **conflitos militares** que se alastram no continente africano, apelam às Nações Unidas e à comunidade internacional pela intensificação do apoio às operações de paz lideradas pela União Africana, garantindo um financiamento previsível, adequado e sustentável às operações de paz lideradas pela UA e autorizadas pelo Conselho de Segurança.

Condenação veemente do **terrorismo** em todas as suas formas e manifestações; combate a todas as formas de **crime organizado transnacional**; prevenção e combate a todos os aspectos e dimensões do **tráfico de drogas**; e ao **comércio ilícito de armas**, ocuparam muitos parágrafos do documento de Kampala.

A defesa da **causa palestina** (aliás, nos últimos 60 anos), *“para pôr fim ao colonialismo, à opressão, à ocupação e à dominação no Território Palestino Ocupado”* e a condenação dos ataques de Israel na faixa de Gaza e das interferências na Cisjordânia, ocuparam um expressivo número de parágrafos da Declaração. O MNA pede o cessar-fogo e o cumprimento das resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o conflito. Defende resolutamente a solução dos dois Estados. Ademais, declara apoio à iniciativa da África do Sul, que é um dos Estados-membro do Movimento, na sua petição ao Tribunal Internacional de Justiça das Nações Unidas em Haia contra Israel, invocando a Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio em relação aos palestinos na Faixa de Gaza.

Comprometem-se com continuar a reforçar a **cooperação Sul-Sul, Norte-Sul e triangular**, e expressam preocupações e propostas quanto a: plena concretização da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres e meninas, das raparigas migração internacional, a crise alimentar que vive o planeta, a importância da valorização da cultura e práticas das populações indígenas e originárias, a igualdade de gênero e a plena participação das mulheres em todas as esferas.

A **África** recebe atenção e menções especiais do MNA, com grande destaque para as injustiças de que se sente vítima no campo do comércio internacional, assim como para a segurança alimentar e nutricional e para o desenvolvimento rural.

Os desafios da migração irregular e o combate ao contrabando de migrantes e o tráfico de pessoas está presente de forma veemente no documento de Kampala.

Finalmente, na área da **saúde** manifesta sua profunda preocupação com a ameaça representada pelo surgimento e propagação de pandemias e emergências sanitárias, incluindo a Covid-19, a doença do vírus Ebola, a gripe suína A (H1N1) e a gripe aviária (H5N1), que

produziram ou têm potencial para causar impactos graves, não apenas na saúde pública a nível mundial, mas também nas economias regionais e nacionais.

Daí decorrente, apelam por uma cooperação e coordenação reforçadas a nível nacional, regional, sub-regional e internacional, para dar prioridade à prevenção, preparação e resposta a pandemias. Apoiam o processo de negociação intergovernamental do instrumento internacional da OMS sobre o tema, reafirmando a importância do princípio da equidade e a garantia do acesso universal, oportuno, equitativo e sem entraves a insumos médicos seguros, eficazes, de qualidade e acessíveis, tais como vacinas, medicamentos, equipamentos médicos, testes de diagnóstico e outras tecnologias de saúde, especialmente nos países em desenvolvimento, incluindo os países de baixo e médio rendimento.

**António Guterres**, Secretário Geral da ONU, que discursou na sessão de abertura do importante evento em Kampala, apontou *“uma clara convergência entre os princípios da Carta das Nações Unidas e os princípios de Bandung do Movimento dos Não-Alinhados”*. Referiu-se também ao papel importante do MNA nas Nações Unidas, como contribuintes significativos para as forças de manutenção da paz da ONU, como defensores da Carta das Nações Unidas, do direito internacional e dos direitos humanos, e apoiadores incontestes da eliminação das armas nucleares. Comovido, declarou os países integrantes do MNA como campeões da solidariedade em tempos de crise – inclusive durante e após a pandemia da Covid-19.

A **Diretora do UNOSSC, Dima al-Khatib** manifestou-se em evento organizado pelo Banco Islâmico de Desenvolvimento (BIsD), o Centro Sul, a UNCTAD e o UNOSSC. Ela destacou a plataforma global de compartilhamento de conhecimento digital *“South-South Galaxy”* que abriga mais de 900 boas práticas Sul-Sul e conta com 500 membros e é um excelente recurso para os países em desenvolvimento. Disse ainda que a 3ª Cúpula do Sul reacendeu a agenda comum e o apelo coletivo à ação e à solidariedade em diferentes tópicos. Dados os complexos desafios e crises globais, o UNOSSC declarou-se pronto para compartilhar os seus serviços de apoio a processos intergovernamentais, gestão do conhecimento e também apoio aos Estados-Membros na realização de projetos de cooperação Sul-Sul através do sistema das Nações Unidas.

### **Considerações finais**

Diferente do momento geopolítico do início dos anos 2000, quando os emergentes entravam na disputa por mais espaço nas relações internacionais e os países do Sul realizaram as duas primeiras cúpulas do Sul, o contexto geopolítico atual é marcado pelas crises múltiplas, entrelaçadas e agravadas pelo conflito no Oriente Médio que explicitou o esgotamento do multilateralismo. Esse quadro aponta para uma queda da hegemonia norte americana e ascensão do Sul global em torno da liderança da China, que busca ampliar alianças com países em desenvolvimento e participar dos seus espaços políticos. A realização da terceira cúpula nesse momento, 19 anos depois da última, pode marcar um novo momento de retomada do protagonismo do Sul.

### **Próximos eventos:**

- Conferência Ministerial de países de renda média, organizado por Marrocos, PNUD e Comissão Econômica da ONU para a África – Marrakech, Marrocos entre 5 e 6 de

- fevereiro de 2024. O tema será "Soluções para enfrentar os desafios de desenvolvimento dos países de rendimento médio num mundo em mudança"
- 4ª Conferência Internacional sobre pequenas ilhas em desenvolvimento - Antigua e Barbuda de 27 a 30 de maio de 2024;
  - Conferência das Nações Unidas sobre países em desenvolvimento sem litoral - Ruanda de 18 a 21 junho 2024;
  - 4ª Cúpula do Sul nas regiões da América Latina e Caribe em 2029.

## ANEXO

### **Pequeno histórico das quatro organizações internacionais que promovem a voz do Sul Global**

#### **Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul - UNOSSC**

Em 1974, a AGNU aprovou a criação de uma Unidade especial dentro do PNUD para promover a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento.

Em 1978, foi realizada em Buenos Aires a Conferência de Alto Nível para promover e implementar a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento que adotou um plano de ação que ficou conhecido como *PABA (Plano de Ação de Buenos Aires)*.

O PABA ressaltava a cooperação técnica como um instrumento capaz de promover o intercâmbio de experiências bem-sucedidas entre países que compartilhassem realidades históricas e que enfrentassem desafios semelhantes, ressaltou os princípios das relações entre países baseados na soberania, não ingerência nos assuntos internos e igualdade de direitos e definiu recomendações para o financiamento nacional, regional, inter-regional e global. Neste cenário, a cooperação Sul-Sul começou a tomar forma no cenário mundial.

Como desdobramento do PABA, foi possível estabelecer a *Unidade Especial das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul*. Em 2012, essa unidade se transformou-se no *Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)* definindo a Cooperação Sul-Sul como o processo de troca de conhecimentos e recursos políticos, econômicos, sociais, ambientais ou técnicos entre os países do Sul Global

Atualmente, o UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos. Hoje também é conhecida como cooperação multilateral.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento e seus benefícios vêm crescendo bastante.

Em suma, o UNOSSC promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e apoio

intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e gestão do conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

## **G-77**

A cooperação entre os países menos desenvolvidos nasceu como parte do processo de entrada destes países no cenário das relações internacionais após os movimentos de descolonização afro-asiática entre os anos de 1950 e 1960.

Marcos conhecidos do processo de articulação entre os países em desenvolvimento na segunda metade do século XX são a Conferência de Bandung, na Indonésia, em 1955; a criação da criação do Movimentos dos Não Alinhados em 1961, em Belgrado, na antiga Iugoslávia; a criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em 1964, que possibilitou a criação do G-77 e a criação, em 1974, de uma unidade dentro do PNUD para promover a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento, que contribuiu para a elaboração do PABA em 1978 (ver sessão do UNOSSC).

Todos esses eventos conformaram e amadureceram as bases conceituais da articulação entre os países do Sul global e das instituições que surgiram como parte dela, ancoradas na ideia de que a ordem internacional deveria ser mais justa e democrática e que a Organização das Nações Unidas deveria criar mecanismos para diminuir as disparidades entre países ricos e pobres. Ademais, tal articulação se baseava na ideia de que os países em desenvolvimento compartilhavam realidades e desafios semelhantes e por isso a cooperação entre eles, pautada no respeito à autodeterminação e à soberania nacional, seria horizontal e mais eficaz.

Contudo, a Guerra Fria e depois avanço do neoliberalismo no mundo ocidental nas duas últimas décadas do século acabaram por não propiciar espaço político para tais ideias baseadas em justiça, solidariedade e na reforma da ordem internacional.

A partir dos anos 1970, observou-se um crescente processo de diferenciação dos países do Sul, acentuado pela crise do petróleo de 1973 e pela ascensão de alguns países periféricos, sobretudo no Leste Asiático.

O forte componente idealista do G-77 e do MNA passou a sofrer com a grande heterogeneidade econômica e política dos seus membros, criando problemas de coordenação da ação coletiva. Após um período prolongado de euforia neoliberal e das tentativas anglo-americanas e europeias de suprimir o pensamento clássico do Sul, que levou a um regionalismo direcionado ao mercado, países importantes do mundo em desenvolvimento passaram a demonstrar uma atitude mais ativa diante do mundo desenvolvido, introduzindo demandas sobre comércio internacional, desenvolvimento econômico e reforma das organizações multilaterais. No contexto de uma “nova onda de politização”, alguns poderes emergentes do Sul procuraram coordenar suas políticas externas e adotar novos modelos institucionais para a ação coletiva, como o IBAS e o BRICS.

No início dos anos 2000, a ascensão dos países de economia emergente, notadamente os que posteriormente conformaram o agrupamento conhecido como BRICS, e sua pretensão de questionar a ordem internacional vigente dominada por EUA e Europa mudaram esse cenário, o que impulsionou a retomada da cooperação entre os países em desenvolvimento, quando o termo Cooperação Sul-Sul passou a ser usado com maior frequência.

Outro fator importante foi a emergência de uma nova fase da articulação do Sul global com o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) pelas Nações Unidas,



no ano 2000, que tinham como principal meio de consecução, a cooperação entre os países, e que desencadeou uma série de debates sobre a prática da cooperação para o desenvolvimento.

Menos assimetrias e mais horizontalidade, menos imposição e mais diálogo e atenção às vontades e particularidades locais, foram algumas das recomendações que surgiram desses debates como meios de se superar décadas de ineficácia nas práticas de cooperação, premissas que retomavam princípios da cooperação entre países em desenvolvimento discutidos em 1978 quando do lançamento do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) e que são avaliados e discutidos a cada dois anos durante as reuniões do Comitê de Alto Nível das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul.

Ao longo das duas décadas deste terceiro milênio, a cooperação Sul-Sul se fortaleceu, obviamente entremeada por uma série de desafios e por interesses geopolíticos das potências emergentes que buscam reformar o sistema internacional.

Ao longo deste tempo, o Brasil vem participando deste movimento, buscando se conformar como ofertante de cooperação a países africanos e latino-americanos e, assim, consolidar uma posição de poder no processo de ascensão do Sul global. A política externa brasileira vem se valendo de seus princípios tradicionais para atuar neste cenário: pragmatismo, pacifismo e não intervenção em assuntos internos de outros países. Mais ainda, o Brasil vem se valendo de sua própria trajetória de desenvolvimento, e de seus ganhos na redução da pobreza e na melhora da inclusão social como motores de sua interlocução internacional.

O G-77 + China são a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é facilitar que os países do Sul Global se articulem, promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro da ONU. Fórum político criado em 15 de junho de 1964 por 77 países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Desde os preparativos para a UNCTAD I, que os países em desenvolvimento, que eram membros das Nações Unidas à época, já formavam um grupo coeso e sua união foi uma característica marcante na Conferência. Estes países em desenvolvimento compartilhavam o mesmo interesse, acreditavam na união e na solidariedade entre si e emergiram no final como uma força ainda maior. Ao ser publicada, a “Declaração Conjunta dos Setenta e Sete<sup>55</sup>” teve um significado histórico com repercussão em primeira página de vários jornais como “o fenômeno mais importante do pós-guerra”.

Hoje, o G-77 reúne 134 países que representam 80% da população mundial. É o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China. Para saber mais sobre este Grupo, o leitor pode se referir aos capítulos referentes nos ebooks: “Diplomacia da Saúde: reflexões a meio do caminho<sup>56</sup>” e “Diplomacia da Saúde: respostas globais à pandemia<sup>57</sup>”.

---

<sup>55</sup> Ver: <https://www.G-77.org/doc/Joint%20Declaration.html>

<sup>56</sup> Acesso: <https://books.scielo.org/id/hdyfg>

<sup>57</sup> Acesso: <https://portal.fiocruz.br/diplomacia-da-saude-respostas-globais-pandemia>

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)<sup>58</sup>, Nairóbi (UNEP)<sup>59</sup>, Paris (UNESCO)<sup>60</sup>, Roma (FAO/IFAD)<sup>61</sup>, Viena (UNIDO)<sup>62</sup> e Washington ((G-24)<sup>63</sup>.

Em 2024, a presidência pró tempore do G-77 está a cargo da República de Uganda que exercerá concomitantemente presidente do Movimento dos não alinhados (MNA) (2024-2027) e a Coordenação do Comitê Misto de Coordenação G-77 – MNA.

### **Movimento dos Não-Alinhados (MNA)**

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

Desde a sua fundação, o MNA tem dado voz aos países em desenvolvimento e tem encorajado suas ações em assuntos globais. O MNA representa os interesses e aspirações dos países em desenvolvimento e surgiu no contexto da descolonização pós Segunda Guerra Mundial. No cenário da guerra fria, os países em desenvolvimento argumentavam que não queriam ser obrigados a se aliar com uma das duas superpotências antagônicas e que deveriam sim, se unir e apoiar a autodeterminação nacional contra qualquer forma de colonialismo ou imperialismo.

Como condição para fazer parte do movimento, o país não pode ter assinado nenhum acordo militar multilateral com uma das grandes superpotências. No entanto, a ideia de não alinhamento não significa que um país deva remanescer passivo ou mesmo neutro na esfera da política internacional.

Ao contrário da (ONU) ou da OEA, o MNA não possui constituição formal ou secretaria permanente. Todos os membros do MNA igual peso dentro de sua organização e as posições do movimento são alcançadas por consenso na Conferência de Cúpulas de Chefes de Estado ou de Governo, que geralmente se reúne a cada três anos, quando se elege o novo presidente.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada cúpula e os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2024 a 2027, presidência do MNA estará a cargo da República de Uganda. O Presidente de Uganda Yoweri Museveni é também o Presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é a representante do Presidente na ONU.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação

---

<sup>58</sup> UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

<sup>59</sup> UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

<sup>60</sup> UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

<sup>61</sup> FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

<sup>62</sup> UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

<sup>63</sup> G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Em seu discurso ao assumir o MNA, Yoweri Museveni afirmou que o movimento deveria se concentrar nos “problemas humanos comuns”, em sua opinião: prosperidade através do comércio, o avanço da ciência e da tecnologia para lidar com os problemas humanos, o ambiente, o crime e terrorismo, e aproveitou para elogiar os resultados de crescimento de seu país, reafirmando a condição de seu governo como de “combatentes da resistência de Uganda”, referindo-se à Guerra Civil que ocorreu quase quarenta anos atrás e da qual seu grupo saiu vitorioso. O presidente de Uganda está no poder desde 1987. Em seu discurso apontou para uma visão dual das relações internacionais, destacando:

*“Os opressores calculam mal quando usam a sua vantagem temporária na ciência e na tecnologia para pensar que podem usá-la para oprimir outras pessoas indefinidamente. Os oprimidos aprenderão, alcançarão e derrotarão o opressor. É por isso que os Impérios sempre entram em colapso. A ideia de Impérios é uma ideia má”<sup>64</sup>*

### **Centro Sul (South Centre)**

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um *Think Tank*, um grupo de reflexão política e pesquisa independente que colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas. É uma instituição reconhecida pelos principais atores do sistema internacional e recebe apoio de embaixadores das missões permanentes da ONU para discutir temas de interesse para os países em desenvolvimento em fóruns multilaterais.

Estas instituições apesar de terem mandatos diferentes, atuam com propósitos semelhantes e muitas vezes refletem a fragmentação que ocorre, de maneira mais geral, no sistema da governança global. Se por um lado suas atividades promovem uma fertilização cruzada das ideias, pesquisas, opiniões e interesses dos países menos desenvolvidos, por outro isso pode incorrer em pulverização e diluição de sua força.

---

<sup>64</sup> <https://nam.go.ug/uganda-assumes-nam-chairmanship-president-museveni-cautions-leaders-against-imposing-their-narrow>



# THIRD SOUTH SUMMIT OUTCOME DOCUMENT<sup>65</sup>

1. We, the Heads of State and Government of the Member Countries of the Group of 77 and China, gathered in Kampala, Republic of Uganda for the Third South Summit, from 21 to 22 January 2024, in this historic 60th anniversary year of the establishment of our Group, fully convinced of the imperative to continue to act in solidarity and unity for a peaceful, sustainable and prosperous world that responds to our aspirations, reaffirm our full commitment to the spirit and principles of the Group of 77 and China, and to the defence and promotion of our collective interests in genuine international cooperation for development.

2. We recall the first Ministerial Meeting of the Group of 77, held in Algiers from 10 to 25 October 1964, at which the Group adopted the Charter of Algiers, which established the principles of unity, complementarity, cooperation and solidarity of the developing countries and our determination to strive for economic and social development, individually or collectively. We are convinced that convening this Third South Summit in an international context characterized by multidimensional crises and new challenges is an occasion for our Group to chart a new course on behalf of our peoples.

3. Having reviewed the implementation of the Doha Declaration and Plan of Action adopted by the Second South Summit of the Group of 77 and China, held in Doha, Qatar, from 12 to 16 June 2005, as well as, the Havana Declaration and Plan of Action adopted by the First South Summit of the Group of 77 and China, held in Havana, Cuba, from 10 to 14 April 2000 and the achievements of the Group of 77 and China, as well as the challenges facing it in the promotion of development, we reiterate their continuing relevance and call for their full implementation.

4. We reaffirm full respect for the purposes and principles of the Charter of the United Nations and international law. We reaffirm in this regard the need to respect the principles of equality among States, national sovereignty, territorial integrity and political independence of States and non-interference in their internal affairs. We also reaffirm the need to respect the right to self-determination of peoples living under colonial or foreign occupation and other forms of alien domination.

5. We reaffirm that there can be no sustainable development without peace and no peace without sustainable development. We stress the importance of building a culture of peace by strengthening multilateralism based on international law, developing friendly relations among nations, promoting peaceful settlement of disputes, and taking other appropriate measures to strengthen universal peace and to ensure the fulfilment, promotion and protection of all human rights, including the right to development.

6. We reaffirm our principled and longstanding support for the right of the Palestinian people to self-determination and the achievement of justice and their legitimate national aspirations, including for freedom, peace and dignity in their independent State of Palestine, with East Jerusalem as its capital, in line with the relevant United Nations resolutions, the Madrid terms of reference, and the Arab Peace Initiative. We therefore stress the urgent need for a credible political horizon to bring an end to the Israeli occupation that began in June 1967 and to address and resolve the root causes of this ongoing injustice, in accordance with international law and the relevant United Nations resolutions.

7. We deplore the systematic, grave breaches of international law, including international humanitarian and human rights law, committed by Israel, the occupying Power, in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and call for full compliance with international law and for accountability. We also deplore the dire humanitarian catastrophe, the severe socio-economic conditions and challenges,

---

<sup>65</sup> Fonte: [https://www.g77.org/doc/3southsummit\\_outcome.htm](https://www.g77.org/doc/3southsummit_outcome.htm)

including the widespread of extreme poverty and the unprecedented scale of death, devastation, and destruction, including of civilian infrastructure essential for human survival, and the health, water, sanitation, energy and telecommunications crises, facing the civilian population, in particular as a result of the ongoing Israeli illegal blockade and siege and the war crimes and crimes against humanity, committed by Israel, the occupying Power, against the Palestinian civilian population in the occupied Gaza Strip.

8. In this regard, we call for accountability for these violations and for the Security Council, in line with its Charter duty for the maintenance of international peace and security, to undertake serious efforts to implement its resolutions, imperative for bringing an end to Israel's impunity, realizing justice for the victims, and contributing to a just and peaceful solution of the Palestinian-Israeli conflict without delay. We reiterate our demand for the resumption of a peace process, including negotiations based on international law and the UN resolutions and for the immediate and full withdrawal of Israel, the occupying Power, from the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and the occupied Syrian Golan to the line of 4 June 1967 and from the remaining Lebanese occupied land. We also reiterate our demand for the immediate and full lifting of the Israeli blockade imposed on the Gaza Strip, which constitutes massive collective punishment, and in this regard, we call for the full and immediate implementation of the relevant resolutions, including Security Council resolutions 2334 (2016), 2712 (2023) and 2720 (2023) and General Assembly resolutions ES-10/21 and ES-10/22.

9. We reiterate our call for the complete dismantlement and immediate cessation of all illegal Israeli settlement activities in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and in the occupied Syrian Golan. We also reaffirm our conviction that the Israeli occupation remains the main obstacle to the efforts to achieve sustainable development and a sound economic environment in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and in the occupied Syrian Golan.

10. We call on Israel to end its strikes on Syrian civil infrastructure, including civil airports, which constitutes a violation of the principles of the United Nations Charter and international law, threatens the livelihood of civilians and the safety of civil aviation, and hinders United Nations humanitarian operations.

11. We call on Israel to end its violations of Lebanese sovereignty by air, land and sea that threatens its security, which is a critical factor in promoting the tourism, industry and the economy. We also call on Israel to refrain from using white phosphorus against Lebanon in contravention to International Humanitarian Law, which have caused major health, environmental and agricultural disasters and led to fires in Lebanese forests and agricultural lands. We also call on Israel to provide the United Nations with all the maps and information on the location of the landmines that it has planted in the south of Lebanon during its occupation as well as cluster bombs fired indiscriminately at Lebanon during Israel's aggression in 2006, which are hindering the development and rehabilitation of the south of Lebanon and preventing the agricultural exploitation of vast areas of rich agrarian land, and we express support for the assistance in the demining efforts in the south of Lebanon.

12. We emphasize the necessity to have Israel withdraw from all occupied Lebanese territories including Shebaa Farms, Kfarshouba Hills and the occupied lands in the outskirts of the town Al-Mari, which partly includes the urban expansion of the village of Ghajar, in accordance with relevant international resolutions and in particular Security Council resolution 1701.

13. We stress that the Government of Israel needs to assume responsibility for prompt and adequate compensation to the Government of Lebanon and other countries directly affected by the oil slick caused by the destruction by the Israeli Air Force in 2006 of the oil storage tanks in the Jiyah electric power plant in Lebanon, that covered the entirety of the Lebanese coastline, extended to the Syrian coastline and hindered efforts to achieve sustainable development and demanded Israel to fully implement the relevant General Assembly Resolutions on the "Oil slick on Lebanese shores". We reiterate the right of Lebanon to its oil and water and gas resources, especially those located within its exclusive economic zone.

14. We reaffirm the need for the Governments of the Argentine Republic and the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland to resume negotiations in accordance with the principles and the objectives of the UN Charter and the relevant resolutions adopted by the General Assembly, in order to find, as soon

as possible, a peaceful solution to the sovereignty dispute over the Malvinas, South Georgias and South Sandwich Islands and the surrounding maritime areas, and appreciate the good predisposition and willingness of Argentina in holding negotiations related to this aim and recalled UN General Assembly Resolution 37/9, which, inter alia, entrusted the Secretary-General with a mission of good offices in order to assist the parties to resume the said negotiations.

15. We express our strongest rejection of the implementation of unilateral coercive measures and reiterate our solidarity with Cuba. We reaffirm our call upon the Government of the United States to put an end to the economic, commercial and financial blockade imposed on that sisterly nation for more than six decades that constitutes the major impediment for its full development. At the same time, we regret the measures implemented by the government of the United States since November 9th, 2017, which strengthen the blockade. We express deep concern over the widening of the extraterritorial nature of the embargo against Cuba, including the full implementation of Chapter III of the Helms-Burton Act, and reject the reinforcement of the financial measures adopted by the Government of United States, aimed at tightening the embargo.

16. We reaffirm that the main strengths of our Group continue to be its unity and solidarity, its vision of fair, just and equitable multilateral relations, the commitment of its member States to the well-being and prosperity of the peoples of the South, as well as our commitment to uphold multilateralism and strengthen mutually beneficial cooperation.

17. We reiterate the commitment to devote collectively to the pursuit of global development and "win-win" cooperation on the basis of extensive consultations, joint contributions and shared benefits, which can bring huge gains to all countries and all parts of the world in building a community of shared future for humankind.

18. We underscore our critical role in providing the Global South with the means to articulate our shared vision, promote our interests and enhance our joint negotiating capacity within the United Nations system. We are proud of the great legacy and achievements of the Group in defending and promoting the interests of the developing countries and in pursuing sustainable development and shared prosperity. We will intensify our efforts to work collectively for the well-being and prosperity of the countries and the peoples of the South, for mutually beneficial cooperation and a world order that is just, equitable, stable and peaceful.

19. We note with concern that those interests are today more than ever threatened by developments in the international context that pose grave challenges to the international community, and in particular, to the developing countries. The global order underpinned by international law and the institutions that uphold it, is under threat by a retreat from multilateralism and from a collective approach to problem solving. The rise in unilateral policies and actions in the political, economic and trade domains is a major threat to multilateralism and should be stopped.

20. We recall, in this context the adoption of General Assembly resolution 78/203 and Human Rights Council resolution 54/18, on the right to development which included the submission to the General Assembly of the United Nations of the draft International Covenant on the Right to Development for its consideration, negotiation, and subsequent adoption, which will be of paramount importance for the effective realization of the right to development, which we consider a universal, indivisible and inalienable human right of all our peoples.

21. We recognize that the global scenario has changed dramatically since the adoption of the 2030 Agenda for Sustainable Development. We note also that, unfortunately, the overall progress in the achievement of sustainable development has fallen short of expectation. Progress at the halfway point of the 2030 Agenda implementation is slow or fragile. Obstacles to progress include limited support to developing countries, especially with regard to financing for development, transfer of technology and capacity building.

22. We further note with deep concern that the gap between developed and developing countries has continued to widen and that the major challenges generated by the current unfair international economic

order for developing countries have reached their most acute expression in current times due, inter alia, to the persistent negative effects of the COVID-19 pandemic, geopolitical tensions and conflicts, unilateral coercive measures, the fragile global economic outlook, increased pressure on food, fertilizer and energy, continued inflation and volatility of the financial markets, the growing burden of the external debt, increased displacement of people, widening levels of extreme poverty and food insecurity and setbacks in the gains that had been achieved in the eradication of poverty in developing countries, rising inequalities within and among countries, including deepening gender inequality, and the growing challenge and adverse effects of climate change, biodiversity loss, pollution, desertification, sand and dust storms and environmental degradation, as well as the digital divides, with no clear roadmap so far to address these global problems.

23. Under these circumstances, we urgently call for joint, and coordinated action-oriented efforts to strengthen multilateralism, better harness and utilize the growing potential of South-South Cooperation, putting development at front and centre of our Group, pursuing sustainable development in its three dimensions in accordance with the 2030 Agenda and its SDGs and for placing the Global South in a more influential and equal footing in the international arena and in mutually beneficial cooperation with all partners.

24. We also emphasize that, while developing countries are committed to undertaking their international obligations, it is imperative that identical obligations are not forced on unequal participants and we are determined to defend and take appropriate concerted actions to ensure that the international community remains sensitive to their different levels of development and take into account the need for equity, flexibility and national policy space for developing countries while assuming international commitments.

25. We reaffirm all the principles of the United Nations Conference on Environment and Development, held in Rio de Janeiro, Brazil, in 1992, in particular, the principle of common but differentiated responsibilities.

26. We reiterate that the 2030 Agenda for Sustainable Development, the Addis Ababa Action Agenda, the Paris Agreement adopted under the UNFCCC, the New Urban Agenda and the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction, as well as all other major outcome documents in relation to countries in special situations, shall be implemented in their entirety, and the commitments enshrined in them shall be honoured, in line with the principles of multilateralism and international cooperation.

27. We reaffirm the universality of the 2030 Agenda and its comprehensive, far-reaching, people-centred and transformative set of Sustainable Development Goals and targets, guided by the principle of leaving no one and no country behind. We reaffirm that eradicating poverty in all its forms and dimensions, including extreme poverty, is the greatest global challenge and an indispensable requirement for sustainable development. We reaffirm our commitment to work tirelessly for the full implementation of this Agenda by 2030 in a balanced and integrated manner to achieve sustainable development in its three dimensions and building on the achievements and lessons learned from the Millennium Development Goals and seeking to address their unfinished business. We urge our developed partners to join with us in this universal aspiration, to facilitate the transfer of technology, capacity building and financing for sustainable development, and achieve the SDGs.

28. We welcome the political declaration adopted by the High-Level Political Forum on Sustainable Development convened under the auspices of the General Assembly (SDG summit) held in New York on 18 and 19 September 2023 and urge timely action to ensure its full implementation including through strengthened intergovernmental mechanisms within the UN to follow up and promote the implementation of its commitments.

29. We stress the importance of adequate means of implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development and call upon developed countries to agree and commit to a new phase of international cooperation through a strengthened and scaled-up global partnership for development. Achieving the SDGs requires new, additional, quality, adequate, sustainable, and predictable financing, as well as a bold approach to development finance. In this context, we stress that the Addis Ababa Action Agenda is an integral part of the 2030 Agenda. We call for its full and effective implementation which is critical for the

realization of the SDGs and their targets and look forward to the IV International Conference for Financing for Development to assess its progress and address the current and emerging financing challenges.

30. We recall the holding of UNCTAD 15 in Barbados from 3-7 October 2021, reaffirm the Bridgetown Ministerial Declaration and renew our commitment to support UNCTAD as the major UN voice for the South in the area of trade and development in order to fulfil its mandate as envisaged by our Group in the Joint Declaration of 15 June 1964. We reiterate the role of UNCTAD as the focal point within the United Nations system for the integrated treatment of trade and development and interrelated issues in the areas of finance, technology, investment and sustainable development, and in contributing to supporting the full and effective implementation of the 2030 Agenda, to carry developing countries' voice within the United Nations and beyond.

31. We note that the year 2024 marks the sixtieth anniversary of the Group of 77 and of UNCTAD from which the Group was born, and in that context underscored the historical significance of such commemoration. We look forward to the successful and meaningful celebrations of both anniversaries.

32. We are deeply concerned by the increase in the SDG financing gap and recognize the urgency of providing sufficient development finance to developing countries.

33. We reaffirm our commitment to take urgent actions needed for coordinated and comprehensive multilateral response to the developmental challenges and the need to support the national efforts of developing countries to build resilience against future shocks, putting people at the centre of the response.

34. We note with great concern that the international financial architecture has not kept pace with a changing global landscape and has failed to deliver the financing or stability needed to achieve the Sustainable Development Goals, and call for urgent reform of the international financial architecture, including the international financial institutions and their governance structure, to be equitable and responsive to the financing needs of developing countries, to enhance their effectiveness, and to broaden and strengthen the voice, participation, and representation of developing countries in international economic decision-making, norm-setting and global economic governance including with the aim to accelerate the achievement of sustainable development. In that sense, the comprehensive reform of the IFIs is a long-standing demand that seeks to be faithful to the principles and purposes of the United Nations Charter and international law.

35. We reaffirm the need to uphold and strengthen the role of the United Nations, in particular the General Assembly and ECOSOC in dealing with the reform of the international financial architecture to ensure that the voice of every nation is heard and taken into account in such important matters pertaining to global governance. We reiterate that, in light of the tightening global financial conditions and severe debt crises in many developing countries, reforms of the international financial architecture should better reflect the needs and priorities of developing countries and include a lasting and fair solution to the debt crisis and substantially enhance the capacity of and urge multilateral development banks to meet the financing needs of all developing countries, including low- and middle-income countries, through concessional finance and grants.

36. We reaffirm the need to ensure that developing countries have the necessary fiscal space for recovery and achieving the SDGs, note the increasing financing gap and underline that bridging this gap is essential to move towards recovery. This would require, amongst other measures, fulfilment of ODA commitments, access to concessional finance by all developing countries, in particular low- and middle-income countries, debt treatment, enhanced financing mechanisms including innovative financing, combatting illicit financial flows that drain resources from developing countries, as well as larger FDI to the Global South.

37. We reaffirm our call to seek ways in which concessional loans and grants can be scaled up. We reiterate the essential need to channel unutilized quotas of existing and newly allocated SDRs from developed countries with strong external positions to the developing countries most in need of liquidity and regional development banks. We also call for new issuances of SDRs, driven by the need to enable the achievement of the Sustainable Development Goals, including eradicating poverty.



38. We stress the urgency and importance of IMF quota share realignment and urgently conducting the shareholding review of the World Bank to better reflect members' relative positions in the world economy, while ensuring that no developing country is left worse off in terms of voice and shareholding. In this context, we look forward to the work to develop, by June 2025, possible approaches as a guide for further quota realignment, including through a new quota formula, under the 17th General Review of Quotas.

39. We note with concern that countries with substantial IMF loans are burdened with additional interest in the form of surcharges, and that the existing structure of IMF charges and surcharges is inefficient since it operates procyclically, and inequitable since it leaves the most distressed countries bearing the heaviest financial burden. In this regard, we urge the IMF to suspend the surcharge policy charge with immediate effect.

40. We recognize that the unsustainable debt burdens in developing countries are stretching social safety nets, causing socioeconomic distress and constraining sustainable development, while the multilateral response has been subdued, considering the severity of the situation.

41. We call for an improved global sovereign debt architecture with the meaningful participation of developing countries, allowing for fair, balanced and development-oriented treatment.

42. We reiterate the need for multilateral debt mechanisms to fully address sovereign external debt distress and provide an effective, efficient, equitable, comprehensive and predictable mechanism for managing debt crises in a way that is aligned with the development needs of all developing countries, in particular in low- and middle-income countries. We recognize the need to consider a concrete tool to incentivize, encourage, or ensure private creditors participation in debt treatments alongside the official sector to ensure comparable treatment of creditors.

43. We reaffirm the urgent need for scaling up debt swaps for SDGs, including debt swaps for climate and nature, to allow developing countries to use debt service payments for investments in sustainable development and taking multilateral measures to standardize the use of these mechanisms, while recognizing debt swaps cannot replace broader debt treatments in unsustainable debt situations.

44. We urge for tangible progress in MDBs reform to bring forward actions to mobilize and provide additional development financing within their mandates to support developing countries to achieve the SDGs, including through securing increases to grants and concessional finance and technical assistance better leveraging their capital bases and considering ways to increase their capitalization, expanding local currency lending, participating in the formulation and new financial instruments and mechanisms for developing countries.

45. We stress that inaccurate credit ratings can impact the cost of borrowing and the stability of the international financial system. Given their role in either facilitating or hampering progress on debt treatment and affecting the cost of borrowing, it would be important that credit rating agencies ensure that their ratings are objective, independent and based on accurate information and sound analytical methods. We encourage transparency from credit rating agencies to consider adapting the use of criteria to extraordinary circumstances.

46. We reiterate the need to resolve to reduce mechanistic reliance on credit-rating agency assessments, including in regulations, and to promote increased competition as well as measures to avoid conflict of interest in the provision of credit ratings in order to improve the quality of ratings, and note that Member States may consider the feasibility of establishing public rating agencies.

47. We welcome the Secretary-General's SDG stimulus proposal to tackle the high cost of debt and rising risks of debt distress, to enhance support to developing countries and to massively scale up affordable long-term financing for development and expand contingency financing to countries in need. We call on developed countries and international financial institutions to take the necessary actions to implement the SDG Stimulus.

48. We reaffirm the urgent need to establish the set of measures of progress on sustainable development that complement or go beyond gross domestic product through a UN-led intergovernmental process in consultation with all relevant stakeholders to inform access to concessional finance and technical cooperation for developing countries and to have a more inclusive approach to international cooperation. We emphasize that this will also require increased investment in national statistical systems, in data collection, and the provision and mobilization of the necessary resources to support capacity building for national statistical agencies in developing countries.

49. We reaffirm that Official Development Assistance (ODA) remains the main channel for international cooperation and stress its paramount importance in supporting the sustainable development needs of developing countries, in particular countries in special situations and those facing specific challenges.

50. We note with concern that target for developed countries to provide 0.7% of their GNI in ODA has not been met once since its formal approval more than 50 years ago. We urge developed countries to fulfil their unmet ODA commitments to developing countries, in keeping with their previous undertakings, and to scale up those efforts to play a meaningful role in eradicating poverty in all its forms and dimensions, and to increase their flows of ODA to 0.7 percent of GNI to developing countries and 0.15-0.20 per cent of GNI to LDCs, as called for in target 17.2 of the Sustainable Development Goals.

51. We note that a significant portion of ODA is dedicated to in-donor services to refugees, which is not consistent with long-term and sustainable approach to financing for development to achieve 2030 Agenda targets.

52. We stress that, for ODA flows to be most effective, they should be aligned with national priorities and development strategies of the recipient countries and should not be tied to conditionalities.

53. We note with deep concern the increase in the illicit financial flows, particularly from developing countries, and the negative impact it poses with respect to the realization of the Sustainable Development Goals, the rule of law and the security of nations. We urge all States to scale up the level of cooperation to curb illicit financial flows and recover the proceeds of crime, including embezzled public funds, stolen assets and unaccounted-for assets that are found in safe havens, and to demonstrate strong commitment to ensuring the return of such assets to the countries of origin. We also urge the international community to enhance its support for the efforts of Member States to develop and strengthen capacities in various areas, inter alia, their national tax authorities, legal and regulatory institutions, businesses and financial institutions, and for increased public awareness to enhance accountability mechanisms and help to combat illicit financial flows. In addition, we call upon States to consider the possibility of waiving or reducing to the barest minimum the processes and costs of the recovery of assets, in particular by reducing the administrative and legal bottlenecks in the recovery of illicit assets.

54. We emphasize that promoting inclusive and effective international tax cooperation remains a critical prerequisite to the achievement of the SDGs, since it enables developing countries to effectively mobilize their domestic resources. It is clear that current international tax governance structures need considerable improvements. We look forward to the successful completion of the process initiated by the resolution "Promotion of inclusive and effective international tax cooperation at the United Nations" and calls upon all countries to continue to participate and negotiate in good faith.

55. We commit to promoting a universal, rules-based, open, transparent, predictable, inclusive, non-discriminatory, and equitable multilateral trade system that has development in its centre, as well as meaningful trade liberalization. We emphasize the importance of facilitating the accession of developing countries to the WTO, promotion of preferential trade access for developing countries and strengthening and operationalizing the principle of special and differential treatment for developing countries, while continuing WTO negotiations, with a view to achieve positive results within the given mandates at the 13th WTO Ministerial Conference.

56. We call on all WTO Members to work on the necessary reform of the Organization and to restore the Appellate Body, recognising the importance and urgency of addressing current and future challenges in international trade, thus enhancing its relevance and effectiveness in placing development at its centre.

We stress that the reform must, inter alia, preserve the centrality, core values and fundamental principles of the WTO.

57. We reiterate that the multilateral trading system should contribute to the achievement of the sustainable development goals, providing policy space for national development objectives, poverty eradication and sustainable development, consistent with relevant international rules and countries' commitments, and promote export-led growth in the developing countries through, inter alia, preferential trade access for developing countries, special and differential treatment that responds to the development needs of developing countries, in particular least developed countries, and the elimination of trade barriers that are inconsistent with WTO agreements.

58. We look forward to the 13th session of the WTO Ministerial Conference, from 26 to 29 February 2024 in Abu Dhabi, United Arab Emirates as an opportunity to advance on the reform of the WTO.

59. We express deep concern with the increase in unilateral and protectionist measures, which run counter to the spirit and rules of the WTO and the purposes and principles of the UN, and not only undermine the multilateral trading system, but also leads to negative impact on access of the developing countries' exports to the global markets. We emphasize the importance of promoting an open world economy and generating greater positive effects of globalization.

60. We reaffirm our firm rejection of the imposition of laws and regulations with extraterritorial impact and all other forms of coercive economic measures, including unilateral sanctions, against developing countries and reiterated the urgent need to eliminate them immediately. We emphasize that such actions not only undermine the principles enshrined in the Charter of the UN and international law but also severely threaten the freedom of trade and investment. We therefore call upon the international community to adopt urgent and effective measures to eliminate the use of unilateral coercive economic measures against developing countries.

61. We welcome the adoption of General Assembly resolution 78/135 on "Unilateral Economic Measures as a Means of Political and Economic Coercion against Developing Countries", particularly the request to the Secretary General of the United Nations to monitor, with the support and cooperation of the resident coordinators and United Nations country teams, the impact of unilateral coercive measures on affected countries, including the impact on trade and development. In this regard, we also welcome the launch of a uniform and universal tool, as elaborated by the Special Rapporteur on the Negative Impact of Unilateral Coercive Measures on the Enjoyment of Human Rights, for the purpose of monitoring and assessing the impact of unilateral coercive measures and overcompliance on human rights, as well as on the economic and social development of developing countries targeted by these measures and on achieving the Sustainable Development Goals (SDGs).

62. We also express deep concern regarding unilateral protectionist measures taken by some trade partners that would constitute a means of arbitrary or unjustifiable discrimination between countries or a disguised restriction on international trade, including, unilateral and discriminatory border adjustment mechanisms and taxes.

63. We recall that Article 3.5 of the UNFCCC, which states that "The Parties should cooperate to promote a supportive and open international economic system that would lead to sustainable economic growth and development in all Parties, particularly developing country Parties, thus enabling them better to address the problems of climate change. Measures taken to combat climate change, including unilateral ones, should not constitute a means of arbitrary or unjustifiable discrimination or a disguised restriction on international trade," and Article 4.15 of the Paris Agreement, which states that "Parties shall take into consideration in the implementation of this Agreement the concerns of Parties with economies most affected by the impacts of response measures, particularly developing country Parties." In this regard, we welcome the recognition in the Global Stock Take at COP28 that measures taken to combat climate change, including unilateral ones, should not constitute a means of arbitrary or unjustifiable discrimination or a disguised restriction on international trade, and we call on parties to reconsider such measures and suspend their implementation.

64. We stress the critical importance of industrialization for developing countries, as a critical source of economic growth, economic diversification, and value addition. We will invest in promoting inclusive and sustainable industrial development to effectively address major challenges. In this regard, we welcome relevant cooperation within the United Nations system, including the United Nations Industrial Development Organization (UNIDO), and we further encourage their role in advancing the linkages between infrastructure development, inclusive and sustainable industrialization and innovation.

65. We recognize the important role of connectivity in promoting policy synergies, trade facilitation, infrastructure connectivity, financial cooperation and people-to-people exchange at the subregional, regional and global levels. We commit to accelerate global connectivity for all by 2030, and to create an enabling environment at all levels, and to facilitate sustainable and inclusive industrialization, and modernization as well as to develop and promote investment in quality, reliable, sustainable and resilient infrastructure in developing countries through transfer of technology, access to enhanced financial, technological and technical support from developed countries to developing countries. We recognize that the UN can play a greater role in this regard, and support further discussions on the establishment of an infrastructure Policy Board under UN auspices. We recognize that stable and sustainable industrial and supply chains should be built to contribute to the achievement of the SDGs.

66. We call for a coherent set of policy actions at the national, regional and international levels to support the need for developing countries rich in critical minerals to add value to their supply chains as a way of contributing to their economic structural transformation, creating decent employment, increasing export revenues, and participating in the process of economic development.

67. We call on the international community to urgently support countries affected by the food crisis, including through coordinated actions and enhanced partnership among countries and other relevant stakeholders, in such areas as food production, storage, transport, food loss and waste reduction, and improve food security, nutrition and food self-sufficiency of developing countries. We reaffirm the importance of keeping food and agriculture supply chains functioning, and ensuring trade channels and markets open for food, fuel, fertilizer and other agricultural products, by promoting a universal, rules-based, open, non-discriminatory, and equitable multilateral trading system under the WTO.

68. We recognize the important nexus between international migration and development and the need to deal with this issue in a coordinated and coherent manner with a view to addressing the challenges and opportunities that migration presents to countries of origin, destination and transit, thus deserving effective international cooperation in order to harness its positive effects.

69. We acknowledge the importance of preserving the cultural and traditional practices of Indigenous Peoples and of local communities in the context of respecting all their human and fundamental rights, in conformity with the relevant international instruments. We take note of the Special Declaration on the Coca Leaf of the Heads of State and Government of the Latin American and Caribbean States within the framework of the Summit of Heads of State and Government of the Community of Latin American and Caribbean States, held in Havana on 29 January 2014, and further note the efforts of Bolivia in this regard at the United Nations.

70. We stress the interlinkages among the SDGs, and that addressing the well-being and the rights of youth, women and girls, Indigenous Peoples, persons with disabilities, older persons, migrants, refugees and those in vulnerable situations, are a prerequisite for achieving the 2030 Agenda.

71. We stress the importance of Indigenous Peoples in the achievement of sustainable development in developing countries and their critical role in the social, economic and political processes of our countries, while strengthening the local views and values referred to as the holistic views of Mother Earth.

72. We recognize that gender equality and the full participation of women in all spheres are integral to building a just society for all and must be at the centre of all economic and social development. We recommit ourselves to the urgent goal of achieving gender equality, to eliminating discrimination and violence against women and to ensuring their full participation in all areas of life and at all levels.

73. We emphasize the mutually reinforcing relationship among women's economic empowerment and the full, effective and accelerated implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action, and the gender-responsive implementation of the 2030 Agenda. We furthermore acknowledge the important contribution of women and girls to sustainable development and reiterate that women's economic empowerment not only helps to fulfil women's rights, fosters gender equality and improves the lives and wellbeing of women, but it also accelerates achievement across other development outcomes. We reaffirm in this regard that gender equality and the empowerment of all women and girls and women's full and equal participation and leadership in the economy and as partners for development are vital for achieving sustainable development, promoting peaceful, just and inclusive societies, enhancing sustained, inclusive and sustainable economic growth and productivity, ending poverty in all its forms and dimensions everywhere and ensuring the well-being of all throughout their life course.

74. We stress the importance of establishing and implementing targeted policies and measures to eradicate poverty, including by formulating rural development strategies with clear poverty eradication goals, strengthening national statistical capacity and monitoring systems, implementing nationally appropriate social protection systems and measures for all, and taking concrete actions to prevent the return to poverty.

75. We recognize the importance and different history and particularities of South-South cooperation, and we reaffirm our view of South-South cooperation as a manifestation of solidarity among peoples and countries of the South that contributes to their national well-being, their national and collective self-reliance and the attainment of internationally agreed development goals, including the Sustainable Development Goals, according to national priorities and plans. South-South cooperation and its agenda have to be set by countries of the South and should continue to be guided by the principles of respect for national sovereignty, national ownership and independence, equality, non-conditionality, non-interference in domestic affairs and mutual benefit.

76. Developed countries should bear the primary responsibility in financing for development, which is essential to address current development imbalances and the challenges of the 21st century. We reiterate that South-South cooperation is not a substitute for, but rather a complement to, North-South cooperation and reaffirmed that South-South cooperation is a collective endeavour of developing countries.

77. We reaffirm the outcome documents of the High-level United Nations Conference on South-South Cooperation held in Nairobi in 2009 and the second High-level United Nations Conference on South-South Cooperation held in Buenos Aires from 20 to 22 March 2019 and we call upon the international community to support their full implementation.

78. We also reaffirm our support for the High-level Committee on South-South Cooperation and welcome decisions 21/1 and 21/2 adopted during its twenty-first session, held from 30 May to 2 June 2023.

79. We note that current trends in international development cooperation, characterized by a steady decline in international development assistance and prevailing geopolitical context, make it necessary for us to take appropriate collective actions to reinvigorate South-South cooperation as a complement to and not a substitute for North-South cooperation with the aim to maximize the full potential of capacities, knowledge, technologies and infrastructure existing in the South to effectively address the new development challenges facing the developing countries, as well as providing for a better playing level field for all of our countries in the multilateral processes, as reflected, inter alia, in the outcome of the Havana Summit on "Current Development Challenges: The Role of Science, Technology, and Innovation".

80. We commit to fully support the UN development system, including the Resident Coordinator system and the Joint SDG Fund, to deliver better in support of programme countries and their efforts to implement the 2030 Agenda and its SDGs. We support the United Nations in playing a central and coordinating role in international development cooperation, in accordance with national development policies, plans, priorities and needs.

81. We further reaffirm our resolve to launch South-South cooperation initiatives in the different areas envisaged in this document and to mandate our Ministers of Foreign Affairs to follow up on those actions during the annual Ministerial Meeting of the Group of 77 and China in the sidelines of the High Level Segment of the United Nations General Assembly. In this context, we will also seek a greater involvement of the UNOSSC, the United Nations Regional Commissions, Specialized Agencies, Funds and Programmes, within their respective mandates, in supporting developing countries' South-South cooperation initiatives.

82. We welcome efforts to enhance South-South and triangular trade cooperation under interregional trade arrangements, such as the Global System of Trade Preferences among Developing Countries, as a vehicle to support export diversification, economic resilience and technological upgrading.

83. We reiterate that international development cooperation, especially North-South cooperation, remains a fundamental catalyst to sustainable development. As North-South cooperation is the main channel of development financing, the international community must uphold the principle of "common but differentiated responsibilities" (CBDR) and reinvigorate North-South cooperation to continue to play its key role.

84. We reaffirm the importance of triangular cooperation, and acknowledge that triangular cooperation is aimed at facilitating, supporting and enhancing South-South initiatives, through the provision of, inter-alia, funding, capacity-building, technology transfer, resource mobilization, policy dialogue and exchange of best practices as well as other forms of support, at the request of developing countries, in line with the principles of South-South cooperation, and must be led by the countries of the South.

85. We welcome the initiative of the Republic of Guinea to create the International Institute for the Development of South-South and Triangular Cooperation, and encourage support for the institute.

86. We reiterate our strong support to the mandate of the United Nations Office for South-South Cooperation (UNOSSC) and stress that the Office is the articulator of South-South cooperation in the United Nations system. We appreciate the countries of the South who have stepped up their cooperation with UNOSSC. In this context, we call on the UNOSSC to strengthen its support to South-South cooperation projects.

87. We recognize the important role of the South Centre as think tank of the countries of the South and emphasize its relevance in enhancing South-South Cooperation through providing the intellectual and policy support required by developing countries for collective and individual action in the international arena, and promoting solidarity and mutual understanding among the countries and peoples of the South.

88. We call on the South Centre to examine ways and means to support more effectively developing countries in multilateral negotiations with the view to enhance the capacity of the South in addressing current and emerging challenges. In this context, we further call on the South Centre to build bridges and synergies with other institutions of the South with the purpose of using intellectual networking to reinforce the negotiating capacity of the Global South.

89. We emphasize the importance of adopting science, technology, and innovation strategies as integral elements of national sustainable development strategies to help promote innovation-driven development, economic recovery, and poverty eradication.

90. We welcome the Leaders' Political Declaration adopted at the G77 and China Summit on "Current Development Challenges: The Role of Science, Technology and Innovation", held in Havana, Cuba, from 15-16 September 2023, which highlights positions of the Group on these issues. We congratulate the government and the people of Cuba for the hospitality shown during the Summit, as well as for the preparation, organization and hosting of this important event.

91. We emphasize that a governance system based on science, technology and innovation is essential to identify problems and find effective solutions aimed at sustained, inclusive and sustainable economic development, environmental conservation, poverty eradication and inequality reduction. In this context, we further stress that technology transfer is one of the core priorities of the developing countries in implementing the 2030 Agenda. We reiterate the need to accelerate the transfer of technology to

developing countries on favourable terms including on concessional and preferential terms. It is key to strengthen strategic partnerships between countries of the North and the South so as to contribute to the sharing of knowledge, innovation and transfer of technology.

92. We emphasize the formulation of the international science, technology and innovation agenda and the evolution of the global innovation system should take into account the perspective of developing countries. We further emphasize the need for a more inclusive approach to prioritize the development dimension into global processes for developing countries to benefit from the opportunities offered by technological advancements to end discriminatory restrictions, and to ensure that processes such as the Global Digital Compact, the Summit of the Future and the World Summit for Information Society (WSIS+20) General Review contribute to the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development and the achievement of SDGs, and respond to the concerns, priorities, and needs of developing countries in the field of technology.

93. We recognize that technology can enable rapid transformations for bridging the existing digital divides and accelerate progress for inclusive and sustainable development, and, to this end, agree on the need to increase investment in digital public infrastructure which can be built and leveraged by both the public and private sectors, based on sustainable and resilient infrastructure and can be built on open standards and specifications, as well as open-source software to enable delivery of services at societal-scale.

94. In our voluntary efforts to make digital public infrastructure interoperable, we recognize the importance of data free flow while respecting applicable legal frameworks to make digital public infrastructure interoperable. We also reaffirm the linkage between data and development.

95. We agree on the need to invest more in science, technology and innovation and to implement initiatives at all levels for the development of human resources in these fields. We stress the importance to develop strategies aimed at confronting the brain drain of specialized human resources trained in the countries of the South. In this regard, we agree to continue to promote women's and young people's interest in scientific studies, including the educational sphere, through inter alia, scaling up investments in science, technology, engineering and mathematics, digital literacy education, e-commerce for farmers and enhancing technical, vocational and tertiary education, distance education and training and lifelong learning and participation for all, particularly for women and girls.

96. We believe that science, knowledge and technology integration and innovation should be instruments for promoting peace and people's sustainable development, well-being and happiness and that they should thus be oriented towards the promotion of the empowerment of the poor, the eradication of poverty and hunger, and the promotion of solidarity and complementarity among and within peoples so that they may live well in harmony with Mother Earth.

97. We call upon the international community, the United Nations System and the International Financial Institutions to support the efforts of the countries of the South to develop and strengthen their national science, technology and innovation systems. We urge developed countries to urgently mobilize means of implementation such as technology transfer, technical assistance, capacity building and financing through new, additional, and predictable resources in relation to the needs of developing countries, including in this area, in accordance with their national needs, policies and priorities.

98. We call upon the international community and the United Nations entities, funds and programmes to take urgent action aimed at reducing technological gaps between and within countries and advancing digital inclusion, including through active support to greater participation of developing countries in global research networks and projects and increased international assistance in the strengthening of national innovation ecosystems.

99. We call for the promotion of new research, the development and transfer of the necessary technologies, and access to the existing ones, including in the areas of food and nutrition, health, water and sanitation, and energy, in order to contribute to the eradication of poverty in all its forms and dimensions, and the achievement of sustained, inclusive and equitable economic growth, human wellbeing and sustainable development.

100. We reiterate our decision to resume the work of the Consortium on Science, Technology and Innovation for the South (COSTIS), and urge the members of the Group to evaluate and outline strategies to ensure its effective functioning.

101. We recognize that information and communication technologies are a key catalyst and enablers for sustainable development. We reaffirm the vision of building an inclusive, people-centred and development-oriented information society.

102. We stress the important role of science, technology and innovation as pillars, enablers and catalysts to support sustained, inclusive and sustainable economic growth, accelerating the full and effective implementation of the 2030 Agenda and the Addis Ababa Action Agenda and, in this context, reaffirm the need for political decision-making at all levels to create an enabling international environment for science, technology and innovation development and to take into account, in the first instance, available scientific knowledge and innovation, as well as the use and promotion of traditional, local, afro-descendant and indigenous knowledge and capacities.

103. We call for consideration of an international technology framework, including the Global Digital Compact, aligned with the SDGs, aimed at offering preferential access for developing countries to relevant advanced technologies and focusing global research and development on scientific breakthroughs relevant to achieving the SDGs.

104. We call upon the international community and relevant bodies of the United Nations system to take urgent action aimed at reducing all digital divides, and inequalities in data generation, infrastructure and accessibility within and among countries and regions, as well as between developed and developing countries, with special attention to the poorest and most vulnerable among them. We urge the creation of the necessary conditions to provide developing countries with affordable and reliable connectivity, aimed, inter alia, at promoting digital access and inclusion, including for people in remote and rural communities, as well as to ensure ethical, reliable, and more equitable development, access and use of artificial intelligence.

105. We recognize that currently, there is no multilaterally agreed approach on data governance and that dealing with data and associated opportunities and challenges, will require a global response, with the equal participation of all countries, and stresses the need to strengthen international cooperation, and pursue greater harmonization in this regard.

106. We reject technological monopolies and other unfair practices that hinder the technological development of developing countries. States which have monopoly and dominance in the Information and Communication Technologies environment, including Internet, should not use Information and Communication Technologies advances as tools for containment and suppression of the legitimate economic and technological development of other States. We call upon the international community to foster an open, fair, inclusive and non-discriminatory environment for scientific and technological development.

107. We further call on the international community to strengthen its support to developing countries, especially given the inequalities and additional strains that overlapping crises have placed on public finances, and to increase the resources available to them to build their capacities to meaningfully participate in and benefit from e-commerce and the digital economy.

108. We call for scaled up investments in digital infrastructure, connectivity, education, skills-training and capacity-building to ensure that developing countries can take better advantage of the digital economy.

109. We look forward to the development of a global digital compact to bridge the digital divide and to strengthen digital cooperation through an open, transparent and inclusive intergovernmental process.

110. The Global Digital Compact should build upon key documents and forums to advance digital cooperation, inter alia, the World Summit on the Information Society (WSIS), in particular the Tunis Agenda and the Geneva Plan of Action, the Internet Governance Forum, and take into account the Secretary-General Roadmap for Digital Cooperation.



111. We further look forward to the General Assembly's comprehensive review in 2025 of the progress made since the World Summit on the Information Society.

112. We emphasize that the international community must address the challenges and needs faced by developing countries, especially countries in special situations, in particular, African countries, least developed countries, landlocked developing countries and small island developing States as well as specific challenges faced by many middle-income countries, conflict and post-conflict countries and countries and peoples living under foreign occupation.

113. We recall the special needs of Africa and recognize that, while economic growth has improved, there is a need to sustain the recovery, which is fragile and uneven, to face the ongoing adverse impacts of multiple crises on development and the serious challenges that these impacts pose to the eradication of poverty and achievement of zero hunger, which further undermine the achievement of the internationally agreed development goals in Africa, including Agenda 2063 and Agenda 2030.

114. We underline the need to address the economic, social and environmental impact of climate change, desertification and land degradation in Africa, and highlights the importance of supporting the implementation of initiatives aimed at enhancing agriculture resilience in Africa, in particular the Comprehensive Africa Agriculture Development Programme and other initiatives launched under the leadership of the African Union Commission such as the Great Green Wall and the Land Policy Initiative, as well as initiatives launched by African countries such as the Adaptation of African Agriculture and the Security, Stability and Sustainability initiatives.

115. We welcome the admission of the African Union as a permanent member of the G20 at the New Delhi Summit on 9-10 September 2023, which should promote African efforts to advocate for a more inclusive and equitable global economic order.

116. We reiterate our call on the international community and development partners to support development activities and initiatives in order to strengthen African efforts in addressing the root causes of conflict in the continent and stress the urgent need for the UN system to support the efforts of African countries to achieve durable peace and sustainable development in Africa.

117. We call for strengthening and accelerating the development of start-up ecosystems in developing countries and, in that regard, we note the Algiers Declaration for Start-up Development adopted at the African Start-ups Conference held in Algiers, Algeria, on 5-6 December 2023.

118. We welcome the convening of the Africa Climate Summit in Nairobi from 4 to 6 September 2023, takes note of the Nairobi declaration on "Climate Change and Call to Action", and reaffirms the importance of the provision of the means of implementation to developing countries.

119. We welcome the Doha Programme of Action of Least Developed Countries for the Decade 2022-2031 adopted at the Fifth United Nations Conference on the Least Developed Countries. We emphasize that the implementation of the Doha Programme of Action for the decade 2022-2031 (DPoA), constitutes an opportunity to place the LDCs at the centre of international cooperation and foster the prosperity and wellbeing of their population. We stress that, as it coincides with the remaining years of action to achieve the 2030 Agenda and its SDGs, its implementation will require a robust international cooperation and partnership on the basis of mutual trust and benefit, focusing on the needs of least developed countries.

120. We recognize the special development needs and challenges of landlocked developing countries (LLDCs) arising from their landlockedness, remoteness from world markets and geographical constraints that impose serious impediments for export earnings, private capital inflow and domestic resource mobilization, adversely affecting their overall sustainable development. We express our concern on how these countries' efforts towards the achievement of sustainable development are affected by the frequent falling of commodity prices and their high exposure to climate change, which produces disproportionately adverse effects in those countries.

121. We welcome the convening of the third United Nations Conference on Landlocked Developing Countries that is scheduled to be held in Rwanda from 18-21 June 2024, to undertake a comprehensive

review of the implementation of the Vienna Programme of Action and to formulate and adopt a renewed framework for international support to address the special needs of landlocked developing countries and to strengthen partnerships between the landlocked developing countries and transit countries and their development partners.

122. We reaffirm that small island developing states (SIDS) remain a "special case" for sustainable development in view of their unique and particular vulnerabilities, including their small size, remoteness, narrow resource and export base, external economic shocks, and exposure to global environmental challenges, including to a large range of impacts from climate change and more frequent and intense natural disasters. Climate change and its adverse impacts continue to pose a significant risk to SIDS and their efforts to achieve sustainable development and, represent the gravest threat to their survival and viability, including through the loss of territory.

123. We welcome the convening of the fourth International Conference on Small Island Developing States that is scheduled to be held in Antigua and Barbuda from 27 to 30 May 2024, under the theme SIDS#4: Charting the course towards resilient prosperity. We note that SIDS4 is taking place amid unprecedented global challenges and therefore must deliver the transformation needed to ensure SIDS are able to achieve sustainable development and build resilience to external shocks. Therefore, we call on the international community to show solidarity and support for SIDS during the preparatory process of the Fourth SIDS Conference and the elaboration of the next 10-year SIDS Programme of Action.

124. We recognize the importance of addressing the specific challenges facing middle-income countries (MICs). In order to ensure that achievements made to date are sustained, efforts to address ongoing challenges should be strengthened through the exchange of experiences, improved coordination and better and focused support, aligned with MICs' specific needs and priorities, from the UNDS, the international financial institutions, regional organizations and other stakeholders. We also acknowledge that ODA and other concessional finance are still important for a number of these countries and have a role to play for targeted results, taking into account the specific needs of these countries.

125. We stress the need to make all institutional arrangements necessary to support MICs within the UN system and we call for advancing the elaboration of a specific inter-agency, comprehensive, system-wide response plan aimed at better addressing the multidimensional nature of sustainable development and facilitating sustainable development cooperation and coordinated and inclusive support to middle-income countries based on their specific challenges and diverse needs.

126. We note the convening of the Ministerial Conference on Middle-Income Countries, organized by the Kingdom of Morocco, the United Nations Development Programme, and the United Nations Economic Commission for Africa, on the 5 and 6 February 2024, in Marrakech, Morocco, under the theme: "Solutions to address development challenges of Middle-Income Countries in a changing world".

127. We stress the need to further mainstream sustainable development at all levels, integrating economic, social and environmental aspects and recognizing their interlinkages, so as to achieve sustainable development in all its dimensions.

128. We acknowledge that the Earth and its ecosystems are our home and we are convinced that, in order to achieve a just balance among the economic, social and environmental needs of present and future generations in an equitable manner, it is necessary to promote harmony with nature and the Earth. We also recognize that "Mother Earth" is a common expression for planet Earth in a number of countries and regions, which reflects the interdependence that exists among human beings, other living species and the planet we all inhabit.

129. We underscore that the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), the Convention on Biological Diversity (CBD) and the United Nations Convention to Combat Desertification (UNCCD), are the primary international, intergovernmental forums for negotiating the global response to climate change, biodiversity loss, desertification, and ecosystem and land degradation.

130. We reaffirm that climate change is one of the greatest challenges of our time and its widespread, unprecedented impacts disproportionately burden all developing countries and in particular the poorest

and most vulnerable among them. Extreme weather events and slow on-set events affected the environment, the economy and society and reversed hard-earned developmental gains, increasing the adverse impact on people and local communities. They reiterated the objective of the UNFCCC, and its principles, including the principle of equity and common but differentiated responsibilities and respective capabilities, in the light of different national circumstances, while recognizing the need for an effective and progressive response to the urgent threat of climate change on the basis of the best available scientific knowledge and in the context of sustainable development and efforts to eradicate poverty, while recognizing historic responsibilities, in that regard.

131. We stress the urgency of the provision of means of implementation from developed countries to developing countries to ensure the effective implementation of UNFCCC and the Paris Agreement adopted under the Convention. We stress on the importance of the provision of new, additional, adequate, predictable and sustainable financial resources by developed countries, distinct from ODA to address the special needs of developing countries in the context of addressing the adverse impacts of climate change.

132. We welcome the adoption of the UAE Consensus by the Conference of Parties to the UN Framework Convention on Climate Change at its twenty-eighth meeting (COP28) held in Dubai, United Arab Emirates as well as the findings of the first Global Stocktake. We further welcome the historic decisions on the establishment and the full operationalization of the Loss and Damage Fund taken at COP27 in Sharm El-Sheikh, Egypt and at COP28 in Dubai, UAE respectively. We further welcome the commitments totalling USD 792 million for the initial capitalization of the Fund at COP28.

133. We look forward to the hosting by the Government of Azerbaijan of the twenty-ninth session of the Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (COP29) from 11 to 22 November 2024 in the city of Baku and by the Government of Brazil of the thirtieth session of the Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (COP30) from 10 to 21 November 2025 in the city of Belém.

134. We reiterate that urgent and significant actions are needed to reduce the degradation of natural habitats, halt the loss of biodiversity, protect and prevent the extinction of threatened species. We also reaffirm the necessity of fair and equitable sharing of benefits arising from the utilization of genetic resources and from digital sequence information on genetic resources as well as the contribution from Indigenous Peoples and from local communities whose traditional knowledge, including traditional knowledge associated to genetic resources, and practices are relevant for the conservation and sustainable use of biological diversity.

135. We welcome the convening of the fifteenth meeting of the Conference of the Parties to the Convention, as well as the Meetings of the Parties to the Protocols to the Convention, held in Kunming, China, from 11 to 15 October 2021 and Montreal, Canada, under the presidency of China from 7 to 19 December 2022, under the theme "Ecological civilization: building a shared future for all life on Earth", and its outcomes, including the Kunming Montreal Global Biodiversity Framework, and urge their timely implementation to contribute to the 2030 Agenda for Sustainable Development and to place the global community on a path towards realizing the 2050 Vision for Biodiversity.

136. We call for the provision and mobilization of new, additional, adequate and predictable means of implementation from developed countries to support developing countries in the full implementation of the Convention on Biological Diversity, including the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework and urge developed countries to fulfil their commitments under the Convention on the provision of means of implementation to developing countries, in line with Articles 20 and 21.

137. We welcome the adoption by the Conference of the Parties to the Convention at its fifteenth meeting of the strategy for resource mobilization for the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework in support of the achievement of the three objectives of the Convention as well as the establishment of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Fund, we urge its full operationalization and capitalization and call upon developed countries to make contributions to the fund commensurate with the targets of the framework.

138. We welcome the decision to host the 16th meeting of the Conference of the Parties to the Convention of Biological Diversity in Colombia, from 21 October to 1 November 2024.

139. We underline that desertification, sand and dust storms, land degradation, drought and water scarcity are other major challenges for achieving sustainable development.

140. We welcome the decisions of the fifteenth session of the Conference of the Parties to the United Nations Convention to Combat Desertification in Those Countries Experiencing Serious Drought and/or Desertification, particularly in Africa, and stresses the importance of their effective implementation.

141. We welcome with appreciation the offer made by the Government of the Kingdom of Saudi Arabia to host the Sixteenth Session of the Conference of the Parties to the United Nations Convention to Combat Desertification in Those Countries Experiencing Serious Drought and/or Desertification, particularly in Africa, in Riyadh from 2 to 13 December 2024 and looking forward to its outcome.

142. We recognize that sand and dust storms and the unsustainable land and water management, soil, agricultural and livestock practices, among other factors, can cause or exacerbate these phenomena, including climate change, pose a serious challenge to the sustainable development of affected countries and regions. We also recognize that, in the past few years, sand and dust storms have inflicted substantial economic, social and environmental damage on the inhabitants of the world's arid, semi-arid and dry subhumid areas, especially in Africa and Asia, and underscore the need to treat them and to promptly take measures to address those challenges.

143. We emphasize that water and sanitation are critical for sustainable development and the eradication of poverty and hunger, that water, energy, food security and nutrition are linked and that water and sanitation are indispensable for human development, health and well-being.

144. We welcome the holding of the United Nations Conference on the Midterm Comprehensive Review of the Implementation of the Objectives of the International Decade for Action, "Water for Sustainable Development", 2018-2028, in New York from 22 to 24 March 2023.

145. We reiterate the need to commit to improving cooperation across borders, in transboundary waters, in accordance with applicable international law.

146. We recognize the need for a broader, systemic and a more people-centred preventive approach to disaster risk. Disaster risk reduction practices need to be multi-hazard and multi-sectoral, inclusive and accessible in order to be efficient, effective, and that to achieve the 2030 Agenda disaster risk reduction must be integrated at the core of development and finance policies, legislation, and plans. In this regard, we recall the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030, reaffirming that developing countries are disproportionately affected by the impacts of disasters, in particular the LDCs, SIDS, LLDCs and African countries, as well as MICs facing specific challenges, need particular attention in view of their higher vulnerability and risk levels, which often greatly exceed their capacity to respond to and recover from disasters, and recognizing also that similar attention and appropriate assistance should also be extended to other disaster-prone countries with specific characteristics, such as archipelagic countries, as well as countries with extensive coastlines. We also recognize the health aspects of the Sendai Framework and stress the need for resilient health systems.

147. We reaffirm that developing countries need adequate, sustainable and timely provision of support, including through finance, technology transfer and capacity-building from developed countries and partners tailored to their needs and priorities, as it is reflected in the principles of the Sendai Framework. In this context, we reaffirm the need to implement the Sendai Framework in the context of poverty eradication efforts.

148. We stress the importance of the ocean for sustainable development, emphasizing that means of implementation, including increasing finance and scientific knowledge, developing research capacities and transferring marine technology are crucial to improve ocean health and conserve and sustainable use marine biodiversity, and in that regard, welcome the convening of the third UN Ocean Conference in June 2025.

149. We welcome the adoption of the Agreement under the United Nations Convention on the Law of the Sea on the Conservation and Sustainable Use of Marine Biological Diversity of Areas beyond National Jurisdiction (BBNJ Agreement). We note with appreciation Chile's offer to host the Secretariat of the BBNJ Agreement.

150. We underscore the importance of securing an ambitious international legally binding instrument to end plastic pollution, including in the marine environment, under the framework of the Intergovernmental Negotiating Committee (INC), which could include both binding and voluntary approaches, based on a comprehensive approach that addresses the full lifecycle of plastic, taking into account, inter alia, the principles of the Rio Declaration on Environment and Development, as well as national circumstances and capabilities.

151. We resolve to strengthen the principles of unity, solidarity, complementarity, and cooperation among the members of the G77 and China, ensuring that our collective efforts are pursued in an efficient, effective and transparent manner.

152. We request the Chairperson of the Group of 77 to establish an open-ended working group to study possible ways and means to strengthen the G-77 and its Secretariat, including identifying common modalities to facilitate interchapter cooperation, as well as innovative approaches to address resource and personnel requirements of the G77 Secretariat so that it may meet the needs of the entire Group of 77 and to submit a report to the Annual Ministerial Meeting at an appropriate time.

153. We invite the coordinators of the Chapters of the G77 to reinforce ways and mechanisms to improve coordination among the Chapters, with a view to advance the positions of the G77 in the UN system and to report on the consultations among the coordinators of the Chapters in the G77 annual ministerial meetings in New York.

154. We express our satisfaction with the results achieved by the Perez-Guerrero Trust Fund for South-South Cooperation (PGTF) and appeal to all countries, in particular developed countries, to scale up the contributions, in support of such cooperation to the PGTF to preserve its responsiveness to the growing demands of financial support to South-South cooperation activities.

155. We decide to convene the Fourth South Summit in the Latin America and the Caribbean region in 2029.

156. We express our deep appreciation and recognition to the government and the people of the Republic of Uganda for all their great hospitality and efforts in organizing and hosting the Third South Summit.

## **KAMPALA DECLARATION OF THE 19<sup>TH</sup> SUMMIT OF HEADS OF STATE AND GOVERNMENT OF THE NON-ALIGNED MOVEMENT (NAM)**

19 –20 JANUARY 2024, KAMPALA, UGANDA

We, the Heads of State and Government, gathered at the 19th Summit of Heads of State and Government of the Non-Aligned Movement, held in Kampala, Republic of Uganda, on 19 –20 January, 2024, under the theme, “Deepening Cooperation for Shared Global Affluence”, reviewed progress made in the implementation of the outcomes of the XVIII Summit of the Movement, held in Baku, Republic of Azerbaijan, on 25 –26 October, 2019, and considered new and emerging challenges and issues of concern to NAM Member States and the broader international community;

Guided by the principles and objectives of the Non-Aligned Movement, articulated in Bandung (1955) and Belgrade (1961), as well as the Declaration on the Purposes and Principles and the role of the Non-Aligned Movement in the present international juncture, adopted at the 14th NAM Summit in Havana, Cuba, on 16 September 2006;

Reiterating the commitment of all States to defend, preserve and promote the purposes and principles of the UN Charter and the principles of international law;

Reaffirming the Movement’s strong desire and commitment to upholding the principles of sovereignty and sovereign equality of States, territorial integrity, mutual respect, non-intervention and non-interference in the internal affairs of other States, and the peaceful settlement of disputes, and call for states to refrain from any acts of infringement on the sovereignty of other states;

Underscoring the relevance of the NAM in the current dynamic of international relations, amidst escalating geopolitical tensions given the existing, new, and emerging threats and challenges which continue to impede efforts by States to attain greater economic development and social progress, peace and security, and enjoyment of human rights and the rule of law;

Reaffirming the importance of the Question of Palestine to the Non-Aligned Movement and stressing that the longstanding, common and principled positions that have been responsibly constructed on this subject over the past sixty years shall be defended, preserved and promoted, including through active participation in relevant meetings, conferences and other relevant events, especially within the context of the United Nations, as part of our continued efforts to put an end to colonialism, oppression, occupation and domination in the occupied Palestinian Territory;

Gravely concerned at the continued deterioration of the situation on ground and humanitarian crisis being endured by Palestinian civilians in the Gaza Strip, where the population, more than half of which are children, are suffering immense loss of life and injury, widespread destruction of their homes and massive forced displacement as Israel, continues to carry out indiscriminate attacks across the Gaza Strip, including on homes and refugee camps, UNRWA schools and facilities as well as violence by Israeli forces and extremist settlers against Palestinian civilians in the West Bank, along with other ongoing illegal policies and practices;

Stressing the importance of fully implementing United Nations Security Council resolution 2720 (2023) to allow for the provision of life-saving humanitarian aid at scale to Palestinians throughout the Gaza Strip and ensure the protection of humanitarian actors;

Noted the 29th December 2023, application filed by a member state of the Movement, South Africa, instituting proceedings against Israeli before the International Court of Justice concerning alleged violations by Israeli of its obligations and under the convention on the prevention and punishment of the crime of genocide in relation to Palestinians in the Gaza strip;

Condemn all measures taken by Israeli, the occupying power, to alter the legal physical and demographic status of the Occupied Syrian Golan, and demand once again that Israel should abide by the relevant UNSC Resolutions and to fully withdraw from the Syrian Golan to the borders of the 4 June 1967;

Reaffirming the indivisibility of the SDGs to achieve Agenda 2030, it is also espoused that eradication of poverty, in all its forms and dimensions, including extreme poverty, should remain the center piece of the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development, to be supported by initiative such as effective, comprehensive and durable to the debt problems of developing countries;

Stressing the importance to strengthen multilateralism and comprehensive reform of the multilateral global governance architecture, including the United Nations and international financial architecture, international financial institutions, and multilateral development banks, to make them fir for purpose, democratic, equitable, representative and responsive to the current global realities and the needs and aspirations of the Global South;

Acknowledging the historical injustice against Africa and expressing support for increased representation for Africa in the reformed Security Council, thereby supporting the African Common Position as reflected in the Ezulwini Consensus and the Sirte Declaration;

Recognizing that strengthening regional and sub-regional cooperation and integration is important for enhancing economic and social development of the membership, through industrial cooperation, promotion of trade, investment and technology transfer, and job creation, and facilitating and accelerating the economic growth, development and transformation of their economies;

Deeply concerned about the threat posed by the emergence and spread of pandemics and health emergencies, including COVID-19, Ebola Virus Disease, Swine Flu A (H1N1) and the Avian Influenza, which have produced or have the potential to cause severe impacts, not only on public health worldwide but also on the regional and national economies;

Striving for a stronger and United Non-Aligned Movement that contributes for a better world for all;

Welcoming the admission of the African Union as a Permanent member to the G20 at the summit held New Delhi under the Presidency of India, in order to advocate for a more inclusive and equitable global economic order;

Welcoming the admission of the Republic of South Sudan to the Non-Aligned Movement (NAM) as a full Member State, and looking forward to her contributions to the Movement's endeavors;

Congratulating H.E. Gen. Yoweri Kaguta Museveni, President of the Republic of Uganda, for assuming the Chairmanship of the Non-Aligned Movement, and expressing appreciation to the Government and people of the Republic of Uganda for hosting the XIX Summit of Heads of State and Government of the Non-Aligned Movement;

Recognizing that the Ugandan Chairmanship of the Non-Aligned Movement (NAM) coincides, with its Chairmanship of the Group of 77 plus China and, in that regard, convinced of the privileged opportunity this provided for both enhancing and strengthening the Joint Coordination Committee, as well as for making greater use of that format, particularly as part of ongoing efforts to furthering the engagements and partnerships between the G77 and China and NAM, with the ultimate purpose of enhancing the coordination among both groupings and capitalizing on their synergies and commonalities of views, priorities and challenges when addressing matters of common interest to the Global South;

Having adopted the Outcome Document of the Non-Aligned Movement, Kampala Summit, held on 19 –20 January, 2024 in Kampala, Republic of Uganda;

Declare that the effective implementation of the Outcomes of the XIX Summit of Heads of State and Government of the Non-Aligned Movement held in Kampala, Uganda from 19 –20 January, 2024 and the outcome documents of the previous NAM Summits and Ministerial Meetings requires the highest commitment and determination of all NAM Member States to decisively address the challenges posed in the areas of peace and security, development, human rights and international cooperation, and for which we will make joint efforts to:

1. Uphold and promote respect for the UN Charter and International Law especially the principles of sovereignty, sovereign equality, territorial integrity, non-interference and peaceful settlement of disputes;

2. Revitalize and reinvigorate the role of the NAM in the contemporary international situation, based on its founding principles and purposes, as stipulated in Bandung (1955) and Belgrade (1961), to strive towards a peaceful, equitable and prosperous world;

3. Strengthen the United Nations, as the primary multilateral organization, providing it with a substantive capacity to fully and effectively meet the purposes and principles enshrined in its Charter, and at consolidating its democratic and inter-governmental character in particular, through the revitalization of the General Assembly and strengthening its authority, as the democratic, inclusive, equitable and representative body of the Organization, as well as expediting reform of the United Nations Security Council, in accordance with General Assembly Resolution 62/557 in a comprehensive and integrated manner, in order to make the security Council a more democratic, transparent and representative organ of the United Nations;

4. Intensify the on-going process of consultations, cooperation, and coordination between the UN and relevant regional and sub-regional organizations, arrangements, or agencies, in accordance with Chapter VIII of the UN Charter, as well as on their mandate, scope and composition, which is useful and can contribute to the maintenance of international peace and security and to the achievement of sustainable development;

5. Reaffirm and underscore the validity and relevancy of the Movement's principles and positions concerning the right to self-determination of peoples under foreign occupation and colonial or alien domination;

6. Strongly condemn the illegal Israeli military aggression on the Gaza Strip, the indiscriminate attacks against Palestinian civilians, civilian objects, the forced displacement of the Palestinian population and further call for an immediate and durable humanitarian ceasefire;

7. Reiterate the need for substantial and urgent progress to be made towards achieving an end to the Israeli occupation, including achievement of the independence and sovereignty of the State of Palestine, with East Jerusalem as its capital, to achieve a two-state solution, on the basis of the pre-1967 borders, and affirmed support for the State of Palestine to be admitted as a Member State of the United Nations to take its rightful place among the community of nations;

8. Condemn Israel's continuing settlement construction and expansion activities throughout the Occupied Palestinian Territory, as well as in the Occupied Syrian Golan, while underscoring that the crisis in Palestine and the great risks it poses to regional and international peace and security demands the attention of the international community, including the Security Council as mandated by the Charter. To this end, it is high time to end this abhorrent occupation, which continues to be imposed in flagrant violation of international law, and to ensure the implementation of the countless relevant General Assembly and Security Council resolutions;

9. Strengthen the role of the Movement in peaceful settlement of disputes, conflict prevention and resolution, confidence building, and post-conflict peacebuilding and rehabilitation including supporting national, regional and international efforts for early and peaceful settlement of disputes in accordance with the international law;

10. Support United Nations peacekeeping operations as an integral part for the maintenance of international peace and security, in support of a comprehensive peace process for durable and sustainable peace, and provided with, full and optimal human, financial and logistical resources, clearly defined and achievable mandates as well as exit strategies, with consultations of Troop and Police Contributing Countries (TPCC's), based on the principle of national ownership and support of the international community;



11. Support the further strengthening of the strategic partnership between the United Nations and relevant regional organizations, such as the African Union, in accordance with Chapter VIII of the UN Charter in the areas of peacekeeping and peacebuilding, and call for United Nations and international community's intensified support for the African Union operations by ensuring predictable, adequate and sustainable funding to AU-led Peace operations authorized by the Security Council, in accordance with Security Council resolution 2719 (2023);

12. Reaffirm the importance of ensuring adequate, predictable and sustained financing for peacekeeping and peacebuilding, and welcomed, in this regard, the decision of the United Nations General Assembly to approve \$50 million of assessed contributions per annum to fund the peacebuilding account, starting the first of January 2025;

13. Continue to emphasize that progress in nuclear disarmament and nuclear non-proliferation in all its aspects is essential to strengthening international peace and security, and in this regard continue to promote the multilateral efforts towards nuclear disarmament and the total elimination of nuclear weapons, upholding the Movement's principled positions on nuclear disarmament, which remains its highest priority, and on the non-proliferation of nuclear weapons in all its aspects;

14. Continue further to call for the strengthening of existing nuclear weapon Free zones and the establishment of nuclear weapon Free Zone in the middle East as it would greatly enhance international peace and security and contribute to the achievement of a nuclear weapon Free World while also promoting peaceful use of Nuclear Energy;

15. Promote the interest of all humankind and the inalienable, legitimate, sovereign rights of all States in the exploration and use of outer space for exclusively peaceful purposes, and reconfirm the stand to oppose and reject any act denying or violating it and continue supporting the prevention of an arms race in outer space, including a ban to deploy or use weapons therein, that would avert a grave danger for international peace and security;

16. Affirm our commitment to the promotion and protection of human rights which are universal, indivisible, interdependent and interrelated, in accordance with international commitments and domestic laws, through a constructive and cooperative international dialogue, capacity building, technical assistance and the recognition of good practices, while ensuring the full enjoyment of all human rights, including the right to development as an inalienable, fundamental and universal right, and as a comprehensive part of the universally recognized human rights, in order to build collective and sustainable peace and prosperity across the world;

17. Re-affirm the importance of achieving the full realization of gender equality and empowerment of women and girls by 2030 and stress that the violence against women and girls, including manifestations of extreme violence, continues to be a major obstacle to the achievement of gender equality and empowerment of women, and to join efforts and continue combating all forms of violence against women and girls until its complete elimination, recognizing the importance of engaging men and boys;

18. Reiterate our condemnation of all forms of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance, as well as of the resurgence and glorification of extremist political ideologies, such as fascism, Nazism, neo-Nazism and others of similar nature, while reaffirming also, in this context, our determination to work collectively to take decisive actions to both prevent and combat all forms of slavery;

19. Emphasize the need for all Member States to further contribute regionally and internationally to the promotion of dialogue, tolerance, mutual respect, understanding and acceptance; and to countering radicalism, extremism and hate speech and recognize the importance of moderation as an all-encompassing approach and a value within societies to tackle global challenges and threats to international peace and security;

20. Strongly condemn terrorism in all its forms and manifestations, as criminal and unjustifiable, regardless of its motivation, wherever, whenever and by whomsoever committed, and should not be associated with any religion, nationality, civilization and ethnic group;

21. Support national, regional and international efforts to prevent and combat terrorism such as suppressing terrorism financing, and denying terrorist groups safe havens for recruitment and operations, against third countries in their territory and to refrain from providing any form of support, active and passive, to entities or persons involved in or associated with terrorist acts as well as for their cross-border movement, including by suppressing recruitment of members of terrorist groups and the supply of weapons to terrorists in accordance with the United Nations Charter, international law and relevant international conventions;

22. Condemn also the misuse of Information and Communication Technologies (ICTs), including the internet and social media platforms for terrorist purposes and intensify the efforts towards safeguarding cyberspace from becoming an arena of conflict and ensuring instead the exclusive peaceful uses which would enable the full realization of the potential of ICTs for contributing to social and economic development;

23. Commit to fight all forms of transnational organized crime by strengthening national, regional and international legal frameworks, where applicable, technical assistance and cooperation mechanisms, for all such crimes, including trafficking in looted, stolen, illicitly traded or smuggled cultural property, organized criminal groups and terrorist groups, as well as increasing efforts to prevent and combat all aspects and dimensions of drug trafficking;

24. Continue to emphasize the total validity of the Programme of Action to prevent, Combat and Eradicate the Illicit Trade in Small Arms and Light Weapons in All Its Aspects and commit to its prompt and full implementation, stressing that international assistance and cooperation is an essential aspect in its implementation;

25. Continue strengthening South-South, North-South and triangular cooperation, and to further promote, preserve and reform multilateralism, and to fully respect principles of international law and internationally agreed principles, with a view to enhancing cooperation in addressing threats and challenges facing developing countries in advancing economic development and social progress;

26. Support the reform of the international financial architecture and strengthening of the international financial system, to be fit-for-purpose and help developing countries to better address the current multiple crises, and enhance the coordination of financial and economic policies at the international level and conditionalities and broaden and strengthen the voice, participation and representation of developing countries in international economic decision-making, norm-setting and global economic governance;

27. Call for a comprehensive and durable solution to the management of external debt problems of developing countries, in particular African countries, in a sustainable manner, including, inter alia, cancellation or restructuring for heavily indebted African countries not part of the current debt initiatives that have unsustainable debt burdens;

28. Commit to work towards achieving a universal, rule-based, open, transparent, predictable, inclusive, fair, non-discriminatory, and equitable multilateral trading system, with the World Trade Organization at its core, as well as meaningful trade liberalization, while preserving the fundamental principles of the World Trade Organization and strengthening the role of the UN in global economic governance, while Member States commit to work on comprehensive global responses to global economic governance issues, and to undertaking actions aimed at strengthening the role of the UN Development System in responding to global crises and their impact on development, and to avoid unilateral protectionist trade measures, including those based on environmental or climate-related issues;

29. Support and facilitate regional and international trade, affordable and appropriate technology transfers, development of adequate and appropriate infrastructure for industrialization

and production, value addition, attraction of quality investments in strategic sectors of NAM economies, for employment creation, and supporting efforts that promote people's wellbeing and prosperity;

30. Take necessary measures to reduce inequalities arising from the expansion of global trade and value chains, due to globalization and the digital revolution, to ensure the widest and most equitable distribution of the benefits of global trade, while resolving to reform and strengthen the multilateral trading system, with the WTO at its core, to ensure its proper functioning and addressing the respective needs and concerns of its members at the different levels of economic development. Also urge the WTO to strengthen and target support towards bolstering the resilience and productive capacities of developing countries and countries with special conditions;

31. Continue supporting and making efforts to fully integrate developing countries, including African countries, LDCs, LLDCs, MICs and SIDS, in the international trading system, including through supporting the efforts of commodity-dependent African countries to restructure, diversify and strengthen the competitiveness of their commodity sectors, while welcoming the entry into force of the Agreement Establishing the African Continental Free Trade Area and the efforts to fully operationalize the Agreement;

32. Enhance coordination and cooperation among NAM Member States to contain unilateral climate-based trade measures by developed countries and promote international cooperation policies that ensure equitable access to investments and technologies and to bridge the increasing gap and inequality in relation to environmentally sound technologies and renewable energy;

33. Welcome the Political Declaration adopted by the High-Level Political Forum on sustainable development convened under the auspices of the General Assembly (SDG summit) held in New York on 18 and 19 September 2023 and urge timely action to ensure its full implementation including through strengthened intergovernmental mechanisms within the UN to follow up and promote the implementation of its commitments;

34. Commit to achieving sustainable development in an integrated and indivisible manner of its three dimensions, by taking immediate measures to scale up efforts to achieve the 2030 Agenda and the Addis Ababa Action Agenda, including through development cooperation, acceleration of SDG investments, reforming the international financial architecture, supporting sustained, inclusive and sustainable growth, enhancing macroeconomic policy cooperation, exploring measures of progress on sustainable development that complement or go beyond gross domestic product, and implementing actions to accelerate sustainable development, with support from the international community to developing countries, through provision of development financial resources, transfer of technology on favorable terms including on concessional and preferential terms, technical cooperation, enhanced international support and targeted capacity-building;

35. Reaffirming the Commitment of the Movement to positively contribute to the Summit of the Future in 2024 to enhance cooperation on critical challenges and address gaps in global governance and reaffirm existing commitments including to the sustainable Development Goals and the United Nations Charter, and move towards a reinvigorated multilateral system that is better positioned to positively impact people's lives;

36. Continue calling for the complete, immediate and unconditional lifting of all Unilateral Coercive Measures, including those measures used as tools for political or economic and financial pressure against any country, in particular against developing countries, which in violation the Charter of the United Nations and principles of international law, especially that such measures hinder the health and well-being of populations of the affected countries, and create obstacles to the full realization of the Sustainable Development Goals in these countries and their human rights and their national development Plans;

37. Commit to taking comprehensive and targeted measures to eradicate poverty in all its forms and dimensions, including extreme poverty, everywhere, recognizing it is the greatest global challenge

and an indispensable requirement for sustainable development. Also commit to enhancing and supporting policies and strategies for reducing poverty and inequality, including through international cooperation;

38. Develop and promote policies that can enhance productive capacities in developing countries, generate employment and income for all, especially youth and women, and contribute to poverty eradication and achieving sustainable development goals to seize the opportunities that abundant natural resources in most NAM Member States represent, to support decent livelihoods for the well-being and prosperity of our peoples;

39. Undertake to promote science, technology and innovation within our countries, and support in particular, capacity building and ICT literacy through regional and international cooperation, to bridge the ICT gap between developed and developing countries and make technological innovations more easily accessible to developing countries; and to curb and address the negative and illicit use of all ICT's, such as the internet and other media;

40. Collaborate and coordinate efforts to strengthen and revitalize the agricultural sector to address the global food crisis, including through the empowerment of small and medium scale farmers and fishers, developing of appropriate technologies, providing technical and financial cooperation, providing access to and transfer of technology, enhancing investment in postharvest technology and infrastructure including food processing capacity building, while underscoring that subsidies and other market distortions by developed countries have severely harmed the agricultural sector in developing countries, thereby limiting the ability of the agricultural sector to contribute meaningfully to poverty eradication and sustained, inclusive and equitable economic growth, sustainable development, food security and nutrition and rural development;

41. Enhance international cooperation through partnership in the energy sector to ensure access to affordable, reliable, sustainable and modern energy for all, including clean and renewable energy, through transfer of more efficient and environmentally sound technologies to developing countries, with support by the United Nations system, as well as promoting public and private investment in energy infrastructure, and clean energy technologies, with a view to substantially increase the share of renewable energy;

42. Urge for cooperation by all countries, and their participation in an effective and appropriate international response to climate change, taking into consideration that the historical responsibilities of developed countries warrants that they take the lead in addressing this challenge in accordance with United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) principles and provisions, particularly in accordance with the principle of equity and common but differentiated responsibilities and respective capabilities, as well as social and economic conditions recognizing the development priorities and the just transition pathways for developing countries. In this regard, acknowledge the importance of the operationalization and initial capitalization of the Loss and Damage Fund at COP28 in the context of the UAE Consensus, and further call for the scaling up of the provision of means of implementation by developed countries including fully capitalizing the Green Climate Fund, as well as the Loss and Damage Fund established during COP27 in Sherma El sheikh, Egypt and for simplifying modalities for accessing climate financing especially by developing countries;

43. Call for enhanced cooperation and coordination at the national, regional, sub-regional and international levels, to prioritize pandemic prevention, preparedness, and response. In this regard, support the inter-governmental negotiation process of the international instrument under the World Health Organization (WHO) on pandemic prevention, preparedness and response, intended to address pandemic prevention, preparedness and response, while reaffirming the importance of the principle of equity and ensuring universal, timely and equitable and unhindered access to safe, effective, quality and affordable medical countermeasures, such as vaccines, medicines, medical equipment, diagnostic tests and other health technologies, particularly in developing countries, most notably in low-income and middle income countries;

44. Commit to safeguard and protect the rights of all migrants in accordance with international law and national laws, in addressing the challenges of irregular migration and combatting the smuggling of migrants, and to devise, enforce and strengthen measures to prevent, combat and eliminate all forms of trafficking in persons and to address conditions that lead to trafficking;

45. Call upon all relevant bodies, agencies, funds and programmes of the United Nations system, particularly the International Organization for Migration, and other relevant intergovernmental, regional and sub-regional organizations, within their respective mandates, to continue to address the link between international migration and development;

46. Urge for enhanced efforts towards addressing the root causes of forced displacement, finding durable solutions, guided by the central role that early and effective registration and documentation can play, and recalls that those solutions include voluntary repatriation and, where appropriate and feasible, local integration and resettlement in the third country as per national policies, and supporting refugee host countries, through international cooperation, solidarity, and more equitable burden and responsibility sharing by the international community, taking into account increased forced displacement of people and rising refugee numbers globally;

47. Call for immediate establishment of an Open-Ended Working Group to review NAM documents, with a view to presenting a streamlined and action-oriented NAM Documents at the Ministerial level and at Summit level, and for the OEWG to report the progress to the next NAM Ministerial Meeting.

KAMPALA, UGANDA 19 –20 JANUARY 2024

## Discurso do Ministro Mauro Vieira na III Cúpula do Sul do G-77 + China<sup>66</sup>

Senhor Presidente, Ministro Abubaker Odongo, Ministro das Relações Exteriores de Uganda; Senhores Chefes de Estado e de Governo e Ministros,

Tenho a honra de participar da Terceira Cúpula do Sul, celebrando o 60º aniversário da fundação do Grupo dos 77. Como um dos fundadores do Grupo, o Brasil está convencido de que a realização desta cúpula oferece uma oportunidade para transmitir à comunidade internacional nosso compromisso claro e sólido com o multilateralismo, tão necessário nos dias atuais.

Agora que Cuba conclui sua bem-sucedida presidência do G77, o Brasil gostaria de elogiar sua liderança e o excelente trabalho realizado durante esse mandato. Estendemos calorosas boas-vindas a Uganda como a nova presidente do Grupo.

Senhor Presidente,

As atuais instituições multilaterais, em grande parte criadas há mais de 75 anos, refletem um sistema internacional e uma ordem mundial que não mais existem. Essas instituições não são mais capazes de lidar com os desafios multidimensionais que o mundo enfrenta atualmente. Precisamos de uma reforma urgente do sistema internacional para torná-las mais representativas, legítimas e eficazes.

A necessidade de reformar o Conselho de Segurança é mais urgente do que nunca. As crises mais frequentes, mais complexas e mais mortais que enfrentamos hoje são em parte consequência da mentalidade ainda predominante, ainda que obsoleta, de alguns poderes que insistem em dividir o mundo em zonas de influência e levam o Conselho de Segurança a um impasse. Portanto, o Brasil está firmemente comprometido com uma reforma abrangente, incluindo a expansão tanto dos membros permanentes quanto dos não permanentes. Precisamos encontrar maneiras de desbloquear a ação multilateral. É essencial que o G77 se una em busca de tal reforma.

Também reconhecemos a necessidade urgente de aumentar a participação dos países em desenvolvimento nas estruturas de tomada de decisão e governança das Instituições Financeiras Internacionais. É essencial reduzir a burocracia e as condicionalidades, aumentar o financiamento concessional, promover a verdadeira apropriação nacional e proporcionar espaço político para os países em desenvolvimento. No meio do caminho da Agenda 2030, é necessário garantir os meios adequados de implementação para nossos objetivos de desenvolvimento compartilhados, incluindo a plena concretização da Agenda de Ação de Adis Abeba.

É crucial que os países desenvolvidos cumpram seus compromissos de financiamento para o desenvolvimento, como alocar 0,7% de seus Produtos Internos Brutos para Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e atingir a meta inicial anual de US\$ 100 bilhões em financiamento climático. Não posso enfatizar o suficiente que os países desenvolvidos têm a responsabilidade primária pelo financiamento para o desenvolvimento, inclusive por meio da cooperação internacional.

Devemos reafirmar a importância de todos os princípios da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, em particular o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Devemos também reiterar nosso compromisso com a plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Agenda de Ação de Adis Abeba, do Acordo de Paris adotado sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e de todos os outros documentos pertinentes. Nesse contexto, permita-me assegurar que o Brasil está totalmente comprometido com o sucesso da COP 30 da UNFCCC, que será sediada em

---

<sup>66</sup>Fonte: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/discurso-do-ministro-mauro-vieira-na-iii-cupula-do-sul-do-g-77-china>. Publicado em 21/01/2024 15h03 Atualizado em 24/01/2024 12h29

Belém do Pará, porta de entrada para a vasta Floresta Amazônica e símbolo de nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável.

O combate às mudanças climáticas é de extrema importância. Precisamos manter uma abordagem equilibrada no que tange ao desenvolvimento sustentável. A industrialização, a diversificação econômica e a produção de bens de maior valor agregado são cruciais para o desenvolvimento. Devemos continuar lutando por maior acesso aos mercados internacionais para nossos produtos e serviços e combater a atual onda de crescente protecionismo. Por fim, devemos encerrar medidas coercitivas unilaterais e sanções ilegais e injustas, que aprisionam e punem muitos países em desenvolvimento, impedindo-os de colher os benefícios do comércio internacional e dos investimentos.

Cuba tem sido vítima de um embargo comercial e financeiro ilegal por mais de 60 anos. O embargo deve ser encerrado, e Cuba deve ser retirada da lista de patrocinadores estatais do terrorismo. É sabido que Cuba fez contribuições significativas para a paz, o diálogo e a estabilidade em nossa região e além. Portanto, é inaceitável que o povo cubano continue sofrendo os efeitos de sanções unilaterais.

Durante a presidência do Brasil no G20, colocaremos as preocupações, interesses e necessidades dos países em desenvolvimento no centro de nossa agenda. Conforme definido pelo Presidente Lula, a presidência brasileira do G20 estabeleceu três prioridades que sintetizam nossa ambição de "construir um mundo justo e um planeta sustentável", a saber:

1. promover a inclusão social e combater a pobreza e a fome;
2. promover a transição energética e o desenvolvimento sustentável em seus três pilares - econômico, social e ambiental; e
3. avançar na reforma das instituições de governança global.

Vamos redobrar nossos esforços na luta contra a fome. Para isso, o Presidente Lula propôs a criação de uma Força-Tarefa para o estabelecimento de uma Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. Segundo o Presidente, acabar com a fome é um "desafio civilizacional para o planeta inteiro", um desafio que podemos superar, mas apenas com vontade política e o reforço do multilateralismo.

O G20 reúne uma parcela substancial do PIB e da população mundial. A inclusão da União Africana, nesse sentido, contribui significativamente para o bloco.

Por fim, o Brasil deseja uma OMC fortalecida e modernizada, que incorpore totalmente o desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em sua agenda. Uma OMC reformada não deve negligenciar promessas nunca cumpridas, como a reforma agrícola, essencial para a segurança alimentar. Também é de extrema importância alcançar um acordo que permita o funcionamento adequado do sistema de solução de controvérsias da Organização. Sem esse ramo crucial, a OMC não pode gerar os resultados que todos esperamos.

Senhor Presidente,

O Brasil lamenta profundamente a continuação da guerra em Gaza e a piora sistemática da situação no Oriente Médio. O aumento do número de vítimas civis é especialmente preocupante e em desacordo com qualquer noção de proporcionalidade.

Ao reafirmarmos nossa rejeição e condenação inequívocas dos ataques terroristas perpetrados pelo Hamas em 7 de outubro de 2023, fazemos um apelo a Israel para que adira incondicionalmente ao Direito Internacional e ao Direito Internacional Humanitário em suas ações militares, especialmente no que tange à proteção de civis. É urgente alcançar um cessar-fogo duradouro e garantir o fornecimento contínuo de ajuda humanitária essencial a Gaza por meio de todos os canais viáveis.

Continuamos a reafirmar nosso compromisso resolutivo com uma solução de dois estados, com um Estado da Palestina viável convivendo lado a lado com Israel, em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas.

Instamos também todas as partes envolvidas a evitar o transbordamento do conflito para outros países da região, o que teria consequências imprevisíveis tanto em nível regional quanto global.

Senhor Presidente,

Ao concluir meu discurso, permita-me reiterar que a cooperação Sul-Sul não é um substituto, mas um complemento à cooperação Norte-Sul.

A agenda da cooperação Sul-Sul deve ser determinada pelos países do Sul, orientada por princípios como respeito à soberania nacional, apropriação nacional, independência, igualdade, não condicionalidade, não interferência em assuntos internos e benefício mútuo.

Nesse sentido, o Brasil renova seu compromisso com os princípios delineados na Carta de Argel de 1964, especialmente os de unidade, complementaridade, cooperação e solidariedade entre os países em desenvolvimento.

Fique certo de que o Brasil permanecerá comprometido em intensificar nossos esforços pelo bem-estar e prosperidade dos países e povos do Sul.

Obrigado.



**Primeiros passos do Brasil na presidência do G20. A agenda de prioridades da Itália para a nova presidência do G7. O interesse da OCDE na economia brasileiras e em temas de saúde**

***Brazil's first steps in the G20 presidency. Italia's priorities agenda for its G7 presidency. The OECD's interest in the Brazilian economy and health topics***

***Pedro Burger  
Vitória Kavanami  
João Miguel Estephanio  
Thaiany Medeiros Cury  
Nina Bouqvar  
Paulo Esteves***

**Abstracts: G20:** Brazil's G20 presidency started at the end of 2023. With a new year ahead, meetings between the Working Groups and Task Forces have already taken place and resulted in positive outcomes.

**Keywords:** G20; Brazil.

**G7:** On January 1, 2024, Italy assumed, for the seventh time, the Presidency of the G7. A key focus of the Italian Presidency will be the defense of the rules-based international system, the relationship with developing Nations and emerging economies, migration, and Artificial Intelligence.

**Keywords:** G7; Italian presidency; Agenda 2024.

**OCDE:** The OECD's highlights include the publication of a report on the economic outlook for Latin America and the Caribbean, two economic studies on Brazil, four health-related studies and a brief expectation for the year 2024 for the organization.

**Keywords:** OECD; international cooperation.

**Resumos: G20:** Os primeiros passos da presidência brasileira do G20 foram dados no final de 2023. Com um novo ano pela frente, reuniões dos Grupos de Trabalho e Forças-Tarefa já aconteceram e resultaram em saldos positivos.

**Palavras-chave:** G20; Brasil.

**G7:** Em primeiro de janeiro tivemos a passagem de bastão da presidência do G7 para a Itália. Será a sétima vez que o país vai presidir o G7. Defesa do sistema internacional baseado em regras, fortalecimento dos laços com as nações em desenvolvimento e as economias emergentes, migração e inteligência artificial serão os temas principais da nova presidência.

**Palavras-chave:** G7; Presidência Italiana; Agenda 2024.

**OCDE:** Os destaques da OCDE se dividem entre a publicação de um relatório sobre perspectivas econômicas para a América Latina e Caribe, dois estudos econômicos sobre o Brasil, quatro estudos relacionados ao tema saúde e uma breve expectativa para o ano de 2024 para a organização.

**Palavras-chave:** OCDE; cooperação internacional.

### **Primeiros passos do Brasil na presidência do G20: o que já foi feito e o que esperar para o ano.**

O Brasil inaugurou o primeiro ciclo de trabalhos do G20 nos dias de 11 a 15 de dezembro de 2023 com reuniões das trilhas de Finanças e de *Sherpas* que aconteceram em Brasília<sup>67</sup>. No período, o país recebeu representantes dos membros do bloco, além de países e instituições convidadas para tratar de pontos cruciais estabelecidos nas agendas. A reunião dos *Sherpas*, os emissários pessoais dos líderes do G20, teve duração de dois dias e foi centrada nas discussões sobre os métodos de trabalho do Grupo e na aprovação das inovações brasileiras para o mandato, como a aproximação das discussões financeiras e políticas e o incentivo ao diálogo com a sociedade civil por meio da contribuição de propostas.

Em coletiva à imprensa, Mauricio Lyrio, o *sherpa* brasileiro, avaliou o encontro como "muito produtivo" e afirmou que apesar de existirem diferentes formas de entendimento dos temas, as prioridades estipuladas pelo Brasil foram bem aceitas<sup>68</sup>. De acordo com Lyrio, o Grupo está de acordo com o objetivo de produzirem resultados concretos, que realmente façam a diferença na vida das pessoas e, especialmente nos temas do combate à fome e à pobreza, "há um acordo pleno entre as partes sobre a necessidade de avanços". O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, que também esteve presente, fez uma declaração aos *sherpas* dizendo que a gestão brasileira não pretende resolver os problemas do mundo, mas sim apresentar bons pontos de partida<sup>69</sup>.

Com finalidade semelhante de produzir resultados palpáveis, a reunião conjunta inédita entre as trilhas de Finanças e de *Sherpas* foi idealizada para aproximar as agendas política, social e ambiental da agenda financeira<sup>70</sup>. Afinal, não é possível realizar projetos e ações sem criar meios para que o dinheiro chegue com maior agilidade e facilidade aos locais mapeados. O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em declaração durante o encontro, chegou a dizer que a articulação entre as trilhas é essencial para o funcionamento do grupo, o qual nos últimos anos aprovou muitas declarações, notas e relatórios que nem sempre saíram do papel<sup>71</sup>.

Já na Trilha de Finanças, uma das grandes questões presentes nos diálogos foi o financiamento para países emergentes<sup>72</sup>. Neste contexto, o ministro da Fazenda, Fernando

---

<sup>67</sup> Autoridades mundiais chegam ao Brasil e iniciam discussões do G20. **G20**. 11 dez. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/autoridades-mundiais-chegam-ao-brasil-e-iniciam-discussoes-do-g20>. Acesso em: 03 fev. 2023.

<sup>68</sup> "Propostas da presidência brasileira foram muito bem aceitas", diz *sherpa* brasileiro. **G20**. 11 dez. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/propostas-da-presidencia-brasileira-foram-muito-bem-aceitas-diz-sherpa-brasileiro>. Acesso em: 03 fev. 2024.

<sup>69</sup> "O mundo espera do G20 soluções duradouras", diz ministro. **G20**. 12 dez. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/estamos-prontos-para-dar-nossa-parcela-de-contribuicao-destaca-mauro-vieira-sobre-o-brasil-na-presidencia-do-g20>. Acesso em: 03 fev. 2024.

<sup>70</sup> Unificando temas estratégicos: reunião conjunta das Trilhas *Sherpa* e de Finanças. **G20**. 13 dez. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/unificando-temas-estrategicos-reuniao-conjunta-das-trilhas-sherpa-e-de-financas>. Acesso em: 03 fev. 2024.

<sup>71</sup> "Precisamos de uma nova globalização que combata as disparidades", defende Lula. **G20**. 13 dez. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/precisamos-de-uma-nova-globalizacao-que-combata-as-disparidades-defende-lula-na-reuniao-do-g20>. Acesso em: 03 fev. 2024.

<sup>72</sup> "Queremos melhorar fluxos financeiros para países que mais necessitam", defende Haddad. **G20**. 14 dez. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/queremos-melhorar-os-fluxos>

Haddad, iniciou seu discurso com esse apelo, destacando os altos níveis de endividamento e a necessidade de reformas para uma distribuição mais equitativa de recursos globais, além de soluções para a dívida de países pobres e de renda média. Tal preocupação também foi transposta para o financiamento climático e o ministro enfatizou a importância de rever o funcionamento dos principais fundos climáticos existentes, a fim de garantir que o dinheiro chegue para os países que mais precisam de recursos e seja possível pensar numa transição justa de energia.

Outros destaques incluíram os temas da busca por recursos privados para investimentos em transição energética e a necessidade de mitigar riscos cambiais. A embaixadora e coordenadora da Trilha de Finanças do G20, Tatiana Rosito, anunciou para a imprensa os resultados desse primeiro encontro e afirmou que as propostas brasileiras tiveram uma boa acolhida e que houve apoio para o estabelecimento de uma agenda mais inclusiva e progressiva, alinhada aos interesses do Sul Global e países em desenvolvimento. “Há o entusiasmo dos membros do G20 com a primeira reunião que ocorreu aqui. Uma agenda que atende as correções das desigualdades, que são reconhecidas como possíveis causas de uma exacerbação de conflitos sociais e políticos. Há o reconhecimento de que o crescimento dessa desigualdade, que o crescimento da pobreza, precisa ser atacado como uma força de estabilidade da economia global”, relatou<sup>73</sup>.

Dando sequência às reuniões que ocorreram em dezembro, janeiro marcou o início dos primeiros encontros dos Grupos de Trabalho (GT) e das Forças-Tarefa (FT), os quais se estendem até fevereiro. O intuito dessas reuniões preliminares é o de alinhar os objetivos da presidência brasileira aos temas centrais da agenda de cada grupo, além de promover a apresentação dos representantes. Por essa razão, a maior parte desses eventos é feita de forma virtual, como forma de reduzir os custos e garantir praticidade. A partir de 21 de fevereiro, no entanto, as reuniões presenciais voltam à agenda, sendo estas de caráter ministerial ou vice-ministerial. Serão três em fevereiro: nos dias 21 e 22, reunião de Chanceleres, no Rio de Janeiro (RJ); nos dias 26 e 27, reunião de *Deputies* de Finanças e Bancos Centrais, em São Paulo (SP); e nos dias 28 e 29, reunião Ministerial de Finanças e Bancos Centrais, também em São Paulo (SP). Ao longo do mandato brasileiro estão previstas mais de 100 reuniões distribuídas nas cinco regiões do Brasil. O ponto alto será a Cúpula dos Líderes realizada no Rio de Janeiro nos dias 18 e 19 de novembro no Rio de Janeiro (RJ). Essas e outras datas importantes, podem ser consultadas no calendário disponibilizado no sítio eletrônico oficial do G20<sup>74</sup>

## Saúde no G20

No que concerne à agenda da saúde, tanto saúde propriamente dita quanto os seus determinantes sociais são discutidos em diversos grupos de trabalho no âmbito das duas trilhas das discussões governamentais: Trilhas de *Sherpas* e Trilha de Finanças, bem como, em alguns Grupos de Engajamentos paralelos às discussões governamentais do G20, como o T20, S20, C20 e B20.

---

[financeiros-para-os-paises-que-mais-necessitam-defende-ministro-haddad-no-g20](#). Acesso em: 04 fev. 2023.

<sup>73</sup> “Crescimento da pobreza precisa ser atacado com estabilidade da economia”, diz Rosito. **G20**. 15 dez. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/crescimento-da-pobreza-precisa-ser-atacado-com-estabilidade-da-economia-diz-rosito>. Acesso em: 04 fev. 2024.

<sup>74</sup> Scheduled Activities – G20 Calendar. Disponível em <https://www.g20.org/en/calendar>. Acesso em: 05 fev. 2024.

Em relação ao que ocorreu no período analisado, os principais desdobramentos giraram em torno da primeira reunião técnica da Força-Tarefa de Finanças e Saúde (JFHTF, na sigla em inglês), que aconteceu no início de fevereiro<sup>75</sup>. Criada em 2021 como consequência da COVID-19 e da premente necessidade de fortalecer a Prevenção, Preparação e Resposta (PPR) a pandemias, a iniciativa visa estreitar o diálogo e a cooperação entre ambos os setores de modo a responder de maneira eficaz a futuras emergências sanitárias<sup>76</sup>. Como aponta o embaixador Alexandre Ghisleni, chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais (AISA) do Ministério da Saúde: "Se não nos prepararmos para a eventualidade de uma próxima pandemia, que é uma possibilidade real e presente, seremos surpreendidos. Essa é a raiz do que estamos fazendo: construir sistemas de saúde que sejam resilientes e possam enfrentar melhor os desafios que vão certamente surgir"<sup>77</sup>.

O encontro, então, apresentou o plano de trabalho previsto para o decorrer do ano e suas três prioridades, sendo as duas primeiras novidades da gestão brasileira, enquanto a terceira é uma continuidade da Índia, o último país a presidir o bloco: (i) destrinchar a centralidade das iniciativas de financiamento criadas para lidar com os determinantes sociais da saúde; (ii) aumentar a mobilização de recursos para o setor da saúde através da avaliação de acordos de conversão de "dívidas por saúde" (*Debt for Health*); e (iii) melhorar a avaliação da saúde global e das vulnerabilidades e riscos sociais e econômicos decorrentes de pandemias para priorizar respostas políticas<sup>78</sup>.

**Imagem 2:** Alexandre Ghisleni, do Ministério da Saúde, e Helder Silva, do Ministério da Fazenda, co-responsáveis pela Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde



Fonte: Ministério da Fazenda, 2024.

<sup>75</sup> G20: Brasil realiza debate sobre desigualdades e financiamento da saúde. Ministério da Fazenda. 01 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/g20-brasil-realiza-debate-sobre-desigualdades-e-financiamento-da-saude>. Acesso em: 04 fev. 2024.

<sup>76</sup> Com o apoio do Banco Mundial, um dos principais resultados da Força Tarefa foi a criação do Fundo Pandêmico em 2022, focado em fortalecer países de baixa e média renda.

<sup>77</sup> "Países precisam se preparar para eventuais novas emergências sanitárias", diz embaixador. **G20**. 02 fev. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/paises-precisam-se-preparar-para-eventuais-novas-emergencias-sanitarias-diz-embaixador>. Acesso em: 04 fev. 2024.

<sup>78</sup> Força-Tarefa de Finanças e Saúde apresenta propostas durante primeira reunião de trabalho. **Ministério da Fazenda**. 01 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/forca-tarefa-de-financas-e-saude-apresenta-propostas-durante-primeira-reuniao-de-trabalho>. Acesso em: 04 fev. 2024.

Em relação à primeira prioridade, o Brasil propôs a troca de experiências entre os membros do G20 sobre financiamento de ações para tratar dos determinantes sociais da saúde, identificando indicadores-chave e buscando a redução das desigualdades. Durante a pandemia, os determinantes sociais influenciaram significativamente as taxas de infecção, morbidade e mortalidade. E, por essa razão, é importante que os países considerem esses elementos em suas análises e políticas, especialmente porque trazem maior impacto para populações em vulnerabilidade. Como *deliverables* estão previstos: a realização de um evento paralelo para discutir esses aspectos de financiamento juntamente com a 2ª reunião presencial do GT de Saúde, em 4 de junho de 2024, em Salvador; e a inclusão dos determinantes sociais no Relatório Global sobre vulnerabilidades e riscos sanitários, sociais, econômicos e ambientais relacionados com pandemias.

Já o segundo ponto, foi um dos grandes destaques abordados durante a reunião e pretende ser objeto de extenso debate. A iniciativa *Debt for Health* propõe transformar uma parte do pagamento da dívida externa dos países em investimento no sistema de saúde. Isso porque o aumento do endividamento nos últimos anos, especialmente na África e na América Latina, tem levado a uma redução do espaço fiscal que impede o investimento adequado na pasta e limita as possibilidades de ação não só para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como para a maior capacidade de resposta a emergências de saúde – o que torna as nações mais vulneráveis a choques externos. Nesse sentido, mecanismos como o proposto podem permitir investimentos adicionais que contribuirão para melhorar os resultados da saúde pública, a redução da pobreza e o desenvolvimento social. Helder Silva, corresponsável pela Força Tarefa, destacou que esse assunto ainda será objeto de aperfeiçoamento, mas que há interesse dos países em compartilhar boas práticas e experiências. Como fruto do debate, está previsto um evento paralelo em abril para discutir o tema junto ao GT de Saúde; e a elaboração de dois relatórios contendo um mapeamento dessas experiências e principais recomendações e diretrizes, a serem apresentados na 2ª e 3ª reuniões da JFHTF respectivamente em maio e setembro.

Por fim, a terceira prioridade é concentrada no aperfeiçoamento de um Quadro de Vulnerabilidades e Riscos Econômicos (FEVR, na sigla em inglês) e no Mapeamento das Opções e Lacunas de Financiamento de Resposta à Pandemias. A partir desses levantamentos pretende-se desenvolver um manual operacional para identificar as lacunas de financiamento e fornecer possíveis saídas para a ausência de coordenação entre a área financeira e a de saúde em situações de contágio alastrado. Para tanto, são esperados a realização de um evento paralelo em meados de maio para realizar exercícios de simulação de um evento pandêmico; a produção de um Relatório Global incorporando o Quadro de Vulnerabilidades e Riscos Econômicos, e do manual acima mencionado, ambos a serem apresentados na 3ª reunião da JFHTF em setembro.

O encontro foi o primeiro passo para o avanço das discussões da pasta e a expectativa é que o plano de trabalho para implementar as propostas seja aprovado na próxima reunião, em 15 de maio. Já a conclusão dos trabalhos da Força-Tarefa está prevista para 31 de outubro, em uma reunião envolvendo os ministérios da Fazenda e da Saúde. De acordo com Ghisleni, o balanço da reunião foi muito positivo e conseguiram revigorar o interesse no assunto ao tratarem da questão do financiamento da saúde em bases estáveis e conectadas a temas atuais. Algo que “nos abre caminho para aprofundar essa discussão, conseguir chegar a resultados concretos que mudem o cenário do financiamento para a saúde no Brasil e no resto do mundo”, explicou durante coletiva de imprensa.

Para além das pautas específicas discutidas neste encontro, outras prioridades que ditam o podemos esperar para a agenda da saúde do G20 neste ano, já foram mencionadas e discutidas em edições passadas deste Informe, como: equidade em saúde; preparação e resposta a pandemias, produção local e regional de medicamentos, vacinas e produtos estratégicos; promoção da saúde digital, a expansão da telessaúde, integração e análise dos dados dos Sistemas Nacionais de Saúde; e as relações entre mudanças climáticas e saúde<sup>79</sup>.

Um ponto fundamental que deve ser destacado, no entanto, é a grande proposta que está sendo apresentada para a comunidade internacional sobre a criação de uma Aliança para a Produção e Inovação Regional, no âmbito do GT Saúde. Tal projeto tem o objetivo de conectar parcerias pela produção de insumos, medicamentos e vacinas para a eliminação de doenças com uma forte determinação social, como dengue, malária, tuberculose, doença de chagas, hanseníase; HIV e outras. De igual modo, vale ressaltar que a pauta brasileira de saúde no G20 também está ligada aos grandes temas abordados internamente pelo Ministério da Saúde como a retomada do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), a eliminação das doenças socialmente determinadas e o fortalecimento do SUS para enfrentar emergências sanitárias<sup>80</sup>.

A saúde e seus determinantes sociais estão inseridos em diversas discussões que ultrapassam o GT Saúde e a JHFTF. A tabela a seguir apresenta alguns eventos e reuniões de interesse para a discussão sobre saúde no G20 e grupos de engajamento que estão por vir.

---

<sup>79</sup> SUS é exemplo para a proposta brasileira sobre saúde no G20. **G20**. 03 jan. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/sus-e-exemplo-para-a-proposta-brasileira-sobre-saude-no-g20>. Acesso em: 04 fev. 2024.

<sup>80</sup> Os planos do Brasil para a Saúde no G-20. **Outra Saúde**. 24 jan. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/os-planos-do-brasil-para-a-saude-no-g-20/>. Acesso em: 04 fev. 2024.

**Tabela:** Reuniões e eventos de interesse para a discussão sobre saúde no G20

Meses	Data	Reuniões	Local
JANEIRO	24 a 26	Força-tarefas T20	virtual
JANEIRO	31	1ª reunião CCN do T20	virtual
FEVEREIRO	1	1ª reunião da TF conjunta saúde e finanças	virtual
FEVEREIRO	7	reunião preparatória Iniciativa Bioeconomia	virtual
FEVEREIRO	21 a 23	1a reunião FT Fome	virtual
FEVEREIRO	22	1a reunião GT SAÚDE	virtual
MARÇO	04 a 06	T20 inception	virtual
MARÇO	13 e 14	1ª reunião da Iniciativa sobre Bioeconomia	virtual
ABRIL	08 a 10	Brasil China Innovation Dialogues Technology and Development (side event T20)	Rio de Janeiro
ABRIL	8 a 10	2a reunião GT SAÚDE	Brasília
ABRIL	9	Debt-for-Health (Side event)	Brasília
MAIO	a definir	Simulation exercises or stress tests on a pandemic event to better assess and understand the policy gaps on PPR (Side event)	virtual
MAIO	07 a 09	2ª reunião da Iniciativa sobre Bioeconomia	Brasília
MAIO	15	2ª reunião da TF conjunta saúde e finanças	virtual
MAIO	22 a 24	2a reunião FT Fome	Teresina
JUNHO	3 a 5	3a reunião GT SAÚDE	Salvador
JUNHO	4	Financing aspects of actions to tackle social determinants that impact health outcomes (side event)	Salvador
JUNHO	17 a 19	3ª reunião da Iniciativa sobre Bioeconomia	Manaus
JUNHO	18 e 19 (a confirmar)	T20 Mid-Term	São Paulo
JULHO	24	Reunião final FT Fome	Rio de Janeiro
JULHO	29 a 30	GPSS2 (CEPI)	Rio de Janeiro
AGOSTO	-	-	-
SETEMBRO	9	3ª reunião da TF conjunta saúde e finanças	virtual
SETEMBRO	09 e 10	4ª reunião da Iniciativa sobre Bioeconomia	Rio de Janeiro
SETEMBRO	2a semana (a definir)	Evento INSP	Rio de Janeiro
OUTUBRO	21 a 24	Evento Instituto Pasteur	Rio de Janeiro
OUTUBRO	29 a 31	Ministros GT SAÚDE	Rio de Janeiro
OUTUBRO	31	Reunião conjunta ministros Finanças e Saúde	Rio de Janeiro
NOVEMBRO	a definir	CÚPULA T20	Rio de Janeiro
NOVEMBRO	18 a 20	CÚPULA G20	Rio de Janeiro

**Fonte:** Elaboração própria

Em relação aos grupos de engajamento a discussão sobre saúde e seus determinantes sociais perpassa alguns grupos, sendo mais premente no T20 (grupo que reúne *Think Tanks*), S20 (grupo que reúne as academias de ciências), B20 (grupo que reúne a classe empresarial) e C20 (grupo que reúne a sociedade civil).

No período analisado, não foram identificados avanços nas discussões no S20.

Em relação ao T20<sup>81</sup>, o grupo de engajamento dos Centros de Pensamento, ou *Think Tanks*, as atividades já foram iniciadas, com a formação dos conselhos consultivos nacional e internacional. As instituições selecionadas para participar dos conselhos são também responsáveis pelos subtemas de cada uma das 6 forças tarefas (ou temas gerais) do grupo. Foi

<sup>81</sup> Ver <https://www.t20brasil.org/en/info/4/t20-brasil-call-for-policy-brief-abstracts-lets-rethink-the-world>.

aberta a chamada para submissão global de resumos de políticas para o T20 que se encerrou nesse 5/2/24.

As seis Força Tarefas e seus subtópicos foram assim definidos:

FT1: Combate às desigualdades, à pobreza e à fome

A FT1 tem como objetivo reunir recomendações políticas que se concentrem na primeira prioridade da presidência brasileira do G20: 1) Combater a pobreza e a fome e promover a inclusão social". Em particular, pretende oferecer subsídios para a Força-Tarefa do G20 sobre o combate à pobreza e à fome, mas também analisar todas as formas de desigualdades, uma prioridade do grupo de trabalho do G20 Brasil para o Desenvolvimento, que pode ser abordada de forma transversal por todos os grupos de trabalho do G20, tanto das trilhas de Finanças quanto dos Sherpas.

Este FT aborda várias questões críticas, contribuindo para acelerar o progresso em direção a vários ODS. Subtópicos:

1.1 Promover políticas eficazes de combate à pobreza e à fome e o papel da cooperação trilateral na sua promoção:

Enfatizando a importância dos esforços colaborativos a nível global no combate à pobreza e à fome, A FT concentra-se na revisão das evidências disponíveis sobre políticas impactantes que poderiam ser adaptadas e avançadas para apoiar os países atrasados nos ODS 1 e 2 por meio da cooperação trilateral (ODS 1, 2, 10, 17).

1.2 Promover a segurança alimentar e nutricional por meio de sistemas alimentares sustentáveis:

A FT revisará e discutirá caminhos para sistemas alimentares sustentáveis para garantir a segurança alimentar e melhorar a nutrição. Apresentará abordagens e reformas políticas que sejam ambientalmente sustentáveis, social e economicamente sólidas e que promovam a resiliência às mudanças climáticas e outros choques, e que contribuam para sociedades mais saudáveis, produtivas e inclusivas (ODS 1, 2, 8, 13, 14 e 17)

1.3 Ampliação do acesso à proteção social e aos serviços básicos:

Reconhecendo o direito fundamental à proteção social em todo o ciclo de vida e aos serviços básicos (por exemplo, água e saneamento, moradia), a FT avaliará o que é necessário para ampliar o acesso, a adequação e a abrangência dos sistemas de proteção social, garantindo sua coerência com as políticas do mercado de trabalho, bem como a inclusão e o apoio às populações vulneráveis. (ODS 1, 2, 3, 4, 6, 8, 10 E 11)

1.4 Promover a cobertura universal de saúde, a saúde digital e a inovação aberta para combater as desigualdades na saúde:

A FT apresentará propostas para combater as desigualdades na saúde e garantir a cobertura universal de saúde, aproveitando simultaneamente a saúde digital e a inovação aberta para colmatar as lacunas na acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde, sem esquecer a necessidade de medidas para evitar a exclusão digital. (ODS 3, 9, 10)

1.5 Reformar as políticas fiscais para reduzir as desigualdades e erradicar a pobreza:



A FT centrará-se nas políticas orçamentais destinadas a reduzir as disparidades económicas e a erradicar a pobreza. A FT procura criar sistemas de transferência fiscal mais equitativos, com vista a reduzir as desigualdades de oportunidades e de resultados e a promover a coesão social. (ODS 1, 10)

1.6 Combater a discriminação e as desigualdades de gênero e raça e repensar a economia do cuidado: Combatendo a discriminação de gênero e raça na economia do cuidado:

Reconhecendo a discriminação inerente de gênero e raça em todos os níveis e em diferentes setores, A FT analisará as políticas que reduziram com sucesso a discriminação e/ou suas consequências. Ele trará recomendações para combater a discriminação racial e de gênero em todos os seus aspectos, e também recomendações que podem produzir mudanças na economia do cuidado, onde mulheres, migrantes e pessoas de grupos étnicos e raciais específicos estão super-representados, com o objetivo de promover a inclusão e a equidade. (ODS 1,3,4,5,8,10,16 e ODS 18 do Brasil)

1.7 Combater a discriminação e as desigualdades raciais e étnicas:

Enfatizando o imperativo moral, bem como a lógica de desenvolvimento para combater a discriminação e as desigualdades raciais e étnicas, a FT apresentará recomendações para os membros do G20 promoverem a cooperação global com vista a encorajar políticas que desmantelem práticas discriminatórias e promovendo a diversidade. As sugestões devem incluir reformas abrangentes na educação, no emprego e nos quadros jurídicos. A FT defende políticas inclusivas que elevem as comunidades marginalizadas, criando oportunidades para o empoderamento econômico e a coesão social.

Ao abordar esses subtópicos abrangentes, FT 1 se esforça para recomendar políticas e ações impactantes que não apenas combatam as desigualdades, a pobreza e a fome, mas também pavimentem o caminho para o crescimento sustentável e inclusivo globalmente.

#### FT2: Ação climática sustentável e transições energéticas inclusivas e justas

A FT2 dedica-se a abordar facetas críticas da ação climática, enfatizando especialmente questões relacionadas às transições energéticas, com foco central na inclusão e na justiça. As recomendações dessa força-tarefa visam apoiar o trabalho e as deliberações da Força-Tarefa Especial de Mobilização Global contra as Mudanças Climáticas estabelecida pela presidência brasileira do G20. Além disso, A FT 2 procura informar o trabalho e as prioridades temáticas do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis e do Grupo de Trabalho de Infraestrutura da Trilha de Finanças do G20, bem como os grupos de trabalho da Trilha *Sherpa* sobre Transição Energética, sobre Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade, sobre redução do risco de desastres, sobre agricultura e emprego.

As principais questões e subtópicos incluem:

2.1 Promover transições energéticas sustentáveis, inclusivas e justas:

Destacando a importância de transições energéticas equitativas, esta força-tarefa visa desenvolver propostas de políticas para garantir que a mudança necessária para a energia sustentável seja inclusiva e justa para todos (países, pessoas e planeta). Isso inclui a promoção de uma abordagem orientada para a justiça para garantir o acesso à energia sustentável, fornecendo apoio aos trabalhadores dos setores mais afetados pelos padrões de transição, bem como a implementação de políticas destinadas a mitigar os impactos ambientais, sociais e

econômicos adversos associados à extração de minerais críticos (e à produção de biocombustíveis) que são necessários para vários modelos de transição energética. ODS 7, 8, 9, 10, 12 e 13.

2.2 Acelerar a transição para uma economia de baixo carbono e consumo/produção sustentáveis:

Priorizando a transição para uma economia de baixo carbono, esta força-tarefa proporá políticas específicas de contexto destinadas a promover padrões sustentáveis de produção e consumo. O objetivo geral dessas políticas é ajudar a reduzir o impacto ambiental dos setores produtivos, promovendo simultaneamente o crescimento econômico inclusivo e a neointustrialização sustentável, especialmente nas economias emergentes e nos países menos desenvolvidos. ODS 1, 2, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15 e 17.

2.3 Promover o investimento e a inovação aberta para a sociobioeconomia e as soluções baseadas na natureza:

Este grupo de trabalho centra-se no incentivo ao investimento e à inovação na sociobioeconomia e nas soluções baseadas na natureza para enfrentar os desafios climáticos, com especial ênfase no papel central da inovação aberta e das transferências de tecnologia no desenvolvimento sustentável. ODS 1, 2, 8, 10, 12, 13, 14, 15 e 17.

2.4 Investir em infraestrutura sustentável, inclusiva e resiliente:

Reconhecendo o papel fundamental da infraestrutura no desenvolvimento sustentável, esta força-tarefa prioriza investimentos que promovam inclusão, resiliência e sustentabilidade. Será dada especial atenção à promoção de cidades resilientes às alterações climáticas. ODS 1, 2, 7, 9, 11 e 17.

2.5 Acesso a Fundos Multilaterais e Alavancagem de Capital Privado para o Financiamento do Clima:

Esta força-tarefa visa explorar caminhos para melhorar o financiamento climático, sugerindo medidas que possam melhorar o acesso a fundos multilaterais e alavancar o capital privado por meio de modelos de financiamento combinado, com foco especial na ampliação das oportunidades para os países em desenvolvimento. ODS 13 e 17

2.6 Operacionalizar a Justiça Climática por meio do Financiamento e da Transferência de Tecnologia:

Esta força-tarefa tem como objetivo propor formas de operacionalizar o conceito de justiça climática, garantindo o acesso equitativo ao financiamento e à transferência de tecnologia. Essa abordagem busca capacitar todas as nações para combater efetivamente as mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que aborda as desigualdades entre países e dentro dos países, incluindo desigualdades horizontais, como o racismo ambiental. ODS 9, 10, 13, 15 e 17

Ao abordar esses subtópicos críticos, a Força-Tarefa T20 se esforça para desenvolver estratégias abrangentes para promover a ação climática sustentável, impulsionar transições energéticas inclusivas e preparar o caminho para um futuro mais equitativo e resiliente para todos.

### FT3: Reforma da arquitetura financeira internacional

A FT3 se concentra em aspectos cruciais no âmbito da capacidade das instituições financeiras globais de galvanizar os recursos necessários para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As recomendações apresentadas por este FT pretendem apoiar o trabalho do Grupo de Trabalho de Arquitetura de Finanças Internacionais, do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis e do Grupo de Trabalho Quadro da Trilha de Finanças. Também pode contribuir para a discussão sobre a desigualdade entre os países no contexto das prioridades do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento na trilha Sherpa. Abordará uma série de questões prementes, incluindo:

3.1 Regras e regulamentos do sistema financeiro e redes de segurança financeira global para promover estabilidade, sustentabilidade e equidade:

Enfatizar regras e regulamentos dentro do sistema financeiro para melhorar a estabilidade, sustentabilidade e equidade em escala global. Trata-se de estabelecer redes de segurança eficazes para salvaguardar contra a instabilidade financeira, em especial para os países em desenvolvimento, com especial incidência nos países menos desenvolvidos. ODS 10 e 17

3.2 Reforma do Banco Multilateral de Desenvolvimento (MDB):

o que implica melhor, maior e mais eficaz? Aprofundar os requisitos para reformas mais eficientes, expansivas e impactantes dentro dessas instituições, garantindo que elas atendam melhor às necessidades em evolução das nações em desenvolvimento para alcançar os ODS. ODS 17

3.3 Abordar o peso da dívida dos países em desenvolvimento e facilitar o seu acesso aos recursos concessionais:

Abordando os pesados encargos da dívida enfrentados pelos países em desenvolvimento, o grupo de trabalho apresentará ideias inovadoras sobre a renegociação da dívida soberana e facilitará o acesso aos recursos concessionais, cruciais para o desenvolvimento sustentável. ODS 10 E 17

3.4 Garantir uma arquitetura tributária global mais justa que facilite a mobilização de recursos nacionais e internacionais:

a força-tarefa discutirá e proporá caminhos para um sistema tributário global mais justo, com potencial para não apenas galvanizar a mobilização de recursos nacionais e internacionais, mas também enfrentar os desafios colocados pela digitalização, pela transferência de lucros e pela evasão fiscal, ao mesmo tempo em que aumenta a transparência fiscal. Deve também abordar a questão da voz e da participação dos países em desenvolvimento, incluindo os países menos desenvolvidos, nos fóruns globais de arquitetura fiscal internacional. ODS 10 e 17

3.5 Necessidades globais de financiamento dos ODS: percursos e o papel da reforma da arquitetura financeira internacional:

delineando caminhos para cumprir os requisitos gerais de financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Isso inclui explorar como a reforma das estruturas financeiras internacionais contribui para alcançar esses objetivos. ODS 10 e 17.

### 3.6 Papel das métricas ESG:

Examinar a importância das métricas e taxonomias ESG (Environmental, Social and Governance) na orientação do financiamento dos ODS, promovendo assim o investimento e o desenvolvimento sustentáveis com foco nos países em desenvolvimento e nos potenciais desafios que as MPMEs podem enfrentar para cumprir esses requisitos de padronização e como facilitá-los. ODS 17.

A força-tarefa se aprofunda nesses subtópicos para propor estratégias abrangentes que se alinhem com objetivos de desenvolvimento global mais amplos, ao mesmo tempo em que promovem uma arquitetura financeira internacional mais resiliente e equitativa.

#### FT4: Comércio e investimento para um crescimento sustentável e inclusivo

A FT4 se dedica a alavancar mecanismos de comércio e investimento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) delineados na Agenda 2030. Pretende apresentar ideias inovadoras não só para o Grupo de Trabalho Comércio e Investimento, mas também para os Grupos de Trabalho sobre Agricultura, Ambiente, Clima e Sustentabilidade, empoderamento de gênero, economia digital e emprego, todos na Trilha Sherpa, mas também para o Grupo de Trabalho sobre o combate à pobreza e à fome.

As questões abordadas no âmbito desta Força Tarefa abrangem:

4.1 Comércio e investimento para combater a desigualdade, a pobreza e a fome e promover a inclusão social:

Enfatizando o papel central do comércio e do investimento no enfrentamento dos desafios sociais, a força-tarefa visa aproveitar esses mecanismos para combater a desigualdade dentro e entre os países, a pobreza e a fome, promovendo a inclusão social e a segurança alimentar. ODS 1, 2, 8, 9, 10 e 17.

4.2 Comércio e investimento, segurança alimentar e ação climática:

Reconhecendo os impactos do comércio e do investimento nas mudanças climáticas e sua importância para a segurança alimentar, a força-tarefa se concentrará na promoção de práticas e políticas sustentáveis nesses domínios para contribuir com os objetivos globais de sustentabilidade. Também discutirá o uso de padrões de sustentabilidade como potenciais barreiras não tarifárias que podem afetar desproporcionalmente os países em desenvolvimento e ameaçar a segurança alimentar global. ODS 2, 8, 10, 13, 14, 15 e 17.

4.3 Mulheres no Comércio:

Reconhecendo a importância da igualdade entre homens e mulheres no comércio, serão apresentadas opções políticas e esforços para capacitar e reforçar a participação das mulheres nas atividades relacionadas com o comércio, fomentando assim o crescimento econômico e a inclusão. ODS 5, 8, 16 e 17.

4.4 Comércio e transformação digital:

Considerando o papel crescente das transações digitais para fomentar o comércio e o investimento, a força-tarefa explora como o comércio e o investimento podem aproveitar as tecnologias digitais para aumentar a eficiência, a inovação e a conectividade global. ODS 8, 10 e 17.

#### 4.5 Promover uma maior participação das MPME no comércio e no investimento:

Reconhecendo o potencial das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) para promover o crescimento e criar novas oportunidades para as pessoas comuns, a força-tarefa se esforça para promover um acesso mais amplo aos mercados externos e facilitar sua maior integração nas redes globais de comércio, aumentando sua contribuição para o crescimento econômico e a redução das desigualdades. ODS 9 e 17.

#### 4.6 Lidar com o neoprotecionismo e as características mutáveis das cadeias globais de valor:

Diante da evolução do cenário econômico global, a força-tarefa aborda os desafios colocados pelo neoprotecionismo e as mudanças nas cadeias globais de valor, buscando estratégias para se adaptar e garantir o crescimento inclusivo, particularmente nos países em desenvolvimento. ODS 2, 9 e 17

Por meio dessas discussões e estratégias focadas, a Força-Tarefa T20 visa aproveitar o poder do comércio e do investimento para impulsionar o crescimento sustentável, inclusivo e equitativo em alinhamento com os ODS da Agenda 2030.

#### FT5: Transformação digital inclusiva

A FT5 concentra seus esforços na elaboração de recomendações com vistas a alavancar inovações digitais para avançar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, garantindo inclusão e considerações éticas. O objetivo é influenciar o trabalho do Grupo de Trabalho de Economia Digital do G20 Sherpa Track.

As principais áreas de enfoque desta Força Tarefa abrangem:

##### 5.1 Inclusão Digital e Conectividade Universal Significativa:

Reconhecendo a importância do acesso a ferramentas digitais e conectividade, a força-tarefa visa promover ideias para conectividade significativa e universal, garantindo que ninguém será deixado para trás na era digital. ODS 1, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 16 e 17.

##### 5.2 Transformação Digital e Plataformização dos Serviços Públicos:

Explorando o potencial da transformação digital na melhoria dos serviços públicos por meio da plataformização, a força-tarefa busca desenvolver propostas políticas que possam tornar os serviços governamentais mais acessíveis, eficazes e fáceis de usar. ODS 1, 3, 4, 6, 8, 10, 11 e 16.

##### 5.3 Integridade Digital, Proteção de Dados e Cibersegurança:

Enfatizando a importância de salvaguardar a integridade digital, a força-tarefa aborda preocupações relacionadas à confiança na tecnologia, privacidade e segurança cibernética no âmbito digital. ODS 3, 4, 9, 11, 16 e 17.

##### 5.4 Novas tecnologias digitais para os ODS e o trabalho decente:

Explorando a intersecção das tecnologias digitais e o desenvolvimento sustentável, são feitos esforços para aproveitar essas tecnologias para alcançar os ODS, garantindo oportunidades de trabalho decente para todos. Todos os ODS.

### 5.5 Desafios, oportunidades e governança da inteligência artificial:

Mergulhando nas complexidades da inteligência artificial, a força-tarefa avaliará seus desafios e oportunidades, enquanto defende estruturas de governança ética que garantam o desenvolvimento e a implantação responsáveis de IA. ODS 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16 e 17.

### 5.6 Governança Digital Global e Regulação das Plataformas Digitais:

Abordando a necessidade de estruturas de governança global na esfera digital, a força-tarefa examinará maneiras de regular as plataformas digitais para promover a equidade, a transparência e a prestação de contas. ODS 9, 10, 12 e 16.

Ao se envolver com esses subtópicos vitais, a Força-Tarefa T20 se esforça para navegar no cenário da transformação digital, garantindo que os avanços tecnológicos contribuam positivamente para a realização dos ODS, priorizando a inclusão, a ética e a governança responsável na era digital.

### FT6: Fortalecimento do multilateralismo e da governança global

A FT6 se concentra em promover uma cooperação internacional robusta em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) delineados na Agenda 2030. Visa influenciar a discussão de prioridades nos Grupos de Trabalho de Desenvolvimento, bem como as de saúde e comércio e investimento; e identificar questões de particular interesse para os sherpas, como a avaliação dos compromissos e ações do G20.

As principais questões e subtópicos desta força-tarefa incluem:

#### 6.1 O papel do G20 no reforço do multilateralismo e na reforma das Nações Unidas:

avaliar e defender o papel do G20 no reforço do multilateralismo e no apoio às reformas no âmbito do sistema das Nações Unidas para aumentar a sua eficiência, eficácia e adaptabilidade aos desafios globais atuais. ODS 17.

#### 6.2 Reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC):

Abordar a necessidade de reformas no âmbito da OMC para garantir sua relevância, eficiência e equidade na regulação do comércio global, promovendo o desenvolvimento econômico equitativo. ODS 17.

#### 6.3 Questões de Saúde Global e a Abordagem de Uma Saúde:

Reconhecendo a interconexão da saúde humana, animal e ambiental, a força-tarefa enfatiza a importância de uma abordagem holística de "Uma Saúde" para enfrentar os desafios globais de saúde. ODS 17.

#### 6.4 Novas Normas e Métricas para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o Enfrentamento dos Desafios Globais:

Identificar e propor novas normas e métricas para os fluxos da cooperação internacional para o desenvolvimento para melhor enfrentar os desafios globais emergentes. ODS 17.

## 6.5 O Papel dos Atores Não-Estatais, ONGs e Unidades Subnacionais na Governança Multilateral:

Reconhecendo a importância dos atores não estatais, ONGs e unidades subnacionais, a força-tarefa explora seus papéis e contribuições na formação de uma governança multilateral eficaz e a necessidade de lhes conceder representação e voz adequadas nas instituições internacionais. ODS 17.

### 6.6 Avaliação dos compromissos e ações do G20:

Avaliar os compromissos e ações empreendidos pelo G20 para garantir a responsabilidade e a eficácia no cumprimento dos compromissos assumidos em relação à governança global e aos objetivos de desenvolvimento. ODS 17.

### 6.7 As vozes do Sul Global na governança global e no fortalecimento do multilateralismo:

O sétimo subtópico investiga a avaliação de desafios, a identificação de oportunidades e a formulação de estratégias para aumentar a participação do Sul Global nos sistemas multilaterais e na governança global, promovendo uma estrutura de envolvimento mais equilibrada.

Por meio de discussões abrangentes sobre esses subtópicos, a Força-Tarefa T20 visa promover propostas de reforma que possam fornecer um sistema de governança global mais eficaz, inclusivo, legítimo e responsável que promova os objetivos do desenvolvimento sustentável e promova uma cooperação multilateral mais forte para o bem-estar coletivo da comunidade global.

A Fiocruz foi aceita para participar no Conselho Consultivo Nacional (CCN) do T20, com o Centro de Relações Internacionais em Saúde e o Centro de Estudos Estratégicos como pontos focais. Desse modo, estaremos envolvidos nos trabalhos e avaliações do T20 e de suas Forças-Tarefas. Além da participação no CCN, a Fiocruz coordenará os subtópicos relacionados diretamente à agenda de saúde: FT1.4 e FT6.3.

Em relação ao B20, que é organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), houve o primeiro evento de abertura do grupo no dia 29 de janeiro, no Rio de Janeiro<sup>82</sup>. Foram estabelecidas sete forças-tarefa e um conselho de ação intitulado Mulher, Diversidade e Inclusão nos Negócios. As forças-tarefas definidas foram:

1. Mercado e Investimento
2. Emprego e Educação
3. Transformação Digital
4. Transição Energética e Clima
5. Finanças e Infraestrutura
6. Integridade e Compliance
7. Sistemas Alimentares e Agricultura Sustentáveis

Com o lema “Crescimento Inclusivo para um Futuro Sustentável”, o B20 Brasil deseja focar as discussões e recomendações em cinco eixos centrais:

- Promover o crescimento inclusivo e combater a fome, a pobreza e as desigualdades;
- Promover uma transição justa para zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa;

---

<sup>82</sup> Ver <https://b20brasil.org/>.

- Aumentar a produtividade por meio da inovação;
- Promover a resiliência das cadeias globais de valor;
- Valorizar o capital humano.

Apesar do tema saúde não aparecer de maneira direta em nenhum dos eixos centrais ou das forças-tarefas, a agenda de saúde no B20 no Brasil, passa pelo fortalecimento de parcerias público-privado para produção de insumos estratégicos em saúde e pelo fortalecimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS), que pode ser abordado no eixo de aumento da produtividade por meio da inovação.

Em relação ao C20, que, no Brasil, é organizado pela Associação Brasileira de ONGs (ABONG), o trabalho será estruturado em 10 grupos de trabalhos, que representam as pautas estratégicas e prioridades do grupo, a saber:

1. Economias justas, inclusivas e antirracistas;
2. Sistemas Alimentares, Fome e Pobreza;
3. Meio Ambiente, Justiça Climática e Transição Energética Justa;
4. Comunidades Sustentáveis e Resilientes e Redução do Risco de Desastres;
5. Saúde Integrada para Todas as Pessoas;
6. Educação e Cultura;
7. Digitalização e Tecnologia;
8. Direitos das Mulheres e Igualdade de Gênero;
9. Filantropia e Desenvolvimento Sustentável;
10. Governança Democrática, Espaço Cívico, Anticorrupção e Acesso à Justiça.

Como pode ser observado, a prioridade 5 (saúde integrada para todas as pessoas) trata especificamente do tema saúde sob a perspectiva da sociedade civil organizada. É possível identificar outros determinantes sociais da saúde na agenda de discussões do C20 como meio ambiente, fome, pobreza, dentre outros.

Dessa forma, a Fiocruz em seu esforço de apoio institucional, político e técnico ao G20 e aos Grupos de Engajamento, participará direta e indiretamente de diversas discussões, reuniões e eventos durante a presidência brasileira do G20, a fim de contribuir para um mundo mais justo, equitativo e saudável.

### **A agenda de prioridades da Itália para a nova presidência do G7**

O ano de 2024 para os países do G7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá, com representação também da União Europeia) conta com a renovação da presidência em que o Japão passa o bastão para a Itália. Será a sétima vez que a Itália presidirá o G7 e a presidência durará até 31 de dezembro de 2024. Em meio a ameaças a uma hegemonia já muito questionada, principalmente pela retomada e ampliação do BRICS e sua aspiração por contrabalançar a estrutura da economia mundial, o grupo das sete economias tenta manter seu poderio sob a arena internacional. Esse poderio se vê comprometido pela falta de representação de atores do Sul Global em um grupo que, apesar da pouca diversidade, não encontra consensos para resolução de conflitos, como a Guerra da Ucrânia ou o conflito entre Hamas e Israel, que ainda não tiveram seu fim. Ainda, enfrenta crises no Estreito de Taiwan e no Mar Vermelho, ameaças à hegemonia do dólar e questões migratórias e de insegurança alimentar.



Há grandes desafios para a nova presidência do grupo, que precisará elaborar uma agenda com ênfase na ampliação do debate com países fora do eixo principal do G7 de forma a evitar mais desgaste de sua influência e garantir a manutenção de uma ordem internacional vigente desde a guerra fria. A primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, assumiu a presidência do grupo em 1 de janeiro e já mencionou algumas ações-chave, como segurança energética e inteligência artificial, novas barreiras à imigração ilegal, novas sanções à Rússia através do endurecimento das regras do teto de preços do petróleo russo e fortalecimento dos laços com os países emergentes, com atenção especial aos países africanos<sup>83</sup>. Essas questões serão discutidas ao longo de uma agenda anual de cerca de 20 reuniões ministeriais, com a cúpula principal do G7 a ser realizada na região da Puglia entre os dias 13 e 15 de junho<sup>84</sup>.

Meloni demonstrou o interesse em incluir mais nações nas reuniões ministeriais, principalmente os países do Sul Global que, segundo a primeira-ministra: “será fundamental” para a presidência italiana do G7 devido à sua importância econômica, comercial e cultural<sup>85</sup>. Um exemplo dessa aproximação é a ambição pelo desenvolvimento de um novo plano de desenvolvimento e segurança energética com a África. Esse plano levaria o nome de “Mattei” (sobrenome de um empresário italiano) e tem como objetivo transformar a Itália em um importante centro de trânsito de energia da África para a Europa, especialmente no que tange ao gás natural. Dessa forma, abriria uma porta de cooperação com outros setores<sup>86</sup>. Esse plano estaria na esteira da promoção da independência e segurança energética europeia que não dependeria mais do fornecimento russo para sobreviver. A Itália esteve inserida em 25 acordos de energia entre a União Europeia e a África desde a deflagração da guerra, o que equivale a um quinto do total de 122 acordos assinados pela UE desde fevereiro de 2022<sup>87</sup>.

Sobre a agenda de migração, Meloni já havia articulado, ainda no ano passado, um acordo com o premiê albanês, Edi Rama, para construir dois centros de migrantes na Albânia, considerando o grande fluxo de migrantes advindos do país encontrados em águas italianas<sup>88</sup>. O controverso projeto migratório foi aprovado pela máxima corte albanesa no último dia 29 de fevereiro e já tinha sido aprovado pelos deputados italianos em 24 de janeiro com 155 votos a favor, 115 contra e duas abstenções, ainda pendente da provável aprovação do Senado italiano. No texto do projeto e, de acordo com as autoridades, espera-se receber 39 mil pessoas por ano nesses centros e todos os custos de construção, bem como as infraestruturas necessárias para seu funcionamento, a segurança e os cuidados médicos serão de inteira responsabilidade da Itália. O acordo é duramente criticado por organizações de defesa dos direitos humanos e partidos da oposição. Segundo o International Rescue Committee (IRC), o acordo é classificado

---

<sup>83</sup> Itália quer usar G7 para reforçar laços com países emergentes. UOL, 2024. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2024/01/26/italia-quer-usar-g7-para-reforcar-lacos-com-paises-emergentes.htm>>. Acesso em: 04/02/2024.

<sup>84</sup> Ibid.

<sup>85</sup> G7 agenda emerges in face of geopolitical gale. Arab News, 2024. Disponível em: <<https://www.arabnews.com/node/2447931>>. Acesso em: 04/02/2024.

<sup>86</sup> Ibid.

<sup>87</sup> Ibid.

<sup>88</sup> Itália assume presidência do G7 e deve reforçar luta contra imigração ilegal. UOL, 2024. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2024/01/01/italia-assume-presidencia-do-g7-e-deve-reforcar-luta-contr-imigracao-ilegal.htm>>. Acesso em: 04/02/2024.

como "desumanizante" e, para a Anistia Internacional, é uma "proposta inviável, prejudicial e ilegal"<sup>89</sup>.

Já sobre a agenda da Guerra da Ucrânia, de acordo com fontes de notícias, o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, teria sido o primeiro chefe de estado a entrar em contato com Meloni para parabenizar a nova presidência. Segundo Zelensky, "Falei com ela para parabenizar a Itália por assumir a presidência do G7 e para agradecê-la pelo constante apoio no G7 e no caminho de adesão da Ucrânia à União Europeia. Informei sobre os recentes ataques massivos da Rússia"<sup>90</sup>. Em nota, o governo italiano garantiu que o tema da agressão estará no centro da presidência italiana do G7 e confirmou o contínuo apoio para chegar a uma paz justa e duradoura. É esperado que a Itália tenha um papel de coordenação no engajamento global para tomada de decisões de novas sanções e soluções para os ativos russos congelados - que inclusive estão gerando bilhões de euros em pagamentos de juros frutos dos 300 bilhões de euros congelados em contas na Europa<sup>91</sup>.

Ainda, outros atores do grupo, como a presidente do poder executivo da União Europeia Ursula von der Leyen, garantiu apoio à Meloni na continuação do trabalho feito pela presidência Japonesa na luta contra as mudanças climáticas e o caminho aberto por Hiroshima para novos instrumentos sobre a inteligência artificial generativa<sup>92</sup>. É importante mencionar que as eleições para o Parlamento Europeu ocorrem também no mês de junho, entre 6 e 9 de junho, e a premiê italiana poderá participar, embora ainda não tenha se decidido publicamente<sup>93</sup>. Portanto, Meloni poderá usar os holofotes do G7 a seu favor visando uma possível candidatura.

Abaixo, os leitores poderão ver o calendário do G7 que vamos trabalhar ao longo do ano de 2024, com destaque para a reunião ministerial sobre saúde que ocorrerá entre 9 e 11 de outubro.

**Tabela:** calendário do G7 durante a presidência italiana.

Data	Reunião	Local
07 de fevereiro	Reunião ministerial sobre Comércio	online

<sup>89</sup> Máxima corte da Albânia aprova projeto migratório com Itália. GZH Mundo, 2024. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2024/01/maxima-corte-da-albania-aprova-projeto-migratorio-com-italia-clrz6gqgz003j01jvuqfdze80.html>>. Acesso em: 04/02/2024.

<sup>90</sup> Zelensky e Meloni discutem G7 e paz em ligação. ISTO É. 2024. Disponível em: <<https://istoe.com.br/zelensky-e-meloni-discutem-g7-e-paz-em-ligacao/>>. Acesso em: 04/02/2024.

<sup>91</sup> Ativos congelados da Rússia estão gerando bilhões de euros; valor pode ir para Ucrânia. CNN, Brasil. Disponível em: <[<sup>92</sup> Meloni participa do encerramento da presidência japonesa do G7. ANSA Brasil. 2024. Disponível em: <\[https://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/politica/2023/12/06/meloni-participa-do-encerramento-da-presidencia-japonesa-do-g7\\\_7985bf0b-13cf-4973-9922-e85c212ead96.html\]\(https://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/politica/2023/12/06/meloni-participa-do-encerramento-da-presidencia-japonesa-do-g7\_7985bf0b-13cf-4973-9922-e85c212ead96.html\)>. Acesso em: 04/02/2024.](https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ativos-congelados-da-russia-estao-gerando-bilhoes-de-euros-valor-pode-ir-para-ucrania/#:~:text=Ap%C3%B3s%20a%20invas%C3%A3o%20da%20R%C3%BAssia,%24%201%2C6%20trilh%C3%A3o).>. Acesso em: 04/02/2024.</p></div><div data-bbox=)

<sup>93</sup> Meloni diz que não decidiu sobre candidatura em eleição europeia. UOL. 2024. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2024/01/22/meloni-diz-que-nao-decidiu-sobre-candidatura-em-eleicao-europeia.html>>. Acesso em: 04/02/2024.

13 a 15 de março	Reunião ministerial sobre Indústria, Tecnologia e Digital	Verona e Trento
11 a 13 de abril	Reunião ministerial sobre Transporte	Milão
17 a 19 de abril	Reunião ministerial sobre Relações Exteriores	Capri
28 a 30 de abril	Reunião Ministerial sobre Clima, Energia e Meio Ambiente	Turim
9 e 10 de maio	Reunião ministerial sobre Justiça	Veneza
23 a 25 de maio	Reunião ministerial sobre Finanças	Stresa
13 a 15 de junho	Cúpula de Puglia	Borgo Egnazia - Puglia
27 a 29 de junho	Reunião ministerial sobre Educação	Trieste
9 a 11 de julho	Reunião ministerial sobre Ciência e Tecnologia	Bolonha e Forli
16 e 17 de julho	Reunião ministerial sobre Comércio	Villa San Giovanni e Régio da Calábria
24 a 26 de julho	Reunião ministerial sobre Desenvolvimento Urbano	Gênova
11 a 13 de setembro	Reunião ministerial sobre Trabalho e Emprego	Cagliari
19 a 21 de setembro	Reunião ministerial sobre Cultura	Positano
26 a 28 de setembro	Reunião ministerial sobre Agricultura	Siracusa
2 a 4 de outubro	Reunião ministerial sobre o Interior	Avellino
4 a 6 de outubro	Reunião ministerial sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres	Matera
9 a 11 de outubro	Reunião ministerial sobre Saúde	Ancona
14 a 16 de outubro	Reunião ministerial sobre Inclusão e Deficiência	Assisi e Perugia

13 a 15 de novembro	Reunião ministerial sobre Turismo	Toscana
A definir	Reunião ministerial sobre Desenvolvimento	Pescara
A definir	Reunião ministerial sobre Relações Exteriores	Fiuggi

**Fonte:** Elaboração própria a partir de G7 Italy<sup>94</sup>.

### **O interesse da OCDE na economia brasileiras e em temas de saúde**

Desde o período após o lançamento do último informe de 2023 até o fim do período analisado por este informe, é possível observar e ressaltar alguns feitos dentro da miríade de realizações, estudos, avanços e continuidades produzidas e promovidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A exemplo, ainda em dezembro de 2023, a OCDE publicou a versão de 2023 de seu relatório anual de perspectivas econômicas para a região da América Latina e do Caribe (ALC)<sup>95</sup>. Nele, a organização identifica a necessidade de estratégias de investimento mais proativas para acelerar o progresso econômico e social dos países da região, fortalecer o desenvolvimento sustentável e sanar suas fraquezas e lacunas estruturais duradouras e assim busca propor maneiras de tornar isso possível através de uma nova agenda de investimentos, com ações coordenadas entre formuladores de políticas, setor privado e parceiros internacionais.

Desse modo, o relatório argumenta que, para fechar as lacunas de investimento existentes e superar os desafios estruturais da região, é essencial o aumento no investimento interno e externo, que catalisarão empregos formais de melhor qualidade e uma estrutura de produção aprimorada, aproveitando o potencial das dotações da ALC e das transições ecológica e digital, adotando a participação e cooperação de diferentes atores nacionais e internacionais, instrumentos de dívida inovadores e um papel renovado para as instituições financeiras de desenvolvimento<sup>96</sup>.

Sob tal perspectiva, a organização econômica também chama a atenção dos países para três recomendações na elaboração de políticas para o alinhamento e incorporação da nova agenda de investimentos proposta:

(i) A melhora no clima de negócios e investimentos e a governança pública por meio de regulamentação eficiente e maior transparência e integridade;

<sup>94</sup> Calendar of Events G7 Italy. G7, 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/en/events-calendar/>>. 04/02/2024.

<sup>95</sup> OCDE, CELAC, CAF. Latin American Economic Outlook 2023: Investing in Sustainable Development. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2024 Feb 02]. Available from: <https://doi.org/10.1787/8c93ff6e-en>.

<sup>96</sup> OCDE. New investment agenda needed in Latin America and the Caribbean to boost growth, job creation and sustainable development. OECD [Internet]. 2023 Dec 15 [cited 2024 Feb 02]. Available from: <https://www.oecd.org/development/americas/new-investment-agenda-needed-latin-america-caribbean.htm>

(ii) A promoção dos principais setores estratégicos com oportunidades significativas de crescimento e criação de empregos, incluindo agricultura sustentável e sistemas alimentares, energia renovável, saúde e assistência social; e

(iii) O enfoque de investimento em infraestrutura para telecomunicações, água, transporte sustentável e energia limpa.

O documento possui também seções individuais voltadas para os países da região, onde são analisados seus contextos, índices, dados e particularidades e então recomendadas políticas de acordo com os mesmos.

Com a atenção ainda voltada para a região latinoamericana, a OCDE lançou também no período o documento *“OECD Economic Surveys: Brazil 2023”*<sup>97</sup>. Parte da iniciativa da organização de análises e observações periódicas das economias de membros e não membros do grupo, a recente edição focada especialmente no Brasil revela que a economia brasileira se recuperou fortemente após a pandemia da Covid-19, com a demanda doméstica resiliente, apoiada por transferências sociais, impulsionando seu crescimento e as taxas de inflação diminuindo, proporcionando espaço para maior flexibilização da política monetária.

A dívida pública, todavia, permanece elevada, exigindo uma estrutura fiscal confiável e uma maior eficiência nos gastos. Consonantemente, a projeção do crescimento do PIB para 2024 (1,8%) aponta uma desaceleração, antes de uma recuperação em 2025 para 2%. A demanda doméstica também tende a crescer em um ritmo mais moderado no próximo ano, como resultado de condições de crédito mais restritas e de uma leve desaceleração global<sup>98</sup>.

Dessa maneira, o aumento da produtividade e mais reformas estruturais são entendidos como esforços fundamentais para apoiar de forma duradoura a trajetória de desenvolvimento brasileiro e impulsionar seu crescimento potencial, além da recomendação da redução de regulamentações rigorosas e de encargos administrativos nos mercados de bens e serviços que prejudicam a concorrência e o crescimento da produtividade, a redução de barreiras comerciais e o fortalecimento da sustentabilidade das finanças públicas. Políticas de apoio à participação da força de trabalho feminina e da redução da informalidade também aprimorariam os mercados de trabalho, assim como um melhor direcionamento dos recursos da educação para o combate às desigualdades de oportunidades e uma maior inclusão produtiva, maiores investimentos em infraestrutura, a aplicação consistente do Código Florestal e a adoção de novas tecnologias voltadas à redução de emissões de gases de efeito estufa são também algumas das reflexões e sugestões levantadas no documento a fim de provocar um melhor desenvolvimento para o país.

O relatório repercutiu brevemente em veículo de notícias oficiais do governo brasileiro<sup>99</sup> com também uma solenidade de lançamento do documento, ressaltando-se então elementos tais como apresentação de perspectivas positivas para economia brasileira para os próximos

---

<sup>97</sup> OCDE. *OECD Economic Surveys: Brazil 2023*. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2024 Feb 02]. Available from: <https://doi.org/10.1787/a2d6acac-en>

<sup>98</sup> OCDE. Brazil should boost productivity and infrastructure investment to drive growth. OECD [Internet]. 2023 Dec 18 [cited 2024 Feb 02]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/brazil-should-boost-productivity-and-infrastructure-investment-to-drive-growth.htm>

<sup>99</sup> Ministério da Fazenda. OCDE lança relatório Economic Survey Brazil 2023 e destaca perspectivas positivas para o país. Gov.br [Internet]. 20 Dec 2023 [cited 2024 Feb 02]. Available from: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/ocde-lanca-relatorio-economic-survey-brazil-2023-e-destaca-perspectivas-positivas-para-o-pais>

anos, a importância da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional para a criação de um novo sistema de tributação de consumo, a implementação do novo marco fiscal, o processo de desinflação e o Plano de Transformação Ecológica. Inclusive, a secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tatiana Rosito, enfatizou a importância da contribuição da OCDE no debate sobre reformas estruturais, com a produção de notas técnicas que anteciparam alguns pontos do relatório publicado. Em contraste, veículos da imprensa internacional destacaram também os desafios a serem enfrentados pelo país<sup>100</sup>.

Já em janeiro de 2023, a organização publicou o artigo *“Scaling-up infrastructure investment to strengthen sustainable development in Brazil”*<sup>101</sup>, onde seus autores reforçam a preocupação com o baixo investimento em infraestrutura no Brasil durante as últimas décadas, que provocaram lacunas significativas em todos os setores de infraestrutura. E, para preencher tais lacunas, é entendido que o investimento público precisará aumentar e se tornar mais eficaz, ao passo que recursos privados adicionais devem ser mobilizados, além de um planejamento estratégico implementado para que se obtenha um aumento na qualidade dos projetos de infraestrutura.

Paralelamente, durante o íterim analisado neste informe, a organização internacional também continuou a expandir seu extenso e rico acervo de publicações e estudos, sendo destacado aqui parte de suas adições relacionadas especialmente ao tema de saúde.

O primeiro destaque é o artigo intitulado *“Applying good budgeting practices to health”*<sup>102</sup>, lançado ainda no início de dezembro de 2023. Baseando nos dez anos de trabalho da Rede Conjunta de Altos Funcionários de Orçamento e Saúde da OCDE (*OECD Joint Network of Senior Budget and Health Officials*, em inglês) e mobilizando estudos de caso de dezenove países, os autores buscam apresentar no documento um breve conjunto do que consideram como boas práticas orçamentárias de alto nível no setor de saúde e assim apoiar os países interessados na avaliação de seus próprios arranjos orçamentários voltados à saúde e na elaboração de reformas orçamentárias.

Na esteira de tal discussão, o relatório *“Fiscal Sustainability of Health Systems: How to Finance More Resilient Health Systems When Money Is Tight?”*<sup>103</sup> reforça a preocupação exposta no estudo anterior sobre os dilemas, pressões e desafios financeiros que assombram e afetam a saúde pública, se debruçando agora sob uma série de opções de políticas e tendências recomendadas pela organização para, ao mesmo tempo, financiar sistemas de saúde mais resilientes e ainda manter a sustentabilidade fiscal. Direcionado aos formuladores de políticas de saúde e economia, o estudo conclui que a escala de necessidades adicionais de financiamento da saúde exige mudanças políticas ambiciosas e transformadoras, apontando a necessidade de maiores ações robustas que fomentem populações mais saudáveis e uma melhor governança

---

<sup>100</sup> Ayres M. OECD urges Brazil to rein in required spending and lower trade barriers. Reuters [Internet]. 18 Dec 2023 [cited 2024 Feb 02]. Available from: <https://www.reuters.com/world/americas/oecd-urges-brazil-rein-required-spending-lower-trade-barriers-2023-12-18/>

<sup>101</sup> Fall F, Fialho P, Huang T. Scaling-up infrastructure investment to strengthen sustainable development in Brazil. OECD Economics Department Working Papers [Internet]. 2023 [cited 2024 Feb 02];1790. Available from: <https://doi.org/10.1787/47d65b26-en>

<sup>102</sup> Vammalle C, Penn C, James C. Applying good budgeting practices to health. OECD Journal on Budgeting [Internet]. 2023 [cited 2024 Feb 02];23/2. Available from: <https://doi.org/10.1787/b280297f-en>

<sup>103</sup> OCDE. Fiscal Sustainability of Health Systems: How to Finance More Resilient Health Systems When Money Is Tight? Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Feb 02]. Available from: <https://doi.org/10.1787/880f3195-en>

orçamentária para que se possa aumentar a eficiência dos gastos públicos atuais, o diálogo entre os ministérios da saúde e economia, mitigar possíveis riscos e também permitir transformações a médio e longo prazo benéficas para todos.

Em paralelo, o artigo *“Collective action for responsible AI in health”*<sup>104</sup> discute sobre a inteligência artificial (IA) e seus impactos nos sistemas de saúde, apresentando uma visão geral do histórico e do estado atual do tema, além perspectivas sobre oportunidades, riscos e entraves para seu sucesso. O artigo propõe ainda algumas áreas a serem exploradas pelos formuladores de políticas para a promoção de um futuro da IA responsável na área da saúde e que obtenha melhores resultados de saúde para todos, prezando pelo entendimento que o valor da IA é baseado em pessoas e suas demandas e não em técnicas e, por isso, fundamental o apoio de esforços de aprendizado cooperativo e ação coletiva para tal.

Já a publicação *“Rethinking Health System Performance Assessment: A Renewed Framework”*<sup>105</sup> aborda sobre a complexidade de questões e pressões enfrentadas pelos sistemas de saúde para além do plano orçamentário (como, por exemplo, o envelhecimento populacional, a evolução da digitalização e as mudanças climáticas) e apresenta a estrutura renovada de avaliação de desempenho do sistema de saúde da OCDE. Tal atualização da estrutura oferece definições comuns a fim de promover um entendimento compartilhado entre formuladores de políticas, partes interessadas e organizações, além de incorporar novas dimensões de desempenho, principalmente a centralização nas pessoas, a resiliência e a sustentabilidade ambiental e dá maior ênfase à abordagem das desigualdades, inclusive as relacionadas ao gênero. Ademais, amplia os esforços existentes da organização intergovernamental em tais âmbitos, integrando os avanços mais recentes na avaliação do desempenho do sistema de saúde e estabelecendo fundamentos para o desenvolvimento de indicadores futuros, facilitando a coleta de dados, a análise de políticas e a integração do conhecimento.

Por fim, é interessante ressaltar que, ao longo deste ano, a OCDE deve manter suas séries de mapeamentos e análises de dados internacionais sobre assuntos relativos à economia, às políticas diretas e indiretas tradicionais do setor e às outras temáticas sociais afins, além do desenrolar de avanços em sua agenda econômica e na promoção de mecanismos econômicos internacionais. Também é esperado progressões no processo de adesão do Brasil ao grupo, uma vez que já se pode observar de maneira positiva a conclusão da negociação da dívida brasileira de sua taxa de adesão<sup>106</sup>.

---

<sup>104</sup> Anderson B, Sutherland E. Collective action for responsible AI in health. OECD Artificial Intelligence Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Feb 02];10. Available from: <https://doi.org/10.1787/f2050177-en>

<sup>105</sup> OCDE. Rethinking Health System Performance Assessment: A Renewed Framework. OECD Health Policy Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Feb 02]. Available from: <https://doi.org/10.1787/107182c8-en>

<sup>106</sup> Waltenber G. Brasil consegue desconto e governo vai quitar dívida com OCDE. Poder 360 [Internet]. 2024 Jan 12 [cited 2024 Feb 02]. Available from: <https://www.poder360.com.br/governo/brasil-consegue-desconto-e-governo-vai-quitar-divida-com-ocde/>



**Rússia assume a presidência do BRICS plus e anuncia as prioridades para 2024. Sherpas e vice-sherpas do BRICS+ reúnem-se sob o novo formato para trocar pontos de vista nas principais áreas internacionais**

***Russia takes over BRICS plus presidency and announces its priorities for 2024. BRICS+ Sherpas/vice-sherpas meet to exchange views in key international areas***

***Claudia Hoirisch***

**Abstract:** *On the first day of the year, the group was enlarged and renamed as BRICS+, due to the entry of five member countries Egypt, Ethiopia, Saudi Arabia, United Arab Emirates and Iran, as approved at the 15th BRICS Summit on August 22, 2023, in Johannesburg. On December, through a letter, the new Argentinian president Javier Milei informed each of the BRICS leaders that the country would not join the bloc since he is a staunch critic of socialism/communism represented by China and Russia. As the pro-tempore president, Putin outlined three main areas where Russia will continue to promote the BRICS partnership: politics and security, economics and finance, and cultural and humanitarian contacts. The priorities span several sectors, such as healthcare, science and technology, and environmental protection. From January 30<sup>th</sup> to February 1<sup>st</sup>, the sherpas and deputy sherpas met for the first time this year under the enlarged format. Russian BRICS Sherpa and Deputy Foreign Minister Sergey Ryabkov spoke about the priorities of the Russian BRICS presidency for this year. According to him, the focus will be on greater use of national and local currencies and payment instruments in the group's cross-border transactions in order to reduce the negative side effects of the current global economic system. Chinese BRICS Sherpa Ma Zhaoxu said that his country believes it is necessary to use national currencies in agreements between countries and promote the development of the BRICS New Development Bank (NDB). Mehdi Safari, Iran's BRICS Sherpa, noted that Tehran also hopes to intensify the transition to settlements in national currencies during Russia's presidency of the alliance. Abhishek Singh, representative of India's MRE and the country's sherpa in the alliance, made a proposal to create a single depository for BRICS medicines. During the meeting, Egyptian Deputy Foreign Minister Ragui El-Etreby expressed that Egypt looks forward to Russia's assistance as BRICS Chair in addressing food and energy insecurity. And finally, Ana Maria Bierrenbach, Brazil's deputy at BRICS spoke about the achievements in cooperation between the bloc's countries last year under the South African presidency: "Thanks to the BRICS meetings in 2023, we have made serious progress in science, technology and health." Bierrenbach noted that one of the main last year's decisions was to join new members*

**Keywords:** *BRICS. Russia's PPT in 2024. BRICS sherpas e vice-sherpas meet for the first time under BRICS plus. BRICS and member-countries' priorities for 2024. Argentina withdrawal from BRICS.*

**Resumo:** *A partir de 1º de janeiro deste ano, a Rússia assumiu a presidência dos BRICS e planeja realizar 200 eventos no contexto de sua presidência, incluindo cerca de dez reuniões em nível ministerial. No primeiro dia do ano, o grupo passou a ser denominado BRICS+, com o ingresso de cinco países-membros, Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã, conforme aprovado na 15ª Cúpula do BRICS em 22/08/2023, em Joanesburgo. Em dezembro de 2023, o novo presidente argentino Javier Milei já havia informado a cada um dos líderes do BRICS*



que o país não ingressaria no bloco, uma vez que é um crítico ferrenho do socialismo/comunismo representados pela China e Rússia. Putin delineou três áreas principais onde a Rússia continuará a promover a parceria BRICS: política e segurança, economia e finanças, e contatos culturais e humanitários. As prioridades abrangem diversos setores, como os cuidados de saúde, a ciência e a tecnologia e a proteção ambiental. Os sherpas e vice-Sherpas reuniram-se pela 1ª vez nesse ano entre os dias 30/1 e 1/2 já sob o formato alargado. O sherpa russo do BRICS e vice-MRE Sergey Ryabkov falou sobre as prioridades da presidência russa do BRICS para este ano. Segundo ele, o foco estará no maior uso de moedas e instrumentos de pagamento nacionais e locais nas transações transfronteiriças do grupo, a fim de reduzir os efeitos secundários negativos do atual sistema econômico global. O sherpa chinês do BRICS Ma Zhaoxu disse que seu país acredita que é necessário usar moedas nacionais em acordos entre países e promover o desenvolvimento do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS. Mehdi Safari, sherpa do BRICS do Irã, observou que Teerã também espera intensificar a transição para liquidações em moedas nacionais durante a presidência da Rússia na aliança. Abhishek Singh, representante do MRE da Índia e sherpa do país na aliança, fez uma proposta para criar um depósito único de medicamentos do BRICS. Durante a reunião, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros egípcio, Ragui El-Etreby, expressou que o Egito aguarda com expectativa a ajuda da Rússia como presidente do BRICS na abordagem da insegurança alimentar e energética. E finalmente, Ana Maria Bierrenbach, subsherpa do Brasil no BRICS falou sobre as conquistas na cooperação entre os países do bloco no ano passado sob a presidência sul-africana: "Graças às reuniões do BRICS em 2023, fizemos um progresso sério na ciência, tecnologia e saúde." Bierrenbach observou que uma das principais decisões do ano passado foi a adesão de novos membros.

**Palavras-chave:** BRICS. PPT da Rússia em 2024. Sherpas e vice-sherpas do BRICS se reúnem pela 1ª vez no formato alargado. Prioridade da PPT do BRICS e dos países-membros para 2024. Argentina desiste do BRICS.

*"O BRICS não foi concebido (...) com o objetivo de criar um mecanismo de uma nova forma de ditame sobre a maioria global". "Em todas as nossas ações, declarações e na prática, todos os nossos países-membros têm sempre sublinhado que estamos abertos a qualquer momento a um diálogo honesto e equitativo". "Tornou-se claro que todos os princípios sagrados do livre mercado podem ser destruídos e postos de lado num piscar de olhos e transformados num instrumento de aplicação contra aqueles [países] que evocaram o descontentamento de Washington num determinado dia. Isto pode acontecer com qualquer país". Nestas condições, os processos de integração regional intensificaram-se. "O BRICS é uma espécie de rede de cooperação para processos regionais e sub-regionais em países asiáticos, africanos e latino-americanos que facilitará a harmonização e o desenvolvimento da integração nos países da maioria global em nível global."<sup>107</sup> (Sergey Lavrov, principal diplomata russo).*

---

<sup>107</sup> <https://tass.com/politics/1739595>



Fonte: BRICS+5

A partir de 1º de janeiro, a Rússia assumiu a presidência dos BRICS para 2024 e planeja realizar 200 eventos no contexto de sua presidência, incluindo cerca de dez reuniões em nível ministerial<sup>108</sup>. O chanceler Lavrov disse que, por enquanto, o BRICS continuará a ser uma associação e não uma organização com um secretariado<sup>109</sup>.

Ainda naquele primeiro dia do ano, o grupo passou a ser denominado BRICS+, com o ingresso de mais cinco países-membros **Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã, conforme deliberações realizadas na 15ª Cúpula do BRICS em 22/08/2023**, em Joanesburgo.

A Argentina comunicou por meio de carta, em dezembro, que não ingressará no grupo, isso porque o novo presidente argentino Javier Milei é um crítico ferrenho do bloco devido ao socialismo/comunismo representados pela China e Rússia, apontando para um desfalque no grupo logo na largada. Com a desistência da Argentina, o Brasil continuará sendo o único país latino-americano no grupamento.



<sup>108</sup> <https://www.prensalatina.com.br/2023/12/13/russia-planeja-varios-eventos-como-presidente-do-brics/>

<sup>109</sup> <https://monitormercantil.com.br/brics-um-novo-ano-uma-nova-era/>

Agora com dez membros, o **Brics+** será um movimento classificado por muitos como tectônico na geopolítica mundial, uma vez que são **potências econômicas** e com alto percentual na produção industrial e de **matérias-primas estratégicas**.

A absorção dos novos membros deverá levar tempo e poderá ser concluída até 2030. Sergey Lavrov confirmou que a próxima Cúpula dos BRICS será sediada na cidade de Kazan, em outubro de 2024.

Não faltam candidatos a uma terceira expansão do BRICS. Entre países que oficialmente pediram o ingresso estão: Argélia, Bolívia, Cuba, Indonésia, Nigéria, Paquistão, Senegal, Tailândia, Turquia e Venezuela. No total, trinta e quatro países apresentaram uma manifestação de interesse em aderir ao grupo das principais economias emergentes, disse o MRE sul-africano, Naledi Pandor, sem nomear as nações. A Rússia aceitou essas candidaturas depois de assumir a presidência rotativa do grupo neste ano<sup>110</sup>.

**Quadro 1:** Os principais indicadores do BRICS plus

<b>PAÍS</b>	<b>ÁREA TERRITORIAL (mi de km<sup>2</sup>)</b>	<b>PIB NOMINAL (US\$ tri)</b>	<b>POPULAÇÃO TOTAL (bi)</b>	<b>IDH (2021)</b>
Rússia	17,1	2,060	0,144	0,822
China	9,6	19,370	1,425	0,768
Brasil	8,5	2,080	0,203	0,754
Índia	3,3	3,740	1,428	0,633
Arábia Saudita	2,1	1,060	0,035	0,875
Irã	1,6	0,367	0,087	0,774
África do Sul	1,2	0,399	0,058	0,713
Etiópia	1,1	0,156	0,126	0,498
Egito	1,0	0,387	0,112	0,731
EAU	0,8	0,499	0,009	0,911
<b>BRICS +</b>	<b>46,3</b>	<b>30,118</b>	<b>3,627</b>	<b>0,755</b>

Fonte: Banco Mundial, FMI, ONU, PNUD.

Putin delineou três áreas principais onde a Rússia continuará a promover a parceria BRICS: política e segurança, economia e finanças, e contatos culturais e humanitários. As prioridades abrangem diversos setores, como os cuidados de saúde, a ciência e a tecnologia e a proteção ambiental.

<sup>110</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/africa-do-sul-diz-que-paises-clamam-para-entrar-no-brics-enquanto-russia-assume-lideranca/#:~:text=Cerca%20de%20tr%C3%AAs%20dezenas%20de,em%20mais%20de%20uma%20d%C3%A9cada.>

A coordenação da política externa e os esforços conjuntos para enfrentar os desafios globais surgiram como objetivos centrais. Putin destacou a implementação da Estratégia para a Parceria Econômica do BRICS 2025 e do Plano de Ação para a Cooperação de Inovação do BRICS 2021-2024<sup>111</sup> para garantir a segurança alimentar e energética e fortalecer o papel do BRICS no sistema monetário internacional.

Uma das articulações do grupo será a **viabilização de sistemas alternativos de pagamentos para as transações internacionais, com a priorização de moedas que não sejam o dólar**<sup>112</sup>. Isso está na ordem do dia porque para Lavrov, o Ocidente vem utilizando os dólares americanos e as subvenções denominadas em dólares emitidas por instituições financeiras internacionais "como instrumentos de coerção", uma arma para fins políticos. O principal diplomata russo acrescentou que "as sanções unilaterais prejudicam as cadeias de abastecimento industrial e as perspectivas do seu desenvolvimento, sobretudo, nos países asiáticos, africanos e latino-americanos". "E em vez de uma ampla cooperação entre as nações, a chamada 'cultura do cancelamento' do Ocidente está a ser imposta como punição pelo descumprimento das 'regras' ocidentais arbitrárias".

Exemplo disso foi o confisco das reservas internacionais russas pelos norte-americanos devido à guerra EUA-OTAN-Ucrânia x Rússia na tentativa de desestabilizar o país, afetando a credibilidade do dólar em todo o mundo e, conseqüentemente, a busca por alternativas.

Os números do BRICS ampliado impressionam: 42% da produção mundial de petróleo, 55% das reservas de gás natural e 44% da produção de grãos. Todo esse poderio é apenas uma amostra do potencial do BRICS para liderar o movimento que tem como objetivo acabar com a dependência do dólar americano nas transações internacionais — medida que já tem se tornado uma realidade diante de acordos bilaterais como os firmados entre Rússia e China, com uso do yuan e rublo, e entre Brasil e China, em suas respectivas moedas.

Sergei Lavrov, lembrou que um dos principais incentivadores da desdolarização é o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva. Para que esse projeto seja potencializado, ao longo do ano, bancos centrais e ministérios da Fazenda dos países membros irão apresentar recomendações de sistemas alternativos, que deverão ser discutidos na 16ª Cúpula de líderes do BRICS, prevista para acontecer na cidade russa de Kazan em outubro de 2024<sup>113</sup>.

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, também já enfatizou que outra prioridade no grupo será apoiar a construção de uma ordem mundial justa. "Isso mostrará que existe um grande número de forças no mundo, de países poderosos que querem viver não de acordo com as 'regras não escritas', mas, sim, de acordo com as regras prescritas nos documentos fundamentais, como a Carta da ONU"<sup>114</sup>.

---

<sup>111</sup> <https://brics2021.gov.in/brics/public/uploads/docpdf/getdocu-67.pdf>

<sup>112</sup> <https://www.brasil247.com/mundo/russia-assume-presidencia-dos-brics-com-foco-na-desdolarizacao-e-sistema-de-pagamento-alternativo>

<sup>113</sup> <https://www.brasil247.com/mundo/russia-assume-presidencia-dos-brics-com-foco-na-desdolarizacao-e-sistema-de-pagamento-alternativo>

<sup>114</sup> [https://www.deccanherald.com/world/putin-says-next-brics-summit-in-russia-will-be-dedicated-to-establishing-a-fair-world-order-2811994?utm\\_source=mail&utm\\_medium=referral&utm\\_campaign=socialshare](https://www.deccanherald.com/world/putin-says-next-brics-summit-in-russia-will-be-dedicated-to-establishing-a-fair-world-order-2811994?utm_source=mail&utm_medium=referral&utm_campaign=socialshare)

## Moscú sedia a 1ª reunião de sherpas/sub-sherpas durante sua presidência do BRICS em 2024



Foto: 1ª reunião de Sherpas e sub-Sherpas do BRICS na Rússia em 2024. Fonte: SputnikNews

Tradicionalmente, os sherpas se reúnem para trocar pontos de vista nas principais áreas internacionais; discutir questões urgentes de cooperação e preparar eventos futuros. Na próxima reunião, a parte russa apresentará aos convidados o programa da sua presidência<sup>115</sup>.

O sherpa russo do BRICS e vice-ministro das Relações Exteriores, Sergey Ryabkov reafirmou as prioridades da presidência russa do BRICS para este ano. Segundo ele, o foco estará no maior uso de moedas e instrumentos de pagamento nacionais e locais nas (nossas) transações transfronteiriças, a fim de reduzir os efeitos secundários negativos do atual sistema econômico global<sup>116</sup>.



Foto: A Rússia declarou que o principal objetivo de 2024 é abandonar o dólar americano

O sherpa chinês do BRICS Ma Zhaoxu disse que seu país acredita que é necessário usar moedas nacionais em acordos entre países. Para ele, "devemos fortalecer nossa cooperação prática e promover o desenvolvimento do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) do BRICS".

Mehdi Safari, sherpa iraniano do BRICS, expressou concordância com seu homólogo chinês. Ele observou que Teerã também espera intensificar a transição para liquidações em moedas nacionais durante a presidência da Rússia na aliança.

<sup>115</sup> <https://tass.com/politics/1738949>

<sup>116</sup> <https://tvbrics.com/en/news/russia-s-brics-sherpa-names-the-priority-areas-of-cooperation-in-the-year-of-russia-s-chairmanship-i/>

Outro tema importante é a cooperação entre os países membros no setor da saúde. Abhishek Singh, representante do MRE da Índia e sherpa do país na aliança, fez uma proposta para criar um depósito único de medicamentos do BRICS<sup>117</sup>.

Durante a reunião, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros egípcio, Ragui El-Etreby, expressou que o Egito aguarda com expectativa a ajuda da Rússia como presidente do BRICS na abordagem da insegurança alimentar e energética.

Ana Maria Bierrenbach, sub-sherpa do Brasil no BRICS, falou sobre as conquistas na cooperação entre os países do bloco no ano passado sob a presidência sul-africana: "Graças às reuniões do BRICS em 2023, fizemos progresso sério na ciência, tecnologia e saúde." Bierrenbach observou que uma das principais decisões do ano passado foi a adesão de novos membros<sup>118</sup>.

#### **Quadro 2 - Como funciona a desdolarização, o sistema *Swift* e a ideia de criar uma moeda única**

Entre 1999 e 2019, 96% das transações internacionais foram realizadas em dólares americanos, cenário que passou a mudar drasticamente, principalmente após as fracassadas tentativas ocidentais de sanções contra países como a Rússia, que intensificou relações com parceiros como o Brasil, Índia e China. O último, que é a segunda maior economia do mundo, registrou em 2023, pela primeira vez na história, mais trocas comerciais em yuan (48% do total) do que em dólar. Esse é o fenômeno da desdolarização.

O que tem ocorrido são acordos bilaterais, como no caso de Rússia e China, em que as moedas, o rublo e o yuan, são aceitas reciprocamente. Ou, então, no Brasil, em que um percentual do comércio é feito em yuan e reais com a China. Os países querem sua independência política, econômica e monetária, então, o que tem sido feito atualmente é o sistema de acordos bilaterais com moedas nacionais trocadas entre si.

Pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1944, vários países se reuniram para firmarem o acordo de Bretton-Woods, que definiu as regras para o sistema monetário internacional, a exemplo da Sociedade para as Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais (SWIFT, que permite troca de informações bancárias e transferências financeiras entre os países que surgiu no início da década de 1970, na Bélgica). Mas o mundo mudou e, passados quase 80 anos, o domínio norte-americano tem se mostrado cada vez mais prejudicial aos países.

A moeda de um país não é um instrumento neutro, é um elemento político de controle do comércio internacional e, inclusive, da inflação. Ao se criar sistemas de pagamentos alternativos ao dólar, os países se tornam relativamente independente de pressões políticas do mercado de câmbio e do controle de especuladores internacionais que podem desestabilizar o seu país.

<sup>117</sup> <https://tvbrics.com/en/news/russia-s-brics-sherpa-names-the-priority-areas-of-cooperation-in-the-year-of-russia-s-chairmanship-i/>

<sup>118</sup> <https://tvbrics.com/en/news/russia-s-brics-sherpa-names-the-priority-areas-of-cooperation-in-the-year-of-russia-s-chairmanship-i/>

A criação de uma moeda única no grupo do BRICS para transações comerciais vem sendo ventilada ao longo de 2023 e não deve ser finalizada em 2024, diante da complexidade do tema. Isso porque envolverá discussões de bancos centrais e ministérios da Fazenda dos países<sup>119</sup>.

### **China pressionou Milei e congelou crédito *swap*, bloqueando empréstimo de US\$ 6,5 bilhões para o Banco Central da Argentina**

Antes da Argentina desistir de ingressar no BRICS (dia 22/12), em uma jogada política, Beijing aumentou a pressão sobre o governo argentino ao suspender um acordo onde as duas partes concordavam em trocar pagamentos financeiros (*swap*) – anunciado em outubro pelo ex-ministro da Economia da Argentina, Sergio Massa. A medida congelou um empréstimo de US\$ 6,5 bilhões para Buenos Aires e poderia estourar nas contas públicas do país que atravessa uma forte recessão<sup>120</sup>.

Nos últimos meses de seu mandato, Alberto Fernández e seu homólogo chinês, Xi Jinping concordaram com a renovação do acordo de *swap* e a China disponibilizou uma linha adicional de crédito para os parceiros.

O recém-eleito presidente argentino Milei fez um apelo especial a Xi em carta enviada apenas dois dias após assumir a Casa Rosada, buscando o acordo que, no entanto, acabou colocado em espera pelas autoridades chinesas.

Ajuda a explicar a decisão de Beijing sua insatisfação com os progressos feitos pelo Ministério da Defesa argentino na aquisição de caças americanos F-16 em dezembro de 2023, rejeitando a oferta chinesa de jatos militares JF-17.

Essa suposta decisão causou desconforto no governo chinês, que busca “um gesto de boa vontade e amizade”.

O ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, ordenou que o embaixador em Buenos Aires, Wang Wei, retornasse à China para relatar os primeiros passos de Milei na Casa Rosada e para buscar informações sobre os projetos cruciais de Xi Jinping para a Argentina. Entre eles a revitalização de uma ferrovia com investimentos de US\$ 816,7 milhões, além de projetos de represas, hidrovias e de exploração de lítio.

Na ocasião, Milei e seu ministro da Economia Luis Caputo buscavam a liberação de fundos para pagar compromissos iminentes, sobretudo uma parcela de US\$ 2,6 bilhões devida ao FMI e que deveria ser pago até 21 de dezembro de 2023. Isso porque a Argentina tenta reestruturar um empréstimo de US\$ 57 bilhões feito pelo ex-presidente Mauricio Macri em 2018. Sem apoio da China, conseguiram um crédito de US\$ 900 milhões da Corporação Andina de Fomento (CAF), que funciona como uma espécie de banco de desenvolvimento sul-americano.

O descontentamento em relação a um potencial acordo para os caças F-16 não é a única questão; a China também está à espera de uma visita ou encontro entre os líderes para fortalecimento das relações.

<sup>119</sup> <https://brasil-russia.org.br/brics-2024-russia-assume-presidencia-com-foco-na-desdolarizacao-e-no-sistema-de-pagamentos-alternativos/>

<sup>120</sup> <https://www.infobae.com/politica/2023/12/19/china-aumenta-la-presion-contra-milei-y-pone-en-suspenso-el-swap/>



Crítico do socialismo/comunismo, Milei fez comentários críticos sobre a China durante sua campanha presidencial. Ele afirmou que, se eleito, romperia tanto com a nação asiática quanto com o Brasil, os dois principais parceiros comerciais de Buenos Aires e governados por regimes de esquerda.

Em novembro, por sua vez, as autoridades chinesas destacaram as relações bilaterais positivas com a Argentina e alertaram Milei sobre os impactos de um possível rompimento diplomático. Afinal, a China é o segundo maior parceiro comercial da Argentina e seu principal mercado de exportação para produtos agrícolas. Em 2022, as exportações para o gigante asiático atingiram mais de US\$ 8 bilhões, enquanto as importações foram de US\$ 17 bilhões. Em janeiro o Fundo Monetário Internacional (FMI) permitirá que a Argentina adie por dois meses a última revisão de seu empréstimo de US\$ 44 bilhões de dólares, dando ao governo mais tempo para aplicar reformas e potencialmente negociar um novo programa, segundo fontes com conhecimento direto do assunto<sup>121</sup>. Virada geopolítica do governo: Javier Milei comunicou por carta que a Argentina renuncia aos BRICS e mostra alinhamento ideológico com os EUA



Menos de quatro meses antes de terminar o mandato, Alberto Fernández<sup>122</sup> definiu a incorporação da Argentina aos BRICS. Milei entretanto, adiantou à época que não seguiria esse caminho, se eleito: “Nosso alinhamento de geopolítica são Estados Unidos e Israel. Nós não vamos nos alinhar com comunistas. Isso não quer dizer que o setor privado não possa comercializar com quem desejar.”

Milei tem afirmado que, como liberal, acredita no livre comércio, e que quem exporta e importa são empresas, não governos. A nova chanceler Diana Mondino tem sugerido que a Argentina quer ampliar suas relações diplomáticas e comerciais.

Apesar de ter sido alertado sobre os impactos de um possível rompimento diplomático com a China e Rússia, o presidente argentino informou a cada um dos países do BRICS por carta (veja a íntegra da carta em anexo) que o país não ingressaria no bloco<sup>123</sup>.

A palavra-chave para sua decisão de não ingressar no bloco é “alinhamento”. A escolha de Estados Unidos e Israel como aliados estratégicos tem razões variadas. Milei vê os EUA como modelo de sistema econômico.

---

<sup>121</sup> <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2024/01/29/exclusivo-fmi-e-argentina-adiam-para-novembro-a-revisao-final-de-emprestimo-de-44-bilhoes-de-dolares.htm>

<sup>122</sup> O presidente à época foi apoiado por Xi, apesar da relutância de Lula e Ramaphosa e da equidistância de Modi. O Brasil e a África do Sul não queriam um parceiro concorrente no Sul-Sul e no final a China aplicou o seu peso político no bloco multilateral.

<sup>123</sup> <https://www.infobae.com/politica/2023/12/29/giro-geopolitico-del-gobierno-javier-milei-comunico-por-carta-que-argentina-renuncia-a-los-brics/>



Milei rejeita a China e exalta os EUA porque é tomado por um sentimento de superioridade de valores associados ao liberalismo econômico e ao conservadorismo moral.

A carta tentou não causar danos às relações bilaterais com cada um dos cinco membros do grupo. A desistência da Argentina dos BRICS mostra uma virada geopolítica do governo que inclui a decisão de negociar uma atualização do acordo Mercosul-União Europeia e o desejo de incorporar o país à OCDE. Nesta perspectiva, Milei optou por um compromisso com o livre comércio entre blocos com cunho democrático e por renunciar a um fórum composto por Rússia, China, Irã e aliados.

## **2024: Enfrentando velhos desafios e mirando novas possibilidades na saúde e política latino-americana**

### ***2024: Enfrentando viejos desafíos y buscando oportunidades en la salud y la política Latinoamericana***

***Sebastian Tobar***

***Samia de Brito***

***Miryam Minayo***

**Resumen.** En el informe de enero, traemos una retrospectiva e novedades de los principales temas sobre política, salud y economía en América Latina. Discutimos las principales actividades de la CEPAL y de la SEGIB a inicio de 2024. Destacamos las acciones y agendas del ORAS-CONHU, SE-COMISCA, SELA y OTCA entre diciembre de 2023 y enero de 2024. Además de eso, describimos los objetivos de la Presidencia Pro Tempore Paraguaya del MERCOSUR y analizamos los actuales reveses en las negociaciones para el Acuerdo Mercosur de la Unión Europea. Finalmente, abordamos el tema de las elecciones en la región y el regreso al poder, en El Salvador, de Nayib Bukele.

**Palabras-claves:** *América Latina y el Caribe. Salud. Integración regional. Mercosur.*

**Resumo.** No informe de janeiro, trouxemos uma retrospectiva e novidades dos principais temas sobre política, saúde e economia na América Latina. Discutimos as principais atividades da CEPAL e da SEGIB em inícios de 2024. Destacamos as ações e agendas do ORAS-CONHU, SECOMISCA, SELA e OTCA entre dezembro 2023 e janeiro 2024. Além disso, descrevemos os objetivos prioritários da Presidência pró-tempore paraguaia no Mercosul e analisamos os percalços atuais das negociações do Acordo Mercosul União Europeia. Por fim, trouxemos o tema de eleições na região e o retorno ao poder, em El Salvador, de Nayib Bukele.

**Palavras-chave:** *América Latina e Caribe. Saúde. Integração regional. Retrospectiva.*

Durante grande parte de sua história, a América Latina foi caracterizada como uma zona de paz. Assistindo, atualmente, ora como espectadora a guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza, ora como possível fornecedora de insumos (alimentos e energia) para os lados da guerra, mas sem envolvimento bélico nas zonas de conflito.

Mas, recentemente, os conflitos entre a Venezuela e a Guiana por causa de Esequibo e a recente situação no Equador, que vive praticamente um estado de guerra, mudaram substancialmente o cenário latino-americano.

Depois de semanas de tensão por Esequibo, a Venezuela e a Guiana comprometeram-se a manter a paz na região e estão empenhadas em negociações diplomáticas sobre este território de 160 mil quilômetros, mas rico em hidrocarbonetos e ouro. O Primeiro Ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph Gonsalves, na qualidade de Presidente da CELAC, e o Presidente do Brasil, Lula e autoridades do CARICOM intercederam e mediaram as negociações diplomáticas e na manutenção da paz.

Após o referendo consultivo de 3 de dezembro de 2023, onde se perguntou aos venezuelanos se concordavam com a reivindicação de soberania do país sobre o território disputado, quase 95% manifestaram o seu apoio. Isto gerou uma grande controvérsia em termos da capacidade de manutenção da paz na região.

No caso do Equador, o presidente Daniel Noboa declarou guerra aos grupos criminosos após diversos atos de violência, entre outros, o assalto a um canal de TV, tiroteios, ataques, saques, a fuga de dois chefões do tráfico e uma onda de tumultos em diferentes prisões dominadas por gangues mafiosas. Os acontecimentos violentos fizeram com que o Presidente levasse o exército às ruas e muitos jornais afirmaram a ideia de que o país está em estado de guerra e sitiado pelo tráfico de drogas.

A dolarização da economia é um dos facilitadores para que os traficantes de drogas realizem transações milionárias e ilegais no Equador. Embora não seja a causa do aumento do tráfico de drogas, o dólar proporciona benefícios aos traficantes e cartéis de drogas (reduz custos de transação).

Paradoxal é que, nesse momento, na Argentina o governo de Milei proclama a dolarização da economia como receita mágica para todos os seus problemas, mas, no Equador, o processo de dolarização se tornou um facilitador do avanço destes grupos de narcotráfico e violentos. Nesse sentido, a necessidade de “maior (e melhor) presença do Estado” como uma lição aprendida com a situação do Equador para outros países da Região.

Uma das coisas mais importantes para travar o avanço do crime organizado é a presença do Estado nos diferentes territórios, sendo fundamental o investimento feito pelo sector público em áreas como a educação, o emprego e a saúde. A pobreza, o desemprego e a desigualdade, que aumentaram em muitos países da região, têm uma relação causal com os níveis de criminalidade e violência nas cidades. Da mesma forma, as políticas de desregulamentação econômica, que implicaram a retirada do Estado da Economia, o que supostamente poderia gerar crescimento e desenvolvimento, tornaram-se facilitadoras do branqueamento de capitais, dos fluxos de dinheiro sujo e permitiram o surgimento do crime organizado.

Existe uma interdependência inegável entre a saúde e a paz. Em meio destas guerras e conflitos, os serviços e as equipes de saúde são atingidos e são alvos de ataques, não podendo dar respostas às populações.

Como pode-se observar, num quadro global incerto e onde a paz está ameaçada pela guerra entre a Ucrânia e a Rússia, e pelo conflito em Gaza, a segurança da região está ameaçada pelos conflitos entre países e, em particular, pelo avanço do tráfico de droga e o crime organizado.

O sistema das Nações Unidas revelou-se ineficaz na resolução da pandemia, na guerra na Ucrânia e em Gaza. Resta saber se terá algum valor acrescentado em relação ao tráfico de droga e ao terror destes bandos, que atualmente causam mais mortes do que os conflitos armados.

As atividades económicas ligadas à droga e ao tráfico de droga na Bacia Amazónica estão a exacerbar outras atividades criminosas - como o desmatamento e a exploração madeireira ilegal, o garimpo e a mineração ilegal, a ocupação ilegal de terras, o tráfico de vida selvagem e outras - que prejudicam o ambiente da Amazônia, a maior floresta tropical do mundo.

Tal como outras epidemias, os povos indígenas e outros grupos vulneráveis, como os migrantes, estão a sofrer as consequências desta convergência criminosa, como o deslocamento, o envenenamento por mercúrio e a exposição à violência, entre outras. Por vezes, os defensores ambientais são alvo específico de traficantes e grupos armados.

A importância da situação no Equador levou o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, a considerar que os cartéis de drogas que operam em Quito e Guayaquil constituem uma nova guerra e um perigo regional que requer respostas urgentes, coordenadas e de apoio.

Só para lembrar, diante dos avanços de grupos terroristas num país devastado pela atuação de quadrilhas criminosas, o Haiti recebeu forças de manutenção da paz indicadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Quase um mês após a declaração do estado de emergência<sup>124</sup> e do conflito interno no Equador, os meios de comunicação locais continuam a reportar mortes, enquanto as forças de segurança do país promovem operações para acabar com a insegurança que mantém a população equatoriana em suspense.

No nível hemisférico existe uma governança integrada pelas diferentes instituições, que coopera nesta área: a Comissão Hemisférica de Segurança da OEA, a Comissão Interamericana para o Controle de Drogas (CICAD), o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), a Comissão Interamericana Conselho de Defesa ou a Conferência dos Ministros da Defesa, além do próprio Conselho de Segurança da ONU.

No nível da CELAC, ao intervir no conflito de Esequibo, a sua intervenção formando estratégias para mitigar o crime e uma força de paz poderia ser outro caminho, bem como o fortalecimento de mecanismos de cooperação como o Tratado de Cooperação Amazônica.

A gravidade da situação no Equador, bem como a dispersão desta nova epidemia na bacia amazônica, tem sido até agora fraca e requer maior responsabilidade hemisférica ou regional.

É hora de a CELAC, a OTCA e a América do Sul avançarem num maior multilateralismo e cooperação para que outros países da região sejam esmagados pelo crime organizado que gera tantas mortes como a própria guerra.

Enquanto países como o Equador, a Guiana e a Venezuela questionam a continuidade da paz, outros países como a Argentina e El Salvador optaram por governos de direita que incorporam receitas de "punho de ferro" para combater a insegurança e até os protestos populares. Gostaríamos, também, destacar que além das eleições em El Salvador, a República da Costa Rica teve eleições municipais onde se repete outra tendência regional, que é uma significativa taxa de abstenção de 77,2%, quatro pontos a mais que as eleições em 2020. Parece que a ferramenta através da qual as pessoas podem resolver os seus problemas comuns na sociedade não é reconhecida como eficaz.

As diferenças ideológicas começam a manifestar-se na região, o que aumenta a nossa preocupação sobre quais vozes serão ouvidas na Cimeira Presidencial do G-20, onde se reunirão vozes tão diferentes como as do Presidente Milei da Argentina e do Presidente Lula do Brasil.

---

<sup>124</sup> <https://www.vozdeamerica.com/a/que-pasa-en-ecuador-a-casi-un-mes-de-la-declaracion-de-estado-de-emergencia-y-conflicto-interno-/7461184.html>

Preocupa-nos também a forma como essas diferenças se manifestarão no MERCOSUL e, no caso da Argentina, se participará na CELAC ou seguirá o caminho do ex-presidente Bolsonaro, que se absteve de participar na referida iniciativa de integração regional.

Gostaríamos apenas de acreditar, como disse Chico Buarque: “Apesar de você, amanhã será outro dia”

### **CEPAL: ECOSOC faz um apelo à cooperação internacional e ao trabalho conjunto para promover o emprego decente e alcançar os objetivos da Agenda 2030.**

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) realizou uma Reunião Extraordinária na sede da CEPAL, em Santiago, Chile, fazendo um chamado para intensificar a cooperação internacional em tempos de incerteza global. Esta é a segunda vez em 73 anos que o ECOSOC realiza uma sessão no Chile. Sob o lema "O futuro do trabalho", a reunião visa abordar desafios como desigualdades persistentes, insegurança econômica, mudanças climáticas e brecha digital.

A reunião, presidida pelo Governo do Chile, teve como objetivo garantir que o diálogo político global reflita as realidades regionais e nacionais. Destaca-se a necessidade de medidas urgentes, como aumento do investimento para criar empregos decentes e cooperação internacional. O Ministro das Relações Exteriores do Chile enfatizou o papel crucial do trabalho decente na redução da pobreza e desigualdades.

A Vice-secretária Geral da ONU destacou que o mundo do trabalho está evoluindo, enfatizando que o trabalho decente é uma necessidade para a dignidade e prosperidade dos trabalhadores. Durante a reunião, economistas abordaram temas como a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no centro da orientação econômica e a influência das habilidades da força de trabalho e da educação para o avanço tecnológico global.

A Reunião Especial do ECOSOC sobre o “Futuro do Trabalho” continuou com mesas redondas sobre "Trabalho Decente para Todos: Oportunidades e Desafios dos Mercados de Trabalho em Mudança" e “Aproveitar os Impactos das Tecnologias Emergentes para Apoiar Mercados de Trabalho Inclusivos”.

### **CEPAL lançou o relatório Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe de 2023<sup>125</sup>**

O Relatório Preliminar sobre as Economias da América Latina e do Caribe em 2023, lançado em dezembro de 2023 pela CEPAL, aponta que a atividade econômica na região mantém uma trajetória de crescimento modesto.

Em 2023, todas as sub-regiões devem registrar um crescimento inferior ao observado em 2022. Para 2024, prevê-se uma taxa de crescimento ainda menor em comparação com 2023, acentuando a tendência de desaceleração do PIB e da criação de empregos. Destaca-se que o baixo crescimento previsto para 2023 e 2024 não é apenas uma questão temporária, mas reflete a diminuição da taxa de crescimento de longo prazo do PIB regional.

Conforme indicado no relatório, a região enfrenta diversos desafios para estimular o crescimento no curto prazo. A economia global continua apresentando um dinamismo reduzido nas taxas de crescimento do PIB e do comércio. As opções de política fiscal e monetária

---

<sup>125</sup> [https://www.cepal.org/es/publicaciones/68747-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2023?utm\\_source=CiviCRM&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=20240116\\_nov\\_edit\\_dic](https://www.cepal.org/es/publicaciones/68747-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2023?utm_source=CiviCRM&utm_medium=email&utm_campaign=20240116_nov_edit_dic)

permanecem restritas na região. Nesse contexto, argumenta-se que políticas macroeconômicas são essenciais para promover e facilitar investimentos adicionais, visando a criar resiliência às mudanças climáticas e fortalecer a capacidade de crescimento da região.

### **CEPAL: Reunião Ministerial de Educação em Santiago faz apelo urgente para recuperar e revitalizar os sistemas educacionais da América Latina e do Caribe<sup>126</sup>**

A reunião extraordinária de ministros e ministras da Educação da América Latina e do Caribe, intitulada Ministerial de Educação 2024, começou com o objetivo de superar os desafios educacionais causados pela pandemia. Organizado pelo Ministério da Educação do Chile e pela UNESCO, com apoio da CEPAL, CAF, UNICEF e Banco Mundial, o evento reúne representantes de mais de 30 ministérios, que abrangem cerca de 125 milhões de estudantes e 6,9 milhões de professores na região. O Ministro da Educação do Chile, Nicolás Cataldo, enfatizou a necessidade de recuperar e reativar a educação, transformando as salas de aula em espaços inspiradores para os alunos.

Durante a reunião, os participantes abordarão três temas principais: o desafio da reativação educacional, a transformação do ensino para garantir o direito à educação e o financiamento necessário para essas políticas públicas. Um documento da CEPAL, apoiado pelo Banco Mundial e UNESCO, destaca a importância de os países investirem mais na educação para garantir a sustentabilidade financeira de suas políticas. Claudia Uribe, da UNESCO, destacou os avanços e desafios na área educacional, especialmente com 9,6 milhões de crianças fora da escola em 2022, enfatizando a necessidade de abordagens abrangentes para a recuperação pós-pandemia.

José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da CEPAL, ressaltou que a educação é crucial para enfrentar os desafios de desenvolvimento na região, incluindo desigualdade, capacidade de crescimento insuficiente e baixas capacidades institucionais. Participantes de organizações parceiras, como UNESCO, CAF, Banco Mundial e UNICEF, contribuirão para debates sobre governança, transformação educacional e financiamento. O evento busca criar um marco de referência regional para políticas públicas de reativação, recuperação e transformação educativa, impulsionando a ação efetiva rumo às metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) e promovendo o diálogo sobre financiamento educacional.

### **SEGIB: reunião dos Ministérios Públicos da Iberoamérica contra o crime organizado<sup>127</sup>**

Durante a 31ª Assembleia Geral Ordinária da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos (AIAMP) em Santiago do Chile, realizada nos dias 1 e 2 de fevereiro de 2024, líderes de Ministérios Públicos de países ibero-americanos buscaram abordar conjuntamente desafios como o crime organizado. A reunião resultou na aprovação de documentos significativos, incluindo "As Regras Comuns Ibero-Americanas sobre Justiça Penal Restaurativa" e os "Lineamentos regionais para a investigação e litígio de casos de violência sexual". Além disso, a criação da Comissão de Ética da AIAMP e do "Protocolo para a proteção e segurança de fiscais, funcionários e servidores de ministérios públicos" foi aprovada.

A cerimônia de abertura foi presidida pelo Fiscal Geral da Colômbia, Francisco Barbosa, que também era o Presidente em exercício da AIAMP, junto com representantes da Espanha e

---

<sup>126</sup> <https://www.cepal.org/es/comunicados/comienzo-reunion-ministerial-educacion-santiago-llamado-urgente-recuperar-reactivar>

<sup>127</sup>

do Chile. Foi prestado um tributo especial aos promotores ibero-americanos que perderam a vida no cumprimento de suas funções.

Alejandro Kawabata, Diretor de Assuntos Jurídicos e Institucionais da SEGIB, destacou a importância do espaço jurídico ibero-americano na cooperação regional e reafirmou o compromisso da SEGIB em colaborar com diversos atores do setor de justiça.

Kawabata também enfatizou a necessidade de abordar, em fóruns regionais e multilaterais, questões relacionadas à prevenção e combate ao crime organizado na América Latina e no Caribe, que representam 9% da população mundial, mas registram 30% dos homicídios globais.

A AIAMP, composta pelos Ministérios Públicos de 22 países ibero-americanos, desempenha um papel vital na cooperação regional. Fundada em 1954, a associação celebra seus 70 anos de história.

### **ORAS-CONHU comemorou 52 anos em 2023 e começa o ano com agenda de discussão sobre diagnóstico precoce, saúde e mudança climática**<sup>128 129130131132</sup>

Em dezembro de 2023, O Organismo Andino de Saúde ORAS-CONHU comemorou 52 anos de sua fundação, a partir de uma união de Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela em torno do tema de Saúde. Atualmente, o organismo conta com ações conjuntas orquestradas pela Secretaria Executiva e por representantes técnicos dos Ministérios de Saúde dos países andinos.

Em janeiro de 2024, representantes do Organismo participaram de evento “Mesa de cooperantes em Saúde” convocado pelo Ministério da Saúde que discutiu a necessidade de aumentar a visibilidade para temas como El Niño, segurança alimentar, saúde mental entre outros e de viabilizar um plano de cooperação, conjuntamente com agências internacionais, para enfrentar fenômenos naturais em 2024. Ainda sobre o tema de meio ambiente e saúde, membros da Rede Andina de Institutos Nacionais de Saúde – RAIS, convocados pela ORAS-Conhu, se juntaram para compartilhar informações sobre a criação de uma Agenda Regional de Pesquisa em Cambio Climático e Saúde e discutir projetos regionais de cooperação internacional para fortalecer a vigilância genômica de patógenos com potencial pandêmico e epidêmico no período de 2024-2030.

O tema de diagnóstico precoce de doenças também movimentou a agenda do Organismo nas primeiras semanas de 2024. O ORAS-CONHU preparou o lançamento da Campanha Regional de Detecção Precoce do Câncer Infantil que tem como objetivo de conscientizar os pais e cuidadores sobre a importância da detecção precoce do câncer infantil. O câncer na infância e adolescência representa um problema de saúde pública e é a primeira causa de morte por doenças não transmissíveis entre os 5 e 18 anos na região Andina. A campanha se encontra sob o marco do Projeto de Cooperação CCHD, coordenado pelo Comitê

---

<sup>128</sup> <https://orasconhu.org/es/oras-conhu-cumple-52-anos-siendo-referente-en-salud-de-la-region>

<sup>129</sup> <https://orasconhu.org/es/ministerio-de-salud-del-peru-convoca-mesa-de-cooperantes-en-salud>

<sup>130</sup> <https://orasconhu.org/es/paises-andinos-discuten-agenda-regional-de-investigacion-en-cambio-climatico-y-salud>

<sup>131</sup> <https://orasconhu.org/es/se-alista-lanzamiento-de-campana-regional-de-deteccion-temprana-del-cancer-infantil>

<sup>132</sup> <https://orasconhu.org/es/se-presento-el-plan-andino-para-la-prevencion-diagnostico-precoz-y-tratamiento-de-la-enfermedad>

Andino de Prevenção e controle do Câncer que conta com representantes dos ministérios da saúde da região e da iniciativa mundial CureAll, coordenada pela OPAS.

A temática sobre doença renal crônica também ganha espaço na agenda através da apresentação do “Plano Andino 2024-2030 para a prevenção, diagnóstico precoce e tratamento da doença renal crônica pelo curso da vida nos países andino”. Segundo a secretária executiva do ORAS-CONHU, Maria del Carmen Calle, o plano aponta o fortalecimento de intervenções que abordem as desigualdades e determinantes sociais em saúde. Incluiu em sua fala também a importância do diagnóstico precoce da doença renal crônica com estratégias que incluam populações vulneráveis e que permitam um enfoque intercultural e de direitos.

### **SECOMISCA finaliza 2023 discutindo temas de migração e começa 2024 discutindo doenças crônicas, vigilância e saúde única.** <sup>133134135</sup>

A Secretária Executiva do Conselho de Ministros de Saúde de Centro América e República Dominicana (SECOMISCA) firmou, em dezembro de 2023, um Memorando de Entendimento com a Organização Internacional de Migrações (OIM) que busca viabilizar o acesso a saúde aos trabalhadores migrantes na região. O Memorando fortalece a cooperação a nível regional em temas como sistema de saúde, acesso equitativo a serviços de atenção, gestão da informação e vigilância sanitária.

Em janeiro de 2024, o Comitê Diretivo do Projeto de Apoio a Implementação da Estratégia para prevenção, mitigação, controle da doença renal crônica de origem não tradicional da América Central e Rep. Dominicana. O objetivo da reunião foi discutir sobre o marco geral do projeto, apresentar o plano de ação de 2024. O encontro contou com a presença da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, Secretaria Geral do SICA e do SECOMISCA.

A Vigilância molecular e resposta a surtos também movimentou a agenda do organismo nas primeiras semanas do ano. O SECOMISCA apresentou ao grupo de trabalho intersectorial nacional da Costa Rica, integrado por representantes de diferentes instituições de saúde do país, o projeto “Fortalecimento da capacidade global de vigilância molecular e resposta a surtos de doenças entéricas” que é financiado pelo CDC (EUA). Dentre as ações propostas para 2024 estão: o estabelecimento de grupo de trabalho na Costa Rica para a vigilância genômica de doenças entéricas entre laboratórios de saúde pública e ambientais em Saúde Pública, revisão das capacidades dos laboratórios, realização de uma reunião para elaboração de um plano de trabalho piloto para construir uma capacidade de vigilância integrada. O projeto além de ser implementado na Costa Rica, também tem sido executado paralelamente em El Salvador.

Por fim, o SECOMISCA sob o marco do projeto de Saúde Global e com apoio dos Centros para Controle e Prevenção de Doenças (CDC-EUA) desenvolveram capacitação para facilitadores da América Central em Priorização de Doenças Zoonóticas de Uma Saúde Única (OHZDP). O objetivo do evento foi capacitar representantes governamentais de ministérios de saúde humana, animal e ambiental da região sobre metodologias do Processo OHZDP para a multiplicação de demais workshops sobre o tema em seus países. As atividades do evento

<sup>133</sup>[https://www.sica.int/noticias/firman-memorando-de-entendimiento-entre-se-comisca-y-oim\\_1\\_133426.html](https://www.sica.int/noticias/firman-memorando-de-entendimiento-entre-se-comisca-y-oim_1_133426.html)

<sup>134</sup> [https://www.sica.int/noticias/se-realiza-primera-reunion-del-comite-directivo-del-proyecto-apoyo-a-la-implementacion-de-la-ercnt\\_1\\_133447.html](https://www.sica.int/noticias/se-realiza-primera-reunion-del-comite-directivo-del-proyecto-apoyo-a-la-implementacion-de-la-ercnt_1_133447.html)

<sup>135</sup> [https://www.sica.int/noticias/realizan-capacitacion-para-facilitadores-de-centroamerica-en-priorizacion-de-enfermedades-zoonoticas-de-una-sola-salud\\_1\\_133473.html](https://www.sica.int/noticias/realizan-capacitacion-para-facilitadores-de-centroamerica-en-priorizacion-de-enfermedades-zoonoticas-de-una-sola-salud_1_133473.html)



tiveram o objetivo de gerar uma lista inicial de doenças zoonóticas, desenvolver critérios para a priorização de doenças zoonóticas e definir exercícios de simulação.

### **A OTCA finaliza o ano de 2023 e começa 2024 priorizando o tema das águas amazônicas e empossando novas diretoras.<sup>136</sup>**

Em finais de dezembro, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) participou/organizou eventos importantes sobre águas amazônicas. Convidada pela Organização Meteorológica Mundial, participou da reunião anual do Grupo de Trabalho em Hidrologia e Recursos Hídricos da América do Sul no Paraguai. A OMM expressou interesse em cooperar com o Observatório Regional Amazônico (ORA) da OTCA que corresponde a um centro de referência de dados sobre a Amazônia que facilita o fluxo e troca de informações entre instituições, sociedade civil, academia e governos na região. Nessa ocasião, a OTCA e OMM assinaram um Memorando de Entendimento para troca de informações e consultas sobre assuntos de interesse mútuo. Naziano Filizola, especialista em Monitoramento de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica, destacou o potencial de cooperação entre o Sistema de Observação Hidrológica da OMM e o Observatório Regional Amazônico (ORA).

A partir do Projeto Bacia Amazônica, no ano de 2023, Bolívia, Colômbia, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela realizaram Workshops Nacionais para a implementação do Programa de Ações Estratégicas- PAE. O ciclo de workshops foi iniciado em agosto em La Paz, Bolívia e finalizado em novembro em Caracas, Venezuela. Ainda realizarão workshops nacionais, Brasil e Equador no início de 2024. Os eventos têm como objetivo discutir diferentes dimensões técnicas e culturais da gestão das águas na Amazônia e definir recomendações para a formulação de um Plano de Ação Nacional e reuniu tomadores de decisão, especialistas e a sociedade civil dos países.

No início de 2024, a OTCA realizou a primeira reunião de trabalho para análise e aprovação das “Propostas de Protocolos para o monitoramento da qualidade das águas superficiais na Bacia Amazônica”. Os protocolos nacionais serão discutidos na Rede de Autoridades da Água (RADA) dos Países Membros da OTCA. A RADA, criada na Cúpula da Amazônia em agosto de 2023, tem como objetivo cooperar na gestão e monitoramento dos recursos hídricos na região. Na ocasião, os países se comprometeram a desenvolver protocolos que busquem fornecer diretrizes comuns para a instalação, adequação e operação de estações hidrológicas de monitoramento, bem como para a produção, processamento e publicação de dados gerados na RHA e RCA.

No final de janeiro, a OTCA empossou novas diretoras, Vanessa Grazziotin, ex-senadora brasileira, e a especialista equatoriana em projetos de desenvolvimento, Edith Paredes. Vanessa Grazziotin assume a Diretoria Executiva e Edith Paredes a Diretoria Administrativa. E aguarda chegada do novo Secretário Geral.

Por fim, a organização deu início ao Projeto “Fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica”, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Com um orçamento total de USD 3 milhões para 2024-2026. O projeto visa a consolidar e posicionar o Observatório Regional Amazônico (ORA) como um instrumento essencial da OTCA, fortalecendo o desenvolvimento sustentável na região.

---

<sup>136</sup> <https://otca.org/pt/a-otca-e-a-organizacao-meteorologica-mundial-omm-exploram-oportunidades-de-cooperacao-para-fortalecer-o-monitoramento-integrado-dos-recursos-hidricos-da-amazonia/>

Ele busca modernizar o ORA, gerar informações de qualidade para tomada de decisões baseadas em evidências científicas, além de melhorar práticas, políticas públicas e marcos regulatórios relacionados ao desenvolvimento sustentável na Amazônia. O projeto inclui a consolidação do ORA na estrutura da OTCA, a criação de um Painel Técnico-Científico Intergovernamental da Amazônia e o desenvolvimento de uma Estratégia de Gestão de Risco de Desastres para enfrentar o Fenômeno El Niño. Este projeto representa um avanço significativo na implementação da Declaração de Belém, fortalecendo a cooperação regional na Amazônia.

**O SELA começa o ano de 2024 fortalecendo seu papel no tema de migrações e cooperando para atender emergências fitossanitária na região.** <sup>137138</sup>

Em janeiro de 2024, o Sistema Econômico Latino-americano e do Caribe (SELA) se incorporou a Conferência Sul-americana sobre Migrações (CSM). O objetivo do organismo é participar da articulação regional para promoção de uma migração segura, ordenada e regular e fortalecer boas práticas em políticas públicas e tomada de decisão em matéria migratória. No programa de trabalho 2022-2026 do SELA, um dos eixos de desenvolvimento social é a melhoria de oportunidades para a mobilidade humana, vista a perspectiva integral que englobe os países de origem, trânsito e destino.

A Conferência Sul-americana sobre Migrações (CSM) é um processo regional consultivo que engloba Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela e tem como objetivo de estabelecer e discutir uma política migratória regional. Atualmente a presidência pro tempore está com a Colômbia.

A emergência fitossanitária causada pelo fungo “Foc R4T” na Venezuela também foi tema debatido na SELA. O Sistema Econômico promoveu um encontro da Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Convenção Internacional de Proteção Fitosanitária (CIPF), o Instituto Nacional de Saúde Agrícola venezuelano uma mesa para articular esforços para atender a emergência fitossanitária na Venezuela. O Secretário executivo do SELA, Clarems Endara, agradeceu os esforços dos organismos internacionais no combate a doença e lembrou que a praga ameaça a segurança alimentar e o comércio na região venezuelana afetada. O representante da FAO na Venezuela destacou a necessidade de rever e atualizar o plano de ação estabelecido em 2023 e discutiu a liberação de fundos para lidar com a emergência. Também a representante da FAO Mesoamérica apresentou ações regionais para atender a ameaça por Foc R4T na América Latina e Venezuela.

A reunião antecede a visita da “Missão Integral de acompanhamento ao Plano de ação contra o *Fusarium oxysporum* f.sp. cubense Raza 4 Tropical (Foc R4T)” que será realizada em fevereiro em distintas localidade na Venezuela e tem o objetivo de executar jornadas de vigilância, monitoramento para técnicos e produtores e assistência técnica em biossegurança, Sistema de Informação Geográfica e análise de riscos.

**Mercosul: atual PPT acordou objetivos prioritários**<sup>139</sup>

<sup>137</sup> <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/94005/fao-insai-y-oirsa-instalan-mesa-para-atender-emergencia-fitosanitaria-foc-r4t-en-venezuela>

<sup>138</sup> <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/93950/sela-se-incorpora-como-organismo-observador-a-la-conferencia-suramericana-sobre-migraciones>

<sup>139</sup> <https://www.mercosur.int/pt-br/objetivos-prioritarios-acordados-na-atual-presidencia-pro-tempore-do-mercosul/>

A Presidência Pro Tempore do Mercosul, atualmente exercida pelo Paraguai, definiu as prioridades para seu mandato em conjunto com os Ministros de Relações Exteriores do Mercosul e da Bolívia em 24 de janeiro. Essas prioridades foram revisadas na primeira sessão da Comissão de Representantes Permanentes e visam principalmente impulsionar o processo de integração, adotando uma abordagem pragmática e realista em consonância com os desafios do século XXI.

Os temas propostos e acordados abrangem o fortalecimento do processo de integração, o desenvolvimento das áreas física, digital e energética, o cumprimento e a expansão da agenda atual, a continuidade das negociações externas e a promoção do empoderamento econômico das mulheres no Mercosul.

Além disso, foi decidido realizar a 12ª edição do Fórum Empresarial do Mercosul, com foco especial nas micro e pequenas empresas, e dar continuidade ao aprofundamento da integração entre as localidades fronteiriças. Também serão promovidos instrumentos de coordenação macroeconômica, atividades relacionadas à segurança e iniciativas para valorizar o patrimônio cultural dos Estados Partes.

### **O Acordo Mercosul – União Europeia entre “pás”, vetos e enterros: será que chegou a hora do fim?** <sup>140141</sup>

O estágio atual das discussões sobre o futuro das negociações do Acordo do Mercosul parece chegar a um contexto parecido àquele da VI Cúpula das Américas em Mar del Plata 2005, na qual o caricato gesto de Hugo Chavez em levar uma pá que serviria, segundo ele, para enterrar a ALCA chamou atenção para o desencontro nas negociações de um Acordo de Livre comércio entre as Américas. O Acordo, proposto pelos Estados Unidos no começo dos anos 2000, polarizou as discussões em todo o continente. Claros opositores, como o lado venezuelano; lados hesitantes, como o brasileiro, como o próprio Chanceler brasileiro à época afirmou “o comércio tem papel importante, mas a Alca não é o tema central”, e lados simpáticos, como o argentino, povoaram a cena política na região.

A história não se repete, mas apresenta elementos simbólicos e polos divergentes para demonstrar o que parece ser o fim de negociações do Acordo Mercosul-União Europeia. Agora não mais “pá para enterrar negociações que já nasciam mortas na Contra-Cúpula” como explicou Hugo Chavez a sua ação em 2005, mas o amontoado de esterco em repartições públicas francesa, jogadas por agricultores que protestam por melhores condições de produção interna e acusam outros países de concorrência desleal, parecem ter pesado para uma postura oposicionista mais clara da representação francesa.

O presidente Macron, que vem enfrentando perda de popularidade interna constante, fez declarações em “forma de pá” nas últimas semana, não somente para tentar limpar a sujeira em frente a órgão públicos, mas também para enterrar a participação, marcada fortemente pela oposição interna, nas negociações do Acordo Mercosul-União Europeia. Macron pediu a Comissão Europeia que interrompa as negociações para implementação da parceria. O presidente francês já vinha manifestando publicamente descontentamento com as negociações

---

<sup>140</sup> <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/01/30/macron-pede-a-ue-que-interrompa-acordo-com-mercosul-em-meio-a-protestos-de-agricultores.ghtml>

<sup>141</sup> <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/12/07/lula-participa-de-cupula-do-mercosul-no-rio-em-meio-a-aumento-de-tensao-na-venezuela.ghtml>

do Acordo, como foi o caso de sua fala após uma reunião bilateral com o presidente brasileiro na COP28. Ele classificou o acordo como antiquado e que não seria bom para ninguém.

A fala de Macron já reverberava o posterior insucesso da diplomacia brasileira em conseguir entregar a assinatura do Acordo Mercosul- União Europeia na Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados no Rio de Janeiro no início de dezembro em 2023. A grande ansiedade que girava em torno da retomada das negociações e de sinais de otimismo do governo brasileiro em conseguir firmar um novo acordo “com melhores termos” até o final de sua presidência pró-tempore se transformou em desalento, pois o próprio Santiago Peña já tinha afirmado que não seguiria com as negociações do Acordo em sua presidência em 2024.

O prêmio de consolação para a diplomacia brasileira foi apresentar um tratado de livre comércio concluído e assinado entre Mercosul e Cingapura, e que, segundo o vice-presidente Brasileiro, Geraldo Alckimin, se tornaria uma porta de entrada dos integrantes mercosulinos para a Ásia e para a Associação das Nações do Sudeste Asiático. Além disso, outra “entrega” da diplomacia brasileira na Cúpula foi a adesão da Bolívia que estava parada desde os anos 2010 no Legislativo Brasileiro. A Cúpula ainda foi marcada pela crise diplomática entre Venezuela e Guiana que repercutiu na pressão por uma resposta brasileira que só veio posteriormente com a articulação junto com a CELAC de uma reunião para o comprometimento dos dois países com a busca por uma saída negociada para o conflito.

Já as perguntas sobre a finalização do Acordo Mercosul União Europeia ficaram sem respostas. Mas, a cada dia, parece mais improvável que essa negociação se conclua afirmativamente. Os apoios já minguam na Europa e no Cone Sul não só entre os negociadores, mas também na sociedade civil, acadêmicos etc. Além do mais, a atualidade traz o mais temido cenário para as negociações do acordo, a chegada de Milei na Argentina e a instabilidade política no país, tirando o foco, o incentivo político e o apoio político importante que o governo Alberto Fernandez representava as intenções do governo Lula. O governo Lula, ainda resiste, afirmando que, por exemplo, a forte oposição da França não representa a totalidade da Europa. No entanto, há de se lembrar um veto de um país europeu pode finalizar o processo.

O braço que levanta a “pá de Macron” já parece estar bem sustentado; na presidência mercosulina, Santiago Peña também parece ter levantado sua pá, o que resta agora é esperar ver se será um buraco aberto no chão ou, talvez, uma votação europeia o impulso final para enterrar de vez uma negociação de 20 anos.

### **Bukele reeleito em El Salvador<sup>142</sup>**

O atual presidente Nayib Bukele obteve uma vitória expressiva nas eleições presidenciais em El Salvador no dia 4 de fevereiro. Com 70% dos votos apurados, totalizando mais de 1.6 milhões de votos, enquanto o segundo colocado, Manuel Flores, teve apenas 139.000 votos. Bukele proclamou uma conquista histórica, afirmando ter vencido com mais de 85% dos votos e assegurou ter alcançado também a maioria na Assembleia Legislativa.

Se confirmados os resultados, Bukele será o primeiro presidente a governar El Salvador por dois mandatos consecutivos desde 1983, apesar da proibição de reeleição imediata. A interpretação controversa da Constituição por parte dos juizes da Sala Constitucional permitiu a candidatura de Bukele.

---

<sup>142</sup> <https://www.bbc.com/mundo/articles/c9w4r0kmw08o>

Governos de outros países parabenizaram Bukele, embora os resultados oficiais ainda não tenham sido divulgados.

Quanto à segurança e direitos humanos, Bukele, favorito com altos índices de aprovação, reduziu os níveis de violência durante seu primeiro mandato. No entanto, suas políticas de “guerra contra as gangues” e o regime de emergência foram criticados por detenções arbitrárias e alegados abusos aos direitos humanos. Bukele dedicou palavras duras à imprensa e organizações internacionais que criticaram sua abordagem.

Embora não tenha fornecido detalhes específicos sobre seus planos para o segundo mandato, Bukele prometeu continuar demonstrando ao mundo o exemplo de El Salvador nos próximos cinco anos.

### **Perspectivas políticas eleitorais internas para os países da América Latina**

O ano de 2024 será crucial para a democracia nas Américas. Serão seis países realizando eleições presidenciais. Em 14 de janeiro, Bernardo Arévalo assumiu a presidência da Guatemala após um ano de desafios democráticos.

Em 4 de fevereiro, Nayib Bukele se reelegeu presidente de El Salvador, onde preocupações com a possível transição para uma autocracia surgem devido à eliminação de financiamento partidário e políticas rígidas.

Em 5 de maio, o Panamá vai às urnas para renovar a presidência e outros cargos, após protestos relacionados a concessões de minas perto do Canal de Panamá.

Em 19 de maio, a República Dominicana, um bastião centrista, enfrenta eleições gerais.

Finalmente, em 2 de junho, o México realiza eleições gerais abrangendo presidência, Câmara dos Deputados, Senado, governadores e eleições locais. Apesar de serem as maiores eleições da história, são marcadas por polarização, erosão institucional e pela agenda de López Obrador para eliminar contrapesos, enfrentando desafios relacionados ao autoritarismo e nacionalismo revolucionário.

### **Agenda de 2024 para a América Latina e Caribe**

**46ª Cúpula do Mercado Comum e Comunidade no Caribe (Caricom):** na Guiana. Data: 28 de fevereiro de 2024.

**VIII Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC):** em Kingstown, São Vicente e Granadinas. Data: 1º de março de 2024.

**VII Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável:** em Santiago, Chile. Data: 15 de abril de 2024

## Próxima Cúpula da União Africana com o Presidente Lula

### *Next African Union Summit with President Lula*

**Augusto Paulo Silva**

**Manuel Mahoche**

**Tomé Cá**

**Felix Rosenberg**

**Abstract.** *This report covers and analyses the main events in the African region in the periods December 2023-January 2024. In the first period, highlights include the launch of the initiative on the harmonization and improvement of vital statistics in West and Central Africa, sponsored by the African Union with funding from the World Bank; the assessment mission to São Tomé and Príncipe led by CDC Africa, to present CDC Africa's new strategic vision and its six priorities; the assessment of public health emergency preparedness and response; and the identification of areas of support for São Tomé and Príncipe in the face of various health challenges. GAVI's announcement on the creation of the vaccine manufacturing accelerator in Africa, the distribution of the first malaria vaccine in countries selected by the WHO and the certification of Cape Verde by the WHO as a malaria-free country. In the second period, there is a preview of the next Summit of Heads of State and Government of the African Union, with expectations about the participation of the President of Brazil, Lula da Silva. The decisions taken by the SADC Extraordinary Summit of Heads of State and Government on the recurrent outbreaks of cholera in the region.*

**Keywords:** *African Union. WHO. Africa CDC. Cape Verde. SADC.*

**Resumo.** Este informe cobre e analisa os principais acontecimentos na Região Africana nos períodos de dezembro 2023-janeiro 2024. No primeiro período destacam-se o lançamento da iniciativa sobre a harmonização e melhoria de estatísticas vitais na África Ocidental e Central, patrocinada pela União Africana com financiamento do Banco Mundial, a missão de avaliação a São Tomé e Príncipe conduzida pelo CDC África, para apresentação da nova visão estratégica do CDC África e das suas seis prioridades; a avaliação da preparação e da resposta a emergências de saúde pública; e a identificação de áreas de apoio a São Tomé e Príncipe face a vários desafios de saúde. O anúncio da GAVI sobre a criação do acelerador de fabrico de vacinas em África, a distribuição da primeira vacina contra a malária em países selecionados pela OMS e a certificação de Cabo Verde pela OMS como país livre de malária. No segundo período, é feita uma antevisão da próxima Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Africana com expectativa sobre a participação do Presidente do Brasil, Lula da Silva. As decisões tomadas pela Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC sobre os recorrentes surtos de cólera nessa região.

**Palavras-chave:** União Africana. OMS. CDC África. Cabo Verde. SADC.

## Dezembro 2023

### UNIÃO AFRICANA

O Banco Mundial aprova verba de USD 460 milhões para Harmonização Regional e Melhoria das Estatísticas na África Ocidental e Central (*Harmonizing and improving of Statistics in West and Central Africa - "HISWACA" Series of Projects One* sob o acrônimo HISWACA-SOP1-P178497).

A verba tinha sido aprovada em maio de 2023 num total de USD 460 milhões em créditos e subvenções da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA) para melhorar e harmonizar os sistemas de dados em oito países da África Ocidental e três organizações regionais.

No entanto, o Comitê da União Africana de Diretores Gerais dos Institutos Nacionais de Estatística (CoDGs, Committee of Directors General of National Statistics Offices) realizou sua 17ª Reunião Anual na sede da União Africana em Addis Abeba, de 13 a 15 de dezembro de 2023.

Essa reunião foi convocada para deliberar sobre a implementação acelerada da Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA, African Continental Free Trade Area) para aumentar a conscientização entre os decisores, parceiros técnicos e financeiros, produtores de dados e usuários, pesquisadores e o público sobre a importância das estatísticas oficiais e do big data para acelerar a implementação da AfCFTA e promover o comércio intercontinental.

E durante esse evento o Banco Mundial aproveitou para lançar oficialmente o HISWACA-SOP1-P178497.

O projeto visa criar capacidade estatística para melhorar a qualidade da produção de dados, a harmonização regional, o acesso e utilização de dados, bem como modernizar os sistemas estatísticos no Benim, Guiné, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Gâmbia. Irá também apoiar as divisões de estatísticas da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMAO) e da União Africana com vista a melhor coordenar e melhorar a harmonização de estatísticas na região.

Esse novo projeto irá fortalecer a tomada de decisões baseada em evidências, a alocação de recursos, a responsabilização e transparência numa região que abriga mais de 120 milhões de pessoas a viverem em pobreza extrema. A Diretora do Banco Mundial para a Integração Regional de África e do Médio Oriente, Boutheina Guermazi, afirmou:

*“Dados e estatísticas precisos, atempados e fiáveis são fundamentais para o desenho, implementação e monitorização de políticas e programas de desenvolvimento eficazes, destinados a acelerar a redução da pobreza, promover o crescimento equitativo e responder às alterações climáticas”. Dados de qualidade, comparáveis entre países, são também vitais para a promoção da integração económica regional com vista a acelerar o crescimento”.*

Apesar dos esforços consideráveis feitos para melhorar a capacidade estatística na África Subsariana, o progresso tem sido lento e irregular nos diversos países. A maioria dos países da África Ocidental e Central está entre os 40% mais atrasados do mundo em termos dos novos Indicadores de Desempenho Estatístico (SPI, *Statistical Performance Indicators*) do Banco

Mundial, que avaliam a capacidade do sistema estatístico de um país para atender às necessidades dos usuários e contribuir para uma melhor tomada de decisões.

A existência de estatísticas de elevada qualidade é essencial para uma implementação bem-sucedida de estratégias para a redução da pobreza, para o progresso económico e resultados de desenvolvimento, tendo o Gestor de Práticas do Banco Mundial para um Crescimento Equitativo, Finanças e Instituições para a África Ocidental (*World Bank Practice Manager for Equitable Growth, Finance and Institutions for Western Africa*), Johan A. Mistiaen, realçado que:

*“Sistemas estatísticos modernos com bom desempenho, que produzam dados de alta qualidade, são essenciais para ajudar a melhorar as vidas e os meios de subsistência. Este projeto irá alterar as regras do jogo, ao transformar o panorama de dados para as economias da África Ocidental e suas populações”.*

Este programa será implementado em duas séries de projetos (SOP, *Series of Projects*). A SOP1 abrange oito (8) países membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e três (3) outras instituições regionais: o Instituto de Estatística da União Africana (STATAFRIC) que coordenará o Projeto, a Comissão e a União Económica e Monetária da África Ocidental (Comissão da UEMOA). Os países abrangidos pelas SOP1 são: Benim, Guiné, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Gâmbia. Os da SOP2 incluem a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), Camarões, República Centro-Africana, Chade, Gabão e República do Congo e trabalhar em estreita colaboração com a coordenação do projeto para a implementação eficaz e eficiente dos projetos.

Resumindo, esse programa de quatro anos visa melhorar o desempenho estatístico do país, harmonização regional, acesso e uso de dados, e para melhorar a modernização dos sistemas estatísticos nos países participantes e se centrará nas comunidades locais e beneficiará a população de cada país e região que são os beneficiários-alvo através da integração regional e esforços nacionais para ajudar a erradicar a pobreza e promover a prosperidade partilhada de forma sustentável através de melhores condições de vida.

### **CDC África e a missão de avaliação a São Tomé e Príncipe**

No âmbito de um esforço para fortalecer o compromisso dos Estados-Membros da União Africana enquanto Centro de Coordenação Regional da África Central (RCC) do CDC África, São Tomé e Príncipe acolheu [uma missão conjunta](#) integrada também pela Sociedade Africana de Medicina Laboratorial (ASLM, *The African Society for Laboratory Medicine*) e que decorreu na capital são-tomense de 6 a 7 de dezembro de 2023.

Esta primeira visita estratégica a São Tomé e Príncipe, liderada pelo Coordenador interino do CCR para a África Central, Dr. Benjamin Djoudalbaye, teve vários objetivos específicos, incluindo a apresentação da nova visão estratégica do CDC África e das suas seis prioridades às autoridades do Ministério da Saúde; a avaliação da preparação e da resposta a emergências de saúde pública; e a identificação de áreas de apoio a São Tomé e Príncipe face a vários desafios de saúde. O Ministro da Saúde de STP, Dr. Celso Rodrigues da Vera Cruz Junqueira, apreciou a missão nestes termos:

*“Estamos muito satisfeitos com a visita do CDC África a São Tomé e Príncipe, pois apreciamos a boa colaboração e as atividades*



*desenvolvidas por esta agência africana, nomeadamente no reforço das capacidades do nosso pessoal de saúde. Esperamos que esta parceria seja duradoura e contamos com o CDC África para nos apoiar na criação do nosso Instituto Nacional de Saúde Pública".*

Firmemente empenhado em melhorar o seu sistema de saúde e a sua capacidade de resposta a emergências de saúde pública, o Governo santomense deu início a uma série de projetos importantes, incluindo a transformação do seu Centro Nacional de Endemias (CNE) num Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP) e a construção de um edifício para albergar o Centro de Operações de Emergência de Saúde Pública.

*"Queremos fazer de São Tomé e Príncipe um exemplo para a região e mesmo para o continente. Vamos trabalhar com os nossos parceiros numa abordagem coordenada para reforçar o sistema de saúde do país. Esta é uma das razões pelas quais a ASLM, que se apoia no pilar laboratorial do CDC África, nos apoia", afirmou o Dr. Benjamin Djoudalbaye durante o seu encontro com o Diretor de Cuidados de Saúde e funcionários do Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe.*

Desde 2021, a ASLM coordena as atividades do projeto *Resolve to Save Lives* em São Tomé e Príncipe, que visa o aumento do diagnóstico e a melhoria da qualidade laboratorial. O representante deste organismo, Dr. Massinga Loembe Marguerite, indicou também que uma nova fase deste projeto terá início no primeiro trimestre de 2024, assente em três pilares: reforço das capacidades de diagnóstico e rastreio das doenças prioritárias, implementação de estratégias de diagnóstico nos vários níveis da pirâmide sanitária e apoio à implementação de um sistema de transporte de amostras. No âmbito das duas primeiras fases deste projeto, foi doado equipamento ao laboratório nacional de referência para a tuberculose em São Tomé e Príncipe.

Com o objetivo de criar uma sinergia de trabalho com todos os parceiros presentes neste Estado-Membro da União Africana, o Coordenador do Centro de Coordenação Regional da África Central do CDC África CDC, Dr. Benjamin Djoudalbaye, também manteve discussões com a representante em exercício da Organização Mundial de Saúde em São Tomé e Príncipe, Dra. Françoise Bigirimana. Esta saudou a visita de cortesia e apelou a um diálogo regular entre o CDC África e a OMS para coordenarem esforços e maximizar o seu impacto no país.

### **Um avanço para a produção africana de vacinas**

O CDC África acolheu com agrado o anúncio do Conselho de Administração da Aliança Mundial para as Vacinas (GAVI) sobre a [criação do Acelerador Africano de Fabrico de Vacinas \(AVMA, the African Vaccine Manufacturing Accelerator\)](#), um mecanismo de financiamento destinado a criar uma indústria sustentável de fabrico de vacinas em África.

O AVMA é um mecanismo de financiamento destinado a criar uma indústria sustentável de fabrico de vacinas em África e disponibilizará até um bilhão de dólares americanos para apoiar o fabrico de vacinas em África.

Em 2021, os Chefes de Estado e de Governo da União Africana estabeleceram "Parcerias para o Fabrico Africano de Vacinas" (PAVM, *The Partnerships for African Vaccine Manufacturing*) no âmbito do CDC África. O objetivo da decisão é permitir que a indústria africana de fabrico de vacinas desenvolva, produza e forneça mais de 60 por cento do total de doses de vacinas

necessárias no continente até 2040. Este valor é superior ao atual, que é inferior a 1%, com objetivos intermédios de 10% até 2025 e 30% até 2030. A colaboração permitiu a concretização de vários projetos de fabrico de vacinas, estando outros em preparação para garantir a autossuficiência de África em caso de emergência sanitária ou surto no continente.

Discursando após o anúncio em Acra, o Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África, afirmou:

*"Hoje é um momento importante para África. O montante de um bilhão de dólares da GAVI destinado aos fabricantes africanos é um fator de mudança para o continente e faz avançar os nossos esforços no sentido da autossuficiência em matéria de vacinas. O CDC África continua determinado a que África produza as suas vacinas e proteja as vidas de todos os africanos. A União Africana estabeleceu como meta que o continente produza 60% das vacinas necessárias até 2040; o AVMA é, de facto, um acelerador para essa ambição. Entre as lições da Covid-19, trabalhar em conjunto é um caminho a seguir. A GAVI tem sido um parceiro incrível neste processo. Continuaremos a avançar juntos nesta jornada de autossuficiência. Juntos, estamos unidos numa missão para a equidade das vacinas".*

Todos se recordam que durante o auge da pandemia de Covid-19, a África teve dificuldade em aceder a vacinas que salvam vidas devido à sua dependência de fornecimentos de outros países. Este facto demonstrou a questão geral do acesso limitado a vários produtos de saúde, que só pode ser resolvido através de investimentos na autossuficiência do continente. A Nova Ordem de Saúde Pública de África salienta a necessidade de expandir o fabrico de vacinas, diagnósticos e terapêuticas.

"Estamos gratos pela incrível colaboração estreita com a União Africana e o Africa CDC ao longo dos últimos 18 meses para apoiar a nossa visão comum de um ecossistema de vacinas africano próspero e sustentável", afirmou David Marlow, Diretor Executivo Interino da Gavi, tendo realçado que

*"O AVMA é um importante passo em frente, enviando um poderoso sinal aos mercados globais de que a GAVI está a levar a sério os seus esforços para apoiar esta iniciativa vital. Estamos comprometidos com uma parceria contínua à medida que trabalhamos juntos para o lançamento oficial deste mecanismo em 2024."*

O lançamento do AVMA é uma mensagem importante dos nossos parceiros de que África deixará de ser apenas um destinatário de vacinas e passará a ser um membro ativo e contribuinte para o ecossistema global de vacinas. Significa também o apoio à histórica Declaração de Addis sobre Imunização (ADI), que visava garantir que todos em África recebessem todos os benefícios da imunização, independentemente da sua origem ou localização.

A ação histórica e concreta apoiará a indústria africana de fabrico de vacinas e melhorará a resistência do continente a pandemias, surtos e outras emergências de saúde. O AVMA irá acelerar ainda mais a corrida para alcançar o objetivo da PAVM de produzir 60% das vacinas em África até 2040. Além disso, o CDC África continua empenhado em colaborar com todos os parceiros e partes interessadas no ecossistema de vacinas para facilitar a plena

operacionalização do AVMA e acelerar a obtenção da segurança sanitária, tal como previsto na Agenda 2063.

### **Escritório Regional da OMS para a África (OMS-AFRO): distribuição de vacinas contra a malária**

Os [Camarões lançou neste mês de janeiro a vacina contra a malária RTS,S](#) nos seus serviços nacionais de imunização de rotina, tornando-se o primeiro país a fazê-lo fora do programa-piloto da vacina contra a malária que foi levado a cabo no Gana, no Quênia e no Malawi. Esta introdução surge num momento em que se intensificam os esforços para aumentar a vacinação contra a doença em zonas de alto risco em África.

A vacina está a ser administrada em 42 distritos sanitários das 10 regiões do país em estabelecimentos de saúde públicos e privados. O lançamento ocorre depois de os Camarões terem recebido 331 200 doses da vacina em novembro de 2023. São esperadas mais doses nas próximas semanas.

*"A vacina é uma ferramenta adicional para o controlo da malária. Foi escolhida pelo país com base na sua pré-qualificação, assegurando a garantia de qualidade, eficácia e segurança para inclusão no programa de vacinação", afirmou o Dr. Shalom Ndoula, Secretário Permanente do Programa Alargado de Vacinação nos Camarões. "Visará especificamente todas as crianças com seis meses de idade a partir de 31 de dezembro de 2023."*

Em preparação para o lançamento, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e outros parceiros, incluindo GAVI, o UNICEF, o CDC África e a Iniciativa Clinton de Acesso à Saúde, apoiaram as autoridades sanitárias nacionais no reforço das principais medidas de introdução da vacina. Para que a introdução de uma vacina seja eficaz, é essencial que os países realizem preparativos exaustivos que incluam a adoção da política e das diretrizes nacionais de vacinação, a integração da nova vacina no calendário de administração de outras vacinas e intervenções sanitárias, o desenvolvimento de um plano operacional de implementação, a formação de profissionais de saúde, o investimento em infraestrutura, a capacidade técnica, o armazenamento de vacinas, o envolvimento da comunidade e a criação de procura, a garantia de supervisão formativa, monitorização e avaliação do processo para assegurar a qualidade da administração da vacina.

*"O lançamento da vacina contra a malária marca um passo significativo na prevenção e controlo da doença, especialmente na proteção das crianças contra a doença grave e a morte", disse o Dr. Phaniel Habimana, Representante da OMS nos Camarões. "Estamos empenhados em apoiar as autoridades nacionais de saúde para garantir uma implementação eficaz da vacina contra a malária, juntamente com o reforço de outras medidas de controlo da malária."*

A República dos Camarões está entre os 11 países mais afetados pela doença a nível mundial. O país registou mais de 3 milhões de casos e mais de 3800 mortes em 2021. Camarões fez da luta contra a malária uma das prioridades do seu Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário. Com o apoio dos parceiros, os esforços de controlo e prevenção da malária ao longo dos anos ajudaram a reduzir progressivamente o peso da doença no país.

*"Optei por vacinar os meus gémeos porque vi como a malária pode ser prejudicial", disse Helene, cujos filhos gémeos foram os primeiros a receber a vacina contra a malária. "Estou empenhada em garantir que os meus filhos recebem as quatro doses da vacina e tomarei outras medidas, como garantir que dormem debaixo de redes mosquiteiras."*

Desde 2019, o Gana, o Quênia e o Maláui têm administrado a vacina RTS,S num esquema de quatro doses a crianças com cerca de 5 meses de idade em distritos selecionados como parte do programa-piloto, conhecido como Programa de Implementação da Vacina contra a Malária (MVIP, *Malaria Vaccine Implementation Programme*). Mais de 2 milhões de crianças foram abrangidas pela vacina contra a malária nos três países africanos através do MVIP, tendo sido administradas mais de 8 milhões de doses - o que resultou numa notável queda de 13% na mortalidade por todas as causas em crianças com idade elegível para receber a vacina, e em reduções substanciais nas doenças graves da malária e nas hospitalizações.

Nove países africanos estão prontos para lançar a vacina contra a malária este ano. Para além dos Camarões, o Benim, o Burquina Faso e a Libéria receberam a vacina e estão a finalizar os seus planos de implementação.

A OMS, Gavi, UNICEF e outros parceiros estão a trabalhar em estreita colaboração com os países africanos que estão a introduzir a vacina contra a malária para garantir a entrega e a implementação bem-sucedida da vacina contra a malária.

É para não esquecer que o fardo da malária é mais elevado no continente africano, que representava aproximadamente 94% dos casos de malária a nível mundial e 95% das mortes relacionadas com a doença em 2022. Em 2022, registraram-se 249 milhões de casos de malária em todo o mundo, que provocaram 608 000 mortes. Destas mortes, 77% foram de crianças com menos de 5 anos de idade, principalmente em África.

### **Cabo Verde certificado pela OMS como livre de malária**

A Organização Mundial de Saúde (OMS) [certificou Cabo Verde](#) como um país livre de malária, marcando uma conquista significativa na saúde global. Com este anúncio, Cabo Verde junta-se ao grupo de 43 países e 1 território a quem a OMS atribuiu esta certificação.

O país é o terceiro a ser certificado na Região Africana da OMS, juntando-se às Maurícias e à Argélia, que foram certificadas em 1973 e 2019, respetivamente. O fardo da malária é o mais elevado no continente africano, que representou aproximadamente 95% dos casos globais de malária e 96% das mortes relacionadas em 2021.

A certificação da eliminação da malária impulsionará um desenvolvimento positivo em muitas frentes para Cabo Verde. Os sistemas e estruturas construídos para a eliminação da malária reforçaram o sistema de saúde e serão utilizados para combater outras doenças transmitidas por mosquitos, como a dengue. Os viajantes de regiões não endémicas de malária podem agora viajar para as ilhas de Cabo Verde sem receio de infeções locais de malária e do potencial inconveniente das medidas de tratamento preventivo. Isto tem o potencial de atrair mais visitantes e impulsionar as atividades socioeconómicas num país onde o turismo representa aproximadamente 25% do PIB.

Cabo Verde, um arquipélago de 10 ilhas no Oceano Atlântico Central, tem enfrentado desafios significativos em matéria de malária. Antes da década de 1950, todas as ilhas eram afetadas pela malária. As epidemias graves eram frequentes nas zonas mais densamente

povoadas até a implementação de intervenções específicas. Através da utilização orientada da pulverização de inseticidas, o país eliminou a malária duas vezes: em 1967 e 1983. No entanto, lapsos subsequentes no controlo dos vectores levaram a um regresso da doença. Desde o último pico de casos de malária no final dos anos 80, a malária em Cabo Verde tem estado confinada a duas ilhas: Santiago e Boa Vista, ambas livres de malária desde 2017.

O percurso do país para a eliminação da malária tem sido longo e recebeu um impulso com a inclusão deste objetivo na sua Política Nacional de Saúde em 2007. Um Plano Estratégico para a Malária de 2009 a 2013 lançou as bases para o sucesso, centrando-se num diagnóstico alargado, num tratamento precoce e eficaz e na notificação e investigação de todos os casos. Para conter a onda de casos importados da África continental, o diagnóstico e o tratamento foram fornecidos gratuitamente aos viajantes internacionais e aos migrantes.

Em 2017, o país transformou um surto numa oportunidade. Cabo Verde identificou os problemas e introduziu melhorias, o que levou a zero casos autóctones durante três anos consecutivos.

E durante a atual pandemia de Covid-19, o país salvaguardou os progressos. Os esforços centraram-se na melhoria da qualidade e da sustentabilidade do controlo de vectores e do diagnóstico da malária, reforçando a vigilância - especialmente nos portos, aeroportos, na capital e nas zonas com risco de restabelecimento da malária.

A colaboração entre o Ministério da Saúde e os vários departamentos governamentais dedicados ao ambiente, agricultura, transportes, turismo, entre outros, desempenhou um papel fundamental no sucesso de Cabo Verde. A Comissão Interministerial para o Controlo de Vectores, presidida pelo Primeiro-Ministro, foi fundamental para a eliminação. O esforço de colaboração e o empenhamento das organizações de base comunitária e das ONG demonstram a importância de uma abordagem holística da saúde pública.

Enquanto Cabo Verde celebra este feito monumental, a comunidade global elogia os seus líderes, profissionais de saúde e cidadãos pela sua dedicação à eliminação da malária e à criação de um futuro mais saudável para todos.

Por norma, a decisão final sobre a atribuição de uma certificação de ausência de malária cabe ao Diretor-Geral da OMS, com base numa recomendação do Grupo Técnico Consultivo independente para a Eliminação e Certificação da Malária. Para mais informações sobre o processo de certificação de ausência de paludismo da OMS, visite esta [hiperligação](#).

## **Janeiro 2024**

### **UNIÃO AFRICANA**

#### **Principais temas da agenda da Cúpula da União Africana**

A Cúpula da União Africana de 2024, na qual o Presidente Lula irá proferir um discurso, analisará como o continente pode manter o ímpeto na abordagem de questões de paz e segurança, integração regional e desenvolvimento. A convocação anual de líderes africanos interrogará os progressos realizados na abordagem da preocupante situação de segurança e dos conflitos em alguns dos seus Estados-Membros e apresentará recomendações sobre formas inovadoras de abordar de forma sustentável as crises numa tentativa de regressar à paz. A 47ª Sessão Ordinária do Comitê do Representante Permanente (RPC, *Permanent Representative's Committee*) teve início no dia 15 e termina a 26 de janeiro.

Moussa Faki Mahamat, Presidente da Comissão da União Africana, ao dirigir-se ao RPC, destacou os conflitos no Sudão e na República Democrática do Congo (RDC), observando que esses conflitos, agravados por uma situação global frágil, exigem mais ação. Ele afirmou:

*"Esses diferentes conflitos e muitas outras questões em escala global nos permitem fazer um balanço da fragmentação do mundo. O único recurso que a África tem perante os desafios do nosso tempo é a sua unidade e solidariedade. Uma unidade que construímos com perseverança e tolerância, num esforço cooperativo que transcende particularidades, neutraliza considerações contrárias ao interesse geral e inspira-se constantemente na compreensão mútua."*

Por sua vez, os sentimentos de Moussa Faki foram ecoados pelo Embaixador Yousouf Mondoha Assoumani, Representante Permanente da União das Comores na União Africana e Presidente do Comitê RPC, que pediu unidade para enfrentar a crise que continua a agravar o sofrimento dos cidadãos. Ele declarou:

*"Gostaria de convidá-lo a compartilhar comigo um pensamento especial para todos aqueles que nos deixaram, vítimas dos teatros de guerras, que estão furiosos aqui e ali em todo o mundo, mas também para todos aqueles que continuam a sofrer, qualquer que seja a fonte ou origem de seus males. Façamos juntos o desejo de um mundo de paz, um mundo de solidariedade, um mundo de tolerância onde a única arma seria a arma do diálogo, de uma convivência harmoniosa."*

Ao mesmo tempo, Moussa Faki pediu um cessar-fogo humanitário na Palestina e desafiou a comunidade internacional a dar forma concreta à solução de dois Estados como uma resolução para o conflito Israel-Palestina.

*"O conflito está se desenrolando com uma intensidade indescritível, levando a tragédias humanitárias de uma magnitude sem precedentes, caracterizadas pelo flagrante desrespeito ao direito internacional e ao direito humanitário internacional. O bombardeio de civis palestinos, a destruição sistemática de suas vidas, seus meios de existência, a banalização da morte, todas essas anomalias se combinam em uma tragédia, que já dura cem dias. A consciência africana está abalada por esta tragédia sem precedentes."*

A agenda de integração da África está em andamento, com a implementação de várias iniciativas e projetos continentais e regionais, como a Área de Livre Comércio Continental Africana e a abertura de vistos dos países africanos, permitindo a facilidade de comércio e movimento em todo o continente. Embora os desafios permaneçam, a implementação bem-sucedida desses esforços contribuirá para o crescimento e desenvolvimento sustentável no continente e, posteriormente, para a realização dos objetivos do plano de desenvolvimento da África- Agenda 2063. O RPC avaliará a implementação do primeiro plano decenal da Agenda 2063.

*"No decorrer de nosso trabalho, teremos que examinar, por um lado, os relatórios dos órgãos e subcomitês e, por outro lado, considerar dois de nossos principais projetos, a saber, a reforma de nossa organização e a avaliação do 1º Plano Decenal da Agenda 2063, que abrirá o*

*lançamento do nosso Segundo Plano Decenal da Agenda 2063", o Embaixador Yousouf observou perante os seus colegas embaixadores presentes na reunião. Leia o discurso completo [aqui](#).*

Em 2024, a União Africana deverá prestar especial atenção à educação e formação com o tema do ano centrado na educação de uma África apta para o século XXI: construir sistemas de educação resilientes para um maior acesso à inclusão, aprendizagem qualitativa, ao longo da vida e relevante para África. Moussa Faki ressaltou que o sucesso no setor de educação terá efeitos significativos em setores como segurança, controle do crescimento populacional, empoderamento de mulheres e meninas, agricultura, digitalização e migração, entre outros.

*"Devidamente conduzidas e implementadas de forma ordenada, as reformas educacionais reverterão a tendência para a pobreza e aumentarão a atratividade da África, em termos de investimento e, portanto, a criação de prosperidade. Nosso tema para o Ano 2024 é dedicado a refletir sobre uma reforma profunda da educação na África, com a perspectiva de formar jovens dotados de intelectuais, capacidades científicas e éticas para servir a transformação do nosso continente para torná-lo um espaço confortável e produtivo." Leia a sua declaração completa [aqui](#).*

Recorde-se que o CRP é mandatado para conduzir os assuntos quotidianos da União Africana em nome da Assembleia/Cúpula e do Conselho Executivo. Apresenta relatórios ao Conselho Executivo e prepara os trabalhos do Conselho. O Conselho Executivo (Sessão Ministerial) está agendado para 14 e 15 de fevereiro e será seguido pela Assembleia/Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo nos dias 17 e 18 de fevereiro.

Durante esses onze dias, o CRP irá também deliberar sobre várias questões de prioridade continental, incluindo o progresso das reformas institucionais e financeiras da União, que incluem, entre outros:

- ❖ a operacionalização do Fundo de Paz da União Africana;
- ❖ o Painel de Eminentes Africanos para supervisionar a pré-seleção de candidaturas para Membros da Comissão antes das próximas eleições da Comissão da União Africana;
- ❖ o relatório de progresso sobre a implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana como tema do ano 2023;
- ❖ o progresso na operacionalização do CDC de África, e o estabelecimento e operacionalização da Agência Africana de Medicamentos (AMA).

A sessão analisará igualmente vários relatórios dos órgãos da União Africana e das suas agências especializadas, bem como os relatórios dos vários subcomités que se debruçam sobre questões de cooperação multilateral, direitos humanos e governação, refugiados, repatriados e pessoas deslocadas internamente, questões económicas e comerciais, entre outras. Os relatórios dos vários Comitês Técnicos Especializados da União Africana que se centram em áreas temáticas sobre a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres, Educação, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Ambiente, Transportes, Infraestruturas Regionais e Energia, Justiça e Assuntos Jurídicos, entre outros.

## **CDC África - Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC sobre cólera**

Em 20 de janeiro, o CDC África sensibilizou os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) para o aumento de casos e mortes relacionados com a cólera na região.

Os Chefes de Estado e de Governo decidiram então organizar uma cimeira extraordinária organizada pelo Secretariado da SADC sob a liderança do de Presidente José Lourenço de Angola, na qualidade de Presidente *pro tempore* da SADC. Esta reunião realizou-se virtualmente em 2 de fevereiro para analisar um relatório sobre a situação de surtos de cólera na região da SADC. Manifestaram a sua preocupação com os progressos realizados na contenção da situação e com os desafios que continuam a dificultar a luta efetiva contra os surtos recorrentes.

À Cúpula Extraordinária seguiu-se à reunião do Comité de Ministros da Saúde da SADC, em 27 de janeiro, e do Conselho Executivo da SADC (Ministros de Relações Exteriores), em 29 de janeiro.

A situação da cólera em África é agressiva e mais prolongada em vários países. De janeiro de 2023 a 24 de janeiro de 2024 (13 meses), foram notificados 252 934 casos e 4 187 mortes (CFR 1,6%) em 19 Estados-Membros da União Africana. Mais de 72,5% do total de casos foi registado na região da SADC.

A situação de cólera é criada e/ou exacerbada pelas alterações climáticas. As perspectivas climáticas para a região da SADC para o período entre dezembro de 2023 e fevereiro de 2024 projetam maiores probabilidades de precipitação acima do normal em Angola, Botsuana, RDC, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

Os resultados globais do inquérito da OMS AFRO sobre a prontidão e preparação para a cólera, realizado em 2023, indicaram uma capacidade limitada em termos de infraestrutura de água, saneamento e higiene (WASH, *Water Sanitation and Hygiene*) nos países da SADC. Como a região continua a registar um aumento dos surtos de cólera, são urgentemente necessários mais investimentos na preparação e prontidão para a cólera.

O Diretor-Geral do CDC África, Dr. Jean Kaseya, sublinhou que a cólera não é apenas um problema do sector da saúde. Aconselhou a adoção de uma abordagem multisectorial para eliminar a cólera no continente, tendo em conta o investimento a longo prazo em instalações de água, saneamento e higiene nos Estados-Membros. Reiterou que o principal motor dos surtos de cólera é o acesso limitado à água, à higiene e ao saneamento, o que exige um envolvimento significativo de outros sectores.

### **Recomendações para ação**

Os Chefes de Estado e de Governo concordaram unanimemente com as seguintes [recomendações e ações](#) para combater o surto de cólera na região, instando os Estados-Membros a:

- ❖ Desenvolverem e aplicarem um plano de resposta multisectorial regional sólido e nacional que inclua as catástrofes naturais e os efeitos climáticos no ressurgimento da cólera, a fim de controlar eficazmente a sua propagação,



- ❖ Fortalecerem a colaboração regional em matéria de avaliação dos riscos de surtos transfronteiriços e de vigilância da saúde pública, a fim de melhorar a deteção precoce e a prevenção de doenças propensas a surtos,
- ❖ Planearem e executarem conjuntamente campanhas sincronizadas de vacinação contra a cólera transfronteiriça, se for caso disso, e mobilizarem vacinas para os países afetados e não afetados, e apresentarem relatórios anuais ao Conselho,
- ❖ Aumentarem o investimento na atual resposta de emergência à cólera e, simultaneamente, investirem a longo prazo numa solução sustentável para a crise recorrente de cólera,
- ❖ Desenvolverem e implementarem programas de água potável, saneamento e higiene (WASH, *Water Sanitation and Hygiene*) e de redução do risco de catástrofes resistentes às alterações climáticas para evitar futuros surtos de cólera,
- ❖ Acelerarem o fabrico local e regional de vacinas contra a cólera para aumentar a produção e aumentar o acesso a produtos de base, tais como sais de reidratação oral (SRO, *Oral rehydration Solutions*) e camas contra a cólera, a fim de melhorar o controlo da segurança da cadeia de abastecimento e acelerar a transferência de tecnologias e de conhecimentos,
- ❖ Aumentarem o investimento em infraestrutura de WASH e assegurarem uma gestão eficaz dos resíduos e um abastecimento sustentável de água potável,
- ❖ Aumentarem a dotação orçamental para os programas de WASH e
- ❖ Melhorarem as ferramentas de prestação de contas para monitorizar as intervenções e divulgar relatórios dos governos locais sobre o desempenho de WASH.

A Cúpula elogiou ainda o CDC África pelos apoios técnico e financeiro para a resposta à cólera e recomendou que ele apresente mais dados epidemiológicos para facilitar a decisão dos Chefes de Estado e de Governo em declarar a cólera como uma emergência de saúde pública de interesse regional.

A Cúpula designou também Hakainde Hichilema, Presidente da Zâmbia, como paladino para liderar o combate regional contra a cólera.

Em resposta à esta Cúpula Extraordinária, o Diretor-Geral do CDC África congratulou-se com as recomendações dos Chefes de Estado e de Governo e reiterou o seu compromisso de trabalhar com os Estados-Membros e os parceiros para conter urgentemente o atual surto de cólera, colocação de pessoal e recursos em colaboração com os Ministérios da Saúde.

O CDC África conta ainda com o empenho dos Estados-Membros para combater as causas profundas dos surtos recorrentes de cólera, a fim de atingir o objetivo de sua eliminação até 2030.

## Perspectivas para o 2024 europeu

### *Perspectives for the European 2024*

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire**

**Abstract.** *The Europa Report, signed by Freire, addresses some perspectives for the European year, but focuses on the EU proposal on the Agreement on Pandemic Prevention, Preparedness and Respon, delivered to the WHO at the end of 2023. The protests by French farmers give a clue about the future of the EU-Mercosur Agreement, which foundered last year, but has not yet left the agenda, as European leaders and Lula continue to insist on an agreement in their rhetoric.*

**Keywords:** *Global Health; European Union; WHO Europe.*

**Resumo.** O Informe Europa, assinado por Freire aborda algumas perspectivas para o ano europeu, mas se concentra na proposta da UE sobre o Acordo para enfrentamento e respostas à novas pandemias, entregue à OMS no final de 2023. Os protestos dos agricultores franceses dão uma pista sobre o futuro do Acordo UE-Mercosul, que naufragou ano passado, mas ainda não saiu de pauta, já que dirigentes europeus e Lula, seguem insistindo num acordo em suas retóricas.

**Palavras-chave:** Saúde global; União Europeia; OMS Europa;

O ano de 2024 traz uma grande novidade para os leitores e a autora que vos escreve, que é a chegada de Juan Garay, que nos brindará com suas visões sobre Saúde Global, sob a perspectiva de um olhar europeu. Espero que nossos artigos sejam complementares e que consigamos estabelecer um virtuoso diálogo, a partir dos diferentes olhares, o brasileiro, latino-americano e o europeu. Em seu primeiro artigo, Garay nos brinda com um belo histórico da saúde global no espectro político europeu e da União Europeia, demonstrando como as prioridades foram mudando com os acontecimentos no decorrer da história. O autor comenta sobre diferentes iniciativas europeias no campo e traz sua visão otimista acerca das possibilidades de alinhamento e cooperação com a EU, sob a presidência brasileira do G-20. Apesar da riqueza de seu texto, nós do Sul Global não seremos capazes de esquecer algumas posturas europeias durante e após a pandemia. Durante, assistimos incrédulos a disputas por equipamentos e suprimentos, e à compra desenfreada das poucas vacinas disponíveis, muitas recusadas por cidadãos europeus e que nunca chegaram às populações mais necessitadas. Para piorar a situação, após a pandemia, as vacinas foram simplesmente descartadas. Estamos falando de mais de [200 milhões de doses de vacinas, avaliadas em mais de 4 bilhões de euros...](#)

Como se não bastasse, a postura europeia nas negociações do Acordo Pandêmico não está corroborando para um mundo mais justo, solidário e equitativo. [Sangeeta Shashikant, especialista da Third World Network \(TWN\), analisa a recente proposta da União Europeia para o Acordo](#) em texto divulgado pelo portal Outra Saúde. A autora relata que ao final de 2023, a UE circulou uma proposta sobre acesso e “compartilhamento de benefícios” para os membros da OMS. Em suas palavras, o “compartilhamento” proposto é totalmente inadequado e terrivelmente falho, por se desviar dos padrões internacionais estabelecidos pela Convenção

sobre Diversidade Biológica (CDB) e seu Protocolo de Nagoya, exacerbando a desigualdade, desencorajando a troca oportuna de espécimes e de sequências genéticas pelos membros da OMS, minando a soberania nacional e corroendo o caráter intergovernamental da OMS.

Shashikant explica que a associação entre o acesso, de um lado, e a repartição de benefícios, de outro, é direito estabelecido pelo Protocolo de Nagoya, que tem sua origem em uma injustiça histórica, sob a qual “entidades de países desenvolvidos se apropriam indevidamente de recursos genéticos do Sul Global, reivindicam direitos de monopólio por meio do sistema de propriedade intelectual e não compartilham os benefícios derivados do uso desses recursos”. Depois de contextualizar, ela argumenta que a proposta da UE não acompanha este padrão: “o parágrafo 5(e) da proposta afirma que o acesso a amostras e dados de sequenciamento devem ser concedidos “sem condições” “aos destinatários solicitantes” (definidos como uma “instituição, organização ou entidade”).” Além disso, o parágrafo 5(d) da proposta menciona “diretrizes” a serem desenvolvidas pelo Secretariado da OMS, que seriam utilizadas apenas para o reconhecimento de laboratórios e biorrepositórios, bem como bancos de dados capazes de receber amostras e dados de sequência. Shashikant nos lembra que além de não vinculantes, “diretrizes” não conseguiram produzir resultados equitativos no passado. Como se não bastasse, a autora alerta para o fato da UE propor que tais diretrizes sejam estabelecidas em conjunto com outras organizações quadripartites para a Abordagem de Saúde Única (Organização Mundial de Saúde Animal, FAO e PNUMA), o que na prática, significa as diretrizes serão preparadas pelos secretariados e que haverá muito pouco controle dos Estados-Membros sobre o desenvolvimento das referidas diretrizes.

A autora prossegue dizendo que a proposta da UE desconsidera o processo de tomada de decisão da OMS ao propor que o Sistema de Acesso e Repartição de Benefícios da Pandemia (PABS) proposto pela OMS seja administrado por uma parceria multissetorial composta pela “OMS e as organizações relevantes do sistema da ONU, outras organizações internacionais relevantes, organizações regionais e partes interessadas, incluindo a sociedade civil e o setor privado”. Ela então explica que é este conjunto de atores que vai determinar detalhes dos contratos de compartilhamento de benefícios, firmar acordos com os fabricantes de produtos relacionados à saúde e também terá a tarefa de operacionalizar a disponibilidade e a acessibilidade de fornecimento durante uma pandemia ou uma emergência de saúde pública de interesse internacional. Shashikant denuncia que o setor privado, com quem os contratos de repartição de benefícios devem ser assinados e de quem o fornecimento é exigido, estaria em posição de influenciar todos os elementos do sistema PABS.

Outra crítica contundente de Shashikant à proposta da UE é relativa à previsão de compartilhamento de todos os vírus ou organismos “que causam ou podem causar uma doença ao seu hospedeiro humano”, definição tida como muito ampla, que vai muito além dos patógenos que causam emergências de saúde e pandemias. A UE deseja não somente que as amostras físicas sejam compartilhadas, mas também “informações epidemiológicas e clínicas úteis para sua utilização”, dentro de prazo estipulado. Ela pondera que caso a proposta seja aceita, os membros da OMS deverão criar infraestruturas de vigilância por todo seu território, abrangendo todos os organismos capazes de adoecer seres humanos, juntamente com suas informações epidemiológicas e clínicas, para compartilhar com uma rede global de laboratórios, sem quaisquer condições e com um mecanismo de repartição de benefícios “disfuncional”.

Para ela, a proposta da UE tenta transferir vastos recursos, especialmente do Sul Global para o Norte Global, sem termos e condições de repartição de benefícios significativo, justo e equitativo. Talvez seja esta a razão por trás do [pessimismo de Tedros Adhanom](#), diretor-geral da

OMS, para quem há dúvidas quanto à capacidade de obtenção de consenso sobre o texto até o final de maio, quando acontece a Assembleia Mundial da Saúde.

Filme parecido vimos no ano passado, no escopo das negociações do Acordo entre a UE e o Mercosul, quando, no apagar das luzes, a UE trouxe uma proposta que tentava impor padrões ambientais e permitir a concorrência estrangeira em licitações de compras governamentais. Estas novas condições contribuíram para o insucesso da celebração do acordo ainda em 2023. O Acordo, entretanto, não naufragou como acreditei ao final do ano. Importantes interlocutores, como o presidente Lula, ainda acreditam que é possível um acordo de livre comércio EU-Mercosul. Contudo, os recentes protestos dos agricultores franceses que pedem relaxamento de padrões ambientais e aumento dos subsídios públicos, não parecem corroborar com a possibilidade de tal acordo... Este assunto, certamente nos acompanhará no decorrer de 2024.

Afora a novidade Juan Garay, acima mencionada, no continente europeu a virada de ano não traz muitas novidades. A lamentável guerra na Ucrânia, que pautou agendas, mudando prioridades e configurações políticas, faz 2 anos neste mês de fevereiro, sem uma perspectiva de fim ou trégua. Pelo contrário, as partes beligerantes (e as que estão na guerra por procuração), não cogitam nenhuma hipótese de uma negociação diplomática para a paz. Não há espaço para se abordar a suspensão das hostilidades, nem para a criação de um espaço de diálogo. Sob este triste legado, a UE retomou seu processo de alargamento, a Finlândia se tornou membro da Otan e a Suécia aguarda a sua vez, notícia que será veiculada aqui tão logo se concretize.

No âmbito da União Europeia, a presidência rotativa do Conselho da UE está com a Bélgica durante este primeiro semestre e será assumida pela Hungria, no segundo. À Bélgica, caberá conduzir as importantes eleições para o Parlamento Europeu, que acontecerão em seu mandato. O temor é que a extrema-direita cresça no parlamento europeu, à exemplo do que vem acontecendo em diferentes países europeus, comprometendo ou mesmo inviabilizando a governança da UE. Já [a presidência Húngara, de Viktor Orbán, é fonte de preocupações para o Parlamento](#), que tem dúvidas a respeito da capacidade de liderança do Conselho por um governo considerado autocrático e populista, que se afasta dos valores democráticos.

À exemplo do que vem acontecendo no Brasil e no mundo, os [casos de dengue aumentaram exponencialmente no continente europeu](#), onde pela primeira vez, se registrou a transmissão local em países até então considerados livres da dengue, como França, Itália e Espanha.

### **Considerações finais**

Mais do mesmo é o que podemos esperar do 2024 Europeu: mais guerra, mais protecionismo, mais colonialismo. A proposta apresentada pela UE a 6 meses do prazo final de negociação me enseja duas hipóteses: ou uma clara intenção colonialista de repetir o padrão de exploração que bem conhecemos por aqui; ou uma tentativa de prejudicar o que foi negociado até aqui, em consequência de alguma insatisfação com os termos do acordo, o que a traria para uma nova posição negocial. Assim foi com o Acordo UE-Mercosul, quando a UE trouxe à baila uma nova lista de condições para assinar um acordo que já vinha sendo tratado há 20 anos! O protecionismo fica por conta das cláusulas de propriedade intelectual, que protegem os lucros das farmacêuticas europeias mesmo em tempos de pandemias. E a guerra adentra seu terceiro ano, movimentando a indústria bélica e da construção civil.

## The EU Global health strategy. Potential synergies with Brazil-led G20 health strategy

Juan Garay

### The European Union commitment to Global Health

Traditionally, *international health* has involved countries participating in the work of organizations such as the World Health Organization, often managed by small international health departments within Ministries of Health<sup>143</sup>. Besides, cooperation between European countries in these areas has been limited, hindering joint European action on global health.

The term “*global health*” (GH) has replaced much of the conceptual space earlier referred to as international health, while adding new focus. While the definitions of global health relate to the widening scope of influences on global health, the usage of the term varies across actors. There is common ground, through international agreements, in the objective of improved health of all peoples and in the principles that should inform policies and actions towards it. These can be summarized as health for all people, through health by all actors, and health in all policies<sup>144</sup>.

By the turn of the century, the EU had a limited health policy focus for the global South, primarily centred around combating so-called “*poverty-related diseases*” such as AIDS, malaria, and tuberculosis. This strategy was also evident in the *Millennium Development Goals* set by the UN in 2000, where health objectives were narrowed down to three specific goals: reducing child mortality, maternal mortality, and controlling the aforementioned diseases. Consequently, “global health initiatives” like the Global Fund and GAVI emerged, further challenging the World Health Organization's (WHO) role in global health governance. These initiatives aimed to reduce the burden of some diseases, such as malaria and AIDS, by funding and providing technical solutions, including medicines, mosquito nets, and vaccines. Initially, driven by the emergency to tackle the epidemic nature of these diseases, this approach was not deeply linked to strengthening patient-centred health systems and addressing all health needs<sup>145</sup>.

In 2010, the European Commission adopted the Communication on the *EU role in Global Health*<sup>146</sup>. Its consultation paralleled, and was partly inspired by, the drafting of the WHO report on the *social determinants for health*<sup>147</sup> and the adoption of the related World Health Assembly

---

<sup>143</sup> Kickbusch I. The need for a European strategy on global health. *Scand J Public Health*. 2006;34(6):561-5. doi: 10.1080/14034940600973059. PMID: 17132587.

URL : <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1080/14034940600973059>

<sup>144</sup> Juan GARAY, Laura HARRIS et Julia WALSH, « Global health: evolution of the definition, use and misuse of the term », *Face à face* [En ligne], 12 | 2013, mis en ligne le 16 octobre 2013, consulté le 13 janvier 2024.

URL : <http://journals.openedition.org/faceaface/745>

<sup>145</sup> Christopher Knauth, *Pharma-Brief Archiv*, 6-7/2023, S. 4

Bild Gesundheitsstrategie 2010 : Global Health als Instrument der EU-Geopolitik

<https://bukopharma.de/de/publikationen/pharma-brief-archiv/189-2023-artikel/825-pb2023-6-7-4-global-health-in-eu-geopolitik>

<sup>146</sup> <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52010DC0128>

<sup>147</sup> [https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/A62/A62\\_9-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/A62/A62_9-en.pdf)

(WHA) resolution aimed at reducing health inequities<sup>148</sup>. The Communication concluded improved health depends on social justice. The Communication was promptly transposed into official *EU policy*<sup>149</sup> by the first Foreign Affairs Council after the Lisbon Treaty and synchronized with the WHA resolution on the progress towards the achievement of the health related MDGs which evidenced the need to strengthen health systems<sup>150</sup>. Echoing that evidence, the 2010 EU GH policy key approach was *health system strengthening* (HSS): "Above all, the EU should support the strengthening of health systems to ensure that their essential elements – medical staff, access to medicines, infrastructure and logistics, and administration – are powerful enough to ensure equitable and high-quality basic services for all". Towards that aim, the 2010 EU GH policy called for mobilising more resources for health at national level and replacing out-of-pocket payments (recognized as the main bottleneck in equitable access to health services) by fair health financing or social security systems.

This was accompanied by a clear commitment to the "*aid effectiveness principles*" adopted in Paris in 2005: ownership, alignment, harmonisation, results, and mutual accountability<sup>151</sup>, which led to a clear commitment by the EU to budget support as its "preferred option" of financing. Finally, the 2010 EU GH policy stressed the multi-sectoral nature of health (climate change, migration, food security, trade, fragile states, health security) and referred to the need for policy coherence for health with a clear commitment on *access to medicines*: "In the area of trade, the EU should work towards the effective application of the TRIPS rules in order to make essential medicines more accessible and affordable" It committed to ensure that the EU bilateral trade agreements did not contain clauses that could undermine access to medicines and highlighted the importance of generic competition and the rational use of medicines as essential for the sustainability of health systems.

Such comprehensive, horizontal approach (vs. a more disease specific approach by then the other main GH policies of the USA, Japan, United Kingdom and Switzerland<sup>152</sup>) contributed to the 2015 "*Sustainable Development Goal 3*" on health and well-being and its sub-goals.

By then, despite the above-mentioned WHA commitments to measure health inequities, the WHO's constitutional objective of 'the attainment by all peoples of the highest possible level of health'<sup>153</sup>, the only common global health objective of all nations, remained unmeasured, rendering the goal unenforceable. Some studies aimed at identifying best feasible and sustainable levels of health and the gap by countries and age and sex groups from 1960 onwards (as international comparable statistics allowed) - the *burden of health inequity*- which remained at high (over 30% of all deaths) since 1980<sup>154</sup>.

---

<sup>148</sup> [https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA62-REC1/WHA62\\_REC1-en-P2.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA62-REC1/WHA62_REC1-en-P2.pdf)

<sup>149</sup> <http://register.consilium.europa.eu/pdf/en/10/st09/st09644.en10.pdf>

<sup>150</sup> [https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA63-REC1/WHA63\\_REC1-P2-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA63-REC1/WHA63_REC1-P2-en.pdf)

<sup>151</sup> EU 2005, The European Consensus on Development, European Council 15-16 Dec 2005, signed by Presidents Barroso, Borrell, Blair 20 Dec 2005.

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=legissum:r12544>

<sup>152</sup> J Garay, Global health is Global Justice, EU Fellowship programme 2011-2012 UC Berkeley.

<https://cgph.berkeley.edu/research/global-health-equity/>

<sup>153</sup> WHO World health organization constitution document (1946)

[http://www.who.int/governance/eb/who\\_constitution\\_en.pdf](http://www.who.int/governance/eb/who_constitution_en.pdf)

<sup>154</sup> Juan E. Garay, David E. Chiriboga, A paradigm shift for socioeconomic justice and health: from focusing on inequalities to aiming at sustainable equity, Public Health, Volume 149, 2017,.

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0033350617301610>

While the former President of the Commission, Jean-Claude Juncker, asserted his leadership in steering a 'political Commission,' his successor, Ursula von der Leyen, has articulated her commitment to guiding a 'geopolitical Commission.' This transformative approach envisions a Commission with a resolute political agenda, which aims for the enhancing of the European Union's stature as a consequential international actor and the pursuit of shaping an enhanced global order through the reinforcement of multilateralism. Under the overarching theme of 'A stronger Europe in the world,' these strategic priorities signify a departure from mere politics to a more comprehensive and globally engaged perspective<sup>155</sup>. In response to the *COVID-19 pandemic*, the European Commission is building a strong European Health Union in which all EU countries prepare and respond together to health crises, medical supplies are available, affordable and innovative, and countries work together to improve prevention, treatment and aftercare for diseases such as cancer and strengthen the resilience of Europe's health systems.

In December 2021, amid the COVID-19 pandemic, the EU adopted the *Global Gateway* initiative to address the urgent global need for sustainable infrastructure development, emphasizing the interconnected challenges of climate change, health security, and economic competitiveness, and directing the focus is towards green energy, critical raw materials, connectivity, health, and education<sup>156</sup>.

Recognizing the negative impact<sup>157</sup> of incomplete or disconnected global infrastructure, exacerbated by the COVID-19 pandemic, the EU aimed to bridge the estimated €13 trillion global infrastructure investment deficit by 2040. Global Gateway seeks to offer fair and favourable financing terms, promoting transparency, good governance, and high standards to ensure lasting social and economic benefits. The EU planned to mobilize investments of up to €300 billion between 2021 and 2027 under the Team Europe approach, aligning with the G7 and initiatives like Build Back Better World. Global Gateway built on past strategies, aligned with the UN's 2030 Agenda, and emphasized democratic values, presenting a positive choice for global infrastructure development.

By May 2022, The Lancet Commission on lessons for the future from the *COVID-19 pandemic* concluded that it caused 6.9 million reported deaths (17.2 million estimated) globally, revealing a profound tragedy and significant *global failures* as delayed notification, recognition of airborne transmission, coordination lapses in suppression strategies, inadequate funding for low- and middle-income countries, unequal resource distribution, and shortcomings in data collection and combating disinformation. The global response reflected the need for improved international cooperation to address systemic issues and enhance *prevention and preparedness for future health crises*<sup>158</sup>.

During the Covid pandemic, the EU played a pivotal role in the global response through a Team Europe (EU and member States' joint actions) approach, demonstrating solidarity and

---

<sup>155</sup>[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/646148/EPRS\\_BRI\(2020\)646148\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/646148/EPRS_BRI(2020)646148_EN.pdf)

<sup>156</sup>[https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway\\_en](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway_en)

<sup>157</sup>

[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2023/739296/EPRS\\_BRI\(2023\)739296\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2023/739296/EPRS_BRI(2023)739296_EN.pdf)

<sup>158</sup> Jeffrey D Sachs et al. The Lancet Commission on lessons for the future from the COVID-19 pandemic, *Lancet* 2022; 400: 1224–80, September 14, 2022  
<https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2822%2901585-9>



effective support. The EU led in adopting the *G20 Rome Declaration* and organizing the first Global Pledging Conference, contributing over EUR 7 billion to the Access to COVID-19 Tools Accelerator (ACT-A). Notably, the EU Digital COVID Certificate became the largest interconnected system globally, with 49 connected countries. Team Europe allocated €46 billion for the global COVID-19 response, with €9.8 billion directed to Africa for health emergencies, bolstering healthcare systems, and providing socio-economic aid. As the lead contributor, Team Europe pledged over €3 billion to the COVAX Facility, securing fully donor-funded vaccine doses for 92 lower-income economies. Collaborating with industrial partners, the European Commission facilitated the rapid availability of vaccines for low and middle-income countries. At the 2021 Global Health Summit<sup>159</sup>, industrial partners committed to providing 1.5 billion vaccine doses to low-income countries at no profit and to middle-income countries at reduced prices by the end of 2021, with an additional 1.5 billion doses for 2022. Crucially, Team Europe is also investing over €1 billion to enhance health technologies and mRNA and medicine production capacities in Africa<sup>160</sup>.

In November 2022, after an intensive and inclusive consultation process, the European Commission adopted the *EU's Global Health Strategy: Better health for all in a changing world*<sup>161</sup> and has adopted council conclusions in January 2024<sup>162</sup>. It recognizes health as a global common good, emphasizing its crucial role in citizens' well-being, societal stability, and sustainable development. In response to evolving health challenges and the impact of the triple planetary crisis of climate change, biodiversity, and pollution, the strategy aims to provide a coherent, effective, and focused global health policy. *Aligned with the European Health Union and Global Gateway*, through this strategy, the EU intends to deepen its leadership and responsibility, emphasizing values like solidarity and human rights.

The strategy emphasizes commitment to SDGs and European Consensus on Development, proposing a new approach centred on three priorities: *enhancing health and well-being, strengthening health systems with universal coverage, and preventing health threats through a One Health approach*. Member States are urged to align efforts through *Team Europe* programmes with these interrelated priorities for successful implementation.

Regarding the first objective, enhancing health and well-being, acknowledging the reversal in progress towards the health targets enshrined in the UN 2030 Sustainable Development Agenda resulting from the impacts of the COVID-19 pandemic, the EU commits to supporting the achievement of global health-related SDGs, prioritizing Sustainable Development Goals 3, 5, and 10. The strategy, guided by principles, emphasizes tackling *root causes of ill health*, focusing on economic, social, and environmental factors. It maintains a human rights-based approach, particularly addressing the needs of vulnerable groups. It aims at improving equitable access to comprehensive health services, emphasizing disease control, prevention, and research. Priorities include addressing root causes through a "*health in all policies*" approach, leading the fight against communicable diseases, preventing non-communicable

---

<sup>159</sup> [https://global-health-summit.europa.eu/about\\_en](https://global-health-summit.europa.eu/about_en)

<sup>160</sup> [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/FS\\_21\\_6650](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/FS_21_6650)

<sup>161</sup> EU's Global Health Strategy: Better health for all in a changing world  
[EUR-Lex - 52022DC0675 - EN - EUR-Lex \(europa.eu\)](#)

<sup>162</sup> [https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-5908-2024-INIT/en/pdf?utm\\_source=dSMS-auto&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=EU+Global+Health+Strategy%3a+Council+approves+conclusions](https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-5908-2024-INIT/en/pdf?utm_source=dSMS-auto&utm_medium=email&utm_campaign=EU+Global+Health+Strategy%3a+Council+approves+conclusions)



diseases, supporting vaccine uptake, and ensuring universal access to Sexual and Reproductive Health and Rights. The strategy also focuses on supporting nutrition and *mental health* and psychosocial during and after crises, aligning with Team Europe initiatives and international partnerships.

Addressing the second objective, *strengthening health systems towards universal coverage*, the EU's health strategy prioritizes effective, resilient, and accessible health systems, focusing on service delivery, workforce, information systems, essential medicines, financing, and governance. Universal health coverage is a key goal through financial protection and quality healthcare. To do so, the strategy emphasizes improving *primary healthcare* and public health capacities, crucial in pandemic response and the implementation of the WHO's International Health Regulations. It also advocates for *digitalization*, with a Team Europe initiative on digital health to advance universal coverage and pandemic preparedness. It stresses global health research for technologies and countermeasures. It recognizes the health system challenge of *workforce* imbalances, promoting international cooperation, mobility arrangements, training, and development to ensure skilled healthcare workers. These principles align with the EU's commitment to achieving SDGs and fostering global health improvements through collaborative and innovative approaches.

As for the third priority, the EU's health strategy places a top priority on *combating global health threats*, by implementing a One Health approach, acknowledging the emerging age of pandemics due to interconnected societies and environmental factors. The strategy addresses various threats, including climate change, environmental degradation, and pollution -chemical, biological, radiological, and nuclear- adopting a comprehensive all-hazards approach. It recognizes the need to *strengthen global prevention, preparedness, and response capacities*, advocating for sustainable financing and innovative mechanisms like the *Pandemic Fund*. It also emphasizes improving equitable access to *medical countermeasures*, including through support for regional development and manufacturing of vaccines and therapeutics reaping the benefits of collaborations and voluntary transfer of know-how and technology on mutually agreed terms. It considers essential to contribute to reinforced international rules via a legally binding pandemic agreement, and strengthened International Health Regulations, with a One Health approach. The above treaty and funds should help build a collaborative surveillance network for early detection of pathogens, address complex human-animal-environment interactions and the growing threat of antimicrobial resistance. In summary, the strategy underscores the EU's commitment to global health security, advocating for strengthened international cooperation, enhanced legal frameworks, surveillance networks, and research partnerships to better detect, prevent, and respond to emerging health threats on a global scale.

The above objectives call for an EU collective *-Team Europe-* approach to address health challenges, advocating to effectively linking policies impacting global health across EU agencies and institutions. Key areas include pursuing climate neutrality, promoting biodiversity, ensuring health and safety standards, humanitarian assistance, leveraging education, and integrating *global health into finance, trade, and foreign policy*. It stresses the need for enhanced coordination between the EU and its Member States to speak with a unified voice globally, which involves synergizing national and EU strategies, facilitating information sharing, collecting Member States' views, mapping key measures, and strengthening coordination in international fora. Hence, the strategy aims to achieve a comprehensive and coordinated approach to improve global health outcomes.

Another critical factor to enable improved global health is the shaping of an emerging global health order conditioned by geopolitical factors and new stakeholders post-COVID-19. The strategy aims to bolster the effectiveness and accountability of the *World Health Organization* (WHO) contributing to sustainable financing, advocating for WHO reform, and *reinforcing its normative role*, addressing gap, and promoting coherence. The EU will work towards aligning health and finance policies, strengthening coordination between health initiatives, and ensuring top leadership involvement. To do so, the strategy stresses a stronger EU role in international organizations by proportionately reflecting financial contributions in decision-making roles.

An important dimension of the strategy is to *expand partnerships* based on equal footing, co-ownership, mutual interest, and strategic priorities. The Global Gateway strategy aims to enhance meaningful partnerships in health, with a *focus on countries with weaker health systems*. Emphasizing ownership, the EU encourages partner countries to make ambitious commitments for health improvement and long-term investments. The EU is expanding health partnerships *at regional levels*, particularly in Africa, Latin America, the Caribbean, and the Asia-Pacific. Initiatives like the EU-Africa Global Health EDCTP3 Joint Undertaking and regional Team Europe initiatives demonstrate the commitment to collaborative efforts for health resilience globally. Priorities include supporting *neighbouring countries* namely the Western Balkans, Ukraine, Moldova, and collaborations with key partners like the United States, Canada, Japan, and the United Kingdom. The EU will leverage its strengths and collaborate with unique regional bodies, as very actively with the Pan American Health Organization, to strengthen global health cooperation.

Furthermore, to strengthen global health engagement, the EU seeks to enhance collaboration with key stakeholders, including *civil society organizations, philanthropies, global health initiatives, UN bodies, and private entities*. By building robust partnerships, the EU aims to advance common priorities, achieve public sector objectives, ensure accountability, and avoid fragmentation. The strategy emphasizes support for civil society, promoting community participation, and engaging with the private sector, particularly in pharmaceuticals and digital solutions, to enhance self-sufficiency. The EU advocates for strong collaboration, setting shared goals, and supporting initiatives like the Global Action Plan for Healthy Lives and Well-being for All to maximize the impact of global health actions.

The COVID-19 pandemic underscored the risks of underfunded health systems, prompting an unprecedented mobilization for global health funding. The strategy focuses on *enhancing EU finance* for global health with maximum impact emphasizing predictable and sustainable investments commensurate with needs, leveraging various funding sources, and monitoring overall financial contributions. The EU commits to prioritizing global health across relevant budget financing programs, fulfilling the *20% allocation of official development assistance to human development*, seeking new financing approaches through a Team Europe approach, and encouraging *innovative financial instruments* notably linked to investments of the private sector through the Global Gateway. The EU so aims to shape the future of funds, promote *domestic resource mobilization*, and advocate for increased accessible finance through multilateral development banks. Diversification of domestic health financing, supporting reforms, and monitoring expenditures are key components of this strategy.

This strategy was welcomed by the academic community although they also warned on the need to implement and adequately measure progress<sup>163</sup>. Ensuring success requires *accountability and progress assessment*, using metrics tied to actions and health outcomes. Monitoring began in 2023, assessing the impact of actions and funding to adjust strategies. A mid-term review and final evaluation are scheduled for 2030, with regular updates to the European Parliament, Council, and civil society. High-level exchanges and a structured dialogue with stakeholders will contribute to transparent progress reporting and necessary adjustments.

### ***Progress during 2023***

At *global level*, the European Union has committed substantial funding to various global health initiatives. A significant allocation of EUR 715 million from 2023 to 2025 supports the Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis, and Malaria, underscoring the EU's commitment to combating these diseases. Additionally, the European Commission has committed EUR 427 million to the Pandemic Fund bringing the total Team Europe contribution (together with IT, DE, FR, ES, NL, DK) to XXX, demonstrating that the EU is “walking the talk” with concrete action to help most vulnerable countries prevent and prepare better for the next pandemic. Gavi, the Vaccine Alliance, benefits from a EUR 375 million commitment spanning 2021 to 2025, contributing to global vaccination efforts. The WHO Universal Health Coverage Partnership receives EUR 125 million from 2023 to 2027, highlighting the EU's focus on strengthening health systems in synergy with the bilateral country support- see below-. Further, the UNFPA Supplies Partnership secures EUR 45 million from 2023 to 2027 to support reproductive health commodities. Lastly, the Global Polio Eradication Initiative receives a noteworthy EUR 500 million during the current 2021-2027 financing period. These allocations, a *global portfolio of over EUR 10 Bn (EUR 2,5 Bn from the European Commission)*, reflect the EU's comprehensive approach to global health, addressing diverse health priorities and initiatives.

The European Union plays a pivotal role in shaping the future landscape of global health through its active engagement in various global processes. In the *Future of Global Health Initiatives (FGHI)*, the EU works to avoid fragmentation, increase efficiency reducing intermediaries and gradually shifting vertical disease programmes towards strengthening integrated health systems. The Lusaka Agenda, launched on Universal Health Coverage Day (on 12 December 2023), signifies the outcome of a 14-month engagement process, consolidating consensus on five key shifts for the evolution of Global Health Initiatives and the broader health ecosystem. The agenda also outlines near-term priorities to drive action on these shifts<sup>164</sup>. The Global Health Initiatives (GHIs) aim to enhance their contribution to achieving Universal Health Coverage (UHC) by prioritizing five key shifts. These include reinforcing primary health care, catalysing sustainable domestic health financing, promoting equity, ensuring strategic coherence, and coordinating efforts in research and development for global health products. These shifts aim to shape a more effective and responsive global health financing ecosystem. The EU is also actively contributing to the development and negotiation of a *Pandemic Agreement*, recognizing the need for enhanced prevention and preparedness, and a coordinated and effective global response to the very likely future health crises. For it to succeed, the pandemic agreement must be embraced by all countries as a shared responsibility. Furthermore, its involvement in the *revision of the International Health Regulations* underscores its dedication to strengthening the global health governance framework and WHO's normative mandate. The EU's support for a *Medical Countermeasures Platform* highlights its commitment to work for

---

<sup>163</sup> [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(23\)00328-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(23)00328-8/fulltext)

<sup>164</sup> <https://futureofghis.org/final-outputs/lusaka-agenda/>

equitable access to health products during health emergencies. Additionally, the EU's active and coordinated participation in *high-level meetings on health at the United Nations General Assembly (UNGA)* reflects its commitment to global health diplomacy, advocating for sustainable and inclusive health policies on the international stage. Through these initiatives, the EU showcases its leadership and collaborative approach in shaping the future of global health governance and response mechanisms.

At *regional level*, the EU prioritizes cooperation with *sub-Saharan Africa*, with the largest number of low-income countries where health cooperation plays a critical role. The EU has strengthened during the last year the health *strategic partnership with the African Union*, which has also been converging stronger around the post-COVID African new public health order. Under the Global Gateway Prosperity Package regional support to Africa includes four main strands/ flagships through Team Europe initiatives (8-10 member states and the European Commission in each flagship/programme) , namely 1) support to *COVID-19 vaccine supply* and roll-out, 2) *MAV+ Manufacturing & access to vaccines, medicines & health technologies*, 3) strengthening *health systems* and capacity for pandemic preparedness through a *One-Hhealth* approach, *digital* and *public health* and 4) enabled environment for *sexual and reproductive health and rights*. Altogether, the EU-AU regional portfolio stands at *EUR 3,5 Bn (EUR 1,2Bn from the European Commission)*.

The MAV+ initiative, the most advanced of them, mobilized so far over 1.3 Bn. This includes financial instruments from EDFIs, grants from the EC, Germany, France, and Belgium. Efforts focus on continental regulatory strengthening, support to the African Medicines Agency, WHO technology transfer, and the Partnership of African Vaccine manufacturing support at country levels, enhancing production capacity, and creating an investment-friendly ecosystem. Senegal, Rwanda, South Africa, and Ghana have received initial support packages, aligning with the African Union's goal to produce 60% of its vaccines by 2040. Private initiatives, such as BioNTech's facilities in Senegal, Rwanda, and Ghana, and Moderna's investment in Kenya, further complement these efforts. The European Commission facilitates collaboration through matchmaking events between EEA and African private sector partners<sup>165</sup>.

While the financial support is not yet as expected, all EU health cooperation is meant to land at country level, contributing through sector wide country-led health policy dialogues and through *on-budget support where feasible*, with a focus in low-income countries with limited fiscal space to train and retain health workers, and secure essential health products and technologies. While the European Commission targets health as a priority cooperation sector in 28 countries, health and health technologies are part of priority sectors in an additional 20 countries. Besides, some EUR 400 M of *budget support* operations include SDG3 indicators as the focus. Overall, the EC contributes with an *ongoing portfolio of EUR 1,3 Bn* of bilateral health programs fostering in all 120 EU delegations in LMICs connections with global health initiatives for impactful country-level interventions, encouraging resource mobilization, private sector collaboration, involving Development Finance Institutions (DFIs), and blended finance.

The main potential which is unfolding is the link to global gateway investment instruments as blending and bank guarantees, which together with market shaping through increased funded demand (as through vaccines, medicine, and health products through the above-mentioned global initiatives), aims at encouraging public and private investments in

---

<sup>165</sup> [https://capacity4dev.europa.eu/resources/team-europe-tracker/partner-countries/sub-saharan-africa/manufacturing-and-access-vaccines-medicines-and-health-technology-products-africa\\_en](https://capacity4dev.europa.eu/resources/team-europe-tracker/partner-countries/sub-saharan-africa/manufacturing-and-access-vaccines-medicines-and-health-technology-products-africa_en)

health. There are plans to channel some EUR 800M on Global Gateway *Pharma investments in Africa*. Additionally, a *Human development accelerator investment program* in partnership with the Gates Foundation and the European Investment Bank aims at channeling additional EUR 750 million including health and human development investments beyond pharmaceutical production.

The monitoring process, both a critical challenge (involving EU institutions and EU member States) took off with an interim tracking tool while built-in processes led by HaDEA (the Health and Digital Executive Agency) will take off in the beginning of 2024. The first Global health Policy Forum after the adoption of the strategy took place late 2023 aimed at horizontal ownership involving non state actors, and, as claimed at the launch of the strategy, more regular meetings and structures sharing of information and decision processes, will be needed<sup>166</sup>. It is worth recalling that the implementation of the GHS is a collective effort with Member States and other partners including civil society organizations, academia and the private sector.

### **EU initiative towards equitable access in Latin America and the Caribbean**

The *EU-LAC Initiative on Equitable Access to Health Products*, initiated in June 2022, underscores the commitment of President von der Leyen and Spanish Prime Minister Sanchez<sup>167</sup> to foster cooperation in research and development, technology transfer, regulatory strengthening, and private sector involvement. In line with *CELAC's "Plan for self-sufficiency in health matters in Latin America and the Caribbean "* which underscores the strategic approach to strengthening capacities for producing and distributing vaccines and medicines, with support from ECLAC and PAHO. The EU-CELAC health resilience and vaccine production partnership, launched in summer 2022, is anchored in a seven-component roadmap addressing vaccine manufacturing, regional supply chains, regulatory systems, procurement processes, scientific collaboration, pandemic preparedness, and health-related areas. Key participants include the European Commission, Spain, and France. Private sector engagement has made significant strides, with a dedicated online marketplace connecting pharmaceutical stakeholders from the EU and Latin America<sup>168</sup>. High-level forums and substantial planned or already ongoing investments by European companies in the region, such as BioNTech, Sanofi, Bayer, Merck and Evotec, mark pivotal advancements. Additionally, the EU-Central America Business Forum on Innovation in the Pharmaceutical Sector and missions planned to map regulatory challenges in several countries which will contribute to regulatory advancements. The EU prioritizes partnerships for equitable access to health technologies in Latin America, evident in projects like the Regional MIP-supported initiative with PAHO/WHO and the 2022 GIZ study on transnational cooperation. Future collaborative efforts involve the EU-CELAC Strategic Roadmap for RTD, exploration of partnerships with other EU services, and sustained engagement with health agencies for enhanced dialogue and cooperation.

---

<sup>166</sup> <https://academic.oup.com/eurpub/article/33/4/553/7191226>

<sup>167</sup> [https://international-partnerships.ec.europa.eu/news-and-events/news/eu-latin-america-and-caribbean-partnership-manufacturing-vaccines-medicines-and-health-technologies-2022-06-22\\_en](https://international-partnerships.ec.europa.eu/news-and-events/news/eu-latin-america-and-caribbean-partnership-manufacturing-vaccines-medicines-and-health-technologies-2022-06-22_en)

<sup>168</sup> [https://international-partnerships.ec.europa.eu/news-and-events/events/eu-latin-america-and-caribbean-marketplace-pharmaceuticals-2023-02-02\\_en](https://international-partnerships.ec.europa.eu/news-and-events/events/eu-latin-america-and-caribbean-marketplace-pharmaceuticals-2023-02-02_en)

## **G-20's focus on global health challenges under the Brazilian 2024 presidency: synergies with the EU GH Strategy**

There are good reasons for incorporating global health governance (GHG) into the G20 agenda<sup>169</sup>, highlighting the G20's successful responses to the financial crisis and its potential to address broader global challenges, despite its exclusive nature. The G20 has come a long way to bridge the North-South views and to highlight the positive impact of health on inclusive economic growth and social cohesion. It has also and should continue to support the central role of an effective and accountable World Health Organisation at the core of the multilateral health system, and the importance of adequately resourced capacity of WHO to effectively play its normative role.

Brazil, holding the 2024 G20 Health Working Group (HWG) Presidency, aims to strengthen the group's role in addressing multilateral issues, emphasizing the achievement of the Sustainable Development Goals, universal health coverage, and resilient and inclusive national health systems, particularly focusing on primary health care. The overarching goal is to build resilient health systems globally through enhanced international cooperation, in line with the EU GH Strategy. Thematic priorities include pandemic prevention, preparedness and response, equity in health, digital health, as well as climate change and health, with a similarity to those of the EU. Brazil aims to build on previous G20 discussions, foster common positions, avoid duplication, and emphasize the WHO's central role in global health governance, also of critical value in the EU GH vision and strategy.

The priorities outlined by Brazil for its G20 Health Working Group (HWG) Presidency reflect a comprehensive approach to global health challenges. Pandemic Prevention, Preparedness, and Response (PPPR) remains in the focus, with a particular emphasis on supporting diversified local and regional production of health products promoting solidarity, increasing health resilience and preparedness and fostering equitable access to medical countermeasures.

Digital Health emerges as a transformative force, with Brazil advocating for its responsible integration and using the opportunities it affords for achieving universal health coverage. The emphasis is on scalability, accessibility, and efficiency, harnessing technologies like AI and telehealth. The importance of a patient-centred approach is underlined albeit without reference to key requirements for robust data protection, privacy and security norms. It underscores the importance of strengthening digital infrastructure, ensuring capacity building, and fostering a culture of digital interventions to tackle health inequities.

Equity in health is a core concern, with a focus on addressing disparities in access to health innovations and technologies. Brazil highlights the stark imbalance in health research and development between high and low-income countries. The G20 is seen as playing a potentially important role in developing innovative solutions, fostering cooperation to enhance access to innovations and advance Sustainable Development Goals.

Climate Change and Health form another critical pillar, acknowledging the disproportionate impact on vulnerable populations. Brazil calls for a comprehensive approach, recognizing the cascading effects on public health and healthcare systems. The intersection of

---

<sup>169</sup> <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7122370/>

climate change, health, and equity is emphasized, with a focus on adaptation capacity, technological access, and multisectoral collaboration.

Throughout, Brazil underscores the interconnectedness of these priorities, urging collaborative efforts among G20 countries and regions to address global health challenges comprehensively, promote sustainable development, and ensure universal health coverage.

On more concrete actions, Brazil proposes the establishment of an *Alliance for Regional Production and Innovation*, connecting stakeholders in developing vaccines, treatments, and health inputs for socially determined/neglected diseases/communities. This alliance aims to bridge market gaps, expand regional production, promote equity, incorporate digital health innovations, and address the climate change impact on health.

Secondly, Brazil proposes a systematic approach to the *Global Initiative on Digital Health* (GIDH) established by the WHO during India's G20 Presidency as one of their flagships G20 health deliverables. The focus is on refining GIDH goals, fostering coordination, and hosting high-level seminars on *Artificial Intelligence and Telehealth*, aligned with existing frameworks.

The third proposal involves a *high-level seminar on climate change and health equity*. Brazil aims to explore the adverse health effects of climate change, emphasizing infectious diseases, heatwaves, water scarcity, and mental health. Additionally, Brazil highlights the need for stronger implementation of One Health commitments, focusing on governance, coordination, and knowledge sharing to address global challenges at the human-animal-environment interface. The One-Health approach and importantly, a strong focus on prevention resonate very well with the EU priorities in global PPPR. G20 commitment to continue previous work addressing the global challenge of anti-microbial resistance (AMR) is also imperative and it should provide useful support in the run up to this year's UN High-Level Meeting on AMR.

By proposing initiatives that synergize across multiple priorities, Brazil seeks to create a comprehensive and interconnected framework for addressing global health challenges during its G20 Health Working Group Presidency in 2024. As shown above, while they may have certain specificities and different approaches, the *EU's GHS and Brazil's vision for the G20 health track offer important areas of convergence* and there is a clear *opportunity to work together, build partnerships across divides and join efforts*, and actions towards improved health and *wellbeing, leaving no one behind*. *2024 will also be an important year in terms of work to strengthen pandemic rules and step up the fight against AMR, in a One Health approach*. For this purpose, agreement by the international community on a robust *Pandemic agreement would add an important tool* to support the prevention, preparedness, early detection, and effective and equitable response to future epidemics, including through the integration of a One Health approach.

Finally, the world faces unprecedented crises, including expanding and protracted conflicts, the aftermath of COVID-19, economic uncertainty, growing inequities across and within countries, climate-related events, food and soon water insecurity. These challenges reveal shortcomings in global leadership and governance. This poly crisis overwhelms societies and demands bold approaches, as Brazil and the European Union can join hands within the G20, for transitioning from inequity and violence to *peace and health equity* toward overall well-being<sup>170</sup>.

---

<sup>170</sup> [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(23\)01348-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(23)01348-X/fulltext)

## Caso encerrado

**Santiago Alcázar**

Em 17 de março de 2023, o Tribunal Penal Internacional emitiu mandado de prisão contra o Presidente Wladimir Putin<sup>171</sup> por deportação forçada de crianças de áreas da Ucrânia atualmente ocupadas pela Rússia. O Tribunal também acusa Putin de transferência ilegal dessas crianças ao território russo.

O Tribunal sustenta a sentença com base nos artigos 8(2)(a)(vii) e 8(2)(b)(viii) do Estatuto de Roma. Os artigos em questão expressam o seguinte:

- i) Artigo 8(2)(a)(vii) – Deportação ilícita ou transferência ou confinamento ilícito;*
- ii) Artigo 8(2)(b)(viii) – A transferência, direta ou indireta, pelo país ocupante, de parte de sua própria população civil ao território que ocupa, ou a deportação ou a transferência de toda ou parte da população da área ocupada à área ou território externos à área ocupada.*

A redação é obscura e difícil de entender. O juristiguês, como se sabe, é um idioma fechado, de origem incerta, próximo ou distante do português, segundo as circunstâncias particulares do caso. O que tem que ser retido da sentença, no entanto, é fácil de entender. Putin foi condenado pelo Tribunal por ter transferido crianças da Ucrânia para a Rússia.

- É mais que evidente que se trata de um crime. Quem transfere crianças? Um criminoso. Caso encerrado!
- Ou quase. E se as crianças, em zona de guerra, foram transferidas, por razões humanitárias, para zonas protegidas?
- Absurdo! As crianças não podem ser separadas de seus país. Caso encerrado!
- Mas, é se as crianças transferidas eram todas órfãs de guerra?
- Absurdo! Sempre há alguém que responde pelas crianças. Caso encerrado!
- O que caracteriza um estado de guerra é justamente a reviravolta de tudo o que achamos que é normal. É provável que não haja ninguém respondendo pelas crianças.
- Absurdo! O Putin é um criminoso de guerra. Caso encerrado!
- Como chegaram a essa conclusão tão rapidamente? Houve alguma investigação independente?
- Absurdo! Não precisa de investigação independente. Confiamos no que nos dizem os ucranianos. Caso encerrado!
- Mas em estado de guerra, a verdade é a primeira vítima. Como é que se sabe se não houve uma investigação independente? Talvez se trate de um resgate humanitário de crianças.

---

<sup>171</sup> O leitor curioso poderá acessar o site da Corte Internacional de Justiça em: <https://www.icj-cij.org/home>; o blog europeu sobre Direito Internacional em: <https://www.ejiltalk.org/icj-delivers-preliminary-objections-judgment-in-the-ukraine-v-russia-genocide-case-ukraine-loses-on-the-most-important-aspects/>; e o Estatuto de Roma em: <https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/RS-Eng.pdf>



- Absurdo! O Estatuto de Roma não contempla resgates humanitários. Caso encerrado!
- Li outro dia que a Corte Internacional de Justiça, não confundir com o Tribunal Penal Internacional, emitiu juízo sobre as objeções preliminares da Rússia sobre a admissibilidade de genocídio que a Ucrânia levantou contra aquele país.
- Coisa confusa. Tenho dificuldades com o juristiguês.
- Quem não as tem? Em todo caso dá para dizer o mesmo de maneira simples. Os russos alegam que invadiram a Ucrânia porque o regime de Kiev cometeu genocídio de 2014 a 2022 contra as populações de etnia russa nas regiões de Donesk e Lugansk. Os ucranianos então acusaram a Rússia de cometer genocídio ao invadir o país.
- Os dois se acusavam do mesmo crime?
- Sim.
- Como naqueles casamentos que não dão certo?
- Exato! Ou pior.
- Pior? Absurdo! Qual foi a sentença da Corte?
- A sentença da Corte é uma peça da opereta do torniquete da parafuseta virada, em juristiguês castiço.
- Impossível de entender, então?
- Impossível! Graças a Deus, a mia tia de Alegrete acompanha o blog do Diário Europeu sobre Direito Internacional.
- Por que ela acompanha esse blog?
- Não sei, mas ela faz uns quitutes de comer ajoelhado.
- Vou a Alegrete.
- Absurdo! Não acabamos de conversar.
- Bom! E então?
- Então que o Marko Milanovic, que deve ser mais inteligente que Einstein, disse que a decisão da Corte representa uma derrota feia para a Ucrânia.
- Por que?
- Porque a Corte não considera genocídio o “uso de força” em situação de guerra, o que parece evidente. Por 12 votos a 4, a Corte reconheceu as objeções preliminares da Rússia que alegações falsas de genocídio e uso de força baseadas naquelas alegações caem fora do escopo da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio.
- E por conta dessa sentença a Ucrânia sofre uma derrota feia?
- Por isso e pela decisão de ter de examinar se a Ucrânia cometeu genocídio nas regiões de Donesk e Lugansk.
- Ou seja, deu tudo errado?
- Deu tudo errado para a Ucrânia, bem como para os quase 40 países que apoiaram a moção.
- The usual suspects?
- The usual suspects!

- Mas isso quer dizer que se a Corte decidir que a Ucrânia cometeu genocídio, cai por terra o argumento dessa turma de que a Rússia invadiu a Ucrânia sem nenhum motivo. É isso?
- É exatamente isso. A Rússia ficaria com a imagem restaurada. Os maus eram os outros. E fica ameaçada a sentença do Tribunal Penal Internacional, uma vez que, não tendo havido investigação independente, é possível, veja bem, possível, não provável, que o caso tenha sido “ajustado”.
- Ajustado? Creio que já vi isso em algum lugar. Ajustado! Interessante!
- Desastre! Pois fica a pergunta: porque o Tribunal Penal não aplica os seus dispositivos contra os criminosos que, à luz do dia, assassinam palestinos em Gaza e na Cisjordânia?
- Absurdo! Seria o fim da ordem internacional.
- Ordem internacional? Absurdo! Caso encerrado!

**Sai 2023, entra 2024 e avança o choque de civilizações. A profecia *Huntingtoniana* se concretizando**

***End 2023, enter 2024 and the clash of civilizations advances. The Huntingtonian prophecy coming true***

**Lucia Marques**

**Resumo.** Sai 2023, entra 2024. Guerras políticas, ideológicas, religiosas, étnicas, econômicas e tecnológicas continuam. E cada vez mais acirradas, envolvendo cada vez mais atores, o que torna mais difícil alcançar um bom termo, quiçá, uma paz. Mais de 70 eleições em todo o mundo em países que abrigam mais da metade da população global; entre elas, a eleição americana, com dois candidatos já conhecidos por sua política externa belicosa, e que terá sérias consequências para o mundo, mais uma vez. Vemos dezenas de tabuleiros e jogos, sanções econômicas, ações militares diretas ou por procuração e interesses ocultos. E um mundo cada vez mais dividido. Cresce o choque de civilizações. E nos faz refletir sobre a teoria proposta em 1993 pelo sociólogo e cientista político americano, Samuel Philip Huntington, sobre choque de civilizações. Segundo ele, as pretensões universalistas do Ocidente o levariam cada vez mais para o confronto com outras civilizações, em especial, com o Islã e a China. O autor já falava sobre o ressurgimento das culturas não-ocidentais, do crescimento do sentimento interno das próprias civilizações. Esse cenário de choque de civilizações se soma à realidade das múltiplas crises climática e econômica, à geopolítica em mutação, à guerra midiática e à incapacidade do sistema ONU, igual desde sua criação, de ser o interlocutor forte que o mundo não-hegemônico e multipolar precisa.

**Palavras chaves:** Choque de civilizações, guerra midiática, Gaza, Huntington

**Abstract:** *Exit 2023, enter 2024. Political, ideological, religious, ethnic, economic and technological wars continue. And increasingly fierce, involving more actors, which makes it more difficult to reach a good agreement, perhaps peace. More than 70 elections around the world in countries home to more than half of the global population; among them, the American election, with two candidates already known for their bellicose foreign policy, and which will have serious consequences for the world, once again. We see proposals for boards and games, economic assessments, direct or proxy military actions and hidden interests. And an increasingly divided world.*

*The clash of civilizations grows. And it makes us reflect on the theory proposed in 1993 by the American sociologist and political scientist, Samuel Philip Huntington, about the clash of civilizations. According to him, the universalist pretensions of the West would increasingly lead it into confrontation with other civilizations with o Island and China. The author has already spoken about the resurgence of non-Western cultures, the growth of the inner feeling of civilizations themselves. This scenario of clash of civilizations adds to the reality of multiple climate and economic crises, changing geopolitics, media war and the inability of the UN system, equal since its creation, to be the strong interlocutor that the non-hegemonic and multipolar world necessary.*

**Keywords:** *Clash of civilizations, media war, Gaza, Huntington*

***Vivemos a falta de urgência para a paz***<sup>172</sup>

Iniciamos 2024 com um sentimento de *déjà vu*, e a sensação de que “já vimos esse filme” e, ao mesmo tempo, a certeza de que o final é uma incógnita. Guerras políticas, ideológicas, religiosas, étnicas, econômicas e tecnológicas continuam. E cada vez mais acirradas, envolvendo cada vez mais atores, o que torna mais difícil alcançar um bom termo, quiçá, uma paz. Mais de 70 eleições em todo o mundo em países que abrigam mais da metade da população global; entre elas, a eleição americana, com dois candidatos já conhecidos por sua política externa belicosa, e que terá consequências para o mundo, mais uma vez. Vemos dezenas de tabuleiros e jogos, sanções econômicas, ações militares diretas ou por procuração e interesses ocultos. E um mundo cada vez mais dividido.

Cresce o choque de civilizações. E nos faz refletir sobre a teoria proposta há mais de 40 anos pelo sociólogo e cientista político americano, Samuel Philip Huntington, sobre choque de civilizações<sup>173</sup>. Segundo ele, as identidades culturais e religiosas dos povos seriam a principal fonte de conflito no mundo pós-Guerra Fria. Para o autor, as pretensões universalistas do Ocidente o levariam cada vez mais para o confronto com outras civilizações, em especial, com o Islã e a China. O autor já falava sobre o **ressurgimento** das culturas não-ocidentais, do crescimento do sentimento interno das próprias civilizações, em especial na Ásia, ou seja, a desocidentalização de muitos países.<sup>174</sup>

Em seus trabalhos, Huntington também reflete sobre a militarização da sociedade; para ele “intervenções militares são sintomas da decadência política, decorrente do desequilíbrio entre mobilização social e institucionalização política”, isto é, se a mobilização social é mais rápida do que o desenvolvimento econômico, tem-se a frustração social – entram em cena, com força, as religiões e suas múltiplas vertentes, os grupos fundamentalistas e líderes de extrema direita; se o desenvolvimento econômico é maior que as oportunidades de mobilidade social ascendente, tem-se crescente participação política – e cresce o conflito ideológico: “de que lado você está?”; se a participação política excede o permitido grau de institucionalização política, tem-se a instabilidade.<sup>175</sup>

O que ele não previu foi a guerra midiática que contribui para o agravamento dessa guerra de civilizações – ganhou força na guerra na Ucrânia e chega a um nível preocupante com

---

<sup>172</sup> Embaixador Celso Amorim, em 2022, na [palestra](#) “Terra em transe: os riscos e oportunidades da nova ordem mundial.

<sup>173</sup> “O Choque de Civilizações e a recomposição da nova ordem mundial” é um ensaio incisivo e profético sobre a nova ordem mundial. Publicado pela primeira vez, em 1993 na revista *'Foreign Affairs'*, ganhou edição brasileira pela Objetiva; 1ª edição (1 janeiro 1997). Neste link é possível acessar o livro em pdf [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5639787/mod\\_resource/content/1/samuel\\_huntington\\_-\\_o\\_choque\\_de\\_civilizacoes1.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5639787/mod_resource/content/1/samuel_huntington_-_o_choque_de_civilizacoes1.pdf)

<sup>174</sup> Ao longo dos informes de 2022 e 2023 pudemos observar o processo de desocidentalização e desestadunização por parte dos países da Ásia, bem como do Oriente Médio e África. Marques, L. **O Oriente Médio e Ásia Pacífico: similaridades os aproximam na nova ordem mundial**. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz – Informe 8-2022, p. 166-178](#). E **O centro de mundo se deslocando para a Ásia e o Sul Global ficando mais poderoso**. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 3-2023, p. 183-193](#).

<sup>175</sup> Ver **Anexos do Professor Lejeune Mirhan** (internacionalista, especialista em Oriente Médio), in: Carvalho, José Reinaldo. *Conflitos Internacionais em um mundo globalizado – 3.ed., rev. e ampl. –* Campinas, SP: Aparte, 2021. P. 567.

a guerra de Israel. Quando cresce o ódio nacionalista, acaba a solidariedade entre povos. As tecnologias digitais, a Inteligência Artificial (IA), as redes sociais e a facilidade de acesso e a rapidez que as informações são disponibilizadas têm provocado tantas desinformações, desentendimentos e agravos, linchamentos e bullyings virtuais e físicos e suicídios.

É o cenário que vemos e vivemos atualmente.

Vivemos a transição entre o mundo unipolar e o multipolar. De um lado, blocos como BRICS+ e Organização para Cooperação de Xangai, por exemplo, que se ampliam e estabelecem caminhos e colaborações fortalecendo seus países e suas regiões – embora ainda mantenham fortes relações com os países do Ocidente, buscam independência do dólar, criam alternativas para comercialização e escapar das sanções impostas pelos EUA e Europa. De outro, o Ocidente, liderado por um império estadunidense em crise e, de certa forma, decadente – ainda falando em democracia liberal e tentando impor sua ideologia e modelo de capitalismo – ver Informes 13-2023<sup>176</sup> e 15-2023<sup>177</sup> dos Cadernos CRIS-Fiocruz. Observamos que a América é hoje mais uma potência militar que uma potência econômica, embora ela ainda seja forte.<sup>178</sup> Fica mais evidente a diferença de estilos entre o Ocidente e o Oriente. A China enfatiza a paz e harmonia, a economia ganha-ganha e busca um mundo multilateral. EUA seguem movendo suas guerras por procuração, econômica, ideológica, tecnológica em nome da paz no mundo, mas, na verdade, em nome da sua hegemonia, que agoniza.

Frente à desgastada hegemonia ocidental, à falta de confiança na América e a entrada de novos atores no cenário internacional, os países da **Ásia, África e Oriente Médio** estabelecem parcerias e se reorganizam para traçar seus próprios rumos, para avançar em suas agendas, buscando estabilidade, progresso, recuperação econômica, parcerias tecnológicas para um futuro verde, saudável e interconectado. E, à medida em que as relações foram se aprofundando e consolidando, os países dessas regiões deram mais um passo para tornarem-se fortes frente aos desafios globais: o intercâmbio cultural, turismo e capacitação passaram a fazer parte dos novos planos de trabalho e de cooperação, como uma oportunidade para alcançar a prosperidade e o crescimento para os países e povos das regiões.

Nestes tempos de fobias e divisões geopolíticas, as nações do Sul global vêm a cultura como uma ferramenta para fortalecer laços de identidade, de união, parceria e respeito, podendo reduzir as tensões políticas regionais e internacionais. Esse novo e estratégico diálogo entre as nações dessas regiões tão diversas, mas com muitas similaridades, pode desempenhar um papel de liderança para promover uma cultura de paz, tolerância e compreensão mútua, e assim, avançar juntos em suas agendas. Assistimos a um movimento em direção ao oriente, não só econômica e tecnologicamente, mas culturalmente. Vemos o ocidentocentrismo do século

---

<sup>176</sup> Marques, L. **Fortalecimento do novo Global Globe e uma possível fusão de organizações multipolares: OCX, BRICS+ e UEE conectadas geoeconomicamente pela BRI e pelo INSTC.** In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 13-2023. P. 149-161.](#)

<sup>177</sup> Marques, L. **A “selva” está se tornando independente do “jardim”: outras reflexões sobre BRICS+6.** In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe-15-2023. P. 243-249.](#)

<sup>178</sup> Murad, Jamil. **Prefácio à 3ª Edição.** In: Carvalho, José Reinaldo. *Conflitos Internacionais em um mundo globalizado* – 3.ed., rev. e ampl. – Campinas, SP: Aparte, 2021. P. 12.

XX e a ideia de superioridade ocidental perderem força.<sup>179</sup> O Oriente começa a “se valorizar” - se é que podemos escrever assim – e começa a perceber seu poder.<sup>180</sup>

Esse cenário de choque de civilizações se soma à realidade das múltiplas crises climática, e econômica, à geopolítica em mutação e à incapacidade do sistema ONU, igual desde sua criação, de ser o interlocutor forte que o mundo não-hegemônico e multipolar precisa. Os conflitos seguem – são mais de 110 no mundo<sup>181</sup>. A guerra na Ucrânia segue. O massacre de vidas palestinas na Faixa de Gaza, segue. Saem de cena as acusações de espionagem, entra em cena a guerra midiática. Eleições americanas disputadas pelos mesmo políticos – Donald Trump e Joe Biden -, sinalizando claramente dois caminhos nas consequências globais e nenhum é tranquilizador. A guerra não militar entre EUA e China também segue.

E a [primeira reunião](#) dos países do BRICS e seus novos membros (Egito, Irã, Emirados Árabes, Arábia Saudita e Etiópia) de 2024, sob a presidência da Rússia, aconteceu em Moscou. O encontro *Sherpas e Sous-Sherpas*<sup>182</sup> foi liderado pelo Chanceler russo, Sergey Lavrov, que afirmou que “vemos no BRICS+ um protótipo de um mundo multipolar” e completou que BRICS+ é capaz de moldar a agenda Global.<sup>183</sup> Especialistas afirmam que os 10 países do bloco terão mais peso na ONU, no G20, na OMC – são países que representam quase 50 por cento da população mundial e mais de 50 por cento do potencial industrial, agrícola e científico do mundo. São países mais abertos ao desenvolvimento moderno e inovador de alta tecnologia. O que nos leva a refletir sobre como essa configuração fortalece o Sul Global e corrobora a “profecia” de Huntington – são países da Ásia, África, América e Oriente Médio que buscam diálogo, segurança, desenvolvimento e cooperação.<sup>184</sup>

### Os pontos de atenção para 2024: riscos e oportunidades

Como faz todo início de ano, o editor de The World Ahead, Tom Standage, aponta as [10 tendências para acompanhar em 2024](#). Em 2023, a publicação teve mais acertos que a análise de riscos produzida pelo Fórum Econômico de Davos para o mesmo período (ver Informe 22/2023)<sup>185</sup>.

Para Standage, seja o recrudescimento dos conflitos armados, o redesenho do mapa global de recursos energéticos ou o rápido progresso na Inteligência Artificial (IA), o mundo está mudando à velocidade da luz. Da situação no Oriente Médio à adoção de veículos elétricos ao tratamento da obesidade, as coisas parecem muito diferentes do que acontecia há um ou dois anos. As eleições nacionais ao redor do mundo (em mais de 70 países, com destaque para EUA, Bangladesh, Índia, Indonésia, México, Paquistão, Reino Unido) colocarão um holofote sobre o estado global da democracia. Para ele, as eleições americanas não terão consequências somente

---

<sup>179</sup> Marques, L. **O centro de mundo se deslocando para a Ásia e o Sul Global ficando mais poderoso.** In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 3-2023, p. 183-193.](#)

<sup>180</sup> Embora o conceito de poder em assuntos internacionais estejam ligados a medições como PIB, demográficas e militares (**Baldwin**), o poder do Oriente está avançando para além da propriedade, do ter, avança para a relação, isto é ligado à sua capacidade de construir alianças e valorizar o multilateralismo

<sup>181</sup> Segundo Geneva Academy, Instituto da Universidade de Genebra - <https://geneva-academy.ch/galleries/today-s-armed-conflicts>

<sup>182</sup> Os *Sherpas* são o elo entre líderes políticos e negociadores diplomáticos – em sua maioria, ministros das Relações Exteriores ou de Negócio Estrangeiros..

<sup>183</sup> <https://tvbrics.com/en/news/sergey-lavrov-brics-is-capable-of-shaping-the-global-agenda/>

<sup>184</sup> <https://tvbrics.com/en/news/iran-s-accession-to-brics/>

<sup>185</sup> Marques, L. **A agressiva e desumana guerra Israel-Hamas não fazia parte das listas de riscos para 2023 – nem para a próxima década!** In: [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 22-203. P. 237-245.](#)



O [Relatório de Riscos Global 2024](#) do Fórum Econômico de Davos traz dados e análise semelhantes: uma divisão mais profunda no cenário internacional entre múltiplos polos de poder e entre o Norte e o Sul Global paralisaria os mecanismos de governança internacional. E, à medida que cresce a insatisfação com o domínio contínuo do Norte Global, um conjunto em evolução de Estados buscará uma influência mais crucial no cenário global em vários domínios, afirmando seu poder em termos militares, tecnológicos e econômicos.

### **Gaza – 120 dias de morte, destruição e deslocamento e uma guerra midiática dividindo lados e afetando a ajuda humanitária**

Após a acusação de que membros da Agência da ONU *de Assistência e Obras* para Refugiados da Palestina (*UNRWA*, em inglês), várias organizações não-governamentais e ligadas aos direitos-humanos se manifestaram pela retomada dos financiamentos e saudaram o anúncio de uma investigação séria e isenta sobre o alegado envolvimento de um pequeno número de funcionários da ONU nos ataques de 7 de Outubro – [declaração conjunta](#). As denúncias não devem provocar a redução ou suspensão das contribuições imprescindíveis ao funcionamento da agência que é o principal fornecedor de ajuda a milhões de palestinos em Gaza e na região. Isto ocorre no meio de uma catástrofe humanitária que se agrava rapidamente em Gaza.

O diretor da Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou, em uma coletiva de imprensa,<sup>189</sup> que a interrupção do financiamento da agência da ONU para refugiados palestinos traria consequências catastróficas para a população da Faixa de Gaza, devastada pela guerra. "Nenhuma outra entidade tem a capacidade de fornecer a escala e a amplitude da assistência que 2,2 milhões de pessoas em Gaza precisam urgentemente", disse Tedros Adhanom Ghebreyesus "Apelamos para que esses anúncios sejam reconsiderados", acrescentou, referindo-se às decisões de vários países de suspender o financiamento da agência da ONU após acusações de que alguns funcionários da agência participaram do ataque de 7 de outubro por militantes do Hamas.<sup>190</sup>

Em meio a essas acusações, os 17 juízes do Tribunal de Haia deram seu veredito parcial sobre a acusação de genocídio feita pela África do Sul a Israel. As duas decisões mais importantes: 1. Não engavetaram a acusação. 2. Não determinaram o fim da guerra.<sup>191</sup>

Acusado de cometer genocídio contra palestinos, Israel insistiu em Haia que sua guerra em Gaza é uma legítima defesa de seu povo e que são militantes do Hamas os culpados de genocídio. Considerando que, mesmo quando agem em legítima defesa, os países são obrigados pelo direito internacional a seguir as regras da guerra, e os juízes devem decidir se Israel o faz. Tel Aviv costuma boicotar tribunais internacionais e investigações da ONU, dizendo que são injustos e tendenciosos. Mas, desta vez, os líderes israelenses deram o raro passo de enviar uma equipe jurídica de alto nível - um sinal de quão seriamente eles consideram o caso e provavelmente seu medo de que qualquer ordem judicial para interromper as operações seja

---

<sup>189</sup> [https://www.terra.com.br/noticias/mundo/chefe-da-oms-diz-que-parar-financiamento-da-unrwa-tera-consequencias-catastroficas,8a1ab9fcac13c60ee609ad90f86c99efv2pl89w7.html?utm\\_source=clipboard](https://www.terra.com.br/noticias/mundo/chefe-da-oms-diz-que-parar-financiamento-da-unrwa-tera-consequencias-catastroficas,8a1ab9fcac13c60ee609ad90f86c99efv2pl89w7.html?utm_source=clipboard)

<sup>190</sup> Devemos lembrar que o Hamas e a Jihad Islâmica sequer existiam antes da ocupação israelense, então é um fato que eles são resultado da ocupação. Em outras palavras, a opressão ajudou a fomentar a criação destes grupos (<https://twitter.com/Joaokm/status/1711042133262479467> )

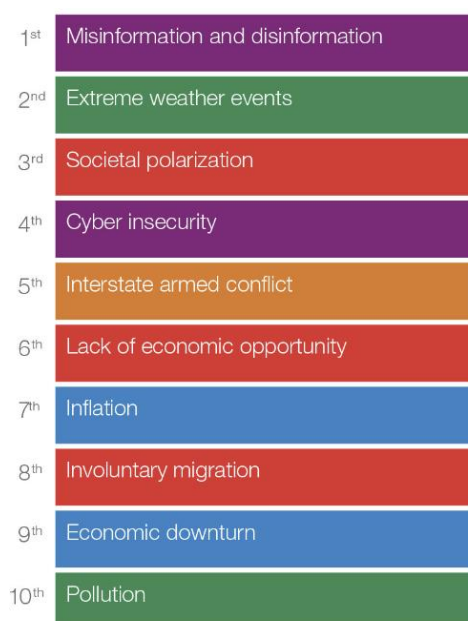
<sup>191</sup> <https://twitter.com/Joaokm/status/1750880098264252829?s=20>



um grande golpe para a posição internacional do país. Saiba mais em [Caso de genocídio na CIJ: Israel se defende em tribunal mundial | AP Notícias \(apnews.com\)](#)

Desde o início da guerra, a desinformação e manipulação das mídias por ambos os lados e seus aliados buscam dividir opiniões. Durante a pandemia da Covid-19 o mundo vivenciou esse tipo de manipulação da opinião pública, dividindo os que defendiam a ciência e os que acreditavam em toda sorte de ficção. Como já sabemos, a guerra midiática também pode matar.

O [Relatório de Riscos Globais 2024](#), do Fórum Econômico de Davos, aponta como risco global mais grave a desinformação e a informação equivocada. A crescente preocupação é em grande parte impulsionada pelo potencial da IA, nas mãos de maus atores, de inundar os sistemas de informação globais com narrativas falsas.<sup>192</sup> À medida que a polarização cresce e os riscos tecnológicos permanecem sem controle, a "verdade" ficará sob pressão. Confúcio já dizia: “ se a linguagem não for usada com correção. Então o que é dito não é o que se quer dizer. Se o que é dito não é o que se quer dizer, então aquilo que devia ser feito, deixa de sê-lo, se fica por fazer, a moral e arte ficam corrompidas e a justiça age mal. E se a justiça age mal, o povo é conduzido a uma irremediável confusão”.



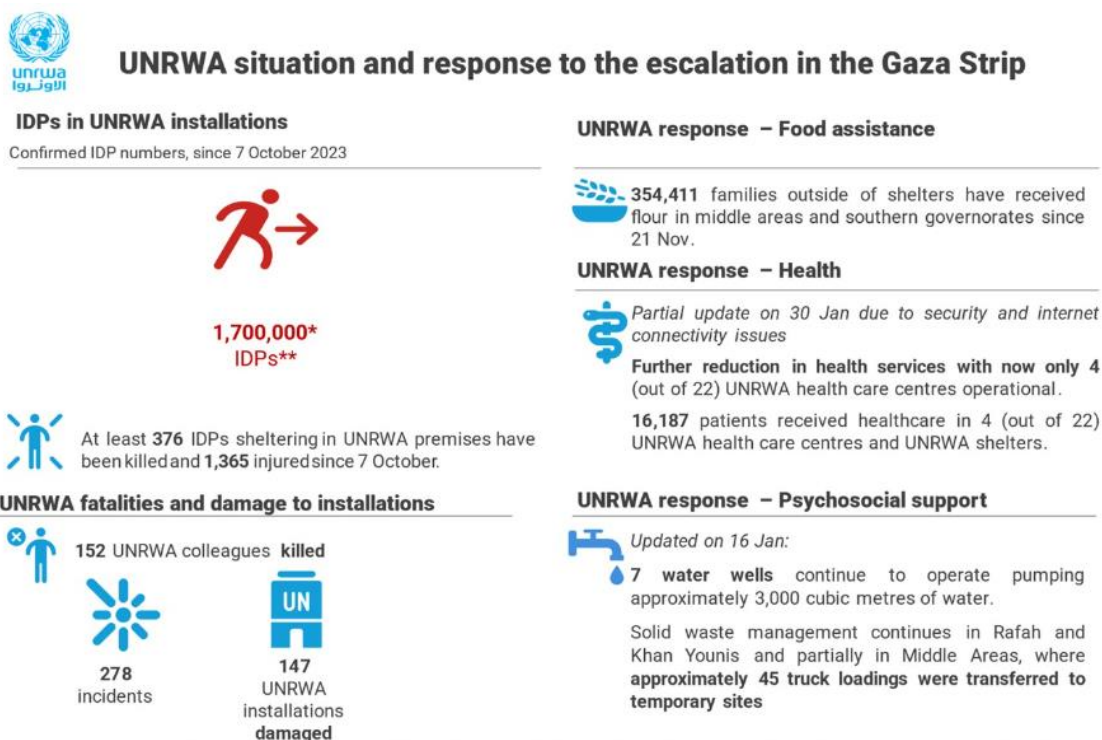
No centro da resposta internacional à ofensiva militar em curso em Gaza está uma complexa guerra midiática marcada por propaganda israelense agressiva, ataques direcionados a jornalistas, narrativas conflitantes da grande mídia e mobilização via mídia social. A cobertura dos meios de comunicação ocidentais sobre a guerra em Gaza tem sido criticada como desequilibrada e unilateral, alimentando a disseminação de desinformação e, muitas vezes, não dando conta do contexto histórico. Juntamente com as campanhas de propaganda lideradas por Israel, a cobertura *mainstream* tem amplamente desinformado a opinião pública sobre a guerra. Em resposta, muitos recorreram às redes sociais, que serviram como uma alternativa crucial para desafiar as narrativas. No entanto, a cobertura baseada em mídia social é complicada pelos esforços sistemáticos contínuos das empresas líderes para censurar o conteúdo palestino em várias plataformas.

O think tank Conselho de Assuntos Globais do Oriente Médio (ME Council) organizou [um fórum](#) sobre *Desinformação, propaganda e narrativas alternativas para moldar opiniões públicas*. Um painel de especialistas discutiu a opinião pública sobre Gaza em meio à ofensiva militar em curso em Israel e à guerra da mídia. Os painelistas examinaram questões como ataques direcionados a jornalistas; narrativas conflitantes da grande mídia; censura, desinformação e desinformação; e mobilização via redes sociais.

<sup>192</sup> [Estes são os maiores riscos globais que enfrentamos em 2024 e além | Fórum Econômico Mundial \(weforum.org\)](#)

## Sobre a real situação nos Territórios Palestinos

A UNRWA divulgou seu [72º relatório](#) sobre a situação atual nos Territórios Palestinos (Cisjordânia e Faixa de Gaza):



<https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-72-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-Jerusalem>

- De acordo com o Ministério da Saúde em Gaza, até 31 de janeiro, pelo menos 26.900 palestinos foram mortos na Faixa de Gaza desde 7 de outubro. Cerca de 70 por cento dos mortos são mulheres e crianças. Outros 65.949 palestinos teriam sido feridos.
- De acordo com o OCHA, entre 7 de outubro de 2023 e 26 de janeiro de 2024, 370 palestinos, incluindo 94 crianças, foram mortos na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental.
- O ano passado (2023) foi o ano mais mortal para os palestinos na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, desde que a ONU começou a registrar vítimas em 2005.

Durante a reunião da 154ª Sessão do *Executive Board* da OMS, ocorrida entre 22 e 27 de janeiro, o diretor geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, apresentou um detalhado [relatório](#), com número e dados da real situação que a população palestina, os trabalhadores da saúde e voluntários das agências e organizações-não-governamentais estão enfrentando. Relata que o deslocamento em massa e contínua de 1,9 milhões de pessoas devido à insegurança e à destruição de infraestrutura civil e habitação levou a uma grave superlotação em abrigos com deficiência de água e instalações sanitárias, aumentando significativamente o risco de surtos de doenças infecciosas. Além das emergências traumáticas, aponta a descontinuidade no tratamento das doenças crônicas, no tratamento dos pacientes com câncer, que se transformam em números indiretos de mortes dessa guerra. O relatório apresentou recomendações e trouxe questões para o Comitê Executivo:

- como pode a assistência humanitária à saúde ser aumentada para satisfazer as necessidades crescentes das populações afetadas no território

palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental? Como podem ser satisfeitas as condições para prestar essa assistência? • Como pode o sistema de saúde do território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, ser salvaguardado e o ambiente necessário para um acesso seguro e digno aos cuidados de saúde ser estabelecido? • O que podem os Estados-Membros fazer para garantir um cessar-fogo humanitário, com vista a apoiar a OMS e os parceiros, na prestação de assistência humanitária?

#### **154.ª Sessão do Conselho Executivo (EB154) – Nomeação dos novos diretores regionais**

Como acontece anualmente, o Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde, que dá execução às decisões e políticas da Assembleia Mundial da Saúde, órgão supremo de decisão da OMS, se reuniu entre os dias 22 e 27 de janeiro para a 154ª Sessão do Conselho Executivo (EB154).<sup>193</sup>

Em seu [discurso de abertura](#), o diretor geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, falou de alegrias a celebrar e de tristezas a lamentar. Destacou as muitas conquistas e marcos, incluindo o fim da COVID-19 e da *mpox* como emergências de saúde globais e falou que também foi um ano de luto; um ano marcado por conflitos, desastres e doenças e mortes evitáveis.

Entre as conquistas, destacou a pré-qualificação de 136 medicamentos, vacinas, diagnósticos e outros produtos; adição de novos medicamentos para esclerose múltipla, câncer e doenças cardiovasculares à Lista de Medicamentos Essenciais; a emissão de oito alertas para produtos médicos de qualidade inferior ou falsificados. Anunciou o reconhecimento de que os sistemas regulatórios da **Turquia** e da **Arábia Saudita** atingiram elevados níveis de maturidade e que a **Coreia do Sul**, **Singapura** e a Suíça foram os três primeiros países a tornarem-se Autoridades Reguladoras listadas pela OMS, tornando-os “reguladores de referência” que cumprem normas e práticas reconhecidas internacionalmente. Comemorou realização da primeira cimeira global sobre medicina tradicional na **Índia**, para apoiar a utilização baseada em evidências, segura, eficaz e sustentável da medicina tradicional, complementar e integrativa.

Também anunciou que o Fundo para a Pandemia está em funcionamento e fez a sua primeira ronda de desembolsos, de 338 milhões de dólares, para 37 países e que a segunda rodada já está em andamento, com financiamento de US\$ 500 milhões.

Destacou como uma de suas prioridades “fortalecer os nossos escritórios nos países de uma forma que nunca foi feita antes”, isto é, valorização da regionais com mais autonomia e mais pessoal capacitado. O Grupo de Ação para Resultados, composto por representantes da OMS de todas as seis regiões, vai desenvolver um plano de seis pontos para atingir esse objetivo.

Encerrou seu discurso falando que 2024 será um ano decisivo para a saúde global e para a nossa OMS. Será um ano de oportunidades.

O que nos leva ao momento de destaque do EB154, que foi a [nomeação dos diretores regionais](#) do Mediterrâneo Oriental (22 países e territórios com 745 milhões de pessoas), Pacífico Ocidental (37 países com quase 1,9 mil milhões de pessoas) e Sudeste Asiático (11 países com mais de 2 mil milhões de pessoas). O processo de eleição e os candidatos foram relatados no informe [Regionais da OMS – Mediterrâneo Oriental, Pacífico Ocidental e Sudeste Asiático -](#)

---

<sup>193</sup> Para saber mais sobre o EB154, leia o capítulo sobre OMS deste informe elaborado por Paula Reges, Luana Bermudez, Luiz Augusto Galvão, Paulo Buss.

[elegem seus novos diretores e não há mais espaço para o \*business-as-usual\* em Cadernos CRIS- Informe 17-2023, p236-245.](#)



OMS / Christopher Black. Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, Dr. Saia Ma'u Piukala, Sra. Saima Wazed e Dra. Hanan Balkhy, na sede da OMS em Genebra, Suíça.

A partir de 1º de fevereiro a Regional para o Mediterrâneo Oriental será dirigida pela Dra. [Hanan Hassan Balkhy](#), da Arábia Saudita; a Sra. [Saima Wazed](#), de Bangladesh, servirá como Diretora Regional para o Sudeste Asiático e a Dr. [Saia Ma'u Piukala](#), de Tonga, que assumirá a direção da Regional para o Pacífico Ocidental. Cada Diretor Regional exerce um mandato de cinco anos, podendo ser reconduzidos para mais cinco anos de mandato. Esses diretores têm autoridade quase total para executar as políticas e programas de saúde da OMS. Por tanto, serão 10 anos de administrações que poderão contribuir para o avanço da saúde nos seus países membros e para uma OMS mais unida (ou não) contra ameaças sanitárias(e políticas) que ainda estão por vir.

Nas três regionais caberá ao novo diretor decidir seguir a abordagem *business as usual* ou ser transformador. E, no contexto atual de disputas geopolíticas e divisões, não há mais espaço para fazer mais do mesmo. Divisões que já vinham sendo observadas nas Assembleias Mundiais da Saúde e das Nações Unidas (UNGA) nos últimos anos, consequências do apartheid das vacinas, das intensificações das sanções aplicadas e das pressões sobre a guerra quente na Ucrânia e sobre a guerra fria contra China.

### **Considerações finais**

Mudanças climáticas, mudanças demográficas, mudanças e aceleração tecnológicas e mudanças na concentração e fontes de poder. Um novo conjunto de condições globais está tomando forma em cada um desses domínios e essas transições serão caracterizadas por incerteza e volatilidade.<sup>194</sup>

As populações vulneráveis enfrentam conflitos letais, do Sudão a Gaza e Israel, além de condições recordes de calor, seca, incêndios florestais e inundações; o descontentamento social é palpável em muitos países, com ciclos de notícias dominados pela polarização, protestos violentos, motins e greves. São cenários nada promissores.

As divisões se aprofundam. O mundo está mudando à velocidade da luz e em desordem. Precisamos entender por que e entender a trajetória que se desenha para este 2024. Principalmente porque, além dos determinantes sociais e econômicos da saúde, estaremos

<sup>194</sup> [Relatório de Riscos Globais 2024 | Fórum Econômico Mundial | Fórum Econômico Mundial \(weforum.org\)](#)

envolvidos com os determinantes políticos e diplomáticos da saúde. Precisamos entender e estar atentos à guerra midiática, ao excesso de informações.

Devemos atentar para as consequências e desdobramentos das eleições nacionais e dos conflitos e desordens crescentes em um mundo cada vez mais multipolar. Em agosto de 2022, o diplomata Celso Amorim, em [palestra](#), falou sobre a falta de urgência da paz. Segundo ele, metaforicamente, vivemos um momento de deslocamento de placas tectônicas, de transe geológico. E a sobrevivência da humanidade está em risco. Ele lembrou a célebre resposta de Albert Einstein, quando perguntado sobre como seria a Terceira Guerra Mundial: não sei como será a *terceira guerra mundial*, mas sei como será a quarta: com pedras e paus.

E, urgentemente, precisamos estar preparados para os momentos decisivos que se aproximam com velocidade da luz: oportunidades colocadas pelas mudanças climáticas e pelo rápido progresso tecnológico.<sup>195</sup>

---

<sup>195</sup> [The World Ahead 2024 \(economist.com\)](#)

## O imbróglio do Oriente Médio<sup>196</sup>

*Cesário Melantonio*

Na reorganização das forças no Oriente Médio promovida pela guerra, ficam evidentes, de um lado, a turbulenta situação de Netanyahu, refém ele próprio de partidos religiosos radicais e altamente impopulares e de outro a relevância adquirida pelo Catar no meio de campo da mediação.

Empenhado em se sobressair e ampliar sua área de influência nessa zona conturbada do mundo, o país hospeda uma representação do Hamas e dá guarida a sua cúpula política, além de sustentar financeiramente o poder público em Gaza o que lhe deu o cacife para negociar concessões junto aos palestinos.

Os cataris iniciaram sua empreitada diplomática há duas décadas intermediando acordos no Iêmen, em 2007, e no Líbano no ano seguinte.

A negociação de agora envolveu diplomatas dos Estados Unidos, França, Holanda e Egito.

O foco de Doha é garantir que Israel e o Hamas cumpram os termos acertados nos acordos.

Até o Irã, inimigo número um de Israel, e maior fornecedor militar do Hamas, sentou-se à mesa de debates. Sua atuação envolve o destino de onze trabalhadores rurais tailandeses presos em Gaza – o governo da Tailândia percebeu que eles não estavam recebendo atenção e apelaram para Teerã que viu na missão uma chance de melhorar a imagem.

Ainda que tenha se concretizado e representado um alívio temporário, a suspensão da guerra por curto período não desatou a crise que se abateu sobre a região.

Pois na verdade Israel teme que o cessar-fogo sirva para que o Hamas se reorganize e faça Tréguas podem ainda intensificar as pressões internacionais sobre Tel Aviv pelo fim do conflito, o que contraria os planos de Netanyahu de só terminar as operações quando extinguir o Hamas, meta quase impossível.

Ao final do conflito, porque ele terá cedo ou tarde um final, o atual governo de Netanyahu deve cair e uma nova administração em Israel terá de encontrar uma saída diplomática para a guerra com o apoio da comunidade internacional e das Nações Unidas.

Apesar das resistências às Nações Unidas do atual governo de Israel que a hostiliza regularmente por condenar os excessos de Netanyahu contra a população civil palestina.

Mais de dois milhões de pessoas sem teto, comida, energia e segurança vão constituir um problema difícil de resolver este ano.

---

<sup>196</sup> Publicado originalmente no Portal Vozes. Disponível em: <https://portalvozes.com/360/o-imbroglio-do-orientes-medio/>. Reproduzido com autorização do autor.

Os países árabes e o mundo islâmico vão certamente tentar ajudar Gaza mas terão necessidade neste esforço de recuperação da ajuda de outros países inclusive do Brasil.

Nossa comunidade de origem árabe estimada em quinze milhões pode eventualmente ajudar nesse processo de reconstrução de Gaza.

O Itamaraty tem condições de agir como ponto focal para canalizar os nossos esforços nesse sentido tanto no Governo quanto junto à sociedade civil brasileira.

E coordenar esses esforços de nossa parte com os organismos internacionais.

Este ano que se inicia com duas guerras devastadoras no oriente médio e na Europa pode marcar o fim dessas hostilidades desde que as partes em conflito e a comunidade internacional privilegiem o diálogo no lugar da guerra.

## **A polêmica sobre a guerra em Gaza no Lancet**

***Paulo Buss, Luiz Eugenio Souza e Santiago Alcázar***

Pesquisadores do CRIS (Buss, Sousa e Alcázar) escreveram ao Lancet em dezembro pedindo paz no Oriente Médio, em nome dos sanitaristas do mundo (*fac simile* da correspondência na próxima página). Um médico canadense (Teitel) rebateu, afirmando que “a guerra é necessária”. A tréplica veio dos mesmos autores do CRIS, com a correspondência abaixo: “guerras nunca são necessárias”. As cartas anteriores estão referidas no texto abaixo e podem ser acessadas no Lancet.

Gaza continua sendo a realização do absurdo. Mortes dos lados, com imensos sofrimentos humanos e impactos ambientais, econômicos e sociais, sob uma indisfarçável motivação política das mais lascivas (Netanyahu em crise, querendo manter-se no poder), com interesses obscenos da indústria armamentista, estímulos inconcebíveis dos governos dos Estados Unidos e muitos países europeus, trazem a certeza que as guerras NUNCA são necessárias e que vivemos uma crise ética monumental.

O embaixador Melantonio chama de embróglio e alerta para a gravíssima escalada regional e global (ver artigo neste Caderno). A OMS faz alertas sucessivos da letalidade em escala poucos vezes alcançada, particularmente de mulheres, crianças e idosos na faixa de Gaza. Os reféns continuam em mãos do Hamas. As negociações avançam na velocidade da incompetência política e da falta de verdadeiro interesse em resolver o conflito dos líderes mundiais e, evidentemente, dos dirigentes de ambos os lados da fronteira.

Até quando irá esta insensatez letal, que deveria envergonhar e mobilizar toda a humanidade?



## Wars are never necessary: Gaza is the best example

Despite agreeing with our defence of peace in Gaza,<sup>1</sup> Jerome Teitel concludes his Correspondence by trying to justify the horrors occurring in Gaza due to Israel's massive bombardment of the civilian population as a "necessary war".<sup>2</sup>

At the time of writing our Correspondence,<sup>3</sup> the episode at Al-Ahli Hospital had just happened. Since then, Israel's military forces have continued to dump explosives without discrimination of targets,<sup>4</sup> killing more than 20 000 people.<sup>5</sup> The bombings have not spared health-care professionals.<sup>6</sup> These attacks have been made in disregard of several resolutions made by the UN Security Council and UN General Assembly, and should be classed as war crimes.

Gaza is the best example that war is unnecessary. Since the war began more than 2 months ago, nothing has been resolved and all impasses remain. The costs of lives lost and survivors' lives destroyed forever are immense. The billions of dollars spent on killing so far could have saved lives, fed and immunised people, recovered the malnourished, built equitable systems, and provided essential medicines in many parts of the world.

We do not want to engage in controversy with Teitel, but call on health professionals and people of goodwill worldwide to advocate in defence of life, which means repelling any war and urging that health be a bridge to peace. Our appeal continues: stop the war and the bloodshed and let health act in the recovery of the injured and those affected mentally and physically.

We declare no competing interests.

Editorial note: The Lancet Group takes a neutral position with respect to territorial claims in published text and institutional affiliations.

\*Luis Eugenio Souza, Paulo Buss, Santiago Alcázar  
[luisaugenio@ufba.br](mailto:luisaugenio@ufba.br)

World Federation of Public Health Associations, Institute of Global Health, University of Geneva Campus Biotech, Geneva 1202, Switzerland (LES); Fiocruz Global Health Center, Rio de Janeiro, Brazil (PB, SA)

1. Buss P, Alcázar S, Souza LE. End the violence and help the victims in Gaza. *Lancet* 2023; **402**: 1622–23.
2. Teitel J. Israel and Gaza: a quick end to a tragic but necessary war. *Lancet* 2023; published online Dec 20. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(23\)02567-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(23)02567-9).
3. Bertrand N, Lillo KB. Exclusive: nearly half of the Israeli munitions dropped on Gaza are imprecise 'dumb bombs,' US intelligence assessment finds. *CNN*. Dec 14, 2023. <https://edition.cnn.com/2023/12/13/politics/intelligence-assessment-dumb-bombs-israel-gaza/index.html> (accessed Dec 28, 2023).
4. Thomas M. Israel Gaza: what Gaza's death toll says about the war. *BBC News*. Dec 20, 2023. <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-67764564> (accessed Dec 28, 2023).
5. Pavekorn R, Caary S. Opening remarks, UN Palais briefing, Dec 21, 2023. <https://www.un.org/press/en/2023/12-21-2023.html> (accessed Dec 28, 2023).



Published Online  
 January 16, 2024  
[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(24\)00013-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(24)00013-8)

Submissions should be made via our electronic submission system at <http://www.elsevier.com/submit>

**PAC Chinês II em ano de festa**  
**Chinese PAC in anniversary year**

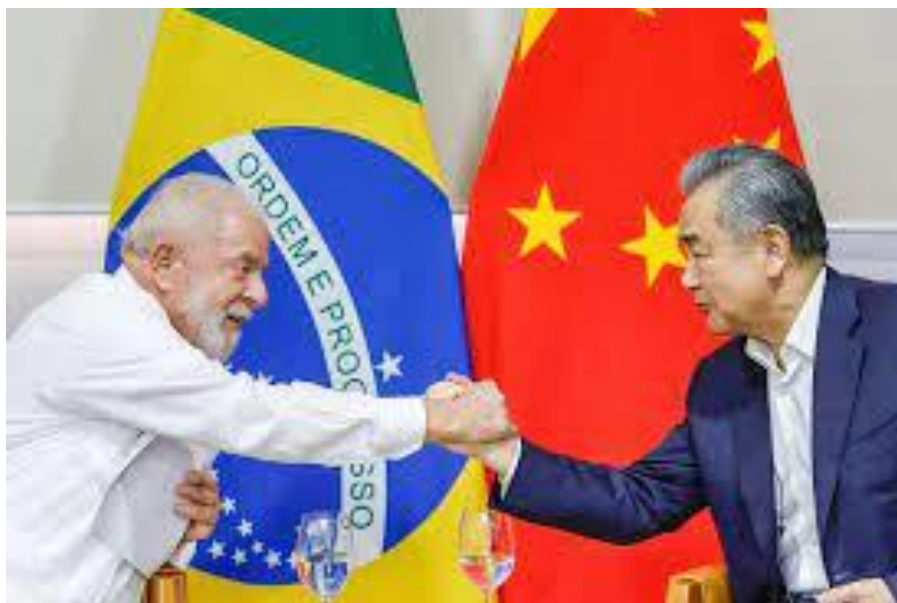
**André Costa Lobato**

**Abstract.** *The Federative Republic of Brazil and the People's Republic of China celebrate 50 years of diplomatic relations, 25 years of the launch of CBERS and 20 years of COSBAN. The year began with Wang Yi's meeting with Lula, Alckmin, Celso Amorim and Mauro Vieira and should culminate with Xi Jinping's visit to Brazil, which will also host the G20. Last month, on January 17 and 28, Wang Yi held the Fourth Meeting of the China-Brazil Global Strategic Dialogue. The two sides announced the extension of the validity of some types of visas from five to ten years. Among the expectations for the 50 years of relations between China and Brazil is the launch of the Sino-Brazilian Center for Research and Prevention of Infectious Diseases. In February the 10<sup>th</sup> begins the year of the Dragon in Chinese calendar.*

**Keywords:** *Diplomacy, Health, Socioeconomic.*

**Resumo.** A República Federativa do Brasil e República Popular da China comemoram 50 anos de relações diplomáticas, 25 anos de lançamento do CBERS e 20 anos de COSBAN. Ano começa com encontro de Wang Yi com Lula, Alckmin, Celso Amorim e Mauro Vieira e deve culminar com visita de Xi Jinping ao Brasil, que também sediará o G20. Mês passado, em 18 e 19 de janeiro, Wang Yi realizou a Quarta Reunião do Diálogo Estratégico Global entre China e Brasil. Os dois lados anunciaram a ampliação de cinco para dez anos a validade de alguns tipos de vistos. Entre as expectativas para os 50 anos de relações entre China e Brasil está o lançamento do centro sino-brasileiro de pesquisa e prevenção de doenças infectocontagiosas. Em 10 de fevereiro começa o Ano do Dragão no calendário chinês.

**Palavras-chave:** Diplomacia, Sanitário, Socioeconômico



## Diplomacia<sup>197198199200201202203</sup>

- Wang Yi, o chefe da diplomacia chinesa, visitou o Brasil em 18 e 19 de janeiro para a Quarta Reunião do Diálogo Estratégico Global entre China e Brasil. Os dois lados anunciaram a ampliação da validade de alguns tipos de visto entre os países de cinco para dez anos. O lado chinês propôs integração entre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Iniciativa Cinturão e Rota. Em 2010 uma leva de acordos assinados durante encontro entre Lula e Hu Jintao foi batizado pela imprensa brasileira de “PAC Chinês”<sup>204205</sup>. A ideia de aliar demanda nacional por infraestrutura com oferta chinesa precede, então, a própria Iniciativa do Cinturão e Rota, que foi lançada em 2012.
- Wang se encontrou com o presidente Lula em Fortaleza, com o vice-presidente Geraldo Alckmin, com Celso Amorim, assessor especial da presidência, e com o chanceler Mauro Vieira. A visita ocorreu após a tradicional viagem dos chanceleres chineses para a África de início de ano. Desta vez, Brasil e Jamaica entraram no roteiro. O presidente chinês Xi Jinping deve vir ao Brasil no segundo semestre.
- Segundo nota do vice-presidente e ministro Alckmin, “Na pauta de nosso diálogo, estão temas como a reforma da governança global e a cooperação bilateral em comércio, investimentos e ciência, tecnologia e inovação. A China é, desde 2009, o maior parceiro comercial do Brasil e uma das principais origens de investimentos em nosso país. Em 2023, as transações com a China foram responsáveis por mais da metade do superávit comercial brasileiro”.
- A chancelaria chinesa lançou quatro notas. Em uma delas diz que Brasil e China, em seus ‘50 anos dourados’, devem expandir a cooperação “do chão de soja até o espaço”.

<sup>197</sup> 王毅会见巴西总统首席特别顾问阿莫林. (2024, January 20). Gov.Cn. [https://www.fmprc.gov.cn/wjbzhd/202401/t20240120\\_11229763.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/wjbzhd/202401/t20240120_11229763.shtml)

<sup>198</sup> 王毅：中巴将携手打造双边关系下一个“黄金50年.” (2024, January 20). Gov.Cn. [https://www.fmprc.gov.cn/wjbzhd/202401/t20240120\\_11229830.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/wjbzhd/202401/t20240120_11229830.shtml)

<sup>199</sup> 中国巴西举行第四次外长级全面战略对话. (2024, January 20). Gov.Cn. [https://www.fmprc.gov.cn/wjbzhd/202401/t20240120\\_11229765.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/wjbzhd/202401/t20240120_11229765.shtml)

<sup>200</sup> 巴西总统卢拉会见王毅. (2024, January 20). Gov.Cn. [https://www.fmprc.gov.cn/wjbzhd/202401/t20240120\\_11229828.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/wjbzhd/202401/t20240120_11229828.shtml)

<sup>201</sup> (N.d.). Gov.Br. Retrieved February 6, 2024, from [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/assinatura-de-acordo-entre-o-brasil-e-a-china-sobre-vistos-de-turismo-e-negocios](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/assinatura-de-acordo-entre-o-brasil-e-a-china-sobre-vistos-de-turismo-e-negocios)

<sup>202</sup> Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi. (2024, January 17). Ministério das Relações Exteriores. [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-do-ministro-dos-negocios-estrangeiros-da-china-wang-yi](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-do-ministro-dos-negocios-estrangeiros-da-china-wang-yi)

<sup>203</sup> (N.d.). Gov.Br. Retrieved February 6, 2024, <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/01/lula-se-reune-com-chanceler-chines-em-encontro-preparatorio-para-visita-do-presidente-da-china>

<sup>204</sup> Folha de S.Paulo - Lula e Hu Jintao anunciam “PAC Chinês” - 16/04/2010. (2010). Com.Br. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1604201002.htm>

<sup>205</sup> BBC News Brasil. (2010, April 15). Brasil e China lançam “PAC chinês” e prometem metas até 2014. BBC. [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/04/100415\\_lulahujintao\\_fp](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/04/100415_lulahujintao_fp)

- Em 2024 Brasil e China comemoram 50 anos de relações diplomáticas, 25 anos do lançamento do primeiro satélite binacional e 20 anos de atividades da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).
- **Expectativas:** Entre as expectativas para os 50 anos de relações entre China e Brasil está o lançamento do centro sino-brasileiro de pesquisa e prevenção de doenças infectocontagiosas. Certamente o centro atende à chamada de “neoindustrialização” brasileira, de soberania do complexo industrial da saúde, além de promover a cooperação entre países em desenvolvimento e do agrupamento BRICS.

### Sanitária



- A Sinovac Biotech, uma das principais fabricantes de vacinas inativadas na China, suspendeu a produção de vacinas contra a COVID-19. A suspensão foi associada à queda da demanda do mercado, segundo informações do grupo de comunicação Hubei Daily. A Sinovac foi responsável por 1/4 do total de 11,5 bilhões de doses do mercado global de vacinas para Covid-19<sup>206</sup>.
- O Centro de Controle de Doenças da China tem monitorado as tendências de contágio do sars-cov-2 durante as viagens de Ano Novo Chinês<sup>207</sup>. São esperadas cerca de 9 bilhões de viagens. É o primeiro feriado de ano novo sem pandemia desde 2019.

<sup>206</sup> 百度安全验证. (n.d.). Baidu.com. Retrieved February 6, 2024, from <https://baijiahao.baidu.com/s?id=1787850260854475550&wfr=spider&for=pc>

<sup>207</sup> 新闻发布会 - 中华人民共和国国家卫生健康委员会. (n.d.). Gov.Cn. Retrieved February 6, 2024, from <http://www.nhc.gov.cn/wjw/xwfbh/xwzb.shtml>

## Socioeconômica

- A ilha de Taiwan realizou eleições para o legislativo<sup>208</sup> e para a presidência<sup>209</sup>. O atual vice-presidente Lai Qingde, do Partido Democrático Progressista (PDP), foi eleito presidente por uma maioria simples de 40% dos votos. O Kuomintang (KMT) ficou com 33% e o Partido do Povo de Taiwan (PPT), com 26%. O PDP tem se colocado como uma voz da política separatista e se alinhado com os interesses dos EUA de fragmentação da República Popular da China. Será o terceiro mandato do partido. Porém, ele não terá maioria no legislativo e, apesar da vitória presidencial, vem encolhendo. Nesse pleito, perdeu 10 cadeiras no parlamento. O KMT ficou com 51 assentos e o PPT, com 8.
- Chen Binhua, porta-voz do Gabinete de Assuntos de Taiwan do Conselho de Estado, disse durante uma conferência de imprensa regular que a República Popular da China “deve substituir a contenção pela troca e substituir o confronto pelo diálogo para alcançar a comunhão pacífica”<sup>210</sup>.

---

<sup>208</sup> Wikipedia contributors. (2024, February 5). 2024 Taiwanese legislative election. Wikipedia, The Free Encyclopedia.

[https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=2024\\_Taiwanese\\_legislative\\_election&oldid=1203706127](https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=2024_Taiwanese_legislative_election&oldid=1203706127)

<sup>209</sup> Wikipedia contributors. (2024a, February 4). 2024 Taiwanese presidential election. Wikipedia, The Free Encyclopedia.

[https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=2024\\_Taiwanese\\_presidential\\_election&oldid=1203264803](https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=2024_Taiwanese_presidential_election&oldid=1203264803)

<sup>210</sup> 百度安全验证. (n.d.-b). Baidu.com. Retrieved February 6, 2024, from <https://baijiahao.baidu.com/s?id=1788306906989883685>

**A atualização do Pefpar enfrenta alguns desafios no processo de reautorização.** A reautorização do Pefpar provocou uma discussão matizada sobre a interação entre saúde global, política externa e prioridades políticas domésticas. Encontrar um equilíbrio delicado entre esses interesses concorrentes é essencial para sustentar o impacto do programa que salva vidas e proteger o bem-estar de milhões de pessoas em todo o mundo.

**Continuam os esforços do presidente Biden para reduzir os preços dos medicamentos.** Depois de enfrentar décadas de oposição, o presidente Biden conseguiu promulgar a Lei de Redução da Inflação que enfrenta as grandes farmacêuticas e dá ao Medicare o poder de negociar os preços dos medicamentos.

**Mês da História Afrodescendente.** Em homenagem ao Mês da História Afrodescendente o Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA (HHS) anunciou seu compromisso com o avanço da equidade de saúde para os afrodescendentes americanos.

**Palavras-chave:** Pefpar, preços de medicamentos, mês da história afrodescendente.

### **Reautorização do Pefpar: um ato de equilíbrio entre saúde global, política externa e política doméstica**

Desde sua criação em 2003, o Plano de Emergência do Presidente para Alívio da Aids (Pepfar) tem desempenhado um papel crucial nos esforços globais dos Estados Unidos para combater o HIV/Aids. Apesar do apoio bipartidário e de seu inegável sucesso em salvar inúmeras vidas, o futuro do programa está na balança à medida que sua reautorização se aproxima de uma conjuntura crítica. Este artigo se aprofundará nas complexidades do processo de reautorização, examinando seu contexto histórico, os argumentos essenciais em jogo, as possíveis consequências e as possíveis soluções. Particularmente preocupante é o polêmico debate em torno da política de aborto, que ameaça inviabilizar os avanços do Pepfar.

O Pepfar, ou Plano de Emergência do Presidente para o Alívio da Aids, foi estabelecido durante a presidência de George W. Bush em 2003. O programa foi criado para combater a epidemia de HIV/AIDS na África Subsaariana e em outras partes do mundo. O Pepfar se destaca porque pode transcender as divisões políticas e angariar apoio de ambos os lados do corredor. Isto permitiu-lhe assegurar financiamento e apoio consistentes durante mais de 18 anos.

O sucesso do Pepfar pode ser atribuído à sua abordagem baseada em dados, parcerias sólidas e compromisso inabalável com os direitos humanos. O programa usa dados para identificar as áreas com maior necessidade, bem como para acompanhar o progresso e medir o impacto das intervenções. O Pepfar também trabalha em estreita colaboração com governos locais, ONGs e outras partes interessadas para construir sistemas de saúde sustentáveis e garantir que os serviços cheguem aos mais importantes.

As intervenções do Pepfar salvaram inúmeras vidas em todo o mundo, fornecendo serviços de tratamento, prevenção e cuidados contra o HIV. Graças a esses esforços, houve uma redução significativa nas mortes relacionadas à AIDS e melhores resultados de saúde pública. O

programa também ajudou a reduzir o estigma e a discriminação contra pessoas vivendo com HIV/AIDS, o que é crucial para alcançar a equidade global em saúde.

No geral, o Pefpar é uma história de sucesso notável que demonstra o que pode ser alcançado quando governos, organizações e indivíduos se unem para enfrentar uma crise global de saúde.

O programa Pefpar tem enfrentado desafios de implementação devido à Emenda Helms, uma lei dos EUA que proíbe a ajuda estrangeira para atividades relacionadas ao aborto. Apesar da estrita adesão do Pefpar à emenda, foram levantadas preocupações sobre o potencial apoio indireto aos serviços de aborto, resultando em restrições de financiamento e interrupções do programa.

Em maio de 2023, alguns legisladores e grupos antiaborto expressaram apreensão em relação ao cumprimento da Emenda Helms pelo Pefpar. Elas estavam preocupadas com a possibilidade de o financiamento do Pefpar apoiar inadvertidamente os serviços de aborto por meio de aconselhamento ou encaminhamentos. Isso levou a uma discussão sobre a imposição de regulamentações mais rigorosas e possíveis cortes de financiamento.

#### Argumentos Concorrentes:

- Defensores antiaborto: Eles argumentam que mesmo o apoio indireto ao aborto viola a Emenda Helms e mina os valores provida. Eles defendem regulamentações mais rígidas para garantir a separação completa entre o Pefpar e os serviços de aborto.

- Apoiadores do Pefpar: A adesão do programa à Emenda Helms, que proíbe estritamente o financiamento direto para o aborto gera restrições ao financiamento e são percebidas como uma barreira para o acesso a serviços críticos de saúde reprodutiva, incluindo aqueles que previnem gravidezes indesejadas e reduzem a transmissão do HIV. Há um alerta para os possíveis resultados da inação, que inclui um aumento na transmissão do HIV, mortalidade materna e um retrocesso no progresso da saúde global.

O desacordo em curso em relação à reautorização do Pefpar traz o risco de vários resultados adversos, incluindo:

- Atraso na continuidade do programa: A falta de financiamento crítico e serviços essenciais pode comprometer milhões de pessoas que dependem do Pefpar para intervenções que salvam vidas.

- Acesso reduzido aos cuidados de saúde: As restrições aos serviços de saúde reprodutiva podem ter efeitos prejudiciais na saúde das mulheres, potencialmente levando a um aumento da transmissão do HIV.

- Danos à eficácia do programa: A incerteza e as interrupções no financiamento podem prejudicar a capacidade do Pefpar de atingir seus objetivos no combate ao HIV/AIDS globalmente.

Para superar esse impasse, é imprescindível descobrir pontos em comum. As soluções viáveis podem envolver:

- Desenvolvimento de regulamentos orientados por dados: Reconhecendo as apreensões em relação ao cumprimento da Emenda Helms, preservando a acessibilidade de serviços de saúde vitais.

- Melhorar a supervisão e a abertura: Impor mecanismos rigorosos para garantir a adesão à Emenda Helms, ao mesmo tempo em que promove a transparência e a prestação de contas do programa.

- Enfatizar os resultados de saúde pública: Concentrar-se na influência indiscutível e favorável do PEPFAR na saúde global e dar prioridade ao bem-estar dos inúmeros indivíduos que apoia.

A reautorização do PEPFAR provocou uma discussão matizada sobre a interação entre saúde global, política externa e prioridades políticas domésticas. Encontrar um equilíbrio delicado entre esses interesses concorrentes é essencial para sustentar o impacto do programa que salva vidas e proteger o bem-estar de milhões de pessoas em todo o mundo. Ao priorizar a formulação de políticas baseadas em dados e enfatizar os resultados de saúde pública, as partes interessadas podem navegar habilmente neste momento crucial e garantir os triunfos contínuos do PEPFAR na batalha contra o HIV/AIDS.

### **Continuam os esforços do presidente Biden para reduzir os preços dos medicamentos**

Depois de enfrentar décadas de oposição, o presidente Biden conseguiu promulgar a Lei de Redução da Inflação que enfrenta as grandes farmacêuticas e dá ao Medicare (programa de seguro saúde do governo dos Estados Unidos para pessoas com 65 anos ou mais e pessoas com certas deficiências) o poder de negociar os preços dos medicamentos. Este ato economizará milhões de dinheiro dos idosos em alguns dos medicamentos de prescrição mais caros do mercado. É um passo significativo para reduzir os custos para as famílias americanas, e marca a primeira vez que o Medicare não está aceitando os preços dos medicamentos estabelecidos pelas empresas farmacêuticas.

No âmbito do programa de negociação de preços de medicamentos, o Medicare enviará ofertas iniciais aos fabricantes dos dez primeiros medicamentos selecionados para negociação de preços de medicamentos para ajudar a reduzir o preço desses medicamentos prescritos. O programa é um excelente exemplo das maneiras como o governo Biden está trabalhando para reduzir os custos para as famílias americanas. Em 2022, nove milhões de idosos no Medicare receberam os dez medicamentos selecionados para a primeira rodada de negociação de preços de medicamentos. Esses indivíduos gastaram cerca de US\$ 3,4 bilhões em custos do próprio bolso apenas em 2022 para esses medicamentos, que são usados para tratar algumas das condições mais comuns, como coágulos sanguíneos, artrite, diabetes, câncer, doenças cardíacas e muito mais. Alguns idosos gastaram quase US\$ 6.500 do próprio bolso por uma única dessas drogas.

Um novo relatório destaca que a Big Pharma cobrava dos americanos de duas a três vezes mais do que cobrava das pessoas em outros países da OCDE pelos mesmos medicamentos, mesmo quando contabilizados os descontos e abatimentos. O relatório mostra que os preços brutos da insulina nos EUA - um medicamento que existe há 100 anos e custa às empresas farmacêuticas apenas US\$ 10 por frasco para fazer - eram, em média, quase dez vezes o preço nos Estados Unidos do que nos países de comparação. Isso é inaceitável, especialmente porque as grandes empresas farmacêuticas gastaram quase US\$ 750 bilhões em recompras de ações e dividendos auto enriquecedores na última década. A Big Pharma também executou mais de US\$ 135 bilhões em fusões e aquisições apenas em 2023, repassando o custo aos consumidores.

O programa de negociação de preços de medicamentos do presidente Biden finalmente enfrenta o preço exorbitante da Big Pharma para idosos, permitindo que o Medicare coloque



dinheiro de volta nos bolsos das famílias americanas. Até a Lei de Redução da Inflação, o Medicare era proibido de negociar diretamente os preços de medicamentos prescritos para obter o melhor negócio para os idosos, mesmo quando outras agências governamentais que fornecem serviços de saúde negociam ativamente preços mais baixos de medicamentos. A Administração de Saúde dos Veteranos, o Departamento de Defesa e o Medicaid têm o poder de negociar os preços dos medicamentos, e pagam menos do que o Medicare, em média, pelos medicamentos de marca mais vendidos. Em 2017, o “Escritório de Responsabilidade do Governo” (Government Accountability Office) descobriu que a Agência de Veteranos pagou, em média, 49% menos por unidade pelos mesmos medicamentos de marca oferecidos pelo sistema de saúde VA do que o Medicare Parte D pagou.

Os americanos apoiam esmagadoramente a capacidade do Medicare de negociar preços mais baixos de medicamentos para idosos, com oito em cada dez adultos a favor do governo federal negociando preços de medicamentos. No entanto, a Big Pharma está litigando nove ações judiciais contra a negociação de preços de medicamentos do Medicare. Eles esperam que os tribunais impeçam o Medicare de negociar preços mais baixos para idosos e famílias. Os republicanos da Câmara estão tentando eliminar a Lei de Redução da Inflação, cortar os benefícios do Medicare e da Previdência Social, expulsar milhões de americanos de cuidados de saúde acessíveis e manter os preços dos medicamentos altos para idosos e famílias americanas.

O programa de negociação de preços de medicamentos do presidente Biden é um passo significativo para enfrentar os preços exorbitantes de medicamentos estabelecidos pela Big Pharma. Nos próximos quatro anos, o Medicare selecionará até 60 medicamentos para negociação - e até 20 medicamentos adicionais por ano depois disso. O programa de negociação terá um impacto significativo sobre os idosos, que poderão acessar esses medicamentos prescritos a preços mais acessíveis. É um passo positivo para a criação de um novo e melhor negócio para os pacientes e redução de custos para as famílias americanas.

### **Promovendo a equidade em saúde para afrodescendentes americanos**

Em homenagem ao Mês da História Afrodescendente, o Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA (HHS) anunciou seu compromisso com o avanço da equidade de saúde para os afrodescendentes americanos. O departamento dedicou seus esforços para melhorar os resultados de saúde, reduzir os custos de saúde, expandir o acesso aos cuidados de saúde e fortalecer o apoio às crianças e famílias na comunidade afrodescendentes. Ao garantir que indivíduos, famílias e comunidades, incluindo aqueles na comunidade afrodescendentes, tenham acesso a cuidados de saúde equitativos e de alta qualidade, o HHS visa promover a saúde e o bem-estar em geral.

A Lei de Redução da Inflação, aprovada pelo presidente Biden, forneceu alívio aos americanos afrodescendentes inscritos no Medicare. A legislação limitou o custo mensal do bolso de cada produto de insulina coberto a US\$ 35 e tornou as vacinas preventivas recomendadas gratuitas. Isso beneficiou cerca de 158 mil inscritos afrodescendentes em 2020 e aproximadamente 266 mil em 2021. O Medicare também ganhou a capacidade de negociar o preço de alguns dos medicamentos de prescrição mais caros cobertos pelo Medicare Parte D, que é o plano de medicamentos prescritos para 5,8 milhões de americanos afrodescendentes. Em 2020, o HHS anunciou os primeiros dez medicamentos cobertos pelo Medicare Parte D selecionados para novas negociações, e todas as dez empresas farmacêuticas concordaram em participar das negociações. Esses medicamentos são usados para tratar condições graves, como

coágulos sanguíneos, diabetes, doenças cardiovasculares, insuficiência cardíaca, condições autoimunes e doença renal crônica.

Infelizmente, os americanos afrodescendentes continuam a ser desproporcionalmente afetados por essas condições, com taxas de incidência mais altas e resultados de saúde piores do que seus colegas brancos. Mais de 5 milhões de inscritos no Medicare relatam desafios de acessibilidade na obtenção de seus medicamentos de prescrição, e a parcela de inscritos afrodescendentes e latinos relatando desafios de acessibilidade é cerca de 1,5 a 2 vezes maior do que seus colegas brancos. O HHS está, portanto, comprometido em construir seu progresso e cumprir a promessa de equidade em saúde para comunidades carentes e populações com poucos recursos.

Para abordar essas disparidades, o HHS implementou várias iniciativas para melhorar os resultados de saúde e expandir o acesso aos cuidados de saúde para os afrodescendentes americanos. Essas iniciativas incluem o aumento do financiamento para centros de saúde comunitários, a expansão da cobertura do Medicaid e a promoção de serviços de telessaúde. Além disso, o HHS tomou medidas para fortalecer o apoio às crianças e famílias da comunidade afrodescendentes, como fornecer financiamento para educação infantil, assistência nutricional e serviços de planejamento familiar.

Em conclusão, o compromisso do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA em promover a equidade de saúde para os americanos afrodescendentes durante o Mês da História Afrodescendentes é louvável. O HHS está promovendo a saúde e o bem-estar em geral, melhorando os resultados de saúde, reduzindo os custos de saúde, expandindo o acesso aos cuidados de saúde e fortalecendo o apoio às crianças e famílias na comunidade afrodescendentes.

## Garibaldi ou balde de gari?

*Adhemar Bahadian*

Tive um professor de história no final do curso secundário que nos advertia sempre sobre a diferença entre o preciso e o impreciso, o certo e o provável, o sonho e a realidade e resumia essas lições de sabedoria com a frase que escolhi para título deste nosso encontro de hoje.

Era um homem a nos alertar sobre a tentação do discurso pseudo-científico a nos seduzir muito mais com a forma do que com o conteúdo, muito mais com a retórica pomposa do que com a sóbria exposição da realidade a ser compreendida. Chamava-se Tarlé e foi meu professor no Externato São José, hoje infeliz e constrangedoramente desfigurado pela carnificina imobiliária no Rio de Janeiro.

Tive professores que, independentemente das matérias lecionadas preservavam um evidente compromisso em nos alertar sobre os artifícios da linguagem, ideologizada ou mercadológica, e nos chamavam a atenção para a ética envolvida no discurso, principalmente no discurso político. Tive uma educação que deveria ser o objetivo de nossa política educacional pública e escrevo por que acredito que esses parâmetros podem e devem ser transferidos com honestidade, transparência e humildade, pois todo conhecimento se renova a cada dia no diálogo entre homens realmente interessados num mundo melhor.

Lembrei-me desses professores ao ouvir o candidato do Partido Republicano dos Estados Unidos da América repisar frases certamente impactantes dirigidas a seu eleitorado, mas que finalmente parecem estar provocando a reação que já deveriam ter provocado faz muito tempo.

Revistas e jornais de coloração política conservadora como o "Economist", por exemplo, dedicaram editoriais e colunas de opinião a denunciar o risco que o Ocidente estará correndo se eventualmente Donald Trump for reeleito.

A cada dia mais arrogante, Trump não esconde seus propósitos de montar um governo nos Estados Unidos não só autocrático e invasor dos Direitos Fundamentais da Cidadania, mas também claramente vingativo em relação a eventuais adversários políticos .

Aqui mesmo, no Rio de Janeiro, o "O Globo" publicou na sexta-feira 26 um editorial absolutamente pertinente sobre os riscos de uma nova administração Trump.

Espanta ainda escutar brasileiros que depositam esperança num revigoramento dos princípios democráticos a ser trazido por Trump.

O primeiro mandato de Trump só nos gratificou com tapinhas nas costas de autoridades brasileiras que o bajulavam. De prático, Trump aumentou as tarifas americanas na importação do aço brasileiro e nos mandou assobiar e chupar cana. Na Pandemia, nos mandou um encalhe de placebos.

Trump 2025 nos promete uma relação comercial bilateral muito mais complexa com fortes manifestações de protecionismo, impensáveis desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

As condicionalidades a nos serem impostas por Trump farão a ALCA parecer uma brincadeirinha de jardim de infância. Com Trump ,as regras da OMC serão ainda mais desequilibradas em propriedade intelectual e em transferência de tecnologia. E acordos bilaterais de comércio leoninos serão os bitcoins dos cassinos das relações econômicas.

Trump teve sua política de comércio exterior descrita para quem quiser ver em livro publicado por seu ex-responsável pelas negociações internacionais, Robert Lighthizer. A resenha do livro aparece no número de Janeiro de 2024 da revista “ Foreign Affairs “ e deveria ser leitura obrigatória por todos que tenham alguma preocupação com o comércio bilateral Brasil - Estados Unidos (vide Washington New Trade Consensus and what it gets wrong).

O que o "Foreign Affairs" não diz é que a política econômica externa dos Estados Unidos tenderá a dificultar em muito nossas relações com a China que ,queiramos ou não, é hoje nosso principal comprador. As objeções de Trump à manutenção de nossa liberdade de importar tecnologia chinesa são mais do que previsíveis e ,para tanto, ele não hesitará em alegar supostas razões de segurança hemisférica para desviar nosso fluxo comercial para os exportadores americanos. E possivelmente, se bobearmos, ainda corremos o risco de sanções unilaterais.

Em suma, já vivemos essas barbaridades no passado, em que a América do Sul nada mais era do que quintal americano. Os tempos para Trump são claramente retrógrados em matéria de Direito Internacional e as regras pactuadas em organizações internacionais são confessadamente recusadas e ignoradas pela nova geopolítica americana.

Faço essas advertências porque vejo em muitos analistas políticos brasileiros o queixume habitual sobre as posições tidas como retrógradas de nossa política industrial ,recentemente levada ao conhecimento público pelo próprio Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin , político brasileiro que compreendeu desde a primeira hora a importância de um governo de Frente Ampla no Brasil.

Embora, tenha sérias dúvidas sobre a eventual reeleição de Trump, deveríamos nos preparar para o pior cenário. Um eventual eixo Milani-Trump poderá atrasar em muito uma efetiva cooperação entre o Mercosul, caso não o destrua definitivamente. No cenário de retrogressão e demagogia que se desenha, o interesse nacional nos obriga bem pesar as consequências de nossas opções democráticas. Enquanto elas existam. A proposta Trumpista, sejamos claros, nos leva a uma subordinação quase colonial .

Causa particular preocupação que setores exportadores e industriais se acreditem a salvo das reformulações das regras do jogo em gestação no radicalismo trumpista.

Infelizmente, continuamos a ter uma visão saudosista de um comércio livre que nunca existiu, a não ser naqueles que insistem em confundir Garibaldi com balde de gari.

Ou, o que é muito pior, confundir interesses nacionais permanentes com as oscilações governamentais de países por mais amigos que nos pareçam.

## **CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO**

**Adhemar Bahadian** - Diplomata brasileiro aposentado. Colunista do Jornal do Brasil online e outros veículos de comunicação.

**Anna Carole D'Amelio** - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

**Ananda Melo King** - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**André Lobato** - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

**Armando De Negri Filho** - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

**Bernardo Bahia Cesáreo** - Pesquisador, CEE Fundação Oswaldo Cruz

**Caio Murta** - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Cesário Melantonio** – Diplomata de carreira. Foi Embaixador Geral do Brasil para o Oriente Médio

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Diana Reyna Zeballos Rivas** - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

**Eduardo Nilson** - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Erica Ell** - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

**Erica Kastrup** - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz

**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

**Jameson Vinícius Martins da Silva** - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**Jesus Enrique Patiño Escarcina** - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

**Juan Garay** – Chefe da Divisão de Saúde e Parcerias Internacionais da Comissão Europeia

**Julia A. M. Abbud Ribeiro** - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Juliana Ubarana** - Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

**Lara Daibert** - Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

**Laurenice Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

**Manuel Mahoche** - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

**Marciglei Brito Moraes** - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

**Matheus dos Santos da Silveira** - Graduado (UNAMA) e Mestre (UNILA) em Relações Internacionais; Estudante de Doutorado em Relações Internacionais, PUC-Rio

**Miryam de Souza Minayo** - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

**Nina Bouqvar** - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

**Patrícia Lewis** - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

**Paula Reges** - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

**Rafael Gomes França** - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

**Renan Amaral Oliveira** - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

**René Mendes** - Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFMG (aposentado); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

**Regina Ungerer** - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

**Samia de Brito** - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

**Thaiany Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vitória Kavanami** - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

## **Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos mais de **80** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e, em 2023, **22** seminários, acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

### **Próximos seminários – Série 2024**

**21 de fevereiro – Agenda da Saúde Global 2024**

**06 de março – Situação e tendências demográficas e sanitárias globais**

**20 de março – Sistemas de saúde: Situação e tendências globais**

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>



## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 01/2024**

***Período de 10 de dezembro de 2023 a 5 de fevereiro de 2024***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2024**

**289 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**

---

**Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz**